Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Certificado digitalmente por:
ANA ZESCHOTKO

Diário da Justiça
ELETRÔNICO

Curitiba, 11 de Setembro de 2023 - Edição nº 3511 - 139 páginas

Sumário

Tribunal de Justiça 2
Atos da Presidência 2
Concursos 5
Supervisão do Sistema da Infância e Juventude 5
Ouvidoria Geral 5
Escola Judicial do Paraná 5
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar CEVID-TJPR 5
Atos da 1ª Vice-Presidência 5
Atos da 2ª Vice-Presidência 5
Supervisão do Sistema de Juizados Especiais 5
NUPEMEC 5
Secretaria 6
Departamento da Magistratura 10
Processos do Órgão Especial 11
Processos do Conselho da Magistratura 11
Departamento de Gestão de Recursos Humanos 11
Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados 15
Departamento Econômico e Financeiro 15
Departamento do Patrimônio 15
Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação 18
Departamento de Engenharia e Arquitetura 18
Departamento Judiciário 18
Divisão de Distribuição 18
Seção de Preparo 18
Seção de Mandados e Cartas 18
Divisão de Processo Cível 19
Divisão de Processo Crime 19
Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores 19
Processos do Órgão Especial 19
FUNREJUS 19
Núcleo de Conciliação do 2º Grau 19
Departamento de Gestão de Precatórios 19
Corregedoria da Justiça 21
Plantão Judiciário Capital 21
Divisão de Concursos da Corregedoria 21
Conselho da Magistratura 21
Comissão Int. Conc. Promoções 21
Sistemas de Juizados Especiais Cíveis e Criminais 21
Comissão Permanente de Avaliação Documental 21
Comarca da Capital 21
Direção do Fórum 21
Cível 21
Crime 21
Fazenda Pública 21
Família 23
Delitos de Trânsito 23
Execuções Penais 23
Tribunal do Júri 23
Infância e Juventude 23
Reg Pub e Acidentes de Trabalho Precatórias Cíveis 23
Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial 23
Precatórias Criminais 23
Auditoria da Justiça Militar 23
Central de Inquéritos 23
Juizados Especiais - Cíveis/Criminais 23
Concursos 23
Comarcas do Interior 23
Direção do Fórum 23
Plantão Judiciário 23
Cível 27
Crime 27
Juizados Especiais 27
Concursos 27
Família 27
Execuções Penais 27
Infância e Juventude 27
Fazenda Pública 27
Editais Judiciais 29
Conselho da Magistratura 29
Capital 29
Interior 40
Editais - Procedimento de Usucapião Extrajudicial 138

Tribunal de Justiça

Atos da Presidência

PORTARIA Nº 12441/2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2023.00242672, originado em razão do protocolizado sob nº 0113023-42.2023.8.16.6000, resolve

A D I T A R

ao inciso I da Portaria nº 12077/2023, a revogação da designação de MARCOS JOSÉ BARBOSA DOS SANTOS FELICIO, matrícula nº 16992, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para atuar na Supervisão Pedagógica da Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Curitiba, 5 de setembro de 2023.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

PORTARIA Nº 12434/2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2023.00242265, originado em razão do protocolizado sob nº 0117704-55.2023.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

a) ANDERSON ERENIN MAYA YAMAGUCHI, matrícula nº 16144, ocupante do cargo de Consultor Jurídico do Poder Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, do cargo de provimento em comissão de Coordenador da Assessoria do Secretário, símbolo DAS-5, da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário, durante o afastamento, por compensação do plantão do recesso forense, do titular MARCELO OLIVEIRA DOS SANTOS, no período de 4 de setembro de 2023 a 18 de setembro de 2023, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei nº 16.024/2008, observado o efetivo exercício, convalidando-se os atos eventualmente praticados até a data de publicação deste ato;

b) ROBSON FARAONI DE MELLO, matrícula nº 10990, ocupante do cargo de Consultor Jurídico do Poder Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, da função comissionada de Supervisor da Assessoria Jurídico-Administrativa do Gabinete do Secretário, símbolo FC-4, da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário, durante o afastamento do titular ANDERSON ERENIN MAYA YAMAGUCHI, no período de 4 de setembro de 2023 a 18 de setembro de 2023, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei nº 16.024/2008, observado o efetivo exercício, convalidando-se os atos eventualmente praticados até a data de publicação deste ato.

Curitiba, 4 de setembro de 2023.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

PORTARIA Nº 12437/2023

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2023.00242274, originado em razão do protocolizado sob nº 0116297-14.2023.8.16.6000, resolve

I - E X O N E R A R

a) ANDRÉ MATHEUS DE MELO, matrícula nº 21268, do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz de Direito, símbolo 4-C, do Gabinete do Juízo da Vara de Execuções Penais, Medidas Alternativas e Corregedoria dos Presídios do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;
b) GABRIELA BIZ BONAMIN, matrícula nº 15682, do cargo de provimento em comissão de Assistente II de Juiz de Direito, símbolo 1-C, do Gabinete do Juízo da Vara de Execuções Penais, Medidas Alternativas e Corregedoria dos Presídios do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;
c) THAIS YANKA SCHULTZ, matrícula nº 19760, do cargo de provimento em comissão de Assistente II de Juiz de Direito, símbolo 1-C, do Gabinete do Juízo da Vara de Execuções Penais, Medidas Alternativas e Corregedoria dos Presídios do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

I I - N O M E A R

a) ANDRÉ MATHEUS DE MELO, matrícula nº 21268, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente II de Juiz de Direito, símbolo 1-C, do Gabinete do Desembargador Substituto Eduardo Lino Bueno Fagundes Júnior, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015;
b) GABRIELA BIZ BONAMIN, matrícula nº 15682, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assessora de Juiz de Direito Substituto em 2º Grau, símbolo 1-C, do Gabinete do Desembargador Substituto Eduardo Lino Bueno Fagundes Júnior, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015;
c) THAIS YANKA SCHULTZ, matrícula nº 19760, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assessora de Juiz de Direito Substituto em 2º Grau, símbolo 1-C, do Gabinete do Desembargador Substituto Eduardo Lino Bueno Fagundes Júnior, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 4 de setembro de 2023.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Decisão Nº 9519125 - DEA-CJ - 0035729-11.2023.8.16.6000

DESPACHO Nº 1631/2023 - DEA-CJ

Decisão Nº 9519125 - DEA-CJ
SEI!TJPR Nº 0035729-11.2023.8.16.6000
SEI!DOC Nº 9519125
PROTOCOLO Nº 0035729-11.2023.8.16.6000
Considerando o contido no presente protocolado, notadamente nos termos do Parecer 9455151 da Divisão de Obras e do Parecer Jurídico 9518996 da Consultoria Jurídica, ambas do Departamento de Engenharia e Arquitetura;
Considerando a Nota de Pré Empenho DOC. SEI 9504614 emitida pela Divisão de Orçamento da Coordenadoria de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Departamento Econômico e Financeiro, **DECIDO:**
I - AUTORIZAR a contratação da empresa TAS Empreendimentos Imobiliários Ltda. (CNPJ 17.991.782/0001-70)**,** para a execução de serviços de reparos, adequações e melhorias no edifício Pery Moreira do Tribunal de Justiça do Paraná, discriminados na Planilha Orçamentária (9455340), no valor de **R$ 21.071,63 (vinte e um mil, setenta e um reais e sessenta e três centavos)**, de acordo com os valores unitários registrados na Ata de Registro de Preços nº 24/2023, e prazo de execução de 45 dias corridos.
II - Ao Departamento Econômico e Financeiro - DEF para emissão da Nota de Empenho;
III - À Consultoria Jurídica do Departamento de Engenharia e Arquitetura para as demais providências;
IV - Publique-se.
Curitiba, data da assinatura eletrônica.

LEONEL JUNIOR PEDRALLI[1]
Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura
[1] Conforme delegação prevista no art. 7º, inciso V, do Decreto Judiciário 53/2021 (alterado pelo DJ 371/2023)

Decisão Nº 9515677 - DEA-CJ - 0147499-43.2022.8.16.6000

DESPACHO Nº 1632/2023 - DEA-CJ

Decisão Nº 9515677 - DEA-CJ
SEI!TJPR Nº 0147499-43.2022.8.16.6000
SEI!DOC Nº 9515677
PROTOCOLO Nº 0147499-43.2022.8.16.6000
(PROTOCOLO PRINCIPAL: 0018767-49.2019.8.16.6000)
Tendo em vista o contido no presente protocolado, notadamente no Parecer DEA-DO 9207287 e Planilha 9277467 da Divisão de Engenharia, e no Parecer Jurídico DEA-CJ 9358774 da Consultoria Jurídica, todos do Departamento de Engenharia e Arquitetura, na Informação 9314583 do DEF e Pré-Empenho 9319710, bem como diante do exposto pelo Diretor daquele Departamento, na Apresentação (SEI 9358939), **DECIDO:**
I -AUTORIZAR a revisão do 1º e 2º reajustes ao Contrato nº 372/2019, de forma que o primeiro reajuste (Apostila SEI 5913097), passe de R$ 133.337,92 para **R$ 158.118,82 (cento e cinquenta e oito mil, cento e dezoito reais e oitenta e dois centavos)** e o segundo reajuste passe de R$ 432.241,02 (Apostila SEI 7722532) para **R$ 398.246,63 (trezentos e noventa e oito mil, duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos).**
II - DETERMINAR que o saldo devido à empresa, relativo a diferença dos reajustes, no total de **R$3.165,86 (três mil, cento e sessenta e cinco reais e oitenta e seis centavos)**, seja bloqueado até a apuração do valor do prejuízo sofrido pela Administração em razão da rescisão unilateral determinada pela Decisão 8580333 conforme determina os artigos 18 e 19 da IN 01/2013 - TJPR[1].
III - Ao DEF para as providências necessárias, nos termos do item II (bloqueio do valor R$ 3.165,86).
IV - À Divisão de Gestão de Contratos do Departamento de Engenharia e Arquitetura para notificar a empresa e demais providências.
V - Publique-se e comunique-se.
[1] Art. 18 Caberá ao Gestor do contrato:
I - Tomar as providências relativas à retenção da garantia, dentre as quais a notificação da empresa responsável.
II - Apurar, depois de encerrado o processo de rescisão contratual, o valor do prejuízo sofrido pela Administração, encaminhando ao setor financeiro responsável o montante devido para execução da garantia, conforme regra do art. 131, inciso III da Lei 15.608/2007.
Art. 19 Caberá à Comissão Permanente de Apuração e Aplicação de Penalidades às Empresas Contratadas, após o encerramento do processo administrativo de aplicação de penalidades e definição do valor da multa, encaminhar o processo ao setor financeiro competente para execução da multa

Des. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça

Tribunal de Justiça

EXTRATO Nº 1624/2023 - REFERENTE À DECISÃO 9340733
PROTOCOLO N° 0149712-22.2022.8.16.6000

Advogados: Dr. ROGER DE CASTRO GOTARDI - OAB/PR 47.165 e Dr. LUIZ SÉRGIO NEIVA DE LIMA VIEIRA - OAB/PR 4.666
Acolhe, em parte, o Relatório da Comissão Disciplinar, aplicando a *N.F.* a pena de suspensão pelo prazo de 90 (noventa) dias, com fulcro nos artigos 193, III, 194, 196, caput e e 232 da Lei Estadual nº 16.024/2008. *(31/08/2023 - a. DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná)*

.

.

Protocolo nº0147289-89.2022.8.16.6000

DECISÃO Nº 29/2023 - CPAIASAEC
I - Trata-se de processo administrativo para apuração de eventual infração cometida pela contratada MOVLEADS AGÊNCIA DE MARKETING DIGITAL LTDA. CNPJ N. 35.486.862/0001-50, em decorrência de descumprimento das normas do contrato nº 143/2022 (8447367), Edital de Pregão Eletrônico nº 27/2022 (doc. 8447350).
II - O fato apurado é a não realização de entrega do objeto contratado, qual seja, a prestação de serviço de acesso a Banco de Imagens para este Tribunal de Justiça, acarretando a inexecução total do contrato.
III - Acolho o Relatório nº 9123683 - CPER-1CPAIASAEC e o Parecer jurídico STJPR-GS-CJ nº 9236061, como razão de decidir, para com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e artigos 150, incisos II e III, parágrafo único c/c art.154, inciso IV da Lei 15.608/2007 e com fundamento nos itens 11.1.2 e 11.1.3, 11.5 c/c 11.5.6 c/c 11.6 e 11.6.4 do Contrato nº 143/2022, pois constatada a inexecução total da obrigação contratual, aplicar as seguintes penalidades à empresa MOVLEADS AGENCIA DE MARKETING DIGITAL LTDA:
a) Multa de 20% (vinte por cento) sobre valor global do total do contrato/obrigações, totalizando um valor **de R$ 4.023,00** (quatro mil e vinte e três reais), conforme cálculo apresentado pela Divisão de Fiscalização e Cobrança de Receita dos Fundos Especiais (doc.9318535)*;* e,
b) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça do Paraná pelo prazo de 1 (um) ano.
IV - Esclareço, ainda, que a sanção de suspensão temporária de participação e impedimento de contratar se estende às pessoas indicadas no artigo 158 da Lei Estadual nº 15.608/07.
V - À Divisão de Fiscalização e Cobrança de Receita dos Fundos Especiais - DFCRFE para a emissão da guia de recolhimento;
VI - Após, à Comissão Permanente para Apuração de Irregularidades e Aplicação de Sanções Administrativas às Empresas Contratadas (1CPAIASAEC) para publicação desta decisão no Diário Eletrônico (art. 15 *caput* do Decreto nº 711/2011), bem como para que cientifique a empresa contratada, enviando a guia de recolhimento para pagamento da multa.
VII - Encaminhe-se à Assessoria de Comunicação e ao Departamento do Patrimônio para ciência.
VIII - Diligências necessárias.

Curitiba, 28 de julho de 2023.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Protocolo nº0119340-90.2022.8.16.6000

DECISÃO Nº 28/2023 - CPAIASAEC
I - Trata-se de processo administrativo iniciado em razão de suposto descumprimento do Contrato nº 81/2021 por parte da empresa MICROSENS S.A., cujo objeto consistia na prestação de serviços de *outsourcing* de impressão e reprografia para atender diversas comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com disponibilização de equipamentos novos, suprimentos e software de bilhetagem, bem

como treinamento de usuários e manutenção preventiva e corretiva on-site durante quarenta e oito meses consecutivos.
Referido contrato adveio do pregão eletrônico nº 16/2021 e da ata de registro de preços nº 30/2021, que tramitou no SEI 0042403-39.2022.8.16.6000.
No protocolado SEI nº 0108563-46.2022.8.16.6000 foi proferida a decisão 8204592 na qual foi determinada a rescisão unilateral do Contrato nº 81/2022 celebrado entre o Tribunal e a recorrente, em razão do descumprimento contratual mencionado. E, na mesma decisão, determinou-se a instauração do presente protocolado para a apuração de irregularidades contratuais e eventual aplicação de sanções administrativas em face da empresa.
Finalizada a instrução do feito, o despacho 9085859 acolheu o Relatório Final (doc. 8892877) da Comissão Permanente para Apuração de Irregularidades e Aplicação de Sanções Administrativas às Empresas Contratadas, determinando-se a aplicação da penalidade de multa de 10% sobre o valor global do contrato e de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça pelo prazo de 6 (seis) meses.
Inconformada, a empresa recorreu, alegando cerceamento de defesa em razão do indeferimento de seu pedido de produção de provas pela Comissão Processante, carreando aos autos decisões judiciais do Tribunal de Justiça do Paraná prolatadas em situações semelhantes. No mérito, alegou as seguintes teses: (i) a inexistência de disposição que obrigue a contratada a manter equipamentos em estoque prévio - licitação na modalidade Ata de Registro de Preços; (ii) a diferença entre o Contrato nº 200/2021 e o Contrato nº 81/2022; (iii) a inexistência de prazo para fornecimento reconhecida pela Administração Pública - itens 4.1.2.3.3 e 4.1.2.3.4.2 do Termo de Referência; (iv) a crise mundial dos componentes eletrônicos - Fato de terceiro devidamente comprovado e reconhecido; (v) as medidas adotadas pela Contratada que não foram impugnadas ou contestadas pela Contratante - Demonstração de boa-fé e do dever de diligência que devem ser consideradas para fins de imposição de sancionamento; e (vi) a inexistência de prejuízo à Administração - Alternativas propostas pela Microsens que foram desconsideradas para fins de imposição de sancionamento.
Por fim, requereu o recebimento do recurso com atribuição de efeito suspensivo, o reconhecimento da nulidade da decisão atacada por suposta violação ao devido processo legal e, no mérito, a reforma da decisão com o reconhecimento da ocorrência de caso de força maior (Recurso - doc. 9210623).
Em acolhimento à Manifestação 9288023 da Consultoria Jurídica do Gabinete da Presidência, a Decisão 9290701 recebeu o recurso administrativo, com aplicação de efeito suspensivo, nos termos do art. 94, §2º da Lei Estadual nº 15.608/ 2007 (Decisão 9290701).
Posteriormente, a Consultoria Jurídica desta Presidência opinou pelo parcial provimento do recurso, com a anulação da decisão da Comissão Processante (doc. 8892877), sob o argumento de que não houve devida fundamentação no indeferimento da produção da prova testemunhal solicitada pela empresa, durante a fase de instrução do processo administrativo (Parecer Jurídico 9401420).
Referido parecer consignou, entretanto, que *"(...) houve fundamentação suficiente sobre a produção de prova documental, bem como que, em regra, o momento adequado para a produção de provas é o da defesa, não sendo lícito à empresa contratada juntar documentos supervenientes, salvo justificativa para tanto, tal como a impossibilidade comprovada de produção oportuna da prova."*
É o relatório.
II - A produção de provas durante a instrução processual constitui direito amplo, previsto constitucionalmente (art. 5º LV), que só deve ser restringido em casos claros de abuso de direito ou total impertinência de sua produção, mediante a devida fundamentação.
O direito ao contraditório e à ampla defesa processual na seara administrativa também resta expressamente previsto nos arts. 161 e seguintes da Lei Estadual nº 15.608/2007, nos arts. 5º e seguintes do Decreto Judiciário nº 711/2011.
Ademais, tanto o Edital de Pregão Eletrônico nº 16/2021 (item 21.12), quanto o Contrato nº 81/2022 (cláusula décima quarta), garantiam à empresa contratada a ampla defesa e o contraditório nos processos administrativos instaurados para a apuração de irregularidade no cumprimento das obrigações contratuais e aplicação de sanções.
No caso em análise, a prova testemunhal foi indeferida sob o argumento de que não seria pertinente, sem maiores justificativas, não havendo indícios de abuso de direito da empresa contratada, razão pela qual merece ser anulada.
III - Diante do contido nos autos, notadamente no Parecer Jurídico da Consultoria Jurídica da Presidência 9401420, cujos fundamentos acolho e adoto como razões de decidir, julgo o recurso administrativo 9210623 parcialmente provido e determino a anulação do relatório 8892877 da Comissão Permanente para Apuração de Irregularidades e Aplicação de Sanções Administrativas às Empresas Contratadas, bem como revogo a decisão 9085859.
IV - À Comissão Permanente de Apuração de Irregularidades e Aplicação de Sanções Administrativas às Empresas Contratadas para ciência à empresa contratada e demais providências regulamentares, notadamente a realização de nova instrução e, ao final, apresentação de relatório.
V - Cientifiquem-se o Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação e a Divisão de Fiscalização e Cobrança de Receita dos Fundos Especiais - DFCRFE.
VI - Após, conclua-se nesta unidade.

Curitiba, 16 de agosto de 2023.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Concursos

Supervisão do Sistema da Infância e Juventude

Ouvidoria Geral

Escola Judicial do Paraná

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar CEVID-TJPR

Atos da 1ª Vice-Presidência

Atos da 2ª Vice-Presidência

Supervisão do Sistema de Juizados Especiais

NUPEMEC

ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS
CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
GABINETE DO 2° VICE-PRESIDENTE

PORTARIA Nº 12433/2023 - NUPEMECla Órgão

O 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e Presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno do NUPEMEC, e, considerando a Lei n.º 13.140/2015, a Resolução nº 06/2016 ENFAM, e as Resoluções nºs 03/2018 e 01/2019 ambas do NUPEMEC, a fim de dar cumprimento ao contido no protocolizado SEI n.º 0052654-82.2023.8.16.6000;

RESOLVE

Art. 1º Credenciar a **ABRAME - Associação Brasileira de Árbitros e Mediadores.**, com sede na Comarca de Curitiba/PR, como Câmara Privada de Conciliação e Mediação, para atendimentos exclusivamente virtuais, com validade na área de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
Parágrafo único. O credenciamento terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data de publicação desta Portaria no Diário da Justiça Eletrônico.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de setembro de 2023.

Des. FERNANDO PRAZERES
2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça
Presidente do NUPEMEC

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6753231

Secretaria

PORTARIA Nº 12459/2023 - SEC

O SECRETÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário nº 218/2005 e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 0041005-57.2022.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Disciplinar instituída pela Portaria nº 9305/2022 - SEC, com o acréscimo da Portaria nº 11023/2022 - SEC, veiculadas no Diário da Justiça em 12 de julho de 2022 e 16 de agosto de 2022, respectivamente, conforme autoriza o §12 do art. 222 da Lei Estadual nº 16.024/2008.

Curitiba, 5 de setembro de 2023.

JOSÉ LUIZ FARIA DE MACEDO FILHO
Secretário do Tribunal de Justiça

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Diretoria-Geral

DESPACHO Nº 1634/2023 - SSTJPR-GSS
Protocolo nº 0114363-21.2023.8.16.6000

I - Trata-se de solicitação para pagamento de diárias formulada em favor dos servidores **GENERSON MARIOTTO e JAILSON LUIS DE SOUZA,** Auxiliares Judiciários III, atuando no Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça, pelos deslocamentos de 17 a 22 de setembro de 2023, às Comarcas de Umuarama, Icaraíma, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste e Cianorte (Ordem de Serviço 527/2023), para conduzir e acompanhar equipe em Correição-Geral Ordinária.
II - Constata-se que o requerimento foi formalizado dentro do prazo estabelecido pelo inc. I do art. 3.º da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR. Assim, em conformidade com o Decreto Judiciário n.º 533/2017 e por verificar a regularidade do requerimento, autorizo o deslocamento pretendido.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Constata-se, ainda, que o deslocamento se dará em equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
V - Esclareço que o presente procedimento deixou de ser submetido a prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, uma vez que o deslocamento se deu em cumprimento de prévia Ordem de Serviço n.º 527/2023.
VI - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação do Excelentíssimo Desembargador Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 06 (seis) diárias, sendo 05 (cinco) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.

MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI
Subsecretária do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação da Subsecretária do Tribunal de Justiça, e considerando a caracterização da equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, autorizo o pagamento de 06 (seis) diárias, sendo 05 (cinco) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, aos servidores **GENERSON MARIOTTO e JAILSON LUIS DE SOUZA,** Auxiliares Judiciários III, atuando no Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça, pelos deslocamentos de 17 a 22 de setembro de 2023, às Comarcas de Umuarama, Icaraíma, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste e Cianorte (Ordem de Serviço 527/2023), para conduzir e acompanhar equipe em Correição-Geral Ordinária.
II - Justifica-se a inclusão do final de semana no deslocamento (conforme o art. 4.º, parágrafo único, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR), em virtude de o início dos trabalhos estar previsto para segunda-feira, às 8h30min, razão pela qual a partida se dará na véspera, domingo.
III - Ao Departamento Econômico e Financeiro e ao Departamento de Gestão de Recursos Humanos para os devidos fins.

G. P., 05 de setembro de 2023.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Diretoria-Geral

DESPACHO Nº 1635/2023 - SSTJPR-GSS
Protocolo nº 0115070-86.2023.8.16.6000

1. Acolho os fundamentos expostos na Manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário 9509004???????.
2. Em conformidade com o Decreto Judiciário n.º 533/2017, autorizo, excepcionalmente, o deslocamento já realizado.
3. Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação do Excelentíssimo Desembargador Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o indeferimento do pedido.

MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI
Subsecretária do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário (9509004), bem como do exposto pela Subsecretária do Tribunal de Justiça (???????9509084), indefiro o pagamento de diária ao servidor **ÉRICO SARTORI PÖTTKER**, Psicólogo Judiciário, lotado no Gabinete do Juízo da Vara Criminal e Infância e Juventude da Comarca de Irati, pelos deslocamentos do dia 30 de agosto de 2023, à Comarca de Curitiba, para a realização do transporte de um adolescente para participação em evento em alusão aos 33 anos Estatuto da Criança e do Adolescente., nos termos do art. 2.º, parágrafo único, inciso VI da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
II - Dê-se ciência ao solicitante.
III - Ao Departamento Econômico e Financeiro e ao Departamento de Gestão de Recursos Humanos para os devidos fins.

G. P., 05 de setembro de 2023.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Diretoria-Geral

DESPACHO Nº 1637/2023 - SSTJPR-GSS
Protocolo nº 0114029-84.2023.8.16.6000

1. Acolho os fundamentos expostos na Manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário 9512178???????.
2. Em conformidade com o Decreto Judiciário n.º 533/2017 e por verificar a regularidade do requerimento, autorizo o deslocamento pretendido.
3. Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação do Excelentíssimo Desembargador Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 05 (cinco) diárias, sendo 04 (quatro) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.

MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI
Subsecretária do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário (9512178), bem como do exposto pela Subsecretária do Tribunal de Justiça (???????9512350), autorizo o pagamento de 05 (cinco) diárias, sendo 04 (quatro) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à

metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, considerando a não caracterização da equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da aludida Resolução, aos servidores **ALESSANDRO BOTEGA**, Desenhista, atuando na Divisão de Obras do Departamento de Engenharia e Arquitetura, e **LEONEL BUENO DA ROCHA FILHO**, Auxiliar Judiciário III, atuando na Divisão Administrativa do Departamento de Engenharia e Arquitetura, pelos deslocamentos de 11 a 15 de setembro de 2023, para realização de vistoria técnica e análise da infraestrutura da edificação da obra de construção e reforma dos Fóruns das Comarca de Francisco Beltrão (Prot. 0046247-65.2020.8.16.6000) e Coronel Vivida (Prot. 0008151-44.2021.8.16.6000), bem como para vistoria técnica em imóvel para locação na Comarca de Ampére (Prot. 0003537-25.2023.8.16.6000).
II - Ao Departamento Econômico e Financeiro e ao Departamento de Gestão de Recursos Humanos para os devidos fins.

G. P., 05 de setembro de 2023.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Diretoria-Geral

DESPACHO Nº 1638/2023 - SSTJPR-GSS
Protocolo nº 0115495-16.2023.8.16.6000

1. Acolho os fundamentos expostos na Manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário 9511930???????.
2. Em conformidade com o Decreto Judiciário n.º 533/2017 e por verificar a regularidade do requerimento, autorizo o deslocamento pretendido.
3. Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação do Excelentíssimo Desembargador Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 12 (doze) diárias, sendo 11 (onze) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.

MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI
Subsecretária do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário (9511930), bem como do exposto pela Subsecretária do Tribunal de Justiça (9512055), autorizo o pagamento de 12 (doze) diárias, sendo 11 (onze) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, considerando a caracterização da equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da aludida Resolução, aos servidores **CASSIO HENRIQUE SOARES DA SILVA**, Técnico Judiciário, e **LUIZ ASSME,** Auxiliar Judiciário II, lotados na Divisão de Manutenção do Departamento de Engenharia e Arquitetura, pelos deslocamentos de 16 a 27 de outubro de 2023, para realização de trabalhos de limpeza do terreno destinado à construção do edifício do Fórum da Comarca de Campo Mourão, devido a notificação pela Prefeitura de Campo Mourão (Prot. 0101445-82.2023.8.16.6000).
II - Justifica-se a inclusão do final de semana no deslocamento (conforme o art. 4.º, parágrafo único, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR), em virtude da quantidade de trabalho e que esse pode ser realizado durante o fim de semana, sendo mais econômico a manutenção dos servidores no destino (9498975).
III - Ao Departamento Econômico e Financeiro e ao Departamento de Gestão de Recursos Humanos para os devidos fins.

G. P., 05 de setembro de 2023.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Diretoria-Geral

DESPACHO Nº 1639/2023 - SSTJPR-GSS
Protocolo nº 0117483-72.2023.8.16.6000

1. Acolho os fundamentos expostos na Manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário 9516779.
2. Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação do Excelentíssimo Desembargador Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j, a possibilidade de deferimento do pagamento de 01 (uma) diária reduzida à quarta parte, nos termos do art. 5.º, § 2.º, inc. I (redução à metade pela ausência de pernoite), e do art. 2.º, § 2.º, inc. II (redução à metade das diárias devidas, em razão do percurso total no âmbito da Seção Judiciária), todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR.

MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI
Subsecretária do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário (9516779), bem como do exposto pela Subsecretária do Tribunal de Justiça (???????9516783???????), autorizo o pagamento de 01 (uma) diária reduzida à quarta parte, nos termos do art. 5.º, § 2.º, inc. I (redução à metade pela ausência de pernoite), e do art. 2.º, § 2.º, inc. II (redução à metade das diárias devidas, em razão do percurso total no âmbito da Seção Judiciária), todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, ao Magistrado **MATEUS BRAGA DE CARVALHO**, Juiz Substituto da 62.ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Astorga, pelos deslocamentos do dia 29 de agosto de 2023, à Comarca de Santa Fé (integrante da 62.ª Seção Judiciária), para presidência de sessão do Tribunal do Júri.
II - Ao Departamento Econômico e Financeiro para os devidos fins.

G. P., 06 de setembro de 2023.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Diretoria-Geral

DESPACHO Nº 1633/2023 - SSTJPR-GSS
Protocolo nº 0113525-78.2023.8.16.6000

1. Acolho os fundamentos expostos na Manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário 9499788.
2. Em conformidade com o Decreto Judiciário n.º 533/2017 e por verificar a regularidade do requerimento, autorizo o deslocamento pretendido.
3. Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação do Excelentíssimo Desembargador Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 05 (cinco) diárias, sendo 04 (quatro) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, do pedido ora objeto de análise.

MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI
Subsecretária do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da Manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário (9499788), bem como do exposto pela Subsecretária do Tribunal de Justiça (9499826), autorizo o pagamento de 05 (cinco) diárias, sendo 04 (quatro) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, considerando a caracterização da equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da aludida Resolução, aos servidores **RENATO JOSE FRASON** e **ADILSON LUIZ DOS SANTOS SOARES**, Técnicos Judiciários, lotados na Divisão de Logística e Infraestrutura de Instalação do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, pelos deslocamentos de 11 a 15 de setembro de 2023, às Comarcas de Nova Esperança, Paranacity e Paranavaí, para realizarem serviços de instalação de infraestrutura de Rede Lógica.
II - Ao Departamento Econômico e Financeiro e ao Departamento de Gestão de Recursos Humanos para os devidos fins.

G. P., 05 de setembro de 2023.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

Diretoria-Geral

DESPACHO Nº 1643/2023 - SSTJPR-GSS
Protocolo nº 0114285-27.2023.8.16.6000

I - Trata-se de solicitação para pagamento de diárias formulada em favor do Excelentíssimo Desembargador **HAMILTON MUSSI CORRÊA**, Corregedor-Geral da Justiça, pelos deslocamentos de 17 a 21 de setembro de 2023, para a realização de Correição-Geral Ordinária nas Comarcas de Umuarama, Icaraíma, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste e Cianorte (Ordem de Serviço 527/2023).
II - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
III - Esclareço que o presente procedimento deixou de ser submetido a prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, uma vez que o deslocamento já foi submetido à apreciação do Excelentíssimo Desembargador Presidente (9505248).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação do Excelentíssimo Desembargador Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 05 (cinco) diárias, sendo 04 (quatro) integrais, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR.

MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI
Subsecretária do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação da Subsecretária do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 05 (cinco) diárias, sendo 04 (quatro) integrais, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, ao Excelentíssimo Desembargador **HAMILTON MUSSI CORRÊA**, Corregedor-Geral da Justiça, pelos deslocamentos de 17 a 21 de setembro de 2023, para a realização de Correição-Geral Ordinária nas Comarcas de Umuarama, Icaraíma, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste e Cianorte (Ordem de Serviço 527/2023).
II - Justifica-se a inclusão do final de semana no deslocamento (conforme o art. 4.º, parágrafo único, da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR), em virtude de o início dos trabalhos estar previsto para a segunda-feira, às 8h30min, razão pela qual a partida se dará na véspera, domingo.
III - Ao Departamento Econômico e Financeiro para os devidos fins.

G. P., 06 de setembro de 2023.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Diretoria-Geral

DESPACHO Nº 1642/2023 - SSTJPR-GSS
Protocolo nº 0113675-59.2023.8.16.6000

I - Trata-se de solicitação de pagamento de diárias em favor do Magistrado **PEDRO HENRIQUE VALDEVITE AGOSTINHO**, Juiz Substituto da 21.ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Bandeirantes, pelos deslocamentos de 31 de agosto de 2023, à Comarca de Cambará (integrante da 54.ª Seção Judiciária), para presidir plenário do júri, conforme designado (Portaria n.º 12323/2023-D.M, Informação 9519152).
II - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
III - Esclareço que o presente procedimento deixou de ser submetido a prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, uma vez que o deslocamento decorre de prévia designação (Portaria n.º 12323/2023-D.M, Informação 9519152).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação do Excelentíssimo Desembargador Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 01 (uma) diária reduzida à metade, nos termos do art. 5.º, § 2.º, inc. I da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR.

MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI
Subsecretária do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação da Subsecretária do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 01 (uma) diária reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. I, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, ao Magistrado **PEDRO HENRIQUE VALDEVITE AGOSTINHO**, Juiz Substituto da 21.ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Bandeirantes, pelos deslocamentos de 31 de agosto de 2023, à Comarca de Cambará (integrante da 54.ª Seção Judiciária), para presidir plenário do júri, conforme designado (Portaria n.º 12323/2023-D.M, Informação 9519152).
II - Ao Departamento Econômico e Financeiro para os devidos fins.

G. P., 06 de setembro de 2023.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Diretoria-Geral

DESPACHO Nº 1640/2023 - SSTJPR-GSS
Protocolo nº 0111067-88.2023.8.16.6000

I - Trata-se de processamento de diárias em favor dos Desembargadores **RAMON DE MEDEIROS NOGUEIRA**, Diretor-Geral da EJUD-PR, e **ROGÉRIO ETZEL**, Vice-Diretor-Geral da EJUD-PR, pelos deslocamentos de 28 a 29 de setembro de 2023 (9496435), para participarem do "LVI Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM)", em Florianópolis - SC.
II - Considerando que o deslocamento decorre de prévia autorização do Excelentíssimo Desembargador Presidente (Decisões 9464185 e 9497173), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019-GP/DGRH.
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação do Excelentíssimo Desembargador Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR.

MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI
Subsecretária do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação da Subsecretária do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 2.º, inc. II, todos da Resolução n.º 183/2017-OE/TJPR, aos Desembargadores **RAMON DE MEDEIROS NOGUEIRA**, Diretor-Geral da EJUD-PR, e **ROGÉRIO ETZEL**, Vice-Diretor-Geral da EJUD-PR, pelos deslocamentos de 28 a 29 de setembro de 2023 (9496435), para participarem do "LVI Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM)", em Florianópolis - SC.
II - Ao Departamento Econômico e Financeiro para os devidos fins.

G. P., 06 de setembro de 2023.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Diretoria-Geral

DESPACHO Nº 1636/2023 - SSTJPR-GSS
Protocolo nº 0091516-25.2023.8.16.6000

I - Trata-se de solicitação para pagamento de diárias formulada em favor do servidor **ÁLVARO CESAR PORTELLA KOSINSKI**, Consultor Jurídico, lotado na Assessoria Técnica do Departamento do Patrimônio e da servidora **MARIANA DA COSTA TURRA BRANDÃO**, Consultora Jurídica e Diretora do Departamento do Patrimônio, pelos deslocamentos de 02 a 04 de outubro de 2023, para realização de uma visita técnica junto ao Tribunal de Justiça do Piauí, com o objetivo de aprimorar os fluxos práticos e organizacionais relacionados ao Departamento de Material e Patrimônio e à Superintendência de Licitações e Contratos do TJPI, em Teresina - PI.
II - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de

diárias aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
III - No entanto, não restou caracterizada a equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
IV - Considerando que a viagem já foi autorizada pelo Excelentíssimo Desembargador Presidente (9434146), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, bem como de realizar juízo de conveniência e pertinência do deslocamento quanto ao servidor (Decreto Judiciário n.º 533/2017).
V - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação do Excelentíssimo Desembargador Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.

MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI
Subsecretária do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da manifestação da Subsecretária do Tribunal de Justiça, e considerando a não caracterização da equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, autorizo o pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, ao servidor **ÁLVARO CESAR PORTELLA KOSINSKI**, Consultor Jurídico, lotado na Assessoria Técnica do Departamento do Patrimônio e à servidora **MARIANA DA COSTA TURRA BRANDÃO**, Consultora Jurídica e Diretora do Departamento do Patrimônio, pelos deslocamentos de 02 a 04 de outubro de 2023, para realização de uma visita técnica junto ao Tribunal de Justiça do Piauí, com o objetivo de aprimorar os fluxos práticos e organizacionais relacionados ao Departamento de Material e Patrimônio e à Superintendência de Licitações e Contratos do TJPI, em Teresina - PI.
II - Ao Departamento Econômico e Financeiro e ao Departamento de Gestão de Recursos Humanos para os devidos fins.

G. P., 05 de setembro de 2023.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Diretoria-Geral

DESPACHO Nº 1543/2023 - SSTJPR-GSS
Protocolo nº 0108690-47.2023.8.16.6000

I - Trata-se de processamento para pagamento de diárias em favor do servidor requisitado de órgão externo **JULIANO SINHORI**, Agente Operacional I, Símbolo FPPJ-4, lotado na Assessoria Militar do Gabinete do Presidente, pelos deslocamentos de 29 a 31 de agosto de 2023, às Comarcas de Chopinzinho e Dois Vizinhos, para realizar transporte de materiais bélicos até unidade recebedora do Exército Brasileiro em Francisco Beltrão.
II - Considerando que a viagem já foi autorizada pelo Excelentíssimo Desembargador Presidente (Decreto Judiciário n.º 516, de 2 de setembro de 2021), deixo de encaminhar o presente para prévio parecer jurídico com espeque na alínea "b" da Ordem de Serviço n.º 02/2019- GP/DGRH, bem como de realizar juízo de conveniência e pertinência do deslocamento pretendido (Decreto Judiciário n.º 533/2017).
III - Analisado o requerimento em questão, verifica-se a presença dos requisitos previstos nos arts. 2.º e 3.º da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR que regulamenta o pagamento de diárias aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (deslocamento a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede de lotação para outro ponto do território nacional ou para o exterior).
IV - Por se tratar de requerimento individual, não há que se falar em equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.
V - Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação do Excelentíssimo Desembargador Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade.

MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI
Subsecretária do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo o exposto pela Subsecretária do Tribunal de Justiça, autorizo o pagamento de 03 (três) diárias, sendo 02 (duas) integrais, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, todos da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, ao servidor requisitado de órgão externo **JULIANO SINHORI**, Agente Operacional I, Símbolo FPPJ-4, lotado na Assessoria Militar do Gabinete do Presidente, pelos deslocamentos de 29 a 31 de agosto de 2023, às Comarcas de Chopinzinho e Dois Vizinhos, para realizar transporte de materiais bélicos até unidade recebedora do Exército Brasileiro em Francisco Beltrão.
II - Ao Departamento Econômico e Financeiro e ao Departamento de Gestão de Recursos Humanos para os devidos fins.

G. P., 21 de agosto de 2023.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
Diretoria-Geral

DESPACHO Nº 1641/2023 - SSTJPR-GSS
Protocolo nº 0113816-78.2023.8.16.6000

1. Acolho os fundamentos expostos na Manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário 9518110.
2. Em conformidade com o Decreto Judiciário n.º 533/2017 e por verificar a regularidade do requerimento, autorizo o deslocamento pretendido.
3. Nessas condições, encaminho o expediente à elevada apreciação do Excelentíssimo Desembargador Presidente, a quem compete autorizar o pagamento das diárias pleiteadas, sugerindo, s.m.j., o deferimento do pagamento de pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR.

MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI
Subsecretária do Tribunal de Justiça

I - Acolhendo os fundamentos da Manifestação da Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário (9518110), bem como do exposto pela Subsecretária do Tribunal de Justiça (9518279), autorizo o pagamento de 02 (duas) diárias, sendo 01 (uma) integral, nos termos do art. 5.º, § 2.º, e 01 (uma) reduzida à metade, de acordo com o art. 5.º, § 1.º, inc. II, da Resolução n.º 184/2017-OE/TJPR, considerando a não caracterização da equipe de trabalho, nos moldes do art. 5.º, § 5.º, inc. I da aludida Resolução, à servidora **JANAÍNA SETIN MOTTER**, Engenheira, lotada na Diretoria do Departamento de Engenharia e Arquitetura, e ao servidor **MARCOS EDUARDO MAZZIA**, Auxiliar Judiciário III, atuando na Divisão Administrativa do Departamento de Engenharia e Arquitetura, pelos deslocamentos de 05 a 06 de setembro de 2023, para realização de vistoria técnica necessária, visando recebimento provisório, para fiscalização de serviços (parte civil) contratados para os edifícios dos Fóruns das Comarcas de Piraí do Sul (Prot. 0124650-14.2021.8.16.6000) e Jaguariaíva (Prot. 0017124-51.2022.8.16.6000).
II - Ao Departamento Econômico e Financeiro e ao Departamento de Gestão de Recursos Humanos para os devidos fins.

G. P., 06 de setembro de 2023.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Departamento da Magistratura

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 593/2023 - D.M.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições constitucionais e regimentais;
CONSIDERANDO os problemas no sistema próprio da Caixa Econômica Federal para identificação dos pagamentos dos boletos e a fim de evitar prejuízos aos jurisdicionados;
CONSIDERANDO o entendimento da aplicação, por analogia, do disposto no art. 210, inc. II e III, do Código de Normas do Foro Judicial, art. 10, § 2º, da Lei n. 11.419/2006 e art. 224, § 1º, do CPC; e
CONSIDERANDO o contido no Protocolo Digital nº 116979-66.2023.8.16.6000, resolve:

D E T E R M I N A R

a prorrogação dos prazos processuais em todo o Estado do Paraná, cujos termos **INICIAL** e **FINAL** tenham ocorrido entre 30 de agosto e 05 de setembro de 2023.

Curitiba, 05/09/2023.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6753508

Processos do Órgão Especial

Processos do Conselho da Magistratura

Departamento de Gestão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 12447/2023 - DGRH

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2023.00242763, originado em razão do protocolizado sob nº 0116776-07.2023.8.16.6000, resolve

N O M E A R

SUZYÉLLEM MÁRQUES DA SILVA SANTANA, matrícula nº 270691, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz, símbolo 1-D, do Gabinete da Juíza de Direito Substituta Pamela Dalle Grave Flores Paganini, da 1ª Seção Judiciária com sede no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 5 de setembro de 2023.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 12448/2023 - DGRH

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2023.00242755, originado em razão do protocolizado sob nº 0117865-65.2023.8.16.6000, resolve

P R O R R O G A R

a autorização de TIAGO CAPDEVILLE SOBREIRA, matrícula nº 17959, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para realização das atividades de teletrabalho, mantendo-se a modalidade integral, pelo prazo de 365 dias.

Curitiba, 5 de setembro de 2023.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 12446/2023 - DGRH

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2023.00242736, originado em razão do protocolizado sob nº 0073632-51.2021.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

o servidor ROGER DANIEL STECCA MILANI, matrícula nº 50632, Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho integral, pelo período de 365 dias.

Curitiba, 5 de setembro de 2023.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 12444/2023 - DGRH

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2023.00242700, originado em razão do protocolizado sob nº 0117195-27.2023.8.16.6000, resolve

I - E X O N E R A R

MILENE REGINA GRISA, matrícula nº 21044, do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz de Direito, símbolo 4-C, do Gabinete do Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Paranaguá, a partir de 28 de agosto de 2023, com fundamento no artigo 51, inciso I, da Lei nº 16.024/2008;

I I - N O M E A R

JÉSSICA APARECIDA POLICARPO DE OLIVEIRA ZADURSKI, matrícula nº 254463, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz de Direito, símbolo 4-C, do Gabinete do Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Paranaguá, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 5 de setembro de 2023.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 12458/2023 - DGRH

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2023.00243146, originado em razão do protocolizado sob nº 0028865-88.2022.8.16.6000, resolve

I - E X O N E R A R

a) JULIANO MATEUS DOS REIS SOUZA, matrícula nº 51954, servidor deste Tribunal, do cargo de provimento em comissão de Supervisor de Secretaria, símbolo 2-D, da Secretaria da Vara Criminal do Foro Regional de Ibiporã da Comarca da Região Metropolitana de Londrina;

b) MARCOS MASAFUMI YUYAMA, matrícula nº 51823, servidor deste Tribunal, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Secretaria, símbolo 5-C, da Secretaria da Vara Criminal do Foro Regional de Ibiporã da Comarca da Região Metropolitana de Londrina;

I I - N O M E A R

a) GUILHERME THOMAZELLI BARBOZA VIEIRA, matrícula nº 50825, servidor deste Tribunal, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Chefe de Secretaria, símbolo 5-C, da Secretaria da Vara Criminal do Foro Regional de Ibiporã da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015;

b) MARCOS MASAFUMI YUYAMA, matrícula nº 51823, servidor deste Tribunal, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Supervisor de Secretaria, símbolo 2-D, da Secretaria da Vara Criminal do Foro Regional de Ibiporã da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 5 de setembro de 2023.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 12450/2023 - DGRH

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2023.00240659, originado em razão do protocolizado sob nº 0115071-71.2023.8.16.6000, resolve

I - R E L O T A R

a) a partir de 5 de setembro de 2023, a servidora BRUNA PIZANI ROMPATO, matrícula nº 19633, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz, símbolo 1-D, no Gabinete do Juiz Substituto Andrei José de Campos, da 59ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Guaratuba, revogando sua lotação no Gabinete do Juízo da Vara Cível, da Fazenda Pública, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e da Corregedoria do Foro Extrajudicial da Comarca de Antonina;
b) a partir de 5 de setembro de 2023, a servidora EDUARDA STRESSER FERREIRA, matrícula nº 217508, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assistente de Juiz Substituto, símbolo 4-C, no Gabinete do Juiz Substituto Andrei José de Campos, da 59ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Guaratuba, revogando sua lotação no Gabinete de Juiz Substituto da 36ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Laranjeiras do Sul;

I I - C A N C E L A R

a autorização da servidora BRUNA PIZANI ROMPATO, matrícula nº 19633, para realizar atividades na modalidade de teletrabalho.

Curitiba, 5 de setembro de 2023.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 12451/2023 - DGRH

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2023.00242861, originado em razão do protocolizado sob nº 0092660-34.2023.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

EDEMIR BOGESKY VON SCHORNER, matrícula nº 7541, ocupante do cargo de Analista Judiciário Sênior do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Secretaria, símbolo 5-C, da Secretaria da Vara da Fazenda Pública do Foro Regional de Colombo da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, símbolo 5-C, durante o afastamento, por licença para tratamento de saúde em pessoa da família, do titular ANDRÉ LUIZ PRIMÃO LOPES, no período de 8 de julho de 2023 a 21 de julho de 2023, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, observado o efetivo exercício, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei nº 16.024/2008, convalidando-se os atos eventualmente praticados no período.

Curitiba, 5 de setembro de 2023.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 12454/2023 - DGRH

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2023.00243122, originado em razão do protocolizado sob nº 0116465-16.2023.8.16.6000, resolve

N O M E A R

JUSSARA NADJA DA SILVA, matrícula nº 17191, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz, símbolo 1-D, do Gabinete do Juiz Substituto Jean Rodrigues, da 65ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Coronel Vivida, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 5 de setembro de 2023.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 12452/2023 - DGRH

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2023.00242883, originado em razão do protocolizado sob nº 0114587-56.2023.8.16.6000, resolve

D E S I G N A R

LAURA DE TOLEDO FERREIRA, matrícula nº 51563, ocupante do cargo de Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o exercício, em substituição, do cargo de provimento em comissão de Chefe de Secretaria, símbolo 5-C, da Secretaria da Vara da Infância e da Juventude e Adoção do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, durante o afastamento da titular MARIA DA PENHA REPOSSI, no período de 23 de outubro de 2023 a 31 de outubro de 2023, sem ônus, somente para fins administrativos, tendo em vista o período inferior ao disposto no artigo 54 da Lei nº 16.024/2008.

Curitiba, 5 de setembro de 2023.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 12453/2023 - DGRH

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2023.00243110, originado em razão do protocolizado sob nº 0114551-14.2023.8.16.6000, resolve

I - R E L O T A R

a partir de 28 de agosto de 2023, a servidora VITORIA PIFFER COLOMBO, matrícula nº 264516, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz, símbolo 1-D, no Gabinete do Juiz de Direito Substituto João Alexandre Cavalcanti Zarpellon, da 6ª Seção Judiciária com sede no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, revogando sua lotação no Gabinete da Juíza de Direito Substituta Sâmya Yabusame Terruel Zarpellon da mesma Seção Judiciária;

I I - N O M E A R

TIAGO FERNANDES DIAS SEMTCHUK, matrícula nº 19826, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz, símbolo 1-D, do Gabinete da Juíza de Direito Substituta Sâmya Yabusame Terruel Zarpellon, da 6ª Seção Judiciária com sede no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 5 de setembro de 2023.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 12460/2023 - DGRH

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2023.00243281, originado em razão do protocolizado sob nº 0118421-67.2023.8.16.6000, resolve

N O M E A R

GASPAR NICOLAU DOS SANTOS, matrícula nº 285455, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz, símbolo 1-D, da Central de Movimentações Processuais do Gabinete do Presidente, atribuindo-lhe as gratificações correspondentes, com efeitos financeiros e administrativos a partir da data da assunção no cargo, conforme dispõe a Portaria nº 518/2015.

Curitiba, 5 de setembro de 2023.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 12431/2023 - DGRH

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2023.00242190, originado em razão do protocolizado sob nº 0101045-68.2023.8.16.6000, resolve

E X O N E R A R

VICTOR MIGUEL COSTA DOS SANTOS, matrícula nº 270649, do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz, símbolo 1-D, da Central de Movimentações Processuais do Gabinete do Presidente, designado para atuar no Gabinete do Juízo da Vara de Família e Sucessões, Infância e Juventude, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial do Foro Regional de Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a partir de 17 de janeiro de 2024, primeiro dia útil posterior ao término da licença à gestante concedida à servidora ROBERTA GONÇALVES MENDES.

Curitiba, 5 de setembro de 2023.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 12461/2023 - DGRH

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2023.00243309, originado em razão do protocolizado sob nº 0118423-37.2023.8.16.6000, resolve

A U T O R I Z A R

a servidora JACQUELINE MARINE PIRES BERNARDINE, matrícula nº 15510, ocupante do cargo em comissão de Assistente III de Juiz de Direito do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná, a realizar atividades na modalidade de teletrabalho integral, pelo período de 365 dias.

Curitiba, 5 de setembro de 2023.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 12455/2023 - DGRH

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições delegadas pelo Decreto Judiciário 53/2021, tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo Informatizado número 2023.00243129, originado em razão do protocolizado sob nº 0118418-15.2023.8.16.6000, resolve

E X O N E R A R

MARIANA PONCIO, matrícula nº 19748, do cargo de provimento em comissão de Assistente III de Juiz de Direito, símbolo 4-C, do Gabinete da Juíza de Direito Substituta Claudia Spinassi, da 2ª Seção Judiciária com sede na Comarca de Cascavel, a partir de 4 de setembro de 2023, com fundamento no artigo 51, inciso I, da Lei nº 16.024/2008.

Curitiba, 5 de setembro de 2023.

HÉLCIO JOSÉ VIDOTTI
Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUÍZO DO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA DE GUARAPUAVA

EDITAL N° 2327/2023
SEI!TJPR N° 0098702-02.2023.8.16.6000

ORDEM	MATRÍCULA	NOME	NOTA
1	0500377	KAROLLYNE VITORIA PEINADO DA SILVA	8,10
2	0486212	ALLANYS ALVES BUGS	8,05
3	0481465	JESSICA DOS ANJOS BARBOSA	7,95
4	0510152	BRENO VEIGA DOS SANTOS	7,50

Curitiba, 5 de Setembro de 2023.

FLAVIANI ANDRADE DE LARA
Chefe da Divisão de Estágio
Departamento de Gestão de Recursos Humanos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO
PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO RENATO CRUZ DE OLIVEIRA JÚNIOR NO FORO REGIONAL DE ROLÂNDIA

EDITAL N° 2328/2023
SEI!TJPR N° 0107672-88.2023.8.16.6000

ORDEM	INSCRIÇÃO	NOME	NOTA
1	0483466	BRUNO ROMANO	7,5

Curitiba, 5 de Setembro de 2023.

FLAVIANI ANDRADE DE LARA
Chefe da Divisão de Estágio
Departamento de Gestão de Recursos Humanos

Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados

Departamento Econômico e Financeiro

Departamento do Patrimônio

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO
DESPACHOS DO PRESIDENTE

DESPACHO Nº 1629/2023 - CPER-4CLMPPE
PROTOCOLO 0096559-74.2022.8.16.6000
PREGÃO ELETRÔNICO Nº27/2023

I - Tendo em vista as manifestações da pregoeira (doc. 9484199), em que foi relatado o desenvolvimento do pregão de lote único, e o atendimento aos requisitos previstos no edital, bem como o Parecer Jurídico DTIC-CJ (doc. 9485415), a análise do NGRC (doc. 9495371) e do senhor Secretário (doc. 9496802), **HOMOLOGO** o julgamento materializado na Ata do Pregão Eletrônico nº 27/2023, devidamente juntada ao processo (doc. 9482574), que tem por objeto a "*expansão da solução blade hpe synergy com a aquisição de servidores compatíveis com esta solução, e seus softwares de gerenciamento, bem como garantia do hardware, software e serviços de instalação, suporte, reposição de peças e suporte técnico pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses*", conforme critérios, especificações e necessidades descritos nos Anexos I e II, partes integrantes deste edital convocatório (doc. 9382894) e, observadas as disposições legais, confirmo a ADJUDICAÇÃO do objeto, do lote único, pelo valor total de R$ 2.440.077,00 (dois milhões quatrocentos e quarenta mil e setenta e sete reais), à licitante **HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA.CNPJ** 61.797.924/0007-40, conforme proposta recomposta (doc. 9457719) abaixo transcrita:

LOTE 1 - PARTICIPAÇÃO GERAL

Nº DO ITEM	ESPECIFICAÇÕES	FABRICANTE (MARCA) E MODELO/ SÉRIE*	VALOR LANCE VENCEDOR UNITÁRIO R$		TOTAL DO ITEM R$	
1	Fornecimento de 16 servidores de processamento de dados com 2 processadores e 1,5 Tb de memória volátil RAM, em arquitetura Blade HPE Synergy, com software de gerenciamento licenciado e garantia pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses.	**HPE/HPE SY480 Gen10 Plus**	**R$**	**2.225.515,49**	**R$**	**2.225.515,49**
2	Prestação de serviços de planejamento, instalação, configuração, suporte com reposição de peças e suporte técnico pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses.	**HPE/HPE Serviços**	**R$**	**214.561,51**	**R$**	**214.561,51**

VALOR GLOBAL DO LANCE VENCEDOR LOTE nº 01 (considerar-se-á como global o somatório dos preços totais de cada item que compõe este Lote)..... **R$ 2.440.077,00**

II - À 4ª Comissão de Licitação na Modalidade de Pregão Presencial/Eletrônico para as providências de publicação e cadastro;

III - Ao Departamento Econômico e Financeiro para ciência e providências cabíveis;
IV - À Consultoria Jurídica do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação para ciência e providências quanto à contratação;
V - À Divisão de Licitações do Departamento do Patrimônio para disponibilização dos estudos técnicos preliminares e tabela de pesquisa de preços no portal deste Tribunal, quando aplicável;
VI - À Divisão de Infraestrutura do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, para ciência e demais providências;
VII - Publique-se.

Em 05 de setembro de 2023.

DES. LUIZ FERNANDO TOMASI KEPPEN
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO

DESPACHO Nº 1628/2023 - DP-CJ

SEI!TJPR Nº 0038388-90.2023.8.16.6000
SEI!DOC Nº 9461592
I - Trata-se de apuração dos fatos noticiados através de petição formulada pela empresa San Pietro Vacinas Ltda, CNPJ: 18.887.366/0001-90 em que relata a ocorrência de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico 16/2023, cujo objeto é a aquisição e aplicação de vacinas para o Tribunal de Justiça do Paraná.
A empresa VACINEMAIS CLINICA DE VACINACAO LTDA-ME., CNPJ/CPF: 21.207.186/0001-24, incidiu, em tese, na violação de uso irregular da condição de EPP, com apresentação de declaração falsa no sentido de que estaria apta a usufruir do tratamento diferenciado destinado a microempresas e empresas de pequeno porte.
Isto porque, além da empresa Vacinemais por si só extrapolar o limite de receita bruta no ano de 2022 para o enquadramento como EPP (receita bruta auferida de R$ 6.231.410,29), o sócio Marlon Rodrigues de Araujo que possui 55% das cotas sociais da empresa Vacinemais, também é sócio com 50% das cotas sociais da empresa Macmed, sendo seu administrador (cláusula quinta, doc. 9365340), sendo que ambas auferiram conjuntamente a receita bruta de R$ 11.026.928,82 em 2022, ultrapassando mais que o dobro do limite atualizado para enquadramento de empresa como sendo de pequeno porte, afrontando, em tese, a vedação constante em vários incisos do art. 3, § 4º da LC 123/2006.
O Decreto Estadual nº 10.086/22 que revogou o Decreto Estadual nº 2474/2015 repetiu a previsão no sentido de:
(.....)
Art. 122. O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, **no ano fiscal anterior,** ou por outra razão perder a condição de beneficiário do tratamento diferenciado, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais sanções caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos neste Regulame
Para se constatar a fraude na licitação basta a mera participação em certame na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte de empresa que não possuia as condições legais para tanto, no caso em análise a empresa Vacinemais, doc. 9037943, apresentou proposta para os 07 lotes que integravam o certame, sagrando-se vencedora de 03 lotes, firmando o contrato nº 107/2023 no valor máximo estimado de R$ 330.783,76 (trezentos e trinta mil, setecentos e oitenta e três reais e setenta e seis centavos), o que reforça a tipificação de fraude e agrava a conduta da empresa.
O edital da licitação disciplina que:
(....)
6.4. Caso haja participação de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) serão assegurados os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 para as pessoas jurídicas ou pessoas físicas **que se identificarem como ME ou EPP no campo apropriado do sistema.**
6.4.1. É de responsabilidade exclusiva da licitante o seu **correto enquadramento como ME ou EPP no sistema eletrônico.**
(...)
9.10. Para os lotes não destinados às microempresas ou empresas de pequeno porte, após a conclusão da etapa de lances, o sistema detectará a existência da situação de empate ficto e convocará, na ordem de classificação, a ME ou EPP para apresentar nova proposta de preço inferior ao menor lance registrado, no prazo de 05 (cinco) minutos. Não havendo manifestação da licitante convocada, o sistema verificará se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática.
9.10.1. Entende-se por empate ficto aquelas situações em que o valor da proposta apresentada por microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) seja igual

ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta melhor classificada, desde que esta não esteja enquadrada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP).
(....)
11.1. A arrematante deverá anexar ao sistema www.licitacoes-e.com.br por meio da opção "Enviar Anexo", até as 19:00h do primeiro dia útil seguinte ao encerramento da etapa de lances, a proposta recomposta assinada contendo obrigatoriamente todas as informações constantes do modelo do Anexo III (disponível para download no site https://www.tjpr.jus.br/editais), bem como, os seguintes documentos complementares:
a) declaração de apresentação de proposta independente, ausência de impedimentos e cumprimento das exigências do edital, conforme o modelo do Anexo IV;
b) **declaração de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme o modelo do Anexo V;**
No capítulo 19 - Das Penalidades e Sanções Administrativas prescreve:
19.1.A licitante que incorrer em infrações administrativas sujeitar-se-á às seguintes sanções:
a) advertência;
b) multa, na forma prevista neste instrumento convocatório, com relação às infrações previstas neste edital, cometidas no processo licitatório;
c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal de Justiça, por prazo não superior a 02 (dois) anos, ressalvada a hipótese do artigo 155 da Lei Estadual nº 15.608/2007, quando os efeitos serão estendidos aos demais órgãos e entidades do Estado;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;
e) sanções previstas na minuta contratual (anexo VII deste edital), cometidas na fase de execução contratual;
f) descredenciamento do sistema de registro cadastral.
(...)
19.4. Ficam estipuladas as seguintes multas:
19.4.1. multa de 0,1% (zero virgula um por cento) a 10% (dez por cento) **do valor total fixado no edital para o(s) item(ns) objeto da proposta**, nas hipóteses:
19.4.1.1. a quem, quando solicitado, não entregar a documentação exigida para o certame, deixar de apresentar documento na fase de saneamento ou pré-contratual;
19.4.1.2. por não manter a proposta, deixar de assinar a ata de registro de preços, contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente;
19.4.1.3. por apresentar **declaração falsa** e/ou documento falso;
19.4.1.4. por fazer declaração falsa na fase de habilitação;
(....)
19.8. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição por até 5 (cinco) anos, será aplicada nas hipóteses em que o licitante:
19.8.1. **fizer declaração falsa** na fase de habilitação;
19.8.2. apresentar documento falso;
19.8.3. frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
A Consultoria Jurídica do Departamento do Patrimônio elaborou Parecer Jurídico doc. 9461566 para delimitar os fatos a serem apurados e as penas passíveis de aplicação.
II - Ante o exposto, acolho o Parecer Jurídico 9461566 da Consultoria Jurídica do Departamento do Patrimônio para **DETERMINAR** a abertura de processo administrativo, com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei Federal nº 8666/93; art. 150 e seguintes da Lei Estadual nº 15.608/2008, bem como nos itens (6.4; 6.4.1; 11.1, "b" e (19.4.1; 19.4.1.3; 19.4.1.4; 19.8. e 19.8.1), em face da empresa contratada **VACINEMAIS CLINICA DE VACINACAO LTDA-ME., CNPJ/ CPF: 21.207.186/0001-24**, para apurar eventual irregualaridade consistente na apresentação de declaração falsa da condição de EPP para usufrir indevidamente dos benefícios do regime diferenciado da Lei Complementar 123/06.
III - À Divisão de Gestão de Contratos-DP, para a publicação da presente decisão.
IV - À Comissão Permanente de Apuração de Irregularidades e Aplicação de Sanções Administrativas às Empresas Contratadas para os devidos fins.

Em 05/09/2023.

MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI
Subsecretária do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO

DESPACHO Nº 1626/2023 - DP-CJ

SEI!TJPR Nº 0064397-70.2015.8.16.6000
SEI!DOC Nº 9486863
I - Trata-se de requerimento formulado pela empresa Mercuri, Construção, Aluguel e Administração de Imóveis Próprios Ltda para reajuste do valor do aluguel do contrato de locação de Imóvel nº 134/2013, cujo objeto consiste na locação do imóvel situado na Rua Professora Amazília, nº 780, na cidade de União da Vitoria, pelo índice IPC/ FIPE (doc. 8535477).
II - A Comissão de Estudos de Reavaliação de Contratos, em sua manifestação, destacou que a negociação foi concluída nos seguintes termos (docs. 9441167):
***"- [...]* Negociação**: R$ 25.068,00 (menor que o valor máximo da avaliação), ou seja, uma economia mensal de **R$ 1.369,53** em relação ao valor apresentado no pedido exordial, e, de **R$ 1.068,30** mensais em relação ao valor de reajuste apresentado pelo DEF."
III - Com fundamento na informação do DEF (doc. 9453573) **DECLARO** que os recursos financeiros a serem aplicados na contratação a que se refere este procedimento têm adequação orçamentária e financeira, com o PPA, LDO e LOA.
IV- A Consultoria Jurídica do Departamento do Patrimônio opinou que o reajuste tem previsão contratual e legal (doc. 9486833).
V- Sendo assim, **ACOLHO** o parecer da Consultoria Jurídica do Patrimônio (doc. 9486833) e a negociação realizada pela Comissão de Estudos e Reavaliação de Contratos (docs. 9441167) e **DEFIRO** o reajustamento do contrato relativo ao período de **12.09.2021** a **11.09.2022,** de acordo com negociação realizada pela Comissão de Estudos e Reavaliação de Contratos (doc. 9441167), passando o valor mensal da locação de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) para R$ 25.068,00 (vinte e cinco mil e sessenta e oito reais), com vigência a partir de 11 de janeiro de 2023 (data do requerimento - doc. 8535334), conforme prevê a cláusula 5.2. do contrato 134/2013 (doc. 0514555).
VI- Publique-se.
VII - Ao DEF para emissão da nota de empenho e providências orçamentárias.
VIII- À DGC para ciência e providências cabíveis.
IX- Após, à Consultoria Jurídica do Departamento do Patrimônio para elaboração da apostila

Em 29/08/2023.

MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI
Subsecretária do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO

DESPACHO Nº 1627/2023 - DP-CJ

SEI!TJPR Nº 0108849-87.2023.8.16.6000
SEI!DOC Nº 9518513
I- Trata-se de requerimento formulado pela empresa Pato Copos Comércio & Personalização Ltda em que solicita a prorrogação do prazo de entrega dos materiais solicitados pelo empenho 23001144, efetuado no dia 14/08/2023, a fim de que o termo final passe a ser dia 31/08/2023 (doc. 9438863).
Em síntese, a empresa aponta como fundamento para seu pedido que em decorrência do clima úmido as madeiras não secaram, motivo pelo qual seu fornecedor atrasou a entrega dos produtos (doc. 9472169).
Foi juntado e-mail de seu fornecedor esclarecendo que devido ao clima úmido, houve atraso na secagem das madeiras, ocasionando atraso no atendimento do pedido (doc. 9472169).
A Divisão de Controle Patrimonial do Departamento do Patrimônio informou que os produtos foram entregues em 30/08/2023 e não houve prejuízos a esta corte em decorrência do atraso (doc. 9509895)
II- A Consultoria Jurídica do Departamento do Patrimônio OPINOU, com fundamento no art. 57, §1º, inciso V, da Lei 8.666/93, pelo deferimento do pedido de prorrogação do prazo de entrega.
III - Diante do exposto, **ACOLHO** o parecer da Consultoria Jurídica do Departamento do Patrimônio (doc. 9518506) e, com fundamento no art. 57, §1º, inciso V, da Lei 8.666/93, **DEFIRO** o pedido de prorrogação formulado pela **empresa** Pato Copos Comércio & Personalização Ltda a fim de que o prazo final para entrega dos bens objetos do empenho constante no expediente passe a ser o dia 31 de agosto de 2023.
IV - Publique-se.
V - À Divisão de Compras para ciência, registros e demais providências pertinentes.
VI - À DCP para ciência e encaminhamento de cópia da presente decisão à empresa.

Em 05/09/2023.

MARIANA DA COSTA TURRA BRANDÃO
Diretora do Departamento do Patrimônio

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO

TERMO ADITIVO Nº 01
Contrato nº 185/2022

SEI!TJPR Nº 0058467-27.2022.8.16.6000
SEI!DOC Nº 9506734

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, CNPJ nº 77.821.841/0001-94, sito nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, no Palácio da Justiça, sito na Praça Nossa Senhora Salete s/nº, Centro Cívico, representado neste ato pela diretora do Departamento do Patrimônio, **MARIANA DA COSTA TURRA BRANDÃO,** doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **MBM SEGURADORA S.A**, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, com sede na Rua dos Andradas, nº 772, Centro, na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ sob nº 87.883.807/0001-06, telefone: (51) 3216.2552, **legalmente representadapor Luiz Eduardo Dilli Gonçalves**, portador da cédula de identidade 1025070465 SSP/RS e CPF nº 400.624.730-34, e-mail: licita2@mbmseguros.com.br e **Paulo Fernando Hendges**, portador da cédula de identidade 2014765172 SSP/RS e CPF nº 375.460.660-34, e-mail: licita3@mbmseguros.com.br, firmam o presente termo, têm justo e acordado entre si a **PRORROGAÇÃO** do **contrato nº 185/2022**(8374043), pelo presente termo aditivo n° 1, que tem por objeto a prestação de serviços de seguro contra acidentes pessoais para assegurar até 6.000 (seis mil) estagiários remunerados no âmbito do Poder Judiciário (inclusos os que estão em regime de teletrabalho) do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná tudo conforme o disposto em legislação sobre licitações e contratos, particularmente na Lei Estadual nº 15608, de 16 de agosto de 2007, e, no tocante às normas gerais e penais, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na forma que segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA DA PRORROGAÇÃO: O prazo a que se refere à Cláusula Quarta do Contrato fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a partir das 24 horas do dia 20/11/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas vinculadas a este aditivo correrão por conta da rubrica orçamentária 3.3.90.39.69

CLÁUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÃO GERAL: Ficam mantidas e incorporadas a este termo as demais condições e cláusulas do contrato.

E por haverem assim justo e contratado, depois de lido e achado conforme, vai este Termo Aditivo devidamente assinado eletronicamente, na presença de duas (02) testemunhas, como adiante se vê.

Curitiba, 04/09/2023.

MARIANA DA COSTA TURRA BRANDÃO
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO

Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação

Departamento de Engenharia e Arquitetura

Departamento Judiciário

Divisão de Distribuição

Seção de Preparo

Seção de Mandados e Cartas

Tribunal de Justiça
Departamento Judiciário
Seção de Mandados e Cartas Cíveis
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE EVENTUAIS SUCESSORES DE SATORO SATO
PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS
O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS GABARDO, RELATOR NOS AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL,
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem e dele tiverem conhecimento, que por este Tribunal de Justiça tramita o Recurso de APELAÇÃO CÍVEL Nº 0034231-44.2010.8.16.0014 Ap, e dele é extraído o presente edital para a INTIMAÇÃO de EVENTUAIS SUCESSORES de SATORO SATO, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, manifestem interesse na sucessão do polo ativo da presente ação de cobrança e, querendo, promovam a respectiva habilitação, sob pena de extinção, consoante disposto no artigo 313, §2º, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015. E para que ninguém possa alegar ignorância, expede-se o presente edital, que terá publicidade legal e afixação no local de costume.
Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, datado digitalmente.
Des. LUIZ CARLOS GABARDO
Relator

Tribunal de Justiça
Departamento Judiciário
Seção de Mandados e Cartas Cíveis
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SANDRA LAURINDA SCHEIBE RAYMUNDO E CELSO SCHEIBE
PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS
O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR ROTOLI DE MACEDO, RELATOR NOS AUTOS DE APELAÇÃO CÍVEL,
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem e dele tiverem conhecimento, que por este Tribunal de Justiça tramita o Recurso de APELAÇÃO CÍVEL Nº 0006323-92.2023.8.16.0034, e dele é extraído o presente edital para a INTIMAÇÃO de SANDRA LAURINDA SCHEIBE RAYMUNDO e CELSO SCHEIBE, atualmente em lugar incerto e não sabido, para, querendo, se manifestarem quanto ao interesse no prosseguimento do feito. E para que ninguém possa alegar ignorância, expede-se o presente edital, que terá publicidade legal e afixação no local de costume.
Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, datado digitalmente.
Des. ROTOLI DE MACEDO
Relator

Tribunal de Justiça
Departamento Judiciário
Seção de Mandados e Cartas Cíveis
EDITAL DE INTIMAÇÃO DOS AGRAVADOS DESCONHECIDOS
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR RUY ALVES HENRIQUES, RELATOR NOS AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO,
FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem e dele tiverem conhecimento, que por este Tribunal de Justiça tramita o Recurso de AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0077382-48.2023.8.16.0000, e dele é extraído o presente edital para a INTIMAÇÃO dos AGRAVADOS DESCONHECIDOS, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem contrarrazões. E para que ninguém possa alegar ignorância, expede-se o presente edital, que terá publicidade legal e afixação no local de costume.
Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, datado digitalmente.
Des. RUY ALVES HENRIQUES
Relator

Divisão de Processo Cível

Divisão de Processo Crime

Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores

Processos do Órgão Especial

FUNREJUS

Núcleo de Conciliação do 2º Grau

Departamento de Gestão de Precatórios

PROTOCOLO: 200300092093 - **OF. REQUISITÓRIO: 2003/92093**
REQUISITANTE: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA - FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
REFERENCIA: DECLARATÓRIA nº 0005763-37.2009.8.16.0004
CREDOR(A): SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ e Outros(as)
Adv. Credor Dr(a): DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JUNIOR
DEVEDOR(A): ESTADO DO PARANÁ (PR)
Adv. Devedor Dr(a): JOSÉ IVO DE AGUIAR OLIVEIRA, CLAUDIO MOREIRA PHILOMENO GOMES NETO
CESSIONÁRIA: ANA ZULMIRA CANET KRAUSE
Adv. Cessionários Dr(a): ANATHALIA FAVARO DE CARVALHO
INFORMACAO DGP-DA 9523395 - SEI 0118241-51.2023.8.16.6000: Trata-se de notificação apresentada pela cessionária ANA ZULMIRA CANET KRAUSE, comunicando cessões de crédito referentes ao precatório requisitório nº 2003/92093. Nos termos com o art. 101, do Decreto Judiciário nº 520/2020: *?Art. 101. Os atos regulamentados neste Decreto Judiciário devem ser realizados de ofício pelos servidores do Departamento de Gestão de Precatórios, observados os procedimentos previstos, decisões e comunicações provenientes dos juízos das execuções. Parágrafo único. Em regra, os atos ordinatórios, os atos registrais e as informações devem ser realizados independentemente de despacho, podendo, se necessário, ser suscitada dúvida."* **1. Cessão referente à cedeia dominial da credora originária SIMONE MARIA ABRAHÃO DOS SANTOS** Considerando a abertura de apenso junto ao **Sistema Projudi sob o nº 0006116-50.2023.8.16.7000**, para pagamento do crédito da credora originária SIMONE MARIA ABRAHÃO DOS SANTOS, a comunicação deve ser efetuada naqueles autos junto ao projudi, nos termos das diretrizes estabelecidas no Decreto Judiciário nº 1347/2015. Ressalto que a notificação de cessão deve respeitar os requistos do Decreto Judiciário nº 520/2020, bem como estar acompanhada do comprovante de comunicação ao ente devedor, conforme recente alteração da Resolução nº 303/CNJ, art. 45, §2º, *in verbis: "Art. 45. Após a apresentação da requisição, a cessão total ou parcial somente será registrada se o interessado comunicar ao presidente do tribunal sua ocorrência por petição instruída com os documentos comprobatórios do negócio jurídico, e depois de intimadas as partes por meio de seus procuradores. (...) § 2º Os efeitos da cessão ficam condicionados ao registro a que alude o parágrafo anterior, assim como à comunicação, por meio de petição protocolizada ao ente federativo devedor".* **2. Cessão referente à cadeia dominial da credora originária NAIR ESPINDOLA GREBOGGY** Informo que a cessão noticiada no presente protocolado já havia sido anotada junto ao Sistema de Gestão de Precatórios - SGP, em vista do protocolo nº 109.125 de 2010. Todavia, a cadeia de cessões se encontra com o *status* de suspensa, em razão de os cedentes - intitulados sucessores de NAIR ESPINDOLA GREBOGGY - não estarem cadastrados no rol de credores do precatório infra, junto ao SGP. Informo, ainda, que a habilitação de herdeiros deve ser realizada primeiramente junto ao Juízo de origem do precatório, nos termos do artigo 53, do Decreto Judiciário nº 520/2020, ressaltando que a não regularização acarreta a impossibilidade de utilização ou recebimento do crédito cedido, sendo os valotres remetidos à vara de origem quando do pagamento do precatório. **3. Cessão referente à cadeia dominial da sucessora/herdeira EDNA LEAL DE OLIVEIRA (credor originário OSCAR DE OLIVEIRA)** Informo que a cessão noticiada no presente protocolado já havia sido anotada junto ao Sistema de Gestão de Precatórios - SGP, em vista do protocolo nº 109.122 de 20100000000. Todavia, a cadeia de cessões se encontra com o *status* de suspensa, por força do Desapcho doc.SEI 5894381 proferido no protocolo SEI 0099320-49.2020.8.16.6000, em razão de aparente excesso de cessão, eis que consta cessão do percentual de 94% realizado pela sucessora/herdeira EDNA LEAL DE OLIVEIRA em favor de MARKOELETRO COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA. (escritura pública do 6º Tabelionato de Notas de Curitiba, Livro 0839-E, Folhas 175/175, de 29/12/2000. **4. Cessão referente à cadeia dominial do credor originário MARCOS ANTONIO ISIDORO** Informo que a cessão noticiada no presente protocolado já havia sido anotada junto ao Sistema de Gestão de Precatórios - SGP, em vista do protocolo nº 109.122 de 2010. Informo, ainda, que consta anotação no Sistema de Gestão de Precatórios - SGP de acordo direto firmado pela noticiante (Acordo Direito nº 005/2017 - SEI 0031047-23.2017.8.16.6000). **5. Cessão referente à cadeia dominial do credor originário MANOEL GOMES RODRIGUES** Informo que a cessão noticiada no presente protocolado foi anotada junto ao Sistema de Gestão de Precatórios - SGP, na cadeia do credor originário MANOEL GOMES RODRIGUES, com a porcentagem definida do saldo transferido, conforme escritura pública de cessão. Informo, ainda, que a cessão se encontrava anotada no cadastro CESSÃO SEM CREDOR ORIGINÁRIO, em razão de o protocolo à época (protoclo nº 2010/109122) não apresentar a cadeia completa, o que impossibilitava a identificação correta do credor a que se referia. Informo, ainda, que foi procedido ao cadastro da advogada subscritora da notificação, no campo respectivo do SGP. **6. Cessão referente à cadeia dominial da credora originária SONIA MARA CORDEIRO DA SILVA** Informo que a cessão noticiada no presente protocolado foi anotada junto ao Sistema de Gestão de Precatórios - SGP, na cadeia da credora originária SONIA MARA CORDEIRO DA SILVA, com a porcentagem definida do saldo transferido, conforme escritura pública de cessão. Informo, ainda, que a cessão se encontrava anotada no cadastro CESSÃO SEM CREDOR ORIGINÁRIO, em razão de o protocolo à época (protoclo nº 2010/109122) não apresentar a cadeia completa, o que impossibilitava a identificação correta do credor a que se referia. Informo, ainda, que foi procedido ao cadastro da advogada subscritora da notificação, no campo respectivo do SGP. Ciência ao credor, devedor e cessionários interessados acerca da presente informação, para, querendo, manifestarem-se no prazo de 5 (cinco) dias. Ciência ao Juízo da execução. Decorrido o prazo sem manifestação, extraia-se cópia integral deste protocolo e junte-se no referido precatório. Por fim, certificado o cumprimento, conclua-se o presente. Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.* **Ruy José Miranda Ratton** Divisão Administrativa Departamento de Gestão de Precatórios

---

PROTOCOLO: 200300092093 - **OF. REQUISITÓRIO: 2003/92093**
REQUISITANTE: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA - FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
REFERENCIA: DECLARATÓRIA nº 0005763-37.2009.8.16.0004
CREDOR(A): SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ e Outros(as)
Adv. Credor Dr(a): DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JUNIOR
DEVEDOR(A): ESTADO DO PARANÁ (PR)
Adv. Devedor Dr(a): JOSÉ IVO DE AGUIAR OLIVEIRA, CLAUDIO MOREIRA PHILOMENO GOMES NETO
CESSIONARIO: JAYME CANET NETO
Adv. Cessionários Dr(a): NATHALIA FAVARO DE CARVALHO
INFORMACAO DGP-DA 9526239 - SEI 0118242-36.2023.8.16.6000: Trata-se de notificação apresentada pela cessionária JAYME CANET NETO, comunicando cessões de crédito referentes ao precatório requisitório nº 2003/92093. Nos termos com o art. 101, do Decreto Judiciário nº 520/2020: *?Art. 101. Os atos regulamentados neste Decreto Judiciário devem ser realizados de ofício pelos servidores do Departamento de Gestão de Precatórios, observados os procedimentos previstos, decisões e comunicações provenientes dos juízos das execuções. Parágrafo único. Em regra, os atos ordinatórios, os atos registrais e as informações devem ser realizados independentemente de despacho, podendo, se necessário, ser suscitada dúvida."* **1. Cessão referente à cadeia dominial do credor originário MANOEL GOMES RODRIGUES** Informo que a cessão noticiada no presente protocolado foi anotada junto ao Sistema de Gestão de Precatórios - SGP, na cadeia do credor originário MANOEL GOMES RODRIGUES, com a porcentagem definida do saldo transferido, conforme escritura pública de cessão. Informo, ainda, que a cessão se encontrava anotada no cadastro CESSÃO SEM CREDOR ORIGINÁRIO, em razão de o protocolo à época (protoclo nº 2010/109141) não apresentar a cadeia completa, o que impossibilitava a identificação correta do credor a que se referia. Informo, ainda, que foi procedido ao cadastro da advogada subscritora da notificação, no campo respectivo do SGP. **2. Cessão referente à cadeia dominial da credora originária SONIA MARA CORDEIRO DA SILVA** Informo que a cessão noticiada no presente protocolado foi anotada junto ao Sistema de Gestão de Precatórios - SGP, na cadeia da credora originária SONIA MARA CORDEIRO DA SILVA, com a porcentagem definida do saldo transferido, conforme escritura pública de cessão. Informo, ainda, que a cessão se encontrava anotada no cadastro CESSÃO SEM CREDOR ORIGINÁRIO, em razão de o protocolo à época (protoclo nº 2010/109141) não apresentar a cadeia completa, o que impossibilitava a identificação correta do credor a que se referia. Informo, ainda, que foi procedido ao cadastro da advogada subscritora da notificação, no campo respectivo do SGP. Ciência ao credor, devedor e cessionários interessados acerca da presente informação, para, querendo, manifestarem-se no prazo de 5 (cinco) dias. Ciência ao Juízo da execução. Decorrido o prazo sem manifestação, extraia-se cópia integral deste protocolo e junte-se no referido precatório. Por fim, certificado o cumprimento, conclua-se o presente. Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.* **Ruy José Miranda Ratton** Divisão Administrativa Departamento de Gestão de Precatórios

---

PROTOCOLO: 200300092093 - **OF. REQUISITÓRIO: 2003/92093**

REQUISITANTE: 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA - FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
REFERENCIA: DECLARATÓRIA nº 0005763-37.2009.8.16.0004
CREDOR(A): SINDICATO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ e Outros(as)
DEVEDOR(A): ESTADO DO PARANÁ (PR)
CESSIONARIOS: FABRÍCIO SLAVIERO FUMAGALLI, CRISTIANO SLAVIERO FUMAGALLI, FELIPE SLAVIERO FUMAGALLI
Adv. Cessionários Dr(a): GUSTAVO GOMES XAVIER DE OLIVEIRA
DESPACHO DGP-CJ 9521789 - SEI 0101261-29.2023.8.16.6000: Considerando que a cessão primária em favor de TM INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA pode ter sido realizada por pessoa que não é credora do Precatório nº 92.093/2003, intimem-se os requerentes/cessionários CRISTIANO SLAVIERO FUMAGALLI, FABRICIO SLAVIERO FUMAGALLI e FELIPE SLAVIERO FUMAGALLI para que, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, se manifestem sobre a Informação 9494596, que apontou a divergência entre o credor ANTONIO ROCHA ARAÚJO (CPF nº 238.359.829-15) e ANTONIO ROCHA DE ARAÚJO (CPF Nº 369.682.189-68). Curitiba, data da assinatura digital. Antonio Franco Ferreira da Costa Neto Juiz Supervisor do Departamento de Gestão de Precatórios (INFORMACAO DGP-DA 9494596: Tendo em vista o contato da Vara de execução apontando divergências acerca do CPF/MF do cedente ANTONIO ROCHA ARAÚJO quando do cadastro junto ao sistema Projudi, procedemos a revisão da cadeia de cessões do referido credor originário do precatório requisitório nº 2003/92093. Assim, da análise da escritura pública de cessão acostada no doc.SEI 9370175 (fls. 45/47-pdf) foi possível constatar que a cessão foi realizada por: - ANTONIO ROCHA DE ARAÚJO, funcionário público federal, portador da CI nº 3.090.040-5 SSP-PR, CPF/MF nº 369.682.189-68. Todavia, o credor originário do precatório requisitório nº 2003/92093 é: - ANTONIO ROCHA ARAÚJO (nome correto na consulta do CPF: ANTONIO ROCHA DE ARAÚJO), CPF/MF nº 238.359.829-15. Informo que a cessão originária, em favor de TM INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA. já havia sido anotada junto ao Sistema de Gestão de Precatórios - SGP, em vista do protocolo nº 98.247 de 2011. Assim, diante da divergência observada, alteramos o status da cadeia de cessões para "suspensa" junto ao Sistema de Gestão de Precatórios -SGP, nos termos do art. 61, do Decreto Judiciário nº 520/2020.)

Corregedoria da Justiça
Plantão Judiciário Capital
Divisão de Concursos da Corregedoria
Conselho da Magistratura
Comissão Int. Conc. Promoções
Sistemas de Juizados Especiais Cíveis e Criminais
Comissão Permanente de Avaliação Documental
Comarca da Capital
Direção do Fórum
Cível
Crime
Fazenda Pública

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Juízo de Direito da Secretaria Unificada das Varas da Fazenda Pública - 2ª Vara do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, sito na Rua da Glória, 362, Centro Cívico, Curitiba/PR CEP 80.030-060 Tel 41 3561-7956 . EDITAL DE INTIMAÇÃO O presente edital é expedido em cumprimento a decisão de mov. 77.1, com prazo de 60 (sessenta) dias para que os eventuais herdeiros de NILZA APARECIDA DE CAMARGO LARSON, inscrita no CPF com final nº XXX.XXX.249-15, com último endereço conhecido no Bairro Vila Bela, Guarapuava, Paraná, sendo o único herdeiro conhecido e constante nos autos JOSÉ MARIA DE CAMARGO LARSSON, com último endereço conhecido em Guarapuava, Estado do Paraná para que querendo se habilitem nos autos sob pena de extinção. Classe Processual: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública Assunto Principal: Subsídios Processo nº: 0008338-76.2013.8.16.0004 Polo Ativo(s): JOSE MARIA DE CAMARGO LARSSON Polo Passivo(s): ESTADO DO PARANÁ Decisão: 1.Em razão do retorno negativo da intimação expedida em seq. 74, intimem-se os eventuais herdeiros por meio de edital, com prazo de 60 (sessenta) dias, para querendo, se habilitarem nos autos. Estando em termos, expede-se o presente edital de intimação da(s) parte(s) supramencionada(s) para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a fluir após o prazo de 20 dias da última publicação, se manifeste(m). E PARA QUE CHEGUE AO CONHECIMENTO DE TODOS, e ninguém possa alegar ignorância, foi expedido o presente Edital, que será publicado na forma da lei e afixado no local de costume. Dado e passado nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, em 15 de junho de 2023, eu SHELDON RANDALL RODRIGUES DA ROSA, Técnico Judiciário, digitei, conferi e subscrevi. Curitiba, 15 de junho de 2023. MARCELO RESENDE CASTANHO JUIZ DE DIREITO

2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ. FORO CENTRAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL - PROJUDI.
Rua da Glória, 362 - 7º andar - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.030-060 - Fone: (41) 3200-4733 - E-mail: CTBA-28VJ-S@tjpr.jus.br
Processo: 0018970-54.2023.8.16.0185
Classe Processual: Recuperação Judicial
Assunto Principal: Recuperação judicial e Falência
Valor da Causa: R$ 28.788.472,44 (vinte e oito milhões setecentos e oitenta e oito mil quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos).
Autora: Bravya Fertilizantes Ltda
Réu(s): Este Juízo
Administradora Judicial: CBAJ - Companhia Brasileira de Administração Judicial
PRAZO - **15 (quinze) dias corridos**
Nos termos do art. 52, §1º, da Lei 11.101/2005, torna-se público que a empresa Bravya Fertilizantes Ltda ajuizou o presente pedido de Recuperação Judicial, com base nos artigos 47 e seguintes da lei 11.101/2005, alegando, em síntese, os fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos: que iniciou suas atividades em 2019, visando aprimorar a produtividade do agronegócio através da utilização de fertilizantes de alta performance. O lançamento no mercado ocorreu a partir de 2020, tendo a Requerente, logo no início de suas atividades, se deparado com dificuldades trazidas pela pandemia gerada pelo Covid-19. Contudo, mesmo diante dos desafios impostos pela pandemia, o que dificultou a entrada no mercado nos dois primeiros anos de atividade, a empresa alcançou números positivos de faturamento e resultado no período (notadamente em 2021), devido especialmente à alta qualidade dos fertilizantes por ela produzidos e comercializados. Ocorre que a trajetória linear de sucesso apresentada pela Bravya Fertilizantes até então foi interrompida, especialmente no ano de 2022, em virtude de especificidades mercadológicas, desarranjos comerciais e problemas de ordem interna, o que se verificou não somente com a Requerente, mas com o mercado como um todo. Alegou a viabilidade e reais chances de efetiva recuperação judicial, relatando ser responsável por mais de vinte empregos diretos e cerca de trezentos trabalhadores indiretos e/ou temporários. Requereu o deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial e atribuiu à causa o valor de R$ 28.788.472,44 (vinte e oito milhões setecentos e oitenta e oito mil quatrocentos e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos). DECISÃO JUDICIAL DO MOV. 11.1: 1. I - Trata-se de pedido de Recuperação Judicial ajuizado pela empresa Bravya Fertilizantes Ltda, inscrita no CNPJ sob o n. 35.047.816/0001-55, com sede na cidade de Curitiba/PR, nos termos da petição inicial e documentos juntados no mov. 1. A devedora demonstra que preenche os requisitos legais para requerimento da Recuperação Judicial, em consonância com os artigos 48, estando em termos a documentação exigida no artigo 51 da LFRJ e demonstrada, *a priori*, a possibilidade de superação da crise econômico-financeira. (...) Destarte, nos termos do artigo 52 da LFRJ, **DEFIRO o processamento da recuperação judicial da empresa Bravya Fertilizantes Ltda**, inscrita no CNPJ sob o n. 35.047 /0001-55, com sede na cidade de Curitiba/PR, na Avenida Silva Jardim, n. 2.600, conjunto 407. III - Ante ao exposto: a) **Nomeio como Administradora Judicial CBAJ - Companhia Brasileira de Administração Judicial**, sob a fé de seu grau, o que faço com fulcro nos termos do art. 52 da referida lei (...); - Deve a Secretaria: a) Intimar a recuperanda via telefone, na data do recebimento desta decisão, para apresentar em cinco dias a minuta do edital do § 1º, do artigo 52 da LFRJ. Com a apresentação da minuta do Edital, deve a Secretaria calcular o valor a ser recolhido para publicação do edital, intimando por telefone a recuperanda para recolhimento, em 24 horas; bem como para providenciar a publicação do edital, em jornal de grande circulação na mesma data em que publicado em órgão oficial, o que deverá ser comprovado nos autos em 05 dias. De tudo deverá lavrar certidão. b) Então, expedir o Edital na forma do § 1º, do artigo 52 da LFRJ, com prazo de 15 dias para habilitações e divergências que deverão ser apresentadas ao Administrador Judicial, por meio de endereço eletrônico fornecido. c) Apresentadas habilitações e/ou impugnações de crédito no bojo dos autos de falência deverão ser imediatamente riscadas, lavrando-se certidão; ato contínuo, intime-se o advogado subscritor para que observe os ritos previstos nos artigos 7º a 20 da LFRJ. d) Certificar o decurso do prazo do § 4º do artigo 6º da LFRJ; e) Certificar acerca da apresentação do plano de recuperação judicial no prazo do artigo 53 da LFRJ. II - Deve a Recuperanda: a) Apresentar à Serventia, em cinco dias a minuta do edital exigido no artigo 52, § 1º, c/c art 7º, § 1º, ambos da LFRJ, em arquivo eletrônico. Recolhendo, em 24 horas, o valor calculado pela Serventia para a publicação do Edital; bem como, no mesmo prazo, providenciar a publicação do edital, em jornal de grande circulação na mesma data em que publicado em órgão oficial, o que deverá ser comprovado nos autos em 05 dias. b) Comunicar a este Juízo todas as ações que venham a ser propostas contra si (artigo 6º, §6º, da LFRJ). c) Abster-se, até a aprovação do plano de recuperação judicial, de distribuir lucros ou dividendos a sócios e acionistas, sob pena de sujeitar-se ao disposto no artigo 168 (artigo 6º- A, da LFRJ). d) Ficando-lhe vedada, artigo 66 da LFRJ, a alienação ou oneração de bens ou direitos de seu ativo não circulante, inclusive para os fins previstos no artigo 67 da LFRJ, salvo mediante autorização deste juízo, salvo aqueles previamente autorizados no plano de recuperação judicial. e) Nos termos do artigo 52, IV, da Lei n. 11.101/2005, apresentar contas até o dia 20 de cada mês, enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores. f) Sem prejuízo da prestação de contas ao Juízo, à recuperanda caberá entregar mensalmente ao Administrador Judicial todos os documentos por ele solicitados, a fim de que possam ser fiscalizadas as atividades de forma adequada, sob pena de destituição de seus administradores (artigo 52, IV, da LFRJ). g) Apresentar o plano de recuperação judicial no prazo improrrogável de 60 dias contados da publicação desta decisão, observados os requisitos elencados nos artigos 53 e 54 da LFRJ, sob pena de convolação da recuperação judicial

em falência (artigo 73, II, da LFRJ). h) Em todos os atos, contratos e documentos firmados pelo devedor sujeito ao procedimento de recuperação judicial deverá ser acrescida, após o nome empresarial, a expressão "em recuperação judicial", artigo 69 da LFRJ. i) Fica advertida a recuperanda que o descumprimento de seus deveres e obrigações poderá ensejar o afastamento do devedor ou de seus administradores da condução da atividade empresarial (artigo 64, LFRJ). j) Bem como que a recuperaçaõ judicial poderá ser convolada em falência caso restem configuradas quaisquer das hipóteses do artigo 73 da Lei LFRJ. VI - Quanto às habilitações e/ou impugnações de crédito: a) As habilitações de crédito apresentadas ao Administrador Judicial (fase administrativa), deverão atender aos requisitos do artigo 9º da LFRJ. b) Por sua vez, as habilitações e impugnações de crédito propostas na forma no artigo 8º e 10º (fase judicial), deverão ser autuadas em separado (artigo 11 da LFRJ), sob pena de não serem conhecidas pelo Juízo. VII - Determino, com fulcro no artigo 52, II, da LFRJ, a dispensa da apresentação de certidões negativas para que a recuperanda exerça suas atividades, ressalvadas as exceções legais. VIII - Determino, com fulcro no artigo 52, III, da LFRJ, suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor sujeitos à recuperação judicial pelo prazo de 180 dias contados desta decisão, na forma do art. 6º desta Lei, permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do artigo 6º desta Lei e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do artigo 49 da LFRJ, cabendo à recuperanda proceder a comunicação aos respectivos juízos. IX - Promova-se a intimação eletrônica do Ministério Público e das Fazendas Públicas federal e de todos os Estados, Distrito Federal e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento, a fim de que tomem conhecimento da recuperação judicial e informem eventuais créditos perante o devedor, para divulgação aos demais interessados. X - Comunique-se como determina o artigo 69, parágrafo único, da LFRJ. XI - Após, devidamente certificados, venham os autos conclusos. XII - Intime-se. Ciência ao Ministério Público.

LISTA DE CREDORES DA RECUPERANDA BRAVYA FERTILIZANTES LTDA: CLASSE I - **TOTAL CLASSE I: R$ 0,00**; CLASSE II - **TOTAL CLASSE II: R$ 0,00**; CLASSE III - Olim Agro Cereais Ltda R$ 881.843,68 Ponto Rural Comercio e Distribuição de Insumos Agricolas Ltda R$ 80.132,22 Ponto Rural Comercio e Distribuição de Insumos Agricolas Ltda R$ 290.339,07 Ponto Rural Comercio e Distribuição de Insumos Agricolas Ltda R$ 1.082.408,40 Ponto Rural Comercio e Distribuição de Insumos Agricolas Ltda R$ 79.582,57 Ponto Rural Comercio e Distribuição de Insumos Agricolas Ltda R$ 294.288,75 Araupetro Distribuidora de Combustível Ltda R$ 1.050.000,00 JN Fomento Mercantil R$ 3.350.005,48 G10 R$ 963,20 G10 R$ 4.540,80 G10 R$ 4.860,00 G10 R$ 5.640,00 G10 R$ 4.800,00 G10 R$ 4.800,00 G10 R$ 5.640,00 G10 R$ 4.200,00 G10 R$ 7.141,00 FAN R$ 22.259,00 FAN R$ 2.372,35 FAN R$ 28.475,00 FAN R$ 5.514,80 Vernalha R$ 15.000,00 Vernalha R$ 15.000,00

Vernalha R$ 15.000,00 Vernalha R$ 15.000,00 Vernalha R$ 15.000,00 Vernalha R$ 15.000,00 Vernalha R$ 2.842,92 VernalhaR$ 15.947,64 Vernalha R$ 15.947,64 Vernalha R$ 500,00 Vernalha R$ 500,00 Vernalha R$ 3.500,00 Vernalha R$ 3.500,00 Vernalha R$ 3.500,00 Vernalha R$ 500,00 Vernalha R$ 1.000,00 Vernalha R$ 3.005,86 Vernalha R$ 7.081,98 Vernalha R$ 2.529,30 Vernalha R$ 18.668,00 Vernalha R$ 669,50 Everton Crestani Scheffer R$ 630.000,00 Agrobrenner Representações Ltda R$ 72.174,34 Bioceres Representações Comerciais Ltda R$ 23.246,99 F.A. Borgo e CIA LTDA R$ 47.468,22 MNGR Representação Comercial LTDA R$ 12.408,82 Amazonas Amaral R$ 68.845,30 Amazonas Amaral R$ 68.845,30 Amazonas Amaral R$ 68.845,30 Amazonas Amaral R$ 68.845,30 Amazonas Amaral R$ 68.845,30 Amazonas Amaral R$ 31.096,61Amazonas Amaral R$ 31.096,61 Amazonas Amaral R$ 31.096,61 Amazonas Amaral R$ 31.096,61 Amazonas Amaral R$ 31.096,61 Amazonas Amaral R$ 78.000,00 Amazonas Amaral R$ 78.000,00 Amazonas Amaral R$ 78.000,00 Amazonas Amaral R$ 78.000,00 Amazonas Amaral R$ 78.000,00 Amazonas Amaral R$ 46.688,13 Amazonas Amaral R$ 46.688,13 Amazonas Amaral R$ 46.688,13 Amazonas Amaral R$ 46.688,13 Amazonas Amaral R$ 46.688,13 Amazonas Amaral R$ 93.376,26 Amazonas Amaral R$ 93.376,26 Amazonas Amaral R$ 93.376,26 Amazonas Amaral R$ 93.376,26Amazonas Amaral R$ 93.376,26 Threeex Invest Fomento S.A R$ 3.493.130,47 Safra R$ 38.554,69 Safra R$ 32.653,58

Safra R$ 33.832,09 Safra R$ 39.737,49 Safra R$ 32.653,58 Safra R$ 101.321,05 Safra R$ 103.257,84 Safra R$ 96.242,04 Safra R$ 95.912,67 Safra R$ 99.424,16 Safra R$ 92.160,34 Safra R$ 90.160,34 Safra R$ 91.109,37 Safra R$ 92.012,72 Safra R$ 86.718,08 Safra R$ 86.044,98 Safra R$ 87.834,06 Safra R$82.636,38 Safra R$ 81.275,81 Safra R$ 80.767,59 Safra R$ 77.194,12 Safra R$ 76.177,28 Safra R$ 76.243,96 Safra R$ 73.112,41 Safra R$ 70.391,29 Safra R$ 69.522,48 Safra R$ 67.670,01 AL5 R$ 954.909,66 AL5 R$954.909,66 AL5 R$ 31.099,77 AL5 R$ 31.099,77 AL5 R$ 31.099,77 AL5 R$ 31.099,77 AL5 R$ 31.099,77 AL5 R$ 31.099,77 AL5 R$ 31.099,77 AL5 R$ 31.099,77 AL5 R$ 31.099,77 AL5 R$ 31.099,77 AL5 R$ 31.099,77 AL5 R$ 31.099,77 Yaleeh R$ 640.981,48 Bristol R$ 757.215,73 Prospecta R$ 12.542,11 Prospecta R$ 12.922,18 Itaú R$ 148.162,42 Itaú R$ 146.405,55 Itaú R$ 0,96 Itaú R$ 323.900,41 Itaú R$ 320.186,98 Itaú R$ 316.390,30 Itaú R$ 312.265,92 Itaú R$ 308.808,64 Itaú R$ 305.025,57 Itaú R$ 301.288,85 Itaú R$ 297.716,25 Itaú R$ 293.835,31 Itaú R$ 290.582,09 Itaú R$ 287.022,30 Itaú R$ 283.280,76 Itaú R$ 280.144,39 Itaú R$ 276.822,60 Itaú R$ 273.322,60 Itaú R$ 270.189,03 Itaú R$ 266.985,21 Itaú R$ 63.609,66 Itaú R$ 260.587,45 Itaú R$ 257.395,11 Itaú R$ 172.798,56 Santander R$ 809.545,52 Sofisa R$ 25.151,52 Sicoob R$ 16.381,94 Sicoob R$ 16.394,88 Sicoob R$ 16.078,72 Sicoob R$ 15.942,51 Sicoob R$ 15.820,39 Sicoob R$ 15.693,90 Sicoob R$ 15.705,95 Sicoob R$ 15.301,94 Sicoob R$ 15.211,30 Sicoob R$ 15.283,27 Sicoob R$ 14.869,49 Sicoob R$ 14.907,67 Sicoob R$ 14.802,32 Sicoob R$ 14.548,18 Sicoob R$ 14.495,29 Sicoob R$ 14.333,08 Sicoob R$ 14.171,79 Sicoob R$ 14.042,58 Sicoob R$ 13.902,51 Sicoob R$ 13.782,33 Sicoob R$ 13.604,22 Sicoob R$ 13.501,64 SLE Fomento Mercantil Ltda R$ 63.625,57 SLE Fomento Mercantil Ltda R$ 33.709,66 SLE Fomento Mercantil Ltda R$ 30.821,44 SLE Fomento Mercantil Ltda R$ 63.625,52 SLE Fomento Mercantil Ltda R$ 65.355,18 SLE Fomento Mercantil Ltda R$ 85.980,50 SLE Fomento Mercantil Ltda R$ 86.123,80 SLE Fomento Mercantil Ltda R$ 63.731,61 SLE Fomento Mercantil Ltda R$ 63.731,61 SLE Fomento Mercantil Ltda R$ 65.454,08 SLE Fomento Mercantil Ltda R$ 10,13 SLE Fomento Mercantil Ltda R$ 10,13 New Fértil Ltda R$ 5.000,00 New Fértil Ltda R$ 5.000,00 New Fértil Ltda R$ 5.000,00 New Fértil Ltda R$ 5.000,00 New Fértil Ltda R$ 5.000,00 **TOTAL CLASSE III: R$ 27.881.486**; CLASSE IV - Renato Pimentel - R. Oliveira Pimentel Consultoria Agrícola R$ 462.839,58 Aloisio Fauate R$ 377.807,85

Edson Schroeder - Edson Representação Comercial LTDA R$ 35.681,94 Linde e Masserotto R$ 5.402,25 Hauer Assessoria de Marketing Ltda R$ 4.673,75 Hauer Assessoria de Marketing Ltda R$ 4.673,75 Hauer Assessoria de Marketing Ltda R$ 1.407,75 Hauer Assessoria de Marketing Ltda R$ 4.673,75 Hauer Assessoria de Marketing Ltda R$ 1.407,75 Hauer Assessoria de Marketing Ltda R$ 4.673,75 Hauer Assessoria de Marketing Ltda R$ 1.407,75 Hauer Assessoria de Marketing Ltda R$ 2.336,87 **TOTAL CLASSE IV: R$ 906.986,74**. Conforme disposto no art. 7º, §1º, da Lei 11.101/2005, a contar da data de publicação deste edital, os credores terão prazo de **15 (quinze) dias corridos** para a apresentação de habilitação ou divergência perante o administrador judicial nomeado nos autos, cujos dados são: CBAJ - Companhia Brasileira de Administração Judicial, com endereço na Rua Padre Anchieta, nº 2540, 4º andar, Bigorrilho, Curitiba/PR, CEP 80730-000 (necessário agendamento prévio), endereço eletrônico contato@cbaj.com.br, telefone (041) 3016-3600.

Anexos: https://portal.tjpr.jus.br/pesquisa_athos/anexo/6754214

Família

Delitos de Trânsito

Execuções Penais

Tribunal do Júri

Infância e Juventude

Reg Pub e Acidentes de Trabalho Precatórias Cíveis

Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial

Precatórias Criminais

Auditoria da Justiça Militar

Central de Inquéritos

Juizados Especiais - Cíveis/Criminais

Concursos

Comarcas do Interior

Direção do Fórum

Plantão Judiciário

CANTAGALO

Período:	01/09/2023 a 03/09/2023
Juiz:	Daniana Schneider
Responsável:	• Karina Terezinha Muelhbauer - Laranjeiras do Sul • Neucimane Vilhas Voas Pires - Cantagalo • Andrea Popadiuk Jolly - Catanduvas • Renata Lisovski - Guaraniaçu • Américo Ribeiro Flores - Laranjeiras do Sul
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	FORUM DA COMARCA DE LARANJEIRAS DO SUL
Telefone:	42 98428-9170
Fax:	42 3635 7000

Período:	04/09/2023 a 10/09/2023
Juiz:	MURILO CONEHERO GHIZZI
Responsável:	• Jatir Soares dfe Lima- Quedas do Iguaçu • Thiago Holubovski - Cantagalo • Robson Araujo - Catanduvas • Julio Cesar da Silva Castro - Guaraniaçu • Johannes Fermino - Laranjeiras do Sul
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	FORUM DA COMARCA DE QUEDAS DO IGUAÇU
Telefone:	(46)99917-1438
Fax:	(46) 3905-6100

Período:	11/09/2023 a 17/09/2023
Juiz:	GUSTAVO DANIEL MARCHINI
Responsável:	• Bruno Gustavo Domacoski - Quedas do Iguaçu • Andre Luiz da Silva - Cantagalo • Fernando Augusto Martins Cardoso - Catanduvas • Patricia Gaffuri - Guaraniaçu • Khristian Bayer - Laranjeiras do Sul
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	FORUM DA COMARCA DE QUEDAS DO IGUAÇU
Telefone:	(41) 98523-0491
Fax:	(46) 3905-6100

Período:	18/09/2023 a 24/09/2023
Juiz:	LEONARDO MUSSIN DE FREITAS
Responsável:	• Cleberson Bueno - Catanduvas • Neucimane Vilhas Voas Pires - Cantagalo • Osvaldo Luiz Scheffer Leck - Guaraniaçu • Rodrigo Sturmer - Laranjeiras do Sul • Kelly Cristina Ferri - Quedas do Iguaçu
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	FORUM DA COMARCA DE CATANDUVAS
Telefone:	45991251743
Fax:	(45) 3327-9050

Período:	25/09/2023 a 01/10/2023
Juiz:	Andrei José De Campos
Responsável:	• Renata Lisovski - Guaraniaçu • Thiago Holubovski - Cantagalo • Adriana Strzelecki- Catanduvas • Johannes Fermino - Laranjeiras do Sul • Elenice Maria Kaipers - Quedas do Iguaçu
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	FORUM DA COMARCA DE GUARANIAÇU
Telefone:	45 991495989
Fax:	(45) 3327-9120

CATANDUVAS

Período:	01/09/2023 a 03/09/2023
Juiz:	Daniana Schneider
Responsável:	• Karina Terezinha Muelhbauer - Laranjeiras do Sul • Neucimane Vilhas Voas Pires - Cantagalo • Andrea Popadiuk Jolly - Catanduvas • Renata Lisovski - Guaraniaçu • Américo Ribeiro Flores - Laranjeiras do Sul
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	FORUM DA COMARCA DE LARANJEIRAS DO SUL
Telefone:	42 98428-9170

Fax:	42 3635 7000
Período:	04/09/2023 a 10/09/2023
Juiz:	MURILO CONEHERO GHIZZI
Responsável:	• Jatir Soares dfe Lima- Quedas do Iguaçu • Thiago Holubovski - Cantagalo • Robson Araujo - Catanduvas • Julio Cesar da Silva Castro - Guaraniaçu • Johannes Fermino - Laranjeiras do Sul
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	FORUM DA COMARCA DE QUEDAS DO IGUAÇU
Telefone:	(46)99917-1438
Fax:	(46) 3905-6100
Período:	11/09/2023 a 17/09/2023
Juiz:	GUSTAVO DANIEL MARCHINI
Responsável:	• Bruno Gustavo Domacoski - Quedas do Iguaçu • Andre Luiz da Silva - Cantagalo • Fernando Augusto Martins Cardoso - Catanduvas • Patricia Gaffuri - Guaraniaçu • Khristian Bayer - Laranjeiras do Sul
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	FORUM DA COMARCA DE QUEDAS DO IGUAÇU
Telefone:	(41) 98523-0491
Fax:	(46) 3905-6100
Período:	18/09/2023 a 24/09/2023
Juiz:	LEONARDO MUSSIN DE FREITAS
Responsável:	• Cleberson Bueno - Catanduvas • Neucimane Vilhas Voas Pires - Cantagalo • Osvaldo Luiz Scheffer Leck - Guaraniaçu • Rodrigo Sturmer - Laranjeiras do Sul • Kelly Cristina Ferri - Quedas do Iguaçu
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	FORUM DA COMARCA DE CATANDUVAS
Telefone:	45991251743
Fax:	(45) 3327-9050
Período:	25/09/2023 a 01/10/2023
Juiz:	Andrei José De Campos
Responsável:	• Renata Lisovski - Guaraniaçu • Thiago Holubovski - Cantagalo • Adriana Strzelecki- Catanduvas • Johannes Fermino - Laranjeiras do Sul • Elenice Maria Kaipers - Quedas do Iguaçu
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	FORUM DA COMARCA DE GUARANIAÇU
Telefone:	45 991495989
Fax:	(45) 3327-9120

GUARANIAÇU

Período:	01/09/2023 a 03/09/2023
Juiz:	Daniana Schneider
Responsável:	• Karina Terezinha Muelhbauer - Laranjeiras do Sul • Neucimane Vilhas Voas Pires - Cantagalo • Andrea Popadiuk Jolly - Catanduvas • Renata Lisovski - Guaraniaçu • Américo Ribeiro Flores - Laranjeiras do Sul
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	FORUM DA COMARCA DE LARANJEIRAS DO SUL
Telefone:	42 98428-9170
Fax:	42 3635 7000
Período:	04/09/2023 a 10/09/2023
Juiz:	MURILO CONEHERO GHIZZI
Responsável:	• Jatir Soares dfe Lima- Quedas do Iguaçu • Thiago Holubovski - Cantagalo • Robson Araujo - Catanduvas • Julio Cesar da Silva Castro - Guaraniaçu • Johannes Fermino - Laranjeiras do Sul
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	FORUM DA COMARCA DE QUEDAS DO IGUAÇU
Telefone:	(46)99917-1438
Fax:	(46) 3905-6100
Período:	11/09/2023 a 17/09/2023
Juiz:	GUSTAVO DANIEL MARCHINI
Responsável:	• Bruno Gustavo Domacoski - Quedas do Iguaçu • Andre Luiz da Silva - Cantagalo • Fernando Augusto Martins Cardoso - Catanduvas • Patricia Gaffuri - Guaraniaçu • Khristian Bayer - Laranjeiras do Sul
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	FORUM DA COMARCA DE QUEDAS DO IGUAÇU
Telefone:	(41) 98523-0491
Fax:	(46) 3905-6100
Período:	18/09/2023 a 24/09/2023
Juiz:	LEONARDO MUSSIN DE FREITAS
Responsável:	• Cleberson Bueno - Catanduvas • Neucimane Vilhas Voas Pires - Cantagalo • Osvaldo Luiz Scheffer Leck - Guaraniaçu • Rodrigo Sturmer - Laranjeiras do Sul • Kelly Cristina Ferri - Quedas do Iguaçu
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	FORUM DA COMARCA DE CATANDUVAS
Telefone:	45991251743
Fax:	(45) 3327-9050
Período:	25/09/2023 a 01/10/2023
Juiz:	Andrei José De Campos
Responsável:	• Renata Lisovski - Guaraniaçu • Thiago Holubovski - Cantagalo • Adriana Strzelecki- Catanduvas • Johannes Fermino - Laranjeiras do Sul • Elenice Maria Kaipers - Quedas do Iguaçu
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	FORUM DA COMARCA DE GUARANIAÇU
Telefone:	45 991495989
Fax:	(45) 3327-9120

LARANJEIRAS DO SUL

Período:	01/09/2023 a 03/09/2023
Juiz:	Daniana Schneider

Responsável:	• Karina Terezinha Muelhbauer - Laranjeiras do Sul • Neucimane Vilhas Voas Pires - Cantagalo • Andrea Popadiuk Jolly - Catanduvas • Renata Lisovski - Guaraniaçu • Américo Ribeiro Flores - Laranjeiras do Sul
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	FORUM DA COMARCA DE LARANJEIRAS DO SUL
Telefone:	42 98428-9170
Fax:	42 3635 7000

Período:	04/09/2023 a 10/09/2023
Juiz:	MURILO CONEHERO GHIZZI
Responsável:	• Jatir Soares dfe Lima- Quedas do Iguaçu • Thiago Holubovski - Cantagalo • Robson Araujo - Catanduvas • Julio Cesar da Silva Castro - Guaraniaçu • Johannes Fermino - Laranjeiras do Sul
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	FORUM DA COMARCA DE QUEDAS DO IGUAÇU
Telefone:	(46)99917-1438
Fax:	(46) 3905-6100

Período:	11/09/2023 a 17/09/2023
Juiz:	GUSTAVO DANIEL MARCHINI
Responsável:	• Bruno Gustavo Domacoski - Quedas do Iguaçu • Andre Luiz da Silva - Cantagalo • Fernando Augusto Martins Cardoso - Catanduvas • Patricia Gaffuri - Guaraniaçu • Khristian Bayer - Laranjeiras do Sul
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	FORUM DA COMARCA DE QUEDAS DO IGUAÇU
Telefone:	(41) 98523-0491
Fax:	(46) 3905-6100

Período:	18/09/2023 a 24/09/2023
Juiz:	LEONARDO MUSSIN DE FREITAS
Responsável:	• Cleberson Bueno - Catanduvas • Neucimane Vilhas Voas Pires - Cantagalo • Osvaldo Luiz Scheffer Leck - Guaraniaçu • Rodrigo Sturmer - Laranjeiras do Sul • Kelly Cristina Ferri - Quedas do Iguaçu
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	FORUM DA COMARCA DE CATANDUVAS
Telefone:	45991251743
Fax:	(45) 3327-9050

Período:	25/09/2023 a 01/10/2023
Juiz:	Andrei José De Campos
Responsável:	• Renata Lisovski - Guaraniaçu • Thiago Holubovski - Cantagalo • Adriana Strzelecki- Catanduvas • Johannes Fermino - Laranjeiras do Sul • Elenice Maria Kaipers - Quedas do Iguaçu
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	FORUM DA COMARCA DE GUARANIAÇU
Telefone:	45 991495989
Fax:	(45) 3327-9120

QUEDAS DO IGUAÇU

Período:	01/09/2023 a 03/09/2023
Juiz:	Daniana Schneider
Responsável:	• Karina Terezinha Muelhbauer - Laranjeiras do Sul • Neucimane Vilhas Voas Pires - Cantagalo • Andrea Popadiuk Jolly - Catanduvas • Renata Lisovski - Guaraniaçu • Américo Ribeiro Flores - Laranjeiras do Sul
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	FORUM DA COMARCA DE LARANJEIRAS DO SUL
Telefone:	42 98428-9170
Fax:	42 3635 7000

Período:	04/09/2023 a 10/09/2023
Juiz:	MURILO CONEHERO GHIZZI
Responsável:	• Jatir Soares dfe Lima- Quedas do Iguaçu • Thiago Holubovski - Cantagalo • Robson Araujo - Catanduvas • Julio Cesar da Silva Castro - Guaraniaçu • Johannes Fermino - Laranjeiras do Sul
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	FORUM DA COMARCA DE QUEDAS DO IGUAÇU
Telefone:	(46)99917-1438
Fax:	(46) 3905-6100

Período:	11/09/2023 a 17/09/2023
Juiz:	GUSTAVO DANIEL MARCHINI
Responsável:	• Bruno Gustavo Domacoski - Quedas do Iguaçu • Andre Luiz da Silva - Cantagalo • Fernando Augusto Martins Cardoso - Catanduvas • Patricia Gaffuri - Guaraniaçu • Khristian Bayer - Laranjeiras do Sul
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	FORUM DA COMARCA DE QUEDAS DO IGUAÇU
Telefone:	(41) 98523-0491
Fax:	(46) 3905-6100

Período:	18/09/2023 a 24/09/2023
Juiz:	LEONARDO MUSSIN DE FREITAS
Responsável:	• Cleberson Bueno - Catanduvas • Neucimane Vilhas Voas Pires - Cantagalo • Osvaldo Luiz Scheffer Leck - Guaraniaçu • Rodrigo Sturmer - Laranjeiras do Sul • Kelly Cristina Ferri - Quedas do Iguaçu
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	FORUM DA COMARCA DE CATANDUVAS
Telefone:	45991251743
Fax:	(45) 3327-9050

Período:	25/09/2023 a 01/10/2023
Juiz:	Andrei José De Campos
Responsável:	• Renata Lisovski - Guaraniaçu • Thiago Holubovski - Cantagalo • Adriana Strzelecki- Catanduvas • Johannes Fermino - Laranjeiras do Sul • Elenice Maria Kaipers - Quedas do Iguaçu
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	FORUM DA COMARCA DE GUARANIAÇU

Telefone:	45 991495989
Fax:	(45) 3327-9120

FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Período:	28/08/2023 a 04/09/2023
Juiz:	Carolina Maia Almeida
Responsável:	Claudio Chi Kine Chan
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Rua João Ângelo Cordeiro, S/N - Centro, São José dos Pinhais
Telefone:	(41) 9952-8164
Fax:	cckc@tjpr.jus.br

Período:	28/08/2023 a 04/09/2023
Juiz:	Siderlei Ostrufka Cordeiro
Responsável:	Claudio Chi Kine Chan
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Rua João Ângelo Cordeiro, S/N - Centro, São José dos Pinhais
Telefone:	(41) 995238164
Fax:	cckc@tjpr.jus.br

Período:	04/09/2023 a 11/09/2023
Juiz:	Luciani Regina Martins de Paula
Responsável:	Glaucia Binder
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Av. Rui Barbosa, 6888 - Afonso Pena, São José dos Pinhais - PR
Telefone:	(41) 99844-9058
Fax:	gbin@tjpr.jus.br

Período:	04/09/2023 a 11/09/2023
Juiz:	Gustavo Tinôco de Almeida
Responsável:	Glaucia Binder
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Av. Rui Barbosa, 6888 - Afonso Pena, São José dos Pinhais - PR
Telefone:	(41) 99844-9058
Fax:	gbin@tjpr.jus.br

Período:	11/09/2023 a 18/09/2023
Juiz:	Ivo Faccenda
Responsável:	Luciana Almeida Tomé
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	R. Visc. do Rio Branco, 2788 - Centro, São José dos Pinhais
Telefone:	(41) 98856-0312
Fax:	lghi@tjpr.jus.br

Período:	11/09/2023 a 18/09/2023
Juiz:	Augusto Gluszczak Junior
Responsável:	Luciana Almeida Tomé
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	R. Visc. do Rio Branco, 2788 - Centro, São José dos Pinhais
Telefone:	(41) 98856-0312
Fax:	lghi@tjpr.jus.br

Período:	18/09/2023 a 25/09/2023
Juiz:	Siderlei Ostrufka Cordeiro
Responsável:	Adriana Graciano das Neves
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Rua João Ângelo Cordeiro, S/N - Centro, São José dos Pinhais
Telefone:	(41) 99125-3728
Fax:	adgn@tjpr.jus.br

Período:	18/09/2023 a 25/09/2023
Juiz:	Carolina Delduque Sennes Basso
Responsável:	Adriana Graciano das Neves
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Rua João Ângelo Cordeiro, S/N - Centro, São José dos Pinhais
Telefone:	(41) 99125-3728
Fax:	adgn@tjpr.jus.br

Período:	25/09/2023 a 02/10/2023
Juiz:	Julia Conceicao Mendes de Araujo Ferreira Silva
Responsável:	Jackson de Oliveira Mizerkowski
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Rua João Ângelo Cordeiro, S/N - Centro, São José dos Pinhais
Telefone:	(41) 99214-0430
Fax:	jac@tjpr.jus.br

Período:	25/09/2023 a 02/10/2023
Juiz:	Adrianna Correa dos Santos Artin
Responsável:	Jackson de Oliveira Mizerkowski
Horário:	entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e nos dias em que não houver expediente forense.
Local:	Rua João Ângelo Cordeiro, S/N - Centro, São José dos Pinhais
Telefone:	(41) 99214-0430
Fax:	jac@tjpr.jus.br

Cível

Crime

Juizados Especiais

Concursos

Família

Execuções Penais

Infância e Juventude

Fazenda Pública

CASCAVEL

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

EDITAL DE CITAÇÃO DE RÉUS INCERTOS OU DESCONHECIDOS Prazo: 30 (trinta) dias O EXCELENTÍSSIMO SENHOR EDUARDO VILLA COIMBRA CAMPOS, JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, etc... F A Z S A B E R, a todos quantos o presente edital virem ou conhecimento dele tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara da Fazenda Pública sito à Avenida Tancredo Neves, nº 2320, 3º andar, Cascavel/PR, se processam os autos de AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO COM PEDIDO DE LIMINAR sob n.º Autos nº. 0018722-42.2016.8.16.0021 em que o MUNICÍPIO DE CASCAVEL /PR move contra LUIZ CARLOS CORDEIRO e PEDRO GROSS JUNIOR. O presente Edital tem a finalidade de CITAÇÃO dos eventuais réus incertos ou desconhecidos, nos termos do artigo 554 c/c 564 do NCPC, do teor da presente ação para, querendo, contestarem a ação, no prazo legal de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia (art. 344 do NCPC). Segue resumo da petição inicial: " MUNICÍPIO DE CASCAVEL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 76.208.867/0001-07, com sede na Rua Paraná, n° 5000, por sua procuradora ex lege, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência propor AÇÃO DE REITEGRAÇÃO DE POSSE COM PEDIDO DE LIMINAR em face de LUIZ CARLOS CORDEIRO, PEDRO GROSS JUNIOR e outros, todos de qualificação desconhecida, residentes e domiciliados na Rua Eduardo Tadeu Milani, n° 1321 - Centro, cidade de Cascavel/PR, pelos fatos e fundamentos que passa a aduzir: 1. DOS FATOS O autor é legítimo proprietário do lote 20 da quadra 33 do loteamento Curitiba, situado na cidade de Cascavel/PR, de acordo com a matrícula n° 24562 do 3º Serviço de Registro de Imóveis. No entanto, conforme pode ser verificado na fotografia em anexo, o lote em questão foi invadido, sem qualquer autorização do ente municipal, sendo edificada de forma clandestina em área pública. Para que este juízo compreenda o direito de propriedade do autor, segue o histórico da área que deu origem ao atual Loteamento Curitiba: . em 11 de março de 1959, o Estado do Paraná, expediu o título de propriedade n° 01, para o senhor Airton Maltauro, de um área de 1.596.200,00 m² - Transcrição n°. 2.529, do Livro n°. 3/D, do 1° SRI de Cascavel / PR; . em 23 de junho de 1965 o Senhor Airton Maltauro, vendeu por Escritura Pública para o Senhor Aníbal Khury, a área de 1.596.200,00 m² - Transcrição n°. 13.734, do Livro n°. 3/AE, do 1° SRI de Cascavel/PR - Registro anterior 2.529; . em 24 de dezembro de 1969, o Senhor Aníbal Khury, transferiu por confisco e incorporação, ao patrimônio do Estado do Paraná, a área de 1.596.200,00 m² - Transcrição n°. 24.742, do Livro n°. 3/AQ, do 1° SRI de Cascavel/PR - Registro anterior 13.734; . em 05 de julho de 1976 o Estado do Paraná, transferiu por doação à União Federal, uma área de 1.264.329,00 m², ficando com uma área remanescente de 313.269,00 m² - Matrícula n°. 1.523, do 1° SRI de Cascavel/PT - registro anterior: Matrícula n °. 1.523; . em 22 de abril de 1967, o Município de Cascavel, aprovou o Loteamento Curitiba, com área de 313.269,00 m², o qual foi registrado somente em 16 de junho de 1998, Matrícula n°. 24.395 do 3° SRI de Cascavel/PR - Registro anterior: Matrícula n°. 1.523, do 1° SRI; . - O Loteamento Curitiba, destinou ao Município de Cascavel, conforme consta no registro n°. 1 da Matrícula n°. 24.395, do 3° SRI, uma área de 50.504,00 m², a título de Área de Utilidade Pública, distribuídas nas seguintes quadras: . - Quadra n°.06, com área de 12.650,00 m²; . - Quadra n°. 33, com área de 12.650,00 m²; . - Quadra n°.47, com área de 18.304,00 m²; . - Quadra n°.157/A, com área de 6.900,00 m²; Assim, as quadras de propriedade do Município de Cascavel, estão sendo ocupadas conforme segue: * Quadra n°. 06, está sendo ocupada por terceiros, os quais já estão sendo demandados para desocupação dos lotes; * Quadra n°. 33, onde está localizado o lote objeto da presente ação; * Quadra n°. 47, faz parte do atual Centro Esportivo Ciro Nardi; * Quadra n°. 157/A, foi parcialmente permutada com área do Instituto Ambiental do Paraná. Dessa forma, resta incontestável a propriedade do autor quanto ao lote 20 da quadra 33 do loteamento Curitiba, sendo que este necessita de amparo jurisdicional que assegure o seu direito de propriedade da área de domínio invadida e o efetivo exercício de suas atribuições de garantir o uso daquele imóvel para o fim que fora destinado. 2. DO DIREITO A reintegração de posse do bem público é medida que se impõe quando o possuidor foi privado pelo ato do esbulhador, conforme preconizam os arts. 560 do Código de Processo Civil e 1.210 do Código Civil Brasileiro, in verbis: "Art. 560. O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação e reintegrado em caso de esbulho. Art.1.210. O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado". A teor do artigo 1196 do Código Civil: "Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade." E tratando-se de área de domínio público, o bem fica vinculado ao Poder Público por relação de domínio, sujeito à sua administração e proteção. Neste sentido, o magistério de Hely Lopes Meirelles, in Direito Administrativo Brasileiro, 26a. ed. Malheiros, p.482, a saber: "Todo bem público fica sujeito ao regime administrativo pertinente ao seu uso, conservação ou alienação. Embora utilizados coletivamente pelo povo ou individualmente por alguns usuários, cabem sempre ao Poder Público a administração e a proteção de seus bens, podendo valer se dos meios judiciais comuns e especiais para a garantia da propriedade e defesa da posse". E como é sabido, sobre bem público o particular não pode exercer posse, porque é inalienável (art. 100 do Código Civil) e insuscetível de usucapião (191, parágrafo único, da Constituição Federal), in verbis: "Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei destinar." "Art. 191. Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinqüenta hectares, tornando-a produtiva por trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe - à a propriedade. Parágrafo único. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião." E discorrendo sobre o regime jurídico dos bens públicos, a publicista Maria Sylvia Zanella Di Pietro,in Direito Administrativo, Editora Atlas, 15 edição, p. 546, preleciona: "Em razão de sua destinação ou afetação a fins públicos, os bens de uso comum do povo, estão fora do comércio jurídico de direito privado; vale dizer que, enquanto mantiverem essa qualidade não podem ser objeto de qualquer relação jurídica regida pelo direito privado, como a compra e venda, permuta, hipoteca, penhor, comodato, locação, posse ad usucapionem etc." A posse do ente público é decorrente de sua propriedade, comprovada pela matrícula carreada aos autos, sendo que o esbulho praticado pelo réu evidenciou-se na sua recusa de desocupação, mesmo depois da notificação extrajudicial, conforme documento anexo, esgotando-se o prazo concedido para apresentar documentos de legitimação de eventual propriedade e desocupação voluntária. 3. DA INEXISTÊNCIA DE POSSE - BEM PÚBLICO - MERA DETENÇÃO No presente caso, não restam dúvidas de que os imóveis em questão são bens públicos de propriedade incontestável do Município de Cascavel desde 1998, comprovado pela matrícula anexa. Nesse sentido, o imóvel não é passível de posse ou de ser usucapido em razão dos artigos 183 da Constituição Federal e 102 do Código Civil. Esse é o entendimento do Tribunal de Justiça do Paraná, de acordo com os julgados abaixo colacionados: "APELAÇÃO CÍVEL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. BEM PÚBLICO. POSSE DIRETA E ANTERIOR DO REQUERENTE. DESNECESSIDADE. POSSE INERENTE AO DOMÍNIO PÚBLICO. DECLARAÇÃO DE USUCAPIÃO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. MERA DETENÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO E VEDAÇÃO EXPRESSA PREVISTA NO ART. 183, § 3º DA CF. 1. Tratando-se de imóvel público, a posse decorre do próprio domínio. 2. Em caso de Permissão de uso de bem público, não há de se falar em posse, mas em mera detenção. 3. Nos termos do artigo 183, § 3º, da Constituição Federal, é vedada a declaração de usucapião de bem público. 4. Apelação conhecida e não provida. (TJPR - 18ª C.Cível - AC 0567134-7 - Santa Izabel do Ivaí - Rel.: Des. José Carlos Dalacqua - Unânime - J. 14.10.2009)" Insta frisar que o Superior Tribunal de Justiça ao analisar caso análogo, entendeu que mesmo que os réus eventualmente ocuparam o terreno por um determinado lapso temporal, deve-se ater ao fato de que se tratava de bem público, sendo de caráter precário a ocupação de terceiros, meramente tolerado pelo Poder Público, veja-se o teor do precedente: MANUTENÇÃO DE POSSE. OCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA, ADMINISTRADA PELA "TERRACAP - COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA". INADMISSIBILIDADE DA PROTEÇÃO POSSESSÓRIA. A ocupação de bem público não passa de simples detenção, caso em que se afigura inadmissível o pleito de proteção possessória contra o órgão público. Não induzem posse os atos de mera tolerância (art. 497 do Código Civil/1916). Precedentes do STJ. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 489732/DF, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 05/05/2005, DJ 13/06/2005 p. 310). Nesse diapasão, ainda que comprovada a permanência dos invasores no imóvel do Município por lapso temporal suficiente, não há possibilidade de invocar a posse ou usucapião em seu favor por expressa vedação constitucional e legal. A jurisprudência dos tribunais brasileiros adotou o entendimento no sentido de que a "ocupação de área pública, quando irregular, não pode ser reconhecida como posse, mas como mera detenção, não podendo se configurar como de boa-fé a posse de terras públicas, pouco relevando o tempo de ocupação, sempre precária, sob pena de submeter-se o Poder Público à sanha de invasões clandestinas. Vejamos os julgados: "INTERDITO PROIBITÓRIO. OCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA, PERTENCENTE À" COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP ". INADMISSIBILIDADE DA PROTEÇÃO POSSESSÓRIA NO CASO. - A ocupação de bem público, ainda que dominical,

não passa de mera detenção, caso em que se afigura inadmissível o pleito de proteção possessória contra o órgão público. Não induzem posse os atos de mera tolerância (art. 497 do CC /1916). Recurso Especial não conhecido" (STJ - REsp 146367/DF - 4ª TurmaRel. Min. Barros Monteiro - Julgamento em 14 /12/2004 - Publicação no DJ em 14/03/2005, página 338). "POSSESSÓRIA. BEM PÚBLICO. POSSE INEXISTENTE. MERA DETENÇÃO. REINTEGRAÇÃO PROCEDENTE. - Caracterizada a condição de bem público do imóvel litigioso - por revelar-se terra devoluta - resulta ser coisa fora do comércio, a teor dos arts. 67 e 69 do Código Civil de 1916, a demonstrar que os réus exercem mera detenção sobre o mesmo - (art. 520, III do aludido Código) -, viabilizando ao município valer- se da ação possessória para ser readmitido na posse do referido bem. Apelações desprovidas" (TJMG - Apelação Cível 1.0625.98.004113-5/001 - Rel. Des. Lucas Sávio Gomes - Julgamento em 18/12/2003 - Publicação no DJ em 13/02/2004). Por fim, a continuidade da posse municipal deriva da própria natureza do bem, já que o particular não pode exercer posse em propriedade pública, mas apenas detenção, instituto não oponível para a usucapião, nesse caso. 4. DA CONCESSÃO DA LIMINAR O bem público não pode ser objeto de posse, porque há obstáculo legal. Se a destinação das coisas públicas é servir ao público, não pode a vontade privada afastar a sua destinação. De acordo com a súmula 340, do Egrégio Supremo Tribunal Federal, os bens dominicais, como os demais bens públicos não são suscetíveis de posse pelo particular, e não podem ser objeto de usucapião. Daí infere-se que se tratando de esbulho cometido em área de domínio público, sendo incabível a usucapião, a liminar é medida que se impõe. Portanto, sendo uma ocupação irregular de bem público, permeada pelos vícios de clandestinidade e precariedade, não tem o condão de gerar qualquer direito possessório, daí advindo que não é possível posse de bem público. Não havendo posse, descabe falar-se em posse nova ou posse velha. Portanto, quando se trata de bem público ocupado por particular, pode a reintegração de posse ser concedida liminarmente, independentemente se tratar de posse velha ou nova, pois há verossimilhança na afirmação de que o bem público será destinado ao interesse público. Ademais, o esbulho ocorreu há menos de um ano e dia, prazo este que começou a contar quando decorreu aquele concedido na notificação extrajudicial. E a liminar de reintegração de posse deve ser deferida, também, pelo motivo que, consoante documentação em anexo, existe prova inequívoca do esbulho perpetrado pela requerida e a permanência da invasora na área causa grave lesão e de difícil reparação a toda sociedade e ao interesse público, consubstanciada na necessidade do Município utilizar o imóvel para construção de próprios municipais. 5. DOS PEDIDOS Diante do exposto, requer-se que Vossa Excelência: 5.1. Julgar procedente o pedido de reintegração de posse, determinando LIMINARMENTE a REINTEGRAÇÃO DA POSSE em favor do autor, eis que conforme já mencionado, trata-se de ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO, insuscetível de ser usucapido. Condenando o réu a desocupar aquele bem, assim como determinando o desfazimento das construções, com a expedição do competente Mandado Judicial, ou, sendo o caso de acessão, já que o acessório segue o principal, determine o perdimento do bem, por já ter a requerida usufruído do mesmo; 5.2. Determinar a citação para contestar a ação no prazo legal, sob pena de revelia e confissão; 5.3. Aplicar a esbulhadora uma pena pecuniária diária, arbitrada por Vossa Excelência, caso protele na restituição do citado bem imóvel; 5.4. Determinar a cominação de uma pena em caso de nova turbação ou esbulho; 5.5. Requisitar força policial necessária para o estrito cumprimento da ordem judicial; 5.6. Intimar o Ministério Público para acompanhar o feito, uma vez que se trata de imóvel pertencente ao Patrimônio Público Municipal, com conseqüentes reflexos sobre interesses coletivos ameaçados; 5.7. Dar o prosseguimento do processo até final sentença, reconhecendo a procedência do pedido de reintegração de posse, com o desfazimento das construções, liminarmente concedida, ou a acessão dos bens; 5.8. Condenar o réu ao pagamento das custas processuais, honorários advocatícios na razão de 20% sobre o montante final da condenação, e demais cominações legais, conforme o princípio da sucumbência; 5.9. Acolher toda a produção de provas em direito admitidas, além dos documentos anexos, provas testemunhais, documentais, periciais. Dá-se à causa o valor de R$100.000,00 (cem mil reais).". O(a,s) interessado(a,s) está(ão) ciente(s) de que foi concedido o pedido nos termos da decisão parcialmente transcrita a seguir: "Vistos etc. 1. O MUNICÍPIO DE CASCAVEL ajuizou "Ação de Reintegração de Posse" em face de LUIZ CARLOS CORDEIRO, PEDRO GROSS e Outros, alegando, em apertada síntese, que: é legítimo proprietário do Lote 20, da Quadra 33, do Loteamento Curitiba, conforme matrícula nº 24.562 do 3º RI; existem pessoas ocupando irregularmente o aludido imóvel; após ter tomado conhecimento de que a área foi invadida, notificou extrajudicialmente o requerido; contudo, a solicitação não foi atendida. Em sede liminar, requer a reintegração na posse do imóvel. Ao final, postula pela procedência da ação. Juntou documentos (mov. 1.2/1.3). É o relatório, no essencial. DECIDO. 2. A ação de reintegração é remédio legal destinado à recuperação da posse de que o possuidor foi privado pelo ato do esbulhador. A matéria encontra-se disciplinada no artigo 1.210 do Código Civil e artigo 560 do Código de Processo Civil de 2015, in verbis: "Art. 1.210. O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência eminente, se tiver justo receio de ser molestado." "Art. 560. O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação e reintegrado em caso de esbulho." Para a concessão da medida pretendida, nos moldes previstos no artigo 561 do Código de Processo Civil de 2015, é necessário provar: a) a posse anterior; b) a turbação ou esbulho; c) a data da turbação ou esbulho (menos de ano e dia); d) a perda da posse. Ao exame do texto legal, em caráter perfunctório (típico da presente fase processual), constata-se que, na presente hipótese, tais requisitos se encontram presentes - sobretudo pelo caráter público do imóvel. Entretanto, alterando entendimento anteriormente esposado, são notórios os problemas que permeiam o Loteamento Curitiba, região em que está situado o imóvel em litígio, razão pela qual revela-se prudente, em caráter excepcional, oportunizar o prévio contraditório. Frise-se que o registro da aquisição do domínio pelo Município de Cascavel é recente e, salvo melhor juízo, posterior ao início da efetiva ocupação do imóvel pelos requeridos - o que é possível deduzir da averbação da existência de ação judicial envolvendo o imóvel (vide matrícula acostada no mov. 1.2). Em suma, a sustentada ilegitimidade da ocupação é passível de questionamento e merece uma análise mais aprofundada. Não obstante, não vislumbro justificada urgência na retomada do imóvel, as alegações nesse sentido são genéricas e insuficientes para afastar o devido contraditório. Ademais, do que se extrai dos autos, os requeridos poderão ser severamente prejudicados acaso deferida a liminar, uma vez que, salvo melhor juízo, utilizam do imóvel para sua moradia. 3. Assim sendo, indefiro, por ora, a liminar de reintegração de posse pleiteada na exordial. 4. Nos termos do art. 554 c/c 564 do NCPC, considerando a potencial pluralidade de réus, cite(m)-se pessoalmente os ocupantes por oficial de justiça, e por edital os demais para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contestar a ação, sob pena de revelia (art. 344 do NCPC). Postergo a designação da audiência prevista no art. 334 do NCPC para momento oportuno, seja porque a conciliação pode ser tentada a qualquer momento, inclusive em âmbito extrajudicial, seja porque as circunstâncias da ação demonstram ser improvável sua obtenção. 5. Vindo a contestação, intime-se o requerente para replicar, em 15 (quinze) dias (art. 350 e 351 do NCPC), ciente de que eventual irregularidade ou vício sanável apontado deverá ser corrigido no prazo de 30 (trinta) dias (art. 352 do NCPC). 6. Por fim, abra-se vista ao Ministério Público para manifestação quanto ao interesse no feito. Intimem-se. Diligências necessárias. Cascavel/PR, datado digitalmente. (tb) Eduardo Villa Coimbra Campos Juiz de Direito". E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da Lei e afixado no átrio do Fórum Local. Eu, Majorie Aparecida Bondezan Campagnaro, Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi. Cascavel, 01 de setembro de 2023. EDUARDO VILLA COIMBRA CAMPOS Juiz de Direito (Assinado digitalmente)

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 (TRINTA) DIAS
Processo: 0034070-66.2017.8.16.0021
Classe Processual: Execução Fiscal
Assunto Principal: Dívida Ativa (Execução Fiscal)
Valor da Causa: R$1.685,31
Exequente(s): Município de Cascavel/PR
Executado(s): GRALHA AZUL MODAS LTDA
O(A) Doutor(a) Eduardo Villa Coimbra Campos, Meritíssimo(a) Juiz (íza) de Direito da VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital, expedido nos autos nº 0034070-66.2017.8.16.0021, se procede a CITAÇÃO de GRALHA AZUL MODAS LTDA, portador(a) do CNPJ 05.152.379/0001-79, para que, no prazo de 05 (cinco) dias pague a dívida, com os juros e multa de mora e encargos indicados na CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, além das custas processuais, ou mesmo garantir a execução, de acordo com o artigo 9º, da Lei nº 6.830/80, neste caso podendo embargar no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da intimação da penhora. Nos termos do art. 257, IV do CPC, será nomeado curador especial em caso de revelia.
Este processo tramita através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, devendo comparecer à Sede da Unidade Jurisdicional que já utilize o sistema eletrônico (OAB). HORÁRIO DE ATENDIMENTO: das 12:00 às 18:00 horas.
Eduardo Villa Coimbra Campos Juiz de Direito

Editais Judiciais

Conselho da Magistratura

Capital

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ELTON DANILO DE PAULA
PRAZO DE 25 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Letícia Pacheco Lustosa, da 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0003568-31.2022.8.16.0196, em que é(são) autor(es) PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CURITIBA, réu(s) ELTON DANILO DE PAULA, e vítima RAFAELA C. A., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ELTON DANILO DE PAULA, portador(a) do RG 110922833 SSP/PR e CPF 079.562.559-61, nascido(a) em 03/11/1989, natural de CURITIBA, filho(a) de ELENI DAS GRAÇAS FERREIRA DE PAULA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses ART 129 - Se a lesão for praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 2º-A do art. 121 deste Código., Reclusão: 1 a 4 anos ART 232 - SUBMETER A CRIANCA/ADOLESCENTE A VEXAME, Detenção: 6 meses a 2 anos oferecida em 08/03/2023 e recebida em 13/03/2023, e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Thais Mise Yanagui, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Curitiba, 05 de setembro de 2023.
Letícia Pacheco Lustosa
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): JOSE NUNES PEREIRA CARDOSO
PRAZO DE 25 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Letícia Pacheco Lustosa, da 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0004027-33.2022.8.16.0196, em que é(são) autor(es) PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CURITIBA, réu(s) JOSE NUNES PEREIRA CARDOSO, e vítima MARIA S. F. D.L., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido JOSE NUNES PEREIRA CARDOSO, portador(a) do RG 50694917 SSP/PR e CPF 022.794.979-05, nascido(a) em 28/02/1973, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de IZAURA NUNES PEREIRA e EDUARDO CARDOSO,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 24-A - Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei, Detenção: 3 meses a 2 anos oferecida em 19/01/2023 e recebida em 10/04/2023, e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Thais Mise Yanagui, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Curitiba, 05 de setembro de 2023.
Letícia Pacheco Lustosa
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ROVERSON EDUARDO DOS SANTOS
PRAZO DE 25 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Letícia Pacheco Lustosa, da 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0002629-24.2022.8.16.0011, em que é(são) autor(es) PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CURITIBA, réu(s) ROVERSON EDUARDO DOS SANTOS, e vítima KELLY C. J., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ROVERSON EDUARDO DOS SANTOS, portador(a) do RG 85331124 SSP/PR e CPF 013.042.019-02, nascido(a) em 02/01/1983, natural de RIO BRANCO DO SUL/PR, filho(a) de ELENIR DOS SANTOS,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 129 - Se a lesão for praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 2º-A do art. 121 deste Código., Reclusão: 1 a 4 anos oferecida em 15/03/2023 e recebida em 20/03/2023, e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Thais Mise Yanagui, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Curitiba, 04 de setembro de 2023.
Letícia Pacheco Lustosa
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): ELI S. R. D. M. B. P.
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Letícia Pacheco Lustosa, da 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0005926-78.2018.8.16.0011, em que é(são) autor(es) PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CURITIBA, réu(s) DEOMAR BARPP PRETTO, e vítima ELI S. R. D. M. B. P., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Vítima ELI S. R. D. M. B. P.** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 391, CPP), a qual absolveu o(s) réu(s) em conformidade com o art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), ou **15 (quinze) dias**, contados do término do prazo para o Ministério Público, caso este não interponha apelação no prazo legal (art. 598, CPP). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Thais Mise Yanagui, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Curitiba, 04 de setembro de 2023.
Letícia Pacheco Lustosa
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): MARCIA S.
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Letícia Pacheco Lustosa, da 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0002902-47.2015.8.16.0011, em que é(são) autor(es) PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CURITIBA, réu(s) ANTONIO CARLOS MOREIRA, e vítima MARCIA S., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Vítima MARCIA S.**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença

proferida no feito (art. 391, CPP), a qual absolveu o(s) réu(s) em conformidade com o art. 386, inciso VII , do Código de Processo Penal, e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), ou **15 (quinze) dias**, contados do término do prazo para o Ministério Público, caso este não interponha apelação no prazo legal (art. 598, CPP). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Thais Mise Yanagui, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Curitiba, 04 de setembro de 2023.
Letícia Pacheco Lustosa
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): AMANDA A. D. O. J.
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Letícia Pacheco Lustosa, da 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Vias de fato, sob nº 0020269-10.2017.8.16.0013, em que é(são) autor(es) PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE CURITIBA, réu(s) ROBERTO CARLOS DOMINGUES DE SOUSA, e vítima AMANDA A. D. O. J., SOELI G. D. O. J., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Vítima AMANDA A. D. O.J .**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 391, CPP), a qual absolveu o(s) réu(s) em conformidade com o art. 386, inc. VII, do Código de Processo Penal, e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), ou **15 (quinze) dias**, contados do término do prazo para o Ministério Público, caso este não interponha apelação no prazo legal (art. 598, CPP). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Thais Mise Yanagui, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Curitiba, 04 de setembro de 2023.
Letícia Pacheco Lustosa
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Sumário
Autos nº. 0006979-94.2018.8.16.0011
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO:20 DIAS
A Excelentíssima Doutora Letícia Pacheco Lustosa, Juíza de Direito deste 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da lei,
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que, não tendo sido possível intimar pessoalmente, pelo presente fica o promovido abaixo indicado **INTIMADO** de todo teor da sentença proferida na Ação Penal Autos nº. 0006979-94.2018.8.16.0011, cujo disposto consta abaixo, e **CIENTIFICADO** de que possui o prazo de 05 (cinco) dias para recorrer.
Parte Intimada/Promovido: ISAC SARAIVA FERREIRA LANDIM (RG: 75536755 SSP/PR e CPF/CNPJ: 033.078.639-32) , Rua Arapongas, 111 - Capela Velha - ARAUCÁRIA/PR - CEP: 83.706-160
Sentença: Absolutória
Dispositivo: " Em coerência ao exposto, julgo improcedente o pedido contido na denúncia, para o fim de absolver o réu ISAC SARAIVA FERREIRA LANDIM, o que faço com fundamento no art. 386, VII, do Código de Processo Penal. "
DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

Curitiba, 04 de setembro de 2023.
Letícia Pacheco Lustosa
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita exclusivamente através do sistema computacional PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. O acesso ao sistema pelos advogados depende de prévio cadastramento, o qual é obrigatório, nos termos da Lei nº 11.419/06 e Resolução nº 03/2009 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça/PR. Documentos devem ser trazidos ao juízo, através do sistema PROJUDI, em arquivos com no máximo 2MB cada. ***Algumas peças não estão assinadas pelo fato do processo tramitar por meio eletrônico (assinatura digital).**

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

ESTADO DO PARANÁ - COMARCA DE CURITIBA
SECRETARIA da SEGUNDA VARA CRIMINAL
Av. Anita Garibaldi, 750, Cabral, CEP 80540-900, Curitiba - PR
EDITAL DE CITAÇÃO PARA PAGAMENTO DE MULTA
PRAZO 15 DIAS.
O Dr. Peterson Cantergiani Santos, Juiz de Direito da Segunda Vara Criminal da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná**, FAZ SABER** a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento com o prazo de **15 dias,** que por este Juízo tramita os autos de Processo Crime nº **0017773-95.2023.8.16.0013** que responde o(a) réu(é) abaixo qualificado (a), após ter sido devidamente processado(a), foi ao final, CONDENADO e, constando que o mesmo (a) encontra-se em lugar incerto e não sabido até a presente data, CITA-O(A) através deste edital, para que, no prazo de 10 (dez) dias, efetue o pagamento da dívida no valor de **R$7.004,84**. Ou, no mesmo prazo, nomeie bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quanto bastem para a garantia do débito. Também, o executado fica informado sobre a possibilidade de parcelamento, caso comprovadamente não possua condições de adimplir o pagamento à vista, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, conforme previsto no artigo 169, caput e §1°, da Lei de Execuções Penais.
RÉ: GEOVANA ANDRESSA NASCIMENTO
FILIAÇÃO: Maria de Fátima Rosa e José Sergio Nascimento
Dado e passado.
Nesta cidade e comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 05 de setembro de 2023. Eu, Letícia Vieira Montenegro, Técnica Judiciária da 2ª Vara Criminal de Curitiba, Matrícula 50071, o Subscrevi.
Peterson Cantergiani Santos
Juiz de Direito

ESTADO DO PARANÁ - COMARCA DE CURITIBA
SECRETARIA da SEGUNDA VARA CRIMINAL
Av. Anita Garibaldi, 750, Cabral, CEP 80540-900, Curitiba - PR
EDITAL DE CITAÇÃO PARA PAGAMENTO DE MULTA
PRAZO 15 DIAS.
o Dr. Peterson Cantergiani Santos, Juiz de Direito da Segunda Vara Criminal da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná**, FAZ SABER** a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento com o prazo de **15 dias,** que por este Juízo tramita os autos de Execução de Pena de Multa nº **0017776-50.2023.8.16.0013** responde o(a) réu(é) abaixo qualificado (a), após ter sido devidamente processado(a), foi ao final, CONDENADO e, constando que o mesmo (a) encontra-se em lugar incerto e não sabido até a presente data, CITA-O(A) através deste edital, para que, no prazo de 10 (dez) dias, efetue o pagamento da dívida no valor de **R$ 25.974,18**. Ou, no mesmo prazo, nomeie bens à penhora, sob pena de não o fazendo, serem penhorados tantos bens quanto bastem para a garantia do débito. Também, o executado fica informado sobre a possibilidade de parcelamento, caso comprovadamente não possua condições de adimplir o pagamento à vista, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, conforme previsto no artigo 169, caput e §1°, da Lei de Execuções Penais.
RÉU: **BRUNO DRAGO PEREIRA**
FILIAÇÃO: CARLA ADRIANA DRAGO PEREIRA e VINICIUS PINTO PEREIRA
Dado e passado. Nesta cidade e comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 6 de setembro de 2023. Eu, Camila de Oliveira Glock, Técnica Judiciária da 2ª Vara Criminal, o Subscrevi.
Peterson Cantergiani Santos
Juiz de Direito

Edital de Intimação

ESTADO DO PARANÁ - COMARCA DE CURITIBA
SECRETARIA da SEGUNDA VARA CRIMINAL
Av. Anita Garibaldi, 750, Cabral, CEP 80540-900, Curitiba - PR
EDITAL DE INTIMAÇÃO PAGAMENTO DE CUSTAS E/OU MULTA
PRAZO 30 DIAS.
O Dr. Peterson Cantergiani Santos, Juiz de Direito da Segunda Vara Criminal da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná**, FAZ SABER** a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento com o prazo de **30 dias,** que por este Juízo tramita os autos de Processo Crime nº 0001158-68.2020.8.16.0196 que responde o(a) réu(é) abaixo qualificado (a), após ter sido devidamente processado(a), foi ao final, CONDENADO e, constando que o mesmo (a) encontra-se em lugar incerto e não sabido até a presente data, INTIMA-LO(A) através deste edital, para comprovar o pagamento correspondente ao valor das custas e/ou multa ou justificar a ausência do pagamento, no prazo de 10(dez) dias.
RÉU: EWALDO KIRSTEN BORSATTO FILIAÇÃO: ZULMIRA KIRSTEN BORSATTO e REILI GUILHERME MIOTTO BORSATTO
AUTOS: 0001158-68.2020.8.16.0196

Dado e passado. Nesta cidade e comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 06 de setembro de 2023. Eu, Rafael Moreira de Oliveira, Técnico Judiciário da 2ª Secretaria do Crime, Matrícula 50194, o Subscrevi.
Peterson Cantergiani Santos
Juiz de Direito

ESTADO DO PARANÁ - COMARCA DE CURITIBA
SECRETARIA da SEGUNDA VARA CRIMINAL
Av. Anita Garibaldi, 750, Cabral, CEP 80540-900, Curitiba - PR
EDITAL DE INTIMAÇÃO PAGAMENTO DE CUSTAS E/OU MULTA
PRAZO 30 DIAS.
O Dr. Peterson Cantergiani Santos, Juiz de Direito da Segunda Vara Criminal da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná**, FAZ SABER** a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento com o prazo de **30 dias,** que por este Juízo tramita os autos de Processo Crime nº 0002406-35.2021.8.16.0196 que responde o(a) réu(é) abaixo qualificado (a), após ter sido devidamente processado(a), foi ao final, CONDENADO e, constando que o mesmo (a) encontra-se em lugar incerto e não sabido até a presente data, INTIMA-LO(A) através deste edital, para comprovar o pagamento correspondente ao valor das custas e/ou multa ou justificar a ausência do pagamento, no prazo de 10(dez) dias.
RÉU: MARCIO DE JESUS COSTA JUNIOR FILIAÇÃO: LUCIANA PERES DA ROSA CAMARGO e MARCIO DE JESUS COSTA
AUTOS: 0002406-35.2021.8.16.0196
Dado e passado. Nesta cidade e comarca de Curitiba, Estado do Paraná, aos 06 de setembro de 2023. Eu, Rafael Moreira de Oliveira, Técnico Judiciário da 2ª Secretaria do Crime, Matrícula 50194, o Subscrevi.
Peterson Cantergiani Santos
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO PARANÁ -COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO REGIONAL DE PAIÇANDU - VARA CRIMINAL DE PAIÇANDU
Avenida Ivaí, 1412 - centro - Paiçandu/PR - CEP: 87.140-000
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DE EXTINÇÃO
PRAZO 60 DIAS.
O Dr. ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA JÚNIOR, Juiz de Direito da VARA CRIMINAL DE PAIÇANDU**, FAZ SABER** a todos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento com o prazo de **60 dias,** que por este Juízo tramita os autos de Processo Crime nº 0000022-83.2022.8.16.0190 que responde o(a) réu(é) abaixo qualificado (a), após ter sido devidamente processado(a), foi ao final, JULGADA EXTINTA A PUNIBILIDADE DO INDICIADO, no tocante ao fato tipificado no artigo 147, do Código Penal e, constando que o mesmo (a) encontra-se em lugar incerto e não sabido até a presente data, INTIMA-O(A) através deste edital.
RÉU: EDMAR ROGERIO DA SILVA
FILIAÇÃO: APARECIDA DAS DORES AGLIO DA SILVA e JAIME PAULINO DA SILVA
AUTOS: 0000022-83.2022.8.16.0190
DATA DA SENTENÇA: 04/09/2023
DISPOSITIVO:Ante o exposto, acolho a promoção ministerial de evento 70.1, e nos termos do artigo107, inciso VI, do Código Penal, declaro extinta a punibilidade do indiciado EDMAR ROGERIO DA SILVA, no tocante ao fato tipificado no artigo 147, do Código Penal
Dado e passado. Nesta cidade e comarca de Paiçandu, Estado do Paraná, aos 6 de setembro de 2023. Eu, Camila de Oliveira Glock, Técnica de Secretaria, o Subscrevi.
ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA JÚNIOR
Juiz de Direito

2ª VARA DESCENTRALIZADA DE SANTA FELICIDADE

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FÓRUM DESCENTRALIZADO DE SANTA FELICIDADE
VARA DA FAMÍLIA - SANTA FELICIDADE svdp
Via Vêneto, 1490 - Santa Felicidade - Curitiba/PR - CEP 82.020-470
Edital 54/2023
EDITAL DE INTERDIÇÃO
O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara de Família de Santa Felicidade, Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitaram os autos nº **0005444-27.2022.8.16.0194,** de **Ação de Interdição/Curatela**, em que é **requerente Ricardo Piovesan,** residente na rua República Francesa, nº 30, Jardim Social, Curitiba/PR e **interditada Cleide Corrêa Piovesan,** residente na rua Eduardo Sprada, nº 2195, Campo Comprido, Curitiba/PR, sendo declarada por sentença a interdição da requerida Cleide Corrêa Piovesan, que apresenta o diagnóstico de Demência por Corpos de Lewy (CID G31.8), abrangendo a prática de todos os atos da vida civil, observadas as restrições previstas nos artigos 1781 do Código Civil, que remete aos artigos 1.748 a 1.750 do referido diploma legal, bem como as restrições contidas no art. 85, caput e § 1º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, sendo-lhe vedada a realização de empréstimos consignados.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba/PR, aos 25 de agosto de 2023.
MARCELO FELIPE PULNER PIETROSKI
Juiz de Direito Substituto
Documento assinado digitalmente - Lei nº 11.419/2006

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FÓRUM DESCENTRALIZADO DE SANTA FELICIDADE
VARA DA FAMÍLIA - SANTA FELICIDADE svdp
Via Vêneto, 1490 - Santa Felicidade - Curitiba/PR - CEP 82.020-470
Edital 56/2023
EDITAL DE INTERDIÇÃO
O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara de Família de Santa Felicidade, Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitaram os autos nº **0002698-56.2021.8.16.0184,** de **Ação de Interdição/Curatela**, em que é **requerente Martha Alvim de Toledo Sergenti,** residente na rua Doutor Faruk Abrão Kalil, nº 12, Butiatuvinha, Curitiba/PR e **interditada Doracy Alvim de Toledo,** residente na rua Serafim Lucca, nº 437, casa 32, São Braz, Curitiba/PR, sendo declarada por sentença a interdição da requerida Doracy Alvim de Toledo, que apresenta o diagnóstico de Demência mista (vascular + Alzheimer), abrangendo a prática de todos os atos da vida civil, observadas as restrições previstas nos artigos 1781 do Código Civil, que remete aos artigos 1.748 a 1.750 do referido diploma legal, bem como as restrições contidas no art. 85, caput e § 1º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, sendo-lhe vedada a realização de empréstimos consignados.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba/PR, aos 25 de agosto de 2023.
MARCELO FELIPE PULNER PIETROSKI
Juiz de Direito Substituto
Documento assinado digitalmente - Lei nº 11.419/2006

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FÓRUM DESCENTRALIZADO DE SANTA FELICIDADE
VARA DA FAMÍLIA - SANTA FELICIDADE svdp
Via Vêneto, 1490 - Santa Felicidade - Curitiba/PR - CEP 82.020-470
Edital 55/2023
EDITAL DE SUBSTITUIÇÃO DE CURATELA
O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara de Família de Santa Felicidade, Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitaram os autos nº **0020396-08.2022.8.16.0001,** de **Ação de Interdição/Curatela**, em que são **requerentes Luiz Fernando Graczyk,** residente na rua Inácio Wichnewski, nº 961, casa 5, Orleans, Curitiba/PR e **Rejane Augusta Machado,** residente na rua Engenheiros Rebouças, nº 2375, Rebouças, Curitiba/PR e **interditado Paulo Roberto Graczyk,** residente na rua Anastácio Homann, nº 900, Orleans, Curitiba/PR, sendo declarada por sentença a substituição da curatela do interditado do Sr. Edison Carlos Graczyk para o Sr. **Luiz Fernando Graczyk** e para a Sra. **Rejane Augusta Machado.**
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba/PR, aos 25 de agosto de 2023.
MARCELO FELIPE PULNER PIETROSKI
Juiz de Direito Substituto
Documento assinado digitalmente - Lei nº 11.419/2006

4ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PAGAMENTO DA PENA DE MULTA E CUSTAS
RÉU: **MARCELO BUENO BERNARDES**

AUTOS DE PROCESSO **PENAL Nº 0003110-82.2020.8.16.0196**
PRAZO DO EDITAL: 15 (quinze) dias
A DRA. **SHALINE ZEIDA OHI YAMAGUCHI**, MMª. JUÍZA DE DIREITO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o apenado **MARCELO BUENO BERNARDES, nascido em 03/03/1981, natural de CURITIBA/PR, portador do RG 80070500 SSP/PR, inscrito no CPF 008.966.489-23, ora** em LUGAR INCERTO, fica o réu **INTIMADO** de que, decorrido o prazo do presente edital, promova no prazo de 10 (dez) dias o pagamento das custas processuais e da pena de multa fixadas na sentença proferida nos autos de Processo Crime nº **0003110-82.2020.8.16.0196,** cujas guias podem ser retiradas na Secretaria desta 4ª Vara Criminal de Curitiba ou solicitadas pelo e-mail ctba-54vj-s@tjpr.jus.br**.** CIENTIFICAR, ainda, que eventual ausência de pagamento será automaticamente comunicada à Procuradoria da Fazenda do Estado (ofício circular nº 64/2013), para fins de propositura de executivo fiscal. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Curitiba.
SHALINE ZEIDA OHI YAMAGUCHI
JUÍZA DE DIREITO

5ª VARA CÍVEL

Edital Geral

JUÍZO DE DIREITO DA QUINTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CURITIBA-PARANÁ. EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS POSSÍVEIS INTERESSADOS. COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.
O DOUTOR **FÁBIO LUÍS DECOUSSAU MACHADO**, MM. Juiz de Direito Substituto desta Quinta Vara Cível, faz saber a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Cartório tramitaram os autos de **AÇÃO DE INTERDIÇÃO**, processados de forma eletrônica via Sistema Projudi, autuados sob o n° **0031925-29.2019.8.16.0001**, em que **IVANI DOS SANTOS SILVA GOMES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade n° 723.563-5/SESP-GO, inscrita no CPF/MF sob o n° 952.495.082-00, residente e domiciliada à Rua Elizabeth Parodi, n° 385, Tatuquara, Curitiba, Paraná, move em face de seu filho **EVERTON MATHEUS SILVA GOMES**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade n ° 15.616.911-0 SESP/AM, inscrito no CPF/MF sob o n° 031.098.542-01, residente e domiciliado à Rua Elizabeth Parodi, n° 385, Tatuquara, Curitiba, Paraná, o qual, por padecer de **"Paralisia Cerebral (CID 10:G 80.0)"** teve decretada a sua **interdição relativa** nos termos da r. sentença lançada no mov. 155.1 dos referidos autos de Interdição, tendo-lhe sido nomeado como sua curadora **IVANI DOS SANTOS SILVA GOMES** a qual prestou o compromisso legal, ficando incumbida de realizar os atos que importem disposição de bens/direitos de natureza patrimonial e negocial; compras, vendas e trocas rotineiras; compra, vendas e trocas não rotineira (bens móveis, imóveis, compras de maior valor mediante autorização judicial); contratação e demissão de empregados; movimentação de conta bancária, operações mediante o uso de cartão bancário ou cheque, aposentadoria e administração de bens em geral. Do que, para constar, expedi o presente Edital, o qual será publicado no DJ Eletrônico, e uma vez na imprensa local. Curitiba, 22 de agosto de 2023. Dou fé.

5ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 15 dias.
Réu: ANDERSON DA SILVA MOREIRA
Processo nº **Autos nº. 0002545-80.2023.8.16.0013**
O(a) Dr(a). **José Orlando Cerqueira Bremer**, MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Secretaria do Crime do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, e especialmente o réu: **ANDERSON DA SILVA MOREIRA**, filho de Nome da Mãe: GUIOMAR APARECIDA DOS REIS MOREIRA Nome do Pai: NILSON DA SILVA MOREIRA, ora em lugar incerto e não sabido, para **CITÁ-LO**: PARA QUE EFETUE o pagamento da pena de multa, fixado no Valor da Causa R$ 28.429,86, devendo o executado entrar em contato com a Secretaria através dos telefones (41) 3309-9105 e (41) 9248-1522 (preferencialmente por whatsapp) ou email ctba-55vj-s@tjpr.jus.br para solicitar o boleto.
2. NOTIFICÁ-LO, de que se não tiver condições financeiras, poderá SOLICITAR O PARCELAMENTO DA MULTA, sendo lavrada na certidão do oficial de justiça a formalização da solicitação.
1.2 ADVERTI-LO de que, caso não informe e-mail ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas, deverá solicitar à secretaria, no prazo previsto acima, a emissão do(s) boleto(s) para pagamento.
1.3 ADVERTI-LO, também, de que não havendo informação de e-mail ou de número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas, nem solicitação para emissão do(s) boleto(s), este(s) será(ão) emitido(s) pela secretaria após o decurso do prazo apontado pelo sistema Projudi.
2. ALTERNATIVAMENTE poderá nomear bens à penhora, indicando os respectivos valores e exibindo prova de sua propriedade, nos termos do artigo 164, caput, da Lei n.º 7.210/84 para pagamento da dívida, sendo lavrada na certidão do oficial de justiça a formalização da solicitação.
3. ADVERTI-LO, ainda, que se decorrido o prazo sem o pagamento ou sem o depósito da respectiva importância, proceder-se-á a indisponibilidade pelos sistemas SISBAJUD e RENAJUD, sucessivamente e nessa ordem, até que sejam encontrados valores suficientes para efetivação da medida.
4. CIENTIFICÁ-LO, por fim, de que infrutíferas as buscas, será procedida a penhora de tantos bens quanto bastem para garantir a execução (artigo 164, § 1º, da Lei de Execução Penal).

Curitiba, 06 de setembro de 2023.

Glenna Paola Rodrigues
Técnica Judiciária
Portaria 01/2023

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo (15) quinze dias.
Réu: Jose Marcelo Ferreira da Silva
Processo nº 0015680-82.2011.8.16.0013
O(a) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Criminal da Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, Doutor José Orlando Cerqueira Bremer, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, e especialmente a pessoa de Jose Marcelo Ferreira da Silva, brasileiro, nascido aos 25/03/1965, natural de PALMEIRA DOS INDIOS, filho de Nome da Mãe: MARIA PEREIRA DA SILVA Nome do Pai: ADOLFO FERREIRA DA SILVA, com último domicílio conhecido localizado na Rua Rua das Flores, 602 Casa 2 - São Dimas - COLOMBO/PR - CEP: 83.411-370, ora em lugar incerto e não sabido, para CITÁ-LO nos termos do artigo 366 do CPP, com redação data pela Lei 11719/08, quanto à denúncia em que figura como réu e na qual lhe é imputada a conduta criminosa tipificada no artigo 171, § 2º, inciso I, do Código Penal, e, para INTIMÁ-LO a apresentar resposta por escrito, por meio de advogado, em 10 (dez) dias, a contar do dia da publicação deste edital na imprensa oficial.
Expede-se o presente edital de citação, nos termos do artigo 361, do Código de Processo Penal, tendo em vista estar o Réu em lugar incerto e não sabido, e para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, o qual será afixado no átrio da 5ª Secretaria do Crime e publicado na imprensa Oficial, nos termos da lei.

Curitiba, 06 de setembro de 2023.

Glenna Paola Rodrigues
Técnica Judiciária
Portaria 01/2019

6ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): MASTER FRONT COMUNICAÇÃO LTDA PRAZO DE 30 dias úteis A Juíza de Direito Ana Lucia Ferreira, da 6ª Vara Cível de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Cumprimento de sentença, assunto Causas Supervenientes à Sentença, sob nº 0013802-32.2009.8.16.0001, em que é exequente SEERC - SINDICATO DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS DE REFEIÇOES COLETIVAS, REFEIÇOES CONVENIO E COZINHAS DE INDÚSTRIAS DE CURITIBA, e executado MASTER FRONT COMUNICAÇÃO LTDA, e que não foi possível localizar pessoalmente a parte Promovida MASTER FRONT COMUNICAÇÃO LTDA, portador(a) do CNPJ 02.056.797/0001-74. Desta forma, se procede por meio deste edital sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do débito a que foi condenado, no valor total de R$ 15.059,59 (quinze mil e cinquenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento, acrescentado de custas processuais. Caso o pagamento não for realizado, acarretará em pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), ambos incidentes cumulativamente sobre o débito atualizado ou sobre o valor restante, em caso de pagamento parcial, nos termos do art. 523, §§ 1º e 2º, do Código de Processo

Civil. Se efetuado o pagamento integral da dívida no prazo estipulado, fica isento de multa, honorários advocatícios e custas processuais decorrentes do cumprimento de sentença, e havendo pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante da obrigação. A(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que poderá(ão) opor impugnação, por meio de advogado(a), no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir do término do prazo para pagamento voluntário independentemente de penhora ou nova intimação, conforme previsto no art. 525 do Código de Processo Civil. Salienta-se, contudo, que a suspensão do cumprimento de sentença condiciona-se à garantia do juízo (art. 525, § 6º, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Hellen Marry de Souza, Analista Judiciário, conferi e digitei. Curitiba, 01 de setembro de 2023. Ana Lucia Ferreira Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

7ª VARA CÍVEL

Edital Geral

J U Í Z O D E D I R E I T O D A S É T I M A V A R A C Í V E L
Cartório da 7ª. Vara Cível Drª. Kátya de Araújo Carollo - Escrivã
Av. Cândido de Abreu, 535 - 7º. andar Caroline C.M.B de Matos - E. Juramentada
Comarca de Curitiba - Estado do Paraná Patrícia Carla Gonçalves - E. Juramentada
Justiça Gratuita
EDITAL DE INTERDIÇÃO DE SILMARA SILVIA AVELINO, PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, NA FORMA ABAIXO, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
Edital de Interdição de **SILMARA SILVIA AVELINO,** brasileira, portadora da cédula de identidade sob nº. **72029674 SESP/PR**, inscrita no **CPF/MF. 030.498.379-93**, para conhecimento de terceiros, e ainda aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, na Ação de **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL, sob nº. 0007627-36.2020.8.16.0001, que tramita pelo sistema *Projudi* na 7ª. Vara Cível de Curitiba**, sito na Av. Cândido de Abreu, 535, 7° andar, Fórum Cível, Centro Cívico, movida por **IVONE APARECIDA AVELINO.** Foi decretada a interdição de **SILMARA SILVIA AVELINO** a qual apresenta sequelas de Acidente Vascular Encefálico (AVE) com comprometimento da marcha e dificuldade para deambular. Paciente com história pregressa de alcoolismo e que também acarretou complicações em sua saúde. Paciente com déficit cognitivo e baixa compreensão dos prejuízos relacionados ao uso do álcool. CID-10 I69. 4/F10.2 **de acordo com a sentença de mov.: 135.1*:*** a qual apresenta os limites da curatela: *"...Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, para o fim de: a] DECRETAR a Interdição de SILMARA SILVIA AVELINO, ante sua incapacidade relativa, declarando-a relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil relacionados aos aspectos de natureza patrimonial, negocial e de administração de bens e valores - abrangidos apenas aqueles de maior monta; b] NOMEAR, com fulcro no artigo 747, II, do Código de Processo Civil, como Curadora IVONE APARECIDA AVELINO, irmã, nos termos do artigo 1.767, inciso I, do Código Civil... 1] Os limites da Curatela abrangem os atos da vida civil descritos no artigo 1.782, do Código Civil, relativos aos aspectos de natureza patrimonial e negocial, de maior monta tão somente - bem como excluídos aqueles de mera administração e de gestão pessoal"* sendo nomeada Curadora da interditada a sua irmã **IVONE APARECIDA AVELINO**. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, expedi o presente edital que será publicado pela imprensa local e pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, de conformidade com o art. 755, § 3º. do Novo Código de Processo Civil. Curitiba, aos 18 dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três. E Eu (a) (Katya de Araújo Carollo) Escrivã, o fiz digitar e subscrevo.
CARLA MELISSA MARTINS TRIA
Juíza de Direito
Assinado Digitalmente

9ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL CITAÇÃO - MAGALI CRISTINA MAFA
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
A Doutora DANIELLE NOGUEIRA MOTA COMAR, MM. Juíza de Direito do Juízo da 9° Vara Criminal do Foro Central
da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, no uso de suas atribuições legais etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 15 (quinze)
dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu MAGALI CRISTINA MAFA, nascida em 11/10/1979,
portadora do RG: 70274850 SSP/PR, filha de JOSEFA MAFA e JOÃO MAFA, atualmente em lugar incerto e não
sabido, pelo presente fica C I T A D A para os fins devidos de, nos termos do art. 396 do CPP, responder à
acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, por meio de defensor constituído, sob a advertência de que
assim não o fazendo será procedida nomeação de defensor dativo, bem como se ver processar nos autos de
Processo Crime nº 0008760-02.2013.8.16.0182 a que responde como incurso nas sanções do artigo 129,
. Dado e passado nesta Cidade e no Juízo da 9° Vara Criminal Foro Central de Curitiba,caput, do Código Penal
Estado do Paraná.
Curitiba, 05 de setembro de 2023.
Danielle Nogueira Mota Comar
Juíza de Direito

EDITAL CITAÇÃO - MARJORIE BUWAI DE FREITAS
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
A Doutora DANIELLE NOGUEIRA MOTA COMAR, MM. Juíza de Direito do Juízo da 9° Vara Criminal do Foro Central
da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, no uso de suas atribuições legais etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 15 (quinze)
dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente a ré MARJORIE BUWAI DE FREITAS, nascida em 24/08/1997
, portadora do RG: 93542690 SSP/PR, filha de DANUTA BUWAI DE FREITAS e ROBERTO CARLOS BATISTA DE
FREITAS, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica C I T A D A para os fins devidos de, nos
termos do art. 396 do CPP, responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, por meio de defensor
constituído, sob a advertência de que assim não o fazendo será procedida nomeação de defensor dativo, bem
como se ver processar nos autos de Processo Crime nº 0027155-95.2020.8.16.0182 a que responde como
. Dado e passado nesta Cidade e no Juízo da 9°incursa nas sanções do artigo 65, caput, da Lei nº 9605/1998
Vara Criminal Foro Central de Curitiba, Estado do Paraná.
Curitiba, 05 de setembro de 2023.
Danielle Nogueira Mota Comar
Juíza de Direito

EDITAL CITAÇÃO - JOSE DA SILVA CLAUDIANO
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
A Doutora DANIELLE NOGUEIRA MOTA COMAR, MM. Juíza de Direito do Juízo da 9° Vara Criminal do Foro Central
da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, no uso de suas atribuições legais etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 15 (quinze)
dias, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu JOSE DA SILVA CLAUDIANO, nascido em 19/05/1987,
portador do RG: 9359709 SSP/PR, filho de KATIA DA SILVA e JOSE CLAUDIANO, atualmente em lugar incerto e
não sabido, pelo presente fica C I T A D O para os fins devidos de, nos termos do art. 396 do CPP, responder à
acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, por meio de defensor constituído, sob a advertência de que
assim não o fazendo será procedida nomeação de defensor dativo, bem como se ver processar nos autos de
Processo Crime nº 0001030-43.2023.8.16.0196 a que responde como incurso nas sanções do artigo 155,
Dado e passadocaput, do Código Penal, por duas vezes (fatos I e II) na forma do artigo 69 do Código Penal.
nesta Cidade e no Juízo da 9° Vara Criminal Foro Central de Curitiba, Estado do Paraná.
Curitiba, 05 de setembro de 2023.
Danielle Nogueira Mota Comar
Juíza de Direito

12ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 15 DIAS
Autos nº 0015122-90.2023.8.16.0013
EDITAL DE CITAÇÃO DE ALEX THIAGO RIBEIRO GUEDES

A DOUTORA CRISTINE LOPES, MM. JUÍZA DE DIREITO DA 12ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA/PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante o Juízo da Vara Criminal de Curitiba, tramitam os autos de processo crime sob o nº **0015122-90.2023.8.16.0013** em que fora denunciado pelo Ministério Público, a pessoa de **ALEX THIAGO RIBEIRO GUEDES,** portador(a) do RG 101074900 SSP/PR, filho(a) de ZIZA APARECIDA RIBEIRO GUEDES e IZAIAS GUEDES, nascido(a) em 24/08/1986, natural de CURITIBA/PR, residente na Rua Olímpio Cardoso, 160 - São Dimas - COLOMBO/PR - CEP: 83.411-110. Constando dos autos que o(a) denunciado(a) se encontra em local incerto e não sabido, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a **CITAÇÃO** da pessoa de ALEX THIAGO RIBEIRO GUEDES, acima qualificado(a) para se ver processar nos autos supra referidos, denunciado como incurso **nas sanções do ART 155: Furto, FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 2 a 8 anos E Multa, §4 incisos I, II e IV, c/c o artigo 14, inciso II (Tentado), todos do Código Penal, sob pena de revelia.** Fica desde já o(a) réu(ré) CITADO(A) para que, no prazo de 10 (dez) dias, ofereça resposta à acusação, por escrito, conforme disposto no artigo 396 do Código de Processo Penal, sendo que não o fazendo no prazo legal lhe será nomeado defensor dativo.

Dado e passado nesta Cidade de Curitiba e Foro da Comarca de Curitiba/PR, aos 31 de agosto de 2023. Eu, Lorena Alves Marafico, estagiária, o digitei.

CRISTINE LOPES
Juíza de Direito

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): LEANDRO MACIEL BATISTA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0000152-89.2021.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) LEANDRO MACIEL BATISTA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido LEANDRO MACIEL BATISTA , portador(a) do RG 136889699 SSP/PR e CPF 107.701.409-04, nascido(a) em 07/04/1999, natural de CANOINHAS, filho(a) de VILMA WENDT e AMAUCIR MACIEL BATISTA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Advertese de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Diana Ranzan Araujo, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Curitiba, 06 de setembro de 2023.
CRISTINE LOPES
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): JOSE HENRIQUE MERENCIANO
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Crimes do Sistema Nacional de Armas, sob nº 0000666-71.2023.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JOSE HENRIQUE MERENCIANO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido JOSE HENRIQUE MERENCIANO, portador(a) do RG 103200784 SSP/PR e CPF 093.959.319-06, nascido(a) em 24/08/1994, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de SILVINHA APARECIDA MERENCIANO, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Advertese de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Diana Ranzan Araujo, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Curitiba, 05 de setembro de 2023.
CRISTINE LOPES
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): WANESSA DANIELI DE MORAIS
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0004770-14.2020.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) VALDENIR DOS SANTOS SAUER, e vítima WANESSA DANIELI DE MORAIS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Vítima WANESSA DANIELI DE MORAIS (RG: 135671517 SSP/PR e CPF/CNPJ: 083.949.489-01), motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua acerca da sentença proferida INTIMAÇÃO no feito (art. 391, CPP), a qual condenou o(a)(s) réu(ré)(s) nas sanções do na data de 27/07/2023, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "Diante do exposto, julgo procedente a pretensão punitiva, para o fim de condenar o réu Valdenir dos Santos Sauer, como incurso nas sanções previstas no artigo 155, §1º (durante

o repouso noturno) e §4º, inciso I (rompimento de obstáculo), c/a artigo 14, II, ambos do Código Penal.", em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), ou 15 (quinze) dias, contados do término do prazo para o Ministério Público, caso este não interponha apelação no prazo legal (art. 598, CPP).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Diana Ranzan Araujo, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Curitiba, 05 de setembro de 2023.
CRISTINE LOPES
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): MICHAEL JACKSON XAVIER
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0003217-92.2021.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MICHAEL JACKSON XAVIER, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido MICHAEL JACKSON XAVIE, portador(a) do RG 103512093 SSP/PR e CPF 097.433.029-99, nascido(a) em 29/07/1993, natural de TOLEDO/PR, filho(a) de ROSANGELA FERREIRA DA SILVA MARCELINO XAVIER e JOSE APARECIDO MARCELINO XAVIER, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Diana Ranzan Araujo, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Curitiba, 05 de setembro de 2023.
CRISTINE LOPES
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): FELIPE MANOEL DOS SANTOS MENDES
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo, assunto Dano Qualificado, sob nº 0003327-28.2020.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) RENE BUGALA PEREIRA, e vítima FELIPE MANOEL DOS SANTOS MENDES, REGINA DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Vítima FELIPE MANOEL DOS SANTOS MENDES, motivo pelo qual se procede, por (RG: 417693 null/RS e CPF/CNPJ: Não Cadastrado) meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 391, CPP), a qual condenou o(a)(s) réu(ré)(s) nas sanções do na data de 20/07/2023, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "Diante do exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão punitiva contida na denúncia para o fim de condenar o réu Rene Bugala Pereira pela prática dos delitos previstos nos artigos 129, caput (1º Fato), artigo 147, caput (2º Fato) e artigo 163, parágrafo único, inciso III (4º Fato), todos do Código Penal, e absolvê-lo da prática do delito previsto no artigo 150, caput, do Código Penal, (3º Fato), com base no artigo 386, VII, do CPP.", em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), ou 15 (quinze) dias, contados do término do prazo para o Ministério Público, caso este não interponha apelação no prazo legal (art. 598, CPP).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Diana Ranzan Araujo, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Curitiba, 05 de setembro de 2023.
CRISTINE LOPES
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): EDISON DE OLIVEIRA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Receptação Qualificada, sob nº 0009968-72.2015.8.16.0013, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) EDISON DE OLIVEIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido EDISON DE OLIVEIRA, portador(a) do RG 19190536 SSP/PR e CPF 316.881.449-00, nascido(a) em 25/08/1959, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de OROSVALDINA FERRAES DE OLIVEIRA e JOSE OSVALDO DE OLIVEIRA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Advertese de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Diana Ranzan Araujo, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Curitiba, 05 de setembro de 2023.
CRISTINE LOPES
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): MARINA FERNANDA SANTOS SILVA

PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo , sob nº 0011677-11.2016.8.16.0013, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) BRUNO MATEUS STELMACH BRAGA, e vítima MARINA FERNANDA SANTOS SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Vítima MARINA FERNANDA SANTOS SILVA (RG: 123086830 SSP/PR e CPF /CNPJ: 077.121.729-35), motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua acerca da sentença INTIMAÇÃO proferida no feito (art. 391, CPP), a qual absolveu o(s) réu(s) em conformidade com o art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), ou 15 (quinze) dias, contados do término do prazo para o Ministério Público, caso este não interponha apelação no prazo legal (art. 598, CPP). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Diana Ranzan Araujo, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Curitiba, 05 de setembro de 2023.
CRISTINE LOPES
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): DIOGO MORAS
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Apropriação indébita, sob nº 0005492-93.2012.8.16.0013, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) DIOGO MORAS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido DIOGO MORAS, portador(a) do RG 68349761 SSP/PR e CPF 030.786.269-03, nascido(a) em 29/04/1982, natural de ESTADO DE SANTA CATARINA, filho(a) de MARILENE MORAS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Diana Ranzan Araujo, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Curitiba, 06 de setembro de 2023.
CRISTINE LOPES
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): HUGO HENRIQUE HEDLER
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0012238-25.2022.8.16.0013, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) HUGO HENRIQUE HEDLER, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido HUGO HENRIQUE HEDLER, portador(a) do RG 92188922 SSP/PR e CPF 085.081.329-80, nascido(a) em 04/10/1987, natural de ITAJAI/SC, filho(a) de SANDRA REGINA HEDLER e OSMAR HEDLER, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Diana Ranzan Araujo, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Curitiba, 06 de setembro de 2023.
CRISTINE LOPES
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): GUILHERME DA ROCHA TEIXEIRA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0012272-39.2018.8.16.0013, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) GUILHERME DA ROCHA TEIXEIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido GUILHERME DA ROCHA TEIXEIRA, portador(a) do RG 13030048 SSP/PR e CPF 092.198.109-05, nascido(a) em 19/11/1996, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de MARCILENE DA ROCHA TEIXEIRA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo aemissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor

devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Diana Ranzan Araujo, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Curitiba, 06 de setembro de 2023.
CRISTINE LOPES
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Valdir Francisco da Silva Junior
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo , sob nº 0002575-56.2020.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Valdir Francisco da Silva Junior, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido Valdir Francisco da Silva Junior, portador(a) do RG 58051071 SSP/PR e CPF 874.657.879-04, nascido(a) em 03/09/1973, natural de CURITIBA, filho(a) de EUNICE ALMEIDA DA SILVA e VALDIR FRANCISCO DA SILVA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Diana Ranzan Araujo, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Curitiba, 06 de setembro de 2023.
CRISTINE LOPES
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): FELIPE AUGUSTO MASSUQUETTO
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0002601-20.2021.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) FELIPE AUGUSTO MASSUQUETTO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido FELIPE AUGUSTO MASSUQUETTO, portador(a) do RG 127067635 SSP/PR e CPF 087.598.239-50, nascido(a) em 08/02/1993, natural de CAMPO LARGO/PR, filho(a) de VILMA ALICE DE SOUZA MASSUQUETTO e VALDEMAR AUGUSTO MASSUQUETTO, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Diana Ranzan Araujo, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Curitiba, 06 de setembro de 2023.
CRISTINE LOPES
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): JOSIEL DA SILVA RAMOS
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0012246-17.2013.8.16.0013, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JOSIEL DA SILVA RAMOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido JOSIEL DA SILVA RAMOS, portador(a) do RG 97323844 SSP/PR e CPF 078.148.349-29, nascido(a) em 03/02/1989, natural de MORRETES, filho(a) de SIRLET DA SILVA RAMOS e JO RAMOS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a)

devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Diana Ranzan Araujo, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Curitiba, 06 de setembro de 2023.
CRISTINE LOPES
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): FABIO HENRIQUE DOS SANTOS
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito CRISTINE LOPES, da 12ª Vara Criminal de Curitiba, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo , sob nº 0000386-03.2023.8.16.0196, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) FABIO HENRIQUE DOS SANTOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido FABIO HENRIQUE DOS SANTOS, portador(a) do RG 160509520 SSP/PR e CPF 148.094.859-43, nascido(a) em 29/10/2004, natural de TELEMACO BORBA/PR, filho(a) de CRISTINA NOGUEIRA e JOSÉ EDENILSON DOS SANTOS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Advertese de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Diana Ranzan Araujo, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Curitiba, 06 de setembro de 2023.
CRISTINE LOPES
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

15ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
A DOUTORA ADRIANA BENINI, MM. JUÍZA DE DIREITO DA DÉCIMA QUINTA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, NA FORMA DA LEI
FAZ SABER a todos que virem o presente ou dele tiverem conhecimento que perante este Juízo da 15ª Vara Cível tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial sob nº **0002928-44.2016.8.16.0194** (PROJUDI), em que é requerente BANCO BRADESCO S/A, e requerido FABIO DE LIMA FERNANDES, ASÍA IMPORT EXPORT COMERCIAL LTDA e ELIZA AMELIA RODRIGUES PEREIRA FERNANDES, e que por este **CITA** FABIO DE LIMA FERNANDES e ELIZA AMELIA RODRIGUES PEREIRA FERNANDES para no prazo de 03 (três) dias, efetuar(em) o pagamento do débito apontado pelo exequente, acrescido de custas e honorários advocatícios. Fica(m) ciente(s) de que poderá(ão) oferecer embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá(ão) requerer o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Ficam advertidos de que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei.
Síntese da Inicial: "Fora celebrada entre as partes a Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo Pessoal - Capital de Giro, identificada pelo número 008.801.389, que inadimplida embasa a presente demanda. A Cédula de Crédito Bancário, de número 008.801.389, celebrado em 13 de janeiro de 2015, tem por objeto o valor do empréstimo de R$ 83.494,55 (oitenta e três mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), que deveria ser paga em 48 (quarenta e oito) parcelas fixas de R$ 2.500,87 (dois mil e quinhentos reais e oitenta e sete centavos), com a taxa de juros contratada, prefixada, de 1,50% (um por cento e cinquenta centésimos percentuais) ao mês. Ocorre que, apenas 7 (sete) das parcelas iniciais foram adimplidos, resultando em seu vencimento antecipado, nos termos da Cédula de Crédito Bancário anteriormente identificada, gerando um débito total no valor de R$ 82.395,89 (oitenta e dois mil, trezentos e noventa e cinco reais e oitenta e nove centavos), atualizado até o dia 04 de março de 2016, conforme a planilha de atualização de débito. Após inúmeras tentativas do ora exequente na tentativa de composição amigável, restaram infrutíferos os seus esforços, motivo pelo qual busca no Poder Judiciário a concretização do seu direito de credor por meio da propositura da presente medida."
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, expedi o presente edital, nos termos dos artigos 256 e 257 do CPC, que será publicado. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital. Havendo revelia, será nomeado curador especial. Curitiba, 05 de setembro de 2023. Eu, Sidinei Alencar de Souza, Técnico Judiciário, digitei e conferi.

Sidinei Alencar de Souza
Técnico Judiciário
Autorizado pela PORTARIA N.º 03/2020

Edital Geral

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
A DOUTORA THALITA BIZERRIL DULEBA MENDES, MM. JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA DÉCIMA QUINTA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, NA FORMA DA LEI
FAZ SABER a todos que virem o presente ou dele tiverem conhecimento que perante este Juízo da 15ª Vara Cível tramitam os autos de Interdição/Curatela sob nº **0008545-09.2021.8.16.0194** (PROJUDI), em que é requerente REGINA DE OLIVEIRA ENGEL, e requerida ANNA SUCSEK, e que foi decretada a interdição de ANNA SUCSEK (CPF 170.692.979-04) representada por REGINA DE OLIVEIRA ENGEL (RG: 13771600 SSP/PR e CPF 200.951.559-53) residente na Rua Pedro Zagonel, 1041 - Novo Mundo - CURITIBA/PR - CEP 81.050-110, pela sentença de mov. 68.1, transitada em julgado em 03/06/2023, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições mínimas de gerir seus próprios atos, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, nos termos do artigo 85 da Lei nº 13.146/2015, limitada aos aspectos de natureza patrimonial e negocial, e, de acordo com o artigo 1.775, § 1º do Código Civil, estando incapaz de exercer os atos da vida civil. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) REGINA DE OLIVEIRA ENGEL (RG: 13771600 SSP/PR e CPF 200.951.559-53) residente na Rua Pedro Zagonel, 1041 - Novo Mundo - CURITIBA/PR - CEP 81.050-110.
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, expedi o presente edital, nos termos dos artigos 256 e 257 do CPC, que será publicado. Curitiba, 05 de setembro de 2023. Eu, Sidinei Alencar de Souza, Técnico Judiciário, digitei e conferi.

Sidinei Alencar de Souza
Técnico Judiciário
Autorizado pela PORTARIA N.º 03/2020

VARA DESCENTRALIZADA DO BOQUEIRÃO

Edital Geral

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS

PRAZO DE Sem Prazo

A MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Descentralizada do Boqueirão - Vara de Família, Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da Lei,

FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Interdição, sob nº 0005749-19.2019.8.16.0193, em que é autor FRANCELIA FELIX DOS SANTOS, e réu JOSIELE FARIAS DOS SANTOS ALVES, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de** , por sentença transitada em julgado no dia 20/08/2023, a qual reconheceu que a interditada *não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil*, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de *natureza patrimonial e negocial*, não podendo praticar autonomamente os atos de alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes à curatelada, bem como movimentar aplicações financeiras, sem autorização judicial, não tendo autorização para realizar empréstimos consignados em nome da curatelada. Outrossim, eventuais valores que venham a ser recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar da curatelada. A referida sentença ainda nomeou à interditada a curadora FRANCELIA FELIX DOS SANTOS portadora do RG 87910008 SSP/PR e CPF 008.331.899-21, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita:

"Diante do exposto, com fundamento no art. 747 e seguintes do Código de Processo Civil, julgo procedente o pedido inicial, confirmando a decisão que antecipou os efeitos da tutela de mérito, para impor a curatela a Josiele Farias dos Santos Alves, nomeando curadora Francelia Felix dos Santos, para o fim de representar a curatelada perante instituições financeiras e bancárias e em juízo".

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.

Eu, Mariana Bett Preisner, Estagiário, conferi e digitei.

Paula Nakagawa Akiyama

Técnica Judiciária

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS

PRAZO DE Sem Prazo

A MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Descentralizada do Boqueirão - Vara de Família, Comarca de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da Lei,

FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Nomeação, sob nº 0003192-82.2021.8.16.0195, em que é autora Luzia Berka, e ré ZINILDA BERKA, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de** ZINILDA BERKA, por sentença transitada em julgado no dia 24/08/2023, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) *não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil*, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de *natureza patrimonial e negocial*, não podendo praticar autonomamente os atos de alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes à curatelada, bem como movimentar aplicações financeiras, sem autorização judicial, não tendo autorização para realizar empréstimos consignados em nome da curatelada. A referida sentença ainda nomeou à interditada a curadora LUZIA BERKA portador(a) do RG 60389063 SSP/PR e CPF 904.508.339-68, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "Diante do exposto, com fulcro no art. 747 e seguintes do CPC, julgo procedente o pedido inicial, para impor a curatela a Zinilda Berka, nomeando curadora Luzia Berka."

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.

Eu, Mariana Bett Preisner, Estagiária, conferi e digitei.

Paula Nakagawa Akiyama

Técnica Judiciária

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Interior

FORO REGIONAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS

PRAZO DE 20 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Alexandre Moreira Van Der Broocke, da 2ª Vara Cível de Almirante Tamandaré , FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Ordinária, sob nº 0002101-82.2021.8.16.0024, em que é(são) autor(es) GABRIEL BITTENCOURT PEREIRA, e réu(s) Este juizo, e que por este edital procede a **CITAÇÃO** de eventuais **terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos**, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de usucapião** referente ao imóvel: " *propriedade sobre o lote nº 2-F, situado no local denominado Samambaia, no Município de Campo Magro/PR, o qual possui 10.000 metros quadrados de área total*, *conforme os seguintes limites e confrontações: O ponto de partida, denominado 0 = PP, do presente Levantamento Topografico,ficou materializado no terreno por um marco de concreto, localizado no canto do imóvel junto o lote 02c de propriedade de Maria Edi Mastey, segue confrontando com o lote 01 de propriedade de Manoelle Monika Foerster Gomes e outros, com a distancia 16,18 metros e rumo 46°24'10" SE, encontra-se o ponto 01; segue confrontando com o lote 01 de propriedade de Manoelle Monika Foerster Gomes e outros, com a distancia 102,22 metros e rumo 46°24'10" SE, encontra-se o ponto 02; segue confrontando com a propriedade de Afonso e Henrique Ruginski, com a distancia 69,17 metros e rumo 13°45'10" SW, encontra-se o ponto 03; segue confrontando com a propriedade de Afonso e Henrique Ruginski, com a distancia 13,14 metros e rumo 14°39'11" SW, encontra-se o ponto 04; segue confrontando com o lote 08 de propriedade de Luiz Henrique Silva e Sauer, com a distancia de 89,77 metros ¢ rumo 46°48'15" NW, encontra-se o ponto 05; segue confrontando com o lote 10 de propriedade de Rafael Mariano dos Santos Gomes, com a distancia de 21,39 metros e rumo 46°48'15" NW, encontra-se o ponto 06; segue confrontando com o lote 09 de propriedade de Luiz Henrique Silva e Sauer, com a distancia de 21,39 metros e rumo 46°48'15" NW, encontra-se o ponto 07; segue confrontando com o lote 06b de propriedade de Ary Frank, com a distancia de 28,28 metros e rumo 46°48'15" NW, encontra-se o ponto 08; segue confrontando com o lote 06a de propriedade de Ary Frank, com a distincia de 4,83 metros e rumo 46°48'15" NW, encontra-se o ponto 09; segue confrontando com a Servidão de Passagem de propriedade de Maria Edi Mastey, com a distancia de 12,00 metros e rumo 43"11'45" NE, encontra-se o ponto 09; segue confrontando com a Servidão de Passagem de propriedade de Maria Edi Mastey. com a distancia de 12,00 metros e rumo 43°11'45" NE, encontra-s¢ o ponto 10; segue confrontando com o lote 02c de propriedade de Maria Edi Mastey, com a distincia de 27,77 metros e rumo 43°11'45" NE, encontra-se o ponto R1; segue confrontando com o lote 02c de propriedade de Maria Edi Mastey, com a distancia de 32,84 metros e rumo 43°11'45" NE, até encontra-se o ponto 0=PP marco inicial da descrição deste imovel, totalizando a área em 10.000,00 m².*" , nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: "*Citem-se por edital, e com o prazo de 20 dias, que deverá ser publicado na rede mundial de computadores, no sítio do respectivo tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, nos termos do inciso II do artigo 257 do Código de Processo Civil, com os requisitos legais, os réus em lugar incerto e não sabido e eventuais interessados, com as mesmas advertidas explícitas no item anterior, constando ainda que o prazo para resposta começará a fluir a partir do término do prazo do edital devidamente publicado.".*

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.

O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).

Eu, JEAN MATHEUS CRUZ BONOTTO, Técnico Judiciário, conferi e digitei.Almirante Tamandaré, 06 de Setembro de 2023.

JEAN MATHEUS CRUZ BONOTTO

Técnico Judiciário

Por ordem do(a) MM. Juiz(a)

(Assinatura autorizada pelo Decreto Judiciário nº 257/2021)

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL - FORO REGIONAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA **Autos nº. 0005906-72.2023.8.16.0024**

EDITAL COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS PARA CITAÇÃO DELUIZ CARLOS SOUZA RIBEIRO e BRAULIO ANTONIO DE ANDRADE,

O DOUTOR JOSÉ ARISTIDES CATENACCI JR, JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES E ANEXOS DESTA COMARCA

FAZ SABER a quem o conhecimento deste haja de pertencer, especialmente a LUIZ CARLOS SOUZA RIBEIRO e BRAULIO ANTONIO DE ANDRADE, atualmente em local incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório tramitam os **0005906-72.2023.8.16.0024.**

QUE pelo presente fica CITADO(A) dos termos da presente ação, a qual aduz o seguinte: "(...)AÇÃO CIVIL PARA PROTEÇÃO DE INTERESSES INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS E APLICAÇÃO DE MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE (...) (...) para proteção de interesses individuais indisponíveis da adolescente N.A.M., nascida em 10 de dezembro de 2008, com 14 (quatorze) anos de idade, filha de R.S.M. e Braulio Antonio de Andrade, que se encontra em local não sabido; e das crianças N.M.A., nascido em 21 de agosto de 2011, com 11 (onde) anos de idade, filho de R.S.M. e Braulio Antonio de Andrade, que se encontra em local não sabido; K.L.M.R., K.M.MA.R. e K.C.M.R., estas nascidas em 31 de dezembro de 2015, com 7 (sete) anos de idade, filhos de R.S.M. e Luiz Carlos Souza Ribeiro, atualmente acolhidos na Casa de Passagem Irmã Severina Seraglio, situada em Almirante Tamandaré/PR, com vistas a evitar que permaneçam em situação de risco ou que sejam violados seus direitos fundamentais, pelos fundamentos fáticos e jurídicos adiante expostos. 1. DOS FATOS O Conselho Tutelar do município de Almirante Tamandaré oficiou a esta 3ª Promotoria de Justiça do Foro Regional de Almirante Tamandaré da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para comunicar o acolhimento emergencial dos trigêmeos K.L.M.R., K.M.MA.R. e K.C.M.R. ocorrido no dia 14 de junho do ano corrente; bem como a tentativa de acolhimento da adolescente N.A.M. e da criança N.M.A as quais, ao avistarem o veículo do Órgão de Proteção, empreenderam fuga, não se conhecendo o atual paradeiro deles, dada a constatação da situação de risco que estariam a que estariam a vivenciar por múltiplos fatores, tendo havido o esgotamento das tentativas de sensibilização do núcleo familiar em adotarem postura protetiva em relação aos favorecidos. De acordo com as informações prestadas pelo Conselho Tutelar de Almirante Tamandaré, o núcleo da família Marques, em evidência, é acompanhado desde meados de 2021 pela rede de proteção à criança e ao adolescente local por conta de diversas vulnerabilidades constatadas ao longo dos anos, a saber: negligência, maus-tratos, abandono escolar, infrequência escolar, violência física e psicológica, e abandono paterno (de Braulio Antonio de Andrade e Luiz Carlos Souza Ribeiro). É de conhecimento dos integrantes da rede de proteção à criança e ao adolescente de Almirante Tamandaré que a requerida R., genitora dos 5 (cinco) favorecidos, é alcoolista há muitos anos, sendo a dependência do álcool considerada "controlada" até a data em que seu então companheiro Luiz Carlos Souza Ribeiro, pai dos trigêmeos, deixou o lar, abandonando não só a companheira, como também os enteados N. e N. e os filhos K., K. e K.. Desde então a dependência química de R. degringolou, dado o agravamento da frequência do uso de álcool, fortalecimento de impulsos de agressividade - chegando ao ponto de atirar pedras e ameaçar o filho N. - e manifestações de baixa estima pela vida, tornando-se forçada a pronta intervenção do Conselho Tutelar tamandareense em algumas oportunidades para tutela da adolescente e das crianças envolvidas, situações essas que ocorreram geralmente no período noturno. A despeito de acionados os equipamentos da rede de proteção à criança e ao adolescente de Almirante Tamandaré, não houve adesão aos encaminhamentos feitos pelo Conselho Tutelar, não se sabe se pela vontade deliberada dos beneficiários últimos das medidas ou se pela ausência de eficaz articulação entre para a frutífera execução do plano de ações. (...) são infrequentes, cujas violações ao direito à educação deles também chegaram a ocorrem quando G. se responsabilizou pelos irmãos (...) Sucede que, a partir do esboço de que os requeridos não apresentam postura protetiva em relação dos favorecidos, colocando-os em grave situações de múltiplos riscos, ao sentir do Ministério Público é caso de homologação do acolhimento emergencial (...) 3. DOS PEDIDOS À vista do exposto, o Ministério Público requer: 1. seja recebido o presente feito, registrando-o e autuando-o como ação civil fundada em interesses individuais indisponíveis para a aplicação de medidas de proteção de N.A.M., N.M.A., K.L.M.R., K.M.MA.R. e K.C.M.R., sendo instruído e julgado com absoluta prioridade, na forma do artigo 227, caput da Constituição Federal (...) 2. seja homologado o acolhimento institucional das crianças K.L.M.R., K.M.MA.R. e K.C.M.R. (...) 3. seja determinado o acolhimento institucional da adolescente N.A.M. e da criança N.M.A.

(...) 6. sejam, ao final, confirmadas as medidas já aplicadas, julgando procedente os pedidos ora formulados, aplicando-se as medidas mais adequadas para o caso, dentre aquelas previstas nos artigos 101, 129 e 130, todos do ECA; 7. sejam os requeridos citados para, querendo, oferecerem defesa, nos termos do artigo 101, §2º, da Lei nº 8.069/1990. 8. Seja deferida a produção de todos os meios de prova em Direito admitidas (...) (...) decisão 173 (...) Tocante a Braulio Antônio e Luiz Carlos, segundo certificado no sequencial 171, nada consta para buscas via SANEPAR. Em lugar incerto, portanto, estão, daí por que defiro o pedido de citação editalícia (evento 165). Expeça-se, pois, edital, com prazo de 20 (vinte) dias, para, em 10, exercerem (os requeridos), querendo, o contraditório (previsto no § 2º do art. 101 do ECA). Inertes, à Defensoria Pública para desempenhar o papel de curador especial (art. 72, II e parágrafo único) (...)"

Pelo presente edital fica a Requerida citada para querendo, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta, por intermédio de advogado, sob pena de ser-lhe decretada a revelia.

E para que ninguém possa alegar ignorância se passou o presente edital e cópias de igual teor e forma, que serão afixadas no átrio do Fórum e publicadas conforme a lei, para CITAÇÃO DE LUIZ CARLOS SOUZA RIBEIRO e BRAULIO ANTONIO DE ANDRADE, , acerca dos termos da ação sob **0005906-72.2023.8.16.0024,** em trâmite neste juízo.

Almirante Tamandaré, 06 de setembro de 2023.

Mônica Riekes Majewski

Chefe de Secretaria

ALTO PARANÁ

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): ROGÉRIO SANTIAGO PRAZO DE 30 dias: O Juiz de Direito Huber Pereira Cavalheiro, da Vara Cível de Alto Paraná, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Defeito, nulidade ou anulação, sob nº 0001498-65.2015.8.16.0041, em que é(são) autores VANDA LÚCIA COGO SANTIAGO,autor(es) ANTONIO NERES SANTIAGO e réus Banco do Brasil S/A, ROGÉRIO SANTIAGO, RISSARDI & SANTIAGO LTDA - ME, Jessica Rita Rissardi Naday, e que não foi possível localizar pessoalmente a parte. Desta forma, se procede por meio deste edital sua CITAÇÃO de ROGERIO SANTIAGO, nscrito no CPF n167 102.565.429-37) para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil. Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Fabiana Dourado Ortiz, Analista Judiciário, conferi e digitei. Alto Paraná, 04 de setembro de 2023. Huber Pereira CavalheiroJuiz de Direito

ANTONINA

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE ANTONINA
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - SEÇÃO CÍVEL - ANTONINA - PROJUDI
Travessa Ildefonso, 115 - Centro - Antonina/PR - CEP: 83.370-000 - Fone: (41) 3263-5154 - Celular: (41) 3200-3850 - E-mail: ant-2vj-e@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): Luiz Augusto Marinho Marques da Conceição
PRAZO DE 30 dias úteis

O(A) Juiz(íza) de Direito Jonathan Cheong, da Vara da Infância e da Juventude - Seção Cível - Antonina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente, assunto Acolhimento institucional, sob nº 0003347-55.2022.8.16.0129, em que é(são) autor(es) 2ª Promotoria de Justiça de Antonina/PR, e réu(s) JOSELIA SILVA DE CARVALHO, Luiz Augusto Marinho Marques da Conceição,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Luiz Augusto Marinho Marques da Conceição**, portador(a) do RG 130327729 SSP/PR e CPF 092.068.499-80. Desta forma, procede-se por meio deste edital à sua **CITAÇÃO** dos termos da presente ação, ficando ciente que querendo, no prazo de 10 (dez) dias, ofereça resposta escrita, através de advogado, indicando as provas a serem produzidas e oferecendo desde logo o rol de testemunhas e documentos, sob pena de assim não proceder, serem considerados verdadeiros os fatos alegados pela autora no seu pedido inicial. Ficando ciente ainda se não tiver possibilidade de constituir advogado, poderá requerer, em cartório, que lhe seja nomeado dativo.

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.

Eu, Joice Motta, Analista Judiciário, conferi e digitei.

Antonina, 05 de setembro de 2023.

Jonathan Cheong

Juiz de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

APUCARANA

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE APUCARANA - ESTADO DO PARANÁ.
Autos de Ação Penal n. 0019128-81.2022.8.16.0044. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS. DENUNCIADO(A) SAMUEL LEARRY GODOI DE OLIVEIRA ALVES (RG: 14540072 SSP/PR e CPF/CNPJ: 124.513.359-47)

O Doutor **OSWALDO SOARES NETO**, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que por este Juízo e Cartório Criminal tramitam os autos abaixo caracterizados e que não sendo possível citar pessoalmente o(a) acusado(a) **SAMUEL LEARRY GODOI DE OLIVEIRA ALVES (RG: 14540072 SSP/PR e CPF/CNPJ: 124.513.359-47),** brasileiro, natural de CURITIBA/PR , nascido aos 30/05/1997 , Nome da Mãe: JUCIANE DE GODOI OLIVEIRA ALVES Nome do Pai: MICHAEL TELBY DE OLIVEIRA ALVES , atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente, **CITA-O nos termos da nova redação do arts. 396 e 396-A do C.P.P. dado pela Lei 11.719/08, para responder à acusação por escrito e através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias,** cientificando-o de que se não constituir defensor ser-lhe-á nomeado defensor público e que o prazo para responder à acusação começará a fluir a partir do seu comparecimento pessoal ou do defensor constituído, **nos autos deAção Penal nº0019128-81.2022.8.16.0044 no qual responde nas sanções do artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/2006.** CIENTE de que na resposta poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. A exceção será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 do Código de Processo Penal. Fica ainda o acusado INTIMADO para que se manifeste, no prazo de 60 dias, caso tenha interesse na restituição dos objetos apreendidos nos autos, comprovando a propriedade ou justificando a posse dos mesmos. Em caso de silêncio será dada destinação aos objetos conforme Código de Normas e Portaria 02/2013 deste Juízo. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Apucarana, 06 de setembro de 2023. Eu, Eliane da Silva Souza, Técnica Judiciária, digitei e conferi.

OSWALDO SOARES NETO - Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE APUCARANA - ESTADO DO PARANÁ.
Autos de Ação Penal n. 0012309-31.2022.8.16.0044EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIASDENUNCIADO(A) PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA (RG: 152295480 SSP/PR e CPF/CNPJ: 800.626.809-60)

O Doutor **OSWALDO SOARES NETO**, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o

prazo de 15 (quinze) dias, que por este Juízo e Cartório Criminal tramitam os autos abaixo caracterizados e que não sendo possível citar pessoalmente o(a) acusado(a) **PEDRO HENRIQUE DE OLIVEIRA (RG: 152295480 SSP/PR e CPF/CNPJ: 800.626.809-60),** brasileiro, natural de JANDAIA DO SUL/PR , nascido aos 23/09/2004 , Nome da Mãe: ILDA DE OLIVEIRA Nome do Pai: , atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente, **CITA-O nos termos da nova redação do arts. 396 e 396-A do C.P.P. dado pela Lei 11.719/08, para responder à acusação por escrito e através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias,** cientificando-o de que se não constituir defensor ser-lhe-á nomeado defensor público e que o prazo para responder à acusação começará a fluir a partir do seu comparecimento pessoal ou do defensor constituído, nos autos de **Ação Penal nº0012309-31.2022.8.16.0044 no qual responde nas sanções do artigo 155, caput, do Código Penal.** CIENTE de que na resposta poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. A exceção será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 do Código de Processo Penal. Fica ainda o acusado INTIMADO para que se manifeste, no prazo de 60 dias, caso tenha interesse na restituição dos objetos apreendidos nos autos, comprovando a propriedade ou justificando a posse dos mesmos. Em caso de silêncio será dada destinação aos objetos conforme Código de Normas e Portaria 02/2013 deste Juízo. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Apucarana, 06 de setembro de 2023. Eu, Eliane da Silva Souza, Técnica Judiciária, digitei e conferi.

OSWALDO SOARES NETO - Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA
COMARCA DE APUCARANA - ESTADO DO PARANÁ.
Autos de Ação Penal n. 0001230-21.2023.8.16.0044EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
DENUNCIADO(A) MARCOS ROGERIO COSTA (RG: 97262721 SSP/PR e CPF/CNPJ: 055.415.449-80)

O Doutor **OSWALDO SOARES NETO**, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, que por este Juízo e Cartório Criminal tramitam os autos abaixo caracterizados e que não sendo possível citar pessoalmente o(a) acusado(a) **MARCOS ROGERIO COSTA (RG: 97262721 SSP/PR e CPF/CNPJ: 055.415.449-80),** brasileiro, natural de APUCARANA/PR, nascido aos 16/10/1982, Nome da Mãe: NEUZA TEREZINHA COSTA, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente, **CITA-O nos termos da nova redação do arts. 396 e 396-A do C.P.P. dado pela Lei 11.719/08, para responder à acusação por escrito e através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias,** cientificando-o de que se não constituir defensor ser-lhe-á nomeado defensor público e que o prazo para responder à acusação começará a fluir a partir do seu comparecimento pessoal ou do defensor constituído, nos autos de **Ação Penal nº0001230-21.2023.8.16.0044 no qual responde nas sanções do** artigo 180, caput, do Código Penal (1ª Conduta), artigo 309, caput, da Lei nº 9.503/97 (2ª Conduta) e artigo 330, caput, do Código Penal (3ª Conduta), na forma do artigo 69 do Código Penal**.** CIENTE de que na resposta poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. A exceção será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 do Código de Processo Penal. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Apucarana, 06 de setembro de 2023.

Pedro Carlos Maldonado
técnico judiciário
digitei, conferi e assino por determinação judicial.

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE APUCARANA - ESTADO DO PARANÁ.
Autos de Ação Penal n. 0002079-90.2023.8.16.0044EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 15 (QUINZE) DIASDENUNCIADO(A) VALDEVINO RODRIGUES LEITAO (RG: 155884690 SSP/PR e CPF/CNPJ: 268.367.648-41)

O Doutor **OSWALDO SOARES NETO**, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) **VALDEVINO RODRIGUES LEITAO (RG: 155884690 SSP/PR e CPF/CNPJ: 268.367.648-41),** brasileiro, natural de ROSARIO DO IVAI/PR , nascido aos 30/11/1979 , Nome da Mãe: JOANA SEBASTIANA LEITAO Nome do Pai: EUGENIO CAETANO DOMINGOS LEITAO , atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente, **CITA-O nos termos da nova redação do arts. 396 e 396-A do C.P.P. dado pela Lei 11.719/08, para responder à acusação por escrito e através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias,** cientificando-o de que se não constituir defensor ser-lhe-á nomeado defensor público e que o prazo para responder à acusação começará a fluir a partir do seu comparecimento pessoal ou do defensor constituído, nos autos de **Ação Penal nº0002079-90.2023.8.16.0044 no qual responde nas sanções do artigo(s)21 do Decreto-Lei nº 3.688/41, com incidência da Lei nº 11.340/2006.** CIENTE de que na resposta poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. A exceção será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 do Código de Processo Penal. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Apucarana, 04 de setembro de 2023.

Pedro Carlos Maldonado
técnico judiciário
digitei, conferi e assino por determinação judicial.

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE APUCARANA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL Edital de citação de PEDRO ESTEVAM DA SILVA, com o prazo de 60 (sessenta) dias. Classe Processual: Declaração de Ausência Assunto Principal: Administração de Herança Processo nº: 0001972-51.2020.8.16.0044 Requerente(s): MARIA CONCEBIDA DA SILVA Interessado(s): Este Juízo A Doutora ORNELA CASTANHO, MM. Juíza de Direito da Vara de Família e Sucessões, Infância e Juventude, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, da Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, na forma da lei, etc... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por intermédio deste fica o Sr. PEDRO ESTEVAM DA SILVA, qualificação ignorada, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido, ciente acerca dos termos dos autos em epígrafe, que foi requerida a Declaração de Ausência por parte de Maria Concebida da Silva, alegando que há aproximadamente 58 (cinquenta e oito) anos não possui notícias do requerido. Nestas condições, foi ajuizada a presente, para requerer a declaração de ausência do desaparecido sendo nomeada curadora Maria Concebida da Silva e o chamamento do ausente por edital, para que no prazo de 1 ano com intervalos de 2 em 2 meses, venha alegar o que for a bem dos seus direitos, nos termos e para os fins do artigo 745 do Código de Processo Civil, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos constantes no presente processo. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Apucarana, Estado do Paraná, aos 01 de setembro de 2023. Eu, Lucinéia Moreira Evangelista, técnica judiciária, que o digitei. Assinado Eletronicamente Ornela Castanho Juíza de Direito

---

ARAPONGAS

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

PODER JUDICIARIO - Programa Justiça no Bairro - Data: 16/06/2023 Triagem: 70-W - EDITAL DE CURATELA - JUSTIÇA GRATUITA - O Dr. LUIZ OTAVIO ALVES DE SOUZA, MM. Juiz de Direito, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital de curatela, cientifica a todos os interessados, que neste Juízo processou-se os autos de Curatela protocolo nº 70, em que é requerente ESTELA MOREIRA DE SOUZA, sendo declarada por sentença a Curatela de ALEXANDRE MOREIRA GEREMIAS, brasileiro, solteiro, nascido em 08/10/1988, natural de Osasco-SP, filho de Benedito Aparecido Geremias e Estela Moreira de Souza Geremias, residente e domiciliado no município e Comarca de Arapongas, portador de retardo mental moderado, CID 10 F72 e perda auditiva, CID 10 H90, sendo-lhe nomeado CURADORA a Sra. ESTELA MOREIRA DE SOUZA, tendo a curatela a finalidade de representar o curateladoo para os seguintes atos de sua vida civil: realizar atos que importem disposição de bens/direitos de natureza patrimonial e negocial; compras, vendas e trocas rotineiras; compras, vendas e trocas não rotineiras (bens móveis, imóveis, compras de maior valor mediante autorização judicial, com fulcro nos artigos 1748, IV e 1749, I, c/c 1774, todos do Código Civil); contratação e demissão de empregados; movimentação da conta bancária e operações mediante uso de cartão bancário ou cheque, encerramento e abertura de contas bancárias; representar perante o INSS, administração de bens e gerenciamento de sua saúde, por tempo indeterminado. O presente edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal

a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital P os do-curatelado e da curadora. JUSTIÇA GRATUITA. Dado e passado nesta cidade de Arapongas, 16/06/2023. (a) LUIZ OTAVIO ALVES DE SOUZA - Juiz de Direito

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

Autos nº. 0010592-54.2017.8.16.0045
JUÍZO DE DIREITO DA 1ªVARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAPONGAS- .PR
Edital de citação/intimação da(o) ré(u) JOSE VIEIRA LOPES com o prazo de 90
.(noventa) dias
O(a) MM(a). Juiz(a) de Direito do(a) 1ª Vara Criminal de Arapongas, Estado do Paraná, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem, com o prazo de , ou90 (noventa) dias
dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente a pessoa de JOSE
VIEIRA LOPES , portador(a) da cédula de identidade RG de nº 37102148 SSP/PR - SSP/PR, nascido
(a) em 06/11/1963, filho(a) de e ,MARIA ALVES DE RAMOS LOPES VIRGILIO VIEIRA LOPES
atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente , para o pagamento,INTIMAR no prazo de
, das cuja ciência se deu através da intimação10 (dez) dias custas processuais e/ ou Pena de Multa
de sentença dos autos n° que lhe move a Justiça Pública, desta Comarca0010592-54.2017.8.16.0045
e que a deverá também ser paga dentro de depois de transitadaCIENTIFICAR multa 10 (dez) dias
em julgado a sentença e que a requerimento do(a) sentenciado(a) e conforme as circunstâncias, o juiz
pode permitir que o pagamento se realize em parcelas mensais, sendo que o inadimplemento
ocasionará a inscrição em dívida ativa do Fundo Penitenciário do Paraná (pena de multa) e no Fundo
da Justiça (custas processuais) ficando o (a) sentenciado (a) intimado (a) de que o não pagamento de
três prestações, sucessivas ou alternadas, implicará o vencimento antecipado da dívida total com
consequente comunicação ao FUPEN para as providências necessárias e , nos termos doINTIMAR
artigo 2º da IN 12/2017 do TJPR, para o pagamento das relacionadasCUSTAS FINAIS não pagas
ao presente processo judicial no prazo de vencimento da guia de recolhimento de custas processuais
que o não pagamento dos valores importará emissão de Certidão de Crédito JudicialADVERTINDO
a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858
do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a)
nos órgãos de proteção ao crédito e que após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para
protesto o pagamento do débito deverá ser efetuado exclusivamente durante o tríduo previsto no art.
12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente após a lavratura do
protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR em https://www.tjpr.jus.br/guias-pos-protesto-
baixa-. A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas
perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos. A guia a ser paga poderáOBSERVAÇÃO:
ser obtida no Portal do TJPR, www.tjpr.jus.br >> GUIAS DE RECOLHIMENTOS >> CUSTAS
PROCESSUAIS >> GUIAS PREPARADAS>>1º GRAU - digitar o número do processo Supra; A
guia de MULTA pode ser obtida em meio aos autos, acessando-o através da chave de processo.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Arapongas, 05 de setembro de 2023. Eu, ELOISA
DOMINGOS, Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Arapongas, DATA DE ASSINATURA NO PROJUDI.
Leane Cristine do Nascimento Oliveira Donato
Juíza de Direito

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

O Dr. Gabriel Rocha Zenun, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente a GLÓRIA REGINA BARBOSA DOS SANTOS, BRB - BANCO DE BRASÍLIA S/A, , atualmente em local incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório se processam os autos supra de AÇÃO DE XXX, na qual figura como parte autora SIDNEY JOSÉ DA SILVA GONÇALVES (CPF/CNPJ: 039.956.189-79) e parte ré BRB - BANCO DE BRASÍLIA S/A (CPF /CNPJ: 00.000.208/0001-00) GLÓRIA REGINA BARBOSA DOS SANTOS (CPF/CNPJ: 114.816.117-12) , ficando o(s) mesmo(s) CITADO(S), consoante o seguinte resumo da petição inicial: " No dia 29 de março de 2022, um golpista que se identificou como DOUGLAS VENTURINI (nome falso), após verificar o anúncio de venda de uma motocicleta HONDA/CG 125 FAN KS, placa ATT-7H05, Renavam 0030.875100-0 (Seq.1.7 e Seq.1.8) exposto na plataforma OLX, entrou em contato com ERIK GABRIEL FERREIRA DIAS, até então o vendedor da motocicleta. Porém, nota-se que conforme autorização de transferência de propriedade de veículo (Seq.1.12) a motocicleta estava em nome de LUBIA MENDES DE SOUZA VIEIRA, inscrita sob o RG sob o nº 7780635-0 sendo esta sogra do ERIK, que autorizou que o mesmo realizasse a divulgação para venda da motocicleta. Ao demonstrar interesse na compra da motocicleta, o golpista solicitou que ERIK retirasse o anúncio da plataforma OLX e que posteriormente negociassem a compra e venda da motocicleta (Seq.1.10). Após a retirada do anúncio da plataforma, o golpista utilizando os dados e fotos da motocicleta obtidos com o vendedor ERIK, começou a expor a venda através do FACEBOOK (Seq.1.6). Não sabendo que se tratava de um golpe, o Requerente ao visualizar o anúncio pelo FACEBOOK, demonstrou interesse na compra da motocicleta, entrando assim, em contato com o golpista através do (43) 9.9146-4718. Ao Requerente, o golpista se passava por tio do ERIK (Seq.1.31), e que havia adquirido a motocicleta do sobrinho em um "negócio" e não havia efetuado a transferência pois tinha a intenção de repassar a motocicleta a outrem (Seq.1.20). O que não condiz com a realidade. A todo momento, induzindo o Requerente a erro, a fim de obter vantagem ilícita de maneira ardil, o golpista intermediou o encontro entre o Requerente, ERIK e LUBIA em frente ao tabelionato de notas da cidade de Ibiporã, Estado do Paraná (Seq.1.21 e 1.29) Conforme, Seq.1.22, o golpista alegou que a conta que havia repassado era de titularidade de sua esposa GLÓRIA REGINA BARBOSA DOS SANTOS (Requerida), esta, sendo ou não esposa do golpista, acabou por receber indevidamente do Requerente o valor de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) e também deve ser responsabilizada. Em contato com ERIK, o golpista alegava que queria comprar a motocicleta para posteriormente repassar ao Requerente para quitar uma (fantasiosa) dívida pendente, (Seq.1.24 e 1.28). No dia do "encontro" marcado pelo golpista, o Requerente após verificar a motocicleta, realizou a transferência via PIX ao golpista no valor de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), que foi realizado através da conta de sua genitora, a senhora LINDAURA DA SILVA GONÇALVES, o qual o Requerente tinha acesso, vejamos; Após o Requerente realizar a transferência PIX ao golpista, LUBIA assinou o recibo de transferência (Seq.1.12) acreditando que o golpista iria repassar os valores combinados ao ERIK. Ocorre que após receber os valores, o golpista bloqueou todos os contatos. E por este não ter repassado os valores ao vendedor ERIK, este não autorizou que o Requerente levasse consigo a motocicleta, mesmo esta já transferida ao seu nome. Todos estes fatos comprovam que o golpista causou prejuízo ao Requerente com suas condutas, caracterizando assim o dever de indenizar, que imbuídos de obter vantagem ilícita, prejudicou o Requerente em erro, mediante ardil e outras fraudes consistentes na falsa venda da motocicleta, causando prejuízo de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). Ato contínuo, ao descobrir que havia caído em um golpe, o Requerente realizou o Boletim de Ocorrência sob o nº 2022/337220, e boletim de Ocorrência nº 2022/340492 (Seq.1.13) " ADVERTÊNCIA: " Fica ciente ainda que, caso não seja contestada a presente ação no prazo legal presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor na exordial, nos termos do art. 344 do CPC /2015, bem como, no caso de decretação de revelia, lhe será nomeado curador especial, nos moldes do art. 257, IV do CPC/2015". E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro não possam alegar ignorância, mandou o MM Juiz expedir o presente edital, o qual será publicado e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta Comarca de Arapongas, Estado do Paraná. 31 de agosto de 2023.

O(A) Juiz(íza) de Direito Gabriel Rocha Zenun, da 2ª Vara Cível de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Servidão, sob nº 0013484-62.2019.8.16.0045, em que é(são) autor(es) INTERLIGACAO ELETRICA IVAI S.A., e réu(s) GLEISON MUCHINSKI, JONAS ANDERSON MUCHINSKI, ADMILSON MUCHINSKI, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que no prazo de dez dias, como também estão intimados os réus para, no mesmo prazo, apresentarem certidão atualizada do imóvel objeto da servidão [Faixa de Servidão SDI-LON-0119-00,

referente à LT 525kV SARANDILONDRINA: Descrição: Faixa de terras medindo 0,2997 ha (vinte e nove ares, noventa e sete centiares), possuindo os seguintes limites e confrontações: "A poligonal inicia no P1, situado no km 37,54557 de coordenadas UTM E = 452.369,088 e N = 7.404.027,202, referidas ao Meridiano C. -51° WGr. Datum SIRGAS 2000 distante 791,91 m, no rumo de 73°56'15"SE do MV09, km 36,75366; deste segue com o rumo de 27°43'01"NO, por uma distância de 42,94m, confrontando com GLEISON MUCHINSKI, até o ponto P2, de coordenadas UTM E = 452.349,119 e N = 7.404.065,211; deste segue com o rumo de 73°56'15"SE, por uma distância de 83,14m, confrontando com GLEISON MUCHINSKI, até o ponto P3, de coordenadas UTM E = 452.429,013 e N = 7.404.042,208; deste segue com o rumo de 28°12'47"SE, por uma distância de 28,72 m, confrontando com GLEISON MUCHINSKI, até o ponto P4, de coordenadas UTM E = 452.442,591 e N = 7.404.016,899; deste segue com o rumo de 76°25'15"SO, por uma distância de 62,16m, confrontando com HIROSHI HASEGAWA, até o ponto P5, de coordenadas UTM E = 452.382,169 e N = 7.404.002,305; deste segue com o rumo de 27°43'01"NO, por uma distância de 28,12m, confrontando com GLEISON MUCHINSKI, até o ponto P1, onde teve início esta descrição] e comprovante de quitação de dívidas fiscais incidentes sobre o bem (art. 34 do Decreto-Lei nº 3.365/41). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Matheus Henrique Parra Ribeiro, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

O(A) Juiz(íza) de Direito Gabriel Rocha Zenun, da 2ª Vara Cível de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Ordinária, sob nº 0004431-23.2020.8.16.0045, em que é(são) autor(es) Adriana da Costa Moreira, Helio Alves de Mello, e réu(s) BEATRIZ ELENA MIRANDA RAMIREZ, GABRIEL MIRANDA RAMIREZ, Maria Saar Ramirez, ALVARO MIRANDA RAMIREZ, e que por este edital procede a CITAÇÃO de eventuais terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião referente ao imóvel: ["Lote de terras sob o n.º 51-G/3-J/3, com área de 240,00 m², situado na Gleba Patrimônio Arapongas, nesta Cidade e Comarca de Arapongas, com as seguintes divisas e confrontações: 'Pela frente com o prolongamento da R. Gaivotão, medindo 12 metros; pelo lado direito, com o lote n.º 51-G/3-J e parte do lote n.º 51-G/3-J/1, medindo 20 metros; pelo esquerdo, com o lote n.º 51-G/3-J/4 medindo 20 metros; e, finalmente, aos fundos com o lote n.º 51-G/3-J/14, medindo 12 metros".], nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: " 1. Considerando o disposto em mov. 168, revogo o item 3 de mov. 166. 2. Depreende-se da peça inicial que a ação foi promovida inicialmente em face dos proprietários registrais do imóvel usucapiendo, quais sejam, GABRIEL RAMIREZ VILLAR, MAURICIO MIRANDA RAMIREZ, GABRIEL MIRANDA RAMIREZ, BEATRIZ HELENA MIRANDA RAMIREZ e ÁLVARO MIRANDA RAMIREZ. Comunicado o óbito de GABRIEL RAMIREZ VILLAR (mov. 21.3), promoveu-se a inclusão da viúva meeira MARIA SAAR RAMIREZ, ao passo que os demais herdeiros já se encontravam no polo passivo. Da mesma forma, verificado o óbito de MAURICIO MIRANDA RAMIREZ (mov. 95.2), constata-se que os herdeiros já estão habilitados nos autos. Assim sendo, o polo passivo da demanda deve ser formado por MARIA SAAR RAMIREZ, GABRIEL MIRANDA RAMIREZ, BEATRIZ HELENA MIRANDA RAMIREZ e ÁLVARO MIRANDA RAMIREZ. Promovase a exclusão de MAURICIO MIRANDA RAMIREZ da capa dos autos 3. No tocante aos réus remanescentes no polo passivo, observa-se que MARIA SAAR RAMIREZ (mov. 176) e ÁLVARO MIRANDA RAMIREZ (mov. 54) foram devidamente citados, tendo este último apresentado contestação (mov. 51). Quanto aos réus GABRIEL MIRANDA RAMIREZ e BEATRIZ HELENA MIRANDA RAMIREZ, tendo em vista que as diversas tentativas de encontrar a parte requerida se mostraram infrutíferas, defiro o pedido formulado pela parte requerente, para que a citação seja realizada por edital. Promova-se a citação por edital de GABRIEL MIRANDA RAMIREZ e BEATRIZ HELENA MIRANDA RAMIREZ, com prazo de 30 (trinta) dias, observandose o disposto no art. 257 do Código de Processo Civil. Caso configurada a revelia, promova-se a nomeação de curador especial em favor da parte requerida (observando-se a relação disponibilizada pelo Egrégio Tribunal de Justiça, depositada em Cartório, devendo este seguir a ordem de inscrição - art. 6º, §2º, Lei Estadual nº 18.664/15), que deverá ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar defesa (art. 72, II, do Código de Processo Civil). Se o(a) advogado(a) nomeado(a) manifestar desinteresse no encargo ou não se pronunciar, proceda-se à nomeação do próximo profissional elencado na lista. 4. Intimem-se. Diligências necessárias. ". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Matheus Henrique Parra Ribeiro, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

O Dr. Gabriel Rocha Zenun, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente a RICARDO ROGÉRIO DA SILVA DIAS, , atualmente em local incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório se processam os autos supra de AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, na qual figura como parte autora BANCO J. SAFRA S.A (CPF/CNPJ: 03.017.677/0001-20) e parte ré RICARDO ROGÉRIO DA SILVA DIAS (CPF/CNPJ: 046.653.619-40) , ficando o(s) mesmo(s) CITADO(S) para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus (art.3º, § 2º, DL nº 911/69) ou, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias da execução da liminar, (art. 3º, § 3º, DL nº 911/69). Ainda, CIENTIFICA o citando de que 5 (cinco) dias após executada a liminar, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário (art. 3º, § 1º, DL nº 911/69) e que a resposta poderá ser oferecida ainda que tenha pago a dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar a restituição (art. 3º, §4º, DL nº 911/69). Síntese da inicial: o Requerente alega que firmou com o Requerido o Contrato de Financiamento n.º 035057391, garantido pela alienação fiduciária do seguinte bem " MARCA/MODELO: FIAT/SIENA FIRE FLEX ANO: 2011/2011 PLACA: AUH5F75 CHASSI: 8AP17206LC2224427 RENAVAM: 00340284102 ". Alega ainda que em razão do inadimplemento, propôs a presente demanda. ADVERTÊNCIA: "Fica ciente ainda que, caso não seja contestada a presente ação no prazo legal presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor na exordial, nos termos do art. 344 do CPC/2015, bem como, no caso de decretação de revelia, lhe será nomeado curador especial, nos moldes do art. 257, IV do CPC/2015". E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro não possam alegar ignorância, mandou o MM Juiz expedir o presente edital, o qual será publicado e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta Comarca de Arapongas, Estado do Paraná. 31 de agosto de 2023.

O Dr. Gabriel Rocha Zenun, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente o(s) réu(s) ANDRE LUIZ DAMASCENO GOMES (CPF/CNPJ: 31.621.351/0001- 43) , atualmente em local incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório se processam autos supra de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, em que é exequente BELAFLEX IND. COM. MÓVEIS E ESTOFADOS LTDA (CPF/CNPJ: 06.034.927/0001-29) e executado ANDRE LUIZ DAMASCENO GOMES (CPF/CNPJ: 31.621.351/0001-43) ficando os mesmos CITADOS para que, no prazo de 3 (três) dias, efetuem o pagamento do débito atualizado, nos termos do cálculo apresentado pela parte exequente, ou para que, em querendo, apresentem embargos à execução, no prazo de 15 (quinze) dias, cientes de que no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor atualizado da execução, acrescido das custas judiciais e honorários advocatícios, poderão efetuar proposta para pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (média INPC/IBGE - IGPDI/FGV) e juros e mora de 1% (um por cento) ao mês. Ficam cientes também que foram fixados honorários advocatícios a serem pagos pela parte executada em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, sendo que em caso de pagamento dentro do tríduo legal, os honorários fixados serão reduzidos pela metade (art. 827, §1º CPC/2015). Resumo da inicial: "A parte exequente afirma ser credora da importância não atualizada de R$ 8.215,92, representada pela DUPLICATA nº 67/2019, emitida em 29/10/2019. Alega ainda que, diante do inadimplemento da referida obrigação, propôs a presente Execução de Título Extrajudicial.". ADVERTÊNCIA: "Fica ciente ainda que, no caso de decretação de revelia, lhe será nomeado curador especial, nos moldes do art. 257, IV do CPC/2015". E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e no futuro não possam alegar ignorância, mandou o MM Juiz expedir o presente edital, o qual será publicado e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta Comarca de Arapongas, Estado do Paraná. 31 de agosto de 2023.

O Dr. Gabriel Rocha Zenun, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente o(s) réu(s) EDNA GLORIA YAMASHITA (RG: 43124900 SSP/PR e CPF /CNPJ: 060.703.308-89) Espólio de Lucio Massayoshi Yamashita (RG: 11328828 SSP/PR e CPF/CNPJ: 013.969.678-42) representado(a) por EDNA GLORIA YAMASHITA (RG: 43124900 SSP/PR e CPF/CNPJ: 060.703.308-89) SILMARA PERNIA (RG: 78454466 SSP /PR e CPF/CNPJ: 024.739.399-18) , atualmente em local incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório se processam autos supra de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, em que é exequente ANTONIO PEDRO DISSEROL (RG: 9057668 SSP/PR e CPF/CNPJ: 143.954.019-53) representado(a) por Imobiliária Bertoni LTDA (CPF/CNPJ: 06.905.724 /0001-60) RITA DE CASSIA DINIZ DISSEROL (CPF/CNPJ: 015.170.849-54) representado(a) por Imobiliária Bertoni LTDA (CPF/CNPJ: 06.905.724/0001-60) e executado EDNA GLORIA YAMASHITA (RG: 43124900 SSP/PR e CPF/CNPJ: 060.703.308-89) Espólio de Lucio Massayoshi Yamashita (RG: 11328828 SSP/PR e CPF/CNPJ: 013.969.678-42) representado(a) por EDNA GLORIA YAMASHITA (RG: 43124900 SSP/PR e CPF/CNPJ: 060.703.308-89) SILMARA PERNIA (RG: 78454466 SSP/PR e CPF/CNPJ: 024.739.399-18) ficando os mesmos CITADOS para que, no prazo de 3 (três) dias, efetuem o pagamento do débito atualizado, nos termos do cálculo apresentado pela parte exequente, ou para que, em querendo, apresentem embargos à execução, no prazo de 15 (quinze) dias, cientes de que no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor atualizado da

execução, acrescido das custas judiciais e honorários advocatícios, poderão efetuar proposta para pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (média INPC/IBGE - IGPDI/FGV) e juros e mora de 1% (um por cento) ao mês. Ficam cientes também que foram fixados honorários advocatícios a serem pagos pela parte executada em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, sendo que em caso de pagamento dentro do tríduo legal, os honorários fixados serão reduzidos pela metade (art. 827, §1º CPC/2015). Resumo da inicial: "A parte exequente afirma ser credora da importância não atualizada de R$ 19.354,58, representada pela CONTRATO DE LOCAÇÃO nº 51871.001.01, emitida em 07 de outubro de 2011. Alega ainda que, diante do inadimplemento da referida obrigação, propôs a presente Execução de Título Extrajudicial.". ADVERTÊNCIA: "Fica ciente ainda que, no caso de decretação de revelia, lhe será nomeado curador especial, nos moldes do art. 257, IV do CPC/2015". E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e no futuro não possam alegar ignorância, mandou o MM Juiz expedir o presente edital, o qual será publicado e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta Comarca de Arapongas, Estado do Paraná. 31 de agosto de 2023.

O Dr. Gabriel Rocha Zenun, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente o(s) réu(s) ENERGITA MATERIAIS ELETRICOS E ILUMINACAO LTDA (CPF /CNPJ: 75.340.125/0001-60) TEOFILO EVANGELISTA FERREIRA (CPF/CNPJ: 791.031.708- 53) , atualmente em local incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório se processam autos supra de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, em que é exequente Banco Safra S.A (CPF/CNPJ: 58.160.789/0001-28) e executado ENERGITA MATERIAIS ELETRICOS E ILUMINACAO LTDA (CPF/CNPJ: 75.340.125/0001-60) TEOFILO EVANGELISTA FERREIRA (CPF/CNPJ: 791.031.708-53) ficando os mesmos CITADOS para que, no prazo de 3 (três) dias, efetuem o pagamento do débito atualizado, nos termos do cálculo apresentado pela parte exequente, ou para que, em querendo, apresentem embargos à execução, no prazo de 15 (quinze) dias, cientes de que no prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor atualizado da execução, acrescido das custas judiciais e honorários advocatícios, poderão efetuar proposta para pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (média INPC /IBGE - IGPDI/FGV) e juros e mora de 1% (um por cento) ao mês. Ficam cientes também que foram fixados honorários advocatícios a serem pagos pela parte executada em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, sendo que em caso de pagamento dentro do tríduo legal, os honorários fixados serão reduzidos pela metade (art. 827, §1º CPC/2015). Resumo da inicial: " A parte exequente afirma ser credora da importância não atualizada de R$ 255.762,52, representada pela Cédula de Crédito Bancário (Mútuo) sob o n. 005285347, firmado em 17 de abril de 2014. Alega ainda que, diante do inadimplemento da referida obrigação, propôs a presente Execução de Título Extrajudicial.". ADVERTÊNCIA: "Fica ciente ainda que, no caso de decretação de revelia, lhe será nomeado curador especial, nos moldes do art. 257, IV do CPC/2015". E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e no futuro não possam alegar ignorância, mandou o MM Juiz expedir o presente edital, o qual será publicado e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta Comarca de Arapongas, Estado do Paraná. 31 de agosto de 2023.

O(A) Juiz(íza) de Direito Gabriel Rocha Zenun, da 2ª Vara Cível de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Tutela Antecipada Antecedente, assunto Capacidade, sob nº 0011658-93.2022.8.16.0045, em que é(são) autor(es) ANGELA MARIA RODRIGUES, Zenaide Rodrigues Martins, e réu(s) Talita Cristina Chavioli, , e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de talita cristina chavioli, portador(a) do RG 105196660 SSP/PR e CPF 064.027.389-05, por sentença transitada em julgado no dia 21/03/2023, a qual reconheceu a impossibilidade de ZENAIDE RODRIGUES MARTINS exercer a curatela sobre a requerida. Assim, a referida sentença nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) ANGELA MARIA RODRIGUES portador(a) do RG 8.411.987-3 e CPF 024.026.519-03, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: " Trata-se de ação de substituição de curatela ajuizada por ZENAIDE RODRIGUES MARTINS e ANGELA MARIA RODRIGUES em favor da interditada TALITA CRISTINA CHAVIOLI, requerendo que o encargo passe a ser exercido pela segunda requerente em substituição à primeira. O Ministério Público manifestou-se à fl. 35, favoravelmente ao pleito. Os autos vieram-me conclusos. Decido. Depreende-se dos autos que, na época em que Zenaide foi nomeada curadora de Talita, a genitora desta, Sra. Ângela, encontrava-se doente, sem condições de fornecer-lhe os cuidados necessários. Atualmente, segundo relatado na exordial, "o estado de saúde da 2ª Requerente/ genitora de Talita Cristina Chavioli se encontra dentro da normalidade exigida, podendo assumir imediatamente a incumbência desejada e, assim, seguir com os cuidados com sua filha na Cidade e Comarca de Arapongas/Pr". Com efeito, o relatório médico juntado em mov. 24 indica que Ângela não possui nenhuma outra comorbidade crônica além de hipotireoidismo primário, já em tratamento. Registre-se, portanto, que não há elemento algum nos autos que indique qualquer prejuízo na nomeação de Ângela como curadora de sua filha Talita, sobretudo porque o pedido de substituição da curatela foi feito com a anuência e participação da atual curadora Outrossim, considerando que na prática a interditada já estaria residindo com Ângela e por ela sendo integralmente cuidada, conforme inicial e relatório social de mov. 27.2, afigura-se prudente a substituição da curatela, a fim de que o munus seja formal e faticamente atribuído à mesma pessoa, resguardando-se assim os interesses da interditada. Por fim, registra-se que o Ministério Público manifestou pela procedência do pedido. Dessa forma, não sendo necessária a produção de outras provas e já tendo sido prolatada sentença decretando a interdição, impõe-se a substituição da curatela. Ante o exposto, com fulcro nos arts. 487, I, e 761 do Código de Processo Civil, defiro a pretensão formulada pela parte autora, para nomear ANGELA MARIA RODRIGUEScomo curadora da interditada TALITA CRISTINA CHAVIOLI. Eventuais custas e despesas processuais pela parte requerente, observando-se a assistência judiciária gratuita que ora defiro em seu favor. Cumpram-se as diligências previstas no art. 755, §3º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cientifique-se o Ministério Público.". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Matheus Henrique Parra Ribeiro, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

O(A) Juiz(íza) de Direito Luiz Otavio Alves de Souza, da 2ª Vara Cível de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Nomeação, sob nº 0008622-09.2023.8.16.0045, em que é(são) autor(es) ANGELA MARIA PACES MAIA, e réu(s) JONATHAN MAIA SARAIVA, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de JONATHAN MAIA SARAIVA, portador(a) do RG 151326471 SSP/PR e CPF 100.878.229-70, por sentença transitada em julgado no dia 16/06/2023, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não consegue exprimir sua vontade, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de que importem disposição de bens/direitos de natureza patrimonial e negocial; compras, vendas e trocas rotineiras; compras, vendas e trocas não rotineiras (bem móveis, imóveis, compras de maior valor mediante autorização judicial ; contratação e demissão de empregados; movimentação de conta bancária e operações mediante uso de cartão bancário ou cheque, representação perante o INSS, administração de bens e gerenciamento de sua saúde. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) ANGELA MARIA PACES MAIA, portador(a) do RG 9.626.971-4 e CPF 049.659.129-00, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Matheus Henrique Parra Ribeiro, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

O Dr. Gabriel Rocha Zenun, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente a Viana Comércio de Móveis e Eletros Ltda, , atualmente em local incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório se processam os autos supra de AÇÃO DE XXX, na qual figura como parte autora IRMOL INDÚSTRIAS REUNÍDAS DE MÓVEIS LTDA (CPF / CNPJ: 84.813.104/0001-05) e parte ré Viana Comércio de Móveis e Eletros Ltda (CPF/CNPJ: 03.301.509 /0001-62) , ficando o(s) mesmo(s) CITADO(S), consoante o seguinte resumo da petição inicial: " Trata-se de Ação de Cobrança com Pedido de Tutela de Urgência proposta por IRMOL INDÚSTRIAS REUNIDAS DE MÓVEIS LTDA (atualmente denominada MASSA FALIDA DE IRMOL INDÚSTRIAS REUNIDAS DE MÓVEIS LTDA), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 84.134.104 /0001-05, estabelecida na Rua Guaratinga, n. 1633, Novo Parque Industrial, na cidade de Arapongas/PR, CEP 86703-010, em face de VIANA COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETROS LTDA, (Sócios: Uberlanio Viana Alves - CPF: 118.080.118-05 e José Humberto Viana Alves - CPF: 600.932.002-00), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 03.301.509/0001-62, estabelecida na Avenida Prefeita Maria Arlinda de Paula Lobo, n. 934, bairro Menezes Pimentel, na cidade de Santa Quitéria/CE, CEP: 62280-000 (e-mail: uberlanio123@yahoo.com.br e vianamoveiseletros@hotmail.com), decorrente do inadimplemento de negociação comercial com a Requerida, no valor total de R$ 15.841,64 (quinze mil, oitocentos e quarenta e um reais e sessenta e quatro centavos), conforme notas fiscais, comprovantes de entrega de mercadorias e duplicatas em anexo aos autos, cujo montante atualizado perfaz a quantia de R$ 21.966,39 (vinte e um mil, novecentos e sessenta e seis reais e trinta e nove centavos). Diante disso, requereu a título de tutela de urgência a determinação de restrição dos veículos de propriedade da Requerida através do sistema RENAJUD, bem como a penhora on-line de valores em contas de sua titularidade através do sistema BACENJUD, além da procedência dos pedidos, para condenar a Requerida ao pagamento do valor total de R$ 21.966,39 (vinte e um mil, novecentos e sessenta e seis reais e trinta e nove centavos), devidamente corrigido na data do efetivo pagamento, bem como ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios à base de 20% (vinte por cento) sobre o valor atribuído à causa. Por fim, foi atribuída à causa o valor de R$ 21.966,39 (vinte e um mil, novecentos e sessenta e seis reais e trinta e nove centavos). ." ADVERTÊNCIA: "Fica ciente ainda que, caso não seja contestada a presente ação no prazo legal presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo

autor na exordial, nos termos do art. 344 do CPC/2015, bem como, no caso de decretação de revelia, lhe será nomeado curador especial, nos moldes do art. 257, IV do CPC/2015". E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro não possam alegar ignorância, mandou o MM Juiz expedir o presente edital, o qual será publicado e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta Comarca de Arapongas, Estado do Paraná. 31 de agosto de 2023.

O(A) Juiz(íza) de Direito Gabriel Rocha Zenun, da 2ª Vara Cível de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Servidão, sob nº 0013485-47.2019.8.16.0045, em que é(são) autor(es) INTERLIGACAO ELETRICA IVAI S.A., e réu(s) HERMANN GEORY WESTPHALL, VÂNIA HENRIQUETA BOTTARI WESTPHAL, GLEISON MUCHINSKI, JOSE CARLOS WESTPHAL, NAIR BESSON WESTPHAL, JONAS ANDERSON MUCHINSKI, ADMILSON MUCHINSKI, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que no prazo de dez dias, como também estão intimados os réus para, no mesmo prazo, apresentarem certidão atualizada do imóvel objeto da servidão [Faixa de Servidão SDI-LON-0120-00, referente à LT 525kV SARANDILONDRINA: Descrição: Faixa de terras medindo 0,0636 ha (seis ares, trinta e seis centiares), possuindo os seguintes limites e confrontações: "A poligonal inicia no P1, situado no km 37,61905 de coordenadas UTM E = 452.442,591 e N = 7.404.016,899, referidas ao Meridiano C. -51° WGr. Datum SIRGAS 2000; distante 865,39 m, no rumo de 73°56'15"SE do MV09, km 36,75366; deste segue com o rumo de 28°12'47"NO, por uma distância de 28,72m, confrontando com GLEISON MUCHINSKI, até o ponto P2, de coordenadas UTM E = 452.429,013 e N = 7.404.042,208; deste segue com o rumo de 73° 56'15"SE, por uma distância de 59,69m, confrontando com GLEISON MUCHINSKI, até o ponto P3, de coordenadas UTM E = 452.486,374 e N = 7.404.025,692; deste segue com o rumo de 58°09'24"SO, por uma distância de 2,83m, confrontando com EDSON HARUO KATO, até o ponto P4, de coordenadas UTM E = 452.483,973 e N = 7.404.024,201; deste segue com o rumo de 79°59'37"SO, por uma distância de 42,02 m, confrontando com HIROSHI HASEGAWA, até o ponto P1, onde teve início esta descrição.] e comprovante de quitação de dívidas fiscais incidentes sobre o bem (art. 34 do Decreto-Lei nº 3.365/41). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Matheus Henrique Parra Ribeiro, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

O Dr. Luiz Otavio Alves de Souza,MM. Juiz de Direito da 2ª Secretaria Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido dos Autos nº 0003313-46.2019.8.16.0045 relativos à EXECUÇÃO FISCAL que o Município de Arapongas/PR, move em face de J.A.P. Móveis Eireli ME, , em trâmite perante este Juízo, que, pelo presente edital, cujo prazo começará a fluir do dia seguinte ao que for publicado pela imprensa oficial (E-DJ - Diário da Justiça Eletrônico - TJ/PR), fica o (a) devedor (a) J.A.P. Móveis Eireli ME, , inscrito, respectivamente, no CPF/CNPJ nº 18.843.084/0001-90 , ora em lugar incerto, devidamente citado (a) para no prazo fixado neste edital, pagar o valor de R$ 1.725,77 (um mil setecentos e vinte e cinco reais e setenta e sete centavos), referente à(s) Certidão(ões) de Dívida sob nº 0003313- 46.2019.8.16.0045, mais respectivos acessórios e encargos, em execução através dos autos supramencionados, ou ofereça, no mesmo prazo, bens em garantia do débito referido, conforme disposto no artigo 9º, da Lei 6.830/1980, sob pena de se proceder a penhora, ou o arresto, em bens seus, em tantos quanto bastem e forem necessários para tanto.DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Arapongas, Estado do Paraná. Eu _____Pedro Paulo G. Borges, Estagiário de Direito da 2ª Secretaria Cível e da Fazenda Pública, o digitei e subscrevi. Arapongas, 25 de julho de 2023.

O Dr. Gabriel Rocha Zenun, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos supra, em que NEUSA MARQUES (RG: 67279158 SSP/PR e CPF/CNPJ: 018.970.469-10) move em face de CTA/M A BRASIL (CPF/CNPJ: Não Cadastrado) , fica o(a) RÉU INTIMADO(A) da sentença a seguir transcrita na sua parte dispositiva, in verbis: " Vistos e examinados estes de Ação de Consignação em Pagamento. NEUSA MARQUES, qualificada nos autos, formulou a presente em relação à CTA/M A BRASIL, igualmente qualificada no caderno processual, alegando, em síntese, comprou livros didáticos da ré para seus filhos com pagamento parcelado via boletos bancários, contudo, o boleto do mês de fevereiro de 2010 não foi encaminhado, impossibilitando seu pagamento e ocasionando a inscrição do nome da autora nos cadastros de inadimplentes. Buscou de várias formas dar quitação ao débito, mas não obteve sucesso. Pretende consignar o valor devido e ser indenizada pelos danos morais decorrentes da manutenção de seu nome nos cadastros de inadimplentes mesmo existindo a intenção de pagamento. Pediu a procedência do pedido, juntando documentos Deferiu-se a liminar (seq. 10), seguindo-se o depósito da quantia (seq. 11). O réu foi citado por edital e deixou escoar o prazo para defesa in albis (seq. 36), motivo pelo qual foi-lhe nomeado curador especial, o qual apresentou contestação por negativa geral (seq. 55). Vieram-me conclusos os autos. Sucintamente relatado o processo, devido. Preambularmente, devo ressaltar que o processo comporta julgamento de plano, vez que suficientemente instruído com provas documentais. Além disso, é desnecessária a produção de provas orais. Trata-se de ação de consignação em pagamento. DA CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO Segundo consta dos autos, a autora comprou livros didáticos junto à empresa ré, efetuando o pagamento por meio de boletos, contudo, por problemas de comunicação, não teve acesso ao boleto referente ao mês de fevereiro de 2010, não efetuando seu pagamento. Ocorre que, em razão da falta de pagamento, a autora teve seu nome incluído nos cadastros de inadimplentes. Tentou quitar o débito, mas não logrou êxito em localizar a empresa ré, impossibilitando o pagamento e a retirada de seu nome dos cadastros restritivos. Diante disso, a autora busca quitar o débito com a consignação em pagamento, tendo, inclusive, efetuado o depósito do valor devido com as devidas atualizações monetárias, conforme autoriza os arts. 890 e seguintes do C.P.C. A ré foi citada e não se opôs ao pedido, tornando-se revel. Com efeito, então, de todo aplicável o disposto no art. 897 do C.P.C. Enfim, diante desse breve panorama, a procedência do pedido de consignação em pagamento é medida que se impõe. DO DANO MORAL A autora pede para ser indenizada pelos danos morais sofridos pela manutenção de seu nome nos cadastros de inadimplentes mesmo depois de ter buscado quitar o débito. Não lhe assiste razão. Ora, a própria autora confessa que não efetuou o pagamento do débito referente ao mês de fevereiro de 2010, estando realmente inadimplente. Aliás, ao constatar que o boleto não lhe havia sido encaminhado, deveria ter diligenciado para que o valor fosse pago, mas não o fez. A parte ré, aliás, agiu no exercício regular de seu direito, uma vez que, diante da mora da parte autora, agiu dentro de seu direito, lançando o nome da devedora no SCPC. Não bastasse isso, apesar de ter conhecimento de que devia a parcela referente a fevereiro de 2010 somente em junho de 2013 buscou o Judiciário para regularizar a situação, ou seja, levou mais de 3 anos com o nome inscrito nos cadastros de inadimplentes para buscar sua retirada. Entendo que por ter demorado tanto para buscar a regularização da situação, seu nome inscrito nos cadastros de inadimplentes não representava nada além de mero aborrecimento, não restando configurado o dano moral. Indefiro, portanto, o pedido de indenização por danos morais. ---------- Por todo o exposto, com fulcro no art. 269, I, do C.P.C., julgo parcialmente procedente o pedido inicial e declaro extinta a obrigação da autora. Considerando a sucumbência reciproca, condeno as partes, na proporção de 50% cada, ao pagamento das custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 800,00, e dos honorários do curador especial, os quais também fixo em R$ 800,00. Porém, por ser a autora beneficiária da assistência judiciária gratuita fica dispensada do pagamento de sua parte. Autorizo a compensação de honorários. P. R.I. Arapongas, 07 de março de 2016. EVANDRO LUIZ CAMPAROTO Juiz de Direito ." E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro não possam alegar ignorância, mandou o MM Juiz expedir o presente edital, o qual será publicado e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Arapongas, Estado do Paraná. 31 de agosto de 2023

O(A) Juiz(íza) de Direito Gabriel Rocha Zenun, da 2ª Vara Cível de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interpelação, assunto Troca ou Permuta, sob nº 0005792-70.2023.8.16.0045, em que é(são) autor(es) Noemia Maria Piccinato, Carlos Roberto Piccinato, e réu(s) OSVALDO ALVES DOS SANTOS, ELIZABETH PEREIRA DOS SANTOS, RICHARD ALVES DOS SANTOS, PATRÍCIA DE ANDRADE ALVES, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS quanto ao protesto dos requerentes contra a alienação do apartamento nº 1.301, suas garagens e frações ideais do Edifício Residencial Marseille, localizado na rua Flamingos, 782, em Arapongas-PR, construído no imóvel da Matrícula nº 40.839, do 2º RI de Arapongas-PR, atribuído ao requerido RICHARD ALVES DOS SANTOS e sua esposa, conforme ESCRITURA PÚBLICA DE VENDA E COMPRA, CONSTITUIÇÃO DE CONDOMÍNIO, ESPECIFICAÇÃO E DIVISÃO AMIGÁVEL DO CONDOMÍNIO EDIFÍCIO RESIDENCIAL MARSEILLE, datada de 22.03.2023, folhas 119/155, do Livro 229-E, do 1º Tabelionato de Notas de Rolândia-PR O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Matheus Henrique Parra Ribeiro, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

O Dr. Luiz Otavio Alves de Souza,MM. Juiz de Direito da 2ª Secretaria Cível e da Fazenda Pública da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido dos Autos nº 0003313-46.2019.8.16.0045 relativos à EXECUÇÃO FISCAL que o Município de Arapongas/PR, move em face de J.A.P. Móveis Eireli ME, , em trâmite perante este Juízo, que, pelo presente edital, cujo prazo começará a fluir do dia seguinte ao que for publicado pela imprensa oficial (E-DJ - Diário da Justiça Eletrônico - TJ/PR), fica o (a) devedor (a) J.A.P. Móveis Eireli ME, , inscrito, respectivamente, no CPF/CNPJ nº 18.843.084/0001-90 , ora em lugar incerto, devidamente citado (a) para no prazo fixado neste edital, pagar o valor de R$ 1.725,77 (um mil setecentos e vinte e cinco reais e setenta e sete centavos), referente à(s) Certidão(ões) de Dívida sob nº 0003313- 46.2019.8.16.0045, mais respectivos acessórios e encargos, em execução através dos autos supramencionados, ou ofereça, no mesmo prazo, bens em garantia do débito referido, conforme disposto no artigo 9º, da Lei 6.830/1980, sob pena de se proceder a penhora, ou o arresto,

em bens seus, em tantos quanto bastem e forem necessários para tanto.DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Arapongas, Estado do Paraná. Eu _____Pedro Paulo G. Borges, Estagiário de Direito da 2ª Secretaria Cível e da Fazenda Pública, o digitei e subscrevi. Arapongas, 25 de julho de 2023.

O Dr. Gabriel Rocha Zenun, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente a Eliane Paula de Carvalho Ulian, ELAINE PAULA DE CARVALHO 01529764939, , atualmente em local incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório se processam os autos supra de AÇÃO MONITÓRIA, na qual figura como parte autora COOPERATIVA DE CREDITO HORIZONTE - SICOOB HORIZONTE (CPF/CNPJ: 07.194.313/0001-77) e parte ré ELAINE PAULA DE CARVALHO 01529764939 (CPF/CNPJ: 19.583.685/0001-74) Eliane Paula de Carvalho Ulian (CPF/CNPJ: 015.297.649-39) , ficando o(s) mesmo(s) CITADO(S) para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do débito apontado pelo autor, o qual deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento, ficando arbitrados os honorários advocatícios em 5% do valor da causa (art. 701, caput, CPC). Se efetuar o pagamento tempestivamente, ficará isento do pagamento das custas processuais (art. 701, § 1°, CPC). Fica ciente ainda de que, no mesmo prazo, independentemente de prévia segurança do Juízo, poderá oferecer embargos por intermédio de advogado, ficando ciente de que a propositura de embargos suspenderá a eficácia do presente mandado (art. 702, CPC). E de que constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos (art. 702, § 2º, CPC). Por fim, fica ciente de que se aplica à ação monitória, a possibilidade de parcelamento da dívida como forma de renúncia ao direito de oposição aos embargos monitórios conforme expressa previsão no art. 916 do Código de Processo Civil: "No prazo para embargos reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juro de um por cento ao mês". Síntese da inicial: "[A Exequente é credora da importância de R$28.163,71 (vinte e oito mil cento e sessenta e três reais e setenta e um centavos), valor este atualizado até 16/04/2019, calculado mediante previsão contratual, diante do inadimplemento do Conta Corrente nº 10.338-8, Crédito Pré Aprovado nº 100620 e Cartão de Crédito. Diante do inadimplemento por parte do devedor, propõe a Exequente a presente Ação Monitória, por não ter havido êxito na tentativa de recebimento amigável do débito.].". ADVERTÊNCIA: "Ficaciente ainda que, no caso de decretação de revelia, lhe será nomeado curador especial, nos moldes do art. 257, IV do CPC/2015". E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro não possam alegar ignorância, mandou o MM Juiz expedir o presente edital, o qual será publicado e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta Comarca de Arapongas, Estado do Paraná. 31 de agosto de 2023.

O Dr. Gabriel Rocha Zenun, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente a MARCIA REGINA FOGAÇA FIGUEIREDO, , atualmente em local incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório se processam os autos supra de AÇÃO MONITÓRIA, na qual figura como parte autora COOPERATIVA DE CREDITO E INVESTIMENTO DE LIVRE ADMISSAO AGROEMPRESARIAL - SICREDI AGROEMPRESARIAL PR/SP (CPF/CNPJ: 79.457.883/0001-13) e parte ré MARCIA REGINA FOGAÇA FIGUEIREDO (RG: 80290683 SSP/PR e CPF / CNPJ: 034.265.319-92) , ficando o(s) mesmo(s) CITADO(S) para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do débito apontado pelo autor, o qual deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento, ficando arbitrados os honorários advocatícios em 5% do valor da causa (art. 701, caput, CPC). Se efetuar o pagamento tempestivamente, ficará isento do pagamento das custas processuais (art. 701, § 1°, CPC). Fica ciente ainda de que, no mesmo prazo, independentemente de prévia segurança do Juízo, poderá oferecer embargos por intermédio de advogado, ficando ciente de que a propositura de embargos suspenderá a eficácia do presente mandado (art. 702, CPC). E de que constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos (art. 702, § 2º, CPC). Por fim, fica ciente de que se aplica à ação monitória, a possibilidade de parcelamento da dívida como forma de renúncia ao direito de oposição aos embargos monitórios conforme expressa previsão no art. 916 do Código de Processo Civil: "No prazo para embargos reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juro de um por cento ao mês ". Síntese da inicial: "[COOPERATIVA DE CRÉDITO E INVESTIMENTO DE LIVRE ADMISSÃO AGROEMPRESARIAL - SICREDI AGROEMPRESARIAL PR/SP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 79.457.883/0001-13, com sede localizada à Rua Rene Tacola, nº 594, 2º andar, Centro, CEP nº 86.975-000, Município e Comarca de Mandaguari-PR, respondendo neste ato pelo endereço eletrônico controle@arauz.com.br, através de seus procuradores adiante assinados, os quais possuem endereço profissional indicado no instrumento de mandato em anexo, onde recebem intimações, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 700 e seguintes, do Código de Processo Civil, e demais legislações atinentes a matéria, propor a: AÇÃO MONITÓRIA Em face da Emitente MARCIA REGINA FOGACA ESTEVES, brasileira, viúva, auxiliar de escritório em geral, inscrita no CPF nº 034.265.319-92, residente e domiciliada na Rua Beija Flor Rubi, nº 776 - Corina Pugliese, Arapongas - PR, CEP nº 86.706- 680, com endereço eletrônico marcia-fogaca@hotmail.com, pelas razões de fato e direito a serem adiante expostas. 1. DOS FATOS A Requerente é credora da Requerida da quantia de R$ 15.369,95 (quinze mil, trezentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos) considerando a data base de cálculo de 14/04/2022, e vem representada pela Liberação de Crédito via Canais nº C12330707-0. Os encargos financeiros que compõem o débito da dívida são: a. ENCARGOS REMUNERATÓRIOS: juros de 3,0425% ao mês; b. ENCARGOS MORATÓRIOS: juros de 1% ao mês; c. MULTA CONTRATUAL: percentual de 2% sobre o débito total. Esgotados todos os meios suasórios para cobrança dos valores que lhe são devidos, e considerando-se, ainda, a prolongada inadimplência da Requerida, não resta à Requerente outro caminho que não o judicial para reaver seu crédito. 2. DO DIREITO O art. 700 do CPC prevê a utilização da ação monitória quando presentes um dos requisitos abaixo mencionados, sendo no caso em tela a prova escrita de pagamento de quantia. Vejase o dispositivo: Art. 700. A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz: I - O pagamento de quantia em dinheiro; II - A entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel; III - O adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer. (Grifo nosso). A cédula contratada através de terminal eletrônico por meio da senha pessoal da Requerida, o comprovante de empréstimo, e os extratos de movimentação constituíam prova escrita para instrução da ação monitória, na forma do artigo 700 do Código de Processo Civil. Destarte, verifica-se a existência de prova escrita que demonstra a obrigação da Requerida de pagar quantia, possibilitando o ingresso da presente medida. 3. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS Em razão do exposto, com fundamento no art. 700 e ss. do CPC, requer a citação da Requerida, no endereço acima mencionado para que, no prazo de 03 (três) dias, pague o principal, acrescido de juros moratórios, correção monetária e demais encargos previstos no título exequendo, bem como as custas processuais e honorários advocatícios, estes calculados à base de 20% sobre o valor do pedido, ou apresente Embargos, caso queira, no prazo legal, sob pena de revelia. Em caso de não pagamento ou não sendo oferecidos os embargos, requer desde já a constituição do contrato em título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo, prosseguindo-se na forma do Título II, do Livro I, da Parte Especial, do CPC, conforme determina o § 2 do art. 701, com a intimação da Requerida para que pague o valor do débito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de lhe ser cominada a multa de 10% (dez por cento) prevista no art. 523 do CPC, bem como se efetue a penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para a integral satisfação do crédito reclamado. Requer-se, caso necessário, que os atos processuais sejam praticados em conformidade com o que estabelece o art. 212, § 2º, do CPC. Embora esta Requerente saiba que ao feito não se aplicam as normas processuais constantes do art. 334, do CPC, posto referir-se a procedimento especial, desde já informa que não tem interesse na designação de audiência de conciliação e mediação. Dá-se à causa o valor R$ 15.369,95 (quinze mil, trezentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos). Termos em que pede deferimento. Londrina-PR, 18 de abril de 2022.].". ADVERTÊNCIA: "Ficaciente ainda que, no caso de decretação de revelia, lhe será nomeado curador especial, nos moldes do art. 257, IV do CPC/2015". E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro não possam alegar ignorância, mandou o MM Juiz expedir o presente edital, o qual será publicado e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta Comarca de Arapongas, Estado do Paraná. 31 de agosto de 2023

O Dr. Gabriel Rocha Zenun, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada da Comarca de Arapongas, Estado do Paraná, na forma da lei, etc...FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente a W.R. COLCHOES E ELETRODOMESTICOS LTDA - ITAPUÃ ELETRODOMESTICOS), , atualmente em local incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório se processam os autos supra de AÇÃO MONITÓRIA, na qual figura como parte autora IRMOL INDÚSTRIAS REUNÍDAS DE MÓVEIS LTDA (CPF/CNPJ: 84.813.104/0001-05) e parte ré W.R. COLCHOES E ELETRODOMESTICOS LTDA - ITAPUÃ ELETRODOMESTICOS) (CPF/CNPJ: 01.141.329 /0001-35) , ficando o(s) mesmo(s) CITADO(S) para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do débito apontado pelo autor, o qual deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento, ficando arbitrados os honorários advocatícios em 5% do valor da causa (art. 701, caput, CPC). Se efetuar o pagamento tempestivamente, ficará isento do pagamento das custas processuais (art. 701, § 1°, CPC). Fica ciente ainda de que, no mesmo prazo, independentemente de prévia segurança do Juízo, poderá oferecer embargos por intermédio de advogado, ficando ciente de que a propositura de embargos suspenderá a eficácia do presente mandado (art. 702, CPC). E de que constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos (art. 702, § 2º, CPC). Por fim, fica ciente de que se aplica à ação monitória, a possibilidade de parcelamento da dívida como forma de renúncia ao direito de oposição aos embargos monitórios conforme expressa previsão no art. 916 do Código de Processo Civil: "No prazo para embargos reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juro de um por cento ao mês ". Síntese da

inicial: "[IRMOL INDUSTRIAS REUNIDAS DE MÓVEIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 84.813.104/0001-05, estabelecida na Rua Guaratinga, nº. 1633, Novo Parque Industrial, na cidade de Arapongas/PR, CEP: 86.703-010, por seus procuradores, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, propor a presente: AÇÃO MONITÓRIA COM PEDIDO DE TUTELA CAUTELAR, em face de: W.R. COLCHOES E ELETRODOMESTICOS LTDA - ITAPUÃ ELETRODOMESTICOS) - Responsáveis legais: WILSON SANCHES FERREIRA - CPF: 134.220.998-03 e FLORANITA SANCHES FERREIRA - CPF: 341.177.412- 68, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n°. 01.141.329-0001-35, estabelecida na Av. Marechal Rondon, 3616, centro, Colorado do Oeste/RO, CEP 76.993-000, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos: A Requerente é credora da Requerida, na importância de R$ 29.568,48 (vinte e nove mil, quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos), representada pelas notas fiscais, duplicatas e comprovantes de entrega de mercadorias em anexo. Tal dívida, corrigida monetariamente, alcança, hoje, o montante de R$ 39.182,26(trinta e nove mil, quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos), conforme demonstrativo de cálculo em anexo, tratando-se o caso tela, compatível com o procedimento disposto no art. 1.102a e seguintes do Código de Processo Civil. Os documentos em anexo não se revestem dos requisitos ensejadores da execução de título extrajudicial, porém, comprovam expressamente a existência de dívida da Requerida para com a Requerente. A pretensão encontra amparo legal no art. 1.102 a do Código de Processo Civil. No tocante ao pedido de providência acautelatória, é imperativo a restrição de veículos de propriedade da Requerida através do sistema Renajud, bem como a penhora on line de valores através do sistema Bacenjud (cálculo em anexo), em especial a restrição dos veículos abaixo de propriedade da Requerida: FIAT/ESTRADA FIRE FLEX, ANO 2010, BRANCA, PLACA NCZ5599 E RANAVAN 00269682015 M. BENZ/710, ANO 2010, BRANCA, PLACA NCX9173 E RENAVAN 00320708896 M.BENZ/710, ANO 2011, BRANCA, PLACA OHL6760 E RENAVAN 00385594852 M. BENZ/710, ANO 2010, BRANCA, PLACA NEC6028 E RENAVAN 00277806097 O fumus boni juris está demonstrado pelos documentos em anexo os quais comprovam a relação comercial entre as partes e o inadimplemento por parte da Requerida desde o ano de 2011!!!. O periculum in mora é evidente, eis que havendo dilação probatória a Requerida poderá desfazer-se de seu patrimônio, frustrando o resultado prático da prestação jurisdicional caso o pedido inicial tenha um provimento positivo. Referida providência é autorizada pelo Estatuto Processual Civil, ao dispor no § 7º do artigo 273 do CPC, verbis: "§ 7o Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado". É o entendimento dos Tribunais Pátrios: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS C/C ALIMENTOS PROVISIONAIS - PEDIDO EFETUADO A TÍTULO DE TUTELA ANTECIPADA - VEROSSIMILHANÇA AUSENTE - FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA CARACTERIZADOS - CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR - POSSIBILIDADE - EXEGESE DO ART. 273, II, § 7º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CABIMENTO DA VERBA FIXADA INDEPENDENTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - ERRO MATERIAL - CORREÇÃO EX OFFICIO - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. "O autor não será prejudicado por haver feito pedido fora da técnica processual. Caso tenha direito ao adiantamento, é irrelevante que haja interposto cautelar incidente ou haja pedido de antecipação da tutela. O juiz deverá aplicar a fungibilidade, nada obstante a norma aparentementepossa indicar faculdade: presentes os requisitos para a tutela de urgência (cautelar ou antecipatória), cabe ao juiz concedê-la" (Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery)"" (TJSC. Terceira Câmara de Direito Civil. Agravo de Instrumento n. 2005.032451-0, de Rio do Oeste. Relator: Sérgio Izidoro Heil. Data Decisão: 17/02/2006). "AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO MONITÓRIA. PLEITO DE RESTRIÇÃO JUDICIAL DE BEM IMÓVEL. TUTELA ANTECIPADA. Em tendo sido a pretensão liminar veiculada a título de antecipação de tutela, quando o cabível seria medida cautelar, inexiste óbice à sua concessão, desde que presentes os requisitos para esta última, consoante o §7º do artigo 273, do Código de Processo Civil".(TJRS, AG n°. 70018415240, 9ª. Câmara Cível, sob relatoria do Desa. Iris Helena Medeiros Nogueira). Ante o exposto, requer: a) observado o cumprimento dos requisitos legais, o deferimento de TUTELA CAUTELAR, determinando a restrição dos veículos de propriedade da Requerida através do sistema RENAJUD, bem como a penhora on line de valores em contas de sua titularidade através do sistema BACENJUD (cálculo em anexo). b) a citação da Requerida através de sua representante legal, Sra. Eliane de Mattos Vieira, por carta (AR) (devendo constar da citação - envelope - o nome fantasia da empresa devedora constante no preâmbulo desta exordial), nos endereços acima indicados, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, satisfaça a Requerente, pagando o principal R$ 39.182,26 (trinta e nove mil, cento e oitenta e dois reais e vinte e seis centavos), devidamente corrigido na data do efetivo pagamento, sob pena de, não o fazendo, a referida dívida constituir-se em título executivo judicial; c) não havendo o pagamento, nem a oposição de embargos por parte da Requerida, seja a presente convertida em mandado executivo, nos termos do art. 1.102-C do Código de Processo Civil, com a devida intimação do devedor para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do montante da condenação; d) caso não efetue o pagamento de plano, requer que seja acrescido no valor da condenação, o percentual de 10% (dez por cento) referente a multa disposta no art. 475-J do CPC, prosseguindo-se o feito na forma executiva, aplicandose o sistema Bacenjud a fim de penhorar ativos mantidos em instituições financeiras em nome da Requerida de acordo com a regra disposta no art. 655 do CPC, sendo advertido o devedor de que caso se desfaça ou aliene seus bens no decorrer da demanda, será considerada fraude para todos os fins de direito; e) efetuada a penhora, seja intimado o devedor para que, querendo, ofereça impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo legal, sob pena de revelia; f) caso penhora ou arresto recaiam sobre bens imóveis ou automóveis, seja procedida sua averbação ou registro junto ao Cartório Imobiliário ou DETRAN, e Comissão de Valores Mobiliários, caso a garantia recaia sobre títulos ou ações cotadas em bolsa de valores; g) recaindo a penhora em bens móveis, seja efetuada a remoção das mãos da Requerida para depósito público ou judicial ou a quem suas vezes fizer, consoante estabelecido no art. 148 do Código de Processo Civil e, em sua falta, a depositário pela credora indicado; h) seja o meirinho autorizado a proceder a citação, penhora e demais diligências que se fizerem necessárias com fulcro no art. 172, §§ 1º e 2º do Código de Processo Civil, constando a autorização do mandado respectivo; i) não sendo encontrada a Requerida para citação, proceda o Sr. Oficial de Justiça o arresto de seus bens, tantos quantos necessários para a satisfação total da presente, com arrimo no art. 653 do Código de Processo Civil; j) recaindo a penhora ou arresto em bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese ou usufruto, sejam intimados os terceiros, titulares dos referidos direitos, conforme preceitua o art. 615, II, do Código de Processo Civil; l) sejam devidamente avaliados os bens penhorados ou arrestados, em conformidade com os preços praticados na região para tais objetos; m) em não sendo encontrados bens móveis, automóveis ou imóveis passíveis de constrição e em se tratando de empresa comercial, requer, desde logo, seja efetuado pelo meirinho no estabelecimento busca de estoque ou bens móveis (computadores, aparelhos de fax, estoque, etc.) pertencentes a empresa, na forma do que determina o § 3º do art. 659 do Código de Processo Civil; n) seja certificado, nos autos, se existe nesse Juízo eventuais créditos, decorrentes de ações judiciais, em favor da Requerida, requerendo, dede já, nesse caso, a penhora no rosto dos autos respectivos, nos termos do art. 674 do Código de Processo Civil; o) finalmente, complementar a prova, se necessário, por todos os meios em direito admitidos, especialmente a juntada de novos documentos, oitiva de testemunhas, depoimento pessoal do representante legal da Requerida, perícias, reservando-se ao direito de indicar assistente técnico e formular quesitos, e demais que se falam necessárias à instrução do feito; Dá-se à causa o valor R$ 39.182,26 (trinta e nove mil cento e oitenta e dois reais e vinte e seis centavos).].". ADVERTÊNCIA: "Fica ciente ainda que, no caso de decretação de revelia, lhe será nomeado curador especial, nos moldes do art. 257, IV do CPC/2015". E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro não possam alegar ignorância, mandou o MM Juiz expedir o presente edital, o qual será publicado e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta Comarca de Arapongas, Estado do Paraná. 31 de agosto de 2023

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): DIEGO BUENO DA SILVA

PRAZO DE 15 dias corridosA Juíza de Direito RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN, da 2ª Vara Criminal de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Ameaça , sob nº 0010650-18.2021.8.16.0045, em que é autor o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu DIEGO BUENO DA SILVA, e vítima SHIRLEI FERREIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido DIEGO BUENO DA SILVA, portador(a) do RG 124859158 SSP/PR e CPF 081.270.079-19, nascido(a) em 20/04/1984, natural de ARAPONGAS/PR, filho(a) de MARIA APARECIDA DA SILVA e AMARILDO BUENO DA SILVA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses oferecida em 23/05/2022 e recebida em 26/05/2022, conforme descrição do fato transcrito na denúncia de seq. 30.1. e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabelle Caroline Cossin, Estagiária, conferi e digitei.

Arapongas, 06 de setembro de 2023.

RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN

Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): BRUNO HENRIQUE DOS SANTOS GARCIA

PRAZO DE 15 dias corridosA Juíza de Direito RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN, da 2ª Vara Criminal de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0015046-04.2022.8.16.0045, em que é autor o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu BRUNO HENRIQUE DOS SANTOS GARCIA, e vítima JAQUELINE DA SILVA FRANCO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido BRUNO HENRIQUE DOS SANTOS GARCIA, portador(a) do RG 132878404 SSP/PR e CPF 097.537.839-22,**

nascido(a) em 03/04/1995, natural de IVAIPORA/PR, filho(a) de DIRCE DOS SANTOS e JOSÉ VALDECIR GARCIA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 21 - VIAS DE FATO, Prisão Simples: 15 dias a 3 meses, (Fato 01) ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses, (FATO 02), ambos c/c art. 61, inciso II, alíneas "a" e "f" do Código Penal, na forma do art. 69 do Código Penal, incidindo as disposições da lei n.º 11.340/06 oferecida em 01/08/2023 e recebida em 02/08/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia de seq. 17.1, e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabelle Caroline Cossin, Estagiária, conferi e digitei.
Arapongas, 06 de setembro de 2023.
RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Luis Felippe Cogorne Silva
PRAZO DE 15 (quinze) DIASA Juíza de Direito RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN, da 2ª Vara Criminal de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal de Competência do Júri, assunto Homicídio Qualificado, sob nº 0006286-08.2018.8.16.0045, em que é autor o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu Luis Felippe Cogorne Silva, e vítima JOSE CARLOS BOY, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Luis Felippe Cogorne Silva, portador(a) do RG 127716668 SSP/PR e CPF 074.709.439-00, nascido(a) em 09/03/1992, natural de LONDRINA/PR, filho(a) de ROSANGELA APARECIDA COGORNE DA SILVA e LAZARO AQUINO DA SILVA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 121 - HOMICIDIO QUALIFICADO, Reclusão: 12 a 30 anos, incisos II (motivo fútil) e III (meio cruel) do Código Penal. oferecida em 07/07/2023 e recebida em 13/07/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia de seq. 21.1. e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabelle Caroline Cossin, Estagiária, conferi e digitei.
Arapongas, 06 de setembro de 2023.
RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN
Juíza de Direito

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): JOSE GUILHERME DE CAMARGOS
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS
A Juíza de Direito RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN, da 2ª Vara Criminal de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0002850-70.2020.8.16.0045, em que é autor o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JOSE GUILHERME DE CAMARGOS, e vítima Estado do Paraná, e que não foi possível localizar pessoalmente a parte Promovido **JOSE GUILHERME DE CAMARGOS, portador(a) do RG 128532447 SSP/PR e CPF 091.258.069-04, nascido(a) em 20/10/1993, natural de ARAPONGAS/PR, filho(a) de Divina Felicia Cunha e Antonio Teixeira de Camargos**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 33 - ADQUIRIR, VENDER, FORNECER E OU PRODUZIR DROGAS, Reclusão: 1 ano e 8 meses na data de 11/07/2023, sendo substituída por INTERDIÇÃO TEMPORÁRIA DE DIREITOS e PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, sendo transcrito sucintamente no conteúdo da sentença de seq. 138.1., em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabelle Caroline Cossin, Estagiária, conferi e digitei.
Arapongas, 06 de setembro de 2023.
RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): IVAN DA SILVA ROSSETINI
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIASA Juíza de Direito RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN, da 2ª Vara Criminal de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0010822-33.2016.8.16.0045, em que é autor o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu IVAN DA SILVA ROSSETINI, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido IVAN DA SILVA ROSSETINI, portador(a) do RG 24899977 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 30/10/1955, natural de APUCARANA/PR, filho(a) de EDITE CARDOSO e JOSÉ DA SILVA ROSSETINI**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabelle Caroline Cossin, Estagiária, conferi e digitei.
Arapongas, 06 de setembro de 2023.
RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN
Juíza de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): FERNANDO HENRIQUE RODRIGUES DIAS
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
A Juíza de Direito RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN, da 2ª Vara Criminal de Arapongas, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0013938-37.2022.8.16.0045, em que é autor o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu FERNANDO HENRIQUE RODRIGUES DIAS, e vítima ALINE NOGUEIRA BERNARDI, e que não foi possível localizar pessoalmente a parte Promovido **FERNANDO HENRIQUE RODRIGUES DIAS, portador(a) do RG 133470816 SSP/PR e CPF 098.777.889-77, nascido(a) em 08/07/1993, natural de SAO JOAO DO IVAI/PR, filho(a) de MARLENE RODRIGUES e ORLANDO DIAS**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado** nas sanções do ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 mês e 5 dias ART 21 - VIAS DE FATO, Prisão Simples: 15 dias na data de 31/07/2023, sendo transcrito sucintamente no conteúdo da sentença de seq. 73.1. em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Isabelle Caroline Cossin, Estagiária, conferi e digitei.
Arapongas, 06 de setembro de 2023.
RENATA MARIA FERNANDES SASSI FANTIN
Juíza de Direito

FORO REGIONAL DE ARAUCÁRIA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): TERCEIROS DESCONHECIDOS PRAZO DE 15 dias O(A) Juiz(íza) de Direito Substituta Dra. Deborah Penna, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Araucária, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Perda da Propriedade, sob nº 0009210-13.2022.8.16.0025, em que é(são) autor(es) MAGALI RIBAS DE OLIVEIRA, e réu(s) DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARANÁ - DETRAN/PR, TERCEIROS DESCONHECIDOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido TERCEIROS DESCONHECIDOS. Desta forma, se procede por meio deste edital sua CITAÇÃO para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrito: "[...] 3.1. O réu desconhecido deverá ser citado por edital. Prazo de espera de 30 dias. [...]". Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Helder Sezinio Borazo, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Araucária, 10 de agosto de 2023. Deborah Penna Juíza de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

ASSIS CHATEAUBRIAND

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): MARIA CORREIA CIPRIANOPRAZO DE 30 DIASO(A) Juiz(íza) de Direito , da Vara da Fazenda Pública de Assis Chateaubriand, FAZ SABER a todos quevirem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos deExecução Fiscal sob nº 0004949-38.2019.8.16.0048, em que é exequente Município de Assis Chateaubriand/PR, e executado(a)(s) MARIA CORREIA CIPRIANO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) , motivo pelo qual, se procede por meio deste sua parte(s) executada(s) MARIA CORREIA CIPRIANO para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento das custas remanescentes no importe de INTIMAÇÃO. Tudo de conformidade com aR$598,71 (Quinhentos e noventa e oito reais e setenta e um centavos)decisão de mov.94. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e no futuro ninguémalegue ignorância, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio da Vara Cível local e publicado naforma da lei. Eu, Gislaine Ferreira Cardoso, Técnico Judiciário, conferi e digitei.Assis Chateaubriand, 06 de Setembro de 2023.ARTHUR ARAÚJO DE OLIVEIRAJuiz de Direito: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico OBSERVAÇÃOhttps://portal.tjpr.jus.br./projudi

ASTORGA

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVASDESTINATÁRIO(A)(S): JOSE LUIZ DA COSTA
PRAZO DE 60 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito , da Vara Criminal de Astorga, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0001029-14.2023.8.16.0049, em que é(são) autor(es) S.A.S., réu(s) JOSE LUIZ DA COSTA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido JOSE LUIZ DA COSTA, portador(a) do RG 45907988 SSP/PR e CPF 650.818.709-00, nascido(a) em 28/12/1965, natural de SABAUDIA/PR, filho(a) de BENEDITA JOSE DA COSTA e SEBASTIÃO RAMOS DA COSTA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência dos termos das **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: "a) proibição de aproximação da ofendida e de seus familiares, a uma distância de 100 metros; b) proibição de contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; c) comparecimento no grupo de apoio Paz Sem Voz é Medo, para acompanhamento psicossocial do agressor. nos termos do artigo 22, inciso III, alíneas 'a' e 'b', da lei acima mencionada. Nesse ponto, considerando que se trata de medida cautelar, fixa-se pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias] "; e à sua **CITAÇÃO** para, querendo, apresentar contestação no **prazo de 5 (cinco) dias**, por meio de advogado(a) ou defensor(a) dativo(a) nomeado(a) pelo Juízo, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos articulados pela parte noticiante, nos termos do art. 13 da Lei nº 11.340/2006 c/c o art. 306 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Flávio Fuster Martins, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Astorga, 06 de setembro de 2023.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.
FLÁVIO FUSTER MARTINS
TÉCNICO DE SECRETARIA

BARBOSA FERRAZ

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): PAULA VITORIA BRANCALION DE JESUS
PRAZO DE 15 (quinze) dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito William George Nichele Figueroa, da Vara Criminal de Barbosa Ferraz, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável , sob nº 0000055-05.2022.8.16.0051, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ADEVILSON RODRIGUES DE CARVALHO, PAULA VITORIA BRANCALION DE JESUS, JOÃO PAULO DOS SANTOS AGUIAR, VALDECIR SOUZA DE ABREU, e vítima D. V. R. S., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido PAULA VITORIA BRANCALION DE JESUS, portador(a) do RG 161365017 SSP/PR e CPF 520.242.388-82, nascido(a) em 29 /07/2002, natural de ARARAQUARA, filho(a) de DAIANE ANDREIA BRANCALION e Paulo de Jesus, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, art. 218-B do Código Penal, oferecida em 12/08/2022 e recebida em 26/08/2022, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "Em data incerta e horário não precisado nos autos, mas certo que no mês de março de 2021, nas dependências da residência situada na Rua Sete de Setembro nesta cidade e comarca de Barbosa Ferraz/PR, em comunhão de esforços e divisão funcional de tarefas os denunciados JOÃO PAULO DO SANTOS AGUIAR, ADEVILSON RODRIGUES DE CARVALHO, VALDECIR SOUZA DE ABREU E PAULA VITÓRIA BRANCALION DE JESUS, agindo dolosamente, ou seja, com consciência e vontade de praticar a conduta delituosa, por reiteradas vezes, submeteram à prostituição a vítima D.V.R.S, com 14 anos na época dos fatos, sendo que os denunciados, mediante violência através de agressões físicas e também ameaças constantes de agressões físicas contra a vítima, obrigavam-na a praticar relação sexual com vários homens em troca de dinheiro, numerário este que era utilizado para compra de entorpecentes para os denunciados, conforme termo de depoimento do mov. 10.1 e escuta especializada realizada nos autos n.º0000379- 92.2022.8.16.0051. Ainda, à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à

acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Maria Clara Blessa Pegoraro, Estagiária, conferi e digitei.
Barbosa Ferraz, 01 de setembro de 2023.
William George Nichele Figueroa
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

BELA VISTA DO PARAÍSO

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVASDESTINATÁRIO(A)(S): DONISETE JANUÁRIO DA COSTA
PRAZO DE 60 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Helder José Anunziato, da Vara Criminal de Bela Vista do Paraíso, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Simples, sob nº 0000940-76.2023.8.16.0053, em que é(são) autor(es) RAQUEL GARCIA DE PAULA, réu(s) DONISETE JANUÁRIO DA COSTA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido DONISETE JANUÁRIO DA COSTA, portador(a) do RG 102175603 SSP/PR e CPF 061.956.049-50, nascido(a) em 03/11/1986, natural de BOCAIUVA/MG, filho(a) de MARIA APARECIDA DA COSTA e GENARO JUSTINO JANUÁRIO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência dos termos das **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: " a) afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; b) não chegue a menos de cinquenta metros de distância da ofendida; c) não mantenha contato com a ofendida e seus familiares, por qualquer meio de comunicação; e, d) não frequente os locais em que a ofendida exerça suas atividades habituais, para que as integridades física e psicológica dela sejam preservadas.; e à sua **CITAÇÃO** para, querendo, apresentar contestação no **prazo de 5 (cinco) dias**, por meio de advogado(a) ou defensor(a) dativo(a) nomeado(a) pelo Juízo, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos articulados pela parte noticiante, nos termos do art. 13 da Lei nº 11.340/2006 c/c o art. 306 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Fabricio Abelha Cavenaghi, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Bela Vista do Paraíso, 05 de setembro de 2023.
Fabricio Abelha Cavenaghi
Técnico Judiciário

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): LEONARDO FERREIRA SANTOS DE MELO
PRAZO DE 15 dias corridos
O(A) Juiz(íza) de Direito Helder José Anunziato, da Vara Criminal de Bela Vista do Paraíso, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Crimes de Trânsito, sob nº 0002707-57.2020.8.16.0053, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) LEONARDO FERREIRA SANTOS DE MELO, e vítima Estado do Paraná, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido LEONARDO FERREIRA SANTOS DE MELO, portador(a) do RG 123261119 SSP/PR e CPF 079.358.719-06, nascido(a) em 10/11/1990, natural de LONDRINA, filho(a) de CLEUVANI ALVES DOS SANTOS e DARIO FERREIRA DE MELO,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 306 - CONDUZIR VEÍCULO AUTOMOTOR COM CAPACIDADE PSICOMOTORA ALTERADA EM RAZAO DA INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL OU DE OUTRA SUBSTÂNCIA PSICOATIVA QUE DETERMINE DEPENDÊNCIA, Detenção: 6 meses a 3 anos E Multa ART 330 - DESOBEDIENCIA, Detenção: 15 dias a 6 meses E Multa oferecida em 31/07/2021 e recebida em 06/08/2021, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: *"(Fato 1) No dia 24 de dezembro de 2020, por volta das 15h30, em via pública, na Orla da Lagoa dos Patos, no Município de Alvorada do Sul, Comarca de Bela Vista do Paraíso/PR, o denunciado LEONARDO FERREIRA DOS SANTOS DE MELO, dolosamente, conduziu seu veículo caminhonete, GM/S10 Deluxe 2.2 S, de cor verde e placas MVN-1229, com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool, estando com concentração de álcool por litro de ar alveolar em 0,76 mg/L, conforme teste de etilômetro de mov. 1.7. (fato 2) Ato contínuo, o denunciado LEONARDO FERREIRA DOS SANTOS DE MELO, dolosamente, desobedeceu a ordem legal, consistente em voz de abordagem emanada por Policial Militar competente a executála, conforme Boletim de Ocorrência de mov. 1.6, sendo que não parou o veículo quando trafegava com este e, posteriormente, se recusou a sair de dentro do veículo. A equipe policial realizava patrulhamento na localidade acima informada, quando se depararam com a caminhonete conduzida pelo denunciado transitando de forma irregular pela via pública, fazendo zigue-zague, inclusive, em determinado momento foi flagrado pelos policiais praticando arrancada brusca. Assim, os policiais optaram pela abordagem, sendo requisitada a parada do veículo, entretanto, o denunciado desobedeceu, vindo a parar somente nas proximidades do cruzamento da avenida do lago com a rua Francisco Palma Cano. Em seguida, foi requisitado ao denunciado a saída da caminhonete, tendo ele igualmente desobedecido as ordens emanadas pelos agentes públicos."* ; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Fabricio Abelha Cavenaghi, Técnico Judiciário e digitei.
Bela Vista do Paraíso, 05 de setembro de 2023.
Helder José Anunziato
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

FORO REGIONAL DE CAMBÉ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CAMBÉ, DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - PR. EDITAL DE CITAÇÃO DA PARTE EXECUTADA: (Espólio) de PAULO AFONSO DE OLIVEIRA (CPF nº 585.927.849-72). PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. A DOUTORA LUCIENE OLIVEIRA VIZZOTTO ZANETTI, MMª. JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO FORO REGIONAL DE CAMBÉ, DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC... FAZ SABER - a todos quantos o presente edital de citação virem ou que dele conhecimento tiverem que, se processam por este Juízo e cartório os autos de Execução Fiscal nº 0013368-23.2019.8.16.0056, que o MUNICÍPIO DE CAMBÉ move em face de (Espólio) DE PAULO AFONSO DE OLIVEIRA e, constando dos autos que a parte executada se encontra em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica a parte (Espólio) DE PAULO AFONSO DE OLIVEIRA devidamente CITADA, na pessoa de seu representante legal para que, no prazo legal de 20 (vinte) dias, efetue o pagamento da dívida exequenda no valor de R $ 1.773,43 (um mil setecentos e setenta e três reais e quarenta e três centavos), o qual deverá ser atualizado na data do efetivo adimplemento, mais cominações legais, além das custas judiciais e dos honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito atualizado, para pronto pagamento, e/ou, nesse mesmo prazo, nomeie bens à penhora tantos quantos necessários para garantia da execução, sob pena de penhora e demais atos até final alienação de bens e para que chegue ao conhecimento de todos os interessados para que não possam alegar ignorância de futuro, mandou expedir o presente que será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do respectivo tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Cambé, Estado do Paraná, aos 07 de agosto de 2023. Eu, Hilário Aleixo, Escrivão, digitei e subscrevi. (Assinado digitalmente) LUCIENE OLIVEIRA VIZZOTTO ZANETTI Juíza de Direito

Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA 1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE CAMBÉ-PR, DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - PR EDITAL DE INTIMAÇÃO DE: PAULO VIEIRA DOS SANTOS. PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. A DOUTORA RAPHAELLA BENETTI DA CUNHA RIOS, MMª. JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO FORO REGIONAL DE CAMBÉ, DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC... FAZ SABER - a todos quantos do presente EDITAL DE INTIMAÇÃO virem ou que dele conhecimento tiverem que, se

processam por este Juízo e cartório os autos de Execução Fiscal sob nº 0003548-97.2007.8.16.0056, movido pelo MUNICÍPIO DE CAMBÉ/PR em face de PAULO VIEIRA DOS SANTOS, e, constando dos autos que a executado PAULO VIEIRA DOS SANTOS se encontra em lugar incerto e não sabido, pelo presente fica devidamente INTIMADO da penhora e avaliação realizada sobre o imóvel objeto da presente lide e constituído do seguinte: "DATA DE TERRAS SOB O N 26, DA QUADRA N 55, COM A ÁREA DE 300,00 METROS QUADRADOS, SITUADA NO JARDIM SILVINO, SUBDIVISÃO DOS LOTES N 90-B, 91 E 92-B, DA GLEBA RIBEIRÃO CAMBÉ, NESTA CIDADE DE CAMBÉ, E SE ACHA DENTRO DAS DIVISAS E CONFRONTAÇÕES CONSTANTES DA MATRÍCULA N 10.185 DO C.R.I. LOCAL". Outrossim, fica devidamente INTIMADO, para, querendo, oferecer Embargos à Execução, no prazo legal de 30 (trinta) dias, através de advogado, nos termos do Art. 16, inciso III, da Lei 6.830/80. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados para que não possam alegar ignorância de futuro, mandou expedir o presente que será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do respectivo tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Cambé, Estado do Paraná, aos 5 de setembro de 2023. Eu, Marília Fini Peixoto, Funcionária Juramentada, digitei e subscrevi. (Assinado Digitalmente) RAPHAELLA BENETTI DA CUNHA RIOS Juíza de Direito Substituta

Edital Geral

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A) DEVEDOR(A): JOSE AUREO DE MATOS - (CNPF/MF SOB Nº 190.425.079-34) e Espólio de PAULO DE GODOY MOREIRA representado(a) por ANA PAULA DE GODOY MOREIRA - (CNPJ/MF SOB Nº 77.284.115/0001- 80). FAZ SABER a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma "ON LINE", nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições: A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, por meio do qual já serão aceitos lances. O PRIMEIRO LEILÃO será encerrado no dia 28 de NOVEMBRO de 2023, a partir das 10h00min, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao SEGUNDO LEILÃO que será encerrado no dia 28 de NOVEMBRO de 2023, a partir das 14h00min, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (este considerado se inferior a 50% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC). OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances. LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente com encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil que antecederá o leilão, seja ele em 1º e/ou 2º Leilão, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances. PROCESSO: Autos sob o nº 0002694-83.2019.8.16.0056 de EXECUÇÃO FISCAL, em que é exequente MUNICÍPIO DE CAMBÉ/PR - (CNPJ/MF SOB Nº 75.732.057/0001-84) e executados JOSE AUREO DE MATOS - (CNPF/MF SOB Nº 190.425.079-34) e Espólio de PAULO DE GODOY MOREIRA representado(a) por ANA PAULA DE GODOY MOREIRA - (CNPJ/MF SOB Nº 77.284.115/0001-80). BEM(NS): "Data de terras sob o nº 21 (vinte e um), da quadra nº 04 (quatro), com a área de 300,00 metros quadrados, situado na Rua Rolândia, 94, 2ª parte do JARDIM ANA ELISA, subdivisão dos lotes n.ºs 89-A, 89-B, 89-C e 90, da Gleba Ribeirão Cambé, nesta cidade e Comarca de Cambé, e se acha dentro das seguintes divisas e confrontações: - " Frente com a Rua Rolândia, medindo 12,00 metros; de um lado com o lote nº 20, medindo 25,00 metros; de outro lado com o lote nº 22, medindo 25,00 metros; fundos com o lote nº 08, medindo 12,00 metros". Com as demais informações constantes da matrícula nº 40.724 do Cartório de Registro de Imóveis local, contando com rede de água, luz e asfalto". Tudo conforme Laudo de Avaliação de evento 121.1. ÔNUS: Av.2/40.724 - Protocolo nº 194.054 - Arresto em favor do Município de Cambé (exequente dos presentes autos; R.4/40.724 - Protocolo nº 209.707 - Penhora em favor do Município de Cambé referente aos autos nº 0011391-35.2015.8.16.0056, em trâmite na 2ª Vara da Fazenda Pública desta Comarca; R.6/40.724 - Protocolo nº 225.098 - Penhora em favor do Município de Cambé, referente aos presentes autos; Av.7/40.724 - Protocolo nº 244.708 - Penhora em favor do Município de Cambé, Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJY8X ED92J HP4E8 LHQUD PROJUDI - Processo: 0002694-83.2019.8.16.0056 - Ref. mov. 177.3 - Assinado digitalmente por Jorge Vitorio Espolador:91821606949 06/09/2023: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: EXPEDIENTES DE LEILÃO PÚBLICO referente aos autos nº 0000023-53.2020.8.16.0056, em trâmite na 1ª Vara da Fazenda Pública desta Comarca; conforme matrícula imobiliária atualizada de evento 172.2. Em caso de arrematação de bem imóvel, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação. OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - (Artigo 908, parágrafo 1º do CPC/2015 e Artigo 130, parágrafo único do CTN). DATA DA PENHORA: 03 de agosto de 2020, conforme Termo de Penhora do evento 59.1. AVALIAÇÃO DO BEM: R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), conforme Laudo de Avaliação de evento 121.1. VALOR DO DÉBITO: R$ 5.151,11 (cinco mil cento e cinquenta e um reais e onze centavos), conforme atualização de cálculo de evento 165.1, realizado na data de 23 de agosto de 2023, devendo ser acrescida das custas, despesas processuais e honorários atualizados até a data do efetivo pagamento do débito. OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Código de Processo Civil/2015, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico. Artigo 895 do Código de Processo Civil/2015: "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI - (Decreto nº 1544/1995), a partir da data da arrematação. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações não suspende o leilão e somente prevalecerá caso inexistente proposta de pagamento do lance à vista. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas a apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC). OBSERVAÇÃO 3: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC) Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJY8X ED92J HP4E8 LHQUD PROJUDI - Processo: 0002694-83.2019.8.16.0056 - Ref. mov. 177.3 - Assinado digitalmente por Jorge Vitorio Espolador:91821606949 06/09/2023: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: EXPEDIENTES DE LEILÃO PÚBLICO O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal. DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos da depositária Pública de Cambé, Sra. Roseli Figueiredo, como fiel depositária, até ulterior deliberação. LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR - LEILOEIRO - MATRÍCULA 13/246-L COMISSÃO DO LEILOEIRO: Arbitro a comissão do leiloeiro em 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação ou da avaliação homologada, esta para os casos de remição pelo executado ou alguém em seu favor ou para hipótese de adjudicação, porém desde que ocorridas depois de efetivada pelo menos a primeira hasta pública. ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização. INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica o devedor, qual seja: JOSE AUREO DE MATOS - (CNPF/MF SOB Nº 190.425.079-34) e Espólio de PAULO DE GODOY MOREIRA representado(a) por ANA PAULA DE GODOY MOREIRA - (CNPJ/MF SOB Nº 77.284.115/0001- 80), através do presente, devidamente INTIMADO, caso não seja encontrada para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, a(s) respectiva(s) cônjuge(s); Eventual(is) Vendedores; Compradores; Credor(es) Hipotecário(s); coproprietário(s): FRANCISCO ELIAS DE GODOY MOREIRA e ESPÓLIO DE MARIA JOANA LUNARDELLI DE GODOY MOREIRA, proprietário(s), usufrutuário(s), possuidor(es): promissário comprador do imóvel na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Cambé, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três. (06/09/2023). Eu,_____,/// Jorge V.

Espolador///Leiloeiro Oficial - Matrícula 13/246-L, que o digitei e subscrevi. LUCIENE OLIVEIRA VIZZOTTO ZANETTI Juíza de Direito

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A) DEVEDOR(A): H. LUNARDELI IMÓVEIS E AGROPECUÁRIA LTDA - (CNPJ/MF SOB Nº 77.284.115/0001-80) e VANIA LUCIA FIGUEIRO - (CNPJ/MF SOB Nº 028.570.849- 00). FAZ SABER a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma "ON LINE", nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições: A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, por meio do qual serão aceitos lances. O PRIMEIRO LEILÃO será encerrado no dia 28 de NOVEMBRO de 2023, a partir das 10h00min, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao SEGUNDO LEILÃO que será encerrado no dia 28 de NOVEMBRO de 2023, a partir das 14h00min, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (este considerado se inferior a 60% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC). OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances. LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente com encaminhamento de todos os documentos pessoais/jurídicos, e a solicitação de habilitação, junto ao site: www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil que antecederá o leilão, seja ele em 1º e/ou 2º Leilão, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances. PROCESSO: Autos sob o nº 0008972-37.2018.8.16.0056 de EXECUÇÃO FISCAL em que é exequente MUNICÍPIO DE CAMBÉ/PR - (CNPJ/MF SOB Nº 75.732.057/0001-84) e executado H. LUNARDELI IMÓVEIS E AGROPECUÁRIA LTDA - (CNPJ/MF SOB Nº 77.284.115/0001-80) e VANIA LUCIA FIGUEIRO - (CNPJ/MF SOB Nº 028.570.849-00). BEM: "Imóvel matrícula nº 7.020, Quadra 81, Lote 20 - Inscrição Estadual: 02.062.359.0655.001 junto a Rua Dalto, 367, Pq. Residencial Ana Rosa II, Área total do lote: 300,00 m², área construída 130 m², sendo uma casa de alvenaria inacabada." Tudo conforme Auto de Avaliação de evento 131.1. ÔNUS: Av-2/7.020 - Penhora referente aos autos nº 0009554-47.2012.8.16.0056, em trâmite na 1ª Vara da Fazenda Pública de Cambé; R-3/7.020 - Penhora referente aos autos nº 0011400-26.2017.8.16.0056, em trâmite na 2ª Vara da Fazenda Pública de Cambé; R-4/7.020 - Penhora referente aos autos nº 0008972- 37.2018.8.16.0056 (presentes autos), conforme matricula de evento 271.2. Eventuais constantes da matrícula de nº 7.961. Benfeitorias não averbadas na matrícula imobiliária, eventual regularização por conta do arrematante. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação d073/97 de Carta Precatória o arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação. OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - (Artigo 908, parágrafo 1º do CPC/2015 e Artigo 130, parágrafo único do CTN). Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDUB U4DDY GHG5U 4VPKD PROJUDI - Processo: 0008972-37.2018.8.16.0056 - Ref. mov. 275.2 - Assinado digitalmente por Jorge Vitorio Espolador:91821606949 05/09/2023: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Expedientes Atos Preparatórios DATA DA PENHORA: 04 de novembro de 2020, conforme Termo de Penhora do evento 120.1. AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$229.697,70 (duzentos e vinte e um mil seiscentos e treze reais e noventa e nove centavos), conforme atualização da avaliação do evento 255.1, realizado em data de 12 de junho de 2023. VALOR DO DÉBITO: R$ 15.752,67 (quinze mil, setecentos e cinquenta e dois reais e sessenta e sete centavos), conforme cálculo de evento 253.1, datado em de 12 de junho de 2023, devendo ser acrescido das despesas, custas processuais, honorários advocatícios e atualizações devidas até a data do efetivo pagamento do débito. OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Código de Processo Civil/2015, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico. Artigo 895 do Código de Processo Civil/2015: "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI - (Decreto nº 1544/1995), a partir da data da arrematação. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações não suspende o leilão e somente prevalecerá caso inexistente proposta de pagamento do lance à vista. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas a apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC). OBSERVAÇÃO : Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC) O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal. DEPÓSITO: Referidos bens se encontram depositados nas mãos da representante da empresa executada H. LUNARDELI IMÓVEIS E AGROPECUÁRIA LTDA, podendo ser localizado na Rua Pernambuco, 555, ap 1202 - Londrina/PR, como fiel depositária, até ulterior deliberação. LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR - MATRÍCULA 13/246-L. COMISSÃO DO LEILOEIRO: Arbitro a comissão do leiloeiro em 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação ou da avaliação homologada, esta para os casos de remição pelo executado ou alguém em seu favor ou para hipótese de adjudicação, porém desde que ocorridas depois de efetivada pelo menos a primeira hasta pública. ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização. INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica o devedor, qual seja: H. LUNARDELI IMÓVEIS E AGROPECUÁRIA LTDA - (CNPJ/MF SOB Nº 77.284.115/0001-80) e VANIA LUCIA FIGUEIRO - (CNPJ/MF SOB Nº Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJDUB U4DDY GHG5U 4VPKD PROJUDI - Processo: 0008972-37.2018.8.16.0056 - Ref. mov. 275.2 - Assinado digitalmente por Jorge Vitorio Espolador:91821606949 05/09/2023: JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO. Arq: Expedientes Atos Preparatórios 028.570.849-00), através do presente, devidamente INTIMADO, caso não seja encontrada para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, a(s) respectiva(s) cônjuge(s); Eventual(is) Vendedores; Promitente Comprador(es), Credor(es) Hipotecário(s); coproprietário(s), Possuidor(es), usufrutuário(s) do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Cambé, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três. (05/09/2023). Eu, _____, /// Jorge V. Espolador///Leiloeiro Oficial - Matrícula 13/246-L, que o digitei e subscrevi. LUCIENE OLIVEIRA VIZZOTTO ZANETTI Juíza de Direito

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S):FRANCISCO VICENTE DE OLIVEIRA e VERA LUCIA DO AMARAL DE OLIVEIRA

O(A) Juiz(íza) de Direito Ricardo Luiz Gorla, da 2ª Vara Cível de Cambé, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de 7 - Procedimento Comum Cível sob nº 0001148-56.2020.8.16.0056, em que é(são) autor(a)(es) Santa Alice Empreendimentos Imobiliários Ltda., e ré(u)(s) FRANCISCO VICENTE DE OLIVEIRA, VERA LUCIA DO AMARAL DE OLIVEIRA, , e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) FRANCISCO VICENTE DE OLIVEIRA e VERA LUCIA DO AMARAL DE OLIVEIRA???????, portadora do CPF nº** , motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 15 (quinze) dias**, oferecer contestação, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial. Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).

Cambé, 05 de setembro de 2023.

Ricardo Luiz Gorla
Juiz de Direito

CAMPINA DA LAGOA

JUÍZO ÚNICO

Edital Geral - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CAMPINA DA LAGOA
VARA CÍVEL DE CAMPINA DA LAGOA - PROJUDI
Avenida das Indústrias, 518 - Fórum - Parque Industrial - Campina da Lagoa/PR - CEP: 87.345-000 - Celular: (44) 99146-6551 - E-mail: clag-ju-ec@tjpr.jus.br

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA PROFERIDA EM AUTOS DE INTERDIÇÃOCOM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS

OBJETIVO: PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA proferida nos seguintes autos:

Processo:	0000355-80.2021.8.16.0057
Classe Processual:	Interdição/Curatela
Assunto Principal:	Nomeação
Valor da Causa:	R$500,00
Requerente(s):	• JURANDIR FIGUEIREDO
Requerido(s):	• JORGE FIGUEIREDO

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 10 (dez) dias, que por este Juízo e Cartório da Vara Cível e Anexos da Comarca de Campina da Lagoa/PR, se processam os autos supra mencionados, em que são partes as acima nominadas, no qual por sentença proferida aos 12/02/2023, foi **DECRETADA a INTERDIÇÃO** do Sr. Jorge Figueiredo, que é portador de Retardo Mental Moderado (CID 10 - F-71.1), sendo o **Sr. Jurandir Figueiredo**, brasileiro, casado, servidor público municipal, portador da CI/RG nº 5.160.300-1-SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF nº 734.508.989-49, com endereço na Rua 4, nº 65, Distrito de Bela Vista do Piquiri, nesta cidade e Comarca de Campina da Lagoa/PR. **NOMEADO CURADOR** do Interditado, para que o represente na prática de atos da vida civil, na forma e para os fins a que se destina, consoante art. 4º, inciso III, C.C e art. 1.775, §1º, CC. E para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente, que será publicado no órgão oficial, por três (03) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Dado e passado nesta cidade e Comarca **Campina da Lagoa, 30 de agosto de 2023.** Eu, Christiane Angélica Kizerlla Villela, Escrivã da Vara Cível/Valéria Cristina Leite de Paula, Auxiliar Juramentada, que digitei e subscrevi.
CHRISTIANE ANGÉLICA KIZERLLA VILLELA Escrivã**VALÉRIA CRISTINA LEITE DE PAULA**Auxiliar Juramentada*Autorizada pelo MM. Juiz (Port. 05/2016)*

FORO REGIONAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL, JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): RAIMUNDO MOTTA
PRAZO DE 30 (trinta) dias
O(A) Juiz(íza) de Direito , da Vara de Família e Sucessões de Campina Grande do Sul, FAZ SABER a
todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os
autos de Procedimento Comum Cível, assunto Dissolução, sob nº 0002200-42.2023.8.16.0037, em que é
(são) MATILDE MENDES DE OLIVEIRA, e RAIMUNDO MOTTA, e que não foiautor(es) réu(s)
possível localizar pessoalmente a(s) , portador(a) do CPFparte(s) Promovido RAIMUNDO MOTTA
437.681.569-15. Desta forma, se procede por meio deste edital sua para oferecer contestaçãoCITAÇÃO
no , nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo emprazo de 15 (quinze) dias
conformidade com despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o:" 1. Anote-se a prioridade na
tramitação (art. 1.048, CPC).2. O feito deverá tramitar em segredo de justiça, com base no artigo
189, II do CPC. Trata-se ação de declaratória de reconhecimento de união estável3. post ajuizada
pormortem Matilde Mendes de Oliveira. Da análise da certidão de óbito (mov. 1.6), verifica-se que
o falecido Raimundo Motta não deixou herdeiros necessários. Nesse sentido, o entendimento do
Superior Tribunal de Justiça é pela desnecessidade de inclusão dos herdeiros colaterais no polo
passivo, conforme julgado: Assim, cite-se por edital, no prazo de 15 dias, eventuais herdeiros
necessários,. devendo o edital ser publicado pelo prazo de 30 dias no site do Tribunal de Justiça e
na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (art. 257, II, CPC), bem como em um
jornal local de ampla circulação (art. 257, parágrafo único, CPC). Havendo revelia (art. 344, CPC)
Havendo contestação, intime-se a parteserá nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).
autora para manifestação em 15 dias.5. Não havendo contestação, intime-se a parte autora e o
Ministério Público para que digam se pretendem produzir outras provas e se desejam ouvir
testemunhas em audiência de instrução, as quais deverão ser arroladas pela parte autora no prazo
de 15 dias, nos termos do art. 357, §4º do CPC. Em caso afirmativo, tornem os autos conclusos para
designação de audiência. de instrução e julgamento. Do contrário, conclusos para sentença.
Intimem-se. Diligências necessárias".O presente edital é expedido e publicado para que os autos
cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e
257 do Código de Processo Civil.
Eu, Maribel Canali, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Elisa Matiotti Polli
MMJuíza de Direito
Campina Grande do Sul, 05 de julho de 2023.

CAMPO MOURÃO

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DO RÉU
Prazo: (15) quinze dias
Autor(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Réu(s): GUALDENIR DE JESUS MACHADO
Processo Crime n.º 0006165-96.2022.8.16.0058
O Doutor FABRÍCIO VOLTARÉ, M.M. Juiz de Direito na Primeira Vara Criminal, Tribunal do Júri e
Corregedoria dos Presídios, da Comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições
legais, na forma da lei, etc...FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento

tiverem, que o réu GUALDENIR DE JESUS MACHADO (RG: 142081164 SSP/PR e CPF/CNPJ:
115.177.319-09) Nome do Pai: VALDENIR SOARES MACHADO, Nome da Mãe: GRECIA DE
, foi denunciado pela conduta típica descrita no(s)JESUS OLIVEIRA ART 21: Vias de fato, VIAS DE
FATO, Prisão Simples: 15 dias a 3 meses ART 21: Vias de fato, VIAS DE FATO, Prisão Simples:
. E, como não tenha sido possível CITÁ-LO E INTIMA-LO pessoalmente por se15 dias a 3 meses
encontrar em lugar incerto e não sabido, pelo presente edital, conforme artigo 361 do CPP, com prazo de
(15) quinze dias, que correrá a partir de sua Publicação, fica o referido CITADO E INTIMADO para no
prazo de 10 (dez) dias que ocorrerá após decurso do prazo do edital, apresente defesa previa, sob pena de
nomeação de Dativo. Fica advertido o réu de que, citado por Edital, não comparecer, nem constituir
Advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o Juiz determinar a
produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos
termos do disposto no art. 312, conforme artigo 366 do CPP. E, para que chegue ao conhecimento do réu
e de quem mais interessar, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do Fórum local, em
lugar público e de costume, bem como publicado no Diário da Justiça deste Estado. Dado e passado nesta
Cidade e Comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná, aos 06 de setembro de 2023. Eu, MAURINA
ALEIXO BASTOS TOSAWA , que o digitei e subscrevi.

2ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO - PR
CARTÓRIO DA 2ª VARA CÍVEL
AV. JOSÉ CUSTÓDIO DE OLIVEIRA Nº 2065 - ED. DO FORUM
CEP-87.300-020

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

O DOUTOR FERDINANDO - MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem expedido nos autos nº **0009929-90.2022.8.16.0058**
de **INTERDIÇÃO**
Requerida por **LUZIA MALAQUIAS DE PAULA**
contra **EZEQUIEL MOURA MALAQUIAS**

TORNA PÚBLICA a sentença prolatada nos autos acima, a seguir transcrita em sua parte dispositiva: "Isso considerado, hei por bem em acolher o pedido de Curatela, inicialmente qualificada, vez que incapaz de pessoalmente reger sua pessoa e seus interesses patrimoniais, nomeando-se lhe curador a pessoa de SONIA COELHO, devendo ser intimado para o devido compromisso. Expeça-se mandado de inscrição ao Cartório de Registro de Pessoas Naturais e publique-se a presente decisão conforme disposição do art. 1.184 do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

CURADORA NOMEADA: SONIA COELHO
DATA DA SENTENÇA: 24/02/2023
CAUSA DA INTERDIÇÃO: ENCEFALOPATIA ANOXICA POR PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA PROLONGADA APÓS CHOQUE ELÉTRICO
LIMITES DA INTERDIÇÃO: TOTAL
JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA: FERDINANDO SCREMIN NETO

E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente que será afixado na sede deste Juízo no local de costume e publicado na imprensa na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná, aos primeiro dias mês de junho do ano de dois mil e vinte e três. Eu,_____(Sebastiana Machado Borges), Escrivã que digitei e subscrevi.

FERDINANDO SCREMIN NETO
Juiz de Direito
Assinado eletronicamente

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO - ESTADO DO PARANÁ
JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA E ANEXOS DA COMARCA DE CAMPO MOURÃO.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE **AUGUSTO ALBANI BATISTA BANKS**, COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS**.**

EDITAL DE INTIMAÇÃO de **AUGUSTO ALBANI BATISTA BANKS**, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento da importância de R$ 4.670,05 (quatro mil, seiscentos e setenta reais e cinco centavos) a serem atualizados, referente honorários advocatícios cobrados nos Autos de Cumprimento de Sentença nº 0004960-71.2018.8.16.0058, sob pena ser-lhe nomeado defensor dativo e penhora e avaliação de bens do executado, advertido que, caso haja integral pagamento no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária fixada em 10% do valor da execução será reduzida pela metade. Fica ainda **INTIMADO** que, poderá opor embargos no prazo de 15 (quinze) dias, contado o prazo, conforme o caso, na forma do artigo 231 do NCPC. **ADVERTÊNCIA**: "A falta de apresentação de defesa, importa em confissão e revelia e ser-lhe-á nomeado curador especial (art. 257, inciso IV do NCPC)". **OBSERVAÇÃO**: Processo com tramite sob assistência judiciária gratuita. **DADO E PASSADO** nesta cidade e comarca de Campo Mourão, aos 05 de setembro de 2023 (05/09/2023). Eu, Nilcéia G Severiano Beluomini, Supervisora de Secretaria, digitei e subscrevi.
EDSON JACOBUCCI RUEDA JUNIOR
JUIZ DE DIREITO

CANTAGALO

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

HERDEIROS DE WALDEMAR ANTUNES DO NASCIMENTO (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS ÚTEIS

Edital de citação do(s) **HERDEIROS DE WALDEMAR ANTUNES DO NASCIMENTO, localizável no(a) Cantagalo, S/N - CANTAGALO/PR**, residentes e domiciliado em lugar ignorado, incerto e/ou não sabido, nos autos da AÇÃO registrado(a) sob o nº **0000153-65.2019.8.16.0060 (PROJUDI)** em que é autor(a)/exequente **CIRENE DE SOUZA NASCIMENTO (RG: 87075540 SSP/PR e CPF/CNPJ: 025.492.729-78)**, e réu/executado(a) **ALBARI DOS SANTOS SOUZA (RG: 36716886 SSP/PR e CPF/CNPJ: 489.394.989-68) ALTAMIR JOSE DO NASCIMENTO (RG: 83630582 SSP/PR e CPF/CNPJ: 026.298.239-03) ANA CRISTINA DE ALMEIDA NASCIMENTO (RG: 107511113 SSP/PR e CPF/CNPJ: 068.305.179-23) CARMELINDA DOS SANTOS SOUZA (RG: 14950656 SSP/PR e CPF/CNPJ: 014.677.509-05) CÉSAR DOS SANTOS SOUZA (RG: 37934780 SSP/PR e CPF/CNPJ: 569.442.419-00) ELIANE SANTOS SOUZA (RG: 44826658 SSP/PR e CPF/CNPJ: 882.461.169-91) EVALDO DOS SANTOS SOUZA (RG: 32699375 SSP/PR e CPF/CNPJ: 477.832.069-72) JOSE MARIA VALERIO DE SOUZA (RG: 12342233 SSP/PR e CPF/CNPJ: 303.975.619-20) WALDEMAR ANTUNES DO NASCIMENTO (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)** que tramita perante a Secretaria Cível e Anexos do Juízo Único da Comarca de Cantagalo - PR, sito a Rua Santo Antônio, o nº. 350, no Bairro Jardim Social, no Prédio do Fórum., ficando o(s) mesmo(s) devidamente **CITADO(A)** para tomar(em) conhecimento da presente ação, bem como para que, querendo, oferecer **contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, por meio de procurador (advogado) regularmente constituído nos autos do processo, após o final do prazo do edital, ou durante o curso do mesmo**, sob pena de **REVELIA**, presumindo-se como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na inicial.

=> CONTRAFÉ VIRTUAL DE CITAÇÃO <= CONSULTA ONLINE E INTEGRAL DO PROCESSO: *Em conformidade com o Ofício-Circular nº 79/2016 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná, informamos a Vossa Senhoria que, no que concerne ao Edital de Citação expedido no processo acima identificado, todas as peças processuais que compõem o referido edital se encontram disponíveis na Consulta Pública do sistema eletrônico Projudi, a saber, no endereço eletrônico -* ***https://projudi.tjpr.jus.br/projudi_consulta/*** *-, selecionando a "Chave do Processo" no item "Tipo de Consulta" e, posteriormente, inserindo no item "Chave do Processo" o seguinte código:* ***PPSEJ TFKJX P7YQM R8DPH****, oportunidade em que terá acesso a todos os documentos.*

O processo que gerou o(a) presente Edital tramita através do sistema eletrônico PROJUDI. Atos processuais e documentos devem ser trazidos ao juízo somente por advogado previamente cadastrado e em formato digital, nos termos da Lei nº 11.419/06 e Resolução nº 03/2009 e do CN 2.21.3.1.
Cantagalo, 05 de setembro de 2023 às 18:01:01
LIZETE CECCHELE Chefe de SecretariaSubscrição autorizada pelo MM. Juiz de Direito por meio da Portaria 01/2013--------*Assinado Digitalmente*--------

Edital de Intimação - Cível

BRUNO RAFAEL DE PAULA (RG: 106652260 SSP/PR e CPF/CNPJ: 096.925.969-74) JANICE APARECIDA SCHISLER (RG: 97758310 SSP /PR e CPF/CNPJ: 067.487.559-13) EDITAL DE INTIMAÇÃO - NO PRAZO DE VENCIMENTO DA(S) GUIA(S) => 27/10/2023<= Edital de intimação do(a) Sr(a) BRUNO RAFAEL DE PAULA, residente em local desconhecido e JANICE APARECIDA SCHISLER, residente em local desconhecido, nos autos da AÇÃO registrado(a) sob o nº 0001389-81.2021.8.16.0060 (PROJUDI), que tramita perante a Secretaria Cível e Anexos do Juízo Único da Comarca de Cantagalo - PR, sito a Rua Santo Antônio, o nº. 350, no Bairro Jardim Social, no Prédio do Fórum. Fica devidamente INTIMADO(A) a parte constante neste edital, para que, querendo, NO PRAZO DE VENCIMENTO DA(S) GUIA(S), anteriormente citado (CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA 12/2016), efetue o recolhimento das custas finais, consoante os termos do cálculo constante nos autos do processo, com o acréscimo das custas para a expedição do presente edital, NO VALOR TOTAL DE R$ 713,30, => VIDE OBSERVAÇÃO <=, eventualmente poderá haver aumento do valor quando da realização do pagamento, SOB PENA DE COMUNICAÇÃO AO FUNJUS COM POSTERIOR EXECUÇÃO. ADVERTÊNCIA IMPORTANTE: O não pagamento dos valores importará emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista pelo Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito. Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, exclusivamente: a) durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente; b) após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no Portal do TJPR. A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos. OBSERVAÇÃO: A guia a ser paga está vinculada aos autos do processo e pode ser reimpressa no Portal do TJPR, digitando-se o número único do processo no endereço: https://www.tjpr.jus.br/custas-judiciais e-taxa-judiciaria em "Guias Preparadas". INSTRUÇÃO NORMATIVA 12/2016. Art. 2º O devedor será intimado, por meio de seu procurador legalmente constituído, para efetuar o recolhimento dos valore devidos a título de custas processuais. § 1º Não havendo procurador constituído nos autos, a intimação do devedor será realizada por carta com AR. § 2° O prazo de recolhimento da guia será de 40 (quarenta) dias ininterruptos, no caso em que houver advogado constituído no processo, e de 60 (sessenta) dias ininterruptos quando inexistir patrono habilitado. Omitidos os nomes das demais partes, de acordo com o Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Paraná.

CAPANEMA

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Odair Rodrigues
PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) Substituto Gianlucca Daniel da Matta Silva, da Vara Criminal de Capanema, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0001006-81.2013.8.16.0061, em que é(são) autor(es) 1ª PROMOTORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DE CAPANEMA - PARANÁ, réu(s) Odair Rodrigues, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Odair Rodrigues, portador(a) do RG 4090035884 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 10/12/1985, natural de /, filho(a) de Olga da Cruz Rodrigues e Nelci Rodrigues**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para efetuar o levantamento do valor pago à título de fiança no **prazo de 10 (dez) dias**, sob pena de perdimento. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Lidia Cristina Guder, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Capanema, 06 de setembro de 2023.**
Gianlucca Daniel da Matta Silva
Juiz Substituto
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): CLEITON MACHADO DE ALMEIDA
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIASO(A) Juiz(íza) Substituto Gianlucca Daniel da Matta Silva, da Vara Criminal de Capanema, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Crimes de Trânsito, sob nº 0001571-16.2011.8.16.0061, em que é(são) autor(es) 2ª PROMOTORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DE CAPANEMA - PARANÁ, réu(s) CLEITON MACHADO DE ALMEIDA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido CLEITON MACHADO DE ALMEIDA, portador(a) do RG 4269426 SSP/SP e CPF 333.278.218-52, nascido(a) em 12/03/1986, natural de ROMELANDIA, filho(a) de MARILETE MACHADO DE ALMEIDA e LAURINDO MACHADO DE ALMEIDA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual declarou extinta a punibilidade, absolvendo sumariamente, na forad do artigo 397, IV, do CPP e do artigo 107, IV, do CP. Intime-se ainda, para no prazo de dez dias, levantar a fiança, sob pena de perdimento. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Lidia Cristina Guder, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Capanema, 06 de setembro de 2023.**
Gianlucca Daniel da Matta Silva
Juiz Substituto
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): LUCAS ROSSETO PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Kamila Pereira Martins, da Vara Criminal de Capitão Leônidas Marques, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Ameaça , sob nº 0002050-93.2017.8.16.0062, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) LUCAS ROSSETO, e vítima DAIANE COSTA RODRIGUES, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido LUCAS ROSSETO, portador(a) do RG 129751886 SSP/PR e CPF 027.533.840-10, nascido(a) em 05/03/1991, natural de NONOAI, filho(a) de LOURDES ROSSETTO e ENIR ROSSETO, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses ART 139 - DIFAMACAO, Detenção: 3 meses a 1 ano E Multa ART 344 - COACAO NO CURSO DO PROCESSO, Reclusão: 1 a 4 anos oferecida em 28/03/2018 e recebida em 21/08/2018, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim agindo, o denunciado LUCAS ROSSETTO esta incurso nas disposições do artigo 344 do Código Penal, agravado por envolver violência psicológica Contra a mulher, na forma dos artigos 5º, inc. III e 7º, inc. II da Lei nº' 11.340/2006, razão pela qual este órgão oferece a presente denúncia, que espera seja recebida, autuada e processada, citando-se o denunciado para responder a acusação no prazo. de 10 dias e notificando-se as testemunhas e informantes adiante arroladas, para virem depor sobre os fato prosseguindo-se o feito sob o rito ordinário em seus ulteriores atos e termos até final julamento, tudo com ciência do Ministério Público."; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fernanda Encarnacion de Aguiar Mora Machado, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Capitão Leônidas Marques, 04 de setembro de 2023. Kamila Pereira Martins Juíza de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): DIOLEI ANANIAS DA SILVA PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Kamila Pereira Martins, da Vara Criminal de Capitão Leônidas Marques, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Receptação, sob nº 0002238-23.2016.8.16.0062, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) DIOLEI ANANIAS DA SILVA, ROSEVALDO JOSE DE SOUZA, GESSELI FERGUGLIA CHAGAS, e vítima LUIS DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido DIOLEI ANANIAS DA SILVA, portador(a) do RG 86797461 SSP/PR e CPF 033.713.579-70, nascido(a) em 31/03/1981, natural de VERA CRUZ DO OESTE/PR, filho(a) de SUELI ANANIAS DA SILVA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 180 - RECEPTACAO, Reclusão: 1 a 4 anos E Multa oferecida em 14/12/2018 e recebida em 29/01/2019, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim agindo, os denunciados GISSELI FERGUGLIA CHAGAS, DIOLEI ANANIAS DA SILVA E ROSEVALDOJOSE DE SOUZA incorrem na prática do delito de Receptação (Art. 180, caput, do Código Penal), razão pela qual este órgão oferece a presente_ denúncia, que espera seja recebida, autuada c processad citando-sc os denunciados para responder a acusação no prazo de 10 dias e notificando-se .' testemunhas e informantes adiante arroladas, para virem depor sobre os fatos, prosseguindo-se o feito sob o rito ordinário em seus . ulteriores atos e termos até final julgamento, tudo com ciência do Ministério Público. "; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fernanda Encarnacion de Aguiar Mora Machado, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Capitão Leônidas Marques, 04 de setembro de 2023. Kamila Pereira Martins Juíza de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br / projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): MARCELINO PEREIRA DE OLIVEIRA PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Kamila Pereira Martins, da Vara Criminal de Capitão Leônidas Marques, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Estupro de vulnerável, sob nº 0000353-42.2014.8.16.0062, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MARCELINO PEREIRA DE OLIVEIRA, e vítima G.F.S., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido MARCELINO PEREIRA DE OLIVEIRA, portador(a) do RG 41030917 SSP/PR e CPF 681.386.609-53, nascido(a) em 28/03/1965, natural de FRANCISCO BELTRAO, filho(a) de Arlinda Pinheiro dos Santos e Valdilino Pereira de Oliveira, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 217-A - ESTUPRO DE VULNERAVEL, Reclusão: 8 a 15 anos, C/C art. 226, inciso II, e art. 71 do CP, nos moldes do art. 1º, inciso VI da Lei nº 8.072/90. oferecida em 11/08/2014 e recebida em 21/10/2014, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "Assim agindo o denunciado MARCELINO PEREIRA DE OLIVEIRA infrigiu a nomra disposta no art. 217-A c/c art. 226, inciso II e art. 71, todos do Código Penal (estupro de vulnerável com causa de aumento de pena pela condição de companheiro da avó e na forma continuada), nos moldes do art. 1º, inciso VI, da Lei 8072/90 (crime hediondo), razão pela qual o Ministério Público do Estado do Paraná oferece a presente DENÚNCIA.", e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fernanda Encarnacion de Aguiar Mora Machado, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Capitão Leônidas Marques, 04 de setembro de 2023. Kamila Pereira Martins Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): ANDERSON LUÍS DOS SANTOS BEIS PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Kamila Pereira Martins, da Vara Criminal de Capitão Leônidas Marques, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0002184-52.2019.8.16.0062, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ANDERSON LUÍS DOS SANTOS BEIS, JULIANO CESAR MARQUES DE SOUZA, e vítima ROSANA APARECIDA KLAUSS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido ANDERSON LUÍS DOS SANTOS BEIS, portador(a) do RG 132807906 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 13/08/2001, natural de BOA VISTA DA APARECIDA, filho(a) de ODETE DOS SANTOS e JOSÉ LUÍS BEIS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 2 a 8 anos E Multa oferecida em 14/10/2019 e recebida em 11/11/2019, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Destarte, diante do exposto, conclui-se que, assim agindo, incorreu o denunciado ANDERSON LUÍS DOS SANTOS BEIS e JULIANO CÉSAR MARQUES DE SOUZA, pela prática da conduta descrita alhures, no seguinte tipo penal: - Art. 155, §1º e §4º, incs. I e II do Código Penal (Furto majorado e qualificado pelo rompimento de obstáculo e mediante o concurso de pessoas). Por conseguinte, requer o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ que seja recebida a exordial acusatória, citando-se o denunciado para ser processado, com observância do proced imento comum ordinário (art. 394, §1º, inc. I e seguintes do Código de Processo Penal), interrogado e, ao final, julgado por Vossa Excelência, ouvindo-se na instrução as testemunhas abaixo arroladas." ; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fernanda Encarnacion de Aguiar Mora Machado, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Capitão Leônidas Marques, 04 de setembro de 2023. Kamila Pereira Martins Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): OTAVIO AUGUSTO WEIXTER PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Kamila Pereira Martins, da Vara Criminal de Capitão Leônidas Marques, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0001682-84.2017.8.16.0062, em que é(são) autor(es) Ministério Público em Capitão Leônidas Marques, réu(s) OTAVIO AUGUSTO WEIXTER, e vítima ELIO SOTT, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido OTAVIO AUGUSTO WEIXTER, portador(a) do RG 2209744 SSP/ES e CPF 122.721.277-11, nascido(a) em 20/08/1990, natural de COLATINA, filho(a) de MARINETE WEIXTER, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 2 a 8 anos E Multa, inciso II, na forma do artigo 71 do Código Penal oferecida em 05 /09/2017 e recebida em 14/04/2018, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "Assim agindo, o denunciado OTAVIO AUGUSTO WEIXTER incorreu no crime de furto qualificado pelo abuso de confiança (CP, art. 155, §4, incisos II, na forma do artigo 71 ambos do Código Penal" ; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fernanda Encarnacion de Aguiar Mora Machado, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Capitão Leônidas Marques, 04 de setembro de 2023. Kamila Pereira Martins Juíza de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): RAFAEL AUGUSTO DE LIMA PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Kamila Pereira Martins, da Vara Criminal de Capitão Leônidas Marques, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0001934-87.2017.8.16.0062, em que é(são) autor(es) Ministério Público em Capitão Leônidas Marques, réu(s) RAFAEL AUGUSTO DE LIMA,e que não foi possível localizar pessoalmente a (s) parte(s) Promovido RAFAEL AUGUSTO DE LIMA, portador(a) do RG 92131033 SSP/PR e CPF 044.900.149-02, nascido (a) em 05/11/1982, natural de CAPITAO LEONIDAS MARQUES, filho(a) de APARECIDA CRISTINA SEIXAS DE LIMA e VILMAR DE LIMA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 2 a 8 anos E Multa (Tentado) ART 330 - DESOBEDIENCIA, Detenção: 15 dias a 6 meses E Multa, SOB A SISTEMÁTICA DO ART. 69 DO CÓDIGO PENAL (CONCURSO MATERIAL) oferecida em 01/11/2017 e recebida em 23/04/2018, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "Assim agindo, o denunciado RAFAEL AUGUSTO DE LIMA, incorreu nas disposições do artigo 155, 5 4º, inciso I (rompimento ele obstáculo), na forma do artigo 14, inciso II (tentativa) e artigo 330 do Código Penal, sob a sistemática do artigo 69 do Código Penal (concurso material), razão pela qual se oferece a presente denúncia, que requer seja recebida e autuada. Requer a citação do denunciado para respo der a acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, nos termos do art. 396 caput do , ódigo de Processo Penal, prosseguindo-se o feito com fulcro no referido artigo e segui es, até final julgamento (rito ordinário)"; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fernanda Encarnacion de Aguiar Mora Machado, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Capitão Leônidas Marques, 04 de setembro de 2023. Kamila Pereira Martins Juíza de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): ALEXANDRE STORCH PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Kamila Pereira Martins, da Vara Criminal de Capitão Leônidas Marques, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal de Competência do Júri, assunto Homicídio Qualificado, sob nº 0000923-96.2012.8.16.0062, em que é(são) autor(es) Ministério Público em Capitão Leônidas Marques, réu(s) VALDOIR BARBOSA, VALDIR FERNANDES COSTA, ALEXANDRE STORCH, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido ALEXANDRE STORCH, portador(a) do RG 101339181 SSP/PR e CPF 063.261.289-43, nascido(a) em 22/07/1988, natural de SAO MIGUEL DO IGUACU, filho(a) de VERA LUCIA STORCH, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 121 - HOMICIDIO QUALIFICADO, Reclusão: 12 a 30 anos, inciso III, c.c artigo 29 do Código Penal oferecida em 22/05/2014 e recebida em 24/07/2014, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim. agindo, os denunciados VALDOIR BARBOSA, ALEXANDRE STROCH, ALEXSANDRO FORQUIM DE OLIVEIRA, VALDIR FERNANDES COSTA E JULIO JUNIOR MACHADO, infrigiram a norma prevista na artigo. 121, §2°, inciso III, c.c artigo. 29, ambos do Código Penal, razão pela qual o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁNÁ oferece a presente DENÚNCIA"; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído (a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fernanda Encarnacion de Aguiar Mora Machado, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Capitão Leônidas Marques, 04 de setembro de 2023. Kamila Pereira Martins Juíza de Direito Substituto OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): VALDIR FERNANDES COSTA PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Kamila Pereira Martins, da Vara Criminal de Capitão Leônidas Marques, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal de Competência do Júri, assunto Homicídio Qualificado, sob nº 0000923-96.2012.8.16.0062, em que é(são) autor(es) Ministério Público em Capitão Leônidas Marques, réu(s) VALDOIR BARBOSA, VALDIR FERNANDES COSTA, ALEXANDRE STORCH, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido VALDIR FERNANDES COSTA, portador(a) do RG 95340644 SSP/PR e CPF 048.626.689-33, nascido(a) em 04/09/1980, natural de REALEZA, filho(a) de MARIA MAFRA DE JESUS COSTA e OTAVIO FERNANDES COSTA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 121 - HOMICIDIO QUALIFICADO, Reclusão: 12 a 30 anos, inciso III, c.c artigo 29 do Código Penal oferecida em 22/05/2014 e recebida em 24/07/2014, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim. agindo, os denunciados VALDOIR BARBOSA, ALEXANDRE STROCH, ALEXSANDRO FORQUIM DE OLIVEIRA, VALDIR FERNANDES COSTA E JULIO JUNIOR MACHADO, infrigiram a norma prevista na artigo. 121, §2°, inciso III, c.c artigo. 29, ambos do Código Penal, razão pela qual o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁNÁ oferece a presente DENÚNCIA " ; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fernanda Encarnacion de Aguiar Mora Machado, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Capitão Leônidas Marques, 04 de setembro de 2023. Kamila Pereira Martins Juíza de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): LUCIANO ROSA DA SILVA PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Kamila Pereira Martins, da Vara Criminal de Capitão Leônidas Marques, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0001671-16.2021.8.16.0062, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) LUCIANO ROSA DA SILVA, e vítima TAINA ANDREIA VILLETTI, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido LUCIANO ROSA DA SILVA, portador(a) do RG 71551768 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 12/11/1980, natural de CASCAVEL, filho(a) de SANTA DE PAULA ROSA e ANTONIO THEODORO DA SILVA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses ART 129 - Se a lesão for praticada contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 2º-A do art. 121 deste Código., Reclusão: 1 a 4 anos ART 329 - RESISTENCIA, Detenção: 2 meses a 2 anos oferecida em 09/06/2022 e recebida em 10/06/2022, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Assim agindo, incorreu, em tese, o denunciado LUCIANO ROSA DA SILVA, nas sanções penais do artigo 147, caput, do Código Penal (FATO 1), art. 129, §13º, do Código Penal (FATO 2) e 329, caput, do Código Penal (FATO 3), na forma do artigo 69 do Código Penal (concurso material), observadas as disposições da Lei nº 11.340/2006 (em relação aos FATOS 1 e 2), razão pela qual é oferecida a presente DENÚNCIA"; e à sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fernanda Mora Machado, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Capitão Leônidas Marques, 05 de setembro de 2023. Kamila Pereira Martins Juíza de Direito Substituto OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): RONALDO POLINARI DA SILVA PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Kamila Pereira Martins, da Vara Criminal de Capitão Leônidas Marques, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo , sob nº 0000008-52.2009.8.16.0062, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) RODRIGO DOS SANTOS ROSA PINTO, RONALDO POLINARI DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido RONALDO POLINARI DA SILVA, portador(a) do RG 101092925 SSP /PR e CPF 063.276.959-90, nascido(a) em 20/03/1988, natural de CASCAVEL, filho(a) de ROSINALDA POLINARI PEREIRA DA SILVA e ANTONIO RIBEIRO DA SILVA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou absolvido(a), nos termos do art. 386, inciso V, do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fernanda Encarnacion de Aguiar Mora Machado, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Capitão Leônidas Marques, 05 de setembro de 2023. Kamila Pereira Martins Juíza de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): KLEITON FERNANDO MENDES FREITAS PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Kamila Pereira Martins, da Vara Criminal de Capitão Leônidas Marques, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0001418-91.2022.8.16.0062, em que é(são) autor(es) ADRIANA MENDES DE FREITAS, réu(s) KLEITON FERNANDO MENDES FREITAS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido KLEITON FERNANDO MENDES FREITAS, portador(a) do RG 130871534 SSP/PR e CPF 093.544.139-51, nascido(a) em 20/07/1993, natural de CAPITAO LEONIDAS MARQUES, filho(a) de NEUZA MENDES FREITAS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para tomar ciência da decisão que revogou as medidas protetivas anteriormente concedidas. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fernanda Encarnacion de Aguiar Mora Machado, Técnica Judiciária, conferi e digitei.revogou Capitão Leônidas Marques, 05 de setembro de 2023. Kamila Pereira Martins Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): WEBSTER DA SILVA FRAGAIS PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Kamila Pereira Martins, da Vara Criminal de Capitão Leônidas Marques, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0000390-88.2022.8.16.0062, em que é(são) autor(es) LEILA APARECIDA DE LIMA BORIS, réu(s) WEBSTER DA SILVA FRAGAIS,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte (s) Promovido WEBSTER DA SILVA FRAGAIS, portador(a) do RG 131121962 SSP/PR e CPF 094.056.029-18, nascido(a) em 24/11/1995, natural de NOVA PRATA DO IGUACU/PR, filho(a) de ANGELICA GOMES DA SILVA e LEONIR FRAGAIS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para tomar ciência da decisão que revogou as medidas protetivas anteriormente concedidas. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fernanda Mora Machado , Técnica Judiciária, conferi e digitei. Capitão Leônidas Marques, 05 de setembro de 2023. Kamila Pereira Martins Juíza de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): ALEX DE OLIVEIRA PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Kamila Pereira Martins, da Vara Criminal de Capitão Leônidas Marques, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Desobediência , sob nº 0002595-66.2017.8.16.0062, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ALEX DE OLIVEIRA, e vítima ADRIANA DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido ALEX DE OLIVEIRA, portador(a) do RG 108111500 SSP/PR e CPF 076.662.629-65, nascido(a) em 29/01/1989, natural de TOLEDO/PR, filho(a) de CLEONICE DE SOUZA OLIVEIRA e VIVALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou condenado(a) nas sanções do ART 129 - LESAO CORPORAL - VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR, Detenção: 3 meses, NA FORMA DO ART. 5º, INCISO III E DO ART. 7º, INCISO I DA LEI 11340 /2006 ART 330 - DESOBEDIENCIA, Detenção: 15 dias na data de 16/06/2020, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: " Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos da denúncia, a fim de que CONDENAR o réu da prática dos delitos previstos nos artigos 129, §9°, e 330, ambos do Código Penal, na forma da motivação", em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fernanda Mora Machado, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Capitão Leônidas Marques, 05 de setembro de 2023. Kamila Pereira Martins Juíza de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): ARIELE BARBOZA PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Kamila Pereira Martins, da Vara Criminal de Capitão Leônidas Marques, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Grave, sob nº 0001045-41.2014.8.16.0062, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) RICARDO HOFFMANN ZIMMER DOS SANTOS, ARIELE BARBOZA, e vítima JORGE VALDIR ALVES DOS SANTOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido ARIELE BARBOZA, portador(a) do RG 103607531 SSP/PR e CPF 800.012.679-65, nascido(a) em 18/09/1993, natural de FOZ DO IGUACU/PR, filho(a) de ABADIA DONIZETI HENQUE, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou absolvido(a), nos termos do art. 163, III, do Código Penal, com fundamento no artigo 386, V, do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fernanda Encarnacion de Aguiar Mora Machado, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Capitão Leônidas Marques, 04 de setembro de 2023. Kamila Pereira Martins Juíza de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br / projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): JOSE APARECIDO DE SOUZA PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Kamila Pereira Martins, da Vara Criminal de Capitão Leônidas Marques, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Ameaça , sob nº 0000428-47.2015.8.16.0062, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JOSE APARECIDO DE SOUZA, e vítima CLARICE FERREIRA DE SOUZA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido JOSE APARECIDO DE SOUZA, portador(a) do RG 73867134 SSP/PR e CPF 020.723.779-43, nascido(a) em 09/03/1979, natural de CAPITAO LEONIDAS MARQUES, filho(a) de Odeiriza Aparecida Barbosa de Souza e JOSE FELISBERTO DE SOUZA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou extinta a punibilidade de José Aparecido de Souza, com fulcro nos artigos 107, IV, e 109, inciso VI, ambos do Decreto-Lei nº 2.848/1940. . O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fernanda Encarnacion de Aguiar Mora Machado , Técnico Judiciário, conferi e digitei. Capitão Leônidas Marques, 05 de setembro de 2023. Kamila Pereira Martins Juiz de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): VALMIR DA SILVA PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Kamila Pereira Martins, da Vara Criminal de Capitão Leônidas Marques, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Ameaça , sob nº 0001676-77.2017.8.16.0062, em que é(são) autor(es) Ministério Público em Capitão Leônidas Marques, réu(s) VALMIR DA SILVA, e vítima ELIETE APARECIDA RUTH SCHMIDT DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido VALMIR DA SILVA, portador(a) do RG 80917589 SSP/PR e CPF 056.912.679-73, nascido(a) em 18/02/1967, natural de CAPITAO LEONIDAS MARQUES, filho(a) de MARIA DA SILVA e ANTONIO DA SILVA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou condenado(a) nas sanções do ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 mês e 5 dias ART 129 - LESAO CORPORAL - VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR, Detenção: 3 meses e 15 dias na data de 25/06/2020, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: " Ante o exposto, julgo totalmente procedente a pretensão punitiva para os fins de condenar o réu VALMIR DA SILVA pela prática dos crimes de lesão corporal leve, descrito no art. 129, §9º do Código Penal e de ameaça, descrito no art. 147 do Código Penal, em concurso material, conforme art. 69 do Código Penal", em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fernanda Mora Machado, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Capitão Leônidas Marques, 05 de setembro de 2023. Kamila Pereira Martins Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): MARCIO LUIZ FRANGIOTTI PRAZO DE 30 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito kamila Pereira Martins, da Vara Criminal de Capitão Leônidas Marques, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0001220-64.2016.8.16.0062, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) MARCIO LUIZ FRANGIOTTI, e vítima O ESTADO,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido MARCIO LUIZ FRANGIOTTI, portador(a) do RG 76846081 SSP/PR e CPF 007.823.539-16, nascido(a) em 22/05/1981, natural de FOZ DO IGUACU/PR, filho(a) de FATIMA DALARIZ FRANGIOTTI e LUIZ ANTONIO FRANGIOTTI, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para opor manifestação sobre seu interesse na restituição de bens apreendidos nos autos supramencionados, sendo que a falta de interesse acarretará a doação/destruição. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fernanda Encarnacion de Aguiar Mora Machado, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Capitão Leônidas Marques, 05 de setembro de 2023. Kamila Pereira Martins Juíza de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): VALTAIR BAUMGARDT PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Kamila Pereira Martins, da Vara Criminal de Capitão Leônidas Marques, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo, assunto Intimação / Notificação, sob nº 0002071-06.2016.8.16.0062, em que é(são) autor(es) Ministério Público em Capitão Leônidas Marques, réu(s) VALTAIR BAUMGARDT, e vítima Adelar Pinheiro, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido VALTAIR BAUMGARDT, portador(a) do RG 9624102 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 26/05/1984, natural de PR, filho(a) de CIRLEI LUCIA BAUMGARDT e JOÃO BAUMGARDT, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado

pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fernanda Encarnacion de Aguiar Mora Machado, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Capitão Leônidas Marques, 05 de setembro de 2023. Kamila Pereira Martins Juíza de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): UILLAMES BERTO DA SILVA PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Kamila Pereira Martins, da Vara Criminal de Capitão Leônidas Marques, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Crimes do Sistema Nacional de Armas, sob nº 0002678-48.2018.8.16.0062, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) UILLAMES BERTO DA SILVA, e vítima MARINES SUTEL DA SILVA, NATANAEL LEMES PINTO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido UILLAMES BERTO DA SILVA, portador(a) do RG 153139490 SSP/PR e CPF 091.967.864-50, nascido(a) em 27/10/1990, natural de MINADOR DO NEGRAO, filho(a) de MARIA LOURENÇO DA SILVA e SEBASTIÃO BERTO DA SILVA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou condenado(a) nas sanções do ART 180 - RECEPTACAO, Reclusão: 1 ano ART 14 - PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO, ACESSORIO OU MUNICAO - USO PERMITIDO, Reclusão: 2 anos e 3 meses na data de 07/03/2022, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: " Ante o exposto e forte nas razões suso escandidas, julgo parcialmente procedente a pretensão punitiva estatal para extinguir a punibilidade do Réu UILLAMES BERTO DA SILVA em relação aos delitos previstos no artigo 147, caput, do Decreto-Lei nº. 2.848/1940 (Fatos "1", "2" e "3"), com fulcro nos artigos 107, IV e 109, VI, ambos do Código Penal, em decorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal, e condenar o Réu como incurso nas sanções artigo 14 da Lei nº. 10.826/2003 e do artigo 180, caput, do Decreto-Lei nº. 2.848/1940. Passo a dosar suas respectivas penas em homenagem ao princípio da individualização (artigo 5º, XLVI, da Constituição Federal de 1988) e em observância do sistema trifásico proposto pelo doutrinador Nelson Hungria (artigo 68 do Decreto-Lei nº 2.848/1940). , em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fernanda Encarnacion de Aguiar Mora Machado, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Capitão Leônidas Marques, 05 de setembro de 2023. Kamila Pereira Martins Juíza de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): RODRIGO DOS SANTOS ROSA PINTO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Kamila Pereira Martins, da Vara Criminal de Capitão Leônidas Marques, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo , sob nº 0000008-52.2009.8.16.0062, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) RODRIGO DOS SANTOS ROSA PINTO, RONALDO POLINARI DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido RODRIGO DOS SANTOS ROSA PINTO, portador(a) do RG 94885868 SSP/PR e CPF 052.323.489-90, nascido(a) em 29/10/1986, natural de CASCAVEL, filho(a) de IRMA DOS SANTOS ROSA PINTO e CLAUDIOMIRO FERREIRA PINTO, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou condenado(a) nas sanções do ART 157 - (Até 22.01.2020) Se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma de fogo, Reclusão: 2 anos e 9 meses, Art. 157, §2, I e II, c/c art. 14, II e art. 29, todos do Código Penal. (Tentado) na data de 24/10/2016, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "Do dispositivo. Ante o exposto, julgo procedente em parte a pretensão acusatória para condenar RODRIGO DOS SANTOS ROSA PINTO, como incurso noS arts. 157, caput, §2º, incisos I e II, c/c art. 14, II, do CP, às penas de 2 anos e 9 meses de reclusão. em regime inicial aberto, e 6 dias-multa, em valor unitário equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente à época da conduta. Ainda, absolva o réu RONALDO POLINARI DA SILVA quanto à mesma imputação, nos termos do art. 386, inciso V, do Código de Processo Penal", em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fernanda Mora Machado, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Capitão Leônidas Marques, 05 de setembro de 2023. Kamila Pereira Martins Juíza de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): PAULO CEZAR DOS SANTOS PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Kamila Pereira Martins, da Vara Criminal de Capitão Leônidas Marques, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Ameaça , sob nº 0001772-68.2012.8.16.0062, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) PAULO CEZAR DOS SANTOS, e vítima SANTINA GIRARDI, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido PAULO CEZAR DOS SANTOS, portador(a) do RG 84672386 SSP /PR e CPF 028.875.309-76, nascido(a) em 17/09/1978, natural de FRANCISCO BELTRAO/PR, filho(a) de MARIA JOANA DOS SANTOS e ANTONIO DOS SANTOS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito, na qual restou extinta a punibilidade de Paulo César dos Santos pela Prescrição da pretensão punitiva, art. 107, inciso IV c/c art. 109, inciso VI, ambos do Código Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fernanda Mora Machado, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Capitão Leônidas Marques, 05 de setembro de 2023. Kamila Pereira Martins Juíza de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DESTINATÁRIO(A)(S): Geferson Luiz Cordeiro PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Kamila Pereira Martins, da Vara Criminal de Capitão Leônidas Marques, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0000593-26.2017.8.16.0062, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Geferson Luiz Cordeiro, JOCELINO DOS SANTOS MARTINS BRESSAN, e vítima Estado do Paraná, Reni Tortelli, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido Geferson Luiz Cordeiro, portador(a) do RG 125754902 SSP/PR e CPF 083.363.709-60, nascido(a) em 05/08/1995, natural de CURITIBA /PR, filho(a) de Clacy dos Santos e Mario Borba Cordeiro, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou condenado(a) nas sanções do ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 3 anos, 1 mês e 15 dias, incisos I e IV na data de 22/03/2018, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: " Isto posto, julgo PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal, a fim de CONDENAR o acusado Geferson Luiz Cordeiro pela prática do crime descrito no artigo 155, §4º, inciso I, do Código Penal e CONDENAR o acusado Jocelino dos Santos Martins Bressan nos crimes previstos no artigo 329 e 129, ambos do Código Penal.", em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fernanda Encarnacion de Aguiar Mora Machado, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Capitão Leônidas Marques, 04 de setembro de 2023. Kamila Pereira Martins Juíza de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): EDERSON LUIZ PREIS WANDSCHER PRAZO DE 30 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Kamila Pereira Martins, da Vara Criminal de Capitão Leônidas Marques, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Crimes de Trânsito, sob nº 0000801-78.2015.8.16.0062, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) EDERSON LUIZ PREIS WANDSCHER, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido EDERSON LUIZ PREIS WANDSCHER, portador(a) do RG 125032893 SSP /PR e CPF 092.278.429-93, nascido(a) em 29/04/1994, natural de FOZ DO IGUACU, filho(a) de LORE PREIS e EDSON LUIZ WANDSCHER, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para efetuar o levantamento do valor pago à título de fiança no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de perdimento. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fernanda Mora Machado, Técnica Judiciária, conferi e digitei. Capitão Leônidas Marques, 05 de setembro de 2023. Kamila Pereira Martins Juíza de Direito Substituta OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

CARLÓPOLIS

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CARLÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ
Cartório Criminal e Juizado Especial Criminal
Rua Jorge Barros, 1767 - CEP 86420-000 -
EDITAL DE INTIMAÇAO
Sentenciado: Márcio José dos Santos
Autos: Ação Penal nº 0000100-12.2018.8.16.0063
Prazo: 60 (sessenta) dias.
A Doutora ANDREA RUSSAR RACHEL, MM. Juíza de Direito da Comarca de Carlópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, etc. F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem, com prazo de 60 (sessenta) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a **MARCIO JOSE DOS SANTOS,** vulgo **"-.-",** brasileiro (a), natural de -.-, nascido (a) em 19/03/1981, filho (a) de Francisco Alves dos Santos e Cleuza Rodrigues dos Santos, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 15211762, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-SE o sentenciado acima qualificado, para que, no **prazo de até 10 (dez) dias, solicite à Secretaria os boletos e guias para pagamento das custas processuais e da pena de multa**. Para obtenção desses, deverá ser solicitado encaminhamento por qualquer meio eletrônico idôneo (preferencialmente deverá ser requerido junto ao endereço de *e-mail* da Secretaria apontado no cabeçalho) ou retirados junto ao endereço da Secretaria**.** Adverte-se que decorrido o prazo da intimação, sem manifestação do(a) réu(ré), a Secretaria providenciará a imediata emissão das guias, a fim de computar os prazos para protesto e expedição de certidão de multa não paga; **OBSERVAÇÃO**: *A(s) guia(s) a ser(em) paga(s) pode(m) ser encontrada(s) digitando-se o número único do processo no endereço: https://www.tjpr.jus.br/custas-judiciais-e-taxa-judiciaria em "Guias Preparadas".*
DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Carlópolis, Estado do Paraná, Cartório do Crime, aos 04 de julho de 2023. a) Eu, Arduino Carlos Marchetto Rizzo Busquim - Analista Judiciário Sênior - Chefe de Secretaária, o digitei e subscrevi.
ANDREA RUSSAR RACHEL
Juíza de Direito

CASCAVEL

1ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO D.J.M PICCOLI COMÉRCIO DE AUTOMOÇÃO LTDA com prazo de 20 (vinte) dias.
A DOUTORA SAMANTHA BARZOTTO DALMINA, JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente do requerido **D.J.M PICCOLI COMÉRCIO DE AUTOMOÇÃO LTDA** que por este Juízo e cartório se processam aos termos dos autos de AÇÃO DE COBRANÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM sob nº 0039321-89.2022.8.16.0021 em que ITAU UNIBANCO S.A move contra D.J.M PICCOLI COMÉRCIO DE AUTOMOÇÃO LTDA. Tem o presente a finalidade **CITAÇÃO** do requerido **D.J.M PICCOLI COMÉRCIO DE AUTOMOÇÃO LTDA**, inscrito no CNPJ n° 60.701.190/0001-04, atualmente em lugar incerto e não sabido, para em 15 (quinze) dias, apresentar contestação. Ciente de que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. DESPACHO MOV. 15.1. Cascavel, data da assinatura digital. Nathan Kirchner Herbst-Juiz de Direito (15/12/2022). 1- Defiro a citação por edital, nos termos do artigo 256, inciso II, do CPC. Promova-se a publicação do edital na forma do artigo 257, II, do CPC, pelo prazo de 20 (vinte) dias, constando a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia. 2- Havendo revelia do réu, o que deverá ser certificado, com fulcro no art. 72, II do CPC/2015, determino que a Secretaria nomeie curador especial de acordo com a lista disponibilizada no site da Advocacia Dativa da OAB/PR, sob a fé e compromisso de seu grau, o qual deverá
ser intimado para dizer se aceita o encargo e, em caso positivo, representar os interesses do requerido. DESPACHO MOV. 68.1. Cascavel, data da assinatura digital (31/07/2023). Samantha Barzotto Dalmina-Juíza de Direito. CERTIDÃO: CERTIFICO QUE, encaminho os autos ao setor responsável para a expedição de edital de citação.
Em virtude do que mandou expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume no átrio do Fórum e publicado na forma da lei. Dado e passado, nesta Cidade e Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, aos 06 dias do mês de setembro de 2023. Eu, Mariana Rabel - Técnica Judiciária que o digitei e assinei digitalmente.
Mariana Rabel
Técnica Judiciária
(assinado digitalmente)

EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO ROSANGELA DE FATIMA PINHEIRO com prazo de 20 (vinte) dias.
A DOUTORA SAMANTHA BARZOTTO DALMINA, JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTA DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital, virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente do requerido **ROSANGELA DE FATIMA PINHEIRO** que por este Juízo e cartório se processam aos termos dos autos de AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA sob nº 0024522-41.2022.8.16.0021 em que JOÃO BATISTA FERNANDES move contra ROSANGELA DE FATIMA PINHEIRO. Tem o presente a finalidade **CITAÇÃO** do requerido **ROSANGELA DE FATIMA PINHEIRO**, inscrita no CPF n° 049.608.869-60, atualmente em lugar incerto e não sabido, para em 15 (quinze) dias, querendo, contestar a presente ação, nos termos do artigo 335 do Código de Processo Civil. Não contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 344 do CPC). Quando da citação, cientifique-se a parte ré acerca do disposto no artigo 62, inciso II, da Lei nº. 8.245/91. DESPACHO MOV. 23.1. Cascavel, data da assinatura digital. Nathan Kirchner Herbst-Juiz de Direito (20/10/2022). 1- Defiro a citação por edital, nos termos do artigo 256, inciso II, do CPC. Promova-se a publicação do edital na forma do artigo 257, II, do CPC, pelo prazo de 20 (vinte) dias, constando a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia. 2- Havendo revelia do réu, o que deverá ser certificado, com fulcro no art. 72, II do CPC/2015, determino que a Secretaria nomeie curador especial de acordo com a lista disponibilizada no site da Advocacia Dativa da OAB/PR, sob a fé e compromisso de seu grau, o qual deverá ser intimado para dizer se aceita o encargo e, em caso positivo, representar os interesses do requerido. DESPACHO MOV. 87.1. Cascavel, data da assinatura digital (02/08/2023). Samantha Barzotto Dalmina-Juíza de Direito. Em virtude do que mandou expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume no átrio do Fórum e publicado na forma da lei. Dado e passado, nesta Cidade e Comarca de Cascavel, Estado do Paraná, aos 06 dias do mês de setembro de 2023. Eu, Mariana Rabel - Técnica Judiciária que o digitei e assinei digitalmente.
Mariana Rabel
Técnica Judiciária
(assinado digitalmente)

2ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Phellipe Muller, da 2ª Vara Cível de Cascavel, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0002186-09.2023.8.16.0021, em que é(são) autor(es) LURDES BRANDALISE DE SIQUEIRA, e réu(s) REGINA AMARAL DA SILVA DE MIRANDA, Esther Ribeiro, PAULO ROBERTO RIBEIRO NALIN, REGINA MARIA NEVES DE MIRANDA, EDSON LUIZ DE MIRANDA, ERNANI LUIZ DE MIRANDA, MARILIA DE MIRANDA SOUNIS, ESTELA MARI DE MIRANDA, e que por este edital procede a **CITAÇÃO** de eventuais **terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos**, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de usucapião** referente ao imóvel: ***"Lote nº 6 (seis), da quadra nº 07 (sete), medindo 497,00m² quatrocentos e noventa e sete metros quadrados, do Loteamento Vila Iguaçu, matrícula originária nº 17.515, do Cartório de Registro de Imóveis do 2º. Ofício da Comarca de Cascavel - PR"***, nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: "1. Citem-se pessoalmente os confinantes e seus respectivos cônjuges, se casado forem (art. 73, § 1º c/c art. 246, § 3º, do CPC), bem como o(s) réu(s) certo(s). 2. Outrossim, citem-se os réus incertos e eventuais interessados por edital (com prazo de 30 dias) para, querendo, apresentarem oposição ao pedido inicial (art. 259, I, do CPC). 3. Sem prejuízo, intimem-se os representantes das Fazendas Públicas Municipal, e Estadual e Federal, mediante expediente instruído com cópia da inicial e documentos a ela acostados, para que, em 10 (dez) dias, manifestem eventual interesse na causa. 4. Cumpridas as formalidades anteriores, dê-se vista dos autos ao Ministério Público. Int. Dil.".

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Luiz Henrique Schmidt, Empregado Juramentado, digitei e conferi.
Cascavel, 05 de setembro de 2023.
Luiz Henrique Schmidt
Empregado Juramentado
Portaria nº. 105/2018
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

O DR. WILLIAM DA COSTA, JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CASCAVEL/PR. FAZ SABER que na presente secretaria tramita processo-crime autuado sob o nº 0035724-88.2017.8.16.0021 em que A JUSTIÇA PÚBLICA move contra DANIEL MARQUES DA ROSA, portador(a) do RG 151296750 SSP/PR e CPF 035.543.600- 07, nascido(a) em 17/01/1996, natural de SAO MIGUEL D OESTE, filho(a) de MARIA IVANIR DE OLIVEIRA e ANTONIO MARQUES DA ROSA, residente e domiciliado em lugar incerto ou não sabido. FINALIDADE: 1. CITAÇÃO do denunciado com qualificação e endereço de residência especificado acima, para que fique ciente de que foi denunciado por receptação, incorreu o denunciado no tipo penal previsto no artigo 180 'caput', combinado com o artigo 29, ambos do código penal e artigo 28 da Lei n° 11.343/06, em concurso material, e para que compareça aos autos para se ver processar, sob pena de revelia. 2. INTIMAÇÃO do(s) réu(s), para que apresente(m) RESPOSTA À ACUSAÇÃO, no prazo de 10 (dez) dias, nos moldes do artigo 396 e 396-A do Código de Processo Penal (com a nova redação da Lei nº 11.719/2008, devendo, para tanto, constituir (em) procurador e, se o caso for de insuficiência de recursos, o atendimento será dado por um advogado nomeado pelo Juiz da Comarca de Cascavel/PR. 3. CIENTIFICÁ-LO(S) de que, dessa resposta, poderá resultar a(s) sua(s) absolvição(ões) sumária(s) e que nela, poderá ser argüida qualquer preliminar, alegada qualquer matéria e requerida a produção de qualquer prova pertinente à defesa (CPP, art. 396-A); Extrato da Denúncia, consoante item 6.5.4.2 do CNJ: "O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, por sua Promotora de Justiça, que esta subscreve, vem no uso de suas atribuições legais e com base nos inclusos autos nº 0035724- 88.2017.8.16.0021, oferecer DENÚNCIA contra: DANIEL MARQUES DA ROSA pela prática do seguinte fato delituoso: FATO 01 " No dia 12 de outubro de 2017, por volta das 00h30min, na altura do Posto da Polícia Rodoviária Federal, situado no km 179 da Rodovia BR-163, no município de Lindoeste, comarca de Cascavel/PR, os denunciados DANIEL MARQUES DA ROSA, WELLINGTON PEREIRA VIANA, LEONARDO FREDERICO DO AMARAL DE MOURA e DANIEL FRANCISCO MACIEL MORAES, de forma livre e cientes da ilicitude e reprovabilidade de suas condutas, agindo em conluio e divisão de tarefas, cada qual aderindo à vontade e comportamento dos demais, todos visando o mesmo fim delituoso, conduziam e transportavam, em proveito próprio e alheio, sabendo tratar-se de produtos de crime, o veículo Renault/Sandero, de cor vermelha, portando as placas de licenciamento falsas IWR-9415, de Charqueads/RS, tendo como originais a as placas IWM2793, de Porto Alegre/RS, bem este avaliado em R$ 30.513,00, então pertencente à empresa Companhia Arrendamento Mercantil RCI Brasil, então alienado fiduciariamente a Jorge Luiz de Matos Viegas, de quem havia sido roubado em 06 de outubro de 2017, na cidade Porto Alegre/RS, e o veículo GM/Agile, de cor preta, portando as placas de licenciamento falsas ERW-6119, de Porto Alegre/RS, tendo como originais as placas NTH-2821, de Porto Alegre/RS, bem este avaliado em R$ 23.336,00, pertencente à vítima Joe Benigno Sito Lopes, de quem havia sido roubado em 27 de setembro de 2017, na cidadede São Leopoldo/RS, que os denunciados anteriormente, haviam dolosamente recebido de pessoa (s) que não quiseram identificar (cf auto de exibição e apreensão de fls. 11, BOs de fls. 85/87 e 91/93, e tabelas FIPE em anexo)". Consta dos autos que na referida data e local policiais rodoviários federais abordaram o veículo Renault/Sandero, então conduzido pelo denunciado DANIEL MARQUES DA ROSA, o veículo GM/Agile, conduzido pelo denunciado WELLINGTON PEREIRA VIANA, e ainda o veículo Renault/Clio, conduzido pelo denunciado LEONARDO FREDERICO DO AMARAL DE MOURA e tendo como passageiro o denunciado DANIEL FRANCISCO MACIEL MORAES, que na ocasião transitavam juntos, quando, realizadas pesquisas pela numeração de seus chassis, constaram que os veículos Renault/Sandero e GM/Agile possuíam alerta de roubo no Estado do Rio Grande do Sul e ostentavam placas falsas. Ainda através do sistema 'Alerta Brasil' os policiais verificaram que os três veículos vinham em 'comboio' desde o Estado do Rio Grande do Sul, atuando o veículo Renault/Clio como 'batedor' dos demais (cf. Extrato fls 12/14). Assim ao serem entrevistados, os denunciados Daniel Marques e Wellington aduziram que estavam levando os citados veículos produtos de crimes à cidade de Foz do Iguaçu/PR, onde receberiam o valor de R$ 3.000,00 pelo transporte de cada um dos automotores". FATO 02 "No dia 12 de outubro de 2017, por volta das 00h30min, na altura do Posto da Polícia Rodoviária Federal, situado no km 179 da Rodovia BR-163, no município de Lindoeste, comarca de Cascavel/PR, os denunciados DANIEL FRANCISCO MACIEL MORAES, de forma livre e cientes da ilicitude e reprovabilidade de suas condutas,portava para seu consumo próprio, cerca de 01 grama (um grama) de cocaína, e ainda uma pequena porção de maconha, drogas estas capazes de causar dependência física e/ou psíquica, estando incluso no Anexo I, da portaria n° 344, de 12 de maio de 1998, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, de uso e comércio proibidos em território nacional (cf. auto de exibição e apreensão de fls. 11 e auto de constatação provisória de fls. 15)" O presente edital será afixado no local de costume e publicado na forma da Lei.

3ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CASCAVEL
3ª VARA CRIMINAL DE CASCAVEL - PROJUDI
Av. Tancredo Neves, Nº 2320 - Andar -1 - Alto Alegre - Cascavel/PR - CEP: 85.805-900 - Fone: (45)
3392-5060 - E-mail: cas-8vj-s@tjpr.jus.br
Processo: 0020072-21.2023.8.16.0021
Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: Furto
Data da Infração: 16/06/2023
Autor(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Vítima(s): Município de Cascavel/PR
Réu(s): PAULO CAMARGO DO NASCIMENTO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 60 dias
ACUSADO(A): PAULO CAMARGO DO NASCIMENTO, filho de Miguelina Camargo e Deodato do
Nascimento, nascido em 14/01/1985, natural de CASCAVEL/PR, portador do RG nº 24818772
SSP/PR, residente em lugar incerto.
Intimação do(s) sentenciados(s) acima nominado(s), dos termos da respeitável sentença
proferida nos autos, cujo teor, em resenha, é o seguinte:
DECISÃO: (artigo 395, III do Código de Processo Penal)Rejeitada a denúncia
PENA APLICADA: PREJUDICADO.
REGIME: PREJUDICADO.
SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE: PREJUDICADO.
MULTA: PREJUDICADO.
CUSTAS PROCESSUAIS: PREJUDICADO.
Defensor(a): Dr(a). André Ferreira, OAB/PR 346619N-SP.
Eu, Kamila Aparecida Mendes (estagiária) digitei. Eu, Júlio Cesar Corrêa (Técnico Judiciário) o
conferi.
Cascavel, 29 de agosto de 2023 às 16:35:42.
(Assinado Digitalmente)
LEONARDO RIBAS TAVARES
Juiz de Direito

JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): PATRÍCIA ADRIELE DALAGNOL FREITAS
PRAZO DE 10 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Nícia Kirchkein Cardoso, da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Cascavel, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Atentado Violento ao Pudor , sob nº 0003540-02.2005.8.16.0021, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) EDSON DE SOUZA FARIAS, e vítima PATRÍCIA ADRIELE DALAGNOL FREITAS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Vítima PATRÍCIA ADRIELE DALAGNOL FREITAS,** brasileiro(a),

portador(a) do RG 144399927, CPF 120.255.279-00, nascido(a) em 18/01/2001, natural de CASCAVEL, , motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência da sentença datada de 04/07/2023 que declarou extinta a punibilidade do réu, pela manifesta ocorrência da prescrição de sua pretensão punitiva, pela pena em abstrato, *ex vi* do art. 107, IV, c/c art. 109, II, CP. Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado.

Cascavel, 05 de setembro de 2023.

Deborah Ribeiro Diniz

Técnica Judiciária

Por ordem do(a) MM. Juiz(a) *(Assinatura autorizada pelo Decreto Judiciário nº 257/2021)*

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): DEIVISON PEREIRA

PRAZO DE 30 (TRINTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Substituto Luciano Lara Zequinão, do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Cascavel, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Vias de fato, sob nº 0052824-85.2019.8.16.0021, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) DEIVISON PEREIRA, e vítima F. F. P., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido DEIVISON PEREIRA, portador(a) do RG 102624220 SSP/PR e CPF 071.512.349-10, nascido(a) em 03/12/1987, natural de CASCAVEL, filho(a) de MARIA APARECIDA DOS SANTOS PEREIRA e JOSE CARLOS PEREIRA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fernanda Carolina Hauenstein, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Cascavel, 31 de agosto de 2023.

Luciano Lara Zequinão

Juiz de Direito Substituto

JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS E DE EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO MEDIDAS PROTETIVAS DESTINATÁRIO(A)(S): XAVIER RAFAEL TORRES APONTE PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Nícia Kirchkein Cardoso, da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Cascavel, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Simples, sob nº 0004458-73.2023.8.16.0021, em que é(são) autor(es) D. M. A. V. , réu(s) XAVIER RAFAEL TORRES APONTE, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido XAVIER RAFAEL TORRES APONTE, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO, admoestando-o e advertindo-o a se emendar definitivamente às medidas restritivas fixadas (mov. 16.1), sob pena de, em caso de eventual reiteração de descumprimento, ser imediatamente decretada sua prisão preventiva, nos termos do art. 313, III, do CPP. Medidas Protetivas concedidas em favor de D. M. A. V. - a) proíbo o noticiado de se aproximar da ofendida a uma distância inferior a 500 metros; b) proíbo o noticiado de manter contato com a vítima; c) comparecimento obrigatório do noticiado à Oficina de Orientação e Reeducação a ser realizada junto à Equipe Técnica deste Juízo. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, CRISTINA MARIA BIELER PREDIGER, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Cascavel, 05 de setembro de 2023. Nícia Kirchkein Cardoso Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

CASTRO

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

Juízo de Direito da Comarca de Castro - Estado do Paraná

EDITAL DE INTIMAÇÃO do(a) acusado(a) BRUNO RAFAEL SIQUEIRA DO NASCIMENTO, nos autos de Medidas Protetivas nº 0005006-66.2023.8.16.0064, com o prazo de 15 (quinze) dias. A DRA. Viviane Cristina Dietrich, Meritíssima Juíza de Direito DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CASTRO, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o(a) investigado(a) BRUNO RAFAEL SIQUEIRA DO NASCIMENTO, portador(a) do RG 139829964 SSP/PR, filho(a) de LEONIZA ALVES SIQUEIRA *(Nome Mãe)* e CLAUDEOLIR DO NASCIMENTO *(Nome Pai)*, nascido(a) em 07/09/1998, natural de CASTRO/PR, pelo presente INTIMA-O(A) acerca da decisão que concedeu medidas protetivas de urgência, por prazo inicial de 180 (cento e oitenta) dias, em favor da vítima SILVIA MARQUES, que obrigam ao agressor: a) afastamento do noticiado do lar, facultando-o somente a retirada de seus bens de uso pessoal, no momento do cumprimento do mandado ou posteriormente, caso esteja preso, estando autorizada, desde já, a requisição de auxílio à força pública, caso seja necessário (art.22, inciso II); b) proibição do noticiado se aproximar da ofendida, devendo manter uma distância de 200 metros da vítima (art. 22, inciso III, alínea "a"); c) proibição de o noticiado manter contato com a ofendida, por qualquer meio de comunicação (telefone, mensagem de SMS ou WhatsApp, e-mail e outros), seja diretamente ou por intermédio de terceiros (art. 22, inciso III, alínea "b"); e d) comparecimento do agressor por quatro vezes ao programa de recuperação e reeducação (art. 22, inciso VI) (caso o agressor resida no Município de Castro, o programa será ministrado pelo Conselho da Comunidade de Castro, ficando obrigado a agendar a data do início das reuniões pelo telefone 42 99119-3170; caso o agressor resida no Município de Carambeí, o programa será ministrado pelo Conselho da Comunidade de Carambeí (Vila da Cidadania-Boqueirão), devendo agendar o início das reuniões pelo telefone 42 99119-3170). O descumprimento de qualquer das medidas por parte do investigado BRUNO RAFAEL SIQUEIRA DO NASCIMENTO, poderá acarretar a decretação da prisão preventiva do requerido, nos termos do art.313, IV do Código Penal. E para que ninguém alegue ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado no Diário de Justiça e afixado em local de costume no Fórum local. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Castro, Estado do Paraná.

Viviane Cristina Dietrich - Juíza de Direito

CENTENÁRIO DO SUL

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIOS: RÉUS, HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS
PRAZO DE 45 dias úteis
O Juiz de Direito André Luís Palhares Montenegro de Moraes, da Vara Cível de Centenário do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0000630-70.2019.8.16.0066, em que é autora LUCILIA MANOEL DA SILVA, e réus DURVAL FARAMILIO, IRACEMA EGIDIO FARAMILIO, e que por este edital procede a **CITAÇÃO** dos réus ESPÓLIO DE DURVAL FARAMILIO e ESPÓLIO DE IRACEMA EGIDIO FARAMILIO, bem como dos herdeiros NORIVAL FARAMILIO, VALDECIR FARAMILIO E VALDEMAR FARAMILO, e eventuais terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião referente ao imóvel registrado sob nº de matricula 1364 do Cartório de Registro de Imóveis de Porecatu/PR, localizado na Rua Vereador Eduardo Gusmão dos Anjos, nº 938 em Lupionópolis/PR, nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
Centenário do Sul, 05 de setembro de 2023.
Janey Vitória de Meda
Analista Judiciária
Por determinação - Portaria 01/2019

CIANORTE

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CIANORTE
1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CIANORTE - PROJUDI
Travessa Itororó, 300 - Zona 1 - Cianorte/PR - CEP: 87.200-153 - Fone: (44) 3619-0513 - Celular: (44) 3619-0513 - E-mail: primeiravaracivelcianorte@hotmail.com EDITAL DE **CITAÇÃO** DO EXECUTADO: **MARCOS ANTONIO COLIN (CPF: 033.600.709-41)**(prazo de 30 dias)
O Excelentíssimo Senhor Doutor **THIAGO CAVICCHIOLI DIAS** MM Juiz de Direito **-** MM. Juiz de Direito da Primeira Vara da Fazenda Pública da Comarca de Cianorte, Estado do Paraná.
Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso neste Juízo de Direito da Primeira Vara da Fazenda Pública, situado a Travessa Itororó, 300, nesta Comarca, uma ação de **EXECUÇÃO FISCAL** sob nº 0011910-58.2021.8.16.0069, em que é EXEQUENTE: Município de Cianorte/PR, e EXECUTADO: MARCOS ANTONIO COLIN, com valor da causa R$ 943,25.
Edital de citação do executado, que se encontra em local incerto e não sabido, ficando pelo presente Edital devidamente **CITADO** dos termos da presente ação, para que PAGUE(M), dentro de cinco **(5) dias**, o PRINCIPAL E COMINAÇÕES LEGAIS, no valor acima descrito, representado pelas certidões sob nº 1123/2021, ou ofereça(m) bens à penhora, suficientes para assegurar a totalidade do débito, sob pena de lhe serem arrestados, tantos quantos bastem para a satisfação integral da execução, passando a fluir após o prazo de trinta (30) dias, para apresentação de EMBARGOS DO DEVEDOR
O presente edital será publicado na forma da lei. **DADA E PASSADO** nesta cidade e comarca de Cianorte, Estado do Paraná, aos 04 de setembro de 2023 às 08:12:25 . Eu, Bel. Virgilino Ferreira Varella, Serventuário, que digitei e subscrevi.
THIAGO CAVICCHIOLI DIAS

Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CIANORTE
1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE CIANORTE - PROJUDI
Travessa Itororó, 300 - Zona 1 - Cianorte/PR - CEP: 87.200-153 - Fone: (44) 3619-0513 - Celular: (44) 3619-0513 - E-mail: primeiravaracivelcianorte@hotmail.com EDITAL DE **CITAÇÃO** DO EXECUTADO: **ADEMILSON DE ANDRADE (CPF: 021.908.089-52)**(prazo de 30 dias)
O Excelentíssimo Senhor Doutor **MATHEUS PEREIRA FRANCO** MM Juiz de Direito Substituto **-** MM. Juiz de Direito da Primeira Vara da Fazenda Pública da Comarca de Cianorte, Estado do Paraná.
Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso neste Juízo de Direito da Primeira Vara da Fazenda Pública, situado a Travessa Itororó, 300, nesta Comarca, uma ação de **EXECUÇÃO FISCAL** sob nº 0012171-57.2020.8.16.0069, em que é EXEQUENTE: Município de Cianorte/PR, e EXECUTADO: ADEMILSON DE ANDRADE, com valor da causa R$ 5.574,20.
Edital de citação do executado, que se encontra em local incerto e não sabido, ficando pelo presente Edital devidamente **CITADO** dos termos da presente ação, para que PAGUE(M), dentro de cinco **(5) dias**, o PRINCIPAL E COMINAÇÕES LEGAIS, no valor acima descrito, representado pelas certidões sob nº 631/2020, ou ofereça(m) bens à penhora, suficientes para assegurar a totalidade do débito, sob pena de lhe serem arrestados, tantos quantos bastem para a satisfação integral da execução, passando a fluir após o prazo de trinta (30) dias, para apresentação de EMBARGOS DO DEVEDOR
O presente edital será publicado na forma da lei. **DADA E PASSADO** nesta cidade e comarca de Cianorte, Estado do Paraná, aos 04 de setembro de 2023 às 08:23:17 . Eu, Bel. Virgilino Ferreira Varella, Serventuário, que digitei e subscrevi.

MATHEUS PEREIRA FRANCO
Juiz de Direito Substituto

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CIANORTE
1ª VARA CÍVEL DE CIANORTE - PROJUDI
Travessa Itororó, 300 - Fórum TJPR - Zona 01 - Cianorte/PR - CEP: 87.200-153 - Fone: (44) 3619-0513 - Celular: (44) 3619-0513 - E-mail: primeiravaracivelcianorte@hotmail.com
EDITAL DE INTIMAÇÃO
REQUERIDO: - COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.
TERMO DE INTERROGATÓRIO Processo n°: 0008689-33.2022.8.16.0069 Data: 24 de agosto de 2023 às 14h Juiz de Direito: Thiago Cavicchioli Dias Promotora de Justiça: Elaine Lopo Rodrigues (presente) Requerente: Ministério Público da Comarca de Cianorte/PR (presente) Requerido: Neide Peres (presente) Interrogatório de: Neide Peres Nacionalidade: brasileiro Nascimento: 20/04/1943 RG: 15.101.041-5 SSP/PR CPF: 151.479.409-87 Filiação: José Peres e Antônia Pepineli Endereço: Rua Marechal Deodoro, nº 126, Zona 01, em Cianorte, Estado do Paraná INTERROGATÓRIO: O interrogatório prestado foi gravado em sistema audiovisual e salvo em arquivo digital de segurança no banco de dados deste Juízo, seguindo todas as normas estabelecidas pelo item 1.8 do Código de Normas da Corregedoria - Geral da Justiça do Estado do Paraná.
REQUERIMENTOS:
1. Pela parte autora: MM. Juiz, sem requerimentos. Em alegações finais, a parte requerente apresentou remissivas.
2. Pela parte requerida: MM. Juiz, sem requerimentos. Em alegações finais, a parte requerida apresentou remissivas.
DELIBERAÇÕES PELO JUIZ:
1) Compareceram as pessoas acima declinadas.
2) Dou por encerrada a instrução processual.
3) Após, encerrada a fase de alegações finais, profiro sentença nos seguintes termos:
Vistos etc.
01. Trata-se de Ação de Interdição com Pedido de Curatela proposta pelo MINISTERIO PUBLICO DA COMARCA DE CIANORTE-PR em favor da substituída NEIDE PERES.
Em síntese, a Representante Ministerial informa que a interditanda reside sozinha em sua casa e estaria em situação de vulnerabilidade social, uma vez que não possui filhos ou parentes para ajudá-la. Relata que a interditanda é portadora da doença de Alzheimer, Demência e Esquizofrenia e, em razão destas doenças, e de não tomar corretamente os medicamentos que lhe são prescritos, a interditanda passa por necessidades, sendo impossibilitada de gerir seus atos civis. Afirma que a interditanda não aceita a convivência de nenhum familiar ou terceiro, visto que possuí dificuldades em estabelecer e manter relacionamentos, dificultando, muitas vezes, até mesmo, o atendimento social, não permitindo a entrada no imóvel. Juntou documentos.
Recebida a inicial, deferiu-se o pedido de curatela provisória, com a nomeação de JOÃO MATTIA e FRANCISCO PALMIRO BATAGLINI, ambos sobrinhos da interditanda. Determinou-se a citação da interditanda.
Expediu-se termo de curatela (seq. 16.1).
O Ministério Público do Paraná, em complementação, anexou o relatório multiprofissional na seq. 17.
Os curadores provisórios informaram que, no intuito de promover o bem-estar da curatelada, firmaram contrato com a Pousada Estrela Guia (instituição de Longa Permanência para Idosos) para moradia e cuidados diários da curatelada. Postularam autorização para movimentar a previdência da curatelada a fim de efetuar o pagamento da ILPI e, também, depositar o demais em favor de Neide Peres (mov. 26.1).
Deferiu-se o pedido na seq. 30.1.
Nomeou-se defensor dativo, o qual aceitou a nomeação na seq. 39.1.
O Ministério Público postulou pela realização da audiência de interrogatório (mov. 52.1).
Designou-se a audiência de interrogatório na seq. 52.1.
Audiência de interrogatório realizada em 29.06.2023.
Alegações finais remissivas por todas as partes.
É o relatório.
02. NO MÉRITO:

Com o advento da Lei 13.146/15, popularmente conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, foram alterados alguns dispositivos do Código Civil, o que gerou reflexos importantes sobre o instituto da capacidade civil.
Com a entrada em vigência desta lei, foi alterado o art. 3º do CC/02 para que apenas o menor de 16 anos seja considerado absolutamente incapaz. Em contrapartida, o art. 4º do mesmo diploma, passou a considerar relativamente incapaz os maiores de 16 anos e menores de 18 anos; os ébrios habituais e os viciados em tóxico; aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; e os pródigos.
Assim, conclui-se que aqueles que estiverem impedidos de exprimir sua vontade, por causa permanente ou provisória, passam a ser considerados relativamente incapazes, e não mais absolutamente incapaz, o que repercutiu sobre os institutos da interdição e da curatela.
A interdição passou a ser considerada medida de caráter excepcional, destinada à proteção de pessoas que embora e em tese poderiam ser consideradas aptas a praticar por si só os atos da vida civil sem a interferência de terceiras pessoas, por portarem ou sofrerem alguma limitação em particular encontram-se temporária ou permanentemente incapacitadas de gerir sozinhas a própria vida tornando-se dependente do amparo de outras pessoas, para que com o auxílio destas possam praticar atos da vida civil sem que esses atos sejam impregnados de vícios que afetem sua validade e eficácia perante terceiros e surtam efeitos no mundo jurídico. É medida que, antes de ir contra os interesses do interditando, atua em seu próprio benefício.
No caso dos autos, o curatelado apresenta diagnóstico de doença de Alzheimer, Demência e Esquizofrenia, CID 10 G30 estando, atualmente, internada na Pousada Estrela Guia para acompanhamento e cuidados diários, uma vez que se mostra incapaz de cuidar da própria saúde e higiene pessoal (laudo médico de mov. 1.11 e petição de mov. 26). A interditanda estava sendo acompanhada pelo CREAS desde 2019, devido a condições insalubres de risco em que vivia.
Em audiência a interditanda Neide Peres ao ser questionada disse que não se lembra da idade. Não sabe dizer onde mora. Estão tratando ela bem onde ela mora hoje. Não tem conta em banco. Afirma que quem está do lado dela é João, seu sobrinho e que ele pé muito legal e cuida dela.
Em casos como o presente, a interdição é imperiosa.
Veja-se julgado do e. Tribunal de Justiça do Estado Minas Gerais em caso análogo: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE CURATELA - DECRETAÇÃO DE INTERDIÇÃO DA REQUERIDA - CABIMENTO - INCAPACIDADE TOTAL DEMONSTRADA - IRREVERSIBILIDADE - ESTADO COMATOSO EM RAZÃO DA RETIRADA DE TUMOR CEREBRAL - INTERESSE DA INTERDITANDA RESGUARDADO - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1. É possível ao Poder Judiciário determinar a interdição judicial da pessoa com deficiência, desde que demonstrada de forma inequívoca a sua incapacidade, lembrando que a curatela se trata de medida excepcional e extrema que comporta, não obstante, ampliação. 2. Tendo em vista que a interditanda se encontra em estado de coma, apresentando condição de absoluta incapacidade, mesmo para os mais elementares atos da vida cotidiana, não possuindo discernimento para qualquer decisão, mesmo que de forma limitada, deve ser mantida a sentença que decretou a sua interdição, não havendo como reconhecer a autonomia para os atos da vida civil. 3. Recurso desprovido. (TJ-MG - AC: 50367735220208130702, Relator: Des.(a) Teresa Cristina da Cunha Peixoto, Data de Julgamento: 27/10/2022, 8ª Câmara Cível Especializada, Data de Publicação: 04/11/2022)
Assim, impõe-se a necessidade de interditar a requerida para que sejam preservados e protegidos seus interesses econômicos e patrimoniais, uma vez que, infelizmente, não há tratamento e cura para a doença que acomete o interditando.
Decretada a interdição, é necessária a nomeação de curador para a interditada.
De fato, "a curatela é o encargo deferido por lei a alguém capaz, para reger a pessoa e administrar os bens de quem, em regra maior, não pode fazê-lo por si mesmo". (GONÇALVES, 2006, p. 607).
Considerando a ordem de preferência estabelecida no artigo 1775, §1º do Código Civil observo que a nomeação dos sobrinhos da interditada, em conjunto, como curadores é pertinente.
Ademais verifica-se que os Srs. JOÃO MATTIA e FRANCISCO PALMIRO BATAGLINI são as pessoas mais aptas a atender o melhor interesse da interditada, conforme informação do CREAS.
Cumpre ressaltar que a curatela compartilhada visa à proteção do interesse do incapaz e é uma forma de suavizar o árduo trabalho decorrente do exercício da curatela, especialmente considerando-se que as responsabilidades do encargo serão divididas entre os curadores, razão pela qual verifico haver relevância em sua nomeação.
Para finalizar, o laudo pericial e os documentos trazidos com a inicial e a audiência de entrevista realizada são suficientes para um juízo seguro acerca da interdição pleiteada.
Nestes termos, é a jurisprudência:
Apelação cível. Ação de interdição. Sentença de procedência que declarou a interdição adstrita aos atos relacionados à disposição de bens e atos negociais. Preliminar de cerceamento de defesa. Pedido para realização de prova pericial. Desnecessidade. Atestados que apontam para a verossimilhança da alegação de incapacidade de exercer atos da vida civil. Audiência de interrogatório do interditando. Efeitos ex nunc. Apelo não provido. 1. Civil e processual. Interdição. Laudo art. 1183 DO CPC. Não realização. Nulidade. Não ocorrência. 1 - Constatado pelas instâncias ordinárias que o interditando, por absoluta incapacidade, não tem condições de gerir sua vida civil, com amparo em laudo pericial (extrajudicial) e demais elementos de prova, inclusive o interrogatório de que trata o art. 1181 do Código de Processo Civil, a falta de nova perícia em juízo não causa nulidade, porquanto, nesse caso, é formalidade dispensável (art. 244 do CPC). 2 - Recurso especial não conhecido. (STJ, REsp 253.733/MG, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 16/03/2004, DJ 05/04/2004, p. 266). Nulidade inexistente na espécie. 2. A interdição judicial declara ou reconhece a incapacidade de uma pessoa para a prática de atos da vida civil, com a geração de efeitos ex nunc perante terceiros (art. 1.773 do Código Civil), partindo de um 'estado de fato' anterior, que, na espécie, é a doença mental de que padece o interditado" (REsp 1.469.518/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 4/9/2014, DJe 22/9/2014). (STJ, AgInt nos EDcl no REsp 1171108/RS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 27/09/2016, DJe 13/10/2016) 3. Apelo não provido. (TJ-PR - APL: 00090416920198160174 União da Vitória 0009041-69.2019.8.16.0174 (Acórdão), Relator: Luciano Carrasco Falavinha Souza, Data de Julgamento: 01/03/2021, 12ª Câmara Cível, Data de Publicação: 05/03/2021).
AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - INTERDIÇÃO - INTERNAÇÃO/ABRIGAMENTO - VEROSSIMILHANÇA: AUSÊNCIA. 1. A política de assistência à saúde mental, devidamente instituída e regulamentada no âmbito federal e estadual, estabelece condições para o fim de internação compulsória de paciente, entre elas a apresentação de laudo médico circunstanciado que denote a doença de que padece o paciente, sua incapacidade de consentir e o insucesso de tratamentos anteriores. 2. Ainda que promovida pelo Ministério Público, a interdição deve seguir rito próprio, com a realização de audiência de interrogatório, nomeação de curador à lide e perícia médica, sob pena de violação ao princípio do devido processo. 3. Ausentes os requisitos legais, não se sustenta a antecipação liminar da tutela." (TJ-MG - AI: 10112120022572001 MG , Relator: Oliveira Firmo, Data de Julgamento: 11/06/2013, Câmaras Cíveis / 7ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 14/06/2013).
Conclui-se, que a interdição é medida imperiosa, a fim de declarar o interditado relativamente incapaz à prática de atos econômicos e relativos à administração de seus bens, porém mantendo o controle sobre os aspectos existenciais da sua vida, a exemplo do direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto, conforme expressamente previsto no artigo 85, parágrafo 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência.
Assim, os sobrinhos JOÃO MATTIA e FRANCISCO PALMIRO BATAGLINI, mediante curatela compartilhada, poderão representar a pessoa de NEIDE PERES nos atos relativos à administração de bens e valores, celebração de contratos e outros de maior complexidade, além dos previsto no art. 1.782 do CC/02, que é emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demanda ou ser demandado e atos que não sejam de mera administração.
Nestes termos, a presente ação deve ser julgada procedente para o fim de declarar o requerido relativamente incapaz para a prática de determinados atos da vida civil.
03. DISPOSITIVO:
3.1. Diante do exposto, extingo o processo com resolução de mérito, com fulcro no art. 487, inciso I do CPC, julgo procedente o pedido para CONSTITUIR a interdição de NEIDE PERES, declarando-o relativamente incapaz de exercer pessoalmente seus direitos de natureza patrimonial e negocial, na forma do art. 4º, inciso II do Código Civil c/c art. 85 da Lei 13.146/15.
3.2. Diante deste cenário, nomeio JOÃO MATTIA e FRANCISCO PALMIRO BATAGLINI, para exercerem o encargo de curadores, de forma compartilhada, mediante compromisso, em consonância com o art.1.775-A do Código Civil.
3.3. Em obediência ao artigo 755, §3º, do Código de Processo Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil, e publiquem-se na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Cumpra-se o item 2.15.1.1 do Código de Normas da Corregedoria do Estado. Comunique-se o Cartório Eleitoral, para o art. 15, inciso II, da Constituição Federal.
3.4. Considerando que foi nomeado advogado dativo à parte ré (seq. 49), arbitro em favor do ilustre advogado, Dr. Diogo Ardenghi Almeida, OAB nº 82.081, honorários advocatícios no valor de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), conforme item 2.13 da Resolução SEFA/PGE 015/2019, o qual será suportado pelo Estado do Paraná.
3.5. Custas na forma da Lei.
3.6. Publicada em audiência, saem as partes devidamente intimadas e cientificadas. Diligências necessárias.
ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, mandou o MM. Juiz, que se encerrasse o presente termo, que vai devidamente assinado. Eu, serventuário da 1ª Vara Cível e da Fazenda Pública, que digitei e subscrevi.
THIAGO CAVICCHIOLI DIAS
Juiz de Direito
ELAINE LOPO RODRIGUES
Promotora de Justiça
OBS: Foi dispensada a colheita das assinaturas dos inquiridos e partes, com fundamento no artigo 25 da Resolução n. 185/2013, do CNJ, que regulamenta o PJe (aplicado por analogia), nos princípios da economia e da celeridade, na existência de documentação digital de todas as inquirições e requerimentos e na fé pública que reveste as declarações aqui lançadas, assim como o disposto na Instrução Normativa 05/2014, item 3.1.7.6 do TJ/PR.

FORO REGIONAL DE COLOMBO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

1ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DE:
RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS

A DRA. JULIANA OLANDOSKI BARBOZA, MM. Juíza de Direito Substituta da 1ªVara Cível da Comarca de Colombo, faz saber a todos quanto os presentes virem ou dele conhecimento tiverem que perante este Juízo e Cartório se processam os autos de USUCAPIÃO sob nº 0002838-92.2023.8.16.0193, em que é requerente ANGELA APARECIDA VAZ TEIXEIRA, tendo o presente à finalidade de **CITAR RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS,** para que no prazo legal de 15 (quinze) dias, contados após o decurso do prazo do presente edital, querendo, ofereça(m) contestação, sob pena de revelia e de serem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora (art. 344 e 345 do CPC), tudo em conformidade com a resenha da inicial a seguir transcrita: "A presente ação tem por objeto o pedido de usucapião do imóvel Urbano da Planta Santa Tereza, sito na Rua da Tiriva, número 114, lado par, São Gabriel, Colombo, PR, distante 52,00 m da esquina da Rua do Pinguim, medindo 12,40 m de frente para rua da Tiriva; pelo lado direito mede 32,40 m, confrontando com Milton Gebauer, CPF 512.934.719-68, rua da Tiriva, 110; pelo lado esquerdo mede 12,20 m, 1,90m e 15,00m, confrontando com Agnaldo Vaz Teixeira, CPF 220.940.912-87, rua da Tiriva, 120; pelos fundos mede 12,20m, confrontando com José Augusto Ribeiro, CPF 713.691.399-34, rua da Tiriva, 148; até chegar ao ponto inicial do levantamento formando uma poligonal de formato irregular e perfazendo área total de 359,40 metros quadrados. Coordenadas UTM 678093E e 7198663N. Possui benfeitorias com duas edificações de alvenaria. Proprietária: Angela Aparecida Vaz Teixeira, CPF 420.876.002-87. Elaborado por GIAMPIERO FALVO, CREA 23539/D-PR.". ***DESPACHO**: "(...) 2. Citem-se, com as advertências legais, os demais interessados em local incerto e não sabido, via edital, com prazo de 30 (trinta) dias, dando-se pleno atendimento ao disposto nos artigos 256 e seguintes do Código de Processo Civil de 2015. (...) Colombo, 17/07/2023.* JULIANA OLANDOSKI BARBOZA - *Juíza de Direito Substituta".* Colombo, 6 de setembro de 2023. Eu, João Pedro Ghignone Costa, Escrivão, que o fiz digitar e subscrevo.

JOÃO PEDRO GHIGNONE COSTA
Escrivão

EDITAL DE CITAÇÃO DE:
RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS

A DRA. JULIANA OLANDOSKI BARBOZA, MM. Juíza de Direito Substituta da 1ªVara Cível da Comarca de Colombo, faz saber a todos quanto os presentes virem ou dele conhecimento tiverem que perante este Juízo e Cartório se processam os autos de USUCAPIÃO sob nº 0003105-64.2023.8.16.0193, em que são requerentes ANTONIO RAIMUNDO KACHUBA e LEONILDA ROSA DE LARA e requerido(a) ZILDA TEIXEIRA DE LIMA, tendo o presente à finalidade de **CITAR RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS, EVENTUAIS HERDEIROS E TERCEIROS INTERESSADOS,** para que no prazo legal de 15 (quinze) dias, contados após o decurso do prazo do presente edital, querendo, ofereça(m) contestação, sob pena de revelia e de serem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora (art. 344 e 345 do CPC), tudo em conformidade com a resenha da inicial a seguir transcrita: "A presente ação tem por objeto o pedido de usucapião extraordinária do imóvel localizado na Rua Pietro Canestraro Filho nº 380, Jardim Paraná, Colombo/PR, que apresenta 11,39 m de testada para a Rua Pietro Canestraro Filho; 28,04 m da frente ao fundo no lado direito, confrontando o LOTE 01 de JOSÉ ALMIRO PINTO DE OLIVEIRA; 24,88 m da frente ao fundo no lado esquerdo, confrontando o LOTE 03 de APARECIDO ALVES PEREIRA; 12,22 m nos fundos; com área aproximada de 311,17 m² e área construída de aproximadamente de 236,65 m².". ***DESPACHO**: "(...) 2. Citem-se, com as advertências legais, os demais interessados em local incerto e não sabido, via edital, com prazo de 30 (trinta) dias, dando-se pleno atendimento ao disposto nos artigos 256 e seguintes do Código de Processo Civil de 2015. (...) Colombo, 17/07/2023.* JULIANA OLANDOSKI BARBOZA - *Juíza de Direito Substituta".* Colombo, 6 de setembro de 2023. Eu, João Pedro Ghignone Costa, Escrivão, que o fiz digitar e subscrevo.

JOÃO PEDRO GHIGNONE COSTA
Escrivão

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

Autos nº. 0006281-61.2023.8.16.0028 E D I T A L D E C I T A Ç Ã O E I N T I M A Ç Ã O "PRAZO DE 20 DIAS" O DOUTOR HERMES DA FONSECA NETO-JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DO FORO REGIONAL DE COLOMBO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DE LEI, ETC. FAZ SABER a todos que este EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede na Rua Francisco Camargo, 191, Centro, os autos de Medidas Protetivas de Urgência supracitados, em que é noticiado FABIANO FERREIRA , natural de , , portador do RG nº , nascido em , e, como consta dos referidos autos que o noticiado encontra-se em lugar incerto e não sabido, é expedido o presente para CITAÇÃO E INTIMAÇÃO de FABIANO FERREIRA , com o prazo de 20 (vinte) dias, na forma dos artigos 361, 365, 370 e 392, todos do CPP, a fim de que seja INTIMADO DOS TERMOS DA MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA proferida nos autos que seguem parcialmente transcritas: " Portanto, determina o afastamento do lar , domicílio ou local de convivência com a ofendida, pelo prazo de 60 (sessenta) dias determina-se ao noticiado a proibição de aproximação da ofendida e de seus locais de residência e trabalho, bem como rondá-los, fixando-se o limite mínimo de 100 (cem) metros de distância entre estes, bem como a proibição do contato com a ofendida por qualquer meio de comunicação incluídas redes sociais e aplicativos nos termos do artigo 22, inciso III, alíneas 'a' e 'b', da lei acima mencionada. Nesse ponto, considerando que se trata de medida cautelar, fixa-se pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias" . Intime-se o noticiado de que o descumprimento das medidas protetivas acima impostas implicará na penas previstas no artigo 24-A da Lei Federal nº 11.340/2006 e CITE-SE para que, querendo, apresente contestação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, na forma do artigo 306 do Código de Processo Civil, por meio de advogado constituído ou pelo Defensor nomeado pelo Juízo. "E, para que chegue ao seu conhecimento e ignorância no futuro não possa alegar é expedido o presente EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, que será publicado no Diário da Justiça e afixado em local próprio deste Juízo. CUMPRA-SE. DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Colombo, 05 de setembro de 2023. Eu, EDILAINE MARIA EUGENIO AR RUDA, Estagiária, digitei e conferi. HERMES DA FONSECA NETO Juiz de Direito

Edital de Intimação

Autos nº. 0002573-08.2020.8.16.0028 E D I T A L D E I N T I M A Ç Ã O "PRAZO DE 30 DIAS". O DOUTOR HERMES DA FONSECA NETO, JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DO FORO REGIONAL DE COLOMBO DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/PR, NA FORMA DE LEI, ETC. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 30 dias, ou dele conhecimento tiverem, que tendo em vista que o sentenciado NATANAEL DE OLIVEIRA JARDIM , natural de CURITIBA, Nome da Mãe: LEONI DE OLIVEIRA Nome do Pai: ROBERTO BUENO JARDIM, portador do RG nº 125918832 SSP/PR, nascido em 12/09/2000, atualmente está em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-O e CHAMA-O a comparecer perante este Juízo da 1ª Vara Criminal do Foro Regional de Colombo-PR, sito na Rua Francisco Camargo, nº 191, Centro, para que EFETUE O PAGAMENTO DA PENA DE MULTA E DAS CUSTAS PROCESSUAIS as quais foi condenado nos autos de processo crime supracitados, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de Execução, na forma do artigo 51 do Código Penal. ADVERTIRo réu que, em caso de não pagamento dos valores importa na emissão de certidão de crédito judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em Dívida Ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito (SPC/SERASA), conforme sentença proferida nos autos, ficando ciente de que, caso não tenha condições para tal, poderá solicitar o parcelamento da pena de multa e apresentar declaração de hipossuficiência para isenção das custas processuais. CUMPRA-SE. DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Colombo, 18 de agosto de 2023. Eu, EDILAINE MARIA EUGENIO ARRUDA, Estagiária, digitei e conferi.. HERMES DA FONSECA NETO Juiz de Direito

COLORADO

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE COLORADO VARA CÍVEL DE COLORADO - PROJUDI Travessa Rafaini Pedro, 41 - Centro - Colorado/PR - CEP: 86.690-000 - Fone: (44)3321-2007 - E-mail: diariojcolorado@gmail.com Autos nº. 0001480-67.2023.8.16.0072 Processo: 0001480-67.2023.8.16.0072 Classe Processual: Interdição/Curatela Assunto Principal: Capacidade Valor da Causa: R$1.320,00 Requerente(s): SILMARA SALATTI ROMITO DIAS COELHO (RG: 110010125 SSP/PR e CPF / CNPJ: 102.026.619-89) RUA DAS HORTENCIAS, 125 - Residencial Deville - COLORADO/PR - CEP: 86.690-000 Requerido(s): Oscar Dias Coelho (CPF/CNPJ: 143.098.319-15) RUA DAS HORTENCIAS, 125 - Residencial Deville - COLORADO/PR EDITAL DE INTIMAÇÃO Justiça Gratuita O(A) DOUTOR(A) MILENA KELLY DE OLIVEIRA, MM(A). JUÍZA SUBSTITUTA DA VARA CÍVEL DESTA CIDADE E COMARCA DE COLORADO, ESTADO DO PARANA, NA FORMA DA LEI, ETC. F A Z S A B E R -a todos quantos o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, F A Z S A B E R, a quem interessar possa e o conhecimento deste venha a pertencer, cuja publicação será gratuita em razão de tratar-se de beneficiária da Assistência Judiciária e publicada por 3(três) vezes com intervalo de 10 (dez) dias, que nos autos acima identificados, foi decretada a INTERDIÇÃO de OSCAR DIAS COELHO, declarando-o(a) relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil na forma do art.4º, inciso II do Código Civil c/c art.85 da Lei 13.146/15, nomeando-lhe Curador(a) o(a) sr(a) SILMARA SALATI ROMITO DIAS COELHO, para que possa representa-lo(a) em ateos da vida civil. E para que ninguém alegue ignorância, mandou expedir os Editais na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Colorado, Estado do Paraná, 23/08/2023. Eu, Júlio César de Jesus Nardoci, escrevente juramentado, digitei o presente. MILENA KELLY DE OLIVEIRA Juíza Substituta

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE COLORADO VARA CÍVEL DE COLORADO - PROJUDI Travessa Rafaini Pedro, 41 - Centro - Colorado/PR - CEP: 86.690-000 - Fone: (44)3321-2007 - E-mail: diariojcolorado@gmail.com Autos nº. 0004926-97.2022.8.16.0077 Processo: 0004926-97.2022.8.16.0077 Classe Processual: Interdição/Curatela Assunto Principal: Interdição Valor da Causa: R$1.212,00 Requerente(s): SOLANGE CRISTINA DE SOUZA (RG: 108371439 SSP/PR e CPF/CNPJ: 054.892.909-27) RUA ACRE, 1231 - CRUZEIRO DO OESTE/PR - E-mail: cabral_1962@hotmail. com - Telefone(s): (44) 99962-7961 Requerido(s): GIOVANI FELIPE DE SOUZA SANTOS (CPF/CNPJ: 067.053.259-25) RUA ACRE, 1231 - CRUZEIRO DO OESTE/PR - E-mail: cabral_1962@hotmail. com - Telefone(s): (44) 99979-4217 EDITAL DE INTIMAÇÃO Justiça Gratuita O(A) DOUTOR(A) MILENA KELLY DE OLIVEIRA, MM(A). JUIZ(A) SUBSTITUTA DA VARA CÍVEL DESTA CIDADE E COMARCA DE COLORADO, ESTADO DO PARANA, NA FORMA DA LEI, ETC. F A Z S A B E R -a todos quantos o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, F A Z S A B E R, a quem interessar possa e o conhecimento deste venha a pertencer, cuja publicação será gratuita em razão de tratar-se de beneficiária da Assistência Judiciária e publicada por 3(três) vezes com intervalo de 10 (dez) dias, que nos autos acima identificados, foi decretada a INTERDIÇÃO de GIOVANI FELIPE DE SOUZA SANTOS, declarando-o(a) relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil na forma do art.4º, inciso II do Código Civil c/c art.85 da Lei 13.146/15, nomeando-lhe Curador(a) o (a) sr(a) SOLANGE CRISTINA DE SOUZA, para que possa representa-lo(a) em atos da vida civil. E para que ninguém alegue ignorância, mandou expedir os Editais na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Colorado, Estado do Paraná, 15/08/2023. Eu, Júlio César de Jesus Nardoci, escrevente juramentado, digitei o presente. MILENA KELLY DE OLIVEIRA Juíza Substituta

CRUZEIRO DO OESTE

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - DESTINATÁRIO(A)(S): DULCINEIA DO CARMO SILVA RAMOS FURTADO - PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS - O(A) Juiz(íza) de Direito Amanda Silveira de Medeiros, da Vara Criminal de Cruzeiro do Oeste, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Crime de Descumprimento de Medida Protetiva de Urgência, sob nº 0002677-13.2021.8.16.0077, em que é (são) autor(es) réu(s) Altenir Ramos Furtado, e vítima DULCINEIA DO CARMO SILVA RAMOS FURTADO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Vítima DULCINEIA DO CARMO SILVA RAMOS FURTADO, portador(a) do RG 60106754 SSP/PR e CPF 018.407.589-02, nascido(a) em 10/08/1976, natural de CURITIBA/PR, filho(a) de BRUNHILDE BEITEL e JOSE DA SILVA , motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou condenado(a) nas sanções do art. 24-A da Lei nº 11343/06, na data de 15/08/2023 em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Luiz Guilherme Ferreira Pirath, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Cruzeiro do Oeste, 31 de agosto de 2023. Amanda Silveira de Medeiros, Juíza de Direito.

CURIÚVA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS
PRAZO DE 15 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Tais Silva Teixeira, da Vara da Fazenda Pública de Curiúva, FAZ SABER a todos que virem o resente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0001363-29.2021.8.16.0078, em que é(são) Silvania Aparecida da Cruz, eautor(es) Município de Figueira/PR, e que por este procede a de eventuaisréu(s) edital CITAÇÃO terceiros interessados, incertos e, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do/ou desconhecidos pedido referente ao imóvel:de usucapião ÁREA PRIMITIVA (LOTE Nº 332) Inicia-se com as seguintes divisas e confrontações; Frente para a Rua Buriti com a distância de 14,80m; Ao lado esquerdo de quem da rua observa confronta- se com o Lote N°333, propriedade de Edmilson Benedito Gefini e sua esposa Mirian Ribeiro Gefuni, com uma distância de 26,30m: Ao lado direito de quem da rua observa, confronta-se com a rua Timburi com uma distância de 26,30m, e finalmente aos fundos confronta-se com terras de propriedade de Paulo Cesar, nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue citação dos confinantes e seus respectivos cônjuges, se casados forem, para que, em 15 (quinze) dias,parcialmente transcrita/ o: " querendo, ofereçam resposta aos termos da presente ação, sob forma de contestação, conforme artigos 246, §3°, c/c 335, ambos do Código de Processo Civil, sob pena de revelia (artigo 344 do mesmo diploma processual); O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de xx (xxxxxxxx) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).Curiúva, 05 de setembro de 2023.
Tais Silva Teixeira
Juíza de Direito

FAXINAL

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Cível

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DA INTERDIÇÃO DE Elizeu Pereira Pinto, COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS.- FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por Este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos de AÇÃO DE INTERDIÇÃO sob nº 0000444-70.2017.8.16.0081 em que Carolina Nunes Pinto figuram como requerentes e como interditando ELIZEU PEREIRA PINTO. É o presente expedido para conhecimento de terceiros e demais interessados na sentença decretativa da INTERDIÇÃO de ELIZEU PEREIRA PINTO, brasileiro, solteiro, desempregado, portador da Cédula de Identidade RG sob o n.º 10.931.104-9 SSP/PR e do CPF/MF n.º 011.330.061-16, residente e domiciliado Rua Pastor Luiz Santiago, n.º 316, Jardim Nutrimil, Município de Faxinal, Estado do Paraná, declarando absolutamente

incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, de caráter permanente, sendo nomeada como sua CURADORA, a Sra. CAROLINA NUNES PINTO, brasileira, viúva, desempregada, portadora da Cédula de Identidade RG sob o n.º 6.108.824-5 SSP/PR e do CPF/MF sob o n.º 047.596.279- 60, residente e domiciliada na Rua Eduardo Murara, n.º 267, Conjunto Francisco Fink, Município de Faxinal, Estado do Paraná - PR, para representá-lo em todos os atos da vida civil. E, para que no futuro ninguém venha a alegar ignorância expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Faxinal, Estado do Paraná. Em, 10.08.2023. Eu,_____OTAVIO HENRIQUE HASS) - Escrivão Interino, subscrevi.-
OTAVIO HENRIQUE HASS, escrivão interino - Assina pela portaria 18/2022

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DA INTERDIÇÃO DE MÔNICA DE FATIMA VIEIRA, COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS.- FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por Este Juízo e Cartório, processam-se os termos dos autos de AÇÃO DE INTERDIÇÃO sob nº 0001407-73.2020.8.16.0081 em que MARILDA VIEIRA figuram como requerentes e como interditando MÔNICA DE FATIMA VIEIRA. É o presente expedido para conhecimento de terceiros e demais interessados na sentença decretativa da INTERDIÇÃO de MÔNICA DE FATIMA VIEIRA, brasileira, solteira, nascido em 23 de fevereiro de 1994, sob o RG nº 10.651.324-4, e CPF nº 066.442.429-52, residente e domiciliada no mesmo endereço, na Cidade de Borrazópolis, nesta comarca., declarando absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, de caráter permanente, sendo nomeada como CURADORA, a Sra. MARILDA VIEIRA, brasileira, casada, trabalhadora rural, portadora da RG. sob nº 8.629.117-7, e inscrita no CPF sob nº 033.773.899-89, residente e domiciliada à Rua Boa Esp erança nº 1568, na Cidade de Borrazópolis e Comarca de Faxinal - PR, para representá-lo em todos os atos da vida civil. E, para que no futuro ninguém venha a alegar ignorância expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Faxinal, Estado do Paraná. Em, 10.08.2023. Eu,_____(OTAVIO HENIQUE HASS) - Escrivão Interno, subscrevi.- OTAVIO HENRIQUE HASS, escrivão interino - Assina pela portaria 18/2022

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Mirlei Yednak Besel
PRAZO DE 20 (VINTE) dias
O(A) Juiz(a) de Direito Gresieli Taise Ficanha da Vara Cível e Anexos da Comarca de Faxinal, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL, ou tiverem conhecimento dele, que, perante este Juízo, tramitam os autos de Classe Processual: Monitória, assunto nota Promissória, sob nº0001193-34.2010.8.16.0081, em que é autor Ivair Theodorovicz e réu SERGIO CARLOS BESEL e que não foi possível localizar pessoalmente a parte Mirlei Yednak Besel (RG: 41532203 SSP/PR e CPF/CNPJ: 540.481.179-04), motivo pelo qual se procede por meio deste edital sua **INTIMAÇÃO**, para tomar ciência acerca da penhora realizada nos autos.
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 (vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Otávio Henrique Hass, Escrivão Interino - Portaria 18/2022, conferi e digitei.
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Faxinal, 04 de setembro de 2023.
Gresieli Taise Ficanha
Juíza de Direito

FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE FAZENDA RIO GRANDE - PROJUDI
Rua Inglaterra, 545 - Nações - Fazenda Rio Grande/PR - CEP: 83.823-900 - Fone: (41) 3405-3600

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Espólio de ELIZABETH MARIA IRENE HORNIG PIEGEL; **Espólio de ERNESTO CANAC**; **Espólio de EVALDO PIEGEL**
PRAZO DE 15 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Louise Nascimento e Silva, da Vara da Fazenda Pública de Fazenda Rio Grande, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0010492-28.2014.8.16.0038, em que é(são) autor(es) Município de Fazenda Rio Grande/PR, e réu(s) ERNESTO CANAC, PAULINA AMÉLIA DE GREVILLE HINTZ CANAC, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Espólio de ELIZABETH MARIA IRENE HORNIG PIEGEL**; **Espólio de ERNESTO CANAC**; **Espólio de EVALDO PIEGEL**, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO** para oferecer contestação no **prazo de 15 (quinze) dias**, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com a decisão judicial. Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado.O prazo de resposta será contado após o **decurso de 20 (vinte) dias** da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Juliana Aparecida Honorato, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Fazenda Rio Grande, 05 de setembro de 2023.
Juliana Aparecida Honorato
Técnica Judiciária
Decreto Judiciário 257 de 2021
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE FAZENDA RIO GRANDE - PROJUDI
Rua Inglaterra, 545 - Nações - Fazenda Rio Grande/PR - CEP: 83.823-900 - Fone: (41) 3405-3600
EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): VALDEMIRA ALVES DE LIMA
PRAZO DE 05 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Louise Nascimento e Silva, da Vara da Fazenda Pública de Fazenda Rio Grande, **FAZ SABER** a todos quantos o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução Fiscal, assunto Dívida Ativa (Execução Fiscal), sob nº 0001894-41.2021.8.16.0038, em que é(são) exequente(s) Município de Fazenda Rio Grande/PR, e executado(s) VALDEMIRA ALVES DE LIMA; que tem por objeto **DÍVIDA ATIVA**, no importe de R$ 1.629,66 na data da propositura da ação, e que não foi possível localizar pessoalmente o(s) executado(s) Promovido **VALDEMIRA ALVES DE LIMA** , portador(a) do RG 1466932 CRC/AC e CPF 359.014.389-49, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO**, para, no **prazo de 05 (cinco) dias**, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei de Execuções Fiscais n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Fazenda Rio Grande, 06 de setembro de 2023. Eu, Juliana Aparecida Honorato, Técnica Judiciária, digitei e conferi.

Fazenda Rio Grande, 06 de setembro de 2023.
Juliana Aparecida Honorato
Técnica Judiciária
Decreto 257/2021 / Portaria 06/2020
Assinado Digitalmente
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE FAZENDA RIO GRANDE - PROJUDI
Rua Inglaterra, 545 - Nações - Fazenda Rio Grande/PR - CEP: 83.823-900 - Fone: (41) 3405-3600
EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): CARROCERIAS NAIARA
PRAZO DE 05 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Louise Nascimento e Silva, da Vara da Fazenda Pública de Fazenda Rio Grande, **FAZ SABER** a todos quantos o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Execução Fiscal, assunto Dívida Ativa (Execução Fiscal), sob nº 0012269-04.2021.8.16.0038, em que é(são) exequente(s) Município de Mandirituba/PR, e executado(s) CARROCERIAS NAIARA; que tem por objeto **DÍVIDA ATIVA**, no importe de R$ 636,05 na data da propositura da ação, e que não foi possível localizar pessoalmente o(s) executado(s)

Promovido **CARROCERIAS NAIARA**, portador(a) do CNPJ 05.879.490/0001-61, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua **CITAÇÃO**, para, no **prazo de 05 (cinco) dias**, efetuar o pagamento do débito, com os acréscimos legais, além das custas processuais e honorários advocatícios. No mesmo prazo, poderá nomear bens, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem para a garantia do débito, nos termos da Lei de Execuções Fiscais n° 6.830/1980. Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 20 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Fazenda Rio Grande, 06 de setembro de 2023. Eu, Juliana Aparecida Honorato, Técnica Judiciária, digitei e conferi.

Fazenda Rio Grande, 06 de setembro de 2023.
Juliana Aparecida Honorato
Técnica Judiciária
Decreto 257/2021 / Portaria 06/2020
Assinado Digitalmente
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE FAZENDA RIO GRANDE
VARA CÍVEL DE FAZENDA RIO GRANDE - PROJUDI
Rua Inglaterra, 545 - Nações - Fazenda Rio Grande/PR - CEP: 83.823-900 - Fone: (41) 3405-3600
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Louise Nascimento e Silva, da Vara Cível de Fazenda Rio Grande, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Interdição/ Curatela, assunto Capacidade, sob nº **0000911-08.2022.8.16.0038**, em que é (são) requerente **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ,** e requerido **RAPHAÉLL FRANCO ESTEVAM,** e que por este **COMUNICA** que foi **decretada a interdição de RAPHAÉLL FRANCO ESTEVAM,** por sentença transitada em julgado no dia 14/07/2023, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil, em razão de doença grave, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de natureza patrimonial, negocial e de recebimento de benefícios previdenciários. A referida sentença ainda nomeou ao (à) interditado (a) o (a) curador (a) Marlene Aparecida Ferreira, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "Pelas razões expostas, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, para decretar a interdição de RAPHAÉLL FRANCO ESTEVAM, declarando-o RELATIVAMENTE incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, limitando-se a interdição aos atos de natureza negocial e patrimonial, nomeando como sua curadora MARLENE APARECIDA FERREIRA.
Sem custas, despesas e honorários, porque a demanda foi proposta pelo Ministério Público.
Publique-se a presente sentença nos termos do artigo 755, §3º, do CPC.
Com o trânsito em julgado, expeça-se mandado de inscrição ao competente Registro Civil e intime-se, pessoalmente, a curadora para que, em 05 (cinco) dias, apresente-se em Juízo para prestar compromisso legal.
À luz do patrimônio comprovado nos autos, desnecessária a fixação de periodicidade para prestação de contas em Juízo. De todo modo, fica a curadora cientificada de que deverá prestar contas da administração dos bens e valores do interditado, se e quando for instada a tanto, devendo manter registro de recebimentos e gastos relativos ao patrimônio.
Por fim, arbitro os honorários do curador especial em R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), a serem arcados pelo Estado do Paraná, à míngua de Defensoria Pública na Comarca. Cópia da presente valerá como certidão.
Oportunamente, arquivem-se, com as cautelas de praxe. P.R.I.
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos do art. 755, § 3º, do Código de Processo Civil, que será publicado. Eu, Eliane R. B. Carstens - Bel. Escrivã, conferi e digitei.
Fazenda Rio Grande, 16 de agosto de 2023.
Eliane R. B. Carstens - Bel. EscrivãPortaria 06/2020OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

FOZ DO IGUAÇU

1ª VARA CÍVEL

Edital Geral

EDITAL DE CURATELA JUSTIÇA GRATUITA A Dr2, LUCIANA VARELLA CARRASCO, Juíza de Direito, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital de curatela, cientifica a todos os interessados, que neste Juízo processaram-se os autos de Curatela protocolo nº 103, em que é requerente EVA SILVERIO DOS SANTOS, sendo declarada por sentença a curatela de MAYARA SILVERIO DOS SANTOS, brasileira, solteira, nascida em 25/05/1997, natural de Salgado Filho/PR, filha de EVA SILVERIO DOS SANTOS, residente e domiciliada neste município e Comarca de Medianeira, portadora de deficiência mental moderada e hemiplegia - CID 10 nº F7l e G81, respectivamente -, sendo-lhe nomeada CURADORA EVA SILVERIO DOS SANTOS, tendo a curatela a finalidade de representar a curatelada para os seguintes atos de sua vida civil: que importem disposição de bens/direitos de natureza patrimonial e negocial; compras, vendas e trocas rotineiras; compras, vendase trocas não rotineiras (bens móveis, imóveis, compras de maior valor mediante autorização judicial, com fulcro nos artigos 1748, IV e 1749, | c/c 1774, todos do Código Civil); contratação e demissão de empregados; movimentação da conta bancária e operações mediante uso de cartão bancário ou cheque, encerramento e abertura de contas bancárias; representar perante o INSS, administração de bens e gerenciamento de sua saúde, por tempo indeterminado. O presente edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do curatelado e da curadora. JUSTIÇA GRATUITA. Dado e passado nesta cidade da Foz do Iguaçu, em 03/12/2022 LUCIANA VARELLA CARRASCO Juíza de Direito

Autos nº. 0032307-27.2022.8.16.0030 EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA INTERDIÇÃO DE FERNANDA CAMPOS SILVEIRA PUBLICAR 03 VEZES NUM INTERVALO DE 10 DIAS O EXCELENTÍSSIMO SENHOR GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO MM. JUIZ DE DIREITO, DA PRIMEIRA VARA CÍVEL, DESTA CIDADE E COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ. F A Z S A B E R aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Cartório da 1ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, se processaram aos termos dos autos Projudi n.º 0032307-27.2022.8.16.0030, de INTERDIÇÃO, em que é requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, por meio do Promotor de Justiça e requerido: FERNANDA CAMPOS SILVEIRA, brasileira, inscrita no CPF nº 013.882.129-19, filha de Jair Silveira e Seulita Campos, nascida em 01/07/2003, residente e domiciliada à Rua Naipi , 657, Centro , nesta cidade e comarca de Foz do Iguaçu/PR, CEP 85.851-230 (Residência Inclusiva 2), e atendendo ao que lhe foi requerido, pela presente, torna pública a sentença proferida em evento 88.1. R. sentença de evento 88.1 " O MINISTÉRIO PÚBLICO ajuizou a presente ação de Interdição, alegando, em síntese, que a interditanda, é acometida de CID 10 F72, compatível com "Retardo Mental Grave", que a impossibilitam de realizar os atos da vida civil. Foi realizado o interrogatório da interditanda. A defesa nomeada contestou por negativa geral. As partes solicitaram o julgamento do feito, ante os laudos juntados em eventos 1.4 nos autos ser suficiente para demonstrar a incapacidade. O ilustre representante do Ministério Público opinou pelo deferimento do presente pedido. Relatados, decido. No presente caso, o médico que assiste a interditanda atestou sua incapacidade. Também o representante do Ministério Público se manifestou favoravelmente à procedência do pedido. Com a alteração do Código Civil pela Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da pessoa com deficiência), considera-se que todas as pessoas com deficiência, em regra, são plenamente capazes. Com isso, somente são considerados absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 anos, conforme o artigo 3º do Código Civil. Assim sendo, o interditando pela nova redação do Código Civil é considerado relativamente incapaz, até mesmo porque o artigo 6º da Lei 13.146/2015 lhe possibilita: casar; exercer direitos sexuais e reprodutivos; exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar, dentre outras possibilidades. O artigo 84 da Lei 13.146/2015, estabelece que "A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas. § 1o Quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela, conforme a lei. (...). § 3o A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível.". Em que pese o disposto no §3º supra destacado - de que a curatela deverá durar o menor tempo possível -, é preciso observar as peculiaridades do caso concreto, pois pela análise da declaração médica juntada a limitação é permanente. Portanto, a enfermidade que acomete a interditanda é de caráter permanente, não sendo possível estabelecer um prazo de duração para a curatela. Deverá cumprir a obrigação prevista no §4º do artigo 84 da Lei 13.146 /2015. Cabe observar, ainda, o disposto no artigo 85 da já citada Lei 13.146/2015, "A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. § 1o A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto. § 2o A curatela constitui medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua

definição, preservados os interesses do curatelado. (...)". Apesar do disposto no texto legal supra destacado, é preciso atentar ao fato de que a enfermidade que acomete a interditanda atinge sua cognição, sua capacidade de decisão, a capacidade para cuidar de si própria, necessitando de supervisão constante, sendo, portanto, uma pessoa incapaz de cuidar de si, conforme atesta a declaração médica. Portanto, a curatela deve abranger todo e qualquer ato decisório que envolva o interditando, pois, demonstrada sua incapacidade de tomar decisões por si só. Diante de todo o exposto, julgo procedente o pedido inicial declarando a interdição de FERNANDA CAMPOS SILVEIRA, pois relativamente incapaz de exercer os atos da vida civil (artigo 4º, III, do Código Civil) nomeando como curador VERÔNICA SILVA CABRAL. A curatela deve abranger todo e qualquer ato decisório que envolva o interditando, pois, demonstrada sua incapacidade de tomar decisões por si só. Promova-se a inscrição da presente sentença no registro de pessoas naturais e publique-se na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, se houver, onde permanecerá por 6 (seis) meses, bem como na imprensa local, 1 (uma) vez, e no DJe, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e da curadora, a causa da interdição, os limites da curatela, conforme dispõe o artigo 755, §3º do novo Código de Processo Civil e demais disposições legais aplicáveis. Em razão das condições do interditando oficie-se ao Juízo Eleitoral com solicitação para que se expeça declaração quitação por tempo indeterminado. Oportunamente, intime-se a curadora nomeada para assinar o devido termo (Código de Normas, 15.9.5). Oportunamente, intime-se o curador nomeada para assinar o devido termo (Código de Normas, 15.9.5). Dispenso a especialização da hipoteca legal, em razão do vínculo de parentesco. Por fim, nos termos do art. 22, parágrafo primeiro, do EOAB, condeno o Estado do Paraná a pagar ao profissional da advocacia nomeado como curador especial, Dr. João Victor Priess de Bastiani, OAB/PR 96.266, neste feito o valor de R$400 (quatrocentos reais), a título de honorários advocatícios, em relação a curadora anteriormente nomeada, Dra Jaine Maura Gottardi OAB/PR 102.756, condeno ao valor de R$400,00 (quatrocentos reais). A presente ata de audiência servirá como certidão de honorários. Atenda-se, no que pertinente, às disposições do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Do que, para constar, foi lavrado o presente termo que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO JUIZ DE DIREITO" E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou o MM. Juiz expedir o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. FOZ DO IGUAÇU, em 18 de agosto de 2023. Eu, _____, Mauro Célio Safraider, Escrivão, o digitei e subscrevi. GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO JUIZ DE DIREITO

Autos nº. 0031282-76.2022.8.16.0030 EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA INTERDIÇÃO DE CÉLIA ARANTES DE SOUZA BARBADO PUBLICAR 03 VEZES NUM INTERVALO DE 10 DIAS O EXCELENTÍSSIMO SENHOR GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO, MM. JUIZ DE DIREITO, DA PRIMEIRA VARA CÍVEL, DESTA CIDADE E COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ. F A Z S A B E R aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Cartório da 1ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, se processaram aos termos dos autos n.º 0031282-76.2022.8.16.0030, de INTERDIÇÃO/CURATELA, em que: CARLOS BARBADO, brasileiro, casado, portador do CPF 317.279.56834, aposentado, residente e domiciliado na Rua Baitaca, 278, Vila A, nesta cidade, move em face de: CÉLIA ARANTES DE SOUZA BARBADO, brasileira, casada, incapaz, (idosa), CPF 903.563.069-68, endereço acima mencionado, e atendendo ao que lhe foi requerido, pela presente, torna pública a sentença proferida no mov. 121.1, dos autos supra aludidos, dispositivo a seguir transcrito: "Diante de todo o exposto, julgo procedente o pedido inicial declarando a interdição de CÉLIA ARANTES DE SOUZA BARBADO, pois relativamente incapaz de exercer os atos da vida civil (artigo 4º, III, do Código Civil) nomeando como curador CARLOS BARBADO. A curatela deve abranger todo e qualquer ato decisório que envolva o interditando, pois, demonstrada sua incapacidade de tomar decisões por si só. Promova-se a inscrição da presente sentença no registro de pessoas naturais e publique-se na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, se houver, onde permanecerá por 6 (seis) meses, bem como na imprensa local, 1 (uma) vez, e no DJe, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e da curadora, a causa da interdição, os limites da curatela, conforme dispõe o artigo 755, §3º do novo Código de Processo Civil e demais disposições legais aplicáveis. Oportunamente, intime-se o curador nomeada para assinar o devido termo (Código de Normas, 15.9.5). Dispenso a especialização da hipoteca legal, em razão do vínculo de parentesco. Por fim, nos termos do art. 22, parágrafo primeiro, do EOAB, condeno o Estado do Paraná a pagar ao profissional da advocacia nomeado como curador especial neste feito o valor de R$900,00 (novecentos reais), a título de honorários advocatícios. Oportunamente, expeça-se certidão. Atenda-se, no que pertinente, às disposições do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Do que, para constar, foi lavrado o presente termo que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO JUIZ DE DIREITO". E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou o MM. Juiz Substituto expedir o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. FOZ DO IGUAÇU, em 28 de agosto de 2023. Eu, _____, Mauro Célio Safraider, Escrivão, o digitei e subscrevi. GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO JUIZ DE DIREITO

Autos nº. 0021449-34.2022.8.16.0030 EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA INTERDIÇÃO DE MATHEUS GOMES DA SILVA PUBLICAR 03 VEZES NUM INTERVALO DE 10 DIAS O EXCELENTÍSSIMO SENHOR GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO, MM. JUIZ DE DIREITO, DA PRIMEIRA VARA CÍVEL, DESTA CIDADE E COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ. F A Z S A B E R aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Cartório da 1ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, se processaram aos termos dos autos n.º 0021449-34.2022.8.16.0030, de INTERDIÇÃO/CURATELA, em que: LENICIA DA SILVA, brasileira, separada de fato, inscrita no CPF sob nº. 903.282.729-49 e RG sob o nº 5.566.989-9, residente e domiciliada na Rua Almeida Junior, 46, Três Lagoas, Foz do Iguaçu, Foz do Iguaçu/PR, CEP:85862-448, move em face de: MATHEUS GOMES DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº. 116.177.959-029 e Cédula de identidade nº 13.948.653-6, residente e domiciliado na Rua Almeida Junior, 46, Três Lagoas, Foz do Iguaçu, Foz do Iguaçu/PR, CEP:85862-448, e atendendo ao que lhe foi requerido, pela presente, torna pública a sentença proferida no mov. 73.1, dos autos supra aludidos, dispositivo a seguir transcrito: "Diante do exposto, o parecer do Ministério acolho Público e julgo procedente o pedido inicial para o fim de declarar a interdição de MATHEU GOMES DA SILVA, pois relativamente incapaz de exercer os atos da vida civi (artigo 4º, III, do Código Civil), ficando nomeada, como curadora definitiva, LENICIA DA SILVA. Deverá a Escrivania: a. promover a intimação da curadora para pessoalmente prestar o compromisso legal, no prazo de 05 (cinco) dias (artigo. 759, CPC); b. oficiar ao Cartório do Registro Civil de Pessoas Naturais, para que em observância ao disposto no artigo 755, §3º, do Código de Processo Civil e art. 9º, III, do Código Civil, inscreva a presente sentença no registro civil; c. publicar a presente sentença na imprensa local e no órgão oficial, por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Do edital devem constar os nomes do requerido e da curadora, a causa da interdição e os limites da curatela (para todos os atos da vida civil), conforme preceitua o artigo 755, §3º, do Código de Processo Civil; Caso o interditado venha a possuir bens, fica o curador advertido de que não poderá por qualquer outro modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer outra natureza, do interditando, sem autorização judicial, bem como, que os valores percebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e no bem-estar da interdita. Aplica-se, no caso, o disposto no artigo 553 do Código de Processo Civil e as respectivas sanções. Destarte, a teor do disposto no art. 22, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, condeno o Estado do Paraná ao pagamento dos honorários advocatícios dos curadores processuais nomeados (eventos 8.1 e 58.1), CELIA REGINA CARVALHO DOS SANTOS, OAB/PR 54.180, e MÁRCIO AUGUSTO DE SOUZA RUIZ, OAB/PR nº. 39.093, os quais fixo, de acordo com o previsto na Resolução 15/2019 - PGE/SEFA, em R$ 400,00 (quatrocentos reais) para cada - por todas as manifestações apresentadas nos presentes autos. Expeça-se a respectiva certidão de honorários. Observe-se que a procuradora Celia Regina Carvalho dos Santos compareceu à audiência de entrevista com o requerido, ao passo que o procurador Márcio Augusto de Souza Ruiz apresentou a peça contestatória. Sentença registrada e publicada eletronicamente. Custas pela parte autora. Observe-se contudo que o requerente possui justiça gratuita, conforme decisão do evento 6.1. No mais, cumpram-se as disposições do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça que sejam aplicáveis a espécie. Intimem-se. Foz do Iguaçu, 30 de junho de 2023. Geraldo Dutra de Andrade Neto Juiz de Direito". E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou o MM. Juiz Substituto expedir o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. FOZ DO IGUAÇU, em 29 de agosto de 2023. Eu, _____, Mauro Célio Safraider, Escrivão, o digitei e subscrevi. GERALDO DUTRA DE ANDRADE NETO JUIZ DE DIREITO

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): GILSON DE SOUZA PRAZO DE 25 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Danuza Zorzi Andrade, da 1ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto Qualificado , sob nº 0030196-07.2021.8.16.0030, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) BRUNA SARTORELO LIMA, GILSON DE SOUZA, e vítima JEVERSON LUIZ LUCINI, e que , portador(a) do RG 58230669 SSP/PR enão foi possível localizar pessoalmente a(s) GILSON DE SOUZAparte(s) Promovido CPF 784.015.189-20, nascido(a) em 30/07/1971, natural de RIO DO SUL/SC, filho(a) de MARIA TEREZINHA DE SOUZA e motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua para tomar ciência de que houveVALDEMAR DE SOUZA, CITAÇÃO em seu desfavor, ART 155 - FURTO QUALIFICADO, Reclusão: 1 ano e 4 meses a 5 anos e 4oferecimento de denúncia meses E Multa, art. 155, § 1º e § 4º, inciso IV, do Código Penal. oferecida em 18/03/2023 e recebida em 14/06/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "No dia 26 de dezembro de 2021, por volta das 21 horas (horário consagrado ao repouso noturno), em um comércio de "ferro-velho" localizada

na Travessa Antonio Cesar Cabral nº 14, Parque Presidente II, neste Município e Comarca de Foz do Iguaçu, os denunciados GILSON DE SOUZA e BRUNA SARTORELO LIMA, mancomunados entre si, agindo com consciência e vontade livres e dirigidas à prática do ilícito, subtraíram, para ambos, duas rodas de carro com os respectivos pneus, aro 17 e aro 15, avaliadas em R$700,00 (setecentos reais), de propriedade de JEVERSON LUIZ LUCINI.....". e à sua para, no; INTIMAÇÃO , oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidadeprazo de 10 (dez) dias com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. : O mencionado processo tramitaOBSERVAÇÃO exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico .https://portal.tjpr.jus.br/projudi Foz do Iguaçu, 05 de setembro de 2023. Ester Maia Dorneles Analista Judiciario

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
1ª VARA CRIMINAL DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Av. Pedro Basso, 1001 - 1º Andar - Polo Centro - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-915 - Fone: (45) 3308-8009 - Celular: (45) 3308-8009 - E-mail: fi-5vj-e@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO - CUSTAS/MULTA - 0016877-40.2019.8.16.0030 - PRAZO DE 30 (trinta) DIAS
DESTINATÁRIO: MICHELLI APARECIDA DA SILVA,

A Juíza de Direito Danuza Zorzi Andrade, da 1ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu/PR, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de 300 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, sob nº **0016877-40.2019.8.16.0030**, em que é autor o Ministério Público do Estado do Paraná, e réu(s) **MICHELLI APARECIDA DA SILVA** e que não foi possível localizar pessoalmente **o(a) apenado(a) MICHELLI APARECIDA DA SILVA** portador(a) do RG 148792747 SSP/PR e CPF 333.715.968-00, nascido(a) aos 12/10/1982, natural de FOZ DO IGUACU, filho(a) de Nome da Mãe: GILZA APARECIDA DA SILVA Nome do Pai: PAULO PEREIRA DA SILVA, estando em local incerto ou não sabido, motivo pelo qual se procede por meio deste sua **INTIMAÇÃO** para que no prazo de 10 (dez) dias efetue o **pagamento das custas processuais no valor de R$ 573,93 (quinhentos e setenta e três reais e noventa e três centavos) e da pena de multaaplicada no valor de R$ 2.084,69 (dois mil e oitenta e quatro reais e sessenta e nove centavos)** , restando advertido de que, conforme a Instrução Normativa nº 65/2021, decorrido o prazo do edital de intimação, sem manifestação do(a) apenado(a), a secretaria deverá providenciar a imediata emissão das guias, a fim de computar os prazos para protesto e expedição de certidão de multa não paga. Ainda, adverte-se que: a) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial - CCJ, o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; b)?após o encaminhamento da CCJ para protesto e durante o tríduo legal previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, o pagamento dos débitos de custas será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente; c) expirado o tríduo legal e realizado o protesto da CCJ, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto emitida pelo devedor no portal do TJPR; d) não havendo pagamento espontâneo da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa; e) após a expedição da certidão de dívida ativa da pena de multa, anteriormente ao ajuizamento da execução da pena de multa, o(a) apenado(a) poderá pagar a dívida de multa por meio de depósito judicial vinculado aos autos da ação penal.

Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado.

Foz do Iguaçu, 25 de agosto de 2023.
Luciano de Miranda Barreto
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
1ª VARA CRIMINAL DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Av. Pedro Basso, 1001 - 1º Andar - Polo Centro - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-915 - Fone: (45) 3308-8009 - Celular: (45) 3308-8009 - E-mail: fi-5vj-e@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO - CUSTAS/MULTA - 0003010-09.2021.8.16.0030 - PRAZO DE 30 (trinta) DIAS
DESTINATÁRIO: RAFAEL MATHEUS DE OLIVEIRA

A Juíza de Direito Danuza Zorzi Andrade, da 1ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu/PR, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de 283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário, sob nº **0003010-09.2021.8.16.0030**, em que é autor o Ministério Público do Estado do Paraná, e réu(s) **RAFAEL MATHEUS DE OLIVEIRA GONZALEZ** e que não foi possível localizar pessoalmente **o(a) apenado(a) RAFAEL MATHEUS DE OLIVEIRA GONZALEZ** portador(a) do RG 105116373 SSP/PR e CPF 106.977.159-73, nascido(a) aos 28/12/1996, natural de FOZ DO IGUACU/PR, filho(a) de Nome da Mãe: IRENÍ TEREZINHA RODRIGUES DE OLIVEIRA GONZALEZ Nome do Pai: ADILSON GONZALEZ, estando em local incerto ou não sabido, motivo pelo qual se procede por meio deste sua **INTIMAÇÃO** para que no prazo de 10 (dez) dias efetue o **pagamento das custas processuais no valor de R$ 770,87 (setecentos e setenta reais e oitenta e sete centavos) e da pena de multa aplicada no valor de R$ 890,21 (oitocentos e noventa reais e vinte e um centavos)** restando advertido de que, conforme a Instrução Normativa nº 65/2021, decorrido o prazo do edital de intimação, sem manifestação do(a) apenado(a), a secretaria deverá providenciar a imediata emissão das guias, a fim de computar os prazos para protesto e expedição de certidão de multa não paga. Ainda, adverte-se que: a) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial - CCJ, o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; b)? após o encaminhamento da CCJ para protesto e durante o tríduo legal previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, o pagamento dos débitos de custas será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente; c) expirado o tríduo legal e realizado o protesto da CCJ, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto emitida pelo devedor no portal do TJPR; d) não havendo pagamento espontâneo da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa; e) após a expedição da certidão de dívida ativa da pena de multa, anteriormente ao ajuizamento da execução da pena de multa, o(a) apenado(a) poderá pagar a dívida de multa por meio de depósito judicial vinculado aos autos da ação penal.

Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado.

Foz do Iguaçu, 25 de agosto de 2023.
Luciano de Miranda Barreto
Técnico Judiciário

2ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS E INTERESSADOS COM PRAZO DE 10 DIAS. O DOUTOR GABRIEL LEONARDO SOUZA DE QUADROS, M.M. JUIZ DE DIREITO DESTA SEGUNDA VARA CÍVEL, na forma da lei, FAZ SABER, aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos sob nº 0012798-76.2023.8.16.0030, de Interdição/Curatela, promovida por Maria Celia de Menezes Fane, inscrita no CPF n°. 942.835.596-87, em face de ITAMAR GONÇALVES FANE, inscrito CPF n°. 824.407.786-72, que pelo presente INTIMA TERCEIROS E INTERESSADOS, por todo o conteúdo da sentença em seguida transcrita. SENTENÇA: 1. Vistos e examinados estes autos de Pedido de Interdição; 2. Alega, na petição inicial, que o interditando é incapaz de gerir sua pessoa e interesses, pois é acometido de deficiência mental incapacitante, conforme laudo médico acostado à inicial; 3. Foi realizada entrevista do interditando, constatando-se sua incapacidade; 4. A curadora especial, nomeado(a) para o feito, não apresentou oposição ao pedido. É o relatório. Passo a decidir; 5. É caso de acolhimento do pedido, pois, conforme declaração médica acostada junto ao ev. 1.11, o(a) interditando(a) possui comprometimento grave de suas funções cognitivas, compatível com a CID 10 - F062. 6. Tal laudo é corroborado pelas impressões trazidas na presente audiência de entrevista pessoal do(a) interditando(a). 7. Denota-se, por fim, que a curadora indicada é esposa do interditando, o que recomenda sua nomeação. 8. Do exposto, decreto a interdição da parte requerida, declarando-o incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 1767, inc. I, do Código Civil e nomeio-lhe como curador(a) Sr(a). Maria Celia de Menezes Fane, o(a) qual deverá prestar o compromisso legal, sem necessidade da especialização da hipoteca legal (art. 755, I e art. 759, I, ambos do CPC). 9. Em obediência ao disposto no art. 755 §3º do Código de Processo Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se, na forma do referido dispositivo legal, por 3 vezes, com intervalo de 10 dias. 10. Cumpram-se as demais diligências necessárias. 11. Sem custas. No mais, restou nomeada a advogada ALINE SIMÕES SOUZA OAB/PR 94561, para exercer função de curadora da parte interditada, em face do quadro reduzido de Defensores Públicos na comarca, que os impede de atender todas as demandas existentes. 12. Assim, o arbitramento de honorários, em favor do(a) Curador(a), em razão dos serviços prestados é medida que se impõe, devendo o ônus ser suportado pelo Estado do Paraná, nos termos da Lei Estadual nº 18.664/2015 e Resolução Conjunta nº 15/2019 - PGE/SEFA. 13. Portanto, nos termos da fundamentação supra, condeno o Estado do Paraná ao pagamento dos honorários advocatícios, em favor da curadora nomeada, que fixo em R$500,00 (quinhentos reais), diante da defesa e acompanhamento em audiência de interrogatório. 14. Ciência ao ente estatal. 15. P.R.I. 16. Por fim defiro a dispensa do prazo recursal, determinando a imediata expedição do termo do compromisso legal. 17. Dou os presentes por intimados.

18. Diligências necessárias." Nada mais havendo do que para constar, lavrei da presente termo, que lido e achado conforme segue devidamente assinado. Eu, Angela Maria Francisco, escrivã, o digitei. Assinado digitalmente Gabriel Leonardo Souza de Quadros Juiz de Direito". E, para que ninguém possa alegar ignorância, e expedido o presente edital, que será afixado na sede deste Juízo e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca, aos dia 21 de agosto de 2023. Eu, Angela Maria Francisco, escrivã, subscrição autorizada, portaria 01/2021, o digitei. (assinado digitalmente) GABRIEL LEONARDO SOUZA DE QUADROS Juiz de Direito

3ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

Edital de Intimação - Prazo 10 (dez) dias

Processo:	0004091-90.2021.8.16.0030
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Sumário
Assunto Principal:	Crimes de Trânsito
Data da Infração:	19/02/2021
Autor(s):	• MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Réu(s):	• JHONATAN CARLOS GOMES SILVA

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu abaixo nominado e qualificado abaixo, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que comparecer ao Fórum de Justiça nesta 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, localizado na Av. Pedro Basso, 1001, Jardim Polo Centro, a fim de participar da audiência designada para a data abaixo. E, para que chegue ao conhecimento da/o(s) mesma/o(s) e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.
Réu: JHONATAN CARLOS GOMES SILVA (RG: 104752934 SSP/PR e CPF/CNPJ: 075.523.809-50) ; Nome da Mãe: CRISTIANE GOMES Nome do Pai: JOSÉ CARLOS DOS SANTOS SILVA; nascido aos 23/12/2000 na cidade de FOZ DO IGUACU, atualmente em local incerto e não sabido.
Data da Audiência: DATA / HORÁRIO / LOCAL DA AUDIÊNCIA: 23 de outubro de 2023 às 14:30 horas - Modalidade: Semipresencial - Chave da Audiência: PADT7 HWEPN H649N F6DLW .
DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 06 de setembro de 2023.
Foz do Iguaçu, 06 de setembro de 2023.
ANDRE LUIZ DA SILVA
Analista Judiciário

Edital de Intimação - Prazo 10 (dez) dias

Processo:	0017991-77.2020.8.16.0030
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal:	Falsificação de documento público
Data da Infração:	02/09/2016
Autor(s):	• MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Réu(s):	• CELIA WERNKE

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu abaixo nominado e qualificado abaixo, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que comparecer ao Fórum de Justiça nesta 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, localizado na Av. Pedro Basso, 1001, Jardim Polo Centro, a fim de participar da audiência designada para a data abaixo. E, para que chegue ao conhecimento da/o(s) mesma/o(s) e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.
Réu: CELIA WERNKE (RG: 48860370 SSP/PR e CPF/CNPJ: 829.673.699-34); Nome da Mãe: CECILIA WERNKE Nome do Pai: JOSE WERNKE; nascido aos 16/10/1969 na cidade de SAO MIGUEL DO IGUACU, atualmente em local incerto e não sabido.
Data da Audiência: DATA / HORÁRIO / LOCAL DA AUDIÊNCIA: 20 de outubro de 2023 às 15:50 horas - Modalidade: Semipresencial - Chave da Audiência: PABEZ 22G2W 2MAH3 VHJCP .
DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 06 de setembro de 2023.
Foz do Iguaçu, 06 de setembro de 2023.
ANDRE LUIZ DA SILVA
Analista Judiciário

Edital de Intimação - Prazo 10 (dez) dias

Processo:	0033773-61.2019.8.16.0030
Classe Processual:	Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal:	Furto Qualificado
Data da Infração:	05/11/2019
Autor(s):	• MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Vítima(s):	• DEBORA ALICE AURELIANO SILVA
Réu(s):	• CARLOS EDUARDO DE SOUZA FARIA

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu abaixo nominado e qualificado abaixo, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que comparecer ao Fórum de Justiça nesta 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, localizado na Av. Pedro Basso, 1001, Jardim Polo Centro, a fim de participar da audiência designada para a data abaixo. E, para que chegue ao conhecimento da/o(s) mesma/o(s) e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.
Réu: CARLOS EDUARDO DE SOUZA FARIA (RG: 157839446 SSP/PR e CPF/CNPJ: 105.780.617-08); Nome da Mãe: ANILSE DE SOUZA FARIA Nome do Pai: CARLOS HENRIQUE FARIA; nascido aos 20/02/1984 na cidade de RIO DE JANEIRO, atualmente em local incerto e não sabido.
Data da Audiência: DATA / HORÁRIO / LOCAL DA AUDIÊNCIA: 06 de outubro de 2023 às 13:30 horas - Modalidade: Semipresencial - Chave da Audiência: PAZEZ 6VJJ2 SEXMM BXVAS .
DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 06 de setembro de 2023.
Foz do Iguaçu, 06 de setembro de 2023.
ANDRE LUIZ DA SILVA
Analista Judiciário

Edital de Intimação - Prazo 10 (dez) dias

Processo:	0029517-70.2022.8.16.0030
Classe Processual:	Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Assunto Principal:	Tráfico de Drogas e Condutas Afins
Data da Infração:	08/11/2022
Autor(s):	• MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Vítima(s):	• ESTADO DO PARANÁ
Réu(s):	• SONIA ELIZABETH CRISTALDO MORALES

O Excelentíssimo Doutor Gustavo Germano Francisco Arguello, Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da lei,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu abaixo nominado e qualificado abaixo, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que comparecer ao Fórum de Justiça nesta 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, localizado na Av. Pedro Basso, 1001, Jardim Polo Centro, a fim de participar da audiência designada para a data abaixo. E, para que chegue ao conhecimento da/o(s) mesma/o(s) e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, com o prazo já mencionado e afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume.
Réu: SONIA ELIZABETH CRISTALDO MORALES (RG: 163532891 SSP/PR e CPF/CNPJ: 713.178.951-85); Nome da Mãe: FELICIA MORALES Nome do Pai: SILVINO CRISTALDO; nascido aos 10/05/1993 na cidade de PARAGUAI/, atualmente em local incerto e não sabido.
Data da Audiência: DATA / HORÁRIO / LOCAL DA AUDIÊNCIA: 12 de setembro de 2023 às 14:10 horas - Modalidade: Semipresencial - Chave da Audiência: PAZ47 H762E 4R5NQ 5Z86Q .
DADO E PASSADO nesta comarca de Foz do Iguaçu aos 06 de setembro de 2023.
Foz do Iguaçu, 06 de setembro de 2023.
ANDRE LUIZ DA SILVA
Analista Judiciário

VARA DE EXECUÇÕES PENAIS E CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Avenida Pedro Basso, 1001 - Térreo - Alto São Francisco - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-915 - Fone: 45 3308-8062 - Celular: (45) 3308-8062 - E-mail: fi-8vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO: QUINZE (15) DIAS

Autos nº. 0024825-28.2022.8.16.0030 Requerente: I. L. D. S.

Requerido: LUCAS BORGES BARBOSA, portador(a) do RG , filho(a) de NEUSA MARIA FONSECA BORGES BARBOSA *(Nome Mãe)* e CARLOS *(Nome Pai)*, nascido(a) em 14/04/1992, natural de SÃO PAULO, atualmente em local desconhecido.

Finalidade: Intimação acerca da aplicação, de imediato, de medidas protetivas de urgência.

O Dr. Ariel Nicolai Cesa Dias, Juiz de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Foz do Iguaçu, PR, etc.

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a parte requerida nominada e qualificada inicialmente, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente chama-a para tomar ciência de que, com base nos arts. 22 e 23 da Lei nº 11.340/06, aplicou-se em seu desfavor, de imediato, as seguintes medidas protetivas de urgência: **1- afastamento do lar, assegurando-lhe(s) o direito de retirar seus pertences pessoais; 2- proibição de se aproximar da(s) vítima(s), bem como da residência onde ela(s) está(ão) morando, sendo que fixo em 200 (duzentos) metros o limite máximo de aproximação; 3- proibição de manter contato com a(s) vítima(s) por qualquer meio de comunicação (carta, telefone, etc); 4- proibição de frequentar eventual local de trabalho da(s) vítima(s), observada a mesma distância referida no item 2, supra.**

Ainda, com base no art. 22, §4º, da Lei nº 11.340/06 c/c art. arts. 497 e 537 do NCPC, fixou-se multa de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) para o caso de descumprimento da ordem, incidente a cada episódio de descumprimento, sem prejuízo da respectiva responsabilidade penal, cabendo desde já esclarecer que a execução da referida multa é de competência do juízo cível. Deve ficar o requerido ainda advertido que o descumprimento da ordem caracteriza crime punido com pena de detenção de 03 meses a 02 anos (art. 24-A da Lei nº 11.340/06) e poderá resultar no decreto de sua prisão preventiva (art. 20 da Lei nº 11.340/06), além de acarretar a incidência da multa fixada.

Fica fixado, ainda, o prazo de validade da medidas aplicadas em 06 (seis) meses, contados a partir da intimação do representado, resguardado o direito da vítima de postular a prorrogação do prazo fixado mediante pedido fundamentado. Se instaurado inquérito policial relacionado aos fatos, observados os princípios da máxima proteção e eficiência, o prazo de validade acima fixado fica automaticamente prorrogado até 06 (seis) meses após o arquivamento do inquérito ou o término da respectiva ação penal, salvo deliberação judicial expressa em sentido diverso.

Outrossim, autorizo o representado a retirar os seus pertences de uso pessoal do lar comum quando do cumprimento do mandado de afastamento do lar, devendo informar seu novo endereço no ato da intimação diretamente ao/à Oficial/a de Justiça ou, caso ainda não saiba, deverá informá-lo à secretaria deste juízo no prazo de 05 (cinco) dias, comunicando em igual prazo qualquer alteração.

O procedimento simplificado previsto nos arts. 12, III e 18 da Lei nº 11.340/06 não prevê a possibilidade de apresentação de resposta, estando a competência deste juízo criminal limitada no presente procedimento à aplicação e eventual revisão das medidas protetivas de urgência previstas na Lei nº 11.340/06. Diante da omissão legislativa e em atenção ao disposto no art. 5º, LV, da CF fixou-se em 05 (cinco) dias o prazo para eventual pedido de revisão da presente decisão pelo/a(s) representado/a(s), sendo indispensável a representação por advogado.

Registro que, ressalvada a possibilidade de interposição de recurso contra a presente decisão, sendo a competência deste juízo criminal limitada à aplicação das medidas protetivas de urgência previstas na Lei nº 11.340/06, eventuais discussões relativas às questões cíveis e/ou de família devem ser travadas através das vias próprias, perante o juízo competente (art. 18, §1º, da Resolução nº 93/2013 do C. OE/TJPR). Destaco, outrossim, que as medidas protetivas ora aplicadas são restritas à(s) vítima(s) e eventuais familiares expressamente indicados nesta decisão, pelo que na hipótese de haver filho/a(s) em comum não são óbice ao exercício dos direitos de guarda e de visitas dos envolvidos, ao quais cabe harmonizar tais direitos através das vias próprias, observado que as medidas protetivas aplicadas não alcançam eventual prole em comum.

E, para que chegue ao conhecimento da parte e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que foi devidamente afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume, bem como publicado no Diário da Justiça. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, aos 06 de setembro de 2023.

Foz do Iguaçu, 06 de setembro de 2023.
ADHAM MOHAMED EL MOKHTAR IBRAHIM
Técnico Judiciário

OBSERVAÇÃO: O processo tramita de forma eletrônica através do sistema PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Avenida Pedro Basso, 1001 - Térreo - Alto São Francisco - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-915 - Fone: 45 3308-8062 - Celular: (45) 3308-8062 - E-mail: fi-8vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO: SESSENTA (60) DIAS

Autos nº. 0014151-35.2015.8.16.0030 Autor: Ministério Público do Paraná

Réu: JAIR DE SOUZA, portador(a) do RG 80072279 SSP/PR, filho(a) de ANTONIA TAVARES DE OLIVEIRA *(Nome Mãe)* e ADAO DE SOUZA *(Nome Pai)*, nascido(a) em 30/08/1981, natural de FOZ DO IGUACU, atualmente em local desconhecido.

Finalidade: Intimação da sentença proferida nos autos supra Data da sentença: 22/08/2023

Dispositivo: "*Em face do exposto, julgo IMPROCEDENTE o pedido formulado na denúncia em desfavor do/a (s) acusado/a(s) JAIR DE SOUZA, já qualificado(a)/s, e o(a)/s ABSOLVO das sanções do(s) art (s). 217-A, "caput", c/c art. 226, II, ambos do CP, com base no art. 386, VII, do CPP. Custas pelo Estado.*"

O Dr. Ariel Nicolai Cesa Dias, Juiz de Direito do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Foz do Iguaçu, PR, etc.

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a parte ré nominada e qualificada inicialmente, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente intima-a do inteiro teor da sentença proferida nos autos supra, que julgou improcedente o pedido formulado na denúncia em desfavor do acusado, absolvendo-o em relação aos autos em epígrafe.

Fica ainda ciente o acusado de que possui o prazo de 05 (cinco) dias para recorrer da decisão.

E, para que chegue ao conhecimento da parte e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que foi devidamente afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume, bem como publicado no Diário da Justiça.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, aos 05 de setembro de 2023.

ADHAM MOHAMED EL MOKHTAR IBRAHIM
Técnico Judiciário

OBSERVAÇÃO: O processo tramita de forma eletrônica através do sistema PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU - PROJUDI
Avenida Pedro Basso, 1001 - Térreo - Alto São Francisco - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.863-915 - Fone: 45 3308-8062 - Celular: (45) 3308-8062 - E-mail: fi-8vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO: SESSENTA (60) DIAS

Autos nº. 0039395-24.2019.8.16.0030 Autor: Ministério Público do Paraná

Réu: ALESSANDRA BATISTA DOS SANTOS, portador(a) do RG 133300929 SSP/PR, filho(a) de LUCIANA ANDREA BATISTA BRANDÃO *(Nome Mãe)* e ROMILDO DOS SANTOS *(Nome Pai)*, nascido(a) em 20/05/1996, natural de FOZ DO IGUACU, atualmente em local desconhecido.

Finalidade: Intimação da sentença proferida nos autos supra Data da sentença: 25/08/2023

Dispositivo: "Posto isso, julgo IMPROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para ABSOLVER a acusada ALESSANDRA BATISTA DOS SANTOS, qualificada nos autos, da imputação do art. 129, §9º, do Código Penal, nas disposições da Lei 11.340/2006, com fulcro no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal."

O Dr. Hugo Michelini Júnior Juiz de Direito Substituto do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Foz do Iguaçu, PR, etc.

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a parte ré nominada e qualificada inicialmente, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente intima-a do inteiro teor da sentença proferida nos autos supra, que julgou improcedente o pedido formulado na denúncia em desfavor do acusado, absolvendo-o em relação aos autos em epígrafe.

Fica ainda ciente o acusado de que possui o prazo de 05 (cinco) dias para recorrer da decisão.

E, para que chegue ao conhecimento da parte e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que foi devidamente afixado no Edifício do Fórum local, no lugar de costume, bem como publicado no Diário da Justiça.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Foz do Iguaçu, aos 05 de setembro de 2023.

ADHAM MOHAMED EL MOKHTAR IBRAHIM
Técnico Judiciário

OBSERVAÇÃO: O processo tramita de forma eletrônica através do sistema PROJUDI, cujo endereço na web é http://projudi2.tjpr.jus.br/projudi/

GOIOERÊ

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU

E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

Doutor Christian Palharini Martins, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Goioerê, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com prazo de 10 (dez) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não sendo possível citar pessoalmente **JOSELMA DOS DANTOS,** nascido aos 01/01/1984, RG 15.891.517-0/SP/PR, filho de Josefa Maris dos Santos e Joaquim Rozeno dos Santos. Atualmente em lugar incerto, atualmente em lugar incerto, **Processo Criminal n.º 0003378-84.2020.8.16.0084-CITA-O** para se ver processar até o final julgamento do processo a que responde, Assim agindo, incorreram o denunciado **JOSELMA DOS DANTOS,** art. 163, parágrafo único, I (FATO 1) e art. 129 (FATO 2), na forma do art. 69. FATO 1FATO 1Em 09 de setembro de 2020, por volta das 09h50min, em residência localizada na Avenida Paraná, 97, Jaracatiá, Goioerê/PR, a denunciada JOSELMA DOS SANTOS, com consciência, vontade e mediante emprego de violência e grave ameaça consistente em lesões corporais e emprego de faca, destruiu roupas e pacotes de alimentos e deteriorou porta de metal, guarda-roupas, armário de cozinha, batente de porta e roteador de internet, avaliados em R $ 2.000,00 (dois mil reais),
pertencentes à IONE RODRIGUES DO NASCIMENTO. FATO 2 Na mesma data, local e horário dos fatos anteriores, a denunciada JOSELMA DOS SANTOS, com consciência e vontade, ofendeu a integridade corporal de IONE RODRIGUES DO NASCIMENTO mediante v. **DADO E PASSADO** nesta Cidade e Comarca de Goioerê, Estado do Paraná, aos cinco (05) de setembro (09) do ano do dois mil e vinte e três (2023). Eu.....(Fernando Henrique Bonache), Chefe de Secretaria, o digitei.

EDITAL DE CITAÇÃO E NOTIFICAÇÃO
Doutor Christian Palharini Martins, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Goioerê, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, etc...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com prazo de 10 (dez) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não sendo possível citar pessoalmente **CESAR JOAQUIM RIBEIRO DE LIMA,** nascido aos 14/09/2001, RG 15.924.024-0/SP/PR, filho de Mariana Ribeiro e Cesar de Lima. Atualmente em lugar incerto, atualmente em lugar incerto, **Processo Criminal n.º 0004746-31.2020.8.16.0084-CITA-O** para se ver processar até o final julgamento do processo a que responde, Assim agindo, incorreram o denunciado **CESAR JOAQUIM RIBEIRO DE LIMA,** artigo No 61,II, "h",, e conforme art. 71, todos do CP. FATO 1 Em data e horário não especificados, mas entre 14 de outubro e 5 de novembro de 2020, próximo à Avenida Ferdinando Adamo, 1218, Moreira Sales/PR, Comarca de Goioerê/PR, o denunciado CESAR JOAQUIM RIBEIRO DE LIMA, com consciência e vontade, subtraiu para si o cartão poupança da conta 5107-2, agência 4603, Caixa Econômica Federal, de titularidade do ofendido idoso JOAQUIM INACIO DA SILVA, então com 76 anos (BO, mov. 1.2; declarações, mov. 1.3 e 1.6). FATO 2
Em datas e horários não esclarecidos, mas no período de 14 de outubro a 05 de novembro de 2020, no caixa automático da agência do banco Caixa Econômica Federal de Moreira Sales/PR, o denunciado CESAR JOAQUIM RIBEIRO DE LIMA, com consciência e vontade, fazendo uso do cartão acima mencionado e senha costumeiramente a ele anexada pelo titular, o ofendido idoso JOAQUIM INACIO DA SILVA, dele subtraiu para si quantias monetárias variadas, por meio de saques que totalizaram R$ 11.304,00 (BO, mov,1.2; declarações, mov. 1.3 e 1.6; interrogatório, mov. 10.1; auto de avaliação, mov. 10.2). **DADO E PASSADO** nesta Cidade e Comarca de Goioerê, Estado do Paraná, aos cinco (05) de setembro (09) do ano do dois mil e vinte e três (2023). Eu.....(Fernando Henrique Bonache), Chefe de Secretaria, o digitei.
FERNANDO HENRIQUE BONACHE
Chefe de Secretaria

Edital de Intimação

O Doutor Christian Palharini Martins, Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Goioerê, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, etc.
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com prazo de 60 (sessenta) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não sendo possível intimar pessoalmente **JULIANA OLIVEIRA DA SILVA**, nascido em 09/09/1988, filho de Maria Rocha de Oliveira e Darci da Silva, portador do CI RG nº 13.679.119-2/SSP/PR. Atualmente em lugar incerto, nos autos de **AÇÃO PENAL- PROCEDIMENTO ORDINÁRIO** nº **0003834-63.2022.8.16.0084**. **INTIMA- O** da sentença datada de 01/09/2023, cuja parte dispositiva segue transcrita adiante, ficando ciente que os autos e o inteiro teor da decisão encontram-se disponíveis para consulta na serventia: "(...) **III - DISPOSITIVO** - Face ao exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a denúncia para **CONDENAR a** ré **JULIANA OLIVEIRA DA SILVA**, nas penas dos crimes do art. 331 do CP (fato 01), o que o faço com lastro no art. 387 do CPP e ABSOLVÊ-LA da imputação do crime do art. 163 parágrafo único inciso I do CP (fato 02), com fulcro no art. 386 inciso VII do CPP.. Condeno ainda os acusados no pagamento das custas processuais. Logo, fixo a pena definitiva em 07 (sete) meses de detenção, devendo ser cumprido no regime semiaberto: **DADO E PASSADO** nesta Cidade e Comarca de Goioerê, Estado do Paraná, cinco (05) de setembro (09) do ano de dois mil e vinte e três (2023). Eu.....(Fernando Henrique Bonache), Chefe de Secretaria, o digitei e subscrevo.

GRANDES RIOS

JUÍZO ÚNICO

Edital Geral - Cível

2

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE GRANDES RIOS
VARA CÍVEL DE GRANDES RIOS - PROJUDI
Avenida José Monteiro de Noronha, s/n - Ed. Fórum - Centro - Grandes Rios/PR - CEP: 86.845-000 - Fone: (43) 3572-8598 - E-mail: nels@tjpr.jus.br
EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROSPRAZO DE 10 dias úteis
A MM. Juíza de Direito da Vara Judicial desta Comarca de Grandes Rios/PR, **DRA. MARIA ÂNGELA CAROBREZ FRANZINI;**
PROCESSO: Curatela sob nº 0000057-67.2022.8.16.0085 REQUERENTE: AGENOR TORQUATOREQUERIDO: WELINTON DE FREITAS TORQUATODATA DA SENTENÇA: 23/06/2023 Limites da Curatela: restrita a aspectos patrimoniais e negociais.CURADORA NOMEADA: AGENOR TORQUATO
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Neusa Salvador de Lima, Escrivã, conferi e digitei.***Grandes Rios, 09 de agosto de 2023.***
Neusa Salvador de Lima
Escrivã Designada assino Autorizado pela Portaria 08/2020 **OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

GUARAPUAVA

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE DECLARAÇÃO DE SENTENÇA PROFERIDA, EM AÇÃO DE INTERDIÇÃO, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
O DOUTOR RAFHAEL WASSERMAN, JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.
FAZ SABER, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos nº 0003810-97.2022.8.16.0031 de AÇÃO DE INTERDIÇÃO, em que são Requerentes Elise Margareth Mendes Pedroso Carvalho e Lucas Mendes Pedroso Dos Santos e Requerido Israel Mendes Pedroso Dos Santos, na qual foi declarada por sentença a INTERDIÇÃO de Israel Mendes Pedroso Dos Santos, nomeando como curadores Elise Margareth Mendes Pedroso Carvalho e Lucas Mendes Pedroso Dos Santos para os atos da vida civil relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, observando que curatela não abrange os direitos positivados no art. 6º e no art. 85, §1º, da Lei nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência, com a observância da atribuição do efeito ex tunc à sentença que declarou a interdição de João Francisco Zarpellon, a fim de que seja considerada a incapacidade do curatelado desde abril de 2005, consoante determinação do Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná .
ADVERTÊNCIA: Para que todos saibam e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital, que será publicado na imprensa competente e fixado no Átrio do Fórum, conforme Lei. PRAZO DO EDITAL: 30 (trinta) dias.
Guarapuava, 08 de setembro de 2023.

Juliano Vinícius Netto **Maria Cláudia G. Santos**

Chefe de Secretaria

Supervisora de Secretaria
Aut. Portaria 01/2020

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CRIMINAL DE GUARAPUAVA - PROJUDI
Av. Manoel Ribas, 500 - Santana- Guarapuava/PR - CEP: 85.070-180 - Fone: (42)-33087408

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 90 DIAS Autos 0016052-88.2022.8.16.0031
ANTONIO REPULA
A Dra. Erika Luiza Dias Pinto Taborda, MMª. Juíza de Direito da Primeira Vara Criminal da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, etc.
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 90 (noventa) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente ANTONIO REPULA, RG nº 24708845 SSP/PR (RG validado no IIPR sob o nº 11016710), CPF nº 045.741.489-85, filho de IZABEL IACZESZYN REPULA e de RAPHAEL REPULA, nascido aos 28/11/1974, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-O para tomar ciência da r. Sentença proferida em 06/04/2023 nos autos sob nº 0016052-88.2022.8.16.0031, a qual CONDENOU o réu em tela pelo cometimento do(s) delito(s) previsto(s) no(s) artigo 157 caput do código penal, ao cumprimento de 4 anos e 8 meses de reclusão a ser(em) cumprido(s) inicialmente em regime Semiaberto, bem como ao pagamento de 12 dias-multa, na proporção de 1/30 do salário mínimo vigente na data dos fatos, devidamente atualizado.
E para que chegue ao conhecimento da parte mandei expedir o presente Edital, que será publicado pela Imprensa Oficial e afixado no átrio do Fórum local.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, aos 06/09/2023. Eu Surama Kluber, Técnica Judiciária, digitei e subscrevi.
Erika Luiza Dias Pinto Taborda
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE GUARAPUAVA
1ª VARA CRIMINAL DE GUARAPUAVA - PROJUDI
Av. Manoel Ribas, 500 - Santana- Guarapuava/PR - CEP: 85.070-180 - Fone: (42)-33087408

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS
Autos 0015516-19.2018.8.16.0031
KARLA KATHERINE DE SOUZA
A Dra. Erika Luiza Dias Pinto Taborda, MMª. Juíza de Direito da Primeira Vara Criminal da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, etc.
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 30 (trinta) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente KARLA KATHERINE DE SOUZA, RG nº 111048320 SSP/PR (RG validado no IIPR sob o nº 11104832), CPF nº 084.879.549-01, filha de CATARINA CORDEIRO DA SILVA SOUZA e de CARLOS MARINDO DE SOUZA, nascida aos 17/08/1994, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-A para que, no prazo de 10 (dez) dias, promova o pagamento ou o pedido de parcelamento das custas processuais e da pena de multa, sob pena de execução nos autos de Processo Crime nº 0015516-19.2018.8.16.0031.
Fica a ré devidamente intimada de que o inadimplemento ocasionará a emissão de certidão de crédito judicial, protesto dos valores devidos e lançamento em dívida ativa na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito (SPC/SERASA).
Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado exclusivamente: A) durante o tríduo previsto no Art. 12 da Lei 9492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente; B) Após a lavratura do protesto, por meio de guia emitida no portal do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. E para que chegue ao conhecimento da parte mandei expedir o presente Edital, que será publicado pela Imprensa Oficial e afixado no átrio do Fórum local.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, aos 05/09/2023. Eu Surama Kluber, Técnica Judiciária, digitei e subscrevi.
Erika Luiza Dias Pinto Taborda
Juíza de Direito

3ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO DE YNAIÃ GRALAKO FONTANELLA
O DOUTOR BERNARDO FAZOLO FERREIRA, JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GUARAPUAVA, ESTADO DO PARANÁ.
FAZ SABER, aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos **nº 0016354-65.2019.8.16.0031** de **AÇÃO DE INTERDIÇÃO** em que é requerente **JEANE MARIA GRALAKI** e interditada **YNAIÃ GRALAKO FONTANELLA,** portadora do RG nº 12.855.717- 2 e CPF/MF nº 069.317.639-38, que foi proferida sentença no evento 150.1 do processo eletrônico que segue transcrita em cumprimento ao artigo 755, § 3º do CPC: **"[...] Ante o exposto, com suporte no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, e artigos 1.767 e 1.775, caput, do Código Civil e artigo 84, §1°, da Lei nº 13.146/15, JULGO PROCEDENTES os pedidos para o fim de submeter a requerida à curatela, tomando como necessário que seja assistida por curadora quando da prática de atos de natureza patrimonial e negocial, sob pena de invalidade do ato; restringindo, assim, que sem acompanhamento do sua curadora possa emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandada. Nomeio como curadora da interdita a Sra. JEANE MARIA GRALAKI FONTANELLA, que deverá prestar compromisso competindo-lhe a assistência exclusivamente quanto aos atos que possam comprometer o patrimônio do incapaz (artigo 1.782, do Código Civil), nos termos do artigo 759 do Código de Processo Civil, destacando-se os deveres constantes dos artigos 1.740 a 1.752 do Código Civil e artigo 92 da Lei dos Registros Públicos, no que couber. O início do exercício da curatela não fica condicionado à especialização de hipoteca legal. Os valores recebidos a qualquer título, inclusive de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde, alimentação e bem-estar d interdita. Aplicando-se, no caso, o disposto no artigo 553 do CPC e as respectivas sanções. A presente decisão produz efeito imediato, haja vista que em caso de interposição de recurso o mesmo somente será recebido em seu efeito devolutivo. Em obediência ao disposto no artigo 755, §3º, do CPC e artigo 9º, inciso III, do Código Civil, deverá esta sentença ser inscrita junto ao Ofício do Registro Civil desta Comarca, e publicada na imprensa local por 01 (uma) vez, e no órgão oficial por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. A decisão de interdição deverá ser registrada no cartório de Registro de Pessoas Naturais desta Comarca (na forma dos artigos 89 e 92 da Lei dos Registros Públicos), com observância do que dispõe o parágrafo único do artigo 93 da Lei de Registros Públicos. Somente após é que será lavrado o termo de curatela definitivo. Expedir ofício neste sentido, salientando-se para a necessidade de se confirmada a realização dos atos na forma do item 15.9.5 do Código de Normas, bem como de ser informado o cartório aonde foi lavrado o nascimento ou casamento, para as anotações devidas (artigos 106 e 107, § 1º da Lei dos Registros Públicos, de acordo com o item 15.9.7 e 15.1.1.3, inciso X, do Código de Normas). Sem custas. Considerando a nomeação de curadora para promoção da defesa da requerida, bem como considerando os trabalhos desempenhados pela causídica, tenho por bem CONDENAR o Estado do Paraná ao pagamento dos respectivos honorários que arbitro em R$ 900,00 (novecentos reais), nos moldes, pois, do decidido pelo E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no bojo da Ap. Cível nº 970.294-1, Rel. Osvaldo Nallim Duarte, julg. 28.11.2012. Considerando o caráter peculiar da ação de interdição e a imprescindibilidade da realização de perícia durante o seu processamento, e também considerando que o ente estatal não fornece estrutura para a realização da prova técnica, com isso submetendo a satisfação dos direitos dos envolvidos à necessidade de nomeação de profissional pelo Juízo, e sobretudo considerando que a parte autora é beneficiária da assistência judiciária gratuita, com fundamento no artigo 95 §3º do Código de Processo Civil, arbitro os honorários periciais em prol da perita nomeada pelo Juízo em R$ 500,00 (quinhentos reais), a serem suportados pelo Estado do Paraná. Com o trânsito em julgado expedir certidão explicativa que ateste o teor destas condenações para serem fornecidas aos respectivos titulares dos créditos, propiciando possam executá-los em procedimento próprio, devendo ser remetida por meio de carta principalmente em prol da perita nomeada que não possui acesso ao sistema eletrônico de processamento. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Nada mais para constar, remetam-se os autos ao Cartório Distribuidor para que proceda as baixas necessárias, ficando autorizado desde logo o arquivamento. Guarapuava, data da assinatura eletrônica. BERNARDO FAZOLO FERREIRA Juiz de Direito".**
Eu, (Rodrigo Ramos Amaral Cidade) Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.
BERNARDO FAZOLO FERREIRA
Juiz de Direito
(Assinado Digitalmente)

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS

PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital Geral

EDITAL COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS PARA INTIMAÇÃO DE IVO MARCELO NOCERA. "JUSTIÇA GRATUITA" NÚMERO DO PROCESSO: 0017063-55.2022.8.16.0031 NATUREZA DA AÇÃO: EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL EXEQUENTES: C.M.R REPRESENTADO POR J.R DE S. ADVOGADAS: WILSON TEIXEIRA TERENCIO OAB 64585 EXECUTADO: IVO MARCELO NOCERA O DOUTOR GLAUCO ALESSANDRO DA SILVA, JUIZ DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES E ANEXOS DA COMARCA DE GUARAPUAVA, faz saber, a quem o conhecimento deste haja de pertencer, especialmente a IVO MARCELO NOCERA, que e por este Juízo tramita a processo nº 0017063-55.2022.8.16.0031 de ação de Execução de Título Judicial, em que são autores C.M.R REPRESENTADO POR J.R DE S., que pelo presente fica o executado IVO MARCELO NOCERA intimado dos termos da ação proposta, a qual aduz o seguinte Pelo presente edital fica o executado intimado: A) Para que, no prazo de 03 (três) dias, efetue o pagamento, prove que o fez ou justifique a impossibilidade de efetuá-lo, por meio de advogado ou de defensor público, sob pena de protesto do pronunciamento judicial e de decretação da sua prisão em regime fechado pelo prazo de 01 (um) a 03 (três) meses, com a advertência de que o cumprimento da pena não o exime do pagamento das prestações vencidas e vincendas, nos termos dos parágrafos do artigo 528 do Código de Processo Civil, sendo que, verificada conduta procrastinatória, será dada ciência ao Ministério Público dos indícios da prática do crime de abandono material, nos moldes preconizados pelo artigo 532 do mesmo código; B) Que em caso de realização de pagamento total ou parcial, deverá realizar a comprovação por meio de advogado ou defensor público, que deverá, em sua manifestação, além de apresentar o(s) documento(s) comprobatório(s), indicar precisamente o mês e o ano a que cada documento se refere, apresentando, ainda, cálculo atualizado do valor que porventura não foi pago na hipótese de alegação ou reconhecimento de adimplemento parcial; C) Que com fundamento nos artigos 85 e 827 do Código de Processo Civil, foram arbitrados os honorários advocatícios devidos na execução em 10% (dez por cento) do crédito, cujo valor será reduzido pela metade em caso de pagamento no prazo de três dias previstos no artigo 528 do mesmo código, mas, como o crédito de honorários advocatícios não autoriza a decretação da prisão civil, o não adimplemento dessa PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE GUARAPUAVA VARA DE FAMILIA, SUCESSÕES E ANEXOS Avenida Manoel Ribas, 500, Santana - CEP 85.070-180 - Telefone: 42-3308-7400 makl prestação não acarretará a segregação, cuja cobrança deverá ser promovida posteriormente ou em ação própria, observando-se o rito processual adequado; E para que ninguém possa alegar ignorância se passou o presente edital e cópias de igual teor e forma que serão publicadas conforme a lei, para INTIMAÇÃO DE IVO MARCELO NOCERA acerca dos termos da ação sob 0017063-55.2022.8.16.0031, de Execução de Título Judicial em trâmite neste juízo. Guarapuava, 5 de setembro de 2023. Eu, Pedro Asceu Abbegg, Estagiário de Direito, digitei. LETÍCIA DO NASCIMENTO E SILVA Chefe de Secretaria (Autorizada pelo M.M. Juiz de Direito por meio da portaria 03/2012

GUARATUBA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DA REQUERIDA IMOBILIÁRIA TUPY SOCIEDADE LTDA, DOS REUS INCERTOS E DESCONHECIDOS, SEUS SUCESSORES E OS TERCEIROS INTERESSADOS, extraído dos autos de AÇÃO USUCAPIÃO, registrados e autuados sob Número Unificado 0004684-76.2020.8.16.0088, movidos por GERALDO BORGES DA SILVA E OUTROS em face de IMOBILIÁRIA TUPY SOCIEDADE LTDA, em trâmite perante este Juízo da Vara Cível de Guaratuba/PR, com o prazo de 20 (vinte) dias.
O Doutor ANDREI JOSÉ DE CAMPOS - Juiz Substituto da Vara Cível e Anexos,
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem especialmente A REQUERIDA IMOBILIÁRIA TUPY SOCIEDADE LTDA, OS REUS INCERTOS E DESCONHECIDOS, SEUS SUCESSORES E OS TERCEIROS INTERESSADOS, todos atualmente em lugar incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório tramitam os autos acima citados, em que figura como requerentes GERALDO BORGES DA SILVA E OUTROS e como requerida IMOBILIÁRIA TUPY SOCIEDADE LTDA, cujo objeto é o Imóvel constituído pelo lote de terreno nº 13, da Quadra 235, da Planta Geral, desta cidade de Guaratuba-PR, objeto da matrícula de nº 26.566 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaratuba, com área de 420,00m², localizado no Jardim Estoril, com as seguintes medidas e confrontações: medindo 12,00 metros de frente para a Rua Cambará, por 35,00 metros de extensão da frente aos fundos, em ambos os lados, confrontando pela lateral direita com a Rua Visconde do Rio Branco, com a qual faz esquina, pela Lateral Esquerda com o lote nº 14, tendo 12,00 metros na linha de fundos onde limita-se com o lote nº 12, da Planta Geral da Cidade de Guaratuba, neste Estado, e de conformidade com o respeitável despacho proferido na sequência 234.1, por meio do qual foi determinada a expedição do presente edital, para o fim de CITAR A REQUERIDA IMOBILIÁRIA TUPY SOCIEDADE LTDA, OS REUS INCERTOS E DESCONHECIDOS, SEUS SUCESSORES E OS TERCEIROS INTERESSADOS, para querendo, no prazo de quinze (15) dias, contados após o decurso do prazo do presente edital, oferecer MANIFESTAÇAO, sob pena de revelia e reputarem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial pelas partes promoventes (CPC, arts. 335 ao 337, 341 e 344). As partes acima ficam advertidas que, decorrido o prazo acima apontado, sem manifestação, ser-lhe-ão nomeado curador especial, conforme art. 257, IV, do Código de Processo Civil. Tudo em conformidade com a respeitável decisão proferida no mov. 234.1.
Expediu-se o presente edital que será publicado na forma da Lei e afixado no local de costume. Guaratuba, 04 de setembro de 2023. Eu, Bruno Dias Rodrigues - Funcionário Juramentado, o digitei e conferi.
Andrei José de Campos
Juiz Substituto

FORO REGIONAL DE IBIPORÃ DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ROBERTO GOMES DA SILVA
PRAZO DE 15 (quinze) dias.O(A) Juiz(íza) de Direito Camila Covolo de Carvalho, da Vara Criminal de Ibiporã, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal de Competência do Júri, assunto Homicídio Qualificado, sob nº 0002112-73.2022.8.16.0090, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ROBERTO GOMES DA SILVA, e vítima SIDNEI DE SOUZA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ROBERTO GOMES DA SILVA, portador(a) do RG 48719147 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 21/08/1967, natural de UMUARAMA, filho(a) de NAZARE MOTA e JONAS GOMES DA SILVA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 121 - HOMICIDIO QUALIFICADO, Reclusão: 12 a 30 anos, incisos II (motivo fútil) e III (meio cruel), do Código Penal, oferecida em 23/02/2023 e recebida em 05/06/2023, e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Guilherme Thomazelli Barboza Vieira, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Ibiporã, 05 de setembro de 2023.**
GUILHERME THOMAZELLI BARBOZA VIEIRA
ANALISTA JUDICIÁRIOOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de Intimação

A Doutora Camila Covolo de Carvalho, MMª. Juíza de Direito, Estado do Paraná, etc...
FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 15 (quinze) dias, em especial o **noticiado** RODOLFO DE SOUZA, filho de ROSA BRAGA DE SOUZA e de ROMILDO DE SOUZA, inscrito no CPF nº

077.214.999-25 para que compareça a este Fórum, no prazo de 05 (cinco) dias, a fim de que tome ciência do despacho das medidas protetivas concedidas ao seu desfavor.
a) afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;
b) proibição de aproximação da ofendida e de seus familiares num limite mínimo de distância de 100 (cem) metros;
c) proibição de contato com a vítima e seus familiares e testemunhas dos fatos, por qualquer meio de comunicação.
d) Participação ao projeto "ALÉM DO HORIZONTE", deverá em, no máximo, 72 horas após a intimação, o requerido entrar em contato com o Conselho da Comunidade, através do WhatsApp (43) 3258-2249. Em não sendo possível tal contato por via remota, deverá o requerido procurar atendimento presencial no Edifício do Fórum, junto ao Conselho da Comunidade de Ibiporã/PR (R. Guilherme de Melo, 275 - Vila Romana, Ibiporã - PR, 86200-000), para triagem e agendamento dos encontros (Art. 22, § 1° c/c Art. 45, § único da Lei11.340/2006).
Fica advertido, que as medidas possuem o prazo de 180 dias (6 meses), podendo ser renovadas pela noticiante. E para que ninguém alegue ignorância em especial o acusado supra, é expedido o presente Edital que vai afixado em lugar público de costume no saguão do Fórum deste Juízo. Dado e passado neste Cartório da Vara Criminal de Ibiporã, Estado do Paraná, em 05/09/2023____ Gabriela Ayuri Matsubara Gualberto, supervisionada por Marcos Masafumi Yuyama, Chefe de Secretaria, o digitei e subscrevi

---

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): ALEX SANDRO DE SOUZA PEREIRA
PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Camila Covolo de Carvalho, da Vara Criminal de Ibiporã, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0001551-49.2022.8.16.0090, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ALEX SANDRO DE SOUZA PEREIRA, e vítima Estado do Paraná, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **ALEX SANDRO DE SOUZA PEREIRA, portador(a) do RG 123426959 SSP/PR e CPF 078.600.889-08, nascido(a) em 25/08/1982, natural de JATAIZINHO, filho(a) de VERA LUCIA DE SOUZA PEREIRA e JOÃO XAVIER DE SOUZA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do ART 155 - FURTO SIMPLES, a pena de Reclusão: 1 ano e 6 meses na data de 25.06.2023 no regime semiaberto, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Guilherme Thomazelli Barboza Vieira, Analista Judiciário, conferi e digitei.**Ibiporã, 05 de setembro de 2023.**
GUILHERME THOMAZELLI BARBOZA VIEIRA
ANALISTA JUDICIÁRIOOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https:// portal.tjpr.jus.br/projudi**.

IPORÃ

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): SIDNEIA BAGATELLI DOS SANTOS PRAZO DE 15 DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Patricia Reinert Lang, da Vara de Infância e Juventude de Iporã, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Perda ou Suspensão do poder familiar, sob nº 0000581-03.2023.8.16.0094, em que é(são) requerente(s) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e requerida(s) SIDNEIA BAGATELLI DOS SANTOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovente SIDNEIA BAGATELLI DOS SANTOS, portador(a) do RG 157052241 SSP/PR e CPF 702.554.051-03, encontra-se em lugar incerto e não sabido. Desta forma, se procede por meio deste edital sua INTIMAÇÃO acerca da R. Sentença proferida nos autos, ficando ainda CIENTE que, querendo, poderá interpor recurso, no prazo de 15 (quinze) dias. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
Iporã, 05 de setembro de 2023.
Patricia Reinert Lang
Juíza de Direito

IRATI

1ª VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA E ACIDENTES DO TRABALHO

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Maria Dilma Leite Amaral, Luciano Amaral, Giovana, Giorjana e Neri Amaral
PRAZO DE 15 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Amanda Vaz Cortesi Von Bahten, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Irati, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal, assunto Dívida Ativa (Execução Fiscal), sob nº 0000009-36.1989.8.16.0095, em que é exequente ESTADO DO PARANÁ, e executado(a)(s) Neri Costa Amaral, NERAUTO VEICULOS, e que conforme comunicado o falecimento do executado Neri Costa Amaral, se procede por meio deste a **INTIMAÇÃO** dos herdeiros, quais sejam: Maria Dilma Leite Amaral, Luciano Amaral, Giovana, Giorjana e Neri Amaral, no prazo de **15 (quinze) dias**, para eventual habilitação nos autos e recebimento do valor remanescente depositado em Conta Judicial, agência: 0390 conta: 1519680 DV: 2, valor: R$ 305,83, sob pena de conversão dos valores ao FUNJUS. Tudo conforme despacho proferido nos autos supracitados.
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 15 (quinze) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Emerson Sejanoski, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Irati, 06 de setembro de 2023.
Amanda Vaz Cortesi Von Bahten
Juiza de Direito

VARA CRIMINAL, INFÂNCIA E JUVENTUDE, FAMÍLIA E SUCESSÕES

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE IRATI VARA CRIMINAL DE IRATI - PROJUDI Rua Pacífico Borges, 120 - prédio principal - Rio Bonito - Irati/PR - CEP: 84.503-449 - Fone: 42-2104-3149 - Celular: (42) 2104-3123 - E-mail: ira-3vj-e@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): ALEXANDRE VIEIRA PADILHA PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Dawber Gontijo Santos, da Vara Criminal de Irati, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0000992-14.2021.8.16.0095, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ALEXANDRE VIEIRA PADILHA, e que não foi possível localizar pessoalmente a (s) parte(s) Promovido ALEXANDRE VIEIRA PADILHA, portador(a) do RG 13******9 SSP/PR e CPF 107.***.***-10, nascido (a) em 14/07/1999, natural de IRATI/PR, filho(a) de SILVANA APARECIDA VIEIRA e GENTIL PADILHA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e

gerará a Certidão Vencida do Fupen. Advertese de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Zenaide Aparecida Jucki Alessi, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Irati, 05 de setembro de 2023. Dawber Gontijo Santos Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE IRATI VARA CRIMINAL DE IRATI - PROJUDI Rua Pacífico Borges, 120 - prédio principal - Rio Bonito - Irati/PR - CEP: 84.503-449 - Fone: 42-2104-3149 - Celular: (42) 2104-3123 - E-mail: ira-3vj-e@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): ROBSON LUIS RODRIGUES DE SOUZA e ALEXANDRE VIEIRA PADILHA PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Dawber Gontijo Santos, da Vara Criminal de Irati, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0000392-61.2019.8.16.0095, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ALEXANDRE VIEIRA PADILHA e ROBSON LUIS RODRIGUES DE SOUZA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) ROBSON LUIS RODRIGUES DE SOUZA, portador(a) do RG 15******0 SSP/PR e CPF 127.***.***-96, nascido(a) em 26/12/1998, natural de IRATI, filho(a) de AMELIA CARNEIRO RODRIGUES DE SOUZA e ROBSON RODRIGUES DE SOUZA; e ALEXANDRE VIEIRA PADILHA, portador(a) do RG 13******9 SSP/PR e CPF 107.***.****-10, nascido(a) em 14/07/1999, natural de IRATI/PR, filho(a) de SILVANA APARECIDA VIEIRA e GENTIL PADILHA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (WhatsApp) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Zenaide Aparecida Jucki Alessi, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Irati, 05 de setembro de 2023. Dawber Gontijo Santos Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

IRETAMA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE IRETAMA
VARA CÍVEL DE IRETAMA - PROJUDI
Avenida Parana, 510 - CENTRO - Iretama/PR - CEP: 87.280-000 - Fone: 44 3259 7774 - E-mail: crem@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): MARLI RIBEIRO GRECZYSCZYN e MARIO GRECZYSCZYN
PRAZO DE 15 dias úteis

O Juiz de Direito Guilherme de Mello Rossini, da Vara Cível de Iretama, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Cumprimento de sentença, sob nº 0000279-80.2014.8.16.0096, em que é(são) exequente(s) SIDNEY BELLINI, e executado(s) MARLI RIBEIRO GRECZYSCZYN e MARIO GRECZYSCZYN, e como não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) MARIO GRECZYSCZYN, portador(a) do CPF 749.208.989-91; MARLI RIBEIRO GRECZYSCZYN, portador(a) do CPF 038.612.089-70, desta forma, por meio deste edital, procede sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do débito a que foi condenado, no valor total de R$ 23.753,60 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos), acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento, acrescentado de custas processuais. Caso o pagamento não for realizado, acarretará em pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), ambos incidentes cumulativamente sobre o débito atualizado ou sobre o valor restante, em caso de pagamento parcial, nos termos do art. 523, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil. Se efetuado o pagamento integral da dívida no prazo estipulado, fica isento de multa, honorários advocatícios e custas processuais decorrentes do cumprimento de sentença, e havendo pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante da obrigação. A(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que poderá(ão) opor impugnação, por meio de advogado(a), no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir do término do prazo para pagamento voluntário independentemente de penhora ou nova intimação, conforme previsto no art. 525 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Cláudia Regina Mamus Ribeiro, Técnica de Secretaria, conferi e digitei.
Iretama, 05 de setembro de 2023.
Guilherme de Mello Rossini
Juiz de Direito
(Assinado Digitalmente)
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE IRETAMA
VARA CÍVEL DE IRETAMA - PROJUDI
Avenida Parana, 510 - CENTRO - Iretama/PR - CEP: 87.280-000 - Fone: 44 3259 7774 - E-mail: crem@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): SANDRA MARTINS GRENSIGLOVA STEMPKOSKI
PRAZO DE 15 dias úteis

O Juiz de Direito Guilherme de Mello Rossini, da Vara Cível de Iretama, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Cumprimento de sentença sob nº 0000286-53.2006.8.16.0096, em que é(são) exequente(s) ADVOCACIA GRASSANO & ADVOGADOS e executado ALFREDO STEMPKOSKI, e como não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Terceiro SANDRA MARTINS GRENSIGLOVA STEMPKOSKI, cônjuge do executado, portadora do RG 96592639 SSP/PR e CPF 060.229.319-75, desta forma, se procede por meio deste edital sua INTIMAÇÃO acerca da penhora realizada da parte ideal do imóvel de matrícula 11642, do CRI de Pitanga/PR, de propriedade do executado ALFREDO STEMPKOSKI, ficando ciente de que dispõe do prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, oferecer impugnação, tudo em conformidade com a decisão de mov. 1.94. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Cláudia Regina Mamus Ribeiro, Técnica de Secretaria, conferi e digitei.
Iretama, 05 de setembro de 2023

Guilherme de Mello Rossini
Juiz de Direito
(Assinado Digitalmente)
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

IVAIPORÃ

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

O(A) Juiz(íza) de Direito José Chapoval Cacciacarro, da Vara Cível de Ivaiporã, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0002334-30.2016.8.16.0097, em que é(são) autor(es) MANOEL FIDELES DA SILVA, ANTONIA PEREIRA DA SILVA, e réu(s) JOÃO DOMINGUES PEREIRA e que por este edital procede a CITAÇÃO do executado JOÃO DOMINGUES PEREIRA, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião referente ao imóvel: "Lote nº 153-B (cento e cinquenta e três - B), da Gleba Barra Preta, município de Jardim Alegre-PR., com a área de 1,65 (um vírgula sessenta e cinco), alqueires paulistas, ou sejam, 39.930,00 m 2 (trinta e nove mil, novecentos e trinta metros quadrados), Comarca de Ivaiporã-PR., com os seguintes limites e confrontações: A NORDESTE: Por uma linha seca de rumo NW 73º24'SE, medindo 346,00 metros, confronta com o lote nº 153-A; A SUDESTE: Pelo levantamento do contraforte mutirão urutu, confronta com o lote nº 150-A; A SUDOESTE: Por uma linha seca de rumo NW73º24' SE, medindo 310 metros, confronta com o lote nº 153; A NOROESTE: Pelo Ribeirão Barra Preta, confronta como lote nº 81", transcrito no Registro de Imóveis da Comarca de Ivaiporã-PR., sob nº 13.795 em nome de JOÃO DOMINGUES PEREIRA" , nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES E INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE IVAIPORÃ
VARA CRIMINAL DE IVAIPORÃ - PROJUDI
Avenida Itália, 20 - Jardim Europa - Ivaiporã/PR - CEP: 86.870-000 - Fone: (43) 3572-9989 - E-mail: IVA-2VJ-S@tjpr.jus. br
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): WOSHINGTON DO ROSARIO FIDELIS PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Adriana Marques dos Santos, da Vara Criminal de Ivaiporã, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Posse de Drogas para Consumo Pessoal, sob nº 0000798-28.2009.8.16.0097, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Nilson Carlos da Mota, WOSHINGTON DO ROSARIO FIDELIS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido WOSHINGTON DO ROSARIO FIDELIS, portador(a) do RG 129284447 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 09/12/1990, natural de ARUJA/SP, filho(a) de MARIA EDILEUZA AVANSO FIDELIS e CARLOS DA CRUZ FIDELIS, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), qual restou condenado(a) nas sanções do ART 33 - ADQUIRIR, VENDER, FORNECER E OU PRODUZIR DROGAS, Reclusão: 6 anos ART 155 - FURTO SIMPLES, em conformidade com o art. 597 do CNFJ, e de que possui o prazo de 05 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro Eu, Leonardo Dias, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Ivaiporã, 08 de agosto de 2023.
Adriana Marques dos Santos
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE IVAIPORÃ
VARA CRIMINAL DE IVAIPORÃ - PROJUDI
Avenida Itália, 20 - Jardim Europa - Ivaiporã/PR - CEP: 86.870-000 - Fone: (43) 3572-9989 - E-mail: IVA-2VJ-S@tjpr.jus. br
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): Iago dos Santos de Oliveira PRAZO DE 15 DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Adriana Marques dos Santos, da Vara Criminal de Ivaiporã, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0001252-22.2020.8.16.0097, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) Iago dos Santos de Oliveira, e vítima Estado do Paraná, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido Iago dos Santos de Oliveira, portador(a) do RG 148171149 SSP/PR e CPF 117.786.359-62, nascido(a) em 29/08/1999, natural de ARAPONGAS/PR, filho(a) de Magali dos Santos e marcos roberto de oliveira, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua NOTIFICAÇÃO para tomar ciência que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, como incurso nas penas do art. 33 da Lei nº 11.343/2006 (Lei de Tóxicos), e sua INTIMAÇÃO para, no prazo de 10 (dez) dias, arguir preliminares e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e, até o número de 5 (cinco), arrolar testemunhas. Se a resposta não for apresentada no prazo estipulado, o(a) Magistrado(a) nomeará defensor(a) público. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro Eu, Leonardo Dias, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Ivaiporã, 02 de agosto de 2023.
Adriana Marques dos Santos
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

JACAREZINHO

VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): DANSLEY VINICIUS DA SILVA CANDIDO
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Renato Garcia, da Vara Criminal de Jacarezinho, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Receptação, sob nº 0005201-22.2018.8.16.0098, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) DANSLEY VINICIUS DA SILVA CANDIDO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido DANSLEY VINICIUS DA SILVA CANDIDO, portador(a) do RG 137221276 SSP/PR e CPF 106.001.499-86, nascido(a) em 28/06/1997, natural de JACAREZINHO/PR, filho(a) de Valdete Silva e GILMAR CANDIDO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa,

sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Natalia Lima Provasi, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Jacarezinho, datado e assinado digitalmente.

Renato Garcia

Juiz de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

JAGUARIAÍVA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

Edital de CITAÇÃO DOS RÉUS EM LUGAR INCERTOS E EVENTUAIS INTERESSADOS COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS."

O DOUTOR **GIOVANE RYMSZA**, JUÍZ DE DIREITO DA COMARCA DE JAGUARIAÍVA ESTADO DO PARANÁ, na forma da Lei, etc.....

F A Z S A B E R, a quem o conhecimento desde couber e a quem interessar, possa de que por este juízo, se processam os autos de **USUCAPIÃO,** autuado sob nº **0001727-61.2023.8.16.0100** em que figura como autor **MATTHEUS BALAS SCHIMANSKI**e Réu **O JUÍZO,** para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância mandou a MM. Juiz De Direito , que expedisse o presente edital para a **C=I=T=A=Ç=Ã=O** dos **RÉUS INCERTOS E NÃO SABIDOS E DEMAIS INTERESSADOS,** para que apresentem resposta querendo no prazo de **30 (trinta) dias,** ao pedido de usucapião do objeto usucapiendo constante em: ***"UM IMÓVEL DE MATRÍCULA Nº 2831, com as seguintes medidas e confrontações "Inicia-se a descrição deste lote visualizando o mesmo de dentro para fora, temos as seguintes medidas e confrontações: à frente confrontado com a Rua Joaquim Fonseca, numa extensão de 14,00 metros; os fundos confrontando com o imóvel de matricula N° 4.657 - Geni Zacharow Pedroso, numa extensão em arco de 14,00 metros; o lado direito confrontando com o imóvel de matricula N° 8.845 - Claudia Mara Taques Soares, numa extensão em arco de 38,00 metros; o lado esquerdo confrontando com o imóvel de matricula N° 11.941 - Maria Aparecida Alves dos santos, numa extensão de 38,00 metros. Conforme descrito acima se obteve a área de 532,00 m², conforme demonstra a planta anexa.***ficando desde logo os interessados incertos, desconhecidos e não sabidos, advertidos de que se não contestada a presente ação, presumir-se-ão, como aceitos e verdadeiros os fatos articulados pelos autores - art. 246 do NCPC e que no prazo para contestação começara a fluir a partir da publicação do presente edital, sendo que eventual contestação deverá ser apresentada através de advogado legalmente constituído. E para que chegue ao conhecimento de toso mandou expedir o presente edital que será afixado no lugar de costume do Fórum local, e publicado na forma da Lei. Cumpra-se. Dado e passado, nesta cidade de Jaguariaíva, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três (31/08/2023). a) Giovane Rymsza. Juíz de Direito.

JANDAIA DO SUL

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇADESTINATÁRIO(A)(S): LUIS CARLOS GALDINO RODRIGUES

PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito João Gustavo Rodrigues Stolsis, da Vara Criminal de Jandaia do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Inquérito Policial, assunto Apropriação indébita, sob nº 0003822-71.2017.8.16.0101, em que é(são) autor(es) réu(s) LUIS CARLOS GALDINO RODRIGUES, e vítima JONAS FERNANDES DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido LUIS CARLOS GALDINO RODRIGUES, portador(a) do RG 86302900 SSP/PR e CPF 048.536.639-83, nascido(a) em 30/04/1984, natural de CAMPO MOURAO/PR, filho(a) de CLEUZA ROCHA GALDINO e JOSE CARLOS RODRIGUES**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **absolvido(a)**, HOMOLOGO a promoção de arquivamento e determino que sejam os presentes autos arquivados, sem prejuízo do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal, após baixas e anotações necessárias. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Hévila Rúbia Brito Delalibera, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Jandaia do Sul, 06 de setembro de 2023.**

Hévila Rúbia Brito Delalibera

Técnica judiciáriaOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇADESTINATÁRIO(A)(S): Juarez Bueno

PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito João Gustavo Rodrigues Stolsis, da Vara Criminal de Jandaia do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Inquérito Policial, assunto Simples, sob nº 0002414-40.2020.8.16.0101, em que é(são) autor(es) réu(s) Juarez Bueno, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Juarez Bueno, portador(a) do RG 9578623 SSP/PR e CPF 048.869.169-96, nascido(a) em 10/02/1984, natural de BARBOSA FERRAZ, filho(a) de Emidia Bruno e Sebastião Teixeira Bueno**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **absolvido(a)**, Diante do exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do investigado JUAREZ BUENO, nos termos do art. 107, IV, e 109, incisos VI, ambos do Código Penal . O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Hévila Rúbia Brito Delalibera, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Jandaia do Sul, 06 de setembro de 2023.**

Hévila Rúbia Brito Delalibera

***Técnica Judiciária*OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇADESTINATÁRIO(A)(S): PEDRO RODRIGUES DA CUNHA

PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito João Gustavo Rodrigues Stolsis, da Vara Criminal de Jandaia do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Inquérito Policial, assunto Violência Doméstica Contra a Mulher, sob nº 0003275-55.2022.8.16.0101, em que é(são) autor(es) réu(s) PEDRO RODRIGUES DA CUNHA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido PEDRO RODRIGUES DA CUNHA, portador(a) do RG 50637069 SSP/PR e CPF 916.267.229-00, nascido(a) em 22/04/1970, natural de JANDAIA DO SUL, filho(a) de MALVINA FRANCISCA DA CUNHA e PEDRO RODRIGUES DA CUNHA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **absolvido(a)**, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do indiciado PEDRO RODRIGUES DA CUNHA, com fulcro no artigo 107, inciso IV, do Código Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Hévila Rúbia Brito Delalibera, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Jandaia do Sul, 06 de setembro de 2023.**

Hévila Rúbia Brito Delalibera

Técnica JudiciáriaOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇADESTINATÁRIO(A)(S): MAYCON VINÍCIUS DIONIZIO

PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito João Gustavo Rodrigues Stolsis, da Vara Criminal de Jandaia do Sul, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Inquérito Policial, assunto Furto Qualificado , sob nº 0005548-80.2017.8.16.0101, em que é(são) autor(es) réu(s) MAYCON VINÍCIUS DIONIZIO, e vítima MARIA JOSE LAURINDO, *(* e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido MAYCON VINÍCIUS DIONIZIO, portador(a) do RG 129225378 SSP/PR e CPF 109.079.449-57, nascido(a) em 01/03/1995, natural de BOM SUCESSO/PR, filho(a) de MARIA CRISTINA DIONIZIO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **absolvido(a)**, HOMOLOGO a promoção de arquivamento e determino que sejam os presentes autos arquivados, sem prejuízo do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal, após baixas e anotações necessárias. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Hévila Rúbia Brito Delalibera, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Jandaia do Sul, 06 de setembro de 2023.**
Hévila Rúbia Brito Delalibera
Técnica judiciária**OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

LAPA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE LAPA
VARA CÍVEL DA LAPA - PROJUDI
Av. João Joslin do Vale, 1240 -
Jd Cidade Nova - Lapa/PR - CEP: 83.750-000 - Fone: 41-3622 2576 - E-mail: varacivellapa@gmail.com

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS**PRAZO DE 30 dias úteis**O(A) Juiz(íza) de Direito Bianca Bacci Bisetto, da Vara Cível da Lapa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Curatela, assunto Interdição, sob nº 0001092-76.2020.8.16.0103, em que é(são) autor(es) JOÃO RIBA, e réu(s) ANDRE RIBA, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de ANDRE RIBA, por sentença transitada em julgado no dia 26/07/2023. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) JOÃO RIBA, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interditado conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que passa parcialmente transcrita: Em face do exposto, com base no art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido e decreto a interdição de ANDRE RIBA, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 4º, inc. III e 1.767, inc. I, ambos do Código Civil (redação dada pela Lei nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência). Com fundamento no art. 1.775, § 1° da mesma codificação e no art. 755, inc. I do NCPC, nomeio JOÃO RIBA como seu curador.
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Bruno Schultz Batista, Auxiliar Juramentado, conferi e digitei
Lapa, 17 de agosto de 2023.
Bruno Schultz Batista
Auxiliar Juramentado**OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

VARA CRIMINAL, INFÂNCIA E JUVENTUDE E FAMÍLIA E SUCESSÕES

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): CRISTIAN BARBOSA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Leonardo Silva Machado, da Vara Criminal de Lapa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Motim de presos , sob nº 0001065-98.2017.8.16.0103, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) CRISTIAN BARBOSA e outros, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido CRISTIAN BARBOSA, portador(a) do RG 5969930 SSP/SC e CPF 074.529.689-05, nascido(a) em 14/05/1992, natural de JOINVILLE, filho(a) de VILMA BARBOSA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Daiane Aparecida Vale Caldas, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Lapa, 06 de setembro de 2023.
Leonardo Silva Machado
Juiz de Direito

LARANJEIRAS DO SUL

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL PARA CITAÇÃO
AUTOR - GILMAR KRUGER & CIA LTDA
RÉU: PEDRO VAZ DE OLIVEIRA
Processo nº 0003120-77.2021.8.16.0104
O Doutor **PAULO HENRIQUE DIAS DRUMMOND** - Meritíssimo Juíz de Direito do Juizado Especial Cível da Comarca de Laranjeiras do Sul - Estado do Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 30 (trinta) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o réu - **PEDRO VAZ DE OLIVEIRA,** filho de Admiria Vaz de Oliveira, portador da cédula de identidade nº3.999.858-0 SSP/PR, CPF nº 676.603.479-34, nascido em 11/04/1965, estando atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente EDITAL, cita-o para

efetuar o pagamento da Execução de Titulo Extrajudicial no valor de R$ 1.345,87 (mil trezentos e quarenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), no prazo de 3 (três) dias, conforme decisão evento 08 em data de 18/10/2022..." Cite-se o(a) executado(a) para, em 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida, sob pena de penhora." DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Laranjeiras do Sul/PR, aos 05 de Setembro de 2023. Eu _____ (KHRISTIAN BAYER), Chefe de Secretaria, que digitei.
PAULO HENRIQUE DIAS DRUMMOND
Juiz de Direito

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Intimação

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL E ANEXOS COMARCA DE LARANJEIRAS DO SUL - ESTADO DO PARANÁ.
Rua Barão do Rio Branco, n° 3040 - Fórum Marçal Justen - CEP 85.301-030 - ((42) 3635-1262
EDITAL PARA INTIMAÇÃO
RÉU: **JOABSON DINIZ DE CARVALHO**
Ação Penal nº 0003430-20.2020.8.16.0104
A Doutora **DANIANA SCHNEIDER** - Meritíssima Juíza de Direito da Secretaria do Crime da Comarca de Laranjeiras do Sul - Estado do Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **JOABSON DINIZ DE CARVALHO**, natural de João Pessoa-PB, filho de Lucia de Fatima Diniz de Carvalho e Jose Rodrigues de Carvalho, portador da cédula de identidade nº 155000163 SSP/PR, estando atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente EDITAL **intima-o para que realize o pagamento das custas processuais no prazo legal**, havendo inércia poderá ser inscrito em dívida ativa, devendo comparecer na secretaria da Vara Criminal, cito à Rua Barão do Rio Branco, 3066, centro, Laranjeiras do Sul Cep: 85301-030, para retirada das guias.
DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Laranjeiras do Sul/PR, aos 05 de setembro de 2023. Eu (TATIANE FATIMA ALBERTO), Técnica Judiciária, que digitei.
DANIANA SCHNEIDER
Juíza de Direito

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ **COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA** **1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE LONDRINA - PROJUDI** **Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 6º And - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: 4335723231 - E-mail: lon-30vj-s@tjpr.jus.br**

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ALEXANDRE ALENCAR ARAUJO, COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS
FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria se processam os autos de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA sob nº0046926-73.2023.8.16.0014** movidos pela **COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSITO E URBANIZAÇAO - CMTU - LD,** em face de **ALEXANDRE ALENCAR ARAUJO** fica intimado o requerido, conforme determinação proferida nos autos (ev. 9.1) : "O executado foi citado por edital na fase de conhecimento (seq. 224 dos autos principais). Portanto, sua intimação para cumprimento da sentença deverá ser efetivada da mesma forma (CPC, art. 513, § 2º, IV). Expeça-se edital de intimação da parte executada para, em 15 dias, pagar o débito indicado na petição apresentada pelo exequente, sob pena aplicação de multa e arbitramento de honorários advocatícios, ambos no percentual de 10%, sem prejuízo da imediata penhora de bens (CPC, art. 523). Fica a parte executada ciente de que, nos 15 (quinze) dias seguintes ao término do prazo para pagamento voluntário, poderá apresentar impugnação ao cumprimento de sentença nestes mesmos autos, independentemente de penhora ou nova intimação. E, estando o réu **ALEXANDRE ALENCAR ARAUJO** em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente que **INTIMA-O,** para pagar o débito indicado pela parte exequente. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não possam alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina - Pr., 6 de setembro de 2023. Eu, _____ (Antenesca Demiciano Giovani) Técnica Judiciária que o digitei e subscrevi.
MARCOS JOSE VIEIRA
Juiz de Direito

Edital Geral

	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ **COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA** **1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE LONDRINA - PROJUDI** **Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 6º And - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: 4335723231 - E-mail: lon-30vj-s@tjpr.jus.br**

EDITAL DE LEILÃO/PRAÇA, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A) DEVEDOR(A): MARCIA MARIA DA SILVA - (CNPF/MF SOB Nº 462.015.059-20).
FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma **"ON LINE",** nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições:
A publicação do presente edital será realizada no site **www.jeleiloes.com.br**, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances. O **PRIMEIRO LEILÃO** será encerrado no dia **05 de dezembro de 2023, a partir das 10h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil **(este considerado se inferior a 60% do valor da avaliação)**. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será encerrado no dia **05 de dezembro de 2023, a partir das 14h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil **(este considerado se inferior a 60% do valor da avaliação).** ***Em caso de copropriedade, a verificação do preço vil se dará somente sobre a cota parte do devedor (50%), pois o coproprietário ou cônjuge alheio à execução, tem direito ao recebimento da integralidade da parte que lhe couber, conforme artigo 843, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil, conforme comando judicial proferido no evento 335.1.***
OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.
LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente no site: www.jeleiloes.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.
PROCESSO: Autos sob o nº **0048837-09.2012.8.16.0014** de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** em que é exequente **CAIXA DE ASSISTÊNCIA, APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE LONDRINA - (**CNPJ/MF sob nº 78.634.771/0001-28) e executada **MARCIA MARIA DA SILVA - (**CNPF/MF SOB Nº 462.015.059-20).
BEM(NS):"Residência 07 nº 113, modelo A, situada no Condomínio Residencial Berilo Residence, nesta cidade, na Rua Sidrack Silva Filho, nº 599, composta de sala, cozinha/copa, dormitório suíte, dormitório menor, dormitório maior, BWC social, BWC privativo, circulação, área de serviço e garagem, com área total construída de 96,61m², área descoberta de uso privativo de 68,04m², área descoberta de uso comum Rua interna, passeio e área de lazer de 48,468m², área coberta de uso comum (guarita e lixeira) de 3,623m², área total do terreno destinada a unidade autônoma de 216,74m², fração ideal de solo destinada unidade autônoma de 0,93314/18 ou seja 216,74/4180,85m², com as divisas e confrontações constantes da matrícula nº 63.278 do CRI - 2º Ofício, avaliada em R$ 295.000,00, conforme auto de avaliação do evento 347.2, realizado em data de 09 de abril de 2022.".
ÔNUS: R.2 - Hipoteca em favor da Caixa Econômica Federal - CEF; Av.4 - Averbação do Ajuizamento dos autos distribuídos sob nº 5565 movida pelo Banco Bradesco S/A, em trâmite perante o juízo da 3ª Vara Cível; R.8 - Penhora referente aos autos nº0022466-95.2018.8.16.0014 movida por Kerolayne Tomaz da Silva, em trâmite perante o juízo da 3ª Vara de Família; Av.10 - Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 00187573320108160014 em trâmite perante o juízo da 6ª

Vara Cível; R.11 - Penhora em favor da credora referente aos presentes autos; Av.12 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 00198234820108160014, em trâmite perante o juízo da 3ª Vara Cível; Av.13 - Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 00198251820108160014, em trâmite perante o juízo da 6ª Vara Cível, conforme matrícula imobiliária juntada no evento 479.2. Eventuais outros constantes da matrícula imobiliária após a respectiva expedição do Edital de Leilão Público. Benfeitorias não averbadas na matrícula imobiliária, eventual regularização por conta do arrematante. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.

AVALIAÇÃO DO BEM: R$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais), conforme auto de avaliação do evento 347.2, realizado em data de 06 de abril de 2022.

OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - (*Artigo 908, parágrafo 1º do CPC e Artigo 130, parágrafo único do CTN*).

Ressalta-se que o Decreto Municipal nº 617, de 17 de junho de 2010, encerrou a problemática advinda do entendimento anteriormente adotado pelo Município de Londrina, com fundamento em julgado do STJ (RESP nº 720196-SP), quanto à responsabilidade pelo pagamento do IPTU. De acordo com o art. 3o do referido decreto, no caso de arrematação em hasta pública, o arrematante não é responsável pelos débitos tributários anteriores à arrematação.

OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.

Artigo 895 do Novo Código de Processo Civil: "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: **I** - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; **II** - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI - (Decreto nº 1544/1995), a partir da data da arrematação. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações **não suspende o leilão** e somente prevalecerá caso **inexistente proposta de pagamento do lance à vista**. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas à apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas às garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC).

OBSERVAÇÃO 3: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC).

O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal.

DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos da executada, podendo ser encontrada na Rua Canela, 57 - Jardim Leonor - Londrina/Pr - Cep: 86.071-240, como fiel depositária, até ulterior deliberação.

LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR -MATRÍCULA 13/246-L

COMISSÃO DO LEILOEIRO: será paga pelo arrematante no percentual que estipulo em 5% do valor do lanço. Na hipótese de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 2% sobre o valor da avaliação e será devida, em qualquer caso, pela parte executada.

ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão Público na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.

INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Ficam os devedores, quais sejam: **MARCIA MARIA DA SILVA - (**CNPF/MF SOB Nº 462.015.059-20), através do presente, devidamente INTIMADOS, caso não sejam encontrados para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, o(s) respectivo(s) cônjuge(s), **ESPÓLIO DE EUCLIDES ALVES DA SILVA** e eventuais herdeiros. Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s), e coproprietário(s) do(s) Imóvel(is), Usufrutuários, na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e comarca de Londrina, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três. (05/09/2023). Eu,_____,/// **Jorge Vitorio Espolador -** Matrícula 13/246-L ///Leiloeiro Oficial, que o digitei e subscrevi.

MARCOS JOSE VIEIRA
Juiz de Direito

1º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Sentenciado: RONI DE OLIVEIRA LIMA
Autos: 4001948-74.2022.8.16.0014
Prazo: 15 (quinze) dias
A DOUTORA , M.M. JUÍZA DE DIREITO DA 16ª VARA JUDICIAL - 1º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E
FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS, NO USO DE
SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI FAZ SABER, a todos quanto o presente edital virem, ou dele
tiverem conhecimento, que não sendo possível intimar pessoalmente o sentenciado RONI DE OLIVEIRA LIMA (
RG: 93512480 SSP/PR e CPF/CNPJ: 053.245.029-95), filho(a) de MARIA DE LOURDES PEREIRA LIMA (Nome
e , nascido(a) emMãe) SANTINO DE OLIVEIRA LIMA (Nome Pai) 17/05/1985 , natural de LONDRINA/PR, ora
em local incerto e não sabido, pelo presente, fica INTIMADO a comparecer perante este Juízo a fim de
participar da e queaudiência admonitória NA DATA DE 25 DE SETEMBRO DE 2023 ÀS 14H30MIN
suaausência ao ato poderá acarretar na revogação do seu benefício.
E Dado e passado, nesta cidade e Comarca de Londrina, 06 de setembro de 2023.
Eu, LEILA MARIA DUARTE CASAL , o subscrevo.
CLAUDIA ANDREA BERTOLLA ALVES
JUÍZA DE DIREITO

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO MEDIDAS PROTETIVAS DESTINATÁRIO(A)(S): GLEDSON ANTONIO DO PATROCINIO PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Claudia Andrea Bertolla Alves, da 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0033458-42.2023.8.16.0014, em que é(são) autor(es) MAIRI DAMASCENO FERREIRA, réu (s) GLEDSON ANTONIO DO PATROCINIO, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido , portador(a) do RG 100158094 SSP/PR e CPF 078.579.899-40, nascido(a) em 09/09 GLEDSON ANTONIO DO PATROCINIO , /1989, natural de LONDRINA/PR, filho(a) de SILMARA APARECIDA GOMES e NAZARENO ANTONIO DO PATROCINIO motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua para tomar ciência dos termos das INTIMAÇÃO MEDIDAS PROTETIVAS determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: " DE URGÊNCIA a) A proibição de se aproximar da ofendida e seus familiares, a uma distância mínima de 200 (duzentos) metros; b) A proibição de contato com a ofendida e seus familiares, por qualquer meio de comunicação, sendo que assuntos essenciais referentes ao filho em comum deverão ser realizados por meio de interposta pessoa; c) Pagamento de pensão provisória, pelo período de três meses, tempo no qual deverá ser ajuizada ação junto à vara de família, no valor de um terço do salário mínimo nacional, a ser pago " até o quinto dia útil de cada mês, em razão da ausência de maiores informações sobre os rendimentos do requerido. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, MARIANA MORI ANDREATTI, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Londrina, 06 de setembro de 2023. Claudia Andrea Bertolla Alves Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO MEDIDAS PROTETIVAS DESTINATÁRIO(A)(S): THIAGO HENRIQUE NEGRI PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Claudia Andrea Bertolla Alves, da 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Simples, sob nº 0036516-53.2023.8.16.0014, em que é(são) autor(es) NATÁLIA ABELHA ZENTE NEGRI, réu (s) THIAGO HENRIQUE NEGRI, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) THIAGO HENRIQUE parte(s) Promovido , portador(a) do RG 104953727 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 25/08/1989, natural de LONDRINA, filho(a) NEGRI , motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua para tomar ciência dos termos das de TERESINHA NEGRI INTIMAÇÃO determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: " MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA a) O afastamento do lar da vítima, localizado no endereço constante nos presentes autos, destacando que embora não esta no termo colhido está nas declarações colhidas pela autoridade policial, conforme mídia juntada; b) proibição de se aproximar da vítima, devendo manter distância mínima de 200 metros dela, de seus familiares e das testemunhas; c) proibição de contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas, por qualquer meio de comunicação ligação telefônica, mensagens de qualquer espécie (via whatsapp, redes sociais, email, bilhete, carta etc.) ou por interposta pessoa; d) .".O presente edital é expedido e publicado para que os autos proibição de comparecer e frequentar a residência da vítima cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, MARIANA MORI ANDREATTI, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Londrina, 06 de setembro de 2023. Claudia Andrea Bertolla Alves Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO MEDIDAS PROTETIVAS DESTINATÁRIO(A)(S): ALISSON DOUGLAS SILVERIO DA SILVA PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Claudia Andrea Bertolla Alves, da 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Simples, sob nº 0000719-16.2023.8.16.0014, em que é(são) autor(es) ALICE JULIANA GABRIOTTI DE AVILA, réu(s) ALISSON DOUGLAS SILVERIO DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) , portador(a) do RG 12981791 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) ALISSON DOUGLAS SILVERIO DA SILVA Promovido , motivo em 16/01/1994, natural de LONDRINA/PR, filho(a) de MARIA SOLANGE SILVERIO e ADILSON FERMINO DA SILVA pelo qual se procede, por meio deste, à sua para tomar ciência dos termos das INTIMAÇÃO MEDIDAS PROTETIVAS DE determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: " URGÊNCIA a. afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida (autorizada a retirada de pertences e documentos pessoais), desde que sob supervisão da Autoridade Policial; b. proibição de se aproximar da vítima ALICE JULIANA GABRIOTTI DE AVILA, de seus familiares, e das testemunhas, a uma distância mínima de 100 metros; c. proibição de entrar em contato com a vítima ALICE JULIANA GABRIOTTI DE AVILA, bem como de seus familiares, e testemunhas por qualquer meio de " O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao comunicação (telefone, cartas, e-mails, etc.).. conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, MARIANA MORI ANDREATTI, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Londrina, 06 de setembro de 2023. Claudia Andrea Bertolla Alves Juíza de Direito

2ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA
FORO CENTRAL - 2ª VARA CÍVEL
Av. Duque de Caxias nº 689 - FORUM - Centro Administrativo
C.E.P.: 8 6 0 1 5 - 9 0 2 Londrina - PR.

EDITAL DE CITAÇÃO DE LUDMILA LOURENÇO RODRIGUES (CPF/MF nº. 007.977.649-33), COM PRAZO DE VINTE (20) DIAS.

Edital de Citação da terceira interessada **LUDMILA LOURENÇO RODRIGUES**, brasileira, portadora do RG n. 66025438 SSP/PR e inscrita no CPF n. 007.977.649-33, atualmente em lugar ignorado, para que no prazo de **QUINZE (15) DIAS ÚTEIS**, contados do término do prazo deste, intervir como terceira interessada - por intermédio de advogado - à ação autuada sob nº **0018542-37.2022.8.16.0014** de **AÇÃO DE INTERDIÇÃO CUMULADA COM TUTELA DE URGÊNCIA (CURATELA LIMINAR)** em que é Requerente **ALEXANDRE PRISON DA SILVA** (CPF/MF nº. 849.256.209-91) e Requerido(a) **ISADORA PRISON DA SILVA** (CPF/MF nº. 112.630.879-06), através do qual a autora alega em suma que "O Requerente é pai de Isadora Prison da Silva, que aos cinco meses de idade foi acometida pela primeira crise de epilepsia, fazendo uso a partir desse dia de praticamente todos os medicamentos existentes para o tratamento e controle das crises. Sem sucesso, em dezembro de 2011 foi submetida a cirurgia de epilepsia na cidade de Ribeirão Preto. O diagnóstico é de encefalopatia epilética difusa de difícil controle; CID-10: G40.2 + G40.3 + G80.4 + F71.1, conforme Relatórios Médicos anexos aos autos. Tratando-se de doença neurodegenerativa, a qual sempre exigiu acompanhamento médico constante e cumprimento rigoroso das prescrições médica, sob pena de danos irreversíveis à Interditanda. É inegável, a epilepsia trouxe consequências gravíssimas para a saúde e o desenvolvimento global de Isadora, trazendo-lhe extrema dificuldade de exprimir sua vontade, de relatar fatos vivenciados, de se defender, de administrar bens e de compreender a natureza de seus direitos e obrigações, lhe impondo a necessidade de acompanhamento permanente. Requerendo ao final, a interdição de Isadora, nos termos do art. 1.767, I do Código Civil, com a nomeação do Requerente como Curador, juntando provas documentais e protestando pelas demais necessárias, com valor da causa de R$ 1.000,00 (um mil reais). E por não a ter localizado, e como esteja a mesma em lugar incerto e não sabido, não sendo possível citá-la pessoalmente, nestas condições foi deferido a citação pelo presente edital da pessoa da Sra. LUDMILA LOURENÇO RODRIGUES. Londrina, 05 de Setembro de 2023. Eu,_____ (Jobson Rafael Leme de Morais), Funcionário Juramentado, que o digitei e subscrevi.

(Assinado Digitalmente)
LUIZ GONZAGA TUCUNDUVA DE MOURA**Juiz de Direito**

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA
FORO CENTRAL - 2ª VARA CÍVEL
Av. Duque de Caxias nº 689 - FORUM - Centro Administrativo
C.E.P.: 8 6 0 1 5 - 9 0 2 Londrina - PR.

EDITAL DE CITAÇÃO DE AZEVEDO MARTINS & CIA LTDA. (CNPJ/MF nº. 23.008.819/0001-09), CASH G2 SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA (CNPJ/MF nº. 31.158.184/0001-46), A. VILAS & CIA LTDA (CNPJ nº. 32.689.361/0001-83), Y. R. A. MARTINS & CIA LTDA (CNPJ/MF nº. 31.472.562/0001-61) e MARTINS BARBARI E SANTOS LTDA (CNPJ/MF nº. 30.145.587/0001-98), COM PRAZO DE VINTE (20) DIAS.

Edital de Intimação e Citação do(a)(s) Requerido(a)(s) **AZEVEDO MARTINS & CIA LTDA**, nome fantasia CASH AUTO JK, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 23.008.819/0001-09; **CASH G2 SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 31.158.184/0001-46; **A VILAS E CIA LTDA**, nome fantasia CASH MADRE, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 32.689.361/0001-83; **YRA MARTINS E CIA LTDA**, nome fantasia CASH CERRO AZUL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 31.472.562/0001-61; **MARTINS BARBARI E SANTOS LTDA,** nome fantasia CASH OSVALDO REIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 30.145.587/0001-98, todos em lugar ignorado, para que no prazo de **QUINZE (15) DIAS ÚTEIS**, contados do término do prazo deste, apresentar contestação - por intermédio de advogado - à ação autuada sob nº **0044371-25.2019.8.16.0014** de **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO PARA REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS** movida por **RODRIGO FILIPPI - ME** (CNPJ/MF nº. 15.121.317/0001-53) contra **AZEVEDO MARTINS & CIA LTDA.** (CNPJ/MF nº. 23.008.819/0001-09), **CASH G2 SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA** (CNPJ/MF nº. 31.158.184/0001-46), **A. VILAS & CIA LTDA** (CNPJ nº. 32.689.361/0001-83), **Y. R. A. MARTINS & CIA LTDA** (CNPJ/MF nº. 31.472.562/0001-61), **MARTINS BARBARI E SANTOS LTDA** (CNPJ/MF nº. 30.145.587/0001-98) **e Y. R. DE AZEVEDO MARTINS & CIA LTDA** (CNPJ/MF nº. 30.272.154/0001-01), através do qual a autora alega em suma "que A Requerente é uma concessionária de veículos em Joinville, onde atua na compra e revenda dos bens, conhecida como NICK MULTIMARCAS. Já as empresas requeridas, são conhecidas pelo nome fantasia CASH AUTO, realizam intensa propaganda comercial anunciando: "venda seu carro em 50 minutos e tenha liberdade para usar seu dinheiro como quiser", prometendo garantia, rapidez e segurança, a fim de atrair adesão de consumidores para celebração de contratos de prestação de serviços para venda de veículo automotor. Ocorre que, o trabalho das Requeridas mediante seus sócios, é procurar concessionárias de veículos que estejam interessadas em adquirir os veículos dos consumidores que lhe procuram, fazendo a intermediação do "repasse" do veículo automotor. Era comum as tratativas de compra pela Requerente com as Requeridas, inclusive tendo a Requerente efetuado pagamentos em diversas contas distintas, tratando com departamentos financeiros diferentes de Curitiba, Itajaí, Londrina etc. Ocorre que, em uma dessas tratativas, com a Cash de Londrina (23.008.819/0001-09), para a compra do veículo CHEVROLET CRUZE, PLACA AGX8777, a Requerente teve infelicidade na negociação. Foi encaminhado pela CASH AUTO o descritivo do valor a ser depositado para a compra do veículo, onde está descrito "A PAGAR PARA CASH AUTO R$ 38.376,63. A conta informada para depósito é do CNPJ 23.008.819/0001-09, da empresa AZEVEDO MARTINS & CIA LTDA. No mesmo dia (13/02/2019), a Requerente efetuou o depósito do montante total de R$ 38.376,63 (trinta e oito mil, trezentos e setenta e seis reais e sessenta e três centavos). Ocorre que, o valor do depósito abrangia o preço do veículo, bem como o valor de quitação do financiamento, que deveria ter sido feita pela

empresa Requerida ao receber em sua conta o valor do depósito. No entanto, a quitação do financiamento não havia sido realizada pela ré. O veículo permanece em nome do antigo proprietário SANDRO GALIANO LEDO, que inclusive notificou a empresa Autora, bem como a empresa CASH onde deixou seu veículo à venda, na data de 11/06/2019 em razão de ter seu nome negativado pela financiadora, pelo erro da empresa CASH, que recebeu o valor integral pela venda do bem e não efetuou a quitação do financiamento. Para que não houvesse mais transtornos por conta do ato da empresa CASH, a empresa Requerente efetuou a QUITAÇÃO DO FINANCIAMENTO POR CONTA PRÓPRIA em 03/07/2019, no valor total de R$ 10.001,00 (dez mil e um reais). Frisa-se que, o valor para a quitação do bem foi de R $ 10.001,00 (dez mil e um reais), pois é concedido um desconto quando há quitação da totalidade do financiamento. A Requerente trata-se de uma concessionária de veículos e desde a data do pagamento (13/02/2019) até a data em que quitou o financiamento em 03/07/2019 esteve sofrendo prejuízos com o veículo parado em sua posse, pois não podia finalizar uma venda, nem receber pelo bem enquanto não pudesse efetivar a transferência à terceiros. Portanto, acaba de regularizar a situação do financiamento para que possa fazer isso. No entanto, já havia sido pago à empresa CASH em 13/02/2019 a quantia de R$ 38.376,63 (trinta e oito mil, trezentos e setenta e seis reais e sessenta e três centavos), que incluía a quitação do financiamento, no entanto em 03/07/2019 a Requerente efetuou a quitação do financiamento bancário que permanecia em aberto, no valor de R$ 10.001,00 (dez mil e um reais), o que comprova que a Requerente pagou duas vezes pelo valor do financiamento. Desse modo, nada mais justo que o ressarcimento do valor de quitação do financiamento integral por parte de todas as Requeridas, tendo em vista que são todas empresas de sócios em comum e no mesmo ramo de atividade, o que demonstra claramente o grupo econômico existente. Além disso, importante frisar que a CASH de Itajaí, ao ter conhecimento do ocorrido se propôs a efetuar a quitação do financiamento, em troca da Requerente não deixar de comprar veículos com as empresas Requeridas, o que obviamente não foi aceito pela empresa Requerente. Isso porque, a CASH AUTO de Londrina, pela qual se fez a negociação do veículo em comento, foi fechada em razão das diversas denúncias de consumidores que deixavam seu carro para realização da venda e não recebiam o valor do que havia sido pago por ele ao final da negociação. Desse modo, é a presente para requerer a indenização material de R$ 10.001,00 (dez mil e um reais), sendo este valor desembolsado duas vezes pela empresa Requerente, pois efetuou a quitação do financiamento ao banco, sendo que o mesmo valor já havia sido devidamente incluído no depósito que foi realizado à empresa da rede CASH, porém não foi utilizado para a quitação do financiamento bancário do veículo, o que gerou uma restrição de transferência e impossibilitou o Requerente de prosseguir com qualquer negociação para a venda do bem. **ADVERTÊNCIA:** Decorrido os prazos supra citados, será decretada sua revelia e presumir-se-ão a veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial (Art. 334, NCPC), sendo-lhe nomeado ainda, um Curador Especial. Londrina, 05 de Setembro de 2023. Eu,_____ (Jobson Rafael Leme de Morais), Funcionário Juramentado, que o digitei e subscrevi.
(Assinado Digitalmente)
LUIZ GONZAGA TUCUNDUVA DE MOURA**Juiz de Direito**

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
FORO CENTRAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA -PR
JUÍZO DA 2ª VARA CRIMINAL (12ª VARA JUDICIAL)
e-mail: lon-12vj-e@tjpr.jus.br
Telefone: (43) 3572-3202

.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
Prazo 90 (noventa) dias
AUTOS Nº 0044005-78.2022.8.16.0014
SENTENCIADO: RANGEL DUARTE - RG 15.428.598-9/SSP-PR - CPF 112.923.569-60
DEFENSOR DATIVO: CELSO BISINELLA - OABPR 56909
O DOUTOR LEONARDO DELFINO CESAR, JUÍZ DE DIRETO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, etc...
FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem, com o prazo de **90 (NOVENTA) dias**, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente a **RANGEL DUARTE**, RG 15.428.598-9/SSP-PR - CPF 112.923.569-60, brasileiro, solteiro, nascido a 07/08/2001, Tamarana - PR, filho de Sidair de Fatima Gefune e Milton Duarte, atualmente em lugar incerto, pelo presente **INTIMA-O** da sentença prolatada em 10/07/2023, que o condenou a pena de 02 anos de reclusão, mais 10 dias-multa, em regime ABERTO, como incurso nas sanções do artigo 155, § 4º, inciso III do Código Penal, pelo fato ocorrido em 04/08/2022, constando como vítima pessoa física, nos autos de Processo Crime nº 0044005-78.2022.8.16.0014. Cidade e Comarca do Foro Central da Região Metropolitana de Londrina, aos 5 de setembro de 2023. Eu, ... Eugênio Aoki, Técnico Judiciário, o subscrevo.- - - - - - - -
EUGENIO AOKI
TÉCNICO JUDICIÁRIO
AUTORIZADO PORTARIAS 001/2012 E 001/2014

3ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ OMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
3ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Av. Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 4º Andar - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: (43) 3572-3491 - E-mail: LON-3VJ-E@TJPR.JUS.BR
Processo: 0001075-45.2021.8.16.0090
Classe Processual: Interdição/Curatela
Assunto Principal: Capacidade
Valor da Causa: R$1.100,00
Requerente(s): CAETANO AVELINO DAMIÃO (CPF/CNPJ: 118.143.065-87)
Rua Santa Terezinha, 401 - Vila Santa Terezinha - LONDRINA/PR - CEP: 86.027-620
Requerido(s): MARCIO SANTOS DAMIÃO (CPF/CNPJ: 031.379.845-13)
Rua Santa Terezinha, 401 - Vila Santa Terezinha - LONDRINA/PR - CEP: 86.027-620
Terceiro(s): ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ: 76.416.940/0001-28)
Rua Presidente Carlos Cavalcanti, 648 - São Francisco - CURITIBA/PR - CEP: 80.510-040
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO
FAZ SABER a todos os que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo foi declarada a **INTERDIÇÃO JUDICIAL** de **MARCIO SANTOS DAMIÃO**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula RG-PR nº 14.386.985-00 e inscrito no CPF nº 031.379.845-13, residente e domiciliado na Rua Pedro de Souza, nº 101, Q3L20, Jardim Santa Luzia, neste Município de Ibiporã-PR, CEP: 86.200.000, incapaz de reger sua própria vida, sendo-lhe nomeado CURADOR o Sr. **CAETANO AVELINO DAMIÃO**, brasileiro, solteiro, militar aposentado, portador da Cédula RG-PR nº 02.595.369-97 e inscrito no CPF nº 118.143.065-87, residente e domiciliado na Rua Pedro de Souza, nº 101, Q3L20, Jardim Santa Luzia, neste Município de Ibiporã-PR, CEP: 86.200.000, no feito em referência. A curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger ao interditando e os atos de sua vida civil, entretanto, não podendo por qualquer modo alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes ao interdito, sem autorização judicial. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, expediu-se o presente edital, que será afixado no átrio do Fórum, e, será publicado por três (03) vezes no Diário da Justiça do Estado, com intervalo de dez (10) dias.
Londrina, 14/08/2023. Eu, Graziele Nicolini Batista Pereira, Técnica Judiciária da Terceira Vara Cível, digitei e subscrevi.

4ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

Adicionar um(a) Conteúdo JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA - ESTADO DO PARANÁ **EDITAL DE INTIMAÇÃO** DA EXECUTADA **TIM CELULAR S.A. (CNPJ: 04.206.050/0001-80)** COM PRAZO DE **20 (VINTE) DIAS.**
FAZ SABER a todos pelo presente edital, extraído do Cumprimento de Sentença sob nº 0071105- 81.2017.8.16.0014, que foi promovido por **CLAUDIO HENRIQUE DE PAULO** (CPF: 005.798.099- 35), em face de **TIM CELULAR S.A.** (CNPJ: 04.206.050/0001-80), estabelecida em lugar incerto e não sabido, fica oficialmente **INTIMADA** através deste edital, para pagar o valor de R$ 6.065,67 (seis mil e sessenta e cinco reais e sessenta e sete centavos), conforme cálculo anexado aos autos, no prazo de quinze (15) dias contados a partir do prazo de validade deste edital. ADVERTÊNCIA: Não efetuado o pagamento dentro do prazo acima estipulado e/ou não comprovando o cumprimento da obrigação nos autos, haverá o acréscimo de 10% de multa e 10% de honorários advocatícios, nos termos do artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil." Para conhecimento de todos é passado o presente edital, cuja 2ª via fica afixada no local de costume. E, para constar expediu-se o presente, que será afixado no local de costume deste Juízo e publicado na forma da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de Londrina-PR, em **06/09/2023**. Eu, (**Matheus Saita Ohashi Galera - Analista Judiciário),** fiz digitar e subscrevi.-
JAMIL RIECHI FILHO
JUIZ DE DIREITO

Adicionar um(a) Conteúdo JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE LONDRINA - ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A)(S) DEVEDOR(A)(ES): GVT LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA - (CNPJ/MF SOB Nº 13.201.943/0001-24); SERGIO VENANCIO ARAUJO - (CNPF/MF SOB Nº 926.643.268-72) e VICTOR HUGO FENSKE - (CNPF/MF SOB Nº 583.966.830-34).
FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma "ON LINE", nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições: A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual serão aceitos lances. O PRIMEIRO LEILÃO será encerrado no dia 28 de setembro de 2023, a partir das 10h00min, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao SEGUNDO LEILÃO que será encerrado no dia 28 de setembro de 2023, a partir das 14h00min, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (este considerado se inferior a 60% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC).
OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.
LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente no site: www.jeleiloes.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.
PROCESSO: Autos sob o nº 0007858-58.2019.8.16.0014 de PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL em que é exequente Massa Falida de COUROADA INDUSTRIA E COMERCIO DE COUROS LTDA - (CNPJ/MF SOB Nº 02.522.287/0001-45) e executados GVT LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA - (CNPJ/MF SOB Nº 13.201.943/0001-24); SERGIO VENANCIO ARAUJO - (CNPF/MF SOB Nº 926.643.268-72) e VICTOR HUGO FENSKE - (CNPF/MF SOB Nº 583.966.830-34).
BEM(NS): "IMÓVEL RURAL, constituído pelo lote de terras sob nº 133-E-F-1, desmembrado do lote sob nº 133-E-F, com área de 101.950,50 m2, iguais a 4,2128 alqueires paulistas, situado na Gleba Aurora, no Município de Iguaraçu, na Comarca de Astorga/PR, com os limites e confrontações constantes na Matrícula sob nº 6.033 do 2º CRI desta Comarca".
ÔNUS: "R.11/6.033 - Hipoteca em favor de Directa Line Agenciamento de Transportes Internacionais; Av.12/6.033 - Ajuizamento dos autos nº 5094-46/2012 movida por Credit Suisse Brasil (Bahamas) LImited, em trâmite perante o juízo da 7ª Vara Cível; Av.13/6.033 - Averbação locação tendo como locatária a credora; R.14/6.033 - Penhora referente aos autos nº 1059880-09.2014.8.26.0100 movida por Banco de Investimento Credt Suisse Brasil S/A, em trâmite perante o juízo da 24ª Vara Cível de São Paulo - SP; Av.15 e 16/6.033 - Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 0000570.30-2015.5.09.0019,em trâmite perante o juízo da 2ª Vara do Trabalho de Londrina - Pr; R.17/6.033 - Penhora referente aos autos nº 11190-77.2017.5.15.0014 movida por Janaina Cristina Rocha Messias, em trâmite perante o juízo da Vara do Trabalho de Franca - SP; Av.18/6.033 - Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 00017055120135090018, em trâmite perante o juízo da 1ª Vara do Trabalho de Londrina - Pr; Av.19/6.033 - Arrecadação referentemente aos presentes autos; Av.20/6.033 - Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 00003628820145090663, em trâmite perante o juízo da 4ª Vara do Trabalho; Av.21/6.033 - Indisponibilidade de Bens, referente aos autos nº 00003067920165090018, em trâmite perante o juízo da 1ª Vara do Trabalho, conforme matrícula imobiliária juntada no evento 611.1. Eventuais outros constantes da matrícula imobiliária após a expedição do respectivo Edital de Leilão Público. Benfeitorias não averbadas na matrícula imobiliária, eventual regularização por conta do arrematante. Débito junto ao Município de Londrina, conforme pleito do evento 386.1. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.
OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - (Artigo 908, parágrafo 1º do CPC/2015 e Artigo 130, parágrafo único do CTN).
ARRECADAÇÃO: 09 de junho de 2021, conforme Auto de Arrecadação do evento 287.2
AVALIAÇÃO DO BEM: R$ 1.263.840,00 (um milhão duzentos e sessenta e três mil oitocentos e quarenta reais), conforme Laudo de Vistoria e Avaliação do evento 482.13, realizada em data de 06 de setembro de 2022.
OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.
Artigo 895 do Novo Código de Processo Civil: "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI - (Decreto nº 1544/1995), a partir da data da arrematação. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações não suspende o leilão e somente prevalecerá caso inexistente proposta de pagamento do lance à vista. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas à apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas às garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC).
OBSERVAÇÃO 2: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC). O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal.
DEPÓSITO: Referido bem encontra-se sendo administrado pelo Administrador Judicial da Massa Falida Dr. Heitor Caetano Bemvenutti Hedeke, até ulterior deliberação por este juízo.
LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR - MATRÍCULA 13/246-L
COMISSÃO DO LEILOEIRO: será paga pelo arrematante no percentual que estipulo em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação.
ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão Público na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.
INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica(m) o(s) devedor(es), qual(is) seja(m): GVT LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA - (CNPJ/MF SOB Nº 13.201.943/0001-24); SERGIO VENANCIO ARAUJO - (CNPF/MF SOB Nº 926.643.268-72) e VICTOR HUGO FENSKE - (CNPF/MF SOB Nº 583.966.830-34), através do presente, devidamente INTIMADO(S), caso não seja encontrado para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, o(s) respectivo(s) cônjuge(s). Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s), DIRECTA LINE - AGENCIAMENTO DE TRANSPORTES INTERNACIONAIS LTDA, fiduciário e intervenientes garantidores e proprietários do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Londrina, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três. (23/08/2023). Eu,_____,/// Jorge V. Espolador - Matrícula nº 13/246-L///Leiloeiro Oficial, que o digitei e subscrevi.
JAMIL RIECHI FILHO
Juiz de Direito

4ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO
4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LONDRINA - PR
REGINALDO ARCEBISPO DE SÁ
ESCRIVÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA do acusado **LEANDRO ADIR DE SOUZA,** com prazo de sessenta (60) dias, na forma da lei. Pelo presente, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento virem, com o prazo de sessenta (60) dias, que nos autos Processo Criminal - Projudi

53716-78.2020.8.16.0014 em que figura como acusado LEANDRO ADIR DE SOUZA, brasileiro, nascido 18/03/1974, filho de Reinald Vitareli e Maria Lucia de Matos Vitareli, portador do RG-SSP/PR. sob nº9.564.465-1; atualmente em lugar incerto e não sabido, foi proferida sentença, cujo tópico final segue adiante transcrito: ".... Pelas razões acima expendidas e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva do Estado e, em consequência, ABSOLVO o réu LEANDRO ADIR DE SOUZA, já qualificado, da imputação que lhe é feita na denúncia, o que faço com fundamento no artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal.....Londrina, 29 de março de 2023. (a) Luiz Valerio dos Santos, Juiz de Direito." Encontrando-se em lugar incerto e não sabido acusado LEANDRO ADIR DE SOUZA, pelo presente edital fica INTIMADO da mencionada decisão, da qual poderá interpor recurso, querendo, no prazo de cinco (5) dias, contados do término do prazo do edital publicado, sob pena de trânsito em julgado sem recurso. Para o conhecimento de todos foi lavrado o presente edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado no átrio deste Fórum, lugar de costume. NADA MAIS. Londrina, 06/09/2023. Eu, Claudecir Umberto Bernardi, Técnico Judiciário, o digitei.
Luiz Valerio dos Santos
Juiz de Direito

5ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
5ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 5º And - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - E-mail:
lon-5VJ-E@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃODA EXECUTADA JACQUELINE DE OLIVEIRA JORDEM (RG: 111339988 SSP/PR e CPF/CNPJ: 067.309.719-67), COM PRAZO DE 30
(TRINTA) DIAS
Processo: 0055986-12.2019.8.16.0014
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
Assunto Principal: Despesas Condominiais
Valor da Causa: R$6.379,43
Exequente(s): CONDOLONDRES SERVIÇO DE APOIO A CONDOMÍNIOS S/S LTDA (CPF/CNPJ:
05.853.284/0001-82) Avenida Paraná, 453 5º Andar - Sala 501 - Centro - LONDRINA/PR -
CEP: 86.010-390
Executado(s): JACQUELINE DE OLIVEIRA JORDEM (RG: 111339988 SSP/PR e CPF/CNPJ: 067.309.719-
67), ora em lugar incerto e não sabido.
Rua Quatorze de Julho, 4721 - São Francisco - CAMPO GRANDE/MS - CEP: 79.010-470
RESUMO INICIAL APRESENTADO PELA PARTE EXEQUENTE: "... diz respeito a execução do valor atualizado
de R$ 8.537,46, referente a cotas condominiais geradas pelo apartamento 833, bloco 08, do Condomínio América do Sul
II, vencidas e não pagas entre 08/08/2017 a 08/12/2017, 08/04/2018 e 08/05/201"
OBJETIVO: Para no prazo de 03 (três) dias, após o prazo de dilação deste edital, efetuar o pagamento do débito, no
valor de e demais acréscimos legais, (Art. 829 do CPC) até a data do efetivo pagamento e acrescido dasR$ 6.379,43
demais cominações legais, custas processuais da presente execução e honorários advocatícios arbitrados em 5% (cinco
por cento) sobre o valor do débito corrigido (sendo certo que em caso de não pagamento no prazo de 03 dias os
honorários advocatícios incidentes serão de 10% sobre o débito corrigido) sob pena de não o fazendo, ser-lhe
penhorados tantos bens quanto bastem para a satisfação do débito; e, ainda, INTIMADO para que, em caso de não
pagamento do valor exeqüendo, indique bens de sua propriedade, passíveis de penhora, informando sua localização, no
prazo de 05 (cinco) dias sob pena de, considerar-se conduta atentatória à dignidade da Justiça (art. 774, item V do CPC);
E, finalmente, INTIMADO de que, querendo, poderá opor Embargos em prazo de 15 (quinze) dias, ficando ciente de
que tal oposição de defesa não impedirá as demais determinações constantes doe mandado (penhora e avaliação), bem
como de que fique ciente de que, no mesmo prazo de embargos (15 dias) poderá, no caso de reconhecimento do crédito
do exeqüente, depositar 30% (trinta por cento) do valor em execução (inclusive custas e honorários), comprovando tal
depósito e requerer ao juízo o parcelamento do restante do débito em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de
correção monetária e juros de 1% ao mês, sob pena de prosseguimento do feito, inclusive com a penhora e demais atos
necessários.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina, Estado do Paraná. Eu (Carlos Roberto Silveira), Analista
Judiciário, Subscrevi.
Londrina, 24 de agosto de 2023.
Alberto Junior Veloso
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
5ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 5º And - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-
902 - E-mail: lon-5VJ-E@tjpr.jus.br
EDITAL DE CITAÇÃO DOS TERCEIROS IVANILDA ALVES DA SILVA e LEONEL ALVES
DA SILVA, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
Processo: 0030316-74.2016.8.16.0014
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
Assunto Principal: Duplicata
Valor da Causa: R$226.781,35
Exequente(s): Kosmental Indústria e Comércio de Cosméticos Importação e Exportação Ltda
EPP (CPF/CNPJ: 05.297.188/0001-03) Rua Venceslau Brás, 02-67 - Centro -
PRESIDENTE EPITÁCIO/SP - CEP: 19.470-000 - E-mail:
eugenio@ebarbozaadvogados.com.br
Executado(s): I.L.S. Distribuidora de cosméticos Ltda. (CPF/CNPJ: 13.188.485/0001-30) Rua
Maurício de Nassau, 312 - Jardim Europa - LONDRINA/PR - CEP: 86.015-720
Terceiro(s): IVANILDA ALVES DA SILVA (RG: 43839942 SSP/PR e CPF/CNPJ: 626.033.379-04), ora em lugar incerto e não sabido.
LEONEL ALVES DA SILVA (CPF/CNPJ: 472.392.559-72) ora em lugar incerto
e não sabido.
RESUMO APRESENTADO PELA EXEQUENTE: "...Versa a demanda sobre execução de titulo
extrajudicial lastrada em vendas de diversos tipos de mercadorias à empresa executada I.L.S.
Distribuidora de cosméticos Ltda. (CPF/CNPJ: 13.188.485/0001-30), tendo sido emitidas 10 (dez) notas
fiscais, que estão relacionadas à 38 (trinta e oito) duplicatas, não pagas. Devidamente citada, e após
diversas tentativas de penhora de bens e valores da pessoa jurídica executada, foi determinada a
suspensão da execução, ante a instauração do incidente de desconsideração de personalidade jurídica. Os
sócios da pessoa jurídica são os termos acima".
OBJETIVO: Para no prazo de 15 (quinze) dias, contados do prazo de dilação deste edital, querendo,
exerça o contraditório, inclusive requerendo as provas que entender cabíveis (art. 135 do CPC).
Dado e Passado nesta cidade e Comarca de Londrina, Estado do Paraná. Eu (a) Carlos Roberto
Silveira, Analista Judiciário, subscrevi.
Londrina, 05 de setembro de 2023.
Alberto Junior Veloso
Juiz de Direito

5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A) DEVEDOR(A): ALESSANDRA BARROS JANENE - (CNPF/MF SOB Nº 810.316.969-20).
FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma **"ON LINE",** nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições:
A publicação do presente edital será realizada no site **www.jeleiloes.com.br**, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances.

O **PRIMEIRO LEILÃO** será encerrado no dia **28 de setembro de 2023, a partir das 10h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil **(este considerado se inferior a 50% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC)**. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será encerrado no dia **28 de setembro de 2023, a partir das 14h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil **(este considerado se inferior a 50% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC).**

OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente no site: www.jeleiloes.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.

PROCESSO: Autos sob o nº 0014711-20.2018.8.16.0014 de **AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** em que é exequente **VHD - CENTRO DE IDIOMAS LTDA representado(a) por HENRIQUE PLATZ JUNIOR - (**CNPJ/MF SOB Nº 13.300.369/0001-61) e executada **ALESSANDRA BARROS JANENE -**(CNPF/MF SOB Nº 810.316.969-20).

BEM(NS): "01 (uma) Geladeira Panasonic Inverter duas portas e duas gavetas, cor prata, NR-D512Xz, classe T, volume útil 432L, em bom estado de conservação e funcionamento"

ÔNUS: Nada consta dos autos até a presente data. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.

OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega (Artigo 908, parágrafo 1º do CPC/2015 e Artigo 130, parágrafo único do CTN).

AVALIAÇÃO DO BEM: R$4.100,00 (quatro mil e cem reais), conforme auto de avaliação do evento 81.2, realizado em data de 11 de março de 2021.

OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.

OBSERVAÇÃO 2: Consoante o disposto no artigo 895 do Novo Código de Processo Civil, : "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: **I** - até o início do primeiro leilão, proposta escrita de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; **II** - até o início do segundo leilão, proposta escrita de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, ou seja, igual **a inferior a 50%** do valor da avaliação, da seguinte forma: Em qualquer dos casos, deverá haver o pagamento de **25% do valor do lance à vista** e o restante parcelado em até **30 (trinta) meses**), em se tratando de bem imóvel e **12 (doze) meses**, em se tratando de bem móvel. **As parcelas serão atualizadas pelo IPCA-E**, a partir da data da arrematação. Será lavrada hipoteca sobre o bem como garantia do pagamento das prestações, o que constará da carta de arrematação, para fins de averbação junto ao Registro de Imóveis, e, em se tratando de bem **móvel**, por caução idônea, ou seja: **a)caução real**, ou seja, oferta de bem imóvel livre e desembaraçado, cuja avaliação seja superior a avaliação do bem arrematado; **(b)caução fidejussória (fiança)** - devendo demonstrar que em face do fiador (e sua esposa e ou companheira) não pendem ações executivas ou anotações negativas e cadastros de inadimplentes, além de comprovar que o fiador e eventual cônjuge ou companheiro possui um patrimônio mínimo para fazer frente à dívida; **(c)seguro bancário**. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações **não suspende o leilão** e somente prevalecerá caso **inexistente proposta de pagamento do lance à vista**. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas a apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas às garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC). No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

OBSERVAÇÃO 3: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC).

O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal.

DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos da executada, podendo ser encontrado na Rua José Monteiro de Mello, 205 apt.1702 - Jardim do Lago - LONDRINA/PR - CEP: 86.050-430, como fiel depositária, até ulterior deliberação. **Advirta-se o(a) depositário(a) de que, fica ele (ela) obrigado(a) a permitir a eventuais interessados o acesso a eles, durante o horário comercial (de segunda a sexta das 9h às 18h, e aos sábados das 9h às 12h), após a publicação do edital.**

LEILOEIRO: JORGE V. ESPOLADOR -MATRÍCULA 13/246-L

COMISSÃO DO LEILOEIRO: será paga pelo arrematante no percentual que estipulo em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação.

ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão Público na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.

INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica(m) o(s) devedor(e)s, qual(is) seja(m): **ALESSANDRA BARROS JANENE -** (CNPF/MF SOB Nº 810.316.969-20), através do presente, devidamente INTIMADOS, caso não sejam encontrados para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, o(s) respectivo(s) cônjuge(s)**.** Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s), Fiduciária, coproprietário(s), e usufrutuário(s) do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e comarca de Londrina, Estado do Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três. (24/08/2023). Eu,_____,/// **Jorge Vitorio Espolador -** Matrícula 13/246-L ///Leiloeiro Oficial, que o digitei e subscrevi.

TELMA REGINA MAGALHÃES CARVALHO

Juiz de Direito

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A) DEVEDOR(A): FERNANDO ANSELMO ZARELLI ALENCAR - (CNPF/MF SOB Nº 010.543.529-50) e LYNDIARA FERNANDA PEREIRA DOS SANTOS ZARELLI - (CNPF/MF SOB Nº 083.437.439-03).

FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma **"ON LINE",** nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições:

A publicação do presente edital será realizada no site **www.jeleiloes.com.br**, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances.

O **PRIMEIRO LEILÃO** será encerrado no dia **28 de setembro de 2023, a partir das 10h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil **(este considerado se inferior a 50% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC)**. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será encerrado no dia **28 de setembro de 2023, a partir das 14h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil **(este considerado se inferior a 50% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC).**

OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente no site: www.jeleiloes.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.

PROCESSO: Autos sob o nº 0049020-33.2019.8.16.0014 de **AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** em que é exequente **CONDOMÍNIO RESIDENCIAL AMÉRICA DO SUL I - (**CNPJ/MF SOB Nº 00.126.140/0001-00) e executados **FERNANDO ANSELMO ZARELLI ALENCAR - (**CNPF/MF SOB Nº 010.543.529-50**) e LYNDIARA FERNANDA PEREIRA DOS SANTOS ZARELLI - (**CNPF/MF SOB Nº 083.437.439-03).

BEM(NS): "APARTAMENTO Nº 611 (seiscentos e onze), localizado no 1º pavimento do Bloco 06 do RESIDENCIAL AMÉRICA DO SUL I, nesta cidade, com área bruta de 101,3051 metros quadrados, sendo 57,9631 m2 de área privativa, área de uso comum de 43,3420 m2 e 0,381334081% de área ideal do terreno,

dentro das seguintes divisas e confrontações: "A frente, com recuo junto ao Bloco 05; lateral direita, com caixa de escada e apartamento nº 612; lateral esquerda, com recuo junto ao Bloco 05; lateral direita, com caixa de escada e apartamento nº 612; lateral esquerda, com recuo junto a Av. Lucilio de Held; e pelos fundos, com recuo junto ao apartamento nº 614". O referido RESIDENCIAL AMÉRICA DO SUL I, acha-se construído na quadra nº 04 (quatro), com área de 23.725,97 m2, situada no Jardim das Américas, nesta cidade de Londrina/PR. Matrícula 89.417 do 2º Serviço Registral Imobiliário da Comarca de Londrina. O apartamento possui 3 quartos, sala, cozinha, banheiro e uma vaga de garagem, bloco possui elevador."

ÔNUS: R.3/89.417 - Alienação fiduciária em favor da Caixa Econômica Federal - Caixa. **APENSAR DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA AVERBADA, A EXPROPRIAÇÃO SE DARÁ LIVRE DE QUALQUER RESPONSALIDADE/ÔNUS AO ARREMATANTE, CONFORME CONSULTA REALIZADA AO JUÍZO POR MEIO DO PLEITO DO EVENTO 138.1 E R. DECISÃO PROFERIDA NO EVENTO 144.1**; R.4 - Penhora referente aos presentes autos, conforme matrícula imobiliária juntada no evento 118.2. Eventuais outros constantes após a expedição do respectivo Edital de Leilão Público. Benfeitorias não averbadas na matrícula imobiliária, eventual regularização por conta do arrematante. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.

OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega (Artigo 908, parágrafo 1º do CPC/2015 e Artigo 130, parágrafo único do CTN).

Ressalta-se que o Decreto Municipal nº 617, de 17 de junho de 2010, encerrou a problemática advinda do entendimento anteriormente adotado pelo Município de Londrina, com fundamento em julgado do STJ (RESP nº 720196-SP), quanto à responsabilidade pelo pagamento do IPTU. De acordo com o art. 3o do referido decreto, no caso de arrematação em hasta pública, o arrematante não é responsável pelos débitos tributários anteriores à arrematação.

AVALIAÇÃO DO BEM: R$136.000,00 (cento e trinta e seis mil reais), conforme auto de avaliação do evento 67.3, realizado em data de 01 de dezembro de 2021.

OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.

OBSERVAÇÃO 2: Consoante o disposto no artigo 895 do Novo Código de Processo Civil, : "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: **I** - até o início do primeiro leilão, proposta escrita de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; **II** - até o início do segundo leilão, proposta escrita de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, ou seja, igual **a inferior a 50%** do valor da avaliação, da seguinte forma: Em qualquer dos casos, deverá haver o pagamento de **25% do valor do lance à vista** e o restante parcelado em até **30 (trinta) meses**), em se tratando de bem imóvel e **12 (doze) meses**, em se tratando de bem móvel. **As parcelas serão atualizadas pelo IPCA-E**, a partir da data da arrematação. Será lavrada hipoteca sobre o bem como garantia do pagamento das prestações, o que constará da carta de arrematação, para fins de averbação junto ao Registro de Imóveis, e, em se tratando de bem **móvel**, por caução idônea, ou seja: **a)caução real**, ou seja, oferta de bem imóvel livre e desembaraçado, cuja avaliação seja superior a avaliação do bem arrematado; **(b)caução fidejussória (fiança)** - devendo demonstrar que em face do fiador (e sua esposa e ou companheira) não pendem ações executivas ou anotações negativas e cadastros de inadimplentes, além de comprovar que o fiador e eventual cônjuge ou companheiro possui um patrimônio mínimo para fazer frente à dívida; **(c)seguro bancário**. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações **não suspende o leilão** e somente prevalecerá caso **inexistente proposta de pagamento do lance à vista**. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas a apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas às garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC). No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

OBSERVAÇÃO 3: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC).

O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal.

DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos dos executados, podendo ser encontrados na Rua Mário Oncken, 90 Apartamento 611 - Jardim das Américas - LONDRINA/PR - CEP: 86.076-090, como fiéis depositários, até ulterior deliberação. **Advirta-se o(a) depositário(a) de que, fica ele (ela) obrigado(a) a permitir a eventuais interessados o acesso a eles, durante o horário comercial (de segunda a sexta das 9h às 18h, e aos sábados das 9h às 12h), após a publicação do edital.**

LEILOEIRO: JORGE V. ESPOLADOR -MATRÍCULA 13/246-L

COMISSÃO DO LEILOEIRO: será paga pelo arrematante no percentual que estipulo em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação.

ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão Público na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.

INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica(m) o(s) devedor(e)s, qual(is) seja(m): **FERNANDO ANSELMO ZARELLI ALENCAR - (**CNPF/MF SOB Nº 010.543.529-50**) e LYNDIARA FERNANDA PEREIRA DOS SANTOS ZARELLI - (**CNPF/MF SOB Nº 083.437.439-03), através do presente, devidamente INTIMADOS, caso não sejam encontrados para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, o(s) respectivo(s) cônjuge(s)**.** Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s), Fiduciária **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, coproprietário(s), e usufrutuário(s) do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e comarca de Londrina, Estado do Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três. (24/08/2023). Eu,_____,/// **Jorge Vitorio Espolador -** Matrícula 13/246-L ///Leiloeiro Oficial, que o digitei e subscrevi.

TELMA REGINA MAGALHÃES CARVALHO

Juiz de Direito

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A) DEVEDOR(A): MAURICIO DOS SANTOS - (CNPF/MF SOB Nº 665.708.679-20).

FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma **"ON LINE",** nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições:

A publicação do presente edital será realizada no site **www.jeleiloes.com.br**, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances.

O **PRIMEIRO LEILÃO** será encerrado no dia **28 de setembro de 2023, a partir das 10h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil **(este considerado se inferior a 50% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC)**. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será encerrado no dia **28 de setembro de 2023, a partir das 14h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil **(este considerado se inferior a 50% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC).**

OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente no site: www.jeleiloes.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.

PROCESSO: Autos sob o nº 0054924-97.2020.8.16.0014 de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** em que é exequente **GHUMSEIS PRESENTES LTDA - (**CNPJ/MF SOB Nº 10.013.208/0001-07) e executado **MAURICIO DOS SANTOS - (**CNPF/MF SOB Nº 665.708.679-20).

BEM(NS): "01 (uma) Veículo marca/modelo GM/CELTA, ano de fabricação e modelo 2002/2002, chassi 9BGRD08Z02G172708, placa DGX6390, pintura desbotada, em más condições, sem verificação parte mecânica e elétrica."

ÔNUS: Restrição de transferência realizada por meio do sistema Renajud, referente aos presentes autos, conforme comprovante do evento 88.3. Eventuais outros constantes após a expedição do respectivo Edital de Leilão Público. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.

OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega (Artigo 908, parágrafo 1º do CPC/2015 e Artigo 130, parágrafo único do CTN).

AVALIAÇÃO DO BEM: R$11.000,00 (onze mil reais), conforme auto de avaliação do evento 62.1, realizado em data de 24 de agosto de 2022.

OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.

OBSERVAÇÃO 2: Consoante o disposto no artigo 895 do Novo Código de Processo Civil, : "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: **I** - até o início do primeiro leilão, proposta escrita de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; **II** - até o início do segundo leilão, proposta escrita de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, ou seja, igual **a inferior a 50%** do valor da avaliação, da seguinte forma: Em qualquer dos casos, deverá haver o pagamento de **25% do valor do lance à vista** e o restante parcelado em até **30 (trinta) meses**), em se tratando de bem imóvel e

12 (doze) meses, em se tratando de bem móvel. **As parcelas serão atualizadas pelo IPCA-E**, a partir da data da arrematação. Será lavrada hipoteca sobre o bem como garantia do pagamento das prestações, o que constará da carta de arrematação, para fins de averbação junto ao Registro de Imóveis, e, em se tratando de bem **móvel**, por caução idônea, ou seja: **a)caução real**, ou seja, oferta de bem imóvel livre e desembaraçado, cuja avaliação seja superior a avaliação do bem arrematado; **(b)caução fidejussória (fiança)** - devendo demonstrar que em face do fiador (e sua esposa e ou companheira) não pendem ações executivas ou anotações negativas e cadastros de inadimplentes, além de comprovar que o fiador e eventual cônjuge ou companheiro possui um patrimônio mínimo para fazer frente à dívida; **(c)seguro bancário**. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações **não suspende o leilão** e somente prevalecerá caso **inexistente proposta de pagamento do lance à vista**. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas a apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas às garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC). No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

OBSERVAÇÃO 3: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC).

O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal.

DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos do executado, podendo ser encontrado na Rua Onivaldo Davanco, 101 - Residencial Portal do Sol - LONDRINA/PR - CEP: 86.082-780, como fiel depositário, até ulterior deliberação. **Advirta-se o(a) depositário(a) de que, fica ele (ela) obrigado(a) a permitir a eventuais interessados o acesso a eles, durante o horário comercial (de segunda a sexta das 9h às 18h, e aos sábados das 9h às 12h), após a publicação do edital.**

LEILOEIRO: JORGE V. ESPOLADOR -MATRÍCULA 13/246-L

COMISSÃO DO LEILOEIRO: será paga pelo arrematante no percentual que estipulo em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação.

ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão Público na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.

INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica(m) o(s) devedor(e)s, qual(is) seja(m): **MAURICIO DOS SANTOS - (**CNPF/MF SOB Nº 665.708.679-20), através do presente, devidamente INTIMADOS, caso não sejam encontrados para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, o(s) respectivo(s) cônjuge(s)**.** Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s), Fiduciária, coproprietário(s), e usufrutuário(s) do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e comarca de Londrina, Estado do Paraná, aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três. (24/08/2023). Eu,_____,/// **Jorge Vitorio Espolador -** Matrícula 13/246-L ///Leiloeiro Oficial, que o digitei e subscrevi.

TELMA REGINA MAGALHÃES CARVALHO

Juiz de Direito

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A) DEVEDOR(A): JEFERSON HENRIQUE SEVERINO - (CNPF/MF SOB Nº 082.694.609-74).

FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma **"ON LINE",** nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições:

A publicação do presente edital será realizada no site **www.jeleiloes.com.br**, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances.

O **PRIMEIRO LEILÃO** será encerrado no dia **28 de setembro de 2023, a partir das 10h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil **(este considerado se inferior a 50% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC)**. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será encerrado no dia **28 de setembro de 2023, a partir das 14h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil **(este considerado se inferior a 50% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC).**

OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente no site: www.jeleiloes.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.

PROCESSO: Autos sob o nº 0000223-21.2022.8.16.0014 de **AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL** em que é exequente **CTRACK RASTREAMENTO E LOGÍSTICA LTDA - (**CNPJ/MF SOB Nº 12.253.967/0001-64) e executado **JEFERSON HENRIQUE SEVERINO - (**CNPF/MF SOB Nº 082.694.609-74).

BEM(NS): "01 (uma) Motocicleta marca/modelo HONDA/CG 150 TITAN ES, ano de fabricação e modelo 2007/2008, placa API8J60, chassi 9C2KC08508R019552, com pneus em regular estado, com 7.716 km rodados"

ÔNUS: Restrição de transferência realizada por meio do sistema Renajud, referente aos presentes autos, conforme comprovante do evento 64.2. Eventuais outros constantes após a expedição do respectivo Edital de Leilão Público. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.

OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega (Artigo 908, parágrafo 1º do CPC/2015 e Artigo 130, parágrafo único do CTN).

AVALIAÇÃO DO BEM: R$8.000,00 (oito mil reais), conforme auto de avaliação do evento 33.2, realizado em data de 08 de setembro de 2022.

OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Novo Código de Processo Civil, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.

OBSERVAÇÃO 2: Consoante o disposto no artigo 895 do Novo Código de Processo Civil, : "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: **I** - até o início do primeiro leilão, proposta escrita de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; **II** - até o início do segundo leilão, proposta escrita de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil, ou seja, igual **a inferior a 50%** do valor da avaliação, da seguinte forma: Em qualquer dos casos, deverá haver o pagamento de **25% do valor do lance à vista** e o restante parcelado em até **30 (trinta) meses**), em se tratando de bem imóvel e **12 (doze) meses**, em se tratando de bem móvel. **As parcelas serão atualizadas pelo IPCA-E**, a partir da data da arrematação. Será lavrada hipoteca sobre o bem como garantia do pagamento das prestações, o que constará da carta de arrematação, para fins de averbação junto ao Registro de Imóveis, e, em se tratando de bem **móvel**, por caução idônea, ou seja: **a)caução real**, ou seja, oferta de bem imóvel livre e desembaraçado, cuja avaliação seja superior a avaliação do bem arrematado; **(b)caução fidejussória (fiança)** - devendo demonstrar que em face do fiador (e sua esposa e ou companheira) não pendem ações executivas ou anotações negativas e cadastros de inadimplentes, além de comprovar que o fiador e eventual cônjuge ou companheiro possui um patrimônio mínimo para fazer frente à dívida; **(c)seguro bancário**. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações **não suspende o leilão** e somente prevalecerá caso **inexistente proposta de pagamento do lance à vista**. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas a apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas às garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC). No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

OBSERVAÇÃO 3: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC).

O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal.

DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos do executado, podendo ser encontrado na Rua Ernesto Serra, 586 - Jardim Tropical - LONDRINA/PR - CEP: 86.087-645, como fiel depositário, até ulterior deliberação. **Advirta-se o(a) depositário(a) de que, fica ele (ela) obrigado(a) a permitir a eventuais**

interessados o acesso a eles, durante o horário comercial (de segunda a sexta das 9h às 18h, e aos sábados das 9h às 12h), após a publicação do edital.
LEILOEIRO: JORGE V. ESPOLADOR -MATRÍCULA 13/246-L
COMISSÃO DO LEILOEIRO: será paga pelo arrematante no percentual que estipulo em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação.
ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão Público na data acima designada por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.
INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica(m) o(s) devedor(e)s, qual(is) seja(m): **JEFERSON HENRIQUE SEVERINO - (**CNPF/MF SOB Nº 082.694.609-74), através do presente, devidamente INTIMADOS, caso não sejam encontrados para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, o(s) respectivo(s) cônjuge(s)**.** Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s), Fiduciária, coproprietário(s), e usufrutuário(s) do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. **DADO E PASSADO** nesta cidade e comarca de Londrina, Estado do Paraná, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três. (18/08/2023). Eu,_____,/// **Jorge Vitorio Espolador -** Matrícula 13/246-L ///Leiloeiro Oficial, que o digitei e subscrevi.
TELMA REGINA MAGALHÃES CARVALHO
Juiz de Direito

6ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

O(A) Juiz(íza) de Direito Abelar Baptista Pereira Filho, da 6ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Cartão de Crédito, sob nº 0044708-09.2022.8.16.0014, em que é(são) autor(es) BANCO BRADESCO S/A, e réu(s) FLAVIO SILVA DOS SANTOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido FLAVIO SILVA DOS SANTOS, portador(a) do RG 106854629 SSP/PR e CPF 072.050.009-55. Desta forma, se procede por meio deste edital sua CITAÇÃO para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com a resenha da inicial que segue parcialmente transcrita/o: "O demandado utilizou-se do(s) cartão(ões) de crédito(s)/compra(s), pelo(s) qual(is) comprometeu-se a, mensalmente a saldar as respectivas faturas nas datas de sua escolha: seja pela integralidade, seja pelo pagamento parcelado, o que melhor lhe conviesse. Não obstante às operações efetivadas pelo demandado e devidamente autorizadas pelo demandante, nos termos do regulamento do produto, deixou àquele de quitar as faturas nos respectivos vencimentos. Com base nas informações extraídas do extrato em questão (e eventualmente finalizado pelo relatório de aceleração) - os quais instruem o presente feito - denota-se que, somados e atualizados, os lançamentos das faturas indicam como devida a importância citada (o(s) qual(is) totaliza(m) a importância atualizada de R$ 43.051,04 - para o(s) cartão(ões) (em cada cartão, se mais de 01 - conforme quadro infra na próxima página)." Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC)

O(A) Juiz(íza) de Direito Osvaldo Taque, da 6ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Obrigação de Fazer / Não Fazer, sob nº 0049510-84.2021.8.16.0014, em que é autor ALDEMAR SORIANI, e réu LIANE MAZOTTO DOS SANTOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido LIANE MAZOTTO DOS SANTOS, portador (a) do RG 44824175 SSP/PR e CPF 535.297.319-00. Desta forma, se procede por meio deste edital sua CITAÇÃO para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com a resenha da inicial que segue parcialmente transcrita/o: "O autor foi o adquirente originário do apartamento 13, bloco A1 do Conjunto Santa Rita III, localizado à Rua Figueira, 989, em Londrina/PR. Ocorre que, na data de 08 de janeiro de 1990, o autor negociou com a ré os direitos do referido imóvel, que estava financiado junto ao antigo Banco Banestado, restando pendente de pagamento 293 parcelas mensais. Com isto, caberia à ré o pagamento das parcelas do financiamento do referido imóvel, bem como a transferir para seu nome tal operação bancária, com o suporte dos impostos relacionados. No entanto, após o pagamento do montante negociado junto ao autor, a ré nunca cumpriu com as obrigações acessórias citadas. Neste sentido, vale citar que o autor, por esta razão desde então, foi submetido à diversos constrangimentos levando em conta a falta de regularização da situação do imóvel, inscrições junto aos órgãos de proteção ao crédito e até mesmo com chamadas junto aos grandes jornais da cidade de Londrina/PR. Como prova de todo o exposto, ressalta-se que o IPTU sempre esteve em nome da ré após a venda do imóvel. O autor, contudo, não restou inerte. Por diversas vezes entrou em contato com a ré, que sempre prometia solucionar toda a situação. Por ser uma pessoa extremamente simples, o autor não tinha ciência da forma como solucionar tal conflito. Não obstante, passados anos após a negociação do referido imóvel, o autor atualmente vem sendo cobrado indevidamente, neste momento pela empresa Dezainy Assessoria de Condomínios, a respeito de contas condominiais em atraso, que podem levar ao ingresso de medidas judiciais cabíveis. Levando em conta toda esta situação, neste momento, com a assistência de seu filho, o autor recorre ao Poder Judiciário." Não havendo manifestação da parte requerida, nos termos do art. 72, inciso II, do Código de Processo Civil, ficou nomeado como curadora especial a Dra. Larissa Couto Furlanetto - OAB PR 110.744, a qual, aceitando o encargo, deverá apresentar defesa dentro do prazo legal (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).

O(A) Juiz(íza) de Direito Abelar Baptista Pereira Filho, da 6ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Ordinária, sob nº 0035456-45.2023.8.16.0014, em que é(são) autor(es) NELCI CRISTINA BAETA LAFRANCHI, e réu(s) Rebeca, BENEDITA MOREIRA, Giovana, Leopoldo, Valeria dos Santos Carvalho, e que por este edital procede a CITAÇÃO de eventuais terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião referente ao imóvel: [matrícula n° 39.192 (apartamento 104 do residencial Aimará I, com área construída de 89,468206 m2, área privativa de 57,35 m2, área comum de 32,118206m2, adquirido junto a COHAB-LD sob contrato n° 86173104)], nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: 1. Inicialmente, cumpre observar que a presente demanda busca a declaração da prescrição aquisitiva em favor da parte autora em relação à cotaparte do imóvel de titularidade de BENEDITA MOREIRA e quanto a cota-parte do espólio de NATALI BERTAZO NETO, como já pontuado em seq. 12.1. Nesse cenário, inexistindo inventário (seq. 10.5) e sendo incerta a qualificação e localização de seus herdeiros (seq. 16.1), de rigor a inclusão nos autos dos réus INCERTOS, quem sejam, os herdeiros do Sr. Natali , identificados apenas como Valeria dos Santos Carvalho, Rebeca, Giovana e Leopoldo. À escrivania para que inclua os réus incertos em sistema. 2. Em atenção à sistemática do Novo CPC que determina a realização de uma audiência de conciliação /mediação preliminarmente à citação em sua parte geral aplicável a todos procedimentos contra os quais essa regra não conflite, e, antevendo os conflitos, sejam de ofensa à celeridade e razoável duração do processo, a especialidade do procedimento previsto no próprio código ou em leis esparsas especiais, determino a inaplicabilidade, por contrariedade à celeridade e especialidade deste dispositivo da audiência preliminar de conciliação prevista na parte geral no novo CPC, determinando o prosseguimento do processo com intimação para defesa e eventuais direitos de ordem objetiva, tal como abaixo determinados; 3. Cite(m)-se o(s) réu(s), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente(m) defesa aos termos desta ação, com as advertências do art. 344 do CPC, sendo que: a) a ré BENEDITA MOREIRA deverá ser citada por Carta com Aviso de Recebimento, no endereço de sua qualificação, estando o patrono da parte autora ciente de que representar ambas as partes em um processo cujo procedimento é, em regra, contencioso, implica em patrocínio simultâneo ou tergiversação, ato ilegal e antiético, passível de punição pelo Código Penal (art. 355, parágrafo único) e pelo Estatuto da Advocacia e da OAB (art. 34); b) os RÉUS INCERTOS deverão ser citados por EDITAL e identificados como "herdeiros de NATALI BERTAZO NETO de nomes Valeria dos Santos Carvalho, Rebeca, Giovana e Leopoldo, na forma do art. 256, I e 257, CPC. Não constituído patrono pelos réus incertos, voltem-me conclusos para nomeação de curador especial (art. 257, IV, CPC). 4. Citem-se todos os confinantes para ciência e manifestação, nos termos do art. 246, §3º do CPC; 5. Cientifiquem-se os representantes da Fazenda Pública da União, do Estado e do Município; O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).

O(A) Juiz(íza) de Direito Abelar Baptista Pereira Filho, da 6ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução de Título Extrajudicial, assunto Direitos e Títulos de Crédito, sob nº 0033369-24.2020.8.16.0014, em que é(são) autor(es) J3 ADMINISTRACAO

DE BENS LTDA, e réu(s) ZSCHON COMÉRCIO DE COLCHÕES LTDA., MARCOS DE OLIVEIRA SCHON, MARCOS DE OLIVEIRA SCHON JUNIOR, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) MARCOS DE OLIVEIRA SCHON JUNIOR, portador(a) do RG 103962803 SSP/PR e CPF 099.836.589-09;MARCOS DE OLIVEIRA SCHON, portador(a) do RG 50129136 SSP/PR e CPF 722.826.909-82;ZSCHON COMÉRCIO DE COLCHÕES LTDA., portador(a) do CNPJ 31.881.476/0001-02. Desta forma, se procede por meio deste edital sua CITAÇÃO para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito apontado pela parte exequente, acrescido de custas e honorários advocatícios, no valor total de R$ 37.498,05 (Trinta e sete mil, quatrocentos e noventa e oito reais e cinco centavos), acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento. A(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que em caso de pagamento integral dentro do prazo estipulado os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, tendo sido estes fixados em 10% (dez por cento) sob o valor do débito. Ainda, a(s) parte(s) fica(m) CIENTE(S) de que reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) acrescido de custas e honorário advocatícios, poderá(ão) requerer o parcelamento do restante da dívida em até 06 (seis) parcelas mensais acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês. O não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente em vencimento das prestações subsequentes e no prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos e imposição ao executado de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor das prestações não pagas. Em caso de não pagamento, seus bens estarão sujeitos a penhora e/ou arresto (art. 829, § 1º, CPC[1]). Independentemente da penhora, depósito ou caução, poderá opor embargos de execução no prazo de 15 (quinze) dias. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.

Edital de Intimação

O(A) Juiz(íza) de Direito Abelar Baptista Pereira Filho, da 6ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Cumprimento de sentença, assunto Alienação Fiduciária, sob nº 0042537-70.2008.8.16.0014, em que é(são) exequente(s) BANCO ABN AMRO REAL S.A., e executado(s) BENEDITO MIGUEL SCHAUFF, COMERCIAL RIBALTA LTDA, e que não foi possível localizar pessoalmente a (s) parte(s) Promovido BENEDITO MIGUEL SCHAUFF, portador(a) do CPF 442.647.209-15. Desta forma, se procede por meio deste edital sua INTIMAÇÃO para levantamento dos valores constritos, em 05 (cinco) dias, asseverando-se que a inércia implicará na remessa dos valores ao FUNJUS. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).

Edital Geral

O(A) Juiz(íza) de Direito Abelar Baptista Pereira Filho, da 6ª Vara Cível de Londrina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Tutela e Curatela, sob nº 0077223-39.2018.8.16.0014, em que é(são) autor(es) NEILA DOS SANTOS NOGUEIRA, e réu(s) LUIZ FELIPE NOGUEIRA CARRARO, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de LUIZ FELIPE NOGUEIRA CARRARO, por sentença transitada em julgado no dia 08/02/2021, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) possui deficiência mental severa e não apresenta condições para prática de alguns atos da vida civil, vez que não possui capacidade para realizar atividades cotidianas, como trabalhar, se alimentar e locomover, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil], o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos patrimonial, negocial e de recebimento de benefícios previdenciários, podendo praticar autonomamente os atos de emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, e administrar sua própria renda, independentemente de caução bastante. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) sua mãe NEILA DOS SANTOS NOGUEIRA portador(a) do CPF 651.973.219-20, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "Posto isso, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO contido na inicial, para o fim de decretar a interdição de LUIZ FELIPE NOGUEIRA CARRARO, já qualificado nos autos, nos termos do artigo 474 do Código de Processo Civil e disposições seguintes, c/c artigos 745, § 3º, do Código Civil, nomeando sua mãe NEILA DOS SANTOS NOGUEIRA, também já qualificada, como seu curador para todos os atos de natureza patrimonial e negocial previstos no art. 1.782 do Código Civil; a saber: emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, e administrar sua própria renda, independentemente de caução bastante. Cumpra-se o disposto no artigo 759, § 1º e 2º do Código de Processo Civil, expedindo-se edital consoante o disposto no artigo 755, § 3º, do mesmo Código e inscrevendo-se esta sentença no Registro Civil de Pessoas Naturais". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil

8ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO - Autos nº. 0067944- 58.2020.8.16.0014 Processo: 0067944-58.2020.8.16.0014 Classe Processual: Interdição/Curatela Assunto Principal: Nomeação Valor da Causa: R$100,00 Requerente(s): CLEONICE MENDES MARINELI (RG: 51583523 SSP/PR e CPF/CNPJ: 822.551.309- 63) Requerido(s): HELOISA MARINELE SILVA (CPF/CNPJ: 077.786.709-50) Terceiro(s): RICARDO OLIVEIRA DA SILVA (RG: 75946309 SSP/PR e CPF/CNPJ: 993.531.059- 00) O Dr. MATHEUS ORLANDI MENDES, Juiz de Direito, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório processou-se os autos de Curatela sob n.º 0067944-58.2020.8.16.0014 em que é requerente CLEONICE MENDES MARINELI (RG: 51583523 SSP/PR e CPF/CNPJ: 822.551.309-63), sendo declarada por sentença a curatela de HELOISA MARINELE SILVA, inscrito no CPF sob nº 077.786.709-50, residente e domiciliado à Rua Odilia Alves Pedra, nº 395, Bairro Ernane de Moura Lima, Londrina - PR, CEP: 86.037-240, portadora de Transtorno mental e Irreversível, sendo-lhe nomeada CURADORA a Sra. CLEONICE MENDES MARINELI SILVA, brasileira, divorciada, copeira, portadora da cédula de identidade RG nº 5.158.352-3 SSP/PR, regularmente inscrito no CPF/MF sob o nº 822.551.309-63, residente e domiciliada à Rua Odilia Alves Pedra, nº 395, Bairro Ernane de Moura Lima, Londrina - PR , tendo a curatela a finalidade de representar a curatelada para os seguintes atos de sua vida civil: realizar atos que importem disposição de bens/direitos de natureza patrimonial e negocial; compras, vendas e trocas rotineiras; compras, vendas e trocas não rotineiras (bens móveis, imóveis, compras de maior valor mediante autorização judicial, com fulcro nos artigos 1748, IV e 1749, I c/c 1774, todos do Código Civil); contratação e demissão de empregados; movimentação da conta bancária e operações mediante uso de cartão bancário ou cheque, encerramento e abertura de contas bancárias; representação perante o INSS, administração de bens, por tempo indeterminado. O presente edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando no edital os nomes do curatelado e da curadora. JUSTIÇA GRATUITA. Londrina,16 de agosto de 2023. Eu, VANDECIR DOS REIS LOUÇÃO- Escrivão Designado, que o digitei e subscrevi. (assina eletronicamente, nos termos da Lei nº 11.419/2006) MATHEUS ORLANDI MENDES Juiz de Direito

O Dr. MATHEUS ORLANDI MENDES, Juiz de Direito, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório processou-se os autos de Curatela sob n.º 0015998-43.2003.8.16.0014 em que é requerente ALESSANDRA FIGUEIREDO DAS CANDEIAS (CPF/CNPJ: 063.752.169-23) e CLAUDINEI APARECIDO (RG: 91551837 SSP/PR e CPF/CNPJ: Não Cadastrado), sendo declarada por sentença a curatela de SIRLENE APARECIDO, RG 82671838 SSP/PR, nascido em 04/03/1979, localizável no(a) Rua da C. M. P., 37 - Jardim União da Vitória II - LONDRINA/PR - CEP: 86.044-314 portadora do RG 82671838 SSP /PR, portadora de Transtorno mental e Irreversível, sendo-lhe nomeado CURADORA a sra ALESSANDRA FIGUEIREDO DAS CANDEIAS (CPF/CNPJ: 063.752.169-23), tendo a curatela a finalidade de representar a curatelada para os seguintes atos de sua vida civil: realizar atos que importem disposição de bens/direitos de natureza patrimonial e negocial; compras, vendas e trocas rotineiras; compras, vendas e trocas não rotineiras (bens móveis, imóveis, compras de maior valor mediante autorização judicial, com fulcro nos artigos 1748, IV e 1749, I c/c 1774, todos do Código Civil); contratação e demissão de empregados; movimentação da conta bancária e operações mediante uso de cartão bancário ou cheque, encerramento e abertura de contas bancárias; representação perante o INSS, administração de bens, por tempo indeterminado. O presente edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando no edital os nomes do curatelado e da curadora. JUSTIÇA GRATUITA. Londrina, 25/08/2023. Eu, VANDECIR DOS REIS LOUÇÃO- Escrivão Designado, que o digitei e subscrevi.
MATHEUS ORLANDI MENDES

Juiz de Direito

9ª VARA CÍVEL

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
9ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 6º And - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: 3572-3255 - E-mail: lon-9vj-e@tjpr.jus.br

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS - Art. 755,II, § 3º do CPC.
O Excelentíssimo Senhor Doutor Aurênio José Arantes de Moura, MM. Juiz de Direito da Nona Vara Cível desta Cidade e Comarca de Londrina, Estado do Paraná.

Processo:	0010461-36.2021.8.16.0014
Classe Processual:	Interdição/Curatela
Assunto Principal:	Capacidade
Valor da Causa:	R$500,00
Requerente(s):	• CIRENE CRISTINA DE PADUA MARMONE (RG: 44846080 SSP/PR e CPF/CNPJ: 740.615.939-00) • GUSTAVO DE PADUA MARMONE (RG: 104187030 SSP/PR e CPF/CNPJ: 064.481.019-00)
Requerido(s):	• GABRIELA DE PADUA MARMONE (RG: 103112028 SSP/PR e CPF/CNPJ: 063.302.689-16)

LIMITES DA CURATELA: O requerido é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, do convívio social e de vida independente.CURADOR(A) NOMEADO(A): CIRENE CRISTINA DE PADUA MARMONE E GUSTAVO DE PADUA MARMONE
E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância será o presente edital afixado no local próprio e publicado gratuitamente pela imprensa na forma da lei vigente, por três vezes, com intervalo de dez dias. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina.
Londrina, 30 de agosto de 2023.
Aurênio José Arantes de Moura
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
9ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 6º And - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: 3572-3255 - E-mail: lon-9vj-e@tjpr.jus.br

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS - Art. 755,II, § 3º do CPC.
O Excelentíssimo Senhor Doutor Aurênio José Arantes de Moura, MM. Juiz de Direito da Nona Vara Cível desta Cidade e Comarca de Londrina, Estado do Paraná.

Processo:	0014646-49.2023.8.16.0014
Classe Processual:	Interdição/Curatela
Assunto Principal:	Capacidade
Valor da Causa:	R$500,00
Requerente(s):	• EDSON MARTINS DA SILVA (CPF/CNPJ: 605.922.579-91) • NEIDE APARECIDA DE FARIA (CPF/CNPJ: 107.987.588-30)
Requerido(s):	• Lucas Martins da Silva (CPF/CNPJ: 010.078.509-30)

LIMITES DA CURATELA: O requerido é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, do convívio social e de vida independente.CURADOR(A) NOMEADO(A): EDSON MARTINS DA SILVA E NEIDE APARECIDA DE FARIA
E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância será o presente edital afixado no local próprio e publicado gratuitamente pela imprensa na forma da lei vigente, por três vezes, com intervalo de dez dias. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina.
Londrina, 30 de agosto de 2023.
Aurênio José Arantes de Moura
Juiz de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA - FORO CENTRAL DE LONDRINA
9ª VARA CÍVEL DE LONDRINA - PROJUDI
Avenida Duque de Caxias, 689 - Anexo I, 6º And - Caiçaras - Londrina/PR - CEP: 86.015-902 - Fone: 3572-3255 - E-mail: lon-9vj-e@tjpr.jus.br

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS - Art. 755,II, § 3º do CPC.
O Excelentíssimo Senhor Doutor Aurênio José Arantes de Moura, MM. Juiz de Direito da Nona Vara Cível desta Cidade e Comarca de Londrina, Estado do Paraná.

Processo:	0009280-63.2022.8.16.0014
Classe Processual:	Interdição/Curatela
Assunto Principal:	Interdição
Valor da Causa:	R$1.212,00
Requerente(s):	• MARIA CLARETE VIEIRA ALVES (RG: 32923828 SSP/PR e CPF/CNPJ: 458.230.229-72)
Requerido(s):	• GABRIEL VIEIRA ROSA (RG: 126985568 SSP/PR e CPF/CNPJ: 085.244.799-06)

LIMITES DA CURATELA: O requerido é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, do convívio social e de vida independente.CURADOR(A) NOMEADO(A): MARIA CLARETE VIEIRA ALVES
E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância será o presente edital afixado no local próprio e publicado gratuitamente pela imprensa na forma da lei vigente, por três vezes, com intervalo de dez dias. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Londrina.
Londrina, 28 de agosto de 2023.
Aurênio José Arantes de Moura
Juiz de Direito

VARA DE EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): VAGNER BRUNO TRINDADE
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito ADRIANA CARRILHO DANNA PERSIANI, da 2º Juizado de Violência Doméstica e
Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Londrina, FAZ SABER a
todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos
de Inquérito Policial, assunto Contra a mulher, sob nº 0024299-80.2020.8.16.0014, em que é(são) autor
(es) réu(s) VAGNER BRUNO TRINDADE, e vítima MARIA EDUARDA LEITZKE, e que não foi possível localizar
, portador(a) do RG pessoalmente a(s) parte(s) Promovido VAGNER BRUNO TRINDADE 100819988 SSP/PR e
CPF 085.660.809-20, nascido(a) em 23/06/1987, natural de LONDRINA, filho(a) de MARINA TRINDADE, motivo
pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual
foi determinado o arquivamento dos autos, nos termos do art. 18 do Código de Processo Penal, ressalvadas as hipóteses legais de
desarquivamento. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue
ignorância no futuro.
Eu, Henry Carvalho de Moura, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Londrina, 05 de setembro de 2023.
ADRIANA CARRILHO DANNA PERSIANI
Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Requerido: IZABELA SOARES,
Autos: 0043452-94.2023.8.16.0014
Prazo: 15 (quinze) dias
A DOUTORA ADRIANA CARRILHO DANNA PERSIANI, M.M. JUÍZA DE DIREITO DA 23ª VARA JUDICIAL - 2º
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS,
ADOLESCENTES E IDOSOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI FAZ SABER, a todos
quanto o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que não sendo possível intimar pessoalmente o
requerido MARCIA SOARES (RG: 99787937 SSP/PR e CPF/CNPJ: Não Cadastrado) IZABELA SOARES (RG:
139414187 SSP/PR e CPF/CNPJ: Não Cadastrado), filho(a) de MARIA OLIMPIA DA SILVA (Nome Mãe) e
ANTONIO BENEDITO SOARES (Nome Pai) MARCIA SOARES (Nome Mãe) e (Nome Pai), nascido(a) em 07/05
/1973 01/12/1999, natural de LONDRINA/PR LONDRINA/PR, ora em local incerto e não sabido, pelo presente,
fica INTIMADO acerca da decisão que deferiu as medidas protetivas em favor da requerente MARCIA SOARES,
e que por este Juízo foram aplicadas ao agressor as seguintes medidas protetivas:
- O afastamento do requerido do lar, localizado no endereço constante nos presentes autos;
- foi determinado que o noticiado IZABELA SOARES, não se aproxime da ofendida, de seus familiares e das
testemunhas a uma distância mínima de 100 (duzentos) metros;
- foi determinado que o noticiado IZABELA SOARES, não entre em contato com a ofendida, seus familiares e
testemunhas, por qualquer meio de comunicação (telefone, cartas, e-mails, etc.);
- foi determinado que a noticiada IZABELA SOARES, compareça ao Projeto "Além do Horizonte".
O descumprimento de qualquer uma destas medidas, além de caracterizar crime de descumprimento das
medidas protetivas de urgência, previsto no artigo 24-A da Lei Maria da Penha (inserido pela Lei nº 13.641 de
2018), poderá acarretar a imediata decretação da sua prisão preventiva.
E dado e passado, nesta cidade e Comarca de Londrina, 05 de setembro de 2023 às 13:43:54. Eu, Henry
Carvalho de Moura , o subscrevo.
ADRIANA CARRILHO DANNA PERSIANI
JUÍZA DE DIREITO

MAMBORÊ

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO
MEDIDAS PROTETIVASDESTINATÁRIO(A)(S): ANDRÉ CRISTIANO FERREIRA
PRAZO DE 30 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Bruna Grasso Ferreira, da Vara Criminal de Mamborê, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Ameaça , sob nº 0001282-22.2023.8.16.0107, em que é(são) autor(es) SIRLEI DOMINGA FERREIRA, réu(s) ANDRÉ CRISTIANO FERREIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ANDRÉ CRISTIANO FERREIRA, portador(a) do RG 144303342 SSP/PR e CPF 119.709.489-06, nascido(a) em 30/07/1996, natural de GOIOERE/PR, filho(a) de SIRLEI DOMINGA FERREIRA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência dos termos das **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas: "a) afastamento do lar, nos termos do artigo 22, inciso II da Lei 11.340 /2006; b) Proibição de aproximação das ofendidas e de testemunhas, fixando o limite mínimo de distância de 200 (duzentos) metros, nos termos do artigo 22, inciso III, alínea "a", da Lei 11.340/2006; c) Proibição de contato com as ofendidas e testemunhas, por qualquer meio de comunicação, seja gesto, olhares, interposta pessoa, dentre outros, nos termos do artigo 22, III, alínea b, da Lei 11.340/2006; e sua **INTIMAÇÃO** de que o descumprimento das medidas protetivas fixadas nestes autos, poderá ensejar a decretação de prisão preventiva, nos termos do artigo 313, inciso IV, do Código de Processo Penal, bem como a prática do delito do artigo 24-A, da Lei Maria da Penha. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Mamborê, 05 de setembro de 2023.
Bruna Grasso Ferreira
Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/ projudi**.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO
JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL, FAZENDA PÚBLICA E COMPETÊNCIA DELEGADA
COMARCA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
ESTADO DO PARANÁ
Rua Paraíba, nº 541 - CEP 85.960-000
Sonia Cristina Pratas
Escrivã
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DA EXECUTADA ROSA MARIA DZIVIELEWSKI, CPF nº 059.560.739-00. COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
Por determinação do Dr. Dionisio Lobchenko Junior, MM. Juiz Substituto da Vara Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada da Comarca de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, foi expedido o presente edital de citação da executada, atualmente em lugar incerto, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague o débito exequendo, acrescido das demais cominações legais ou garanta a execução com a nomeação de bens à penhora, sob pena de penhora em tantos bens quantos bastem para a satisfação da dívida.
Outrossim, o presente edital foi expedido para também intimar a Executada acerca do arresto realizado através do sistema SISBAJUD sobre o valor de R$1.397,96. Advertindo-a que o não pagamento do débito implicará em conversão automática do arresto já realizado em penhora, ficando devidamente intimada para no **prazo de 30 (trinta) dias**, oferecer embargos.
TÍTULO: Certidões de Dívida Ativa sob n° 030091094, 030091108, 030091116, 030091124, 030091132, 030091140, 030091159, 030091167, 030091175, 030091183, 030091191, 030091205.
PROCESSO:AUTOS n° 0000663-63.2012.8.16.0112 de **EXECUÇÃO FISCAL** em que é exequente: **ESTADO DO PARANÁ** e executados **ANDRE FIDELIS, ROSA MARIA DZIVIELEWSKI e TROPITRANS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA ME.**
VALOR DA EXECUÇÃO: R$ 817.054,70 em 15/05/2012.
PRAZO DO EDITAL: 65 (sessenta e cinco) dias.
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita de forma virtual, através do sistema eletrônico PROJUDI, cujo endereço na web é **https://portal.tjpr.jus.br/projudi/**, devendo todos os atos processuais e documentos trazidos aos autos serem em formato digital e inserido no Sistema por advogado previamente cadastrado, nos termos da Lei nº 11.419/06 e do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Paraná, artigo 165. É vedado a esta Escrivania Cível e Fazenda Pública inserir no Projudi peças apresentadas fisicamente pelos advogados (Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Paraná, artigo 166).
Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, datado eletronicamente. Eu, Cristiane Queiroz Fischer, Auxiliar Juramentada, o digitei.
Sonia Cristina Pratas
Escrivã da Vara Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada
documento assinado digitalmente
Subscrição autorizada pela Portaria n°03/2019

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO**Comarca de Marechal Cândido Rondon**
Vara Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DECLARATÓRIA DE INTERDIÇÃO
Requerente: **FABIO ADRIANO SCHONS**
Requerido(a): **RUDI SILVINO SCHONS**
Processo: **INTERDIÇÃO sob nº 0005224-18.2021.8.16.0112**

Causa da Interdição: O Interditado **RUDI SILVINO SCHONS**, brasileiro, viúvo, aposentado, inscrito no CPF nº 119.050.429-49, portador do RG nº 1.096.535-7, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais, nº 1485, Centro da Cidade de Marechal Cândido Rondon, sofre de Transtorno de Pânico (CID 10.1 - F41.0) e Doença de Parkinson (CID G20.2), em fase avançada, comprometendo sua mobilidade, discernimento e percepção, impossibilitando o exercício dos atos da vida civil e necessitando ser representado nos atos de administração de sua vida, para resguardar os seus interesses de ordem patrimonial e previdenciária.
Curador(a) Nomeado(a): **FABIO ADRIANO SCHONS**, brasileiro, autônomo, casado, inscrito no CPF nº 039.966.049-63, portador do RG nº 7.076.170-0, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais, nº 1485, Centro da Cidade de Marechal Cândido Rondon/PR. O presente edital será publicado por 03 (três) vezes no Diário da Justiça do Estado, com o intervalo de 10 (dez) dias. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Marechal Cândido Rondon, datado eletronicamente. Eu, Cristiane Queiroz Fischer, Auxiliar Juramentada, o digitei.
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita de forma virtual, através do sistema eletrônico PROJUDI, cujo endereço na web é **https://portal.tjpr.jus.br/projudi/**
Sonia Cristina Pratas
Escrivã da Vara Cível, Fazenda Pública e Competência Delegada
documento assinado digitalmente
Subscrição autorizada pela Portaria n°03/2019

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

COMARCA DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES,
INFÂNCIA E JUVENTUDE E ANEXOS
EDITAL DE CITAÇÃO DE FABIANA ALVES DA SILVA
Prazo de 20 (vinte) dias
O Dr. Renato Cigerza, MMº. Juiz de Direito da Vara de Família e Sucessões, Infância e Juventude e Anexos desta Comarca de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
F A Z S A B E R a quem o conhecimento deste haja de pertencer, especialmente FABIANA ALVES DA SILVA, filha de Maria Alves da Silva, atualmente em lugar incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório tramitam os autos de Ação de Medida de Proteção sob nº 0006084-48.2023.8.16.0112, em que são partes, como Requerente MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ em favor de A. D. S. G e S. D. S. G., e Requerida, FABIANA ALVES DA SILVA, sendo aí, CITE-SE a Requerida para, querendo, contestar o feito no prazo de 10 dias, indicando as provas a serem produzidas e oferecendo desde logo o rol de testemunhas e documentos (ECA, art. 158), advertindo-a ainda de que, caso não tenha possibilidade de constituir advogado, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, poderá requerer, em cartório, que lhe seja nomeado dativo, ao qual incumbirá a apresentação de resposta, contando-se o prazo a partir da intimação do despacho de nomeação (ECA, art. 159). Decorrido o prazo do edital sem manifestação pela Requerida, será nomeado curador especial.
OBSERVAÇÃO: Este processo tramita de forma virtual, através do sistema eletrônico PROJUDI, cujo endereço na web é https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/.
Dado e passado nesta cidade e Comarca de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná, aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três. Documento editado eletronicamente por Anderson Rogério Petersen, técnico judiciário.
(assinado digitalmente)
Renato Cigerza
Juiz de Direito

FORO REGIONAL DE MARIALVA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS O(A) Juiz(íza) de Direito Devanir Cestari, da Vara Cível de Marialva, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Nomeação, sob nº 0001624-83.2021.8.16.0113, em que é autor ALVELINO GONÇALVES, e réu ANDREA GONÇALVES, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de ANDREA GONÇALVES, brasileira, incapaz, portadora do RG n° 10.438.257-6 e CPF n° 092.908.929-43, nascido em 15/03/1981, filha de Alvelino Gonçalves e Maria Luiza Teixeira Gonçalves, residente e domiciliado na Rua Lazaro Lemuch, nº 60, Parque Industrial II, Marialva, PR, por sentença transitada em julgado no dia 25/08/2023, a qual reconheceu o(a) interditado(a) como incapacitada para a prática de atos envolvendo o seu patrimônio e administração de seus negócios, ou seja, tudo que envolver o patrimônio e administração de direitos e deveres, aí se incluindo a transmissão de bens, despesas pessoais, patrimoniais, gestão de contas correntes, pagamentos, recebimentos de créditos de quaisquer naturezas e, enfim, tudo que estiver relacionado à esses atos civis patrimoniais, que devem ser exercidos por seu curador, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) ALVELINO GONÇALVES, brasileiro, casado, aposentado, portador do RG n.º 1.520.100-2 e CPF sob o n.º 237.149.489-53, filho de Adicael Gonçalves e Jovelila Gonçalves, nascido em 10/11/1952, residente e domiciliado na Rua Lazaro Lemuch, nº 60, Parque Industrial II, Marialva, PR, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Elizandra Conte Mucinieks, Analista Judiciário, conferi e digitei. Marialva, 28 de agosto de 2023. Devanir Cestari Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

5ª VARA CÍVEL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ - FORO CENTRAL DE MARINGÁ
5ª VARA CÍVEL DE MARINGÁ - PROJUDI
Av. Pedro Taques, 294 - Átrium Centro Empresarial - Torre Norte - 1 andar - Zona 10 - Maringá/PR - CEP: 87.030-008 - Fone: 44 3025-3744 - Celular: (44) 98868-5116 - E-mail: mar-5vj-e@tjpr.jus.br
Autos nº. 0018769-18.2022.8.16.0017

Processo:	0018769-18.2022.8.16.0017
Classe Processual:	Interdição/Curatela
Assunto Principal:	Interdição
Valor da Causa:	R$1.212,00
Requerente(s):	• WALDEMAR VISCOVINI (CPF/CNPJ: 129.507.779-53) rua Irene Fabene, 55 - Jardim Custódio - MARIALVA/PR - Telefone(s): (44) 99988-1868
Requerido(s):	• Leucinda Vescovim (CPF/CNPJ: 005.423.629-02) Rua das Primaveras, 142 - Parque do Horto - MARINGÁ/PR - CEP: 87.050-060 - Telefone(s): (44) 3225-4314

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃOCOM O PRAZO DE VINTE (20) DIASJUSTIÇA GRATUITA
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos e partes supra mencionados.
Objeto: **INTIMAÇÃO** de terceiros e interessados, que por este Juízo e Cartório da Vara Cível, se processam os autos supra citados, no qual, foi prolatada sentença,

decretando a interdição do(a) requerido(a): **LEUCINDA VESCOVIM, brasileira, solteira, maior, aposentada, inscrita no CPF sob nº005.423.629-02, portadora da Cédula de Identidade RG nº8.177.637-7-SSP/PR., residindo na Casa de Repouso Aliança com Deus, na Rua Mato Grosso, 352 - Vale Azul - Sarandi-PR,** cuja parte dispositiva é a seguinte: "*... Diante do exposto, com base no artigo 487, inciso I, do CPC julgo procedente o pedido contido na inicial para o fim de decretar a interdição de Leucinda Vescovin (seq.1.4), e estabelecer a medida protetiva de curatela provisória, restando nomeada a pessoa de Valdemar Viscovini para exercício do múnus de curador definitivo da interditada, tão somente no que concerne a atos patrimoniais da vida civil, conforme elucidado em fundamentação. Lavre-se termo de curatela constando que a curadora não poderá alienar ou onerar bens de qualquer natureza pertencentes ao curatelado, a não ser que autorizada judicialmente, e deverá reverter exclusivamente na saúde, alimentação e bem-estar dele valores recebidos de entidades previdenciárias, aplicando-se, no mais, o artigo 553 do CPC e art. 84, §2º da Lei 13.146/2015. Intime-se o curador para prestar o compromisso. Inscreva-se a sentença no Registro de Pessoas Naturais e imediatamente publique-se: a) na rede mundial de computadores no sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses; b) na imprensa local, 1 (uma) vez; c) e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Deve constar do edital os nomes do interdito e do curador, a causa da interdição, os limites da curatela e os atos que o interdito poderá praticar autonomamente, tudo na forma do art. 755, §3º do CPC. Para o curador nomeado, arbitro honorários advocatícios no valor de R $800,00, considerando a simplicidade da causa. O valor deverá ser arcado pelo Estado do Paraná, em via própria, considerando a inexistência de Defensoria Pública em atendimento nesta localidade. Cientifique-se o Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se*.".

Causa da Interdição: Deficiência mental grave, sendo incapaz de reger todos os atos da vida civil.

Curador(a) Nomeado(a): WALDEMAR VISCOVINI, brasileiro, casado, aposentado, portador da Cédula de Identidade Rg nº706.968-5-SSP/PR., inscrito no CPF sob nº129. 507.779-53, residente e domiciliado a rua Irene Fabene, 55,Jardim Custódio, Marialva, Estado do Paraná

Limites da Curatela: "Os valores recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na saúde , alimentação e bem-estar do interdito. A prestação de contas deve ser feita nos termos do que dispõe o artigo 453 c/c 435 e 436 do Código Civil. Aplicada ao caso, o disposto no art. 919 do CPC e as respectivas sanções".

Dado e passado nesta cidade e Comarca de MARINGÁ, Estado do PARANÁ, em 22 de agosto de 2023 às 16:05:02.- Eu, JULIANA CHRISTINA BETONI FERNANDES, Empregada Juramentada, o digitei e subscrevi.

RAFAEL ALTOÉ
Juiz de Direito Substituto
(Documento Assinado Digitalmente)

6ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DA REQUERIDA, MANTELI CLINICA ODONTOLÓGICA - EIRELI, COM PRAZO DE 20 DIAS. O DOUTOR LORIL LEOCÁDIO BUENO JÚNIOR, MM(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA SEXTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI... FAZ SABER, ao requerido, atualmente em lugar incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório do 6º Ofício, processam-se os autos de AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALOR PAGO c/c REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS, sob nº 0010941- 05.2021.8.16.0017 em que são: MARIA DE LOURDES DA SILVA, requerente -e- MANTELI CLINICA ODONTOLÓGICA - EIRELI, requerida. É o presente Edital expedido para CITAÇÃO da requerida MANTELI CLINICA ODONTOLÓGICA - EIRELI, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 22.302.503/0001-54, na pessoa de seu representante legal, atualmente em lugar ignorado, para apresentar defesa no prazo de 15 dias, sob pena de revelia, sendo presumidos verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344 do CPC). Nos termos da petição inicial a seguir resumida: "A Requerente adquiriu um plano de ortodontia da Requerida cerca de um ano e meio atrás para realização de implante dentário. A mesma vinha adimplindo com o valor mensal de R$ 238,00 (duzentos e trinta e oito Reais), custeando, ainda, o valor à vista de R$ 380,00 (trezentos e oitenta Reais), para que se realizasse a colocação de um pino para o futuro implante. Ocorre que a Requerente sofreu algumas complicações no inicio do tratamento, pois um cisto originou-se em seu dente, ficando assim impossibilitada de realizar suas consultas e o tratamento pelo prazo de 04 (quatro) meses. Findando esse prazo, a Requerente retornou para a clínica odontológica, ora Requerida, chegando ao endereço, constatou-se que Requerida havia sido comprada por outra clínica odontológica sem nenhum aviso prévio para com seus pacientes. A Requerente, não sendo informada de tal situação, até tentou um acordo com a clínica atual, alegando que por negligencia da Requerida não estava fazendo uso do plano e tão pouco o tratamento acordado entre eles fora realizado. Em razão disso, quis reaver o valor já depositado para o referido implante. Contudo, a nova clinica não assumiu a dívida da Requerida, fazendo com que a Requerente ficasse sem o procedimento do implante finalizado e sem a devolução da quantia paga portal tratamento, no valor total de R$ 1.904,00 (um mil novecentos e quatro reais). No dia 03/01/2020, a Requerente dirigiu-se até o PROCON de Maringá, e após tentar vários contatos com a Requerida, não teve nenhum resultado. No PROCON foi relatado todo o ocorrido, havendo assim a notificação da Requerida para que, no prazo de 10 dias, apresentasse esclarecimentos, fato esse que não ocorreu. A Autora está indignada e aborrecida com tamanha desordem e desleixo das demandadas, a qual por negligência veio prejudicá-lo. Em razão de não restar outra alternativa à peticionária, viu-se obrigada a buscar a guarida do Poder Judiciário para ver valer seu direito à restituição dos valores pagos e consequente indenização pelos danos morais suportados. Dá-se à causa do valor de R$ 11.904,00 (onze mil novecentos e quatro reais). Nestes Termos, Pede deferimento. Maringá - Paraná, data e hora de inclusão no sistema. RAFAEL FONDAZZI OAB/PR 58.844 .E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa no futuro alegar ignorância, determinou o MM. Juiz a expedição do presente Edital, que será fixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, datado e assinado digitalmente. Eu (Sérgio Roberto Cabral Krauss), Escrivão, que o fiz digitar, subscrevo e assino por ordem do MM. Juiz de Direito. SÉRGIO ROBERTO CABRAL KRAUSS ESCRIVÃO Por Ordem do MM Juiz (assinado digitalmente)

EDITAL DE CITAÇÃO DA EXECUTADA GISLAINE APARECIDA DE OLIVEIRA, COM PRAZO DE 20 DIAS. O DOUTOR LORIL LEOCÁDIO BUENO JÚNIOR, MM(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA SEXTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI... FAZ SABER, as executadas, atualmente em lugar incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório do 6º Ofício, processam-se os autos de EXECUCAO DE TITULO EXTRAJUDICIAL. sob nº 0018799-53.2022.8.16.0017 em que são: COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO UNIAO PARANA/SAO PAULO - SICREDI UNIAO PR/SP, exequente -e- GISLAINE APARECIDA DE OLIVEIRA. executada. É o presente Edital expedido para CITAÇÃO da executada GISLAINE APARECIDA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, técnica de enfermagem, inscrita no CPF sob o nº. 018.386.909-56, atualmente em lugar ignorado, para: a) pagamento da dívida, no prazo de 03 dias, sob pena de penhora; b) querendo, interpor embargos no prazo de 15 dias, contados da juntada aos autos da primeira via do mandado ou, se for o caso, da comunicação sobre a efetivação do ato ou pelo cartório, quando realizada citação por meio eletrônico citatório pelo Juízo deprecado. No prazo para embargos, comprovando o depósito em Juízo de 30% do valor da dívida, incluindo as custas processuais e honorários advocatícios, o(s) executado(s) poderá(ão) requerer seja(m) admitido(s) a pagar o restante em até 06 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária pelo INPC e juros de 1% ao mês, com incidência de multa de 10% para o caso de inadimplemento. Nos termos da petição inicial a seguir resumida: "A Executada emitiu, em favor da Exequente, os instrumentos de Cédulas de Crédito Bancário a seguir identificados, conforme se vê dos documentos juntados, a saber: a) Cédula de Crédito Bancário de nº. C02834613-7, emitida aos 12/11/2020, representativa do mútuo na importância total de R$2.870,25 (dois mil, oitocentos e setenta reais e vinte e cinco centavos), cujo pagamento dar-se-ia em 96 (noventa e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas de R$ 49,48 (quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos), vencíveis todos os dias 10 (dez) de cada mês, sendo a primeira no dia 10/01/2021 e a última no dia 10/12 /2028. Entretanto, foram adimplidas 18 (dezoito) das parcelas nas datas aprazadas, deixando de adimplir com as demais, conforme ficha gráfica - e extrato da conta corrente em anexo, importando, ipso facto, no vencimento antecipado do título e na sua mora, gerando o débito no valor de R$2.849,78 (dois mil, oitocentos e quarenta e nove reais e setenta e oito centavos). b) Cédula de Crédito Bancário de nº. C12831312-5, emitida aos 04/05/2021, representativa do mútuo na importância total de R$2.456,33 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e trinta e três centavos), cujo pagamento dar-se-ia em 96 (noventa e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas de R$42,00 (quarenta e dois reais), vencíveis todos os dias 10 (dez) de cada mês, sendo a primeira no dia 10/06/2021 e a última no dia 10/05/2029. Entretanto, foram adimplidas 11 (onze) das parcelas nas datas aprazadas, deixando de adimplir com as demais, conforme ficha gráfica - e extrato da conta corrente em anexo, importando, ipso facto, no vencimento antecipado do título e na sua mora, gerando o débito no valor de R$2.509,37 (dois mil, quinhentos e nove reais e trinta e sete centavos). c) Cédula de Crédito Bancário de nº. C12832757-6, emitida aos 06/09 /2021, representativa do mútuo na importância total de R$42.448,88 (quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e oitenta e oito centavos), cujo pagamento dar-se-ia em 96 (noventa e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas de R$688,02 (seiscentos e oitenta e oito reais e dois centavos), vencíveis todos os dias 10 (dez) de cada mês, sendo a primeira no dia 10/10/2021 e a última no dia 10/09/2029. Entretanto, foram adimplidas 7 (sete) das parcelas nas datas aprazadas, deixando de adimplir com as demais, conforme ficha gráfica - e extrato da conta corrente em anexo, importando, ipso facto, no vencimento antecipado do título e na sua mora, gerando o débito no valor de R$43.786,4 (quarenta e três mil, setecentos e oitenta e seis reais e quarenta e três centavos). d) Cédula de Crédito Bancário de nº. C12832758-4, emitida aos 06/09/2021, representativa do mútuo na importância total de R$4.450,00 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais), cujo pagamento dar-se-ia em 96 (noventa e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas de R$72,12 (setenta e dois reais e doze centavos), vencíveis todos os dias 10 (dez) de cada mês, sendo a primeira no dia 10/10/2021 e a última no dia 10/09/2029. Entretanto, foram adimplidas 7 (sete) das parcelas nas datas aprazadas, deixando de adimplir com as demais, conforme ficha gráfica - e extrato da conta corrente em anexo, importando, ipso facto, no vencimento antecipado do título e na sua mora, gerando o débito no valor de R$4.624,50

(quatro mil, seiscentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos). e) Cédula de Crédito Bancário de nº. C22830050-5, emitida aos 07/01 /2022, representativa do mútuo na importância total de R$1.850,05 (mil, oitocentos e cinquenta reais e cinco centavos), cujo pagamento darse-ia em 96 (noventa e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas de R$35,08 (trinta e cinco reais e oito centavos), vencíveis todos os dias 10 (dez) de cada mês, sendo a primeira no dia 10/02/2022 e a última no dia 10/01/2030. Entretanto, foram adimplidas 5 (cinco) das parcelas nas datas aprazadas, deixando de adimplir com as demais, conforme ficha gráfica - e extrato da conta corrente em anexo, importando, ipso facto, no vencimento antecipado do título e na sua mora, gerando o débito no valor de R$2.010,49 (dois mil e dez reais e quarenta e nove centavos). f) Cédula de Crédito Bancário de nº. C22830956-1, emitida aos 28/03/2022, representativa do mútuo na importância total de R$4.620,00 (quatro mil, seiscentos e vinte reais), cujo pagamento dar-se-ia em 96 (noventa e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas de R$95,16 (noventa e cinco reais e dezesseis centavos), vencíveis todos os dias 10 (dez) de cada mês, sendo a primeira no dia 10/05/2022 e a última no dia 10/04/2030. Entretanto, não houve o adimplemento de quaisquer das parcelas nas datas aprazadas, conforme ficha gráfica - e extrato da conta corrente em anexo, importando, ipso facto, no vencimento antecipado do título e na sua mora, gerando o débito no valor de R$5.168,06 (cinco mil, cento e sessenta e oito reais e seis centavos). Os pagamentos das prestações mensais dos títulos mencionados no item anterior ocorreriam através de débito em conta de titularidade da Executada, nas datas acima aprazadas. Conforme aduzido, a Executada não adimpliu com os contratos de forma integral e tempestiva, conforme fichas gráficas em anexo. Assim, a Executada encontra-se em mora com a Exequente na importância total de R$60.948,63 (sessenta mil, novecentos e quarenta e oito reais e sessenta e três centavos), em conformidade com as memórias de cálculo anexadas, que passam a fazer partes indesatáveis da presente, assistindo-lhe, destarte, o direito de promover a execução, com fundamento nos dispositivos legais preambularmente citados; 4. Apesar de todos os esforços no sentido de receber o referido crédito amigavelmente, a Exequente não obteve êxito, sendo compelida a promover a presente execução. Dá à presente causa o valor de R$60.948,63 (sessenta mil, novecentos e quarenta e oito reais e sessenta e três centavos). Pede deferimento. Maringá, 9 de setembro de 2022. Ricardo Ribeiro - OAB/PR 42.550 E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa no futuro alegar ignorância, determinou o MM. Juiz a expedição do presente Edital, que será fixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, datado e assinado digitalmente. Eu (Sérgio Roberto Cabral Krauss), Escrivão, que o fiz digitar, subscrevo e assino por ordem do MM. Juiz de Direito. SÉRGIO ROBERTO CABRAL KRAUSS ESCRIVÃO Por Ordem do MM Juiz (assinado digitalmente)

EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO CARLOS RAFAEL DE CAMILLO, COM PRAZO DE 20 DIAS. O DOUTOR LORIL LEOCÁDIO BUENO JÚNIOR, MM. JUIZ DE DIREITO DA SEXTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI... FAZ SABER, a requerida, atualmente em lugar incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório do 6º Ofício, processam-se os autos de AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, sob nº 0025950-85.2013.8.16.0017, em que são: BV FINANCEIRA S/A CFI,, requerente - e- CARLOS RAFAEL DE CAMILLO, requerido. É o presente Edital expedido para CITAÇÃO do requerido CARLOS RAFAEL DE CAMILLO brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 048.593.889-84 e RG sob nº 128303987, para, em 05 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida, segundo os valores apresentados pelo credor, obtendo com isso a imediata restituição do bem livre de ônus, ou contestar o pedido no prazo de 15 (quinze) dias. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor. Nos termos da petição inicial a seguir resumida. O Réu, em 05/12/2011, formalizou com o Banco Autor Cédula de Crédito sob nº 520215334 (doc. anexo), e como garantia alienou, fiduciariamente, o seguinte bem abaixo descrito: ESPÉCIE: AUTOMÓVEL, MARCA/MODELO: HONDA/CIVIC SED.LXS-AT 1.8 16V ANO: 2007/2007/ CHASSI: 93HFA16407Z207906, PLACA: AOP3609 COR: PRATA 2- Através da cédula de crédito, o Réu transferiu ao Banco Autor o domínio resolúvel e a posse indireta do bem descrito e individualizado no item "1", tornando-se, assim, enquanto devedor, possuidor direto e depositário do bem. 3- Ocorre Excelência, que o Réu não cumpriu o avençado, pois está em débito com o Banco Autor desde a parcela 013/48 vencida em 05/01/2013, e nesta condição foi constituído em mora, através de INSTRUMENTO DE PROTESTO feito pelo Tabelionato de Notas (doc.anexo), nos termos do art. 2º, do Dec.-Lei 911/69. 4- Como conseqüência de tal mora, impõe-se a realização da garantia, nos termos avençados no referido contrato, sendo o valor do débito, em 25/09 /2013, de R$ 31.144,70 (TRINTA E UM MIL E CENTO E QUARENTA E QUATRO REAIS E SETENTA CENTAVOS), conforme planilha de débito atualizada (doc.anexo), referente às parcelas vencidas e vincendas, com a ressalva de que, em caso de pagamento em juízo, deverão ser acrescidas as custas processuais e honorários advocatícios a serem arbitrados por este r. Juízo e que o desconto incidente nas parcelas vincendas será proporcional à data do efetivo pagamento. Nos termos da nova redação do Art. 3º, § 2º, do Decreto - Lei 911/69, alterado pela Lei 10.931/2004. 5- Isto posto, vem, o Banco Autor, sempre respeitosamente, requerer a V.Exa., se digne de CONCEDER LIMINARMENTE A BUSCA E APREENSÃO do bem descrito e individualizado no item "1", expedindo-se MANDADO para seu efetivo cumprimento. Efetuada a apreensão, requer, seja o bem depositado em mãos do Representante Legal do Banco Autor. Para tanto, requer os benefícios do art. 172, parágrafo 1º e 2º e art. 173, do CPC. Dá-se à presente o valor de R$ 40.177,44 (QUARENTA MIL E CENTO E SETENTA E SETE REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS). Nestes termos, pede deferimento. De Joinville/SC para MARINGÁ /PR Em 25 de Setembro de 2013. HARRY FRIEDRICHSEN JUNIOR - OAB / 27584/SC 64.479/PR. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa no futuro alegar ignorância, determinou o MM. Juiz a expedição do presente Edital, que será fixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, datado e assinado digitalmente . Eu (Sérgio Roberto Cabral Krauss), Escrivão, que o fiz digitar, subscrevo e assino por ordem do MM. Juiz de Direito. SÉRGIO ROBERTO CABRAL KRAUSS ESCRIVÃO Por Ordem do MM Juiz (assinado digitalmente)

EDITAL DE CITAÇÃO DOS REQUERIDOS: A. PEREIRA DA SILVA & CIA LTDA. (GRUPO INVEST PARANÁ), ARMANDO PEREIRA DA SILVA, DEASM INVESTIMENTOS EIRELI (GRUPO INVEST PARANÁ), DYEGO ARMANDO MOURA DA SILVA, PARANÁ CONTEMPLADOS EIRELI (MACHADO CONSÓRCIOS), E MARCELO MACHADO SCOS, COM PRAZO DE 20 DIAS. O DOUTOR LORIL LEOCÁDIO BUENO JÚNIOR, MM. JUIZ DE DIREITO DA SEXTA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI... FAZ SABER, a requerida, atualmente em lugar incerto e não sabido, que por este Juízo e Cartório do 6º Ofício, processam-se os autos de AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA CAUTELAR, sob nº 0017035-03.2020.8.16.0017 em que são: JOSÉ LEANDRO SARTORI, requerente -e- A. PEREIRA DA SILVA & CIA LTDA. (GRUPO INVEST PARANÁ), ARMANDO PEREIRA DA SILVA, DEASM INVESTIMENTOS EIRELI (GRUPO INVEST PARANÁ), DYEGO ARMANDO MOURA DA SILVA, PARANÁ CONTEMPLADOS EIRELI (MACHADO CONSÓRCIOS), E MARCELO MACHADO SCOS, requeridos. É o presente Edital expedido para CITAÇÃO dos requeridos A. PEREIRA DA SILVA & CIA LTDA. (GRUPO INVEST PARANÁ), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 33.356.595/0001-71, ARMANDO PEREIRA DA SILVA, qualificações desconhecidas, portador do CPF sob nº 254.714.304-68, DEASM INVESTIMENTOS EIRELI (GRUPO INVEST PARANÁ), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 34.650.969/0001-20, DYEGO ARMANDO MOURA DA SILVA, portador do RG 15.396.947-7- SSP/PR e devidamente inscrito no CPF nº. 070.749.124-09, PARANÁ CONTEMPLADOS EIRELI (MACHADO CONSÓRCIOS), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 32.170.470/0001-90, MARCELO MACHADO SCOS, brasileiro, gerente e vendedor, devidamente inscrito no CPF sob o nº. 026.808.959-08, para, querendo, oferecer defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia. Nos termos da petição inicial a seguir resumida: A presente ação versa sobre rescisão contratual do instrumento de compra e venda de cartas de créditos contempladas motivadas pelo inadimplemento contratual das Rés, gerando, como consequências de tais atos ilícitos, o ressarcimento dos valores pagos a título de danos materiais cumulada com indenização por danos morais sofridos pelo Autor neste caso. Excelência em fevereiro de 2020, o Autor JOSÉ LEANDRO, através de propagandas do site da OLX, conheceu a empresa Ré MACHADO CONSÓRCIOS, do Grupo Invest Paraná, quem estava vendendo cartas de créditos contempladas. O Autor, ao entrar em contato pelo número divulgado no anúncio, o vendedor da empresa se identificou como Alex, este apresentou as propostas existentes e realizou todos os trâmites da elaboração do referido contrato (vide conversas via aplicativo do Whatsapp, em anexo). Assim, após analisar todas as propostas e convencido de que se tratava de uma empresa idônea, no dia 19 de fevereiro de 2020, o Autor assinou o contrato de compra e venda de crédito no valor de R$ 221.000,00 (duzentos e vinte e um mil reais), de um suposto consórcio já contemplado junto à Caixa Econômica Federal. De acordo com este contrato, para adquirir esta carta de crédito, o Autor deveria realizar o pagamento de uma "entrada" no valor de R$ 31.900,00 (trinta e um mil novecentos reais), a qual deveria ser quitada por meio um depósito único no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) à empresa Ré DEASM INVESTIMENTOS EIRELI e os R$ 16.900,00 (dezesseis mil e novecentos reais) remanescentes deveriam ser pagos até o dia 15 de março de 2020 por meio de transferência bancária em nome do Réu MARCELO MACHADO SCOS, vide comprovantes em anexo Segundo o vendedor Alex, no momento da assinatura do contrato, a carta de crédito contemplada seria entregue ao Autor em até 45 (quarenta e cinco) dias contado da data da verificação do pagamento da "entrada". Contudo, transcorrido o prazo, o Autor não recebeu a prometida carta. Foram inúmeras tentativas por parte do Autor, a fim de obter a resposta sobre a sua carta de crédito. Contudo, a cada tentativa de contato com o vendedor Alex, este lhe apresentava uma justificativa diferente sobre o motivo do atraso, postergando ainda mais a entrega da referida carta. Até que em junho de 2020, ao entrar em contato novamente com o vendedor, este lhe informou que estava doente e que não poderia repassar as informações sobre a carta contemplada do Autor, pois não sabia como estava o andamento na empresa. Para tanto, este vendedor compartilhou o contato de seu gerente, chamado Fagner, recomendando o Autor a entrar em contato com a empresa através dele. Todavia, não obtendo a resposta deste gerente, tanto através de ligações como de mensagens, o Autor voltou a entrar em contato com o vendedor Alex, no dia 10 de junho de 2020, quando finalmente este consumidor foi informado da prisão do Réu MARCELO, proprietário da empresa Ré MACHADO CONSÓRCIOS, por suspeita de estelionato. Ainda neste contato, foi informado ao Autor que, como o seu contrato foi firmado com a empresa MACHADO CONSÓRCIOS, havia uma grande possibilidade de que a carta de crédito adquirida sequer existisse. Desesperado com esta notícia, que acabou por afetar a saúde emocional e psicológica do Autor, ao questionar o vendedor Alex das possíveis providências, este prometeu ao consumidor que entraria em contato com a empresa através de seu gerente para se informar sobre a situação do Autor. Entretanto, após incontáveis tentativas diárias

de contato infrutíferas, tanto com as empresas Rés, quanto com Alex, apenas no dia 16 de junho de 2020, este vendedor lhe informou que não mais trabalhava nas empresas do Grupo Invest Paraná e que ainda esperava o retorno da empresa para repassar aos seus clientes. Insta salientar que, em simples pesquisa no Sistema Eletrônico do Judiciário do Paraná, foi possível verificar diversos processos judiciais em trâmite contra os Réus, dos quais todas as demandas tratam de casos semelhantes à do Autor: 0013600-21.2020.8.16.0017; 0009961-89.2020.8.16.0018; 0013409-73.2020.8.16.0017; 0009856-15.2020.8.16.0018; 0013261-62.2020.8.16.0017; 0009640-54.2020.8.16.0018; 0012850-19.2020.8.16.0017; 0009407-57.2020.8.16.0018; entre outros. Diante desta situação, não encontrado alternativa, o Autor compareceu à Delegacia da Polícia Civil, onde realizou o registro da ocorrência sob o nº. 2020/616199, vide cópia em anexo. Ora, Excelência não resta dúvidas que toda esta situação anteriormente narrada, causou e ainda tem causado enormes prejuízos financeiros, emocionais e psicológicos ao Autor, quem entregou uma grande soma de dinheiro juntada com muito esforço às empresas Rés sob promessas de uma carta de crédito contemplada nunca entregue ao consumidor. Ante o exposto, resta evidente a admissibilidade e cabimento da presente demanda consumerista, a fim de rescindir o contrato de compra e venda em questão e, ainda, demandar o ressarcimento dos valores pagos a título de danos materiais e o Autor ser indenizado por danos morais sofridos neste caso, conforme será devidamente fundamentado e provado nos tópicos seguintes. Dá-se a causa o valor de R$ 241.000,00 (duzentos e quarenta e um mil reais), conforme inciso II do art. 292 do Código de Processo Civil. Termos em que, pede deferimento. Maringá, 28 de junho de 2020. Sandro Rogério Passos - OAB/PR 31.767. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa no futuro alegar ignorância, determinou o MM. Juiz a expedição do presente Edital, que será fixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, datado e assinado digitalmente . Eu (Sérgio Roberto Cabral Krauss), Escrivão, que o fiz digitar, subscrevo e assino por ordem do MM. Juiz de Direito. SÉRGIO ROBERTO CABRAL KRAUSS ESCRIVÃO Por Ordem do MM Juiz (assinado digitalmente)

JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): EDIVALDO RIBEIRO SANTANA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Jaime Souza Pinto Sampaio, da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Maringá (5ª Vara Criminal), FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0010174-35.2018.8.16.0190, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) EDIVALDO RIBEIRO SANTANA, e vítima D. S. T. S., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido EDIVALDO RIBEIRO SANTANA, portador(a) do RG 80559534 SSP/PR e CPF 055.402.189-73, nascido(a) em 12/12/1984, natural de CRUZEIRO DO OESTE/PR, filho(a) de MARIA LUIZA TORRALVO SANTANA e OSVALDO RIBEIRO SANTANA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Luciana Lumi Koyama, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Maringá, 05 de setembro de 2023.
Luciana L. Koyama
Técnica Judiciária - Autorizada pela Portaria 02/2020
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Autos nº. 0014994-58.2022.8.16.0190
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 60 DIAS

O Dr. Joao Alexandre Cavalcanti Zarpellon, MM. JUIZ DE DIREITO do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu **HELIO XAVIER GRUBERT, RG 50039439 SSP/PR, CPF 783.240.689-53, Nome do Pai: LUIZ GRUBERT DA CUNHA, Nome da Mãe: IDE XAVIER GRUBERT, nascido em 02/06/1969, natural de BONITO/MS,** atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica o mesmo **INTIMADO da sentença datada de 28/08/2023, pela qual foi julgado procedente o pedido da denúncia, para o fim de condenar o acusado nas sanções do art. artigo 150, caput, do Código Penal, à pena de 01 (um) mês e 09 (nove) dias de detenção, regime aberto** nos autos de ação penal n° 0014994-58.2022.8.16.0190. Ficando ciente de que possui o prazo de 05 (cinco) dias para recorrer (art. 593/ CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá-Pr, aos 06 de setembro de 2023. Eu, Leiliane de Souza Tenani, Técnico Judiciário, o digitei.
Leiliane de Souza
TenaniTécnico Judiciário
Assina por autorização do Juiz de Direito, conforme Portaria 02/2020

Autos nº. 4000405-56.2023.8.16.0190
EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS

O(A) Dr.(a) Jaime Souza Pinto Sampaio, MM.(a) JUIZ(A) DE DIREITO do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o réu EDES DOS SANTOS, RG 135596590 SSP/PR, Nome do Pai: PEDRO COSTA DOS SANTOS, Nome da Mãe: HELMIRA MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS, nascido em 05/08/1960, natural de ASSAI/PR, atualmente em lugar ignorado, pelo presente fica o mesmo **INTIMADO** de que foi designada **Audiência Admonitória e de justificativa: 17 de outubro de 2023 às 13h20min. .**, a realizar-se presencialmente na sala de audiências deste juízo, referente aos autos em epígrafe.
ADVERTÊNCIA: **o não comparecimento e/ou a não apresentação de justificativa pelo sentenciado em até cinco dias da ausência, poderá acarretar a regressão de regime prisional e/ou a suspensão cautelar do regime, com a consequente expedição de mandado de prisão**.
DADO E PASSADO, nesta cidade e Comarca de Maringá-Pr, aos 05 de setembro de 2023. Eu, Daniel de Oliveira Moreira, Estagiário(a), o digitei.
CARLA BEATRIZ BORGHETI GOMES
Técnica Judiciária
Assina por autorização do Juiz de Direito, conforme Portaria 02/2020

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ARARY RODRIGUES ALEXANDRIA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito João Alexandre Cavalcanti Zarpellon, da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Maringá (5ª Vara Criminal), FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Lesão Cometida em Razão da Condição de Mulher, sob nº 0007038-88.2023.8.16.0017, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ARARY RODRIGUES ALEXANDRIA, e vítima R. S. M., e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ARARY RODRIGUES ALEXANDRIA, portador(a) do RG 161011762 SSP/PR e CPF 078.502.997-44, nascido(a) em 08/10/1976, natural de RIO DE JANEIRO, filho(a) de MARIZETE RODRIGUES ALEXANDRIA e JOSE ALVES DOS SANTOS ALEXANDRIA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a)**,

no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Luciana Lumi Koyama, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Maringá, 06 de setembro de 2023.

Luciana L. Koyama

Técnica Judiciária - Autorizada pela Portaria 02/2020

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

MARMELEIRO

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

EDITAL DE CITAÇÃO 47/2023DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS

PRAZO DE 15 dias úteisO(A) Juiz(íza) Substituta Leticia Viana Barato, da Vara Cível de Marmeleiro, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0001231-17.2022.8.16.0181, em que é(são) autor(es) CLAIR MULLER, e réu(s) MARILENE PERIN BANDEIRA, LUIZ FERNANDO BANDEIRA, e que por este edital procede a **CITAÇÃO** de eventuais **terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos**, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de usucapião** referente ao imóvel: **Com matrícula originária nº 6.429, com registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis 1º Ofício da Comarca de Francisco Beltrão e com área total de 1.261.050m² (um milhão duzentos e sessenta e um mil e cinquenta metros quadrados), a qual pertencia a SAIMA - Santana Agrícola Industrial Manufaturados de Madeiras Ltda, sendo o imóvel constante nesta matrícula denominado Lote Rural n. 9-C**, nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil.O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de **30 (trinta) dias** da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Milena Beier, Técnica Judiciária, conferi e digitei.

Marmeleiro, datado e assinado eletronicamente.

Leticia Viana Barato

Juíza Substituta

EDITAL DE CITAÇÃO 49/2023DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS

PRAZO DE 15 dias úteisO(A) Juiz(íza) Substituta Leticia Viana Barato, da Vara Cível de Marmeleiro, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0001788-09.2019.8.16.0181, em que é(são) autor(es) DIOGO PEDRO SMYK, Débora Folz, e réu(s) espólio de Aníbal Ribeiro Leal e de Florisbela Ramos Leal, IRENE BETIATO RAMOS LEAL, Nadir Rodrigues Leal Miserski, Therezinha Rodrigues Leal, Alzemiro Ribeiro Leal, Maria de Lourdes Rodrigues Leal, e que por este edital procede a **CITAÇÃO** de eventuais **terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos**, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de usucapião** referente ao imóvel: **Terreno urbano nº 15 (quinze) da Quadra nº 18 (dezoito), matriculado sob o nº 10.364, possuindo 720,00 m² (setecentos e vinte metros quadrados), localizado no Loteamento Alvorada, cidade de Marmeleiro - PR. Sendo a parte adquirida correspondente a 50% (cinquenta por cento) do imóvel, ou seja 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados)**, nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de **30 (trinta) dias** da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).

Marmeleiro, datado e assinado eletronicamente.

Leticia Viana Barato

Juíza Substituta

EDITAL DE CITAÇÃO 51/2023DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS

PRAZO DE 15 dias úteis

O(A) Juiz(íza) Substituta Leticia Viana Barato, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Especial (Constitucional), sob nº 0000623-19.2022.8.16.0181, em que é(são) autor(es) ADELMO RODRIGUES LISBOA, e réu(s) SAIMA - SANTANA AGRICOLA INDUSTRIAL MANUFATURADOS DE MADEIRAS LTDA, e que por este edital procede a **CITAÇÃO** de eventuais **terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos**, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de usucapião** referente ao imóvel: **Matriculado perante o C. Registro de Imóveis da Comarca de Marmeleiro, Matrícula nº 3.388**, nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil.O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de **30 (trinta) dias** da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).

Marmeleiro, datado e assinado eletroniciamente.

Leticia Viana Barato

Juíza Substituta

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS

PRAZO DE 15 dias úteisO(A) Juiz(íza) Substituta Letícia Viana Barato, da Vara Cível de Marmeleiro, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Especial (Constitucional), sob nº 0001420-29.2021.8.16.0181, em que é(são) autor(es) Marizete Schumann, e réu(s) JAVERT RIBEIRO LEAL, e que por este edital procede a **CITAÇÃO** de eventuais **terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos**, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de usucapião** referente ao imóvel: **fração ideal de 144,25m² do imóvel Urbano Lote nº 11-A (Onze), da Quadra n° 09 (Nove), localizado no Bairro Alvorada neste Município e Comarca de Marmeleiro com matrícula de nº 10.398**, nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil.

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de **30 (trinta) dias** da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).

Marmeleiro, datado e assinado eletronicamente.

Leticia Viana Barato

Juíza Substituta

EDITAL DE CITAÇÃO 50/2023DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS

PRAZO DE 15 dias úteisO(A) Juiz(íza) Substituta Leticia Viana Barato, da Vara Cível de Marmeleiro, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Especial (Constitucional), sob nº 0000632-78.2022.8.16.0181, em que é(são) autor(es) DARCI PAIM DA SILVA, e réu(s) SAIMA - SANTANA AGRICOLA INDUSTRIAL MANUFATURADOS DE MADEIRAS LTDA, e que por este edital procede a **CITAÇÃO** de eventuais **terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos**, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de usucapião** referente ao imóvel: **Matriculado perante o C. Registro de Imóveis da Comarca de Marmeleiro, Matrícula nº 3.388**, nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de

Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de **30 (trinta) dias** da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Marmeleiro, datado e assinado eletronicamente.Leticia Viana Barato
Juíza Substituta

EDITAL DE CITAÇÃO 48/2023DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS
PRAZO DE 15 dias úteisO(A) Juiz(íza) Substituta Leticia Viana Barato, da Vara Cível de Marmeleiro, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Aquisição, sob nº 0002744-88.2020.8.16.0181, em que é(são) autor(es) ROSIVEL DE CASSIA CAZUNI, SANDRO LUIZ JABORNIK, Fabio Junior Cazuni, e réu(s) ANA MARIA PEREIRA, OLIBIO RODRIGUES PEREIRA, e que por este edital procede a **CITAÇÃO** de eventuais **terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos**, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de usucapião** referente ao imóvel: **De matrícula nº 10.961 do Registro de Imóveis da Comarca de Marmeleiro - PR, sendo lote rural nº 01, da gleba Faxinal do Campo Erê, 1º Parte, situado neste município de Marmeleiro, com área de 5.850,00 m² (cinco mil oitocentos e cinquenta metros quadrados)**, nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de **30 (trinta) dias** da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Milena Beier, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Marmeleiro, datado e assinado eletronicamente.
Leticia Viana Barato
Juíza Substituta

MATELÂNDIA

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE MATELÂNDIA
VARA CRIMINAL DE MATELÂNDIA - PROJUDI
Rua Onze de Junho , 1133 - Vila Nova - Matelândia/PR - CEP: 85.887-000 - Fone: (45) 3327-9371 - E-mail: matelandiavaracriminal@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): ROSEMAR FERREIRA DA SILVA
PRAZO DE: 05 (cinco) dias.O(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo Dufau e Silva, da Vara Criminal de Matelândia, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Produção Antecipada de Provas Criminal, assunto Favorecimento da Prostituição, sob nº 0001228-32.2023.8.16.0115, em que é(são) autor(es) Ministério Publico de Matelândia, réu(s) ROSEMAR FERREIRA DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido ROSEMAR FERREIRA DA SILVA, portador(a) do RG: 49218672 SSP/PR e CPF: 176.160.658-13, nascido(a) em 25/02/1967, natural de BARRAÇÃO filho(a) de NADIR FERREIRA DA SILVA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência para que, querendo, em **05 (cinco)** dias, constitua defensor nos autos, e, ainda, para comparecer na Audiência de Depoimento Especial ou, se ordenada prova pericial, e apresentar quesito/nomear assistente técnico, conforme o caso, no prazo estabelecido adiante. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Matelândia, 06 de setembro de 2023.
Rodrigo Dufau e Silva
Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

MEDIANEIRA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO SB TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA - ME COM PRAZO DE 30 (Trinta) DIAS: Processo: 0002624-53.2014.8.16.0117 Classe Processual: Monitória Assunto Principal: Prestação de Serviços Valor da Causa: R$3.079,30 Autor(s): M2 PNEUS LTDA (CPF/CNPJ: 10.171.297/0001-01) RODOVIA PR 182 KM 01, S/N - JARDIM INDEPENCIA - TOLEDO/PR - CEP: 85.906-300 Réu(s): SB TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA - ME (CPF/CNPJ: 15.232.904/0001-10) RUA BENVENUTO GAZZI, 2858 - BAIRRO PARQUE BANDEIRANTES - UMUARAMA/PR - CEP: 87.504-695 A Doutora TATIANA HILDEBRANDT DE ALMEIDA, MM. Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de Medianeira, Estado do Paraná, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, a quem interessar possa, e em especial ao requerido abaixo nominado, que por este Juízo e Vara Cível se processam os Autos acima referidos, e, tem o presente edital, a finalidade de CITAÇÃO do requerido SB TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA - ME, devidamente inscrit no CNPJ sob o nº 15.232.904/0001-10, atualmente em lugar incerto, para que proceda ao pagamento da importância de R$ 3.079,30 (três mil e setenta e nove reais e trinta centavos), a ser efetuado no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Em igual prazo, poderá o réu opor embargos, desde que por intermédio de Advogado, sob pena de não apresentar defesa, serem presumirão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor de conformidade com petição inicial dos presentes autos resumo: "Trata-se de Ação Monitória ajuizada por FM PNEUS BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.171.297/0001-01 em face de SB TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.232.904/0001-10, em razão do inadimplemento da quantia de R$ 3.079,30 (três mil e setenta e nove reais e trinta centavos). O débito decorre de prestação de serviços que faz prova a Nota Fiscal de Serviços n° 43620 e Nota Fiscal de Serviços n°48090. Ficando ainda o requerido advertido de que será nomeado Curador Especial em caso de revelia (artigo 72º, II do NCPC). E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam de futuro alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, que será afixado e publicado na forma da lei. Medianeira 6 de setembro de 2023. Eu, __ (Andréia de Fatima Morais de Souza), Juramentada, que digitei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO DE EVENTUAIS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS Processo: 0000611-66.2023.8.16.0117 Classe Processual: Procedimento Comum Cível Assunto Principal: Usucapião Extraordinária Valor da Causa: R$9.000,00 Autor(s): FELIPE ITALICO TRENTO LINHARES (RG: 125237177 SSP/PR e CPF/CNPJ: 092.112.029-06) Rua Goiás, 3301 - MEDIANEIRA/PR - CEP: 85.884-000 Réu(s): Terceiro(s): UNIÃO - PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO (CPF/CNPJ: 00.394.460/0234-35) AVENIDA MUNHOZ DA ROCHA, 1247 - CABRAL - CURITIBA/PR A DOUTORA TATIANA HILDEBRANDT DE ALMEIDA, MM. JUÍZA DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MEDIANEIRA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC... FAZ SABER que pelo presente edital extraído dos Autos acima referidos, CITA, com prazo de 30 (trinta) dias, os EVENTUAIS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, para todos os atos da ação de usucapião de coisa móvel, sobre o veículo no final descrito, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá da data da publicação do presente edital, responderem a ação proposta, sob pena de não o fazendo, serem presumidos como verdadeiros os fatos articulados na peça vestibular. DESCRIÇÃO DO BEM MÓVEL: "Marca: Volkswagen Modelo: Kombi Ano: 1968/1968 Cor: Verde Chassi: 268152572 Potência: 50 cv Origem: Alemanha Versão: 04 portas." E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e não possam de futuro alegar ignorância, mandou a MM. Juíza expedir o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei. Medianeira, 06 de Setembro de 2023. Eu, __(Andréia de Fatima Morais de Souza), Escrevente Juramentada, que digitei e subscrevi.

EDITAL DE CITAÇÃO DE EVENTUAIS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS Processo: 0001455-50.2022.8.16.0117 Classe Processual: Usucapião Assunto Principal: Usucapião Extraordinária Valor da Causa: R$806.572,00 Autor(s): ANSELMO ELIAS MARMITT (RG: 71051307 SSP/PR e CPF/CNPJ: 975.879.319-53) Linha São Pedro I, 670 Casa - Zona rural - MISSAL/PR - CEP: 85.890-000 NELSON JOSE MARMITT (RG: 48580360 SSP/PR e CPF/CNPJ: 060.466.129-00) Linha São Pedro I, 670 Casa - Zona rural - MISSAL/PR - CEP: 85.890-000 - Telefone(s): (45) 99115- 1756 / (45) 99981-9579 Réu(s): ALVÍCIO ERVINO MARMITT (RG: 2092672639 SSP/RS e CPF/CNPJ: 502.393.929-49) GERTRUDES MARMITT (RG: 2110548019 SSP/RS e

CPF/CNPJ: 844.896.690-20) A DOUTORA TATIANA HILDEBRANDT DE ALMEIDA, MM. JUÍZA DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE MEDIANEIRA, ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI, ETC... FAZ SABER que pelo presente edital extraído dos Autos acima referidos, CITA, com prazo de 30 (trinta) dias, os EVENTUAIS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, para todos os atos da ação, sobre o imóvel no final descrito, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá da data da publicação do presente edital, responderem a ação proposta, sob pena de não o fazendo, serem presumidos como verdadeiros os fatos articulados na peça vestibular. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: "PARTE DO LOTE RURAL Nº 325, com área de 96.800m², ou 9,6800 hectares, subdivisão dos lotes nºs 1, 2 e 3, da Gleba nº 05, da Colônia Rio Quarto, situado na Lª São Pedro, Missal, nesta Comarca, com os seguintes limites e confrontações: ao Nordeste, por uma linha com aproximadamente 140,00 metros de extensão e direção NO-SE, confrontando com o Rio São Vicente; ao Sudoeste, por uma linha reta e seca, com 700,00 metros de extensão e rumo 62º54'10"SE, confrontando com o lote rural 345; ao Sudeste, por uma linha reta e seca, com 700,00 metros de extensão e rumo 27º05'50"NE, confrontando com a Gleba nº 03; ao Noroeste, por uma linha reta e seca, com 703,00 metros de extensão e rumo 27º05'50"SO, confrontando com o lote rural 326. Matriculado sob o nº 13.570 no Cartório de Registo de Imóveis desta Comarca de Medianeira/PR." E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e não possam de futuro alegar ignorância, mandou a MM. Juíza expedir o presente edital, que será publicado e afixado na forma da lei. Medianeira, 13 de Junho de 2023. E_ (Andréia de Fatima Morais de Souza), Escrevente Juramentada, que digitei e subscrevi.

Edital de Intimação

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS Processo: 0002831-42.2020.8.16.0117 Classe Processual: Interdição/Curatela Assunto Principal: Nomeação Valor da Causa: R$100,00 Requerente(s): ARI FRANCISCO BATISTI (RG: 30521021 SSP/PR e CPF/CNPJ: 492.615.689- 04) rua balena, 512 - condá - MEDIANEIRA/PR - CEP: 8588400 Requerido(s): NOEMI SALETTE BATISTI (RG: 16478873 SSP/PR e CPF/CNPJ: 026.696.739- 61) rua balena, 512 - condá - MEDIANEIRA/PR - CEP: 85.884-000 A MM. Juíza de Direito desta Vara Cível da Comarca de Medianeira, Estado do Paraná, na forma da lei, etc ... FAZ SABERque pelo presente edital, leva a conhecimento de terceiros, que por sentença proferida nos autos acima nominados, decretou a INTERDIÇÃO de NOEMI SALETE BATISTI, para todos os atos da vida civil, declarando-o (a) absolutamente incapaz, na forma do art. 3º, inciso II do Código Civil, nomeando como CURADOR ARI FRANCISCO BATISTI. E Para que chegue ao conhecimento dos interessados, e para que ninguém alegue ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado por três vezes no Diário da Justiça na forma da lei e afixado no lugar de costume. Eu,__(a) Andréia de Fatima Morais de Souza, Escrevente Juramentada, que digitei e subscrevi.

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROSPRAZO DE 30 dias

O(A) Juiz(íza) de Direito Ana Carolina Catelani de Oliveira, da Vara de Família e Sucessões de Medianeira, FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente possíveis herdeiros interessados, ausentes, etc, que por este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Inventário e Partilha, sob nº 0003734-43.2021.8.16.0117, em que são interessados GABRIEL REFATTI FRACARO, DANIELLA REFATTI FRACARO BECKER, IVETE FRACARO, em face de WILSON ROQUE FRACARO, que ficam devidamente CITADOS de todos os termos da presente ação, para, querendo, manifestarem-se sobre as declarações prestadas pelo Inventariante, bem como, através de advogado legalmente habilitado, acompanharem o processo até o final, e ciente de que poderão respondê-la no prazo de 15 (quinze) dias, sob as penas da lei e para todos os fins e efeitos de direito. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos do art. 734, § 1º, do Código de Processo Civil. Eu, Marcia Lorenzi, Técnico Judiciário, conferi e digitei. ***Medianeira, 05 de setembro de 2023. Ana Carolina Catelani de Oliveira, Juíza de Direito.*****OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

NOVA AURORA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): WILLIAN ALVES DA SILVA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo Dufau e Silva, da Vara Criminal de Nova Aurora, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Furto , sob nº 0002441-17.2015.8.16.0192, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) WILLIAN ALVES DA SILVA, e vítima A JUSTICA PUBLICA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido** WILLIAN ALVES DA SILVA, portador(a) do RG 124049415 SSP/PR e CPF 080.304.849-17, nascido(a) em 23/01/1992, natural de JUNDIAI, filho(a) de OZENI ALVES CARDOSO DA SILVA e ONIAS SIMEÃO DA SILVA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a), **no prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas ( ) para WhatsApp encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: a) a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; b) o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; c) após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; d) realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; e) a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; f) transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, DAVID AUGUSTO DE OLIVEIRA MORAIS, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Nova Aurora, 31 de agosto de 2023.
Aroldo Henrique Pegoraro de Almeida
Juiz de Direito

FORO REGIONAL DE NOVA ESPERANÇA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A) DEVEDOR(A): CASSIO MURILO ALMEIDA - (CNPF/MF sob nº 515.408.942-15) e RZ4 TEXTIL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - (CNPJ/MF sob nº 08.981.155/0001-68).

FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma **"ON LINE",** nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições:

A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances. O **PRIMEIRO LEILÃO** será encerrado no dia **26 de SETEMBRO de 2023, a partir das 10h00min**, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será encerrado no dia **26 de SETEMBRO de 2023, a partir das 14h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil **(este considerado se inferior a 50% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC).**

OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.

LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente no site: www.jeleiloes.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.

PROCESSO: Autos sob nº **0002147-34.2008.8.16.0119** de **EXECUÇÃO FISCAL**, em que é exequente **GOVERNO DO PARANA - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA** - (CNPJ/MF sob nº 76.416.890/0001-89) e executados **CASSIO MURILO ALMEIDA** - (CNPF/MF sob nº 515.408.942-15) e **RZ4 TEXTIL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA** - (CNPJ/MF sob nº 08.981.155/0001-68).

BEM(NS): "DATA DE TERRAS sob o nº 7/8, da quadra nº25, com a área de 1.017,75 metros quadrados, situada na cidade e sede do município de Floraí, desta Comarca de Nova Esperança, dentro das seguintes divisas e confrontações: "Divide-se: Ao NE com as datas nºs 3 e 6 numa extensão de 41,00 metros; ao SE com parte da data nº 09 numa extensão de 14,75 metros; ao SO com a data 7/8-A numa extensão de 13,00 metros, continua confrontando com a data 7/8-A ao SE numa extensão de 14,75 metros. Ao SO com a Rua Paraná numa extensão de 28,00 metros e finalmente ao NO com a Rua Marechal Dutra numa extensão de 29,50 metros. Todas as datas mencionadas pertencem à quadra nº 25 de Floraí". Imóvel **matriculado sob nº 12.772** do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca. BENFEITORIAS: O Imóvel possui dois (02) barracões industriais, em alvenaria, totalizando, aproximadamente, 1.200 metros quadrados de construção. O primeiro, ante esquina, possui no seu piso inferior, salas de escritório, quatro banheiros, espaço de produção, garagem e espaço de lazer nos fundos; e no piso superior, possui mais dois banheiros e salas com divisórias; já o segundo barracão, localizado na esquina do terreno (Rua Marechal Dutra, esquina com a Rua Paraná), possui salas de escritório e dois banheiros e o galpão industrial propriamente dito. Ambos os barracões são cobertos por telhas de fibrocimento." Tudo conforme Auto de Avaliação de evento 221.1.

ÔNUS: Av3/12.772 - Protocolo nº 103.754 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 00009705320145090092 Vara do Trabalho de Cianorte; R15/12.772 - Protocolo nº 106.236 - Penhora referente aos autos nº 0001126-66.2017.5.09.0567, credor João Correa Drun, junto a Vara do Trabalho de Nova Esperança; Av16/12.772 - Protocolo nº 106.373 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0082020140929004, junto a Vara do Trabalho de Cianorte; Av.17/12.772 - Protocolo nº 106.373 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 00019538120165090092, junto a Vara do Trabalho de Cianorte, R.18/12.772 - Protocolo: 107.451 - Penhora em relação aos autos nº 0000013-09.2019.5.09.0567 em favor de Maira Jéssica Bento de Andrade - Vara do Trabalho de Nova Esperança; AV.19/12.772 - Protocolo: 107.455 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0000074-98.2018.5.09.0567, junto a Vara do Trabalho de Nova Esperança; R.20/12.772 - Protocolo: 107.475 - Penhora em relação aos presentes autos; R21/12.772 - Protocolo nº 107.896 - Penhora referente aos autos nº 0000152-39.2015.8.16.0119, credor Banco Bradesco S/A, junto a Vara Cível de Nova Esperança; Av23/12.772 - Protocolo nº 108.401 - Indisponibilidade de Bens em relação aos autos nº 00019546620165090092, junto a Vara do Trabalho de Cianorte; R24/12.772 - Protocolo nº 108.883 - Penhora em relação aos autos nº 0003109-47.2014.8.16.0119, credor Banco Bradesco S/A, junto a Vara Cível de Nova Esperança; Av25/12.772 - Protocolo nº 109.612 - Indisponibilidade de Bens em relação aos autos nº 00009139320185090092, junto a Vara do trabalho de Cianorte; Av26/12.772 - Protocolo nº 109.688 - Indisponibilidade de Bens em relação aos autos nº 00026211820175090092, junto a Vara do Trabalho de Cianorte; R27/12.772 - Protocolo nº 109.703 - Indisponibilidade de Bens em relação aos autos nº 00022834420175090092, junto a Vara do Trabalho de Cianorte; R29/12.772 - Protocolo nº 110.688 - Penhora em relação aos autos nº 0004982-48.2015.8.16.0119, que é credor Ananda Textil LTDA, junto à Vara Cível de Nova Esperança; Av31/12.772 - Protocolo nº 111.082 - Indisponibilidade de Bens em relação aos autos nº 00820201409209004, junto a Vara do Trabalho de Nova Esperança; R32/12.772 - Protocolo nº 111.515 - Penhora em relação aos autos nº 4531-23.2015.8.16.0119, que é credor Gimenez & Jacob LTDA, junto a Vara Cível de Nova Esperança; R33/12.772 - Protocolo nº 111.807 - Penhora em relação aos autos nº 0001453-74.2015.8.16.0069, que é credor Banco do Brasil S/A, junto a 1ª Vara Cível de Cianorte; R34/12.772 - Protocolo nº 113.200 - Penhora em relação aos autos nº 0000112-42.2020.5.09.0567, que é credor Silmara Cristina Barbosa Queiroz, junto a Vara do Trabalho de Nova Esperança; R36/12.772 - Protocolo nº 114.207 - Penhora em favor da Valeria Regiane Sucaiar Pegorari, referente aos autos nº 0000913-93.2018.5.09.0092, em trâmite na Vara do Trabalho de Cianorte; Av37/12.772 - Protocolo nº 114.446 - Indisponibilidade de bens referente aos autos nº 0003109-47.2014.8.16.0119, em trâmite na Vara Cível de Nova Esperança; Av40/12.772 - Protocolo nº 115.423 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0001913-48.2015.5.12.0061, em trâmite na 2ª Vara do Trabalho de Brusque-SC; Av41/12.772 - Protocolo nº 116.121 - Penhora em favor do exequente, referente aos autos nº 0002520-31.2009.8.16.0119, em trâmite na Vara da Fazenda Pública de Nova Esperança; Av44/12.772 - Protocolo nº 118.513 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0001519-35.2014.8.16.0119, em trâmite na Vara Cível de Nova Esperança; Av44/12.772 - Protocolo nº 118.513 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0001519-35.2014.8.16.0119, em trâmite na Vara Cível de Nova Esperança; Av45/12.772 - Protocolo nº 118.514 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0002520-31.2009.8.16.0119, em trâmite na Vara Cível de Nova Esperança; Av46/12.772 - Protocolo nº 118.813 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0002147-34.2008.8.16.0119, em trâmite na Vara Cível de Nova Esperança; Av49/12.772 - Protocolo nº 119.840 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0002508-17.2009.8.16.0119, em trâmite na Vara Cível de Nova Esperança; R50/12.772 - Protocolo nº 120.287 - Penhora em favor de Larissa Cristina de Paulo, referente aos autos nº 0000380-28.2022.5.09.0567, em trâmite na Vara do Trabalho de Nova Esperança; R51/12.772 - Protocolo nº 121.038 - Penhora referente aos presentes autos; Av56/12.772 - Protocolo nº 122.418 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0002508-17.2009.8.16.0119, em trâmite na Vara Cível de Nova Esperança; conforme matricula de evento 243.2. Eventuais constantes da matrícula posteriores a expedição deste edital. Benfeitorias não averbadas na matrícula imobiliária, eventual regularização por conta do arrematante. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.

OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - (Artigo 908, parágrafo 1º do CPC e Artigo 130, parágrafo único do CTN).

DATA DA PENHORA:16 de dezembro de 2022, conforme Auto de Penhora do evento 221.1.

AVALIAÇÃO DO BEM: R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), conforme auto de avaliação do evento 221.1, realizado em data de 16 de dezembro de 2022.

VALOR DO DÉBITO: R$ 47.054,15 (quarenta e sete mil cinquenta e quatro reais e quinze centavos), conforme planilha de débito evento 113.2, realizado na data de 09 de janeiro de 2020, **devendo ser acrescido das custas, despesas processuais e honorários, atualizados até a data do efetivo pagamento efetivo pagamento.**

OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Código de Processo Civil/2015, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.

Artigo 895 do Código de Processo Civil/2015: "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos ***25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses***, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI - (Decreto nº 1544/1995), a partir da data da arrematação. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações não suspende o leilão e somente prevalecerá caso inexistente proposta de pagamento do lance à vista. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas a apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC).

OBSERVAÇÃO 3: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os

embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC)
O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal.
DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos do Depositário Público, como fiel depositário, até ulterior deliberação. Advirta-se o(a) depositário(a) de que, fica ele (ela) obrigado(a) a permitir a eventuais interessados o acesso a eles, durante o horário comercial (de segunda a sexta das 9h às 18h, e aos sábados das 9h às 12h), após a publicação do edital.
LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR - Leiloeiro -MATRÍCULA 13/246-L.
COMISSÃO DO LEILOEIRO: Em caso de arrematação, arbitro a comissão do leiloeiro em 5% sobre o valor do preço obtido na expropriação..
ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão Público nas datas acima designadas por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.
INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica o devedor, qual seja: CASSIO MURILO ALMEIDA - (CNPF/MF sob nº 515.408.942-15) e RZ4 TEXTIL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - (CNPJ/MF sob nº 08.981.155/0001-68), através do presente, devidamente INTIMADO, caso não seja encontrada para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, a(s) respectiva(s) cônjuge(s), Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s) BANCO DO BRASIL S/A, usufrutuário(s) coproprietários, do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Nova Esperança, Estado do Paraná, aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três. (06/09/2023). Eu,_____,/// Jorge V. Espolador///Leiloeiro Oficial - Matrícula 13/246-L, que o digitei e subscrevi.
RODRIGO BRUM LOPES
Juiz De Direito

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROSO(A) Juiz(íza) de Direito Rodrigo Brum Lopes, da Vara Cível de Nova Esperança, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Assistência Social, sob nº 0003352-10.2022.8.16.0119, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) MARCOS POLETO, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de MARCOS POLETO, portador(a) do RG 69390471 SSP/PR e CPF 025.616.299-96**, por sentença transitada em julgado no dia 22/08/2023, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) *não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil*, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos de *natureza patrimonial, negocial e de recebimento de benefícios previdenciários*. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) Rafael Bergo, CPF 279.984.609-20, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "Assim, ante exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial para o fim, confirmar a liminar concedida na inicial, e submeter MARCOS POLETO, à curatela definitiva de RAFAEL BERGO, ambos qualificados nos autos."
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.Eu, Ana Paula Fumagalli, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Nova Esperança, 25 de agosto de 2023.
Rodrigo Brum Lopes
Juiz de Direito**OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO, ARREMATAÇÃO E INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS, DEMAIS CREDORES E DO(A) DEVEDOR(A): E. H. G. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - (CNPJ/MF SOB Nº 02.800.245/0001-29).
FAZ SABER - a todos os interessados e a quem possa interessar, de que por este Juízo serão levados à arrematação o(s) bem(ns) penhorado(s) à devedora acima mencionada, e por meio do site: www.jeleiloes.com.br, de forma **"ON LINE"**, nos termos do artigo 882, parágrafo 1º do NCPC e Resolução 236 do CNJ, e nas seguintes condições:
A publicação do presente edital será realizada no site www.jeleiloes.com.br, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, por meio do qual já serão aceitos lances. O **PRIMEIRO LEILÃO** será encerrado no dia **26 de SETEMBRO de 2023, a partir das 10h00min**, no qual somente serão aceitos lances igual ou superior ao valor da avaliação. Em não havendo licitantes, dar-se-á início imediatamente ao **SEGUNDO LEILÃO** que será encerrado no dia **26 de SETEMBRO de 2023, a partir das 14h00min**, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil **(este considerado se inferior a 50% do valor da avaliação - Artigo 891, parágrafo único do NCPC).**
OBSERVAÇÃO: Contendo lance nos 03 (três) minutos antecedentes aos termos finais da alienação, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 03 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances.
LOCAL: Os interessados em participar da alienação judicial, deverão se cadastrar previamente no site: www.jeleiloes.com.br, com o envio de todas as documentações e com antecedência mínima de 24 horas antes do último dia útil do Leilão Público designado, se responsabilizando, civil e criminalmente, pelas informações lançadas por ocasião do cadastramento; Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site www.jeleiloes.com.br, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances.
PROCESSO: Autos sob nº **0004720-98.2015.8.16.0119** de **EXECUÇÃO FISCAL**, em que é exequente **MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA/PR**- (CNPJ/MF SOB Nº75.730.994/0001-09) e executado **E. H. G. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA** - (CNPJ/MF SOB Nº 02.800.245/0001-29).
BEM(NS): "Data de terras sob nº 10, da quadra 14, com área de 366,00 metros quadrados, situada no Parque Cidade Alta desta Cidade e sede da Comarca de Nova Esperança, cujas divisas e confrontações, contam na ***Matrícula nº13.040*** do Cartório de Registro de Imóveis deste Foro Regional. Sobre o imóvel descrito não existem benfeitorias, imóvel aparente terra plana, localizado me bairro afastado da área central, imóvel situado em quadra afastada do início do loteamento e na parte mais baixa (declive) no bairro, posicionado em rua plana e servido e servido por pavimentação asfáltica e galerias de águas pluviais.
ÔNUS:R.2/13.040 - prot.88.611 - Arresto referente aos autos nº0003828-78.2011.8.16.0119 em que é credor Município de Nova Esperança; R.3/13.040 - prot.109.117 - Penhora referente aos presentes autos; Av.4/13.040 - prot.111.154 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº0004713-09.2015.8.16.0119; Av.5/13.040 - prot.111.155 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0004710-54.2015.8.16.0119; Av.6/13.040 - prot.111.459 - Indisponibilidade de Bens referente aos autos nº 0004724-38.2015.8.16.0119, todos esses em tramite perante este juízo, conforme matrícula imobiliária de evento 234.2. Eventuais outros constantes da matrícula imobiliária. Benfeitorias não averbadas na matrícula imobiliária, eventual regularização por conta do arrematante. Em caso de arrematação de bem imóvel ou veículos automotores ou outros bens dependentes de registro no órgão competente, para expedição da respectiva carta, deverá o arrematante recolher as custas referente à expedição da Carta de Arrematação, bem como comprovar o pagamento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, para bens móveis, recolhimento da GRC para cumprimento do Mandado de Entrega; é obrigação do arrematante arcar com os tributos cujos fatos geradores ocorrerem após a data da expedição da carta de arrematação.
OBSERVAÇÃO: Os bens serão adquiridos livres e desembaraçados de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega - (Artigo 908, parágrafo 1º do CPC e Artigo 130, parágrafo único do CTN).
DATA DA PENHORA:19 de janeiro de 2023, conforme Auto de Penhora do evento 247.2.
AVALIAÇÃO DO BEM: R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), conforme Auto de Penhora e Avaliação do evento 247.2.
VALOR DO DÉBITO: R$ 140,37 (cento e quarenta reais e trinta e sete centavos), conforme cálculo de evento 222.1, juntado em 09 de maio de 2022, **devendo ser acrescido das despesas, custas processuais, honorários advocatícios e atualizações devidas até a data do efetivo pagamento do débito.**
OBSERVAÇÃO 1: Consoante o disposto no artigo 892 do Código de Processo Civil/2015, a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato do preço pelo arrematante, por depósito judicial ou por meio eletrônico.
Artigo 895 do Código de Processo Civil/2015: "O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar, por escrito: I - até o início do primeiro leilão, proposta de aquisição do bem por valor não inferior ao da avaliação; II - até o início do segundo leilão, proposta de aquisição do bem por valor que não seja considerado vil"; §1º A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. §2º As propostas para aquisição em prestações indicarão o prazo, a modalidade, o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo. As parcelas serão atualizadas pela média aritmética simples dos índices INPC e IGP-DI - (Decreto nº 1544/1995), a partir da data da arrematação. § 4º No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas. § 5º O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos ser formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação. Assinalo, ainda, que a apresentação de proposta escrita de arrematação, mediante prestações não suspende o leilão e somente prevalecerá caso inexistente proposta de pagamento do lance à vista. Inexistindo proposta de pagamento à vista e havendo mais de uma proposta de pagamento parcelado, estas deverão ser submetidas a apreciação deste juízo, sendo que prevalecerá a proposta de maior valor, ou em iguais condições, a formulada em primeiro lugar (art. 895, § 8º, I e II, NCPC). A ordem de entrega do bem móvel ou a carta de arrematação do bem imóvel, com o respectivo mandado de imissão na posse, será expedida somente depois de efetuado o depósito ou prestadas

as garantias pelo arrematante, bem como realizado o pagamento da comissão do leiloeiro e das demais despesas da execução (art. 901, § 1º, NCPC).
OBSERVAÇÃO 3: Qualquer que seja a modalidade de leilão, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (artigo 903 do Código de Processo Civil/2015), podendo o arrematante desistir da aquisição apenas nas hipóteses do § 5º do Art. 903 do CPC)
O presente edital será publicado no site do leiloeiro www.jeleiloes.com.br, de forma a cumprir o preconizado pelo artigo 887, parágrafo 2º do Novo Código de Processo Civil, o qual estará dispensado à publicação em jornal.
DEPÓSITO: Referido bem se encontra depositado nas mãos do Depositário Público, como fiel depositário, até ulterior deliberação.
LEILOEIRO: JORGE VITÓRIO ESPOLADOR -MATRÍCULA 13/246-L.
COMISSÃO DO LEILOEIRO: a-) Adjudicação: 2% sobre o valor da avaliação a ser pago pelo Exequente; b-) Arrematação: 5% sobre o valor dos bens, a ser pago pelo arrematante; c-) Remissão: 2% sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo executado; d-) Acordo ou pagamento nos quinze dias que procederem ao 1º. Leilão designado neste despacho: será devida comissão de 2% sobre o valor da avaliação ao Leiloeiro.
ADVERTÊNCIA: No caso de não ser realizado o Leilão Público nas datas acima designadas por motivo superveniente, fica desde já designado o primeiro dia útil subsequente para a sua realização.
INTIMAÇÃO: "AD CAUTELAM": Fica o devedor, qual seja: **E. H. G. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - (CNPJ/MF SOB Nº 02.800.245/0001-29)**, através do presente, devidamente INTIMADO, caso não seja encontrada para intimação pessoal, na pessoa de seu(s) Representante(s) Legal(is). Ficam também Intimados, Através deste Edital, a(s) respectiva(s) cônjuge(s). Eventual(is) Credor(es) Hipotecário(s)/Fiduciário(s), do(s) Imóvel(is), na hipótese de não serem eles encontrados para intimação pessoal, das datas, horário e local acima mencionados, para a realização do 1º e 2º Leilão Público do(s) bem(ns) penhorado(s). E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma e sob as penas da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Nova Esperança, Estado do Paraná, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três. (06/09/2023). Eu,_____,/// Jorge V. Espolador///Leiloeiro Oficial - Matrícula 13/246-L, que o digitei e subscrevi.
RODRIGO BRUM LOPES
Juiz De Direito

ORTIGUEIRA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): RIAN ALVES VALENTIM
PRAZO DE 30 DIAS.
O(A) Juiz(íza) de Direito Lara Alves Oliveira, da Vara Criminal de Ortigueira, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Crimes do Sistema Nacional de Armas, sob nº 0000278-70.2021.8.16.0122, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) RIAN ALVES VALENTIM, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promomovido RIAN ALVES VALENTIM, portador(a) do RG 159249433 SSP/PR e Não Cadastrado, nascido(a) em 01/09/2002, natural de RESERVA/PR, filho(a) de ADRIANA APARECIDA ALVES VALENTIM, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para tomar ciência de que, querendo, no prazo de 10 dias, manifeste interesse na restituição do bem/objeto apreendido no processo, a saber TELEFONE CELULAR APARELHO DE CELULAR DA MARCA SAMSUNG DE COR BRANCA, ficando ciente, ainda, de que a falta de interesse importará na DOAÇÃO ou DESTRUIÇÃO do bem/objeto apreendido. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Jaqueline Carnelós Mataroli, Técnica Judiciária, conferi e digitei.
Ortigueira, datado digitalmente.
Pedro Toaiari de Mattos Esterce
Juiz Substituto
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

PALMAS

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

E D I T A L
DOUTORA **TATIANE BUENO GOMES** JUÍZA DE DIREITO DA VARA CRIMINAL E ANEXOS DA COMARCA DE PALMAS-PR, NA FORMA DA LEI **F A Z S A B E R** a todos quantos o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que nos dias **06, 14, 20 e 28 de setembro de 2023,**serão instaladas as 1ª, 2ª, 3ª e 4ª sessões periódica da 9ª reunião do ano de 2023 do Tribunal do Júri desta Comarca, e que de acordo com a Lei foi procedido ao sorteio dos vinte e cinco Jurados, e dez suplentes quais sejam:
JURADOS TITULARES

1. ADILSON CARLOS DE SOUZA
2. ADRIANA DE MOURA DAS NEVES
3. ALEXANDRA DA SILVA OLIVEIRA
4. ALEXANDRE DANIEL DE SOUZA SILVA
5. ALEXANDRE LUIZ SCHLEMPER
6. AMERIANE MARQUEZOTI CORTES
7. ANA ROSA SOARES PIRES
8. ANDRE COFERRI
9. ANGELO AGNALDO TIGRE
10. BERENICE REIS KOPSTEIN
11. BRUNO ALMEIDA FISTAROL
12. CRISTIANE APARECIDA MENIN
13. DULCE RIBAS MARTINS
14. ERIK CORDEIRO GUERIOS
15. FELIPE LEVAS TEIXEIRA
16. FERNANDA BONFIM SIQUEIRA
17. FERNANDA M. G. SLONGO
18. GIANNI TESSEROLI RIBEIRO
19. HENRIQUE CARRARO MENEGUSSO
20. JOANITA SILVA CARVALHO
21. JOCEMARA BRASIL DE JESUS
22. LINDOMAR DE CASTILHO
23. MARISTELA FAION PERCISI
24. NILSON RODRIGUES
25. SEBASTIÃO OSNI BRAZIL

JURADOS SUPLENTES
1. AMADEU LUIZ LOVO MENDES
2. ANDRESSA PERIN MELO
3. BRUNA CHRISTOFOLI
4. CRISTIANE TABORDA DE SOUZA BRANDÃO
5. CRISTIANE TAQUES ARGENTA
6. CRISTIANO ANTUNES SENDESKI
7. EDERSON RIGON ROCHA
8. EDINA LUIZA KEMES KERSCHNER
9. EDSON GUINDANI FLORES
10. ERENILDA PELENTIL DE OLIVEIRA
11. GISLAINE DE PAULA
12. KATIA ARAUJO MENINE
13. LUIZ ALVES DOS SANTOS
14. LUIZ CARLOS LORENZET
15. MARIA CRISTINA KUKUL

A todos os quais e a cada um por si se convida, para comparecerem no Edifício do Fórum, nesta Cidade e Comarca, lugar onde se reúne o Tribunal do Júri, tendo nos referidos dias e horários, como nos demais dias consecutivos, enquanto durar a mesma Sessão, sob as penas da Lei, os que faltarem. E, para que chegue ao conhecimento dos Senhores Jurados e interessados, se passou o presente Edital, que será afixado no lugar de costume, de acordo com a nova redação dada pela Lei nº. 11.689/2008, de que trata sobre a Função dos Jurados, conforme transcrito nos artigos seguintes:
Da Função do Jurado
'Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade.

§ 1º Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução.

§ 2º A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado.' (NR)

'Art. 437. Estão isentos do serviço do júri:
I - o Presidente da República e os Ministros de Estado;
II - os Governadores e seus respectivos Secretários;
III - os membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais;
IV - os Prefeitos Municipais;
V - os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública;
VI - os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública;
VII - as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública;
VIII - os militares em serviço ativo;
IX - os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa;
X - aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento.' (NR)
'Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto.

§ 1º Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins.

§ 2º O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.' (NR)
'Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.' (NR)
'Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária.' (NR)
'Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri.' (NR)
'Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica.' (NR)
'Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados.' (NR)
'Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos.' (NR)
'Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados.' (NR)
'Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código.' (NR).
Dado e passado nesta cidade de Palmas, aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três.Eu, **Dayse Nogueira Picolo,** técnica judiciária, subscrevi.
TATIANE BUENO GOMES
Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PALMAS
VARA CRIMINAL E ANEXOS
Av. Capitão Paulo de Araújo, 731, São José, 85.555-000 - Fone: (46)3263-8100 - e-mail: jrss@tjpr.jus.br
EDITAL DE INTIMAÇÃO Prazo de 90 dias
O (A) magistrado (a) da Vara Criminal de Palmas/PR, na forma da Lei, etc...; faz saber, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente a(o) ré(u) **FABIO DOS SANTOS FRANÇA** , nascido(a) no dia 02/02/1996, natural de PALMAS/PR, filho(a) de Nome da Mãe: JUÇARA DA APARECIDA FRANÇA Nome do Pai: SEBASTIÃO DE JESUS FRANÇA, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-A(O) que por sentença proferida nos autos de Ação Penal nº **0000774-28.2023.8.16.0123** fora condenada(o) da seguinte forma:

Capitulação	Artigo(s) 155, I, II e IV, do Código Penal
Pena	01 ano e 02 meses de reclusão
Regime	Aberto
Pena de multa	09 dias-multa

Dado e passado nesta cidade de Palmas, Estado do Paraná, 06 de setembro de 2023 às 12:23:47. Eu, **João Ricardo Socolovski SiqueiraPertice**, Chefe de Cartório, lavrei.
(assinado digitalmente)**Tatiane Bueno Gomes**Juíza de Direito

---

PALMITAL

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): CARLOS ANDRE DE OLIVEIRA PIMENTA
PRAZO DE 15 dias
O(A) Juiz(íza) de Direito Paulo Henrique Dias Drummond, da Vara Criminal de Palmital, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Homicídio Simples, sob nº 0000993-84.2013.8.16.0125, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) CARLOS ANDRE DE OLIVEIRA PIMENTA, DOLFRIDO ROSA, e vítima IVO CASTRO DE LIMA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido CARLOS ANDRE DE OLIVEIRA PIMENTA, portador(a) do RG 234635095 SSP/SP e CPF 159.175.148-95, nascido(a) em 09/12/1973, natural de SANTOS, filho(a) de WILMA DE OLIVEIRA PIMENTA e SERGIO ESTEVAM DE OLIVEIRA PIMENTA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 356 - SONEGACAO DE PAPEL OU OBJETO DE VALOR PROBATORIO, Detenção: 6 a 3 anos E Multa oferecida em 16/08/2021 e recebida em 29/11/2021, ; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Joana Mortari Paludo Vencato, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Palmital, 06 de setembro de 2023.
Joana Mortari Paludo Vencato
Técnica Judiciária
Assinatura autorizada pelo artigo 1º §5º da Portaria 16/2022.

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PALMITAL
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - SEÇÃO CÍVEL - PALMITAL - PROJUDI
Rua Interventor Manoel Ribas, 810 - Forúm - centro - Palmital/PR - CEP: 85.270-000 - Fone: (42) 3309-3916 - Celular: (42) 99141-4141 - E-mail: aoli@tjpr.jus.br
Autos nº. 0001240-50.2022.8.16.0125

Processo:	0001240-50.2022.8.16.0125
Classe Processual:	Perda ou Suspensão do Poder Familiar
Assunto Principal:	Perda ou Modificação de Guarda
Valor da Causa:	R$1.212,00
Polo Ativo(s):	• MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ: 78.206.307/0001-30) Avenida Anita Garibaldi, 750 - Cabral - CURITIBA/PR - CEP: 80.540-900
Polo Passivo(s):	• DIRCEU CARDOSO DE OLIVEIRA (RG: 99059680 SSP/ PR e CPF/CNPJ: 060.396.639-01) VILA ESPERANÇA, 0 CASA - ALTAMIRA DO PARANÁ/PR • Ilair Ferreira de Castro de Lima (RG: 107742328 SSP/ PR e CPF/CNPJ: 073.701.939-50) Rua José Basílio de Oliveira, S/N - Vila Carolo - PALMITAL/PR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA DO REQUERIDO DIRCEU CARDOSO DE OLIVERIA - CPF 060.396.639-01- PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS.
FINALIDADE: para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro não se alegue ignorância mandou o MM. Juiz que se expedisse o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. **INTIMA-LOS** da r. Sentença proferida nos autos acima mencionados, cujo teor transcrevo a seguir: ... Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE a ação, para o fim de destituir o poder familiar dos réus Ilair Ferreira de Castro de Lima e Dirceu Cardoso de Oliveira em relação à filha Fernanda Ferreira de Oliveira. Sem custas (art. 141, §2º, ECA). Os réus deverão ser intimados pessoalmente desta sentença: Ilair, no endereço constante dos autos; Dirceu, no último endereço em que residiu, junto ao seu irmão em Altamira do

Paraná; restando negativa a intimação de Dirceu, fica, desde logo, determinada sua intimação por edital (art. 158, §4º, ECA, por analogia). Ao advogado Wilson Carlos Monteiro Damião - OAB/PR nº 80.763, nomeado em favor dos réus (mov. 29 e 43), FIXO honorários advocatícios no importe de R$ 900,00 (novecentos reais), o que faço com fulcro nos artigos 5º, inciso LXXIV, e 133, ambos da Constituição Federal, valendo-me das regras contidas na Resolução Conjunta nº 15/2019 - SEFA/PGE (item 3.1), que deverá ser suportado pelo Estado do Paraná, em razão da ausência de Defensoria Pública nesta Comarca. Sem prejuízo, dada a ausência de efeito suspensivo de eventual recurso de apelação, DETERMINO de ofício e desde já, a aplicação da medida de proteção de colocação em família substituta à adolescente, na modalidade de adoção (artigos 28 e 101, inc. IX, do ECA), através da instauração cumprimento provisório de sentença, em apenso a esta ação, devendo a equipe técnica do juízo, desde já, promover os atos preparatórios da medida, tais como a consulta ao cadastro de adotantes e verificação de interessados, já nos autos de cumprimento provisório de sentença. Com o trânsito em julgado, proceda-se à averbação da presente sentença à margem do registro de nascimento da adolescente (art. 163, ECA). Cumpram-se as disposições pertinentes do Código de Normas e da Portaria deste juízo e, oportunamente, arquivem os autos, com as anotações, baixas e comunicações necessárias. Intimem-se. Cumpra-se. Diligências necessárias. (datado e assinado digitalmente) Cecília Leszczynski Guetter Juíza de DireitO. Dado e passado edital nesta Cidade e Comarca de Palmital, Estado do Paraná, aos 05 de setembro de 2023. Eu _____(Dineti G. Valle Lichtenfels), Func. Juramentada, o digitei e subscrevo.

Edital de Intimação - Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
DESTINATÁRIO(A)(S): MARIA DE MACEDO DA SILVA
PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Cecília Leszczynski Guetter, da Vara Criminal de Palmital, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Receptação, sob nº 0001136-97.2018.8.16.0125, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ROSNEI FERREIRA RIBEIRO, DANIEL CORDEIRO DA LUZ, JUREMA APARECIDA RIBEIRO BELO, e vítima MARIA DE MACEDO DA SILVA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Vítima **MARIA DE MACEDO DA SILVA, portador(a) do RG 70323958 SSP/PR e CPF 558.849.629-91, nascido(a) em 02/12/1960, natural de CASCAVEL, filho(a) de SEBASTIANA CHAVES DE MACEDO e LAERCIO DE ABREU MACEDO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **condenado(a)** nas sanções do na data de 31 de março de 2023, em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

Eu, Joana Mortari Paludo Vencato, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Palmital, 06 de setembro de 2023.
Joana Mortari Paludo Vencato
Técnica Judiciária

Assinatura autorizada pelo artigo 1º §5º da Portaria 16/2022.

PALOTINA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): VILMA ARAUJO DE MELLO - PRAZO DE 30 dias úteis De Ordem do MM. Juiz de Direito Luiz Fernando Montini, da Vara Cível de Palotina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Cheque, sob nº 0000790-41.2021.8.16.0126, em que é autor GUSTAVO HENRIQUE MARQUES SPINELLI SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, e ré VILMA ARAUJO DE MELLO, e que não foi possível localizar pessoalmente a parte Promovido VILMA ARAUJO DE MELLO, portadora do CNPJ 22.947.885/0001-73. Desta forma, se procede por meio deste edital sua CITAÇÃO acerca da presente ação para que, no prazo de 03 (três) dias, promova o pagamento da dívida no valor total de R$ 20.976,43 (vinte mil, novecentos e setenta e seis reais e quarenta e três centavos), para entregar a coisa ou para execução da obrigação de fazer ou não fazer, constantes na inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da juntada do mandado (cumprido) aos autos do processo, acrescido do valor de 5% do valor da causa a título de honorários advocatícios. Fica CIENTE de que o cumprimento do mandado no prazo isenta a parte requerida do pagamento das custas processuais (art. 701, § 1º, c/c art. 231, inc. II, do CPC). CIENTE ainda, de que poderá oferecer embargos através de advogado, no mesmo prazo de 15 (quinze) dias, conforme o artigo 702, do Código de Processo Civil. ADVERTÊNCIA: Em caso de não pagamento nem oferecendo embargos pela quinzena, o mandado inicial será convertido em mandando executivo, prosseguindo o feito como execução por quantia certa, pelo que, ficam desde já, fixados os honorários advocatícios para o patrono da parte autora em 10% (dez por cento) do valor da causa (Art.701, §2° c/c arts.824 e seguintes do CPC). Por fim, fica intimado da integralidade da decisão inicial de mov.12.1. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Vanessa de Lima Perassoli, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Palotina, 06 de setembro de 2023. Adorinan Balbino Siqueira Escrivão Por ordem do(a) MM. Juiz(a) Autorizado pela Portaria 28/1996 OBSERVAÇÃO: Comunicação expedida em conformidade com os documentos acessíveis pelo sistema Projudi no endereço eletrônico https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. Caso sejam enviados documentos anexos à presente comunicação, estes poderão ser acessados no endereço eletrônico informado selecionando no menu a opção 'Consulta via Chave de Validação' e utilizando a chave identificadora (código de acesso) fornecida junto à contrafé virtual. O conteúdo integral do processo, dependendo do seu nível de sigilo, poderá ser acessado por advogado(a) habilitado(a) nos autos ou pela parte, devendo para tanto, ser solicitada sua senha de acesso ao sistema Projudi.

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): RITA DUCATT - PRAZO DE 30 (trinta) dias úteis De Ordem do MM. Juiz de Direito Luiz Fernando Montini, da Vara Cível de Palotina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Indenização por Dano Moral, sob nº 0002596-14.2021.8.16.0126, em que é autor GEOVANI MATIUC RUBERT, e réus ANDRE VICENTE DUCATTI CARNEIRO DA SILVA, Maryana Montroni Silva, DUCATTI CLINICA ODONTOLOGIA LTDA, RITA DUCATTI, e que não foi possível localizar pessoalmente a parte Promovido RITA DUCATTI, portadora do CPF 242.145.319- 49. Desta forma, se procede por meio deste edital sua CITAÇÃO para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com a decisão de mov. 126.1. Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Vanessa de Lima Perassoli, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Palotina, 06 de setembro de 2023. Adorinan Balbino Siqueira Escrivão Por ordem do(a) MM. Juiz(a) Autorizado pela Portaria 28/1996 OBSERVAÇÃO: Comunicação expedida em conformidade com os documentos acessíveis pelo sistema Projudi no endereço eletrônico https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. Caso sejam enviados documentos anexos à presente comunicação, estes poderão ser acessados no endereço eletrônico informado selecionando no menu a opção 'Consulta via Chave de Validação' e utilizando a chave identificadora (código de acesso) fornecida junto à contrafé virtual. O conteúdo integral do processo, dependendo do seu nível de sigilo, poderá ser acessado por advogado(a) habilitado(a) nos autos ou pela parte, devendo para tanto, ser solicitada sua senha de acesso ao sistema Projudi.

Edital de Intimação

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS - PRAZO DE 30 (trinta) dias úteis De Ordem do MM. Juiz de Direito Luiz Fernando Montini, da Vara Cível de Palotina, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Interdição, sob nº 0002134-67.2015.8.16.0126, em que é autor DILMAR MORAES, IZABEL GARCIA DOS SANTOS, e réu ALINE DOS SANTOS MORAES, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de , por sentença transitada em julgado no dia 17/07/2023, a qual reconheceu que o interditada conforme decisão parcialmente transcrita (mov.409.1): [...] Por todo o exposto, com base nos fundamentos acima explicitados, dou por resolvido o mérito da demanda e, nos termos do artigo 487, inciso I , do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial. DECRETO a interdição de ALINE DOS SANTOS MORAES, declarando-a relativamente incapaz aos atos de regência de sua pessoa e seus bens, quais sejam, atos sociais, patrimoniais e negociais da vida civil, na forma do art. 4º, III, CC c/c art. 755, I, CPC, nomeando-lhe a título de curador sua genitora IZABEL GARCIA DOS SANTOS, em conformidade

com o art. 1.775, § 1º do Código Civil. EXPEÇA-SE o competente tempo de curatela em nome de IZABEL GARCIA DOS SANTOS. CUMPRA-SEo disposto no artigo 755, §3º do Código de Processo Civil e no art. 9º, III, do Código Civil, quanto ao registro e publicação, respeitados os prazos e determinações legais. [...] Tudo em conformidade com a decisão judicial acima. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Vanessa de Lima Perassoli, Técnico Judiciário, conferi e digitei. Palotina, 06 de setembro de 2023. Adorinan Balbino Siqueira Escrivão Por ordem do(a) MM. Juiz(a) Autorizado pela Portaria 28/1996 OBSERVAÇÃO: Comunicação expedida em conformidade com os documentos acessíveis pelo sistema Projudi no endereço eletrônico https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/. Caso sejam enviados documentos anexos à presente comunicação, estes poderão ser acessados no endereço eletrônico informado selecionando no menu a opção 'Consulta via Chave de Validação' e utilizando a chave identificadora (código de acesso) fornecida junto à contrafé virtual. O conteúdo integral do processo, dependendo do seu nível de sigilo, poderá ser acessado por advogado(a) habilitado(a) nos autos ou pela parte, devendo para tanto, ser solicitada sua senha de acesso ao sistema Projudi.

PARANAGUÁ

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO 15 DIAS A Doutora CÍNTIA GRAEFF, MMª. Juíza de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este Juízo, executam-se os autos de Ação Penal n° 0005035-18.2023.8.16.0129, que a Justiça Pública move contra EVERTON WILSON FERREIRA SCHENKE, residente no(a) RUA TEIXEIRA DE MELLO, 989 - BARRA DO RIO - ITAJAÍ/SC, , atualmente encontra- se em lugar incerto e não sabido, e não sendo possível citá-lo pessoalmente. Assim, CITE-O através do presente edital acerca da decisão, dos termos da denúncia, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 361, CPP), com as advertências legais, para responder à acusação, por escrito, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (arts 396 e 396- A do CPP). Paranaguá, datado digitalmente. Cíntia Graeff Juíza de Direito

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do
Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo, executam-se os autos de Ação Penal n° 0000036-90.2021.8.16.0129, que a Justiça Pública move
contra EDSON ROBERT PEREIRA BETO DOS SANTOS, residente na RUA ÁGATA, 111 - JARDIM
OURO FINO - PARANAGUÁ/PR, atualmente em local incerto e não sabido, como incurso nas sanções
do CP, ART 129 Violência Doméstica e, sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital acerca dos
termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado legalmente
habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP.
FATOS:
Na manhã de 03 de janeiro de 2021, por volta das 11h, na residência localizada na rua Osny José
Miranda, nº374, próximo ao Posto Jardim, Jardim Paranaguá, neste Município e Comarca de Paranaguá
/PR, o denunciado EDSON ROBERT PEREIRA BETO DOS SANTOS, com consciência e vontade,
contra a mulher por razões de condição do sexo feminino, em contexto doméstico e familiar, com a
intenção de lesionar, ofendeu a integridade corporal da vítima Daniely Pereira Gavilan (sua ex-
convivente) ao lhe agredir com três "cabeçadas" na região da testa e chutes pelo corpo, causando lesões
corporais consistentes em: elevação discreta na região frontal de aspecto contusional perfazendo uma
área de 5,0 cm por 5,0 cm associada a extravasamento de sangue na região periorbital de aspecto
arroxeado, bilateralmente; equimose arroxeada de formato circular medindo aproximadamente 3,5 cm
por 3,5 cm na face interna na coxa direita (cf. laudo de lesões corporais nº924/2021 - seq. 10.1).
Assim agindo, o denunciado EDSON ROBERT PEREIRA BETO DOS SANTOS, incorreu, em tese, nas
sanções previstas no CP, ART 129 Violência Doméstica, razão pela qual, se oferece a presente
DENÚNCIA.
Paranaguá, 05 de setembro de 2023.
Brian Frank
Juiz de Direito

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do
Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo, executam-se os autos de Medidas Protetivas com Urgência n° 0007037-58.2023.8.16.0129, tendo
como agressor LUCIANO AUGUSTO CUNHA COSTA, atualmente em local incerto e não sabido,
sendo assim fica INTIMADO o agressor, acerca da decisão prolatada na data do dia 09/08/2023, a qual
concedeu as medidas protetivas requeridas.
a) Afastamento do lar ou local de convivência (art. 12-C, I, Lei n. 11.3402006);
b) Proibição de se aproximar da noticiante, Sra. Raquel Malaquias Cunha Rocha, em distância inferior a
200 (duzentos) metros;
c) Proibição de contato com a noticiante, Sra. Raquel Malaquias Cunha Rocha, por qualquer meio de
comunicação.
Caso o agressor descumpra a ordem, poderá ser decretada sua Prisão Preventiva, sem prejuízo de
eventual caracterização do delito do artigo 24-A da Lei nº 11.340/2006.
Por ora, apenas se trata de liminar e ainda poderá ser ouvido em Juízo, podendo os seus motivos até
mesmo levar a outra decisão, de forma que a atividade sensata do requerido será muito importante
em prol de sua posição jurídica.
Paranaguá, 05 de setembro de 2023.
Brian Frank
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
O Doutor BRIAN FRANK, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado
do Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo, executam-se os autos de Execução Penal n° , tendo 4000050-06.2021.8.16.0129 como apenado
,VILMAR ARBOITE DE SOUZA atualmente em local incerto e não sabido, sendo assim, fica INTIMADO,
para comparecer na audiência admonitória, na data, hora e local abaixo relacionados:
- Av. Gabriel de LaraDATA / HORÁRIO / LOCAL DA AUDIÊNCIA: 04 de outubro de 2023 às 15:45 horas
, 771, Centro,Paranaguá - PR - Fone: (41) 3420-5026
Paranaguá, 05 de setembro de 2023.
Brian Frank
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
O Doutor Brian Frank, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado do
Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo, executam-se os autos de Ação Penal n° 0006487-97.2022.8.16.0129, que a Justiça Pública move
contra ALEXANDRE RODRIGUES PERSCHIM, residente na RUA RODRIGUES ALVES, S/Nº ou RUA
CAETANO GOMES CORREIA, 151 - OCEANIA - PARANAGUÁ/PR, atualmente em local incerto e não
sabido, como incurso nas sanções do CP, ART 155 Furto noturno - a pena aumenta-se de um terço,
se o crime é praticado durante o repouso noturno e, sendo assim, fica CITADO, pelo presente edital
acerca dos termos da denúncia, para que ofereça defesa prévia, por intermédio de advogado
legalmente habilitado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 396 do CPP.
FATOS:
No dia 08 de setembro de 2022, em período de repouso noturno, eis que por volta da 01h05min, em via
pública, mais especificamente na Travessa Dezenove, n.º 10, bairro Ilha dos Valadares, nesta cidade e
Comarca de Paranaguá/PR, o denunciado ALEXANDRE RODRIGUES PERSCHIM, ciente da ilicitude
e reprovabilidade de sua conduta, com ânimo de assenhoreamento definitivo, subtraiu para si, coisa
alheia móvel consistente em 01 (uma) bicicleta de barra circular, do tipo cargueira, de cor preta, avaliada
em R$ 1.000,00 (mil reais), de propriedade da vítima Ozeas Rosa dos Santos, a qual foi subtraída no
interior da residência da vítima, que prontamente acionou a equipe policial, em conformidade com
Boletim de Ocorrência n.º 2022/926944 (mov. 1.1), Auto de Exibição e Apreensão (mov. 1.5), Auto de
Entrega (mov. 1.7), Auto de Avaliação (mov. 1.9), Fotografia (mov. 1.17), e Vídeo (mov. 1.18/1.19).
Assim agindo, o denunciado ALEXANDRE RODRIGUES PERSCHIM, incorreu, em tese, nas sanções
previstas no CP, ART 155 Furto noturno - a pena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado
durante o repouso noturno, razão pela qual, se oferece a presente DENÚNCIA.
Paranaguá, 05 de setembro de 2023.
Brian Frank
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
O Doutor BRIAN FRANK, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado
do Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER, a todos quantos virem, ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo, executam-se os autos de Execução Penal n° , tendo 4000006-50.2022.8.16.0129 como apenado
,ALLAN PATRICK DE CRISTO SILVA atualmente em local incerto e não sabido, sendo assim, fica
para comparecer na audiência admonitória, na data, hora e local abaixo relacionados:INTIMADO,
- Av. Gabriel de LaraDATA / HORÁRIO / LOCAL DA AUDIÊNCIA: 04 de outubro de 2023 às 15:30 horas
, 771, Centro,Paranaguá - PR - Fone: (41) 3420-5026
Paranaguá, 05 de setembro de 2023.
Brian Frank
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 1 DIA
O Doutor BRIAN FRANK, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá, Estado
do Paraná, na forma da Lei,
FAZ SABER a todos quantos virem ou do presente edital conhecimento tiverem, que perante este
Juízo, tramitam os autos de Processo Criminal n° 0001007-75.2021.8.16.0129, tendo como réu MAYKE
GONÇALVES SUASSUI, atualmente em local incerto e não sabido, sendo assim fica INTIMADO para
comparecer na audiência de instrução e julgamento, na data, hora e local abaixo relacionados:
DATA / HORÁRIO / LOCAL DA AUDIÊNCIA: 16 de NOVEMBRO de 2023 às 14h30min - Modalidade:
Semipresencial - Chave da Audiência: PAD9E 3KD8U Z2VCJ G3URZ - LINK DA AUDIÊNCIA (TEAMS):
https://acesse.one/xBBc5 - Fórum - Av. Gabriel de Lara, 771, Centro, Paranaguá - PR - Fone: (41)
3420-5026.
Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o
presente edital que será publicado.
Paranaguá, 05 de setembro de 2023.
BRIAN FRANK
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): GEOVANE CHARLLES ALCALA PRAZO DE 25 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Brian Frank, da 2ª Vara Criminal de Paranaguá, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Crimes do Sistema Nacional de Armas, sob nº 0009332-78.2017.8.16.0129, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) GEOVANE CHARLLES ALCALA, e vítima Estado do Paraná, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido GEOVANE CHARLLES ALCALA, portador(a) do RG 54165382 SSP/PR e CPF 874.162.719-91, nascido(a) em 07/02/1972, natural de JOINVILLE/SC, filho(a) de ETELKA MARIA DE JESUS HARGER DE ALCALA e RODOLFO ALCALA OROPEZA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para efetuar o levantamento do valor pago à título de fiança no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de perdimento. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Dennis Goncalves Pinheiro, Analista Judiciário, conferi e digitei. Paranaguá, 06 de setembro de 2023. Brian Frank Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

PARANAVAÍ

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO O Doutor RODRIGO DOMINGOS DE MASI, Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal de Paranavaí, PR., no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou conhecimento dele tiverem, que não sendo possível intimar pessoalmente o (a) sentenciado (a) **ADEMILSON DA SILVA JUNIOR,** RG nº 135680150-SSP-PR, CPF sob nº 103.186.639-61, filho de NEUZA MENDES SOBRINHO DA SILVA e ADEMILSON DA SILVA, natural de PARANAVAÍ/PR, nascido em 05/06/1995, atualmente em lugar ignorado, fica, pelo presente, **INTIMADO,** para em 10 dias, efetuar o pagamento das custas processuais conforme tabela abaixo:

1	R$ - 0	Pena de Multa -
2	R$ - 49,20	Processo em espécie
3	R$ - 70,34	Distribuidor
4	R$ - 434,52	Oficiais de Justiça
5	R$ - 40,31	Taxa Judiciária

O sentenciado deve comparecer no cartório da Primeira Vara Criminal da Comarca de Paranavaí-Pr, localizado na Av. Paraná, 1422, na cidade de Paranavaí, Edifício do Fórum, para que seja retirada as guias de recolhimento.
E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, expediu-se o presente edital que será afixado no Edifício do Fórum local, pelo prazo de dez dias, em lugar de costume e publicado na imprensa oficial.
Paranavaí, aos 06 de setembro de 2023. Eu, Fayene da Costa Soares, Estagiária, que digitei e, por determinação judicial, assino o presente.
Fayene da Costa Soares

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Doutor RODRIGO DOMINGOS DE MASI, MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal desta Comarca, no uso de suas atribuições legais.
F A Z S A B E R, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, **com prazo de sessenta dias**, que não sendo possível intimar pessoalmente o (a/s) sentenciado (a/s) **LEANDRO SKOLNI,** brasileiro, portador do RG sob nº 10.938.722-3 - SSP/PR, filho de Mirian Azkolni, natural de PARANAVAÍ/PR, nascido em 05/10/1989, **ATUALMENTE EM LUGAR IGNORADO**, ficam, pelo presente, **INTIMADO** do teor da r. sentença exarada nos autos de Processo Crime nº 229-05.2021 que: ABLSOVEU o réu LEANDRO SKOLNI, qualificado, das sanções previstas no art. 35, caput, e art. 33, §1º inc. III, ambos da Lei nº 11.343/05 (1º e 2º fato), todos com fundamento no art. 386, inc. VII, do Código de Processo Penal. O prazo para apelação correrá após o término do prazo fixado no edital, salvo se no curso deste for feita intimação por qualquer das outras formas estabelecidas no Código de Processo Penal.
E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, expediu-se o presente edital que será afixado no Edifício do Fórum local, **pelo prazo de sessenta dias**, em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
Paranavaí, 06 de setembro de 2023. Eu, Fayene da Costa Soares, Estagiária, que digitei e, por determinação do MM. Juiz, assino o presente.
Fayene da Costa Soares
Estagiária

PATO BRANCO

VARA CRIMINAL

Edital de Citação

COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ
Rua Maria Bueno, 284, Sambugaro, CEP. 85.501-560
VARA CRIMINAL
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZ0 15 DIAS
Edital nº 224/2023
Autos nº 0008759-58.2022.8.16.0131
EDITAL DE CITAÇÃO DE ADRIANO JOSE RETIZLAF.
DR. EDUARDO FAORO, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara Criminal de Pato Branco, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0008759-58.2022.8.16.0131, em que fora denunciado pelo Ministério Público, a pessoa de ADRIANO JOSE RETIZLAF. Tendo constado dos autos que o denunciado se encontram em local incerto, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a CITAÇÃO da pessoa ADRIANO JOSE RETIZLAF, nascido(a) em 01/09/1982, filho(a) de Delair Aparecida Retizlaf e Dirceu Antonio Retizlaf , denunciado(a) como incurso, disposições do art. 155, § 4°, inciso II, do Código Penal, em razão do fato ocorrido em data de 26 de junho de 2022, por volta da 01h00min, na 'Serraria Koslinski', situada na Travessa Zacarias Konslinski, n.º 10, Zona Rural, nesta cidade e comarca, o denunciado ADRIANO JOSÉ RETIZLAF, funcionário do local, com consciência, vontade e ânimo de assenhoramento definitivo, mediante abuso de confiança, subtraiu para si, coisa alheia móvel, consistente em: 01 (um) veículo Ford/Ka, placas BDN9H37, avaliado em R$ 62.016,00 (sessenta e dois mil e dezesseis reais), de propriedade da vítima José Koslinski, conforme auto de avaliação indireta do evento 10.9. De acordo com o contido nos autos, em data de 14 de agosto de 2022, por volta das 19h30min, o denunciado foi abordado pela polícia na condução do veículo subtraído (evento 10.2). Fica desde já o réu INTIMADO a responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do prazo do presente edital. Dado e passado nesta Cidade de Pato Branco, PR, aos 6 de setembro de 2023. Eu, Cláudia Juliana Alberton, técnica judiciária, digitei. Eu, Fabieli Molinete Costa, Chefe de Secretaria, subscrevi.
EDUARDO FAORO
Juiz de Direito

COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ
Rua Maria Bueno, 284, Sambugaro, CEP. 85.501-560
VARA CRIMINAL
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZ0 15 DIAS
Edital nº 225/2023
Autos nº 0005868-30.2023.8.16.0131
EDITAL DE CITAÇÃO DE ANA PAULA DOS SANTOS CARVALHO.
DR. EDUARDO FAORO, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara Criminal de Pato Branco, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0005868-30.2023.8.16.0131, em que fora denunciado pelo Ministério Público, a pessoa de ANA PAULA DOS SANTOS CARVALHO. Tendo constado dos autos que o denunciado se encontram em local incerto, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a CITAÇÃO da pessoa ANA PAULA DOS SANTOS CARVALHO, nascido(a) em 16/08/1994, filho(a) de Neli de Fátima Faustino dos Santos e Deoclécio Carvalho, denunciado(a) como incurso, disposições do art. 155, 'caput', do Código Penal, em razão do fato ocorrido no dia 21 de junho de 2023, por volta das 05h10min, na residência localizada na Rua General Osório, n. 484, Bairro Santo Antônio, nesta cidade e comarca de Pato Branco/PR, a denunciada ANA PAULA DOS SANTOS CARVALHO, com consciência e vontade, com ânimo de assenhoreamento definitivo, subtraiu para si, coisa alheia móvel, qual seja, 01 (um) cobertor de algodão e 01 (um) balde cor-de-rosa quebrado, avaliados em R$ 90,00 (noventa reais), pertencentes a Soleni Francieli Pereira. Fica desde já o réu INTIMADO a responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do prazo do presente edital. Dado e passado nesta Cidade de Pato Branco, PR, aos 6 de setembro de 2023. Eu, Cláudia Juliana Alberton, técnica judiciária, digitei. Eu, Fabieli Molinete Costa, Chefe de Secretaria, subscrevi.
EDUARDO FAORO
Juiz de Direito

COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ
Rua Maria Bueno, 284, Sambugaro, CEP. 85.501-560
VARA CRIMINAL
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZ0 15 DIAS
Edital nº 229/2023
Autos nº 0009091-59.2021.8.16.0131
EDITAL DE CITAÇÃO DE JEAN LOUIS VIALY, LEONEL DIFFICILE, LOUISKENSSON ELIE, MATHEUS DE NAZARÉ DOS SANTOS BENTACH, ONELSON ODIVIN e STEVENSON DIFFICILE.
DR CARLOS GREGORIO BEZERRA GUERRA MM. JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara Criminal de Pato Branco, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0009091-59.2021.8.16.0131, em que foram denunciados pelo Ministério Público, das pessoas de JEAN LOUIS VIALY, LEONEL DIFFICILE, LOUISKENSSON ELIE, MATHEUS DE NAZARÉ DOS SANTOS BENTACH, ONELSON ODIVIN e STEVENSON DIFFICILE. Tendo constado dos autos que os denunciados se encontram em local incerto, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a CITAÇÃO da pessoa JEAN LOUIS VIALY, nascido(a) em 29/11/1990, filho(a) de Genise Ulysse; LEONEL DIFFICILE, nascido(a) em 09/04/1996, filho(a) de Acline Brenus; LOUISKENSSON ELIE, nascido(a) em 28/02/1999, filho(a) de St Rose Flerismon; MATHEUS DE NAZARÉ DOS SANTOS BENTACH, nascido(a) em 21/02/1999, filho(a) de Eliane De Fátima Dos Santos e Marcos Henrique Bentach; ONELSON ODIVIN, nascido(a) em 08/12/1996, filho(a) de Kettelie Fixe; e STEVENSON DIFFICILE, nascido(a) em 20/06/1997, filho(a) de Suzette Legros e Legrand Difficile, denunciados como incurso, nas disposições do art. 268 do Código Penal, em razão do fato ocorrido no dia 07 de junho de 2020, por volta das 17h00min, os denunciados Mathes de Nazaré dos Santos Bentach, Jean Louis Vialy, Leonel Difficile, Louiskensson Elie, Onelson Odivin e Stevenson Difficile foram surpreendidos no interior da pista de corrida e quadras públicas existentes ao lado do Ginásio Dorival Lavarda, situado na rua Olindo Setti, bairro La Salle, nesta cidade e comarca, sendo que, voluntariamente e cientes da ilicitude e reprovabilidade de suas condutas, infringiram determinação do poder público municipal de Pato Branco, destinada a impedir a propagação de doença contagiosa (COVID19), eis que o Decreto Municipal 8.641 de 20.03.2020 e Decreto 8.644 de 30.03.2020, proibiam o uso de tais locais pela população e para tanto, tinha interditado o uso daquele espaço público de esporte e lazer. Ficam desde já os réus INTIMADOS a responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do prazo do presente edital. Dado e passado nesta Cidade de Pato Branco, PR, aos 6 de setembro de 2023. Eu, Cláudia Juliana Alberton, técnica judiciária, digitei. Eu, Fabieli Molinete Costa, Chefe de Secretaria, subscrevi.
CARLOS GREGORIO BEZERRA GUERRA
Juiz de Direito Substituto

COMARCA DE PATO BRANCO, ESTADO DO PARANÁ
Rua Maria Bueno, 284, Sambugaro, CEP. 85.501-560
VARA CRIMINAL
EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZ0 15 DIAS
Edital nº 230/2023
Autos nº 0001721-58.2023.8.16.0131
EDITAL DE CITAÇÃO DE CLAUDIMAR MATEUS DA TRINDADE.
DR. EDUARDO FAORO, MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante o Juízo da Vara Criminal de Pato Branco, tramitam os autos de processo crime sob o nº 0001721-58.2023.8.16.0131, em que fora denunciado pelo Ministério Público, a pessoa de CLAUDIMAR MATEUS DA TRINDADE. Tendo constado dos autos que o denunciado se encontram em local incerto, pelo presente edital, com o prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da Lei e afixado em local de costume neste Fórum, se faz a

CITAÇÃO da pessoa CLAUDIMAR MATEUS DA TRINDADE, portador(a) do RG nº 144194136 SSP/PR, nascido(a) em 08/09/1999, filho(a) de Marlene de Lurdes Rodrigues e Jurandir da Trindade, denunciado(a) como incurso, disposições do artigo 155 §4º, inciso IV, do Código Penal, em razão do fato ocorrido em data de 27 de fevereiro de 2023, por volta das 01h45min, na academia Move, localizada na Rua Mato Grosso, n.º 308, Centro, nesta Cidade e Comarca de Pato Branco/PR, os denunciados CLAUDIMAR MATEUS DA TRINDADE e EDUARDO VINICIUS PADILHA DOS SANTOS, agindo com consciência e vontade, cientes da ilicitude e reprovabilidade de suas condutas, em comunhão de esforços e unidade de desígnios, mediante ajuste prévio, um aderindo à vontade do outro, subtraíram, para ambos, coisa alheia móvel, consistente em 01 (uma) porta de metal com fechaduras e componentes eletrônicos do sistema de aquecimento solar e do sistema de câmera de segurança do estabelecimento, conforme fotografia (mov. 1.3), imagens da câmera de segurança (movs. 1.4 e 1.5), informação (mov. 12.1) e auto de avaliação indireta (mov. 12.6). Fica desde já o réu INTIMADO a responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do prazo do presente edital. Dado e passado nesta Cidade de Pato Branco, PR, aos 6 de setembro de 2023. Eu, Cláudia Juliana Alberton, técnica judiciária, digitei. Eu, Fabieli Molinete Costa, Chefe de Secretaria, subscrevi.
EDUARDO FAORO
Juiz de Direito

PEABIRU

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Cível

"Edital com prazo de trinta (30) dias para INTIMAÇÃO da requerente NATACHA LITVINOV"
Edital para a **INTIMAÇÃO** da requerente **NATACHA LITVINOV,** inscrita no CPF nº 179.279.428-24, atualmente em local incerto e não sabido, do inteiro teor da r. sentença proferida nos autos nº 0000059-56.2023.8.16.0132, de HABILITAÇÃO PARA ADOÇÃO, movida por NATACHA LITVINOV, a seguir transcrita: *"Cuida-se de requerimento para inscrição no cadastro de pessoas interessadas em adoção realizado pela Sra. Natacha Litvinov (mov. 1.1) Devidamente intimada para juntada de documentação atualizada, a requerente permaneceu inerte. Assim, JULGO EXTINTO o presente feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil. Peabiru, datado e assinado eletronicamente Rita Lucimeire Machado Prestes Juíza de Direito".* Dado e passado nesta cidade e comarca de Peabiru, Estado do Paraná, aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três. Eu, Willian Bruno Svaigen, Técnico Judiciário o digitei.
RITA LUCIMEIRE MACHADO PRESTES
JUIZA DE DIREITO
Assinado Digitalmente

PINHÃO

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Intimação

COMARCA DE PINHÃO
Edital de Intimação de Sentença, com prazo 60 (sessenta) dias.
Edital de intimação da sentença do sentenciado ausente, **JOÃO BATISTA VIEIRA**, brasileiro, portador do RG 13277237 SSP/PR, nascido em 27/07/1991, filho de Terezinha Vieira, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-O da sentença proferida nos autos de Ação Penal nº 0001288-16.2021.8.16.0134, em que foi julgado procedente a pretensão punitiva estatal para o fim de **condená-lo** pela prática do crime prevista no artigo 331, *caput*, do Código Penal, **fixando a pena definitiva do réu em 06 (seis) meses de detenção, em regime inicial aberto**. Ficando ciente de que tem o prazo de 10 (dez) dias para interpor recurso, querendo, contando a partir do prazo acima mencionado. Juiz do Feito: Dr. Felipe Castello Cintra. Pinhão, 05 de setembro de 2023. Assinado e conferido por Luciane Kolaciak Tsuneta (Técnica Judiciária). Autorizada pela Portaria 06/2015.

COMARCA DE PINHÃO
Edital de Intimação de Sentença, com prazo de 60 (sessenta) dias.
Edital de intimação de sentença da vítima ausente, **R. D. B.,** brasileira, nascida em 13/04/1985, natural de PINHÃO/PR, filha de Emilia Donner e Francisco Ramos Batista, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-A da sentença proferida nos autos de Processo Crime nº 0002481-03.2020.8.16.0134, em que é autor o MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DO PARANÁ e o sentenciado **DANIEL RAMOS**, a que responde como incurso nas sanções pela prática da infração penal prevista no artigos 129, § 9º (Fato 01) e 147 (Fato 02), ambos do Código Penal, observadas as disposições da Lei n. 11.340/2006 - Lei Maria da Penha, julgada procedente, a fim de **condenar** o sentenciado, **fixando a pena em 05 (cinco) meses e 12 (doze) dias de detenção, em regime aberto para o início do cumprimento da pena,** ficando desde já ciente de que tem o prazo de 15 (quinze) dias para querendo interponha recurso, querendo, contando a partir do prazo acima mencionado. Juiz do Feito: Dr. Felipe Castello Cintra. Pinhão, 04 de setembro de 2023. Eu (Telma Aparecida Gawron Stresser), Analista Judiciária, que o digitei e subscrevi. Subscrição por ordem do MM. Juiz. Autorizada pela Portaria 06/2015.

FORO REGIONAL DE PIRAQUARA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIOS: ESPÓLIO DE MARLI MIRANDA DE CASTRO RIBAS, BEM COMO SEUS HERDEIROS OU
SUCESSORES E TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito , da Vara Cível de Piraquara, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem
conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Ordinária, sob nº 0005362-
79.2008.8.16.0034, em que é(são) autor(es) MARIA DA LUZ BUENO, e réu(s) Ivan Ribas, MASSAYOSHI NAKAYASSU,
MARLI MIRANDA DE CASTRO RIBAS, e que por este procede a deedital CITAÇÃO ESPÓLIO DE MARLI MIRANDA DE
eventuaisCASTRO RIBAS, BEM COMO SEUS HERDEIROS OU SUCESSORES E terceiros interessados, incertos e/ou
, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito dodesconhecidos pedido de
referente ao imóvel: [terreno situado nesta cidade de Piraquara, estado do Paraná, localizado na rua Líriosusucapião
(endereço fornecido RUA JATOBA n°55), identificado no levantamento topográfico realizado pela Prefeitura Municipal de
Piraquara como lote 008, quadra 47A, distando 1.142,24m do Rio Piraquara, com as coordenadas UTM, Datum SAD 69 N:
7183401,804 e E: 688091,069], nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho
judicial que segue parcialmente transcrita/o: "Caso não se logre êxito na citação, desde já, proceda-se à citação do Espólio por
.via de edital, com prazo de 30 dias"
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância
no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Rebeca Acosta Maximo, Estagiário, conferi e digitei.
Piraquara, 30 de agosto de 2023.
Ana Paula Pereira Bitencourt
Analista Judiciária

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS, DE Lenoir Nunes Souza de Lima, HENRICH
KROCKER, MARIECHEN HEINRICHS KROKER representado(a) por João Kroker, , RÉUS EM LUGAR

INCERTO E DE EVENTUAIS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS E SEUS
RESPECTIVOS CÔNJUGES SE CASADOS FOREM OU HERDEIROS OU SUCESSORES;
Para que tome(m) conhecimento da presente ação de Usucapião, nº 0011347-77.2018.8.16.0034,
tramita na Vara Cível do Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba,que
situada na Rua Alexandre Gugelmim, 92, Vila Juliana - Piraquara/PR CEP: 83306-090, em que figura(m)
como parte autora GISLAINE SANTOS ALVES, , e como parte requerida Lenoir Nunes Souza de Lima,
HENRICH KROCKER, MARIECHEN HEINRICHS KROKER, . Para que fique CITADO e caso queira(m),
apresente(m) resposta e indique as provas que intenciona(m) produzir, no prazo legal de quinze (15) dias,
através de advogado, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (artigo
Em caso de revelia, será nomeado curador especial. O(s) requerente(s) alega(m) que335 a 343 do CPC).
são possuidores de " de terreno com benfeitorias, conforme Escritura delote Compra e Venda (DOC 06),
com 126,00m2, lote 12 da quadra "B", da Planta Jardim Maria Alice, situado no bairro Guarituba, Comarca
de Piraquara (DOC 07), sem registro no Registro de Imóveis. " e atribuem à causa o valor de R$ 20.000,00
(...).
CUMPRA-SE, NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Piraquara, Estado do Paraná, 19 de julho de
2022. Eu, Igor Senter, Técnico(a) Judiciário(a), o digitei e subscrevi.
Maria Teresa Thomaz
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE **TRINTA (30) DIAS**, DE ESPÓLIO DE DURVALINO DE ALMEIDA, , RÉUS EM LUGAR INCERTO E DE EVENTUAIS INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS E SEUS RESPECTIVOS CÔNJUGES SE CASADOS FOREM OU HERDEIROS OU SUCESSORES;
Para que tome(m) conhecimento da presente ação de Usucapião, nº 0002510-77.2011.8.16.0034, que tramita na Vara Cível do Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, situada na Rua Alexandre Gugelmim, 92, Vila Juliana - Piraquara/PR CEP: 83306-090, em que figura(m) como parte autora AFONSO VITOR DOMINGUES, MARILZA LOURENÇO, e como parte requerida DURVALINO DE ALMEIDA, EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS COLIBRI LTDA. Para que fique CITADO e caso queira(m), apresente(m) resposta e indique as provas que intenciona(m) produzir, no prazo legal de quinze (15) dias, através de advogado, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (artigo 335 a 343 do CPC). Em caso de revelia, será nomeado curador especial. O(s) requerente(s) alega(m) que são possuidores de " **Um terreno situado nesta cidade de Pira quara, estado do Paraná, loteamento denominado Planta Jardim Colibri, quadra 01, parte do lote 06 (quadra 118 Lote 195 loteamento de fato), localizado na Rua Richard Lickfeld, com as coordenadas UTM, Datum SAD 69, N: 7.181.789,170 e E: 687.573,658 com as seguintes medidas e confrontações: Norte: quem da Rua Richard Lickfeld olha está à esquerda e confronta com parte do lote 06 em uma distância de 15,50 metros. Sul: quem da Rua Richard Lickfeld olha está à direita e confronta com parte do lote 07 em uma distância de 15,50 metros. Leste: Quem da Rua Richard Lickfeld olha faz Travessão aos fundos e confronta com parte do lote 06 em uma distância de 11,00 metros. Oeste: Faz frente para a Rua Richard Lickfeld em uma distância de 11,00 metros. Fechando a área total de 170,50 m2 (cento e setenta metros e quarenta e cinqüenta centímetros quadrados)**. " e atribuem à causa o valor de R$ 44.371,52(...). CUMPRA-SE, NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Piraquara, Estado do Paraná, 18 de março de 2022. Eu, Antonio Augusto Bozzi Ferreira, Técnico(a) Judiciário(a), o digitei e subscrevi.
Maria Teresa ThomazJuíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIOS: RÉUS NÃO LOCALIZADOS, BEM COMO, SEUS HERDEIROS OU SUCESSORES E TERCEIROS
INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS
PRAZO DE 30 dias úteis
O Juiz de Direito , da Vara Cível de Piraquara, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento
dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0012523-
57.2019.8.16.0034, em que é autor NEIDE ALVES, e réu MAX BERTHOLDO AMHOF, e que por este procede aedital de eventuaisCITAÇÃO RÉUS NÃO LOCALIZADOS, BEM COMO, SEUS HERDEIROS OU SUCESSORES E terceiros
, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena deinteressados, incertos e/ou desconhecidos
revelia, a respeito do referente ao imóvel: [DESCRIÇÃO DO BEM], nos termos do art. 259 do Código depedido de usucapião
Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: "lote de terreno sob nº 92,
da Planta Bosque Centenário, neste Município, medindo 12,00m de frente e fundos, do lado direito e esquerdo 38,65m,
.perfazendo uma área de 463,80m2, com indicação fiscal sob nº 03.03.111.0012.001"
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância
no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Rebeca Acosta Maximo, Estagiário, conferi e digitei.
Piraquara, 29 de agosto de 2023.
Ana Paula Pereira Bitencourt
Analista Judiciária

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS
PRAZO DE 30 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito , da Vara Cível de Piraquara, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem
conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº
0008668-75.2016.8.16.0034, em que é(são) autor(es) CLAUDINEIA DOS SANTOS GERFE, e réu(s) ALTEVIR DE SARANDY
RAPOSO FILHO, EMILIA DE SARANDY, e que por este procede a de eventuaisedital CITAÇÃO terceiros interessados,
, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeitoincertos e/ou desconhecidos
do referente ao imóvel: [Lote localizado no quadro urbano do município de Piraquara - PR. AREA =pedido de usucapião
480,00m² Lote 1063 Planta: Santa Helena VIII Agua Clara Faz frente para a Rua Belmiro Moreira, numa extensão de 12,00
metros. Ao lado direito de quem da Rua Belmiro Moreira olha, numa extensão de 40,00 metros e divide com o Lote 1064
propriedade: JOSUE OLIVEIRA SANTOS. Ao lado esquerdo de quem da Rua Belmiro Moreira olha, numa extensão de 40,00
metros e divide com o Lote 1062 propriedade: EMERSON V. DE OLIVEIRA. E nos fundos do Lote, de quem da Rua Belmiro
Moreira olha, numa extensão de 12,00 metros e divide com o lote 1068 propriedade: DIVIANO ALEX DOS SANTOS.], nos
termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente
transcrita/o: " .publique-se edital de citação de eventuais interessados ausentes, incertos e desconhecidos"
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância
no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Rebeca Acosta Maximo, Estagiário, conferi e digitei.Por ordem do MMª de Juiz de Direito.
Piraquara, 14 de julho de 2023.
Rebeca Acosta Maximo
Estagiária
Por ordem do MMª de Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIOS: MAURÍCIO BERNARDI , RÉUS NÃO LOCALIZADOS, BEM COMO, SEUS HERDEIROS OU
SUCESSORES E TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS
PRAZO DE 30 dias úteis
O Juiz de Direito , da Vara Cível de Piraquara, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento
dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0003365-
95.2007.8.16.0034, em que é autor JORGE LUIS DA SILVA, e réu ESPÓLIO DE IVANY MOREIRA, e que por este edital
procede a deCITAÇÃO MAURÍCIO BERNARDI , RÉUS NÃO LOCALIZADOS, BEM COMO, SEUS HERDEIROS OU
eventuais , para que, no prazo de 15 (quinze) dias,SUCESSORES E terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos

ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do referente ao imóvel: [Arca localizado nopedido de usucapião
quadro urbano de Piraquara Paraná. AREA= 9.558,00m2 De propriedade do Sr° JORGE LUIS DA SILVA -FAZ FRENTE COM
A RUA ORLANDO SANTANDER FRANCISCO E MEDE 108,00nietros -PELO LADO DIREITO DE QUEM OLHA DA RUA
MEDE 88,50metros E CONFRONTA COM AREA DE PROPRIEDADE ALMIR GOMES TEIXEIRA -PELO LADO ESQUERDO
DE QUEM OLHA DA RUA MEDE 88,50metros E CONFRONTA COM AREA DE PROPRIEDADE DE MAURICIO BERNARDI E
RUBENS RAVAGLIO NOS FUNDOS DE QUEM DA RUA OLHA MEDE 108,00metros E CONFRONTA COM A RUA
GILBERTO NASCIMENTO (OBS. O LOTE SE ENCONTRA A 9 Km DA NASCENTE DO RIO IGUAÇU)], nos termos do art.
259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: "Expeça-
se mandado para citação do atual ou eventual ocupante do imóvel do confrontante Maurício Bernart, conforme endereço de
.mov.76. Se restar infrutífera a citação, expeça-se edital para citação da referida pessoa"
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância
no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Rebeca Acosta Maximo, Estagiário, conferi e digitei.
Piraquara, 28 de agosto de 2023.
Ana Paula Pereira Bitencourt
Analista Judiciária

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIOS: RÉUS NÃO LOCALIZADOS, BEM COMO, HERDEIROS OU SUCESSORES E TERCEIROS
INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS
PRAZO DE 30 dias úteis
O Juiz de Direito , da Vara Cível de Piraquara, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento
dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0007551-
10.2020.8.16.0034, em que são autores MARLENE APARECIDA ALVES PIETRALA, CLAUDINOR PIETRALA, e réu
SEBASTIÃO DE OLIVEIRA, e que por este procede a deedital CITAÇÃO RÉUS NÃO LOCALIZADOS, BEM COMO,
eventuais , para que, no prazo deHERDEIROS OU SUCESSORES E terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos
15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do referente ao imóvel: [Trata-pedido de usucapião
se de um terreno urbano, determinado Lote 11 Quadra 56, JD. SANTA MONICA, com área de 494,00 metros quadrados,
localizado na Rua coronel Machado Lopes, no Município de Piraquara PR], nos termos do art. 259 do Código de Processo
Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: "Por edital, com prazo de 30 dias,
citem-se os réus (inclusive os não localizados nas diligências já determinadas) e os eventuais interessados ausentes, incertos
.e desconhecido"
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância
no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Rebeca Acosta Maximo, Estagiário, conferi e digitei.
Piraquara, 28 de agosto de 2023.
Ana Paula Pereira Bitencourt
Analista Judiciária

PITANGA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): SIBELE LUZIA FABRI
PRAZO DE 15 DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Gabriel Ribeiro de Souza Lima, da Vara Cível de Pitanga, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Alienação Fiduciária, sob nº 0001245-39.2022.8.16.0136, em que é(são) exequente(s) SIBELE LUZIA FABRI, e executado(s) BANCO J. SAFRA S.A, USEBENS SEGUROS S/A, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovente SIBELE LUZIA FABRI**, portador(a) do CPF 208.477.691-00. Desta forma, se procede por meio deste edital sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 15 (quinze) dias**, efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 1.782,60 (Mil, setecentos e oitenta e dois reais e sessenta centavos), sob pena de protesto, conforme advertências abaixo.**ADVERTÊNCIA**: O não pagamento dos valores importará emissão de Certidão de Crédito Judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos arts. 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial do TJPR -, sem prejuízo da inclusão do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito (SPC/SERASA).
Após o encaminhamento da Certidão de Crédito Judicial para protesto, o pagamento do débito deverá ser efetuado, **exclusivamente:a)** durante o tríduo previsto no art. 12 da Lei nº 9.492/1997, no Tabelionato de Protesto de Títulos competente;**b)** após a lavratura do protesto, por meio de guia pós-protesto emitida no Portal do TJPR.A baixa do protesto ocorrerá somente depois da quitação dos emolumentos e demais despesas perante o respectivo Tabelionato de Protesto de Títulos.Eu, Thiago Rodrigo Martins, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Pitanga, 04 de setembro de 2023.
Thiago Rodrigo Martins
Analista Judiciário
Por ordem do(a) MM. Juiz(a) *(Assinatura autorizada pelo Decreto Judiciário nº 257/2021)*

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 30 DIAS O(A) Juiz(íza) de Direito Márcio Iglesias de Souza Fernandes, da Vara de Família e Sucessões de Pitanga, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Alvará Judicial - Lei 6858/80, assunto Administração de herança, sob nº 0000623-23.2023.8.16.0136, em que é(são) autor(es) GABRIEL KRUPEK, ZILDA MOREIRA KRUPEK, FELIPE KRUPEK, e réu(s) ESTE JUÍZO,e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) , motivo pelo qual, se procede por meio deste sua para tomar ciência da existência dosparte(s) CITAÇÃO presentes autos, e querendo apresente impugnação, no prazo legal. Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado.Eu, Vanessa Romero Donaire, Analista Judiciário, conferi e digitei.Pitanga, 06 de setembro de 2023. Vanessa Romero Donaire Chefe de Secretaria : O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO .https://portal.tjpr.jus.br/proju

---

PONTA GROSSA

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE PONTA GROSSA
1ª VARA CRIMINAL DE PONTA GROSSA - PROJUDI
Rua Doutor Leopoldo Guimarães da Cunha, 590 - Fórum da Justiça Comum Estadual - Oficinas - Ponta Grossa/PR - CEP: 84.035-900 - Fone: (42) 3309-1604 - E-mail: pg-5vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): HELOISA DE FÁTIMA PEREIRA DIAS

PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Laryssa Angelica Copack Muniz, da 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo, assunto Desacato , sob nº 0032675-74.2019.8.16.0019, em que é(são) autor(es) réu(s) HELOISA DE FÁTIMA PEREIRA DIAS, e vítima ESTADO DO PARANA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido HELOISA DE FÁTIMA PEREIRA DIAS, portador(a) do RG 13767510 SSP/PR e CPF 499.959.558-30, nascido(a) em 27/05/1998, natural de PONTA GROSSA, filho(a) de MARIA APARECIDA PEREIRA DIAS e ALDEVINO DE JESUS DIAS,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 331 - DESACATO, Detenção: 6 meses a 2 anos oferecida em 13/02/2020 e recebida em , conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " Aos 13 dias do mês de fevereiro do ano 2020, neste Juizado Especial Criminal, aberta a audiência, após pregão das partes, verificou-se ausente a noticiada. Na sequência, manifestou-se o Ministério Público, através de sua Promotora de Justiça, nos seguintes termos: "MM Juiz(a): Teve início este termo circunstanciado para apurar a prática, em tese, dó, delito de desacato, ocorrido em 13 de setembro de de 2019, imputado a Heloísa de Fátima Pereira Dias. Expedido mandado de intimação a noticiada no mov. 26.1 (rua Professora Judite Macedo Silveira, nº 1098, Olarias, Ponta Grossa), retornou negação no mov. 28.1 (mudou-se). É o relato do essencial. Quando ouvida na delegacia, a noticiada forneceu o endereço da rua Professora Judite Macedo Silveira, nº 10 Olarias, em Ponta Grossa, para onde foi enviado mandado de intimação, negativo, toma a certidão de "mudou-se". A busca de endereço feito pela PJ no SIEL e COPEL foi sem resultados; o INFOJUD apontou a rua Rivadavia Barbosa Bargas, 410, Itararé-SP, demandádo a expedição de carta precatória mesmo sabendo que dificilmente a noticiada; será encontrada. Se, acaso encontrada para citação, nada impede aplicar o artigo 79 da Lei 9099/25. ";E à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Augusto Stremel Dantas, Estagiário de Direito, digitei e eu Ismenia Bento de Almeida Mello, conferi**Ponta Grossa, 28 de agosto de 2023.**

Laryssa Angelica Copack Muniz

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de Intimação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): JEFERSON MENDES DA SILVA JUNIOR

PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Laryssa Angelica Copack Muniz, da 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Especial da Lei Antitóxicos, assunto Tráfico de Drogas e Condutas Afins, sob nº 0008704-89.2021.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) EVELYN RAYLANE LESNIAK, JEFERSON MENDES DA SILVA JUNIOR, e vítima Estado do Paraná, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido JEFERSON MENDES DA SILVA JUNIOR, portador(a) do RG 144678150 SSP/PR e CPF 120.394.569-88, nascido(a) em 28/07/2000, natural de PONTA GROSSA, filho(a) de CRISTINA ZAK DA SILVA e JEFERSON MENDES DA SILVA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **NOTIFICAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, como incurso nas penas do art. 33 da Lei nº 11.343/2006 (Lei de Tóxicos), conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "No dia 12 de abril de 2021, por volta das às 10h00, na praça do Ponto Azul (Barão do Rio Branco), localizada na Rua Augusto Ribas, Centro, neste Município e Comarca de Ponta Grossa/PR, o compromissário JEFERSON MENDES DA SILVA JUNIOR, com consciência e vontade, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, trazia consigo, no bolso de seu moletom, com finalidade diversa do consumo pessoal, 04g (quatro gramas) de maconha, divididas em 02 (dois) invólucros plásticos e 01g (uma grama) de crack, dividida em 17 (dezessete) pedras e embaladas em papel-alumínio, além de R$ 87,10 (oitenta e sete reais e dez centavos) em nota diversas, conforme boletim de ocorrência nº 2021/373233 (movimento 1.2), auto de constatação provisória de droga (movimento 1.10), auto de exibição e apreensão (movimento 1.8) e declarações (movimentos 1.4 e 1.6). As substâncias entorpecentes em tela causam dependência física ou psíquica, cuja posse e comercialização é proscrita no país, de acordo com a Portaria nº 344/98, da Secretaria da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Extrai-se do feito que a equipe policial percebeu que o compromissário, tão logo visualizou a viatura, arremessou objeto ao chão. Constatou-se, ademais, que o denunciado estava em companhia de Evelyn Raylane Lesniak. Diante da suspeita, foi realizada a abordagem no casal. Em busca pessoal, nada de ilícito foi encontrado com Evelyn, porém, JEFERSON trazia consigo a quantidade de maconha mencionada, sendo constatado que o objeto arremessado ao chão se tratava de crack. " E à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, **arguir preliminares e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e arrolar testemunhas, até o número de 5 (cinco)**. Se a resposta não for apresentada no prazo estipulado, o(a) Magistrado(a) nomeará defensor(a) público. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

Eu, Augusto Stremel Dantas, Estagiário de Direito, digitei e eu Jesuel Mendes de Lima, Analista Judiciário, conferi**Ponta Grossa, 29 de agosto de 2023.**

Laryssa Angelica Copack Muniz

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

DESTINATÁRIO(A)(S): JOSEMAICON FERREIRA

PRAZO DE 90 DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Gilberto Romero Perioto, da 2ª Vara Criminal de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal de Competência do Júri, assunto Homicídio Qualificado, sob nº 0039158-18.2022.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JOSEMAICON FERREIRA, e vítima EVERALDO JUNIOR ROSA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido **JOSEMAICON FERREIRA, portador(a) do RG 142651653 SSP/PR e CPF 093.044.429-90, nascido(a) em 17/04/1996, natural de PONTA GROSSA/PR, filho(a) de NEYDICLEIA FERREIRA e JOCIMAR FERREIRA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **pronunciado** nas sanções do ART 121 - HOMICIDIO SIMPLES, Reclusão: 6 a 20 anos, artigo 121, caput, do Código Penal na data de 03/08/2023 e para que seja submetido a julgamento pelo Egrégio Tribunal do Júri desta Comarca de Ponta Grossa/PR, tudo na forma do que dispõe o art. 413 do Código de Processo Penal, e de que possui o **prazo de 5 (cinco) dias** para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, CAMILA VANESSA ROSA PEREIRA, Técnica Judiciária, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 03 de setembro de 2023.**

Gilberto Romero Perioto

Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E IDOSOS

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): LAUDECI FERREIRA

PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Luiz Carlos Fortes Bittencourt, da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente, sob nº 0006137-22.2020.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) LAUDECI FERREIRA, e vítima E C C F, L F F, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido LAUDECI FERREIRA, portador(a) do RG 61792015 SSP/PR e CPF 014.766.739-93, nascido(a) em 13/12/1972, natural de PONTA GROSSA, filho(a) de CECILIA FERREIRA e DERCI FERREIRA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **recebimento de denúncia** em seu desfavor, ART 32 - PRATICA DE ABUSO, MAUS TRATOS CONTRA ANIMAIS, Detenção: 3 meses a 1 ano E Multa ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses ART 21 - VIAS DE FATO, Prisão Simples: 15 dias a 3 meses ART 65 - PERTURBACAO DA TRANQUILIDADE, Prisão Simples: 15 dias a 2 meses ART 232 - SUBMETER A CRIANCA/ADOLESCENTE A VEXAME,

Detenção: 6 meses a 2 anos ART 329 - RESISTENCIA, Detenção: 2 meses a 2 anos ART 147 - AMEACA, Detenção: 1 a 6 meses oferecida em 22/07/2020 e recebida em 22/03/2021, conforme descrição do fato transcrito na denúncia:"[...] PRIMEIRO FATO Aos 16 de fevereiro de 2020, por volta das 12h00min, na residência localizada na Rua Engenheiro Gilberto Kuhn, n° 94, lote 50, Bairro Contorno, neste município e Comarca de Ponta Grossa/PR, o denunciado LAUDECI FERREIRA, com representação e vontade para a prática do ilícito, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, praticou ato de ferir animais domésticos, no caso um cachorro de propriedade de Eliane Cristina de Cassia Florenski, sua ex-convivente, na medida em desferiu chutes contra o animal, conforme boletim de ocorrência de mov. 1.12, e termo de declaração de mov. 1.5. SEGUNDO FATO Ato contínuo, o denunciado LAUDECI FERREIRA, com representação e vontade para a prática do ilícito, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, prevalecendo-se das relações domésticas, familiares e de afeto, ameaçou a vítima E C C F, sua ex-convivente, de modo a causar-lhe mal injusto e grave, ao proferir as seguintes palavras, segundo a mesma: "disse que ia cortar todos os fios e ia cortar a internet da declarante" (sic), além de dizer que iria matá-la, conforme boletim de ocorrência de mov. 1.12, e termo de declaração de mov. 1.5. TERCEIRO FATO Ato contínuo, o denunciado LAUDECI FERREIRA, com representação e vontade para a prática do ilícito, ciente da ilicitude e reprovabilidade de suas condutas, prevalecendo-se das relações domésticas, familiares e de afeto, praticou vias de fato contra a vítima E C C F, sua ex-convivente, ao desferir um chute em suas costas, conforme boletim de ocorrência de mov. 1.12, termos de depoimento de movs. 1.3 e 1.4, e termo de declaração de mov. 1.5. QUARTO FATO Ato contínuo, o denunciado LAUDECI FERREIRA, com representação e vontade para a prática do ilícito, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, prevalecendo-se das relações domésticas, familiares e de afeto, perturbou a tranquilidade da vítima E C C F, sua ex-convivente, por acinte e por motivo reprovável, em decorrência de conflitos familiares, ao subir no telhado da residência da vítima e remover telhas da casa, conforme boletim de ocorrência de mov. 1.12, termos de depoimento de movs. 1.3 e 1.4, e termo de declaração de mov. 1.5. QUINTO FATO Ato contínuo, o denunciado LAUDECI FERREIRA, assumindo o risco de produzir ou não se importando com a produção do resultado, ciente da ilicitude e reprovabilidade de suas condutas, submeteu Lidiane Florenski Ferreira, com 17 (dezessete) anos de idade à época dos fatos, pois nascida aos 11 de maio de 2002 (conforme ficha de identificação acostada ao mov. 24.4), e L.F, com 07 (sete) anos de idade à época dos fatos (com documento de identificação a ser acostado ao longo da instrução processual), suas filhas, que estavam sob sua autoridade e guarda, a vexame e constrangimento, na medida em que, na presença das infantes, praticou as condutas narradas no "Segundo, Terceiro e Quarto Fatos" contra a genitora delas, conforme termo de declaração de mov. 1.5. SEXTO FATO Ato contínuo, o denunciado LAUDECI FERREIRA, com representação e vontade para a prática do ilícito, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, opôs-se à execução de ato legal por parte dos guardas municipais Tiago Rodrigues Furtado e Marcelo Teixeira Biscaia, que atenderam a ocorrência supracitada e se encontravam no exercício de suas funções, mediante ameaça consistente em proferir as seguintes palavras, segundo os guardas municipais: "ameaçou a equipe dizendo que era do PCC, que tinha guardado os nomes da equipe e que quando saísse iria pegar a equipe" (sic), conforme boletim de ocorrência de mov. 1.12 e termos de depoimento de movs. 1.3 e 1.4. SÉTIMO FATO Ato contínuo, o denunciado LAUDECI FERREIRA, com representação e vontade para a prática do ilícito, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, prevalecendo-se das relações domésticas, familiares e de afeto, ameaçou a vítima E C C F, sua ex-convivente, de modo a causar-lhe mal injusto e grave, ao proferir as seguintes palavras: "eu vou te pegar quando sair, pode esperar" (sic), conforme boletim de ocorrência de mov. 1.12, termos de depoimento de movs. 1.3 e 1.4 e termo de declaração de mov. 1.5. Assim agindo, o denunciado LAUDECI FERREIRA praticou, em tese, as condutas típicas e antijurídicas descritas no art. 32, da Lei nº 9.605/98 ("Primeiro Fato"); no art. 147, cc. art. 61, II, "f", ambos do Código Penal, cc. arts. 5º e 7º, ambos da Lei n.º 11.340/2006 ("Segundo Fato"); no art. 21, do DecretoLei n.º 3.688/41, cc. art. 61, II, "f", do Código Penal, cc. arts. 5º e 7º, ambos da Lei n.º 11.340/2006 ("Terceiro Fato"); no art. 65, do Decreto-Lei nº 3.688/41, cc. art. 61, II, "f", do Código Penal, cc. arts. 5º e 7º, ambos da Lei n.º 11.340/2006 ("Quarto Fato"); no art. 232, da Lei n° 8.069/90, cc. art. 70, segunda parte, do Código Penal ("Quinto Fato"); no art. 329, cc. art. 70, ambos do Código Penal ("Sexto Fato"); e no art. 147, cc. art. 61, II, "f", ambos do Código Penal, cc. arts. 5º e 7º, ambos da Lei n.º 11.340/2006 ("Sétimo Fato"), tudo na forma do art. 69, do Código Penal [...]", e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Marcia Cristina Coradin Folda, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 05 de setembro de 2023.**

Luiz Carlos Fortes Bittencourt

Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): ISAAC MELO DE OLIVEIRA

PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Luiz Carlos Fortes Bittencourt, da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Divulgação de cena de estupro, sexo ou pornografia, sob nº 0041651-70.2019.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ISAAC MELO DE OLIVEIRA, e vítima V C, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido ISAAC MELO DE OLIVEIRA, portador(a) do RG 158040891 SSP/PR e CPF 887.356.992-72, nascido(a) em 11/11/1984, natural de MANAUS, filho(a) de BELONIZIA MELO DIAS DE OLIVEIRA e PEDRO DEMETRIO DE OLIVEIRA,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **recebimento de denúncia** em seu desfavor, ART 65 - PERTURBACAO DA TRANQUILIDADE, Prisão Simples: 15 dias a 2 meses ART 218-C - Se o crime é praticado por agente que mantém ou tenha mantido relação íntima de afeto com a vítima ou com o fim de vingança ou humilhação, Reclusão: 1 ano e 4 meses a 8 anos e 4 meses oferecida em 06/11/2020 e recebida em 05/04/2021, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "[...] PRIMEIRO FATO Em data, horário e endereço não especificados nos autos, mas certamente no mês de maio de 2018, no município e Comarca de Manaus/AM, o denunciado ISAAC MELO DE OLIVEIRA, com representação e vontade para a prática do ilícito, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, prevalecendo-se das relações domésticas, familiares e de afeto, perturbou a tranquilidade da vítima Valdete Cardozo, sua convivente, por acinte e por motivo reprovável, em decorrência de conflitos familiares, ao fotografar a vítima, a qual encontrava-se vestida apenas com lingerie, sem seu consentimento, conforme boletim de ocorrência de mov. 1.3 e termo de declaração de mov. 1.4. SEGUNDO FATO No dia 06 de fevereiro de 2019, por volta das 18h50min, em local não especificado nos autos, mas certo que neste município e Comarca de Ponta Grossa/PR, o denunciado ISAAC MELO DE OLIVEIRA, com representação e vontade para a prática do ilícito, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, prevalecendo-se das relações domésticas, familiares e de afeto, por ao menos sete vezes, disponibilizou, transmitiu, distribuiu, publicou e divulgou, por meio de sistema de informática, no caso, comentários em publicações na rede social Facebook, fotografias contendo cenas de nudez, sem o consentimento da vítima Valdete Cardozo, sua exconvivente, com quem manteve relação íntima de afeto, conforme boletim de ocorrência de mov. 1.3, termo de declaração de mov. 1.4 e fotocópias de capturas de tela apresentadas pela vítima, acostadas ao mov. 1.5. Consta que o crime se deu com os fins de vingança, na medida em que o denunciado não aceitava o término do relacionamento, e de humilhação, sendo o propósito do denunciado de embaraçar a imagem da vítima diante de seus familiares e amigos, a ponto de afirmar : "Vcs não sabem quel é a verdadeira Valdete", "Vão ver agora quem é essa pessoa", "como é o caráter dela", "se ela têm respeito" e "se é uma mulher de família" (sic), conforme fotocópias de capturas de tela de mov. 1.5 Assim agindo, o denunciado ISAAC MELO DE OLIVEIRA praticou, em tese, as condutas típicas e antijurídicas descritas no art. 65 do DecretoLei nº 3.688/41 cc. art. 61, II, "f", do Código Penal, cc. arts. 5º e 7º, ambos da Lei n.º 11.340/2006 ("Primeiro Fato"); e no art. 218-C, § 1º, cc. art. 61, II, "f", do Código Penal cc. arts. 5º e 7º, ambos da Lei nº 11.340/2006 ("Segundo Fato"), tudo na forma do art. 69 do Código Penal [...]"; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Marcia Cristina Coradin Folda, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 05 de setembro de 2023.**

Luiz Carlos Fortes Bittencourt

Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): WIVERSON PAULO BONATO SCHIEBELBEIN

PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Luiz Carlos Fortes Bittencourt, da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Lesão Cometida em Razão da Condição de Mulher, sob nº 0029996-72.2017.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) WIVERSON PAULO BONATO SCHIEBELBEIN, e vítima V K, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido WIVERSON PAULO BONATO SCHIEBELBEIN, portador(a) do RG 83600691 SSP/PR e CPF 048.724.619-59, nascido(a) em 06/01/1984, natural de PONTA GROSSA/PR, filho(a) de ROSANGELA BONATO SCHIEBELBEIN e LUIS ANTONIO RODRIGUES SCHIEBELBEIN,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **recebimento de denúncia** em seu desfavor, ART 129 - LESAO CORPORAL - VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR, Detenção: 3 meses a 3 anos, Com aplicação da Lei 11.340/06. oferecida em 15/05/2023 e recebida em 15/05/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "[...] No dia 30 de julho de 2017, por volta das 18h00min, na residência localizada na Rua Maria de Lurdes Primor, n. 127, bairro Uvaranas, no Município de Ponta Grossa/PR, o denunciado WIVERSON PAULO BONATO SCHIEBELBEIN, com representação e vontade para a prática do ilícito, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, prevalecendo-se das relações domésticas, familiares e de afeto, com intenção de lesionar, ofendeu a integridade corporal da vítima V K , sua ex-esposa, ao empurrá-la e desferir socos e cotoveladas em seu corpo, fatos que resultaram em lesões corporais leves consistentes em: "1) Equimose

em face 1cm de diâmetro; 2) Equimose em punho direito com 2cm de diâmetro; 3) Equimose em punho esquerdo com 2cm de diâmetro", conforme laudo do exame de lesões corporais de nº 1721/2017 (mov. 63.15), termos de depoimento de (mov. 1.3, 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7) e boletim de ocorrência de mov. 63.9. Assim agindo, o denunciado WIVERSON PAULO BONATO SCHIEBELBEIN praticou, em tese, a conduta típica e antijurídica descritas no art. 129, § 9º, do Código Penal cc. arts. 5º e 7º da Lei nº 11.340/2006[...]"; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Marcia Cristina Coradin Folda, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 05 de setembro de 2023.**

Luiz Carlos Fortes Bittencourt

Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): ISAAC MAURICIO PINHEIRO

PRAZO DE 30 (TRINTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Alessandra Pimentel , da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0032740-06.2018.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ISAAC MAURICIO PINHEIRO, e vítima H B B, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido ISAAC MAURICIO PINHEIRO, portador(a) do RG 65896486 SSP/PR e CPF 550.390.579-20, nascido(a) em 22/02/1968, natural de PONTA GROSSA, filho(a) de PAULINA BYCHINSKI PINHEIRO e ISAIAS PINHEIRO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e eventual pena de multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Marcia Cristina Coradin Folda, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 06 de setembro de 2023.**

Alessandra Pimentel

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇADESTINATÁRIO(A)(S): RODRIGO WIENIESKY

PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Luiz Carlos Fortes Bittencourt, da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Ameaça , sob nº 0022775-33.2020.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) RODRIGO WIENIESKY, e vítima N E W, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido RODRIGO WIENIESKY, portador(a) do RG 8701767 SSP/PR e CPF 051.578.679-99, nascido(a) em 07/09/1985, natural de PONTA GROSSA/PR, filho(a) de LAURA VISBISKI WIENIESKY e EDARIO WIENIESKY**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** acerca da sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou **absolvido(a)**, nos seguintes termos: "[...] Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para o fim de ABSOLVER RODRIGO WIENIESKY da imputação de ameaça por ausência de provas (art. 386, inc. VII, do CPP). [...]". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Marcia Cristina Coradin Folda, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 06 de setembro de 2023.**

Luiz Carlos Fortes Bittencourt

Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃOMEDIDAS PROTETIVASDESTINATÁRIO(A)(S): RODRIGO AUGUSTO WOSNIAK JUNIOR

PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Débora Carla Portela, da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Simples, sob nº 0028548-54.2023.8.16.0019, em que é(são) autor(es) A P L, réu(s) RODRIGO AUGUSTO WOSNIAK JUNIOR, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido RODRIGO AUGUSTO WOSNIAK JUNIOR, portador(a) do RG 131998139 SSP/PR e CPF 100.105.099-17, nascido(a) em 04/06/1994, natural de PONTA GROSSA/PR, filho(a) de MARIA HELENA DOS SANTOS e RODRIGO AUGUSTO WOSNIAK**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência dos termos das **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas:"[...] com fulcro no art. 319 do CPP e na Lei Maria da Penha, aplico as seguintes medidas cautelares abaixo relacionadas: I - comparecer a todos os atos processuais e do inquérito para os quais for intimado e manutenção de endereço e telefone atualizado nos autos; II - afastamento do lar conjugal; III - proibição de aproximação e de contato com a ofendida e testemunhas e de sua residência, num limite de em 200 metros, bem como por qualquer meio de comunicação (excluindo proibição de aproximação e de contato com filhos comuns); IV - encaminhamento do indiciado para participação de programa de recuperação e reeducação voltado à violência doméstica e familiar contra a mulher. [...] Fica advertido o acusado de que no caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, poderá ocorrer substituição e /ou aplicação de outras ou, até mesmo, ser decretada a sua prisão preventiva e restar caracterizada a prática de novo crime. [...]". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Marcia Cristina Coradin Folda, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 06 de setembro de 2023.**

Débora Carla Portela

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃOMEDIDAS PROTETIVASDESTINATÁRIO(A)(S): MATEUS PRESTES SLOBODA

PRAZO DE 15 dias corridosO(A) Juiz(íza) de Direito Luiz Carlos Fortes Bittencourt, da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal, assunto Contra a Mulher, sob nº 0029151-30.2023.8.16.0019, em que é(são) autor(es) B L S S, réu(s) MATEUS PRESTES SLOBODA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido MATEUS PRESTES SLOBODA, portador(a) do RG 108067810 SSP/PR e CPF 124.532.599-03, nascido(a) em 02/11/2001, natural de RESERVA, filho(a) de MARLEI RODRIGUES PRESTES e IRINEU SLOBODA**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para tomar ciência dos termos das **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** determinadas nos autos, que seguem parcialmente transcritas:"[...] Assim, aplico as medidas protetivas de urgência previstas no art. 22 da Lei nº 11.340/06, ou seja: i) proibição de se aproximar da ofendida, bem como da residência dela, pelo limite mínimo de 200 metros de distância; e iii) proibição de contatar com a vítima e seus familiares por qualquer meio de comunicação. Para a efetividade das medidas, oriento a requerente a bloquear o requerido nas redes sociais. As medidas aplicadas terão vigência, salvo deliberação em sentido contrário, pelo prazo de dez meses (contados a partir da data de intimação do noticiado). [...] Intime-se o requerido,

cientificando-o de que poderá, querendo, manifestar-se no prazo de dez dias e de que, em caso de descumprimento da medida protetiva, estará sujeito à prisão preventiva e instauração de inquérito policial por crime previsto no art. 24-A da Lei 11.340/06 [...]". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Marcia Cristina Coradin Folda, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 06 de setembro de 2023.**

Luiz Carlos Fortes Bittencourt

Juiz de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): CARLOS HENRIQUE CARDOSO

PRAZO DE 30 (TRINTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Débora Carla Portela, da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Contra a Mulher, sob nº 0035072-77.2017.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) CARLOS HENRIQUE CARDOSO, e vítima J F S, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido CARLOS HENRIQUE CARDOSO, portador(a) do RG 91319381 SSP/PR e CPF 077.129.749-18, nascido(a) em 20/11/1987, natural de PONTA GROSSA, filho(a) de MARLENE ALMEIDA MAIA e ANTONIO MARTINS CARDOSO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e eventual pena de multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Marcia Cristina Coradin Folda, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 05 de setembro de 2023.**

Débora Carla Portela

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): ANTONIO CARLOS DAESK

PRAZO DE 30 (TRINTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Alessandra Pimentel , da Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Vara de Crimes Contra Crianças, Adolescentes e Idosos de Ponta Grossa, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário, assunto Vias de fato, sob nº 0036930-12.2018.8.16.0019, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) ANTONIO CARLOS DAESK, e vítima D R V F , e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido ANTONIO CARLOS DAESK, portador(a) do RG 60442649 SSP/PR e CPF 844.493.579-49, nascido(a) em 12/12/1971, natural de PONTA GROSSA, filho(a) de CARMELINA DAESK**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e eventual pena de multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Marcia Cristina Coradin Folda, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Ponta Grossa, 05 de setembro de 2023.**

Alessandra Pimentel

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE PONTA GROSSA - PARANÁ
SECRETARIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 590 - Oficinas
Fone (42) 3309-1793
e-mail: pg-11vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO JUSTIÇA GRATUITA

A EXCELENTÍSSIMA DOUTORA **NOELI SALETE TAVARES REBACK**, JUÍZA DE DIREITO DA SECRETARIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DESTA COMARCA DE PONTA GROSSA/PR, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL AQUELAS CONFERIDAS PELA LEI N. º 8069/90.

Faz saber a todos que virem este Edital e dele tiver conhecimento, que tramitam neste Juízo autos de **Guarda de Infância e Juventude nº 0023198-85.2023.8.16.0019** e, considerando constar nos referidos autos a informação de que os genitores da criança L.E.F.M., encontram-se em local incerto e não sabido, é expedido o presente **EDITAL PARA CITAÇÃO** dos requeridos **JONATHAN DE MATTOS SANTOS**, (brasileiro, nascido em 13/05/1996, filho de Rosicler de Mattos e Jocimar Cabral Santos, inscrito no CI/RG nº 132573727SSP/PR CPF 096.932.419-75) e **TATIANE FERREIRA** (brasileira, nascida em 04/10/1984, filha de Lourdes Rosa Ferreira, inscrita no CI/RG nº 88547438 SSP/PR e sob o CPF nº 051.722.589-14), com o prazo de 10 (dez) dias, a fim de que, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, ofereçam resposta escrita, indicando provas a serem produzidas e oferecendo, desde logo, rol de testemunhas e documentos, nos termos do artigo 158 do Estatuto da Criança e do Adolescente c/c artigo 257 do Código de Processo Civil sob pena de, não fazendo serem considerados e aceitos os fatos articulados na inicial. E, para que cheguem aos seus conhecimentos e ignorância no futuro não possam alegar, é expedido o presente Edital para Citação, que será publicado no Diário Oficial da Justiça e afixado no local de costume deste Fórum. **CUMPRA-SE**

Ponta Grossa/PR, 01 de setembro de 2023. Eu, Franciane Manosso de Castro, Técnica Judiciária, que o digitei e conferi.

(assinado digitalmente)

NOELI SALETE TAVARES REBACK

Juíza de Direito

PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE PONTA GROSSA - PARANÁ
SECRETARIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 590 - Oficinas
Fone: (42) 3309-1793
e-mail: pg-11vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO JUSTIÇA GRATUITA

A EXCELENTÍSSIMA DOUTORA **NOELI SALETE TAVARES REBACK**, JUÍZA DE DIREITO DA SECRETARIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DESTA COMARCA DE PONTA GROSSA/PR, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL AQUELAS CONFERIDAS PELA LEI N.º 8069/90;

Faz saber a todos que virem este Edital e dele tiver conhecimento, que tramitam neste Juízo autos de **Perda ou Suspensão do Poder Familiar nº 0029214-55.2023.8.16.0019** e, considerando constar nos referidos autos a informação de que a genitora das adolescentes M.L.D.R.L. e N.L.D.R.L., encontra-se em local incerto e não sabido, é expedido o presente **EDITAL PARA CITAÇÃO** da requerida **PATRICIA APARECIDA DA ROCHA LEAL,** brasileira, nascida em 27/01/1979, filha de Rosa da Rocha Leal e Waldomiro de Souza Leal, inscrita sob o CI/RG nº 11.146.739-0 e sob o CPF nº 082.668.319-39 com o prazo de 10 (dez) dias, a fim de que, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, ofereça resposta escrita, indicando provas a serem produzidas e oferecendo, desde logo, rol de testemunhas e documentos, nos termos do artigo 158 do Estatuto da Criança e do Adolescente, sob pena de, não o fazendo, ser destituída do poder familiar e considerados aceitos os fatos articulados na inicial. E, para que chegue ao seu conhecimento e ignorância no futuro não possam alegar, é expedido o presente Edital para Citação, que será publicado no Diário Oficial da Justiça e afixado no local de costume deste Fórum.

CUMPRA-SE.

Ponta Grossa/PR, aos 4 de setembro de 2023. Eu, Franciane Manosso de Castro, Técnica Judiciaria, que o digitei e conferi.

(assinado digitalmente)

NOELI SALETE TAVARES REBACK
Juíza de Direito

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE PONTA GROSSA - PARANÁ
SECRETARIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
Rua Leopoldo Guimarães da Cunha, 590 - Oficinas
Fone (42) 3309-1793
E-mail: **pg-11vj-s@tjpr.jus.br**

EDITAL DE INTIMAÇÃO

JUSTIÇA GRATUITA

A EXCELENTÍSSIMA DOUTORA **NOELI SALETE TAVARES REBACK** JUÍZA DE DIREITO DA SECRETARIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DESTA COMARCA DE PONTA GROSSA/PR, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, EM ESPECIAL AQUELAS CONFERIDAS PELA LEI N. º 8069/90;

Faz saber a todos que virem este Edital e dele tiverem conhecimento, que tramitam neste Juízo Autos de **Guarda de Infância e Juventude de nº 0031438-97.2022.8.16.0019** e, considerando constar nos referidos autos a informação de que os genitores da criança I.E.M.D.S, e da adolescente P.G.M.B encontram-se em local incerto e não sabido, é expedido o presente **EDITAL PARA INTIMAÇÃO DE SENTENÇA**, dos requeridos **MICHELE RESENDE MACHADO** (brasileira, nascida em 18/07/1987, filha de Sirlei de Fatima Berger Machado e Dorival Resende Machado, inscrita no CI/RG nº 12.423.085-3 SSP/PR e sob o CPF nº 080.051.159-03) e **ALEX PINHEIRO DOS SANTOS,** brasileiro, nascido em 31/07/1993, filho de Nilceia Fernandes Pinheiro dos Santos e Esmail Pereira dos Santos, inscrito no CI/RG nº 13.435.838-6) , a fim de que, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, ofereça recurso. E, para que chegue ao seu conhecimento e ignorância no futuro não possa alegar, é expedido o presente Edital de Intimação, que será publicado no Diário Oficial da Justiça e afixado no local de costume deste Fórum.

DISPOSITIVO

"Pelos motivos expostos, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e por consequência concedo a Guarda e Responsabilidade de I.E.M.D.S e P.G.M.B. à requerente SIRLEI DE FATIMA BERGER MACHADO, o que faço com fundamento nos artigos 33, 167 e 168 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Lavre-se o respectivo termo de compromisso e responsabilidade.

Em seguida, providencie-se a assinatura da requerente via NEDDIJ, com juntada de termo em 10 (dez) dias.

Anoto, ainda, que havendo a eventual dificuldade para coleta da assinatura da parte pelas advogadas, há a possibilidade de assinatura do termo pessoalmente pelas partes na Secretaria deste Juízo, durante o horário de expediente.

Registrada no sistema Projudi.

Intime-se na forma do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sem custas e sem honorários advocatícios porque incabíveis à espécie.

Oportunamente arquive-se, com as devidas baixas, diligências e anotações necessárias, inclusive junto ao Cartório Distribuidor.".

Ponta Grossa/PR, aos cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte três. Eu, Franciane Manosso de Castro, Técnica Judiciária, que o digitei e conferi.

(assinado digitalmente)

NOELI SALETE TAVARES REBACK
JUÍZA DE DIREITO

PONTAL DO PARANÁ

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): E. dos S. J.

PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Carolina Valiati da Rosa, da Vara da Infância e da Juventude - Seção Infracional - Pontal do Paraná, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Boletim de Ocorrência Circunstanciada, assunto Crimes de Trânsito, sob nº 0001101-37.2021.8.16.0189, em que é autor do fato E. dos S. J. e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) E. dos S. J., motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO para tomar ciência de que foi proferida sentença homologando a remissão oferecida, nos termos do artigo 181, §1º do Estatuto da Criança e do Adolescente e dispensando aplicação de medidas socioeducativas, conforme solicitado pelo Ministério Público. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Marcello Budant, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Pontal do Paraná, 05 de setembro de 2023.

Carolina Valiati da Rosa Juíza de Direito

RESERVA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE RESERVA
VARA CRIMINAL DE RESERVA - PROJUDI
.
.
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
.
Processo: 0001251-40.2013.8.16.0143
Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: Estupro de vulnerável
Data da Infração: 25/03/2013
Autor(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Réu(s): JOSE CARLOS DE ARRUDA
.
.
O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Comarca de Reserva, Estado do Paraná, na forma da lei, etc.
.
FAZ SABER a todos quanto o presente edital lerem ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de 30 (trinta) dias, que não tendo sido possível intimar pessoalmente o(s) réu(s):

.
JOSE CARLOS DE ARRUDA, RG 96973799 SSP/PR, Nome do Pai: PEDRO LACERDA DE ARRUDA, Nome da Mãe: LENIR DE ARRUDA, nascido em 04/07/1980, natural de RESERVA/PR.
.
O(s) qual(is) encontra(m)-se atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente INTIMA-O(S) para que, no prazo de 10 (dez) dias, proceda o pagamento das custas processuais incidentes nos autos supramencionados, com os seguintes valores:
.
CUSTAS PROCESSUAIS: R$ 1.410,16
TOTAL: R$ 1.410,16
.
Cada réu fica INTIMADO para proceder o pagamento dentro do prazo de 10 (dez) dias, ciente que os valores podem eventualmente sofrer correção até a data do efetivo pagamento. Cada réu fica também ADVERTIDO que o não pagamento dos valores importa em emissão de certidão de crédito judicial a ser encaminhada a protesto e lançamento em dívida ativa - na forma prevista nos artigos 847 a 858 do Código de Normas do Foro Extrajudicial -, sem prejuízo da inclusão do nome dos devedores nos órgãos de proteção ao crédito (SPC/SERASA) e comunicação aos órgãos competentes para eventual execução de valores.
.
Nada mais. Reserva, 6 de setembro de 2023.
.
.
Pedro Toaiari de Mattos Esterce
Juiz Substituto

RIBEIRÃO CLARO

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Cível

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS O(A) Juiz(íza) de Direito Amin Abil Russ Neto, da Vara Cível de Ribeirão Claro, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Nomeação, sob nº 0000505-91.2021.8.16.0144, em que é(são) autor(es) MARIA BENEDITA DAS LÁGRIMAS ROSA, e réu(s) MARIA IMACULADA DA SILVA ROSA, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de MARIA IMACULADA DA SILVA ROSA, portador(a) do CPF 490.340.659-87, por sentença transitada em julgado no dia 04/04/2023, declarando o(a) interditado(a) relativamente incapaz de exercer pessoalmente alguns atos da vida civil, dentre eles, os de natureza patrimonial e negocial, e constituir como sua curadora MARIA BENEDITA DAS LÁGRIMAS ROSA, inscrita no CPF sob nº 051.674.579- 47, a quem competirá prestar contas anualmente dos atos de sua gestão, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o(a) interdito(a) conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a sentença judicial que segue parcialmente transcrita: "Pelo exposto, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial para determinar a curatela de MARIA IMACULADA DA SILVA ROSA declarando-a relativamente incapaz de exercer pessoalmente alguns atos da vida civil, dentre eles, os de natureza patrimonial e negocial, e constituir como sua curadora MARIA BENEDITA DAS LÁGRIMAS ROSA, a quem competirá prestar contas anualmente dos atos de sua gestão. Mantenhoa tutela de urgência concedida ao mov. 20.1. Após o trânsito em julgado, expeça-se termo de compromisso. Em obediência ao disposto no art. 755, § 3º, do CPC, inscrevase a presente no Registro Civil e publiquese na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Custas pela parte autora, observada a suspensão de exigibilidade decorrente de anterior concessão do benefício da gratuidade de justiça". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Ribeirão Claro, 17 de agosto de 2023. AMIN ABIL RUSS NETO JUIZ DE DIREITO

RIO BRANCO DO SUL

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação - Cível

Adicionar um(a) ConteúdoEDITAL DE CITAÇÃO Nº 04/2023 DESTINATÁRIO(A): DANIEL PADILHA DE LIMA PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS A Dra. Sígret Heloyna R. de Camargo Vianna, MM.ª Juíza de Direito da Vara da Família e Sucessões da Comarca de Rio Branco do Sul, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento, que tramitam neste Juízo e Cartório da Vara de Família e Sucessões de Rio Branco do Sul, os autos da Ação de Alimentos nº 0000813-24.2020.8.16.0125, em que figura como autor(a) J.P.L.N, representado(a) por TEREZINHA APARECIDA DA COSTA e réu DANIEL PADILHA DE LIMA, e que não foi possível localizar pessoalmente a parte ré DANIEL PADILHA DE LIMA, inscrito no CPF/MF nº 086.253.989-79, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua CITAÇÃO para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, oferecer contestação, através de Advogado ou Defensor Dativo, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato, na forma dos artigos 250, II, 335 e 344 do Código de Processo Civil. Ainda, é o presente a fim de proceder a INTIMAÇÃO da parte ré dos termos da tutela concedida, a saber: "(...) defiro parcialmente a liminar postulada para arbitrar alimentos provisórios no valor correspondente a 30% (trinta por cento) do valor atual do salário mínimo nacional, a ser pago a partir da data da citação e que deverá ser efetuado até o quinto dia de cada mês, mediante recibo, diretamente à genitora ou por meio de depósito bancário". Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do CPC, que será publicado. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Carine Casanova Puquevicz, Analista Judiciária, conferi e digitei. (assinado digitalmente - art. 2º da Lei 11.419/2006) Sígret Heloyna R. de Camargo Vianna Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico: https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

Adicionar um(a) ConteúdoEDITAL DE CITAÇÃO Nº 03/2023 DESTINATÁRIO(A): DIEGO BUENO MACHADO PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS A Dra. Sígret Heloyna R. de Camargo Vianna, MM.ª Juíza de Direito da Vara da Família e Sucessões da Comarca de Rio Branco do Sul, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele tiverem conhecimento, que tramitam neste Juízo e Cartório da Vara de Família e Sucessões de Rio Branco do Sul, os autos da Ação de Divórcio nº 0000977-83.2021.8.16.0147, em que figura como autora JUCIANE DE OLIVEIRA LOURENÇO e réu DIEGO BUENO MACHADO, e que não foi possível localizar pessoalmente a parte ré DIEGO BUENO MACHADO, inscrito no CPF/MF nº 068.264.469-28, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua CITAÇÃO para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, oferecer contestação, através de Advogado ou Defensor Dativo, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato, na forma dos artigos 250, II, 335 e 344 do Código de Processo Civil. Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do CPC, que será publicado. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Carine Casanova Puquevicz, Analista Judiciária, conferi e digitei. (assinado digitalmente - art. 2º da Lei 11.419/2006) Sígret Heloyna R. de Camargo Vianna Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico: https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

RIO NEGRO

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE RIO NEGRO
VARA CÍVEL DE RIO NEGRO - PROJUDI
Rua Lauro Pôrto Lopes, 35 - em frente ao Colégio Caetano - Centro - Rio Negro/PR -

CEP: 83.880-000 - Fone: (47) 3642-4816 - E-mail: casc@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 20 DIAS

Destinatários- os réus em lugar incerto,eventuais interessados ausentes, incertos e desconhecidos, confrontantes, Lourdes de Oliveira Kuhl, MARIA APARECIDA DE ABREU, ZITA KUHL, Luiz de Abreu, EDINOR KUHL, Rodrigo Monteiro, ALBARI JORGE DE OLIVEIRA, bem como seus respectivos cônjuges ou os sucessores, se for o caso.

O Juiz de Direito, Alexandro Cesar Possenti, da Vara Cível de Rio Negro, Estado do Paraná, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Usucapião registrado sob o número 0003459-36.2023.8.16.0146, autuado em 31/08/2023 16:16:47, em que é(são) requerente(s) Mercedes Pereira da Silva, , e requerido(s) ZITA KUHL, MARIA APARECIDA DE ABREU, EDINOR KUHL, Luiz de Abreu, Lourdes de Oliveira Kuhl, e que procede por meio deste a **CITAÇÃO** dos réus em lugar incerto e os eventuais interessados ausentes, incertos e desconhecidos**,** para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião referente ao bem: **Imóvel urbano, com a área de 333,97m², situado de frente para a rua Walter Weber, lado ímpar, esquina com a rua José Schelbauer Sobrinho, lado par, no Bairro Bom jesus, Rio Negro-PR**., nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil. Advertência: Será nomeado curador especial em caso de revelia. Para que chegue ao conhecimento de todos, expedi o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20(vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Sandra Mara Schlichting Fragoso, Analista Judiciário, digitei e conferi.

Rio Negro, 06 de setembro de 2023.

Alexandro Cesar Possenti

Juiz de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE RIO NEGRO
VARA CÍVEL DE RIO NEGRO - PROJUDI
Rua Lauro Pôrto Lopes, 35 - em frente ao Colégio Caetano - Centro - Rio Negro/PR - CEP: 83.880-000 - Fone: (47) 3642-4816 - E-mail: casc@tjpr.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 20 DIAS

Destinatários- os réus em lugar incerto,eventuais interessados ausentes, incertos e desconhecidos, confrontantes, Daniel Andrade de Lima, Maristela Farah, bem como seus respectivos cônjuges ou os sucessores, se for o caso.

O Juiz de Direito, Alexandro Cesar Possenti, da Vara Cível de Rio Negro, Estado do Paraná, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Usucapião registrado sob o número 0003445-52.2023.8.16.0146, autuado em 31/08/2023 11:23:31, em que é(são) requerente(s) Alencar Taborda de Medeiros, DIULNEIA DE LIMA ROSARIO, e requerido(s) Daniel Andrade de Lima, , e que procede por meio deste a **CITAÇÃO** dos réus em lugar incerto e os eventuais interessados ausentes, incertos e desconhecidos**,** para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião referente ao bem: **Imóvel urbano, com a área de 373,19m² - perímetro 85,85m, localizado distante 42,68 metros da rua XV de Novembro, lado ímpar, com frente para a rua José Alves Seixas Neto, lado ímpa, Quitandinha-PR.,** nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil. Advertência: Será nomeado curador especial em caso de revelia. Para que chegue ao conhecimento de todos, expedi o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado. O prazo de resposta será contado após o decurso de 20(vinte) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Sandra Mara Schlichting Fragoso, Analista Judiciário, digitei e conferi.

Rio Negro, 06 de setembro de 2023.

Alexandro Cesar Possenti

Juiz de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): SUELI ATHAYDE
PRAZO DE 5 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Alexandro Cesar Possenti, da Vara da Fazenda Pública de Rio Negro, FAZ SABER a todos que
virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal,
assunto Dívida Ativa (Execução Fiscal), sob nº 0000657-02.2022.8.16.0146, em que é exequente SUELI ATHAYDE, e
executado(a)(s) Município de Rio Negro/PR, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) ,parte(s) requerente(s)
forma prevista no art. 854, §§2º emotivo pelo qual, se procede por meio deste sua da penhora realizada naINTIMAÇÃO
3º do Código de Processo Civil, bem como para, querendo, opor Embargos à Execução ,no prazo de 30 (trinta) dias
contados da data da intimação (art. 16, Lei n° 6.830/1980).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue
ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.
Eu, LARISSA MAURER, Analista Judiciário, conferi e digitei.
Rio Negro, 04 de setembro de 2023.
Alexandro Cesar Possenti
Juiz de Direito
: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO
.https://portal.tjpr.jus.br/projudi

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE RIO NEGRO
VARA CÍVEL DE RIO NEGRO - PROJUDI
Rua Lauro Pôrto Lopes, 35 - em frente ao Colégio Caetano - Centro - Rio Negro/PR - CEP: 83.880-000 - Fone: (47) 3642-4816 - E-mail: casc@tjpr.jus.br

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS

O(A) Juiz(íza) de Direito Alexandro Cesar Possenti, da Vara Cível de Rio Negro, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Capacidade, sob nº 0000476-64.2023.8.16.0146, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) Maria Rosa de Lima, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de MARIA ROSA DE LIMA,** brasileira, portador do RG nº 72339070 SSP/PR, inscrita no CPF sob nº 919.044.209-15) residente no(a) Rua José Wanser , 142 Lar Sagrado Coração de Jesus - Bom Jesus - RIO NEGRO/PR, por sentença transitada em julgado no dia 23/08/2023, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) *não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil* o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos patrimoniais e negociais. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) **VANDERLEI ALVES DE LIMA**, brasileiro, portador do RG nº 6.661.760-2, inscrito no CPF sob o n. 920.844.519-49, residente e domiciliado na Rua Ludovico Bubniak, nº 1835, no Bairro Volta Grade, Rio Negro/PR. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "... Ante ao exposto, com fundamento nos artigos 747, inciso IV, 755, §1°, e 487, inciso I, todos do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pleito inicial para o fim de submeter Maria Rosa de Lima à curatela restrita a aspectos patrimoniais e negociais, a ser exercida por Vanderlei Alves de Lima. Lavre-se o termo de curatela desde já. Expeça-se mandado para inscrição da sentença ao Cartório do Registro Civil competente, em cumprimento ao disposto no artigo 755, §3°, do Código de Processo Civil e no artigo 92 da Lei de Registros Públicos (Lei nº. 6.015/73). Feito tal registro, tome-se o compromisso legal do curador nomeado e cumpram-se as publicações dos editais na forma prevista no artigo 755, §3°, do Código de Processo Civil...". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Sandra Mara Schlichting Fragoso, Analista Judiciário, conferi e digitei.

Rio Negro, 29 de agosto de 2023.

Alexandro Cesar Possenti

Juiz de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE RIO NEGRO
VARA CÍVEL DE RIO NEGRO - PROJUDI
Rua Lauro Pôrto Lopes, 35 - em frente ao Colégio Caetano - Centro - Rio Negro/PR - CEP: 83.880-000 - Fone: (47) 3642-4816 - E-mail: casc@tjpr.jus.br

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS

O(A) Juiz(íza) de Direito Alexandro Cesar Possenti, da Vara Cível de Rio Negro, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Capacidade, sob nº 0000473-12.2023.8.16.0146, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, e réu(s) LUIZ ROBERTO DOS SANTOS, e que por este edital **COMUNICA** A TODOS OS INTERESSADOS que foi **decretada a interdição de LUIZ ROBERTO DOS SANTOS,** portador(a) do RG 126070683 SSP/PR e CPF 084.550.449-50, por sentença transitada em julgado no dia 20/07/2023, a qual reconheceu que o(a) interditado(a) não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela, limitada aos aspectos patrimoniais e negociais. A referida sentença ainda nomeou ao(à) interditado(a) o(a) curador(a) **ANTONIA APARECIDA DOS SANTOS,** brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n. 057.280.289-77, residente e domiciliada na Estrada Avencal para Campina dos Maias, Município de Piên/PR. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "Ante ao exposto, com fundamento nos artigos 747, inciso IV, 755, §1°, e 487, inciso I, todos do Código de Processo Civil, **JULGO PROCEDENTE**, o pleito inicial para o fim de submeter Luiz Roberto dos Santos à curatela restrita a aspectos patrimoniais e negociais, a ser exercida por Antônia Aparecida dos Santos. Lavre-se o termo de curatela, desde já. Expeça-se mandado para inscrição da sentença ao Cartório do Registro Civil competente, em cumprimento ao disposto no artigo 755, §3°, do Código de Processo Civil e no artigo 92 da Lei de Registros Públicos (Lei nº. 6.015/73). Feito tal registro, tome-se o compromisso legal do curador nomeado e cumpram-se as publicações dos editais na forma prevista no artigo 755, §3°, do Código de Processo Civil...."*.* O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Sandra Mara Schlichting Fragoso, Analista Judiciário, conferi e digitei.

Rio Negro, 15 de agosto de 2023.

Alexandro Cesar Possenti

Juiz de Direito**OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

SALTO DO LONTRA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE SALTO DO LONTRA
VARA CÍVEL DE SALTO DO LONTRA - PROJUDI
WhatsApp (46) 3272-2560 - Rua Curitiba, 435 - próximo ao terminal rodoviário - Colina Verde - Salto do Lontra/PR - CEP: 85.670-
000 - Fone: (46) 3538-1169 - E-mail: jmac@tjpr.jus.br
Autos nº. 0001291-23.2021.8.16.0149
Processo: 0001291-23.2021.8.16.0149
Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial
Assunto Principal: Cédula de Crédito Bancário
Valor da Dívida em 27/10/2021: R$15.210,80
Exequente(s): BANCO BRADESCO S/A (CPF/CNPJ: 60.746.948/0001-12)
RUA PEDRO PAULO KOERIG, 310 CENTRO - CENTRO -
SALTO DO LONTRA/PR - CEP: 85.670-000
Executado(s): LUIZ CARLOS CASANOVA (RG: 77261109 SSP/PR e CPF
/CNPJ: 058.519.999-00)
Av Iguaçu, 326 - Centro - NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE
/PR - CEP: 85.635-000
EDITAL DE CITAÇÃO DA(S) PARTE(S) EXECUTADA(S) LUIZ
CARLOS CASANOVA (RG: 77261109 SSP/PR e CPF/CNPJ:
058.519.999-00), PARA PAGAR(EM) EM TRÊS (3) DIAS; E PARA
EMBARGAR(EM), QUERENDO, EM QUINZE (15) DIAS - PRAZO
DESTE EDITAL: TRINTA (30) DIAS
Pelo presente, extraído dos autos de execução acima descritos, a(s) parte(s) executada(s)CITO LUIZ
CARLOS CASANOVA (RG: 77261109 SSP/PR e CPF/CNPJ: 058.519.999-00), para que fique(m) de
que por este Juízo e Cartório respectivo tramitam os autos acima identificados, bem assim para que no
efetue(m) o (artigo 829contados da publicação deste editalprazo de três (3) dias, , pagamento da dívida
[i], do Código de Processo Civil), cujo valor encontra-se acima estampado, das custas e dos honorários
advocatícios no valor de 10% do valor do débito, nos termos do art. 827, e bem assim, de que
poderão ser opostos, independente de penhora, depósito ou caução,EMBARGOS DO DEVEDOR no
nos termos do Artigo 915, do CPC, contados da juntada aos autos do aviso deprazo de 15 (quinze) dias,
, do Código de Processo Civil).recebimento (Artigo 231, I[ii]
:OBSERVAÇÕES/ADVERTÊNCIAS
Existe a possibilidade dos benefícios do parcelamento legal, previstos no Art. 916, do CPC[iii], com o
requerimento devidamente acompanhado do depósito de 30% (trinta por cento) do valor executado,
inclusive custas e os honorários advocatícios, .sob pena de não conhecimento
Formalizada a penhora por qualquer dos meios legais, dela será imediatamente intimado o executado
(Artigo 841, §§ 1º, 2º, 3º e 4º[iv], do Código de Processo Civil).
Não havendo pagamento no acima referido, serão expedidas ordens de penhora e de avaliação.
Advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia.
Salto do Lontra, datado e assinado eletronicamente. Luiz Carlos Gotardi - EscrivãoDocumento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: PJL7L 9R67J 9Y5NH U4RAB
PROJUDI - Processo: 0001291-23.2021.8.16.0149 - Ref. mov. 217.1 - Assinado digitalmente por Luiz Carlos Gotardi
12/07/2023: EXPEDIÇÃO DE EDITAL/CITAÇÃO. Arq: edital de citação
[i]Art. 829. O executado será citado para pagar a dívida no prazo de 3 (três) dias, contado da citação.
[ii]Art. 231. Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo:
- a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação for pelo correio;
[iii]Art. 916. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de
custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de
correção monetária e de juros de um por cento ao mês.
[iv]Art. 841. Formalizada a penhora por qualquer dos meios legais, dela será imediatamente intimado o executado.
§ 1º A intimação da penhora será feita ao advogado do executado ou à sociedade de advogados a que aquele pertença.

SANTA FÉ

JUÍZO ÚNICO

Edital Geral - Cível

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS
PRAZO DE 30 DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Leila Morgana Cian Liuti, da Vara Cível de Santa Fé, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Aquisição, sob nº 0001471-72.2023.8.16.0180, em que é(são) autor(es) José Orlando Teles, ELAINE APARECIDA DE ALMEIDA, e réu(s) LUIZ ROGÉRIO TELES, e que por este edital procede a **CITAÇÃO** de eventuais **terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos**, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de usucapião** referente ao imóvel: data de terras **sob n° 17, da quadra n° 63, com a área de 577,50 metros quadrados, situada na cidade de Santa Fé, Comarca de Astorga, Estado do Paraná, com as seguintes divisas e confrontações:-Pela frente com a Rua Garça, numa largura de 14,00 metros; de um lado com a data n° 16, numa extensão de 41,25 metros; de outro lado com a Rua Londrina, numa extensão de 41,25 metros; e finalmente pelos fundos com a data n° 18, numa largura de 14,00 metros, contendo uma residência de madeira, coberta com telhas, medindo 66,00, com frente posicionada para a Rua Londrina, Objeto da Matrícula nº 2022"** , nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial.

O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.

Eu, Juliano Ricardo Tiberio, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Santa Fé, 05 de setembro de 2023.

Leila Morgana Cian Liuti

Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DESTINATÁRIO: ESPÓLIO DE LUIS PEREIRA TERRA PRAZO DE 45 DIAS A Juíza de Direito Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira, da Vara Cível de Santo Antônio da Platina, FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Práticas Abusivas, sob nº 0000485-73.2021.8.16.0153, em que é autor Luiz Pereira Terra, e réu BANCO BMG SA, e que não foi possível localizar os herdeiros da parte Promovente Luiz Pereira Terra, portador(a) do RG 5195330 SSP/PR e CPF 157.788.199-00, motivo pelo qual, se procede por meio deste a INTIMAÇÃO do espólio de LUIS PEREIRA TERRA, de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, para, no prazo de 30 dias, se habilitarem nos autos, sob pena de extinção. Para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém no futuro alegue ignorância, é expedido o presente edital, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil, que será publicado. Santo Antônio da Platina, 05 de setembro de 2023. Hellen Regina de Carvalho Martini Oliveira Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br/projudi.

VARA CRIMINAL, FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE

Edital de Citação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA VARA CRIMINAL DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - PROJUDI Avenida Oliveira Motta, 745 - Centro - Santo Antônio da Platina/PR - CEP: 86.430-000 - Fone: 43 3572-8374 - E-mail: sapcriminal@tjpr.jus.br Autos nº. 0000065-68.2021.8.16.0153 Processo: 0000065-68.2021.8.16.0153 Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Ordinário Assunto Principal: Prisão em flagrante Data da Infração: 10/01/2021 Autor(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ: 78.206.307 /0001-30) Av. Oliveira Mota, 745 - centro - SANTO ANTÔNIO DA PLATINA/PR Réu(s): ADRIANO ALUIR CORDEIRO (RG: 159129730 SSP/PR e CPF/CNPJ: 005.426.949-05) Rua Estefano José Vanolli, 1463 APTO 01 - São Vicente - ITAJAÍ/SC - CEP: 88.309-201 - Telefone(s): 47 99254-9628 EDITAL DE CITAÇÃO Autos nº. 0000065-68.2021.8.16.0153 O MM. Juiz de Direito da Vara Criminal e Anexos de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de quinze (15) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o(s) denunciado(s) acima qualificado(s); o(s) qual(is), atualmente, encontra-se em lugar incerto, pelo presente cita-o(s) e o(s) intima(os) para responderem por escrito à acusação no prazo de 10 dias, por meio de advogado, devendo ser advertido de que agora esta peça e obrigatória, então caso não tenha condições financeiras de contratar advogado e não se manifestar, os autos irão conclusos a fim de que o Juízo lhe nomeie defensor dativo. Eu, (Lígia Uno Lunardi - Técnica Judiciária), o digitei. Santo Antônio da Platina, 05 de setembro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA VARA CRIMINAL DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - PROJUDI Avenida Oliveira Motta, 745 - Centro - Santo Antônio da Platina/PR - CEP: 86.430-000 - Fone: 43 3572-8374 - E-mail: sapcriminal@tjpr.jus.br Autos nº. 0002906-02.2022.8.16.0153 Processo: 0002906-02.2022.8.16.0153 Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo Assunto Principal: Posse de Drogas para Consumo Pessoal Data da Infração: 21/07/2022 Autor(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ: 78.206.307 /0001-30) RUA BANDEIRANTES, 1620 FÓRUM - CENTRO - GUAÍRA/PR - CEP: 85.980-000 Réu(s): ROSSINEY DA SILVA SOARES (RG: 15283614 SSP/PR e CPF/CNPJ: 042.648.052-01) Rua Encarnação, 163 (Fundos/SobreLoja) - Cidade de Deus - MANAUS/AM - CEP: 69.099-176 EDITAL DE CITAÇÃO Autos nº. 0002906-02.2022.8.16.0153 O MM. Juiz de Direito da Vara Criminal e Anexos de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de quinze (15) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente o(s) denunciado(s) acima qualificado(s); o(s) qual(is), atualmente, encontra-se em lugar incerto, pelo presente cita-o(s) e o(s) intima(os) para responderem por escrito à acusação no prazo de 10 dias, por meio de advogado, devendo ser advertido de que agora esta peça e obrigatória, então caso não tenha condições financeiras de contratar advogado e não se manifestar, os autos irão conclusos a fim de que o Juízo lhe nomeie defensor dativo. Eu, (Lígia Uno Lunardi - Técnica Judiciária), o digitei. Santo Antônio da Platina, 05 de setembro de 2023.

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA VARA CRIMINAL DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - PROJUDI Avenida Oliveira Motta, 745 - Centro - Santo Antônio da Platina/PR - CEP: 86.430-000 - Fone: 43 3572-8374 - E-mail: sapcriminal@tjpr.jus.br Autos nº. 0001931-19.2018.8.16.0153 Processo: 0001931-19.2018.8.16.0153 Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Ordinário Assunto Principal: Tráfico de Drogas e Condutas Afins Data da Infração: 19/04/2018 Autor(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ: 78.206.307 /0001-30) Av. Oliveira Mota, 745 - centro - SANTO ANTÔNIO DA PLATINA/PR Réu(s): ÍGOR DE DEUS OLIVEIRA (RG: 134114274 SSP/PR e CPF/CNPJ: 099.971.539- 95) Nome da Mãe:MARIA ROSA DE DEUS Nome do Pai:DORIVAL DE OLIVEIRA Data de Nascimento:15/02/2000 EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA Autos nº. 0001931-19.2018.8.16.0153 O MM. Juiz de Direito da Vara Criminal e Anexos de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de noventa (90) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o(s) sentenciado(s) acima qualificado(s); o(s) qual(is), atualmente, encontra-se em lugar incerto, pelo presente intima-o para que tome ciência de todo o conteúdo da sentença proferida bem como a sua faculdade de interpor possível recurso no prazo de 05 (cinco) dias. Eu,(Lígia Uno Lunardi - Técnica Judiciária), o digitei. Santo Antônio da Platina, 05 de setembro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA VARA CRIMINAL DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - PROJUDI Avenida Oliveira Motta, 745 - Centro - Santo Antônio da Platina/PR - CEP: 86.430-000 - Fone: 43 3572-8374 - E-mail: sapcriminal@tjpr.jus.br Autos nº. 0004690-82.2020.8.16.0153 Processo: 0004690-82.2020.8.16.0153 Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Ordinário Assunto Principal: Crimes de Trânsito Data da Infração: 18/12/2020 Autor(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ: 78.206.307 /0001-30) Av. Oliveira Mota, 745 - centro - SANTO ANTÔNIO DA PLATINA/PR Réu(s): ROGERIO GODOI (RG: 61592172 SSP/PR e CPF/CNPJ: 822.564.979-68) Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 404 Ap. 05 - Centro - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR - Telefone(s): (41) 99567-0619 EDITAL DE INTIMAÇÃO O MM. Juiz de Direito da Vara Criminal e Anexos de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o(s) sentenciado(s) acima qualificado(s), o qual, atualmente, encontra-se em lugar incerto, conforme o certificado nos autos, pelo presente fica o mesmo INTIMADO a comparecer perante este Juízo a fim de efetuar o pagamento da MULTA e/ou CUSTAS PROCESSUAIS, em que foi condenado nos autos supramencionado. E, para que chegue esta notícia ao conhecimento de todos e que ninguém possa alegar ignorância, determinou-se a expedição do presente edital que será publicado na forma da Lei e afixado no lugar de costume. Eu, Lígia Uno Lunardi (Técnica Judiciária), o subscrevi e assino. Santo Antônio da Platina, 05 de setembro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA VARA CRIMINAL DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - PROJUDI Avenida Oliveira Motta, 745 - Centro - Santo Antônio da Platina/PR - CEP: 86.430-000 - Fone: 43 3572-8374 - E-mail: sapcriminal@tjpr.jus.br Autos nº. 0001931-19.2018.8.16.0153 Processo: 0001931-19.2018.8.16.0153 Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Ordinário Assunto Principal: Tráfico de Drogas e Condutas Afins Data da Infração: 19/04/2018 Autor(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ: 78.206.307 /0001-30) Av. Oliveira Mota, 745 - centro - SANTO ANTÔNIO DA PLATINA/PR Réu(s): LUIZ FELIPE DA SILVA (RG: 130393950 SSP/PR e CPF/CNPJ: 104.686.779-25) Nome da Mãe:ANA

CLAUDIA DA SILVA Data de Nascimento:04/06/1996 EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA Autos nº. 0001931-19.2018.8.16.0153 O MM. Juiz de Direito da Vara Criminal e Anexos de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de noventa (90) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o(s) sentenciado(s) acima qualificado(s); o(s) qual(is), atualmente, encontra-se em lugar incerto, pelo presente intima-o para que tome ciência de todo o conteúdo da sentença proferida bem como a sua faculdade de interpor possível recurso no prazo de 05 (cinco) dias. Eu,(Lígia Uno Lunardi - Técnica Judiciária), o digitei. Santo Antônio da Platina, 05 de setembro de 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA VARA CRIMINAL DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - PROJUDI Avenida Oliveira Motta, 745 - Centro - Santo Antônio da Platina/PR - CEP: 86.430-000 - Fone: 43 3572-8374 - E-mail: sapcriminal@tjpr.jus.br Autos nº. 0003275-64.2020.8.16.0153 Processo: 0003275-64.2020.8.16.0153 Classe Processual: Ação Penal - Procedimento Ordinário Assunto Principal: Lesão leve Data da Infração: 26/08/2020 Autor(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ: 78.206.307 /0001-30) Av. Oliveira Mota, 745 - centro - SANTO ANTÔNIO DA PLATINA/PR Réu(s): CARLA MABANA MARCELINO VIEIRA (RG: 129086122 SSP/PR e CPF /CNPJ: 090.196.309-70) Rua Luiz Moro Netto, 791 - Vista Bela - LONDRINA/PR - CEP: 86.081-581 EDITAL DE INTIMAÇÃO O MM. Juiz de Direito da Vara Criminal e Anexos de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de 15 (quinze) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível INTIMAR pessoalmente o(s) sentenciado(s) acima qualificado(s), o qual, atualmente, encontra-se em lugar incerto, conforme o certificado nos autos, pelo presente fica o mesmo INTIMADO a comparecer perante este Juízo a fim de efetuar o pagamento da MULTA e/ou CUSTAS PROCESSUAIS, em que foi condenado nos autos supramencionado. E, para que chegue esta notícia ao conhecimento de todos e que ninguém possa alegar ignorância, determinou-se a expedição do presente edital que será publicado na forma da Lei e afixado no lugar de costume. Eu, Lígia Uno Lunardi (Técnica Judiciária), o subscrevi e assino. Santo Antônio da Platina, 05 de setembro de 2023.

FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

2ª VARA CÍVEL

Edital Geral

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS INTERESSADOS, NA CURATELA DE ALFREDO VEIGA, COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS.
FAZ SABER, pelo presente edital, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de São José dos Pinhais/ PR, se processam os autos nº **0011719-91.2018.8.16.0035,** de **INTERDIÇÃO,** em que figura como requerente **LUCIA DE LARA,** portadora da Carteira de Identidade/RG nº 7.718.220-9 e inscrita no CPF/MF nº 025.055.599-96, residente e domiciliada na Rua Alexandre Foggiato Sobrinho, 60, nesta Cidade de São José dos Pinhais/PR, sendo declarada, por sentença, a curatela de **ALFREDO VEIGA**, portador da Carteira de Identidade/RG nº 9.861.079-0, residente e domiciliado no mesmo endereço acima descrito, portador de Retardo Mental Grave - CID10 F21, com comprometimento significativo do comportamento, requerendo vigilância, de modo que é incapaz de reger a própria vida. Foi nomeada sua curadora a requerente LÚCIA DE LARA (irmã), limitando-se a curatela no sentido de ser o curatelado incapaz para: *VOTAR, EMPRESTAR, TRANSIGIR, DAR QUITAÇÃO, ALIENAR, HIPOTECAR, DEMANDAR OU SER DEMANDADO, E/OU PRATICAR ATOS DE MERA ADMINISTRAÇÃO.* O presente edital será publicado na rede mundial de computadores; no sítio do tribunal a que tiver vinculado o juízo; na imprensa local 1 (uma) vez e no órgão oficial por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do curatelado e da curadora. E, para que chegue ao conhecimento de terceiros e interessados e não possam alegar ignorância, expediu-se o presente edital, a ser afixado no lugar de costume do juízo e publicado pela imprensa, na forma da lei. São José dos Pinhais, 11 de agosto de 2023. Eu, Ivete Marly Hahn - Juramentada (Portaria 03/2019), que o digitei e subscrevi.
ELIANA SILVEIRA DA ROSA
Escrivã
Assinatura Autorizada pela Portaria 03/2019

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ. **EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS**.
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. 2ª VARA CÍVEL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Rua João Ângelo Cordeiro, s/n, Edifício do Fórum, Centro. São José dos Pinhais (PR). CEP 83005-570. Fone: (41) 3434-8403. E-mail: sjp-2vj-e@tjpr.jus.br.
O Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito, Ivo Faccenda, faz saber a todos que lerem o presente edital, ou que dele tiverem conhecimento, que fará realizar leilões judiciais, na forma regulada por este ato convocatório e de acordo com as regras dos artigos 879 e ss., do Código de Processo Civil, c/c Resolução CNJ nº 236/2016. **Processo nº 0012615-18.2008.8.16.0035**, em trâmite eletrônico no PROJUDI (https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/). **Processos em apenso/dependentes**: não há. **Recursos pendentes de julgamento**: não há. **Exequentes**: ANA MARIA MATUCHESKI e OUTROS. **Executados**: ESPÓLIO DE AUGUSTINHO PEREIRA DE CAMARGO e OUTROS. **Terceiros interessados**: ANA BEATRIZ CARANHATO DE CAMARGO, INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS e PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - PGFN. **Valor da execução** (mov. 1371.3): R$ 253.124,72 (duzentos e cinquenta e três mil cento e vinte e quatro reais e setenta e dois centavos), contados em 01/09/2023, devendo ser acrescidos de juros legais, correção monetária, custas processuais, despesas processuais e honorários de advogado **Leiloeiro Oficial designado** (mov. 1264.1): JORGE FERLIN DALE NOGARI DOS SANTOS. Matrícula 606/98 (JUCEPAR). Rua Chanceler Lauro Muller, nº 35, Bairro Parolin. Curitiba (PR). CEP 80.220-330. Fones: (41) 3333-1515 e (41) 3333-2020. WhatsApp: (41) 99255-4592. E-mail: gerencia@nogari.com.br. Site: www.nogarileiloes.com.br. **1º leilão com encerramento em 21 de setembro de 2023, a partir das 14 horas**. **2º leilão com encerramento em 28 de setembro de 2023, a partir das 14 horas**. Caso não haja expediente forense nas datas designadas, os leilões serão automaticamente transferidos para os próximos dias úteis subsequentes, nos mesmos horários e locais, assim como prosseguirão no dia útil imediato, à mesma hora em que tiveram início, independentemente de novo edital, quando ultrapassado o horário de expediente forense na respectiva Comarca. **Modalidade dos leilões**: eletrônicos (somente *online*). **Endereço dos leilões eletrônicos**: **www.nogarileiloes.com.br**. **Normas e condições de participação nos leilões eletrônicos**: os interessados deverão efetuar cadastro prévio no site do leiloeiro com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. O cadastramento para esta finalidade importa em total e irrestrita aceitação das condições deste edital, do termo de adesão exibido no site, da Resolução nº 236, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça, atos normativos estes que integram o edital independentemente de transcrição e obrigam o usuário à sua prévia leitura e conhecimento. A veracidade das informações cadastrais é de exclusiva responsabilidade dos usuários, sob pena de sanções civis e criminais. Faculta-se ao leiloeiro a recusa aos cadastros que entender inidôneos e/ou incompletos. Poderão participar somente os licitantes devidamente cadastrados, mediante as instruções contidas no *Termo de Adesão*, previamente aceito pelos mesmos, com conta ativa, com *login* (apelido) e senha próprios e intransferíveis. Os lances eletrônicos poderão ser ofertados entre as datas e horários de abertura e de encerramento. Independentemente de o licitante receber qualquer comunicação do sistema, indicando a superação de seu lance por outro de licitante adverso, é responsabilidade do participante acompanhar a evolução dos lances e ofertar seus próprios, durante a abertura e encerramento, e, igualmente, após o horário de encerramento, quando o sistema acrescenta ou prorroga o tempo de três (03) minutos a cada novo lance. Encerrada a contagem de três (03) minutos, a partir do último lance, o sistema encerrará a arrematação para o lote em andamento. A concretização dos lances ofertados em ambiente virtual se dará no momento em que o provedor do leiloeiro captá-los e **não** no momento da emissão do comando digital pelo usuário/participante, podendo haver atraso (*delay*). O comitente e o leiloeiro não são responsáveis por eventuais lances ofertados antes do fechamento do pregão e recebidos em seu provedor depois do mesmo fechamento. O comitente e o leiloeiro não são responsáveis por eventuais problemas técnicos ou de conexão que, porventura, impossibilitem a oferta e/ou captura de lances no ambiente virtual. O leiloeiro se isenta de quaisquer responsabilidades quanto a lances ofertados nos últimos segundos não computados pelo sistema devido ao tempo de *delay*, assumindo o participante este risco. Portanto, cabe aos interessados ofertar os lances dentro de período seguro de tempo para que os mesmos sejam validamente computados. **As pessoas que realizarem o cadastramento *online*, na forma deste edital, outorgam poderes ao leiloeiro para assinatura do auto de arrematação**. A participação nos leilões e o oferecimento de lances e/ou propostas é facultada a quem possuir capacidade civil e estiver na livre administração de seus bens, sendo vedada àquelas pessoas identificadas nos incisos I a VI, do artigo 890, da Lei Federal nº 13.105/2015. **DO BEM**: os leilões terão por objeto a alienação do bem imóvel identificado e descrito na matrícula nº 17.035, do 1º Ofício de Registro de Imóveis de São José dos Pinhais (PR), constituído pelo lote de terreno sob n. 21, da quadra B, da planta Vila Idalina 2, situado no lugar denominado Braga, quadro urbano desta cidade (São José dos Pinhais), fazendo frente para a rua Boa Esperança, com a área de 444,00 metros quadrados, com as seguintes edificações e acessões: a) uma construção em alvenaria, destinada a residência e abrigo, de padrão simples, coberta com telhas de fibrocimento de 4 mm., forro em madeira e PVC, piso em cerâmica e cimento bruto alisado, com esquadrias em ferro e alumínio, com aproximadamente 80,00 metros quadrados, em bom estado de conservação; b) uma construção em alvenaria, destinada a lavandeira e abrigo, de padrão simples, coberta com telhas de fibrocimento de 4 mm., piso em cimento bruto, com esquadrias em ferro, com aproximadamente 12,00 metros quadrados, em bom estado de conservação; c) uma construção em alvenaria, destinada a

residência, de padrão simples, coberta com telhas de fibrocimento de 5 mm., forro em madeira, piso em cerâmica, com esquadrias em ferro, com aproximadamente 48,00 metros quadrados, em bom estado de conservação; d) uma construção em alvenaria, destinada a salão de beleza, de padrão simples, coberta com telhas de fibrocimento de 4 mm., forro em PVC, piso em cerâmica, com esquadrias em ferro, com aproximadamente 24,00 metros quadrados, em bom estado e conservação. **ÔNUS** (conforme certidão de matrícula atualizada, expedida em 25/08/2023, no mov. 1371.2): R-4-17.035 - penhora originária dos autos de nº 0012615-18.2008.8.16.0035 (antigo 1675/2008); acessões e benfeitorias não averbadas na matrícula do imóvel. **Avaliação** (mov. 1337.1: Laudo nº 70/2023): **R$ 633.300,00** (seiscentos e trinta e três mil e trezentos reais). **Data da penhora**: 12/09/2014. **Depositário**: depositário público do Foro Regional de São José dos Pinhais. **Lance mínimo no 1º leilão**: 50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação. **Lance mínimo no 2º leilão**: 50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação. Em nenhuma hipótese o bem será alienado por preço vil, assim entendido aquele inferior ao (s) percentual mínimo fixado neste edital. Será declarado vencedor o maior lance ofertado e captado pelo leiloeiro, desde que não inferior ao lance mínimo admitido neste edital. **Forma de pagamento**: o lance vencedor deverá ser pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato da arrematação, por meio de depósito em conta judicial vinculada aos autos, sem prejuízo da comissão do leiloeiro e demais despesas previstas em edital. Os lances recebidos e/ou captados no decorrer dos leilões serão todos considerados como proposta de pagamento à vista. **Das penalidades aplicáveis ao arrematante inadimplente**: concluído o lance, que é irretratável, não é dado ao arrematante a desistência. Em caso de inadimplemento do preço e da comissão do Oleiloeiro, ficará comprador sujeito às penalidades previstas nos artigos 895, §4° e 897, do Código de Processo Civil, bem como às demais sanções previstas em lei. Verificado o inadimplemento, o exequente poderá optar pela resolução da arrematação ou promover, em face do devedor, a execução do valor devido (artigo 895, §5º, do Código de Processo Civil). O arrematante que deixar de efetuar os depósitos poderá ter seu nome inscrito no Cadastro de Arrematantes Remissos do Poder Judiciário do Estado do Paraná e não poderá mais participar das alienações judiciais, pelo período de um ano, podendo, ainda, ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (artigos 335 e 358 do Código Penal). **Da comissão do leiloeiro**: é devida pelo arrematante no percentual de 05% (cinco por cento) do preço acatado, sem prejuízo do principal e demais despesas previstas em lei e/ou no edital. Será paga à vista, em moeda corrente, por meio de depósito eletrônico, conforme as instruções do leiloeiro e/ou de sua equipe de apoio. O lance acatado, instruído com a certidão do Juízo e/ou do próprio leiloeiro e com cópia deste edital, constitui-se em título executivo extrajudicial, dotado de liquidez, certeza e exigibilidade, para todos os fins e efeitos legais, autorizando, inclusive, o protesto. Em caso de desistência da arrematação e inadimplemento, o mesmo percentual será devido ao leiloeiro sob a forma de cláusula penal, ainda que a propriedade não venha a ser transmitida. **Das condições de entrega do bem**: conforme a Resolução nº 236/2016, do CNJ, o bem será alienado e entregue no estado em que se encontra. É responsabilidade dos interessados a prévia vistoria. A oferta de lances faz presumir que os participantes já tenham realizado a vistoria do bem e, caso não a tenham feito, configura a desistência tácita de fazê-lo. A vistoria a que se refere este item, além do estado físico do bem abrange: consulta à matrícula atualizada, consulta da situação fiscal junto à Fazenda Municipal, consulta a eventuais restrições ambientais e de uso e ocupação, consulta ao condomínio edilício de que faça parte o bem. A venda sem dá em caráter *ad corpus* (artigo 500, §3º, do Código Civil), respondendo o adquirente com os custos e despesas inerentes à eventual imissão na posse. Eventuais defeitos, ônus ou características, ainda que não observados ou informados neste edital, não se constituem em argumento e/ou justificativa para reclamação ou desistência do lance ou proposta. É responsabilidade do licitante vencedor o levantamento de eventual restrição imposta por zoneamento/uso do solo, legislação ambiental, ainda que não mencionados em edital. **Das despesas e dos ônus a cargo do arrematante**: serão do arrematante todos os ônus relativos à transferência de propriedade, custos e despesas processuais de expedição de carta de arrematação, ordem de entrega, tributos e congêneres. A carta de arrematação com a ordem de imissão na posse não será expedida antes do pagamento integral do preço, do imposto de transferência da propriedade, da comissão do leiloeiro e das despesas de expedição da carta de arrematação. **Visitação e vistoria**: mediante prévio agendamento de data e horário com o leiloeiro e sua equipe de apoio. **Esclarecimento de dúvidas**: com o leiloeiro e sua equipe de apoio. **Adesão aos termos do edital e da legislação aplicável**: a adesão ao presente edital e a participação nas alienações judiciais pressupõe irrestrita e irrevogável aceitação das normas e condições descritas neste ato convocatório e nas normativas legais e infralegais aplicáveis à espécie, estas que, ainda que não transcritas neste instrumento, o integram para todos os fins e efeitos de direito. É ônus do interessado que aderir ao presente a sua integral leitura e compreensão. **Legislação aplicável**: Código de Processo Civil (artigos 879 e ss.), Resolução nº 236/2016, do Conselho Nacional de Justiça, Provimento nº 316/2022 (CNFJ) e alterações, da Corregedoria Geral da Justiça do TJ/PR, Decreto nº 21.981/1932 e alterações, Instrução Normativa DREI nº 52/2022 e alterações e Lei Estadual nº 19.140/2017 (PR) e alterações. **Das intimações**: fica (m) desde logo intimada (s), de todo conteúdo deste edital, a (s) parte (s) (parágrafo único do artigo 889, do Código de Processo Civil), sócios e representantes legais (no caso de pessoa jurídica), eventuais cônjuges/conviventes, advogados, credores hipotecários, condôminos e demais interessados, bem como todas as pessoas arroladas no artigo 889, do Código de Processo Civil, que porventura não forem encontrados para intimação pessoal, bem como que poderão oferecer embargos à arrematação ou à adjudicação, no prazo de 05 (cinco) dias, observando-se o disposto nos artigos 880, 886 e 887, todos do Código de Processo Civil. Assinado o auto de arrematação pelo juiz e pelo arrematante a venda será considerada perfeita e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º, do artigo 903, do Código de Processo Civil. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente edital, que será publicado na forma da lei, afixado no lugar de costume (sede do Juízo) e publicado na internet. São José dos Pinhais, Estado do Paraná, em 04 de setembro de 2023.
Ivo Faccenda
Juiz de Direito

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): JOÃO MATEUS BATISTA DOS SANTOS
PRAZO DE 15 DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Carolina Maia Almeida, da 2ª Vara Criminal de São José dos Pinhais, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Receptação, sob nº 0000317-71.2020.8.16.0035, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) JOÃO MATEUS BATISTA DOS SANTOS, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido JOÃO MATEUS BATISTA DOS SANTOS, portador(a) do RG 149266828 SSP/PR e CPF 133.149.429-07, nascido(a) em 27/06/1999, natural de SAO JOSE DOS PINHAIS, filho(a) de CÉLIA BATISTA DOS SANTOS,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, art.180, caput, do Código Penal (fato I) e art. 309, da Lei 9.503/07 (fato II), na forma do art. 69 do Código Penal, oferecida em 10/03/2023 e recebida em 20/03/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: "No dia 11 de janeiro de 2020, por volta das 18h30min, em via pública, na Rua Doutor Murici, Bairro Colônia Murici, em São José dos Pinhais, PR, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, PR, o denunciado JOÃO MATEUS BATISTA DOS SANTOS, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, conduzia em proveito próprio, a motocicleta marca Honda modelo Titan, placas MEV-3874, coisa que sabia ser produto de crime, anteriormente subtraído da vítima JEVERSON BARÃO, conforme boletim de ocorrência nº 2018/621191 de mov. 1.15." Fato II: "No dia 11 de janeiro de 2020, por volta das 18h30min, em via pública, na Rua Doutor Murici, Bairro Colônia Murici, em São José dos Pinhais, PR, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, PR, o denunciado JOÃO MATEUS BATISTA DOS SANTOS, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, conduzia a motocicleta marca Honda, modelo Titan, placas MEV-3874, sem possuir carteira de habilitação, gerando perigo de dano."; e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.Eu, Ruth Carla Bergamasco, Analista Judiciário, conferi e digitei.**São José dos Pinhais, 05 de setembro de 2023.**
Carolina Maia Almeida
Juíza de Direito

3ª VARA CÍVEL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIOS: AUSENTES, DOS RÉUS EM LOCAIS INCERTOS E DOS EVENTUAIS INTERESSADOS
PRAZO DE 60 dias

A Juíza de Direito Márcia Hübler Mosko, da 3ª Vara Cível de São José dos Pinhais, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0003233-44.2021.8.16.0035, em que é(são) autor(es) MILTON FIGUEIREDO, e réu(s) FRANCISCO VALERIO, ROSY PINTO KOEHLER, WILSON LOIS KOEHLER, DINORA VALERIO, e que por este edital procede a **CITAÇÃO** dos **AUSENTES, DOS RÉUS EM LOCAIS INCERTOS E DOS EVENTUAIS INTERESSADOS**, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de usucapião** referente ao imóvel, indicado na petição inicial (eve.1.1):" O Requerente vem exercendo a posse do imóvel desde o ano de 1979, ou seja , há mais de 42 (quarenta e dois) anos, contudo, possui como documentação mais recente IPTU, contas, Registro de imóvel sob número de matrícula 24.781, formal de partilha, contas. Notado ainda que o requerente possuía posse mansa, pacífica, ininterrupta e exclusiva, sem qualquer constrangimento, impugnação, contestação ou turbação. O imóvel está designado na região, localizado na Rua Professor João da Costa Viana, 310, Cidade Jardim, Município de São José dos Pinhais, possuindo área total de 412 metros quadrados,

certa e delimitada por muros e paredes, com frente para a Rua 01 e confrontante em todos os lados. Como explanado, o Requerente goza da posse do imóvel há mais de 42 anos portando ali residindo com seus familiares desde então, possuindo raízes familiares, pois ali nasceram seus filhos, desta feita , atende a todos os requisitos da legislação vigente. " Nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: " Citação por edital, com prazo de 60 (sessenta) dias, dos ausentes, dos réus em locais incertos e dos eventuais interessados ". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 60 (sessenta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Tiago Hiroaki Inoue, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
São José dos Pinhais, 04 de setembro de 2023.
Márcia Hübler Mosko
Juíza de Direito**OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO**DESTINATÁRIOS: FLÁVIO JOSÉ ZANDAVALLI**
PRAZO DE 30 DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Adrianna Correa dos Santos Artin, da 3ª Vara Cível de São José dos Pinhais, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0016147-14.2019.8.16.0035, em que é(são) autor(es) JOSÉ WILSON DE MELLO, Salete Terezinha dos Santos, e réu(s) Flávio José Zandavalli, e que por este edital procede a **CITAÇÃO** de **FLÁVIO JOSÉ ZANDAVALLI**, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do **pedido de usucapião** referente ao imóvel, conforme minuta do edital apresentada pela parte autora no eve. 376.2: ADVERTINDO-OS DE QUE NÃO SENDO APRESENTADA A RESPOSTAS A AÇÃO NO PRAZO LEGAL DE 15 (QUINZE) DIAS, CONTADOS A PARTIR DO DECURSO DO PRAZO DO PRESENTE EDITAL, SERÃO CONSIDERADOS COMO VERDADEIROS OS FATOS ALEGADOS NA INICIAL (CPC. ART. 334, PARTE FINAL). MINUTA DA INICIAL: Foi requerida a Usucapião, por parte de JOSÉ WILSON GONÇALVES DE MELO, brasileiro, aposentado, portador da cédula de identidade R.G. nº.: 654969-1 SESP/PR, Inscrito no CPF/MF sob nº.: 353.028.449-15 e SALETE TEREZINHA DOS SANTOS, brasileira, servente serviços gerais, portadora da cédula de identidade RG nº 5010.218-1 SESP/PR, Inscrito no CPF/MF sob nº.: 032.895.229-03, ambos em União Estável entre si desde 30/10/1987 e, residentes e domiciliados na Rua: Arapongas nº 169, São Cristóvão, São José dos Pinhais PR, CEP: 83040-200, por exercerem a posse, mansa e pacífica por mais de 20 (vinte) anos, com " animus domini ", sem qualquer interrupção, sobre uma área de terreno matriculado sob nº 848 assentado no 1º Ofício de Registro de Imóveis de São José dos Pinhais, Paraná, lote de terreno Urbano, nº 14 da quadra 03 da planta, na Rua: Arapongas nº 169, São Cristóvão, São José dos Pinhais PR, CEP: 83040- 200, Vila Palmira, São José dos Pinhais PR, o qual possui área total de 352,23m², e área construída de 193,91 m² conforme a seguinte descrição de perímetro: "Lote de terreno urbano situado no lado ímpar da Rua Arapongas, distante 78,00 metros da esquina formada com a Avenida das Torres, com a seguinte descrição: início na estaca 0=PP, cravada no alinhamento predial da Rua Arapongas, junto à divisa de lote 15 da Quadra 03 da Planta Vila Palmira. Segue pelo alinhamento predial da Rua Arapongas medindo 11,17 metros no rumo de 89°55'47"NW até a estaca 1; faz deflexão à direita, deixa a rua e passa a confrontar com o Lote 13 da Quadra 03 da Planta Vila Palmira de propriedade de Gláucia Milano Hogegon, Hipolito Milano e Simone Nazari Milano (usufruto de Neide Pelozi Milano) medindo 32,70 metros no rumo de 0°34'31"NW até à estaca 2; faz nova deflexão à direita e passa a confrontar com o Lote 01 da Quadra 03 da planta Alexandre Possebom Filho de propriedade do Condomínio Residencial Edifício Dallachiesa, onde mede 11,15 metros no rumo de 80°37'18"SE até a estaca 3;deflete novamente à direita e confronta com o Lote 15 de propriedade da Mitra da Diocese de São José dos Pinhais (Paróquia de São Cristovão) numa extensão de 30,90 metros no rumo de 0°54"52"SE até a estaca 0=PP, fechando o perímetro da presente descrição, perfazendo uma área de 352,23m² que, desse modo, possuindo como sua a referida área por mais de vinte anos, perfaz o tempo previsto no artigo 1.238 do Código Civil Brasileiro para aquisição do domínio, Requerendo que lhes sejam declarada, por sentença, a propriedade, para que surtam os efeitos legais, expeça-se, para tanto, o mandado para transcrição no Registro de Imóveis, em nome dos Autores, servindo como título aquisitivo de propriedade. Dá-se à causa o valor de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) para efeitos de alçada. Advogada: Drª Eunice Ferreira Tambosi AOB/PR45.213. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Tiago Hiroaki Inoue, Técnico Judiciário, conferi e digitei.***São José dos Pinhais, 04 de setembro de 2023.***
Márcia Hübler Mosko
Juíza de Direito**OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de Intimação

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DOS AUTOS N.0002135-53.2023.8.16.0035, DE AÇÃO DE INTERDIÇÃO DE EVARISTO GIOVANI NEGOSEKI CPF N. º 007.454.519-18, PRAZO DE 10 DIAS.A DOUTORA **MÁRCIA HÜBLER MOSKO**, MERITÍSSIMA JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA 3ª VARA DO CÍVEL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - ESTADO DO PARANÁ, NA FORMA DA LEI,
FAZ SABER, nos termos dos artigos 275,§2º, e 755, §3º, ambos do Código de Processo Civil, que por este Juízo e Vara tramitam os autos de número **0002135-53.2023.8.16.0035,** em que foi nomeado(a) curador(a) HELIA REGINA IVANSKE NEGOSEKI CPF N. º 006.141.599-54 interditado(a) **EVARISTO GIOVANI NEGOSEKI CPF N. º 007.454.519-18**, tendo como causa da interdição esclerose tuberosa, epilepsia, transtorno mental não especificado devido a uma lesão e disfunção cerebral e a uma doença física, neoplasia lipomatosa benigna de órgãos intra-abdominais e retardo mental leve CID 1.9, sendo declarada por sentença a interdição parcial do(a) interditado(a), tornando-o dependente da participação do(a) curador(a) especial em seus atos da vida civil, bem como para incumbir a(o) curador(a) especial os poderes para realizar atos que importem disposição de bens/direitos de natureza patrimonial e negocial: compras, vendas e trocas rotineiras: (bens móveis, imóveis, compras de maior valor mediante autorização judicial, com fulcro nos artigos 1748, IV e 1749, I c/c 1774, todos do Código Civil); contratação e demissão de empregados; movimentação da conta bancária e operações mediante uso de cartão bancário ou cheque, representação perante o INSS e administração de bens. **OBSERVAÇÃO**: O acesso ao conteúdo integral do mencionado processo, bem como a realização de atos processuais pela parte interessada ocorrerão exclusivamente pelo sistema eletrônico PROJUDI, disponível em https://portal.tjpr.jus.br/projudi, mediante a habilitação do respectivo advogado, nos termos da Lei 11.419/2006 (C.N. 2.21.3.1). Dado e passado nesta cidade e Comarca de São José dos Pinhais, aos 04 de setembro de 2023. A MM. Juíza determinou a expedição do presente edital, que será publicado por três oportunidades com prazo de intervalo de dez dias, na forma da lei e afixado no lugar de costume. Eu, Tiago Hiroaki Inoue, Técnico Judiciário, o digitei e conferi.
Márcia Hübler MoskoJuíza de Direito

DITAL DE INTIMAÇÃO**DESTINATÁRIO(A)(S): Fernanda Albuquerque Collodel Cajueiro, ROMEU DE FREITAS CAJUEIRO SOBRINHO, SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREOS CAJUEIRO LTDA - ME**
PRAZO DE 15 dias úteis
O(A) Juiz(íza) de Direito Adrianna Correa dos Santos Artin, da 3ª Vara Cível de São José dos Pinhais, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Cumprimento de sentença, assunto Contratos Bancários, sob nº 0003516-09.2017.8.16.0035, em que é(são) exequente(s) Banco do Brasil S/A, e executado(s) Fernanda Albuquerque Collodel Cajueiro, ROMEU DE FREITAS CAJUEIRO SOBRINHO, SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREOS CAJUEIRO LTDA - ME , e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Fernanda Albuquerque Collodel Cajueiro**, portador(a) do RG 71870669 SSP/PR e CPF 026.681.449-22;**SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AEREOS CAJUEIRO LTDA - ME** , portador(a) do CNPJ 03.641.786/0001-14;**ROMEU DE FREITAS CAJUEIRO SOBRINHO**, portador(a) do RG 63231819 SSP/PR e CPF 018.462.339-17. Desta forma, se procede por meio deste edital sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 15 (quinze) dias**, efetuar o pagamento do débito a que foi condenado, no valor total de R$ 459.098,99 em fevereiro/2017, acrescido de correção monetária e juros moratórios até a data do efetivo pagamento, acrescentado de custas processuais. Caso o pagamento não for realizado, acarretará em pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), ambos incidentes cumulativamente sobre o débito atualizado ou sobre o valor restante, em caso de pagamento parcial, nos termos do art. 523, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil. Se efetuado o pagamento integral da dívida no prazo estipulado, fica isento de multa, honorários advocatícios e custas processuais decorrentes do cumprimento de sentença, e havendo pagamento parcial, a multa incidirá sobre o restante da obrigação. A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que poderá(ão) opor **impugnação**, por meio de advogado(a), no **prazo de 15 (quinze) dias** contados a partir do término do prazo para pagamento voluntário independentemente de penhora ou nova intimação, conforme previsto no art. 525 do Código de Processo Civil. Salienta-se, contudo, que a suspensão do cumprimento de sentença condiciona-se à garantia do juízo (art. 525, § 6º, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Tiago Hiroaki Inoue, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
São José dos Pinhais, 04 de setembro de 2023.
Márcia Hübler Mosko
Juíza de Direito**OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE OSMAR PINHEIRO DA SILVA - PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
A Doutora **CAROLINA DELDUQUE SENNES BASSO**, Meritíssima Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública de São José dos Pinhais, situada na Rua Mendes Leitão nº 2835 - Centro, do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processam os Autos de Execução Fiscal nº **0007081-64.2006.8.16.0035**, em que é autor o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR em face de OSMAR PINHEIRO DA SILVA e TORNEARIA PINHEIRO S/C, tendo por objeto a cobrança da dívida representada pela CDA nº 176/2006, totalizando o valor de R$ 898,07 (oitocentos e noventa e oito reais e sete centavos) atualizado em 02 de maio de 2006, além dos acréscimos legais, honorários advocatícios e das custas judiciais. E por este Edital **INTIMAOSMAR PINHEIRO DA SILVA** (CPF 299.221.949-53) da penhora realizada sobre o lote de terreno nº 16, da quadra nº 17 da Planta Cidade Jardim, com área total de 432,00m², situado neste Município e Comarca de São José dos Pinhais, matrícula nº 34.793 do 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca de São José dos Pinhais (termo de penhora mov. 81.1 dos autos virtuais, lavrado em 23 de janeiro de 2021) para, querendo, opor embargos à execução fiscal no prazo de 30 (trinta) dias (art. 16 da Lei 6.830/1980). Este processo tramita eletronicamente. Petições, procurações, contestação etc., devem ser trazidos aos autos exclusivamente por peticionamento eletrônico, devendo o advogado realizar o cadastramento junto à OAB/PR. São José dos Pinhais, 5 de setembro de 2023. Eu, José Felipe Ramina, Técnico Judiciário, digitei e conferi. Assinatura digital autorizada pela Portaria 01/2019.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE CESAR MORO e VICCA OFICINA MECANICA E COMERCIO DE PEÇAS PARA MOTORES LTDA - PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
A Doutora **CAROLINA DELDUQUE SENNES BASSO**, Meritíssima Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública de São José dos Pinhais, situada na Rua Mendes Leitão nº 2835 - Centro, do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processam os Autos de Cumprimento de Sentença nº **0002291-53.2014.8.16.0036**, em que é autor ALTAIR JOSMAR DA SILVA em face de CESAR MORO, JUNTA COMERCIAL DO PARANA - JUCEPAR e VICCA OFICINA MECANICA E COMERCIO DE PEÇAS PARA MOTORES LTDA, tendo por objeto declarar a nulidade da segunda alteração contratual da empresa Vicca Oficina Mecânica e Comércio de Peças para Motores LTDA. em relação à inclusão do autor no quadro de sócios da pessoa jurídica; e condenar os requeridos Cezar Moro e Vicca Oficina Mecânica e Comércio de Peças para Motores LTDA., solidariamente, ao pagamento de indenização por danos morais ao autor, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser acrescido de correção monetária pelo IPCA-E desde a data da sentença e de juros de mora de 1% ao mês que fluem de 12/06/2009, além dos honorários advocatícios e das custas judiciais. E por este Edital **INTIMA CESAR MORO (CPF 301.740.079-49) e VICCA OFICINA MECANICA E COMERCIO DE PEÇAS PARA MOTORES LTDA (CNPJ 02.527.775/0001-45)** para que cumpram voluntariamente a obrigação estabelecida na sentença (mov. 177.1 dos autos), no prazo de 15 (quinze) dias, caso contrário o inadimplemento importará na incidência de multa e honorários advocatícios, ambos em 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida, com esteio no artigo 523 do Código de Processo Civil, e o prazo para eventual impugnação ao cumprimento de sentença terá imediato início, independentemente de penhora, na esteira do artigo 525 do Código de Processo Civil. Este processo tramita eletronicamente. Petições, procurações, contestação etc., devem ser trazidos aos autos exclusivamente por peticionamento eletrônico, devendo o advogado realizar o cadastramento junto à OAB/PR. São José dos Pinhais, 5 de setembro de 2023. Eu, José Felipe Ramina, Técnico Judiciário, digitei e conferi. Assinatura digital autorizada pela Portaria 01/2019.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE FRANCISCO NUNES FERREIRA - PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
A Doutora **CAROLINA DELDUQUE SENNES BASSO**, Meritíssima Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública de São José dos Pinhais, situada na Rua Mendes Leitão nº 2835 - Centro, do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processam os Autos de Execução Fiscal nº **0000252-60.2020.8.16.0202**, em que é autor o MUNICIPIO DE SAO JOSE DOS PINHAIS em face de FRANCISCO NUNES FERREIRA, tendo por objeto a cobrança da dívida decorrente de MULTA MEIO AMBIENTE (MEMORANDO 15/2018-SEMMA/DEMOB, AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº 879/2017), representada pela CDA nº 7234/2019, no valor de R$ 1.487,19 (mil quatrocentos e oitenta e sete reais e dezenove centavos) atualizado em 01/12/2019, além dos acréscimos legais, honorários advocatícios e das custas judiciais. E por este Edital **INTIMA FRANCISCO NUNES FERREIRA** (CPF 725.866.803-91) da penhora realizada em sua conta bancária via sistema SISBAJUD em 19/08/2023 (mov. 95.1 dos autos virtuais) no valor de R$ 30,06 (trinta reais e seis centavos) transferidos para conta judicial em 22/08/2023, para, querendo, opor embargos à execução fiscal no prazo de 30 (trinta) dias (art. 16 da Lei 6.830/1980). Este processo tramita eletronicamente. Petições, procurações, contestação etc., devem ser trazidos aos autos exclusivamente por peticionamento eletrônico, devendo o advogado realizar o cadastramento junto à OAB/PR. São José dos Pinhais, 6 de setembro de 2023. Eu, José Felipe Ramina, Técnico Judiciário, digitei e conferi. Assinatura digital autorizada pela Portaria 01/2019.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS - ARTIGO 34 DO DECRETO-LEI N. 3.365/1941 - PRAZO 10 DIAS.
A Doutora Carolina Delduque Sennes Basso, Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública - situada na Rua Mendes Leitão nº 2835, Centro, telefone (41)3312-6970 - do Foro Regional de São José dos Pinhais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, na forma da lei, FAZ SABER a todos que tiverem conhecimento deste edital e ainda a quem possa interessar, que perante este Juízo e Secretaria se processam os autos de **AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO** em fase de Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública, sob o n. **0000123-21.2021.8.16.0202**, em que é expropriante o Município de São José dos Pinhais/PR e expropriado DEVALDO FURTUOSO DOS SANTOS. Foi declarada de utilidade pública por meio do Decreto nº 2790 de 01/09/2017, publicado no "Correio Paranaense" nº 4048, de 13/09/2017, para fins de desapropriação, o Lote de terreno urbano "U" da quadra CH-5, da Planta Jardim Alvorada, situada na Colônia Guatupê, neste município, com área total de 3.139,00 m² matriculado sob nº 45.644 no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais, destina-se à implantação do Projeto Parque Linear do Rio Itaqui. Expede-se este edital em cumprimento a sentença de mov. 77.1 dos autos virtuais, para o levantamento do valor de R$105.705,83 (cento e cinco mil, setecentos e cinco reais e oitenta e três centavos) em favor do expropriado, a serem atualizados. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa no futuro alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que assinala o prazo de 10 (dez) dias, o qual deverá ser publicado e afixado no lugar de costume na forma da Lei, de acordo com o contido no Decreto-Lei n. º 3.365/41, visando resguardar seus direitos. NADA MAIS. São José dos Pinhais, 6 de setembro de 2023. Eu, José Felipe Ramina, Técnico Judiciário, digitei e conferi. Assinatura digital autorizada pela Portaria 01/2019.

SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

VARA CÍVEL, DA FAZENDA PÚBLICA, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Intimação

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU/PARANÁ
ESCRIVANIA DA VARA CÍVEL & DEMAIS ANEXOS
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE QUARENTA E CINCO (45) DIAS
JUSTIÇA GRATUITA
A DOUTORA KAMILA PEREIRA MARTINS, MM. JUÍZA SUBSTITUTA da Vara Cível & Demais Anexos desta Comarca, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, de que por este juízo e cartório, se processaram os Autos da Ação de Dispensa de Curador com Tutela de Evidência 0000827-37.2019.8.16.0159, proposta por SUZANA APARECIDA DOS SANTOS em favor de JACIRA DOS SANTOS, em cujo feito, através da sentença prolatada em data de 05/06/2023, foi julgado procedente o pedido formulado na inicial, substituindo a curatela em favor da interditada **JACIRA DOS SANTOS**, que deverá ser exercida pelo presidente do Lar dos Idosos e Centro Promocional Dom Scalabrini **LUIZ CARLOS DE SOUZA**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 644.204.939-68, portador da CI sob nº 1.123.331-5 SSP/PR, com endereço no Lar dos Idosos Dom Scalabrini, localizado na Rua Santa Catarina, 800, Centro, nesta Cidade de São Miguel do Iguaçu/PR, em substituição a Sra. Suzana Aparecida dos Santos, pelo que serão considerados nulos e de nenhum efeito, todos os atos, avenças, e convenções praticados pela interditada sem assistência de seu curador. E, para que a notícia chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado na Imprensa Oficial do Estado, por três (3) vezes, com intervalo de dez (10) dias, nos termos do artigo 755, § 3º, do CPC, afixando-se cópia no local de costume na Sede deste Juízo, restando consignado que as partes são beneficiárias da assistência judiciária gratuita. São Miguel do Iguaçu/PR, hoje, quarta-feira, 09 de Agosto de 2023 (09/08/2023). Eu, MARCÉLI BARBIERI,

Empregada Juramentada [Portaria 15/2018] da Escrivania Cível/Anexos que digitei, e eu _____ JAIR LOURENÇO DE SOUZA, Escrivão, subscrevi e assino, nos termos da Portaria 01/2019.
JAIR LOURENÇO DE SOUZA
Escrivão Cível/Anexos

FORO REGIONAL DE SARANDI DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DA RÉ JESSICA DE OLIVEIRA PEREIRA GOULART, COM O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.
A Doutora Elaine Cristina Siroti, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal do Foro Regional de Sarandi, Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Estado do Paraná, etc...
FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que é expedido com o prazo de 15 (quinze) dias, por não ser possível INTIMAR pessoalmente **JESSICA DE OLIVEIRA PEREIRA GOULART,** brasileira, nascida aos 16/02/1993, natural de Cambé/PR, portadora do RG 129242230 SSP/PR e CPF 090.038.039-00, filha de Santa de Oliveira e Arnaldo Pereira Goulart, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **INTIMA-O(S),** para comparecer ao Fórum de Sarandi, na Avenida Maringá, 3033, na sala de audiência, no próximo **dia 27 de outubro de 2023, às 13:30 horas,** a fim de participar da **audiência admonitória/ justificação** nos autos de Execução de Pena nº. 400232-03.2021.8.16.0190. Fica a sentenciada advertida de que o seu não comparecimento poderá acarretar regressão a regime mais gravoso e consequente expedição de mandado de prisão. E, que de futuro não aleguem ignorância é expedido o presente edital que será afixado em local de costume e publicado no Diário da Justiça. **SARANDI**, em 1 de setembro de 2023. Eu, Marcos Katsudi Tanno, Técnico Judiciário, que o digitei e a MMª Juíza de Direito da Vara de Execução em Meio Aberto de Sarandi, Dra, Elaine Cristina Siroti, o subscreve.
Adicionar um(a) Conteúdo

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO SENTENCIADO ELCIO RICARDO MARQUES, COM O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.
A Doutora ELAINE CRISTINA SIROTI, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal do Foro Regional da de Sarandi, Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Estado do Paraná, na forma da lei, etc. ...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, com o prazo de quinze (15) dias, ou dele conhecimento tiverem, que não sendo possível INTIMAR pessoalmente o sentenciado ELCIO RICARDO MARQUES, brasileiro, estado civil desconhecido, profissão não definida, nascido aos 19/02/1988, filho de MARLI PENNA MARQUES e CELSO ANTONIO MARQUES, portador do RG 151603556 SSP/PR e CPF/ MF nº 365.459.848-02, *atualmente em lugar incerto e não sabido,* e não sendo possível intimá-lo pessoalmente do despacho que determina a devolução do valor residual depositado em juízo a título de fiança, nos autos de Processo Crime sob n. 0010580-83.2017.8.16.0160, pelo presente proceda a ***INTIMAÇÃO*** deste, para que no prazo de 10 (dez) dias, informe seus dados bancários completos e/ou compareça em Cartório, munido de documento de identificação pessoal (RG e CPF), a fim de possibilitar o levantamento do valor residual depositado em juízo a título de fiança. **SARANDI**, em 6 de setembro de 2023. Eu, Helton Jum Kikuti, Técnico Judiciário, que o digitei e a MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal de Sarandi, Dra. Elaine Cristina Siroti, o subscreve.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO RÉU MARCOS ANTONIO DA SILVA, COM O PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.
A Doutora Elaine Cristina Siroti, MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal do Foro Regional de Sarandi, Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Estado do Paraná, etc...
FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que é expedido com o prazo de 15 (quinze) dias, por não ser possível INTIMAR pessoalmente **MARCOS ANTONIO DA SILVA,** brasileiro, nascido aos 23/12/1968, natural de Maringá/PR, portador do RG 53135692 SSP/PR e CPF 904.306.039-91, filho de Maria Claudete da Silva e Cicero Manoel da Silva, atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **INTIMA-O(S),** para comparecer ao Fórum de Sarandi, na Avenida Maringá, 3033, na sala de audiência, no próximo **dia 20 de outubro de 2023, às 13:45 horas,** a fim de participar da **audiência admonitória/ justificação** nos autos de Execução de Pena nº. 4000092-59.2021.8.16.0160. Fica o sentenciado advertido de que o seu não comparecimento poderá acarretar regressão a regime mais gravoso e consequente expedição de mandado de prisão. E, que de futuro não aleguem ignorância é expedido o presente edital que será afixado em local de costume e publicado no Diário da Justiça. **SARANDI**, em 5 de setembro de 2023. Eu, Marcos Katsudi Tanno, Técnico Judiciário, que o digitei e a MMª Juíza de Direito da Vara de Execução em Meio Aberto de Sarandi, Dra, Elaine Cristina Siroti, o subscreve.

VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital Geral

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ. COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ. FORO REGIONAL DE SARANDI - VARA CÍVEL DE SARANDI/PR.
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE **SENTENÇA DE SUBSTITUIÇÃO DE CURATELA** DO(A) **INTERDITADO(A) LUIZ ROBERTO CAMARGO**, CPF Nº 010.328.459-10, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, PUBLICADO POR 3 (TRÊS) VEZES, COM INTERVALO DE 10 (DEZ) DIAS
A Dra. **KETBI ASTIR JOSE,** MMa. Juíza de Direito, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital de curatela, cientifica a todos os interessados, que neste Juízo processou-se os autos de Substituição de Curador protocolo nº 297, em que é requerente **ROSELY DE FATIMA SILVA**, sendo declarada por sentença a Curatela de **LUIZ ROBERTO CAMARGO**, Brasileiro, Solteiro, nascido em 14/07/1971, natural de Arapongas-PR, filho de Alfredo Camargo e Sebastiana Brito Camargo, residente e domiciliado no município e Comarca de Sarandi, portador de Síndrome de Down CID 10 nº Q90, sendo-lhe nomeada **CURADORA** a Sra. **ROSELY DE FATIMA SILVA**, tendo a curatela a finalidade de representar o curatelado para os seguintes atos de sua vida civil: **realizar atos que importem disposição de bens/direitos de natureza patrimonial e negocial; compras, vendas e trocas rotineiras; compras, vendas e trocas não rotineiras (bens móveis, imóveis, compras de maior valor mediante autorização judicial, com fulcro nos artigos 1748, IV e 1749, I c/c 1774, todos do Código Civil); contratação e demissão de empregados; movimentação da conta bancária e operações mediante uso de cartão bancário ou cheque, encerramento e abertura de contas bancárias; representar perante o INSS, administração de bens e gerenciamento de sua saúde, por tempo indeterminado**. O presente edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do curatelado e da curadora. JUSTIÇA GRATUITA.
O presente Edital foi expedido no Projeto Justiça no Bairro, realizado em 13/02/2023 - Triagem: 297-W, assinado presencialmente pela Dra. Elaine Cristina Siroti, Juíza de Direito.
E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa de futuro alegar ignorância, mandou expedir este edital, que será publicado na forma da lei, no local de costume deste Juízo. Eu, Sebastiana da Gloria Xavier, Escrivã Interina que o digitei, subscrevi e o assino consoante autorização constante na Portaria nº 17/2022.
Sarandi/PR, data da assinatura digital.
Sebastiana da Gloria Xavier
Escrivã Interina
(Assinatura digital)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ. COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ. FORO REGIONAL DE SARANDI - VARA CÍVEL DE SARANDI/PR.
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE **SENTENÇA DE SUBSTITUIÇÃO DE CURATELA** DO(A) **INTERDITADO(A) ROBSON LUIZ VITERBO**, CPF Nº 077.381.799-96, COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, PUBLICADO POR 3 (TRÊS) VEZES, COM INTERVALO DE 10 (DEZ) DIAS
A Dra. **KETBI ASTIR JOSE,** MMa. Juíza de Direito, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente edital de curatela, cientifica a todos os interessados, que neste Juízo processou-se os autos de Substituição de Curador protocolo nº 298, em que é requerente **MARIA CRISTINA SOARES VITERBO**, sendo declarada por sentença a Curatela de **ROBSON LUIZ VITERBO**, Brasileiro, Solteiro, nascido em 09/05/1973, natural de Goioere-PR, filho de José Soares Viterbo e Maria Lopes Soares Viterbo, residente e domiciliado no município e Comarca de Sarandi, portador de Síndrome de Down CID 10 nº Q90, sendo-lhe nomeada **CURADORA** a Sra. **MARIA CRISTINA SOARES VITERBO**, tendo a curatela a finalidade de representar o curatelado para os seguintes atos de sua vida civil: **realizar atos que importem disposição de bens/direitos de natureza patrimonial e negocial; compras, vendas e trocas rotineiras; compras, vendas e trocas não rotineiras (bens móveis, imóveis,**

compras de maior valor mediante autorização judicial, com fulcro nos artigos 1748, IV e 1749, I c/c 1774, todos do Código Civil); contratação e demissão de empregados; movimentação da conta bancária e operações mediante uso de cartão bancário ou cheque, encerramento e abertura de contas bancárias; representar perante o INSS, administração de bens e gerenciamento de sua saúde, por tempo indeterminado. O presente edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do curatelado e da curadora. JUSTIÇA GRATUITA.

O presente Edital foi expedido no Projeto Justiça no Bairro, realizado em 15/02/2023 - Triagem: 298-W, assinado presencialmente pela Dra. Elaine Cristina Siroti, Juíza de Direito.

E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa de futuro alegar ignorância, mandou expedir este edital, que será publicado na forma da lei, no local de costume deste Juízo. Eu, Sebastiana da Gloria Xavier, Escrivã Interina que o digitei, subscrevi e o assino consoante autorização constante na Portaria nº 17/2022.

Sarandi/PR, data da assinatura digital.

Sebastiana da Gloria Xavier

Escrivã Interina

(Assinatura digital)

SERTANÓPOLIS

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Criminal

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE SERTANÓPOLIS
VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE PENA DE MULTA DE SERTANÓPOLIS - ANEXA À VARA CRIMINAL DE SERTANÓPOLIS - PROJUDI
EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): THIAGO CONTENTE DE LIMA

PRAZO DE 30 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Karina de Azevedo Malaguido, da Vara de Execução Penal de Pena de Multa de Sertanópolis - Anexa à Vara Criminal de Sertanópolis, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0001113-98.2022.8.16.0162, o qual tem por objeto execução de pena de multa e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) executada(s) THIAGO CONTENTE DE LIMA, portador(a) do RG 130186394 SSP/PR e CPF 800.073.619-55**, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua 1. **CITAÇÃO** para que, no prazo de 10(dez) dias, efetue o pagamento da pena de multa, no valor de R$ 17.081,57 ou nomeie bens à penhora, conforme documentos que podem ser acessados diretamente nos autos (orientação abaixo); 2.INTIMAÇÃO de que em caso de não comparecimento em Juízo ou contato por qualquer meio de comunicação para a realização do pagamento, será expedido Mandado para a penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para a garantia da execução; 3.INTIMAÇÃO que serão cobradas eventuais custas decorrentes de diligências no processo de execução, por ocasião do pagamento da pena de multa; 4.INTIMADA de que, havendo intenção de pagamento, deverá comparecer pessoalmente ou entrar em contato com a Secretaria do Juízo por qualquer meio de comunicação, de segunda à sexta-feira das 12:00 às 18:00, por qualquer meio eletrônico idôneo, preferencialmente através de uma das seguintes formas: a) pelo telefone ou e-mail informados no cabeçalho; b) pelo balcão virtual acessível ao endereço https://www.tjpr.jus.br/endereco-de-orgaos-do-judiciario; c) por aplicativo de mensagens WhatsApp (utilize o número de telefone informado no cabeçalho); ou, compareça presencialmente ao endereço da Secretaria informado no cabeçalho para retirada física dos documentos. Poderá ainda ser solicitado o parcelamento da pena de multa, pedido este que será submetido ao(à) Magistrado(a). Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Nelson Luiz Pereira Junior, Técnico Judiciário, conferi e digitei.***Sertanópolis, 05 de setembro de 2023.***

Karina de Azevedo Malaguido

Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE SERTANÓPOLIS
VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE PENA DE MULTA DE SERTANÓPOLIS - ANEXA À VARA CRIMINAL DE SERTANÓPOLIS - PROJUDI
EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): ANDERSON DE SOUSA

PRAZO DE 30 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Karina de Azevedo Malaguido, da Vara de Execução Penal de Pena de Multa de Sertanópolis - Anexa à Vara Criminal de Sertanópolis, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0001244-73.2022.8.16.0162, o qual tem por objeto execução de pena de multa e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) executada(s) ANDERSON DE SOUSA, portador(a) do RG 96476493 SSP/PR e CPF 080.875.829-26**, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua 1. **CITAÇÃO** para que, no prazo de 10(dez) dias, efetue o pagamento da pena de multa, no valor de R$ 340,24 ou nomeie bens à penhora, conforme documentos que podem ser acessados diretamente nos autos (orientação abaixo); 2.INTIMAÇÃO de que em caso de não comparecimento em Juízo ou contato por qualquer meio de comunicação para a realização do pagamento, será expedido Mandado para a penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para a garantia da execução; 3.INTIMAÇÃO que serão cobradas eventuais custas decorrentes de diligências no processo de execução, por ocasião do pagamento da pena de multa; 4.INTIMADA de que, havendo intenção de pagamento, deverá comparecer pessoalmente ou entrar em contato com a Secretaria do Juízo por qualquer meio de comunicação, de segunda à sexta-feira das 12:00 às 18:00, por qualquer meio eletrônico idôneo, preferencialmente através de uma das seguintes formas: a) pelo telefone ou e-mail informados no cabeçalho; b) pelo balcão virtual acessível ao endereço https://www.tjpr.jus.br/endereco-de-orgaos-do-judiciario; c) por aplicativo de mensagens WhatsApp (utilize o número de telefone informado no cabeçalho); ou, compareça presencialmente ao endereço da Secretaria informado no cabeçalho para retirada física dos documentos. Poderá ainda ser solicitado o parcelamento da pena de multa, pedido este que será submetido ao(à) Magistrado(a). Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Nelson Luiz Pereira Junior, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Sertanópolis, 05 de setembro de 2023.

Karina de Azevedo Malaguido

Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE SERTANÓPOLIS
VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE PENA DE MULTA DE SERTANÓPOLIS - ANEXA À VARA CRIMINAL DE SERTANÓPOLIS - PROJUDI
EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): ERICO DIAS DOS SANTOS

PRAZO DE 30 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Karina de Azevedo Malaguido, da Vara de Execução Penal de Pena de Multa de Sertanópolis - Anexa à Vara Criminal de Sertanópolis, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0001143-36.2022.8.16.0162, o qual tem por objeto execução de pena de multa e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) executada(s) ERICO DIAS DOS SANTOS, portador(a) do RG 146301657 SSP/PR e CPF 398.350.208-33**, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua 1. **CITAÇÃO** para que, no prazo de 10(dez) dias, efetue o pagamento da pena de multa, no valor de R$ 47.256,64 ou nomeie bens à penhora, conforme documentos que podem ser acessados diretamente nos autos (orientação abaixo); 2.INTIMAÇÃO de que em caso de não comparecimento em Juízo ou contato por qualquer meio de comunicação para a realização do pagamento, será expedido Mandado para a penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para a garantia da execução; 3.INTIMAÇÃO que serão cobradas eventuais custas decorrentes de diligências no processo de execução, por ocasião do pagamento da pena de multa; 4.INTIMADA de que, havendo intenção de pagamento, deverá comparecer pessoalmente ou entrar em contato com a Secretaria do Juízo por qualquer meio de comunicação, de segunda à sexta-feira das 12:00 às 18:00, por qualquer meio eletrônico idôneo, preferencialmente através de uma das seguintes formas: a) pelo telefone ou e-mail informados no cabeçalho; b) pelo balcão virtual acessível ao endereço https://www.tjpr.jus.br/endereco-de-orgaos-do-judiciario; c) por aplicativo de mensagens WhatsApp (utilize o número de telefone informado no cabeçalho); ou, compareça presencialmente ao endereço da Secretaria informado no cabeçalho para retirada física dos documentos. Poderá ainda ser solicitado o parcelamento da pena de multa, pedido este que será submetido ao(à) Magistrado(a). Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Nelson Luiz Pereira Junior, Técnico Judiciário, conferi e digitei.***Sertanópolis, 05 de setembro de 2023.***

Karina de Azevedo Malaguido

Juíza de Direito

OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE SERTANÓPOLIS
VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE PENA DE MULTA DE SERTANÓPOLIS - ANEXA À VARA CRIMINAL DE SERTANÓPOLIS - PROJUDI
EDITAL DE CITAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): MAURICIO RICHARD AMARO ROCHA
PRAZO DE 30 dias úteisO(A) Juiz(íza) de Direito Karina de Azevedo Malaguido, da Vara de Execução Penal de Pena de Multa de Sertanópolis - Anexa à Vara Criminal de Sertanópolis, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Execução Fiscal sob nº 0001638-80.2022.8.16.0162, o qual tem por objeto execução de pena de multa e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) executada(s) MAURICIO RICHARD AMARO ROCHA, portador(a) do RG 139678940 SSP/ PR e CPF 075.145.019-75**, motivo pelo qual, se procede por meio deste sua 1. **CITAÇÃO** para que, no prazo de 10(dez) dias, efetue o pagamento da pena de multa, no valor de R$ 7.800,09 ou nomeie bens à penhora, conforme documentos que podem ser acessados diretamente nos autos (orientação abaixo); 2.INTIMAÇÃO de que em caso de não comparecimento em Juízo ou contato por qualquer meio de comunicação para a realização do pagamento, será expedido Mandado para a penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para a garantia da execução; 3.INTIMAÇÃO que serão cobradas eventuais custas decorrentes de diligências no processo de execução, por ocasião do pagamento da pena de multa; 4.INTIMADA de que, havendo intenção de pagamento, deverá comparecer pessoalmente ou entrar em contato com a Secretaria do Juízo por qualquer meio de comunicação, de segunda à sexta-feira das 12:00 às 18:00, por qualquer meio eletrônico idôneo, preferencialmente através de uma das seguintes formas: a) pelo telefone ou e-mail informados no cabeçalho; b) pelo balcão virtual acessível ao endereço https://www.tjpr.jus.br/endereco-de-orgaos-do-judiciario; c) por aplicativo de mensagens WhatsApp (utilize o número de telefone informado no cabeçalho); ou, compareça presencialmente ao endereço da Secretaria informado no cabeçalho para retirada física dos documentos. Poderá ainda ser solicitado o parcelamento da pena de multa, pedido este que será submetido ao(à) Magistrado(a). Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado curador especial (art. 257, inc. IV, CPC). O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Nelson Luiz Pereira Junior, Técnico Judiciário, conferi e digitei.***Sertanópolis, 05 de setembro de 2023.***
Karina de Azevedo Malaguido
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

TEIXEIRA SOARES

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE TEIXEIRA SOARES VARA CÍVEL DE TEIXEIRA SOARES - PROJUDI Rua XV de Novembro, 228 - Centro - Teixeira Soares/PR - CEP: 84.530-000 - Fone: (42) 3460-1266 EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 30 dias úteis A Juíza de Direito Talita Garcia Betiati, da Vara Cível de Teixeira Soares, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Nomeação, sob nº 0000738-41.2021.8.16.0095, em que é autor JOSE LUIZ MARQUES, e réu GONÇALOS DA ROCHA MARQUES, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de GONÇALOS DA ROCHA MARQUES, por sentença transitada em julgado no dia 15/08/2023, a qual reconheceu que o interditado não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela. A referida sentença ainda nomeou ao interditado o curador JOSÉ LUIZ MARQUES, brasileiro, convivente, portador da Cédula de Identidade 10.007.222-0, inscrito no CPF 060.951.409-19, residente e domiciliado na Localidade Rural de Povoado Balão, município de Fernandes Pinheiro/PR, CEP 84.535-000, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger o interdito conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: "DISPOSITIVO Isto posto, nos termos do art. 487, I do NCPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e, via de consequência, constante art. 4º, III e art. 1.767, I ambos do C.C., decreto a interdição do réu, GONÇALO DA ROCHA MARQUES, e nomeio como curador JOSÉ LUIZ MARQUES, o qual deverá prestar o compromisso legal nos termos do art. 759 do CPC. Fica o curador nomeado com a incumbência de (art. 755, I e II do CPC): a) realizar atos que importem disposição de bens/direitos de natureza patrimonial e negocial; b) compra, vendas e trocas rotineiras e não rotineiras (bens moveis, compras de maior valor mediante autorização judicial, com fulcro no art. 1.748, IV e 1.749, I e 1.774 todos do Código Civil); c) contratação e demissão de empregados; d) movimentação de conta bancária e operações financeiras mediante uso de cartão bancário ou cheque e administração de bens (movimentações ou operações financeiras de montante que ultrapasse o valor de 3 salários mínimos mediante autorização judicial); e) demandar e ser demandado; Fica dispensada a prestação de caução e especialização de hipoteca legal, art. 1.774 combinado com o art. 1.745, § único ambos do C.C, ante o pequeno valor recebido pelo réu a título de benefício previdenciário. A prestação de contas, doutro giro, deverá ser anual." O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Ana Maria Cabral, Analista Judiciário, conferi e digitei. Teixeira Soares, 24 de agosto de 2023. Talita Garcia Betiati Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE TEIXEIRA SOARES VARA CÍVEL DE TEIXEIRA SOARES - PROJUDI Rua XV de Novembro, 228 - Centro - Teixeira Soares/PR - CEP: 84.530-000 - Fone: (42) 3460-1266 EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS PRAZO DE 30 dias úteis A Juíza) de Direito Dra TALITA GARCIA BETIATI, da Vara Cível de Teixeira Soares, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Interdição/Curatela, assunto Interdição, sob nº 0000493-80.2022.8.16.0164, em que é autora EVA DE ANDRADE RAMOS, e ré LILIAN MARIA DE RAMOS, e que por este edital COMUNICA A TODOS OS INTERESSADOS que foi decretada a interdição de LILIAN MARIA DE RAMOS, portadora do CPF 802.204.899-20; por sentença transitada em julgado no dia 04/07/2023, a qual reconheceu que a interditada não tem condições para administrar seus bens e praticar atos da vida civil em razão de doença grave, na forma dos arts. 4º, inc. III, e 1.767, inc. I, do Código Civil, o que justifica, portanto, sua submissão aos termos da curatela. A referida sentença ainda nomeou a interditada a curadora EVA DE ANDRADE RAMOS, brasileira, do lar, portadora da Cédula de Identidade 4.801.505-0, inscrita no CPF 713.407.429-34, residente e domiciliada na rua Laudia Traudi Demarchi, nº 321, Teixeira Soares/PR, CEP n.º 84.530-000, cuja curatela é por tempo indeterminado e tem a finalidade de reger a interdida conforme os limites da curatela. Tudo em conformidade com a decisão judicial que segue parcialmente transcrita: " DISPOSITIVO Isto posto, nos termos do art. 487, I do NCPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e, via de consequência, constante art. 4º, III e art. 1.767, I ambos do C.C., decreto a interdição da ré, LILIAN MARIA DE RAMOS, e nomeio como curadora EVA DE ANDRADE RAMOS, a qual deverá prestar o compromisso legal nos termos do art. 759 do CPC. Fica a curadora nomeada com a incumbência de (art. 755, I e II do CPC): a) realizar atos que importem disposição de bens/direitos de natureza patrimonial e negocial; b) compra, vendas e trocas rotineiras e não rotineiras (bens moveis, compras de maior valor mediante autorização judicial, com fulcro no art. 1.748, IV e 1.749, I e 1.774 todos do Código Civil); c) contratação e demissão de empregados; d) movimentação de conta bancária e operações financeiras mediante uso de cartão bancário ou cheque e administração de bens (movimentações ou operações financeiras de montante que ultrapasse o valor de 3 salários mínimos mediante autorização judicial); e) demandar e ser demandada; Fica dispensada a prestação de caução e especialização de hipoteca legal, art. 1.774 combinado com o art. 1.745, § único ambos do C.C, ante o pequeno valor recebido pela ré a título de benefício previdenciário. A prestação de contas, doutro giro, deverá ser anual." O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. Eu, Ana Maria Cabral, Analista Judiciário, conferi e digitei. Teixeira Soares, 24 de agosto de 2023. TALITA GARCIA BETIATI Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

Edital Geral - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE TEIXEIRA SOARES VARA CÍVEL DE TEIXEIRA SOARES - PROJUDI Rua XV de Novembro, 228 - Centro - Teixeira Soares/PR - CEP: 84.530-000 - Fone: (42) 3460-1266 EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIOS: TERCEIROS INTERESSADOS - INCERTOS E/OU DESCONHECIDOS PRAZO DE 30 dias úteis O(A) Juiz(íza) de Direito Talita Garcia Betiati, da Vara Cível de Teixeira Soares, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Usucapião, assunto Usucapião Extraordinária, sob nº 0000287-32.2023.8.16.0164, em que é(são) autor(es) JUNIOR CESAR VEIGA, Edna Luciana Goloiuh, e réu(s) AVELINO CHRIST, e que por este edital procede a CITAÇÃO de eventuais terceiros interessados, incertos e/ou desconhecidos, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam contestação, sob pena de revelia, a respeito do pedido de usucapião referente ao imóvel com a área de 237,00m², situado no Bairro Vila Nova, Cidade de Teixeira Soares, Estado do Paraná, com as seguintes divisas e confrontações: " O imóvel em descrição é de formato triangular e está localizado em uma rua projetada, de onde da referida rua olha-se o imóvel de frente. No lado direito confronta com o lote de José Veiga no rumo, 51º0'SE, com 14,00 metros. Nos fundos confronta com o lote de Avelino Crist no rumo, 26º0'NE, com 35,50 metros. Na frente confronta com o

alinhamento predial da Rua Projetada com diversos rumos SW, com 35,50 metros e chega-se ao ponto onde teve início a presente descrição, fechando o perímetro com a área de: 237,00m², nos termos do art. 259 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com o despacho judicial que segue parcialmente transcrita/o: " Citem-se, por edital com prazo de 30 (trinta) dias, eventuais interessados, para, querendo, oferecer resposta à presente demanda, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia (art.319, CPC)". O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil. O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Ana Maria Cabral, Analista Judiciário, conferi e digitei. Teixeira Soares, 31 de agosto de 2023. Talita Garcia Betiati Juíza de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projudi.

TELÊMACO BORBA

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO Nº 46/2023
PRAZO: 10 DIAS
AUTOS nº 0005293-17.2023.8.16.0165 - Ação de Destituição do Poder Familiar - Abandono Material
O DOUTOR NORTON THOMÉ ZARDO, MMº. JUIZ DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE TELÊMACO BORBA - ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei.
FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem e dele conhecimento tiverem, que se acha em trâmite regular por este Juízo, com sede na Rua Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto, nº 1103, Macopa, Telêmaco Borba/PR, os autos de Destituição do Poder Familiar - Abandono Material sob nº 0005293-17.2023.8.16.0165 em que é autor MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ e ré Tabada Vieira da Rosa, portadora do RG nº 9 794 376-1 SSP/PR e CPF nº 055.173.059-54, nascida em 30/01/1984, filha de Sonia de Fatima Paes e Lauri Vieira da Rosa atualmente em lugar incerto e não sabido.
Pelo presente, CITA-SE TABADA VIEIRA DA ROSA da propositura da presente ação, para que querendo apresente resposta aos pedidos, no prazo de dez (10) dias, sob pena de revelia e de serem considerados verdadeiros os fatos narrados na inicial.
E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital para o conhecimento da requerida e quem possa interessar, que assinala o prazo de 10 (dez) dias, o qual deverá ser em publicação única e afixado no lugar de costume na forma de lei.
Dado e passado nesta Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Telêmaco Borba/PR.
Aos 06 de setembro de 2023. Eu, Luciana Ferreira da Silva, Técnica Judiciária, o subscrevi.
NORTON THOMÉ ZARDO
JUIZ DE DIREITO

TERRA BOA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Cível

EDITAL DE CITAÇÃO com prazo de 30 (trinta) dias
O Doutor RODRIGO DO AMARAL BARBOZA - MM. Juiz de Direito da Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná, na forma da lei etc:
FAZ SABER, que perante este Juízo e Secretaria se processam os autos da Ação EXECUÇÃO FISCALnº 0002346-26.2019.8.16.0166 de Execução Fiscal que Município de Terra Boa, Paraná, CPF: 75.793.786 /0001-40 move em face de MARIA PIRES DE AMORIN, CPF 619.0283.729-53. E não tendo sido possível a citação via postal e pessoal, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, tem o presente edital, nos termos do art. 8, inciso IV, da Lei 6.830/80,a finalidade de CITARa executada MARIA PIRES DE AMORIN, CPF 037.694.139-11,para pagar a dívida com os encargos legais, ou garantir a execução no valor de R$ 438,92+ acréscimos legais- última atualização em 12/2019- conforme Certidão de Dívida Ativa nº 230/2019, e que, para tal, este Juízo tem sua sede na Rua Manoel Pereira Jordão, 120 nesta, com expediente externo das 12 às 18h. E para que chegue ao conhecimento de todos e dos INTERESSADOS e que, para no futuro não se venha a alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado e afixado na sede deste Juízo, na forma da Lei.
Assinado digitalmente
RODRIGO DO AMARAL BARBOZA
JUIZ DE DIREITO

TERRA ROXA

JUÍZO ÚNICO

Edital de Intimação - Cível

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERRA ROXA/PR
EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO PARA VENDA DE BENS DA MASSA FALIDA DE REIS E SILVA CONFECÇÕES LTDA. *(CNPJ 06.319.562/0001-89)*
Autos de Falência 0000017.06.2017.8.16.0168
LEILAO EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICO
(www.kronbergleiloes.com.br)
O EXMO. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CIVEL DA COMARCA DE TERRA ROXA/PR, nomeando o leiloeiro público HELCIO KRONBERG, faz ciência aos interessados que venderá, bem pertencente a **MASSA FALIDA DE REIS E SILVA CONFECÇÕES LTDA.**, em LEILÃO PUBLICO a ser realizado no local, data e horário previstos neste edital. **LOCAL**: As praças previstas neste edital serão exclusivamente eletrônicas, na plataforma eletrônica de leilões *www.kronbergleiloes.com.br*.**DATA E HORA**: **Primeira Praça: 20/10/2023. Segunda Praça: 27/10/2023. As praças previstas neste edital têm início programado para às 10h00min *(horário de Brasília).* Contudo, sendo ofertados diversos bens/lotes na mesma data, o horário de abertura do (s) lote (s) indicado (s) no presente edital poderá ser postergado, permitindo que os licitantes disputem mais de um lote. Por isso, caberá ao interessado acompanhar a abertura de cada lote no site do leiloeiro. Uma vez arrematados todos os bens/lotes, as demais praças acima indicadas restarão automaticamente canceladas. Na hipótese de suspensão do expediente forense em alguma das datas acima indicadas, o ato será automaticamente suspenso e transferido para primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, sendo as demais datas mantidas. CADASTRO PRÉVIO:** Para participar do leilão eletrônico, o interessado deverá cadastrar-se previamente no site do leiloeiro *(www.kronbergleiloes.com.br),* cadastrando *login* e senha, observadas as regras previstas no referido site. O interessado é o único responsável pelas informações e documentos fornecidos por ocasião do cadastro, respondendo, cível e criminalmente, por eventual informação incorreta. Ao se cadastrar e participar do leilão, o licitante adere integralmente às condições do mesmo, principalmente às condições previstas no presente edital. Os lances ofertados são irretratáveis e sem direito ao arrependimento, ocorrendo por conta e risco do usuário *(art. 13, § único e art. 32, ambos da Resolução 236/2016 do CNJ).***PROCEDIMENTO PARA O REGISTRO DE LANCES**: Tendo em vista as praças serem realizadas exclusivamente em ambiente eletrônico, serão aceitos lances desde a inserção do leilão no site do leiloeiro até o encerramento do ato. No (s) dia (s) indicado (s) no presente edital, a qualquer momento a partir dos horários fixados, será automaticamente iniciada a contagem regressiva de 180 segundos, sendo possível ofertar lances até o término da contagem, correndo por conta e risco do licitante a decisão de inserir lance nos segundos finais, em razão de possível instabilidade do sistema/internet. A cada lance inserido durante a contagem regressiva, o sistema automaticamente iniciará nova contagem de 180 segundos. Finalizada a contagem regressiva sem que novos lances sejam inseridos, o leilão será considerado finalizado/encerrado. O valor do primeiro lance a ser inserido deverá respeitar o valor mínimo previsto para o respectivo leilão *(lance inicial).* O valor dos demais lances deverão ser em valor superior aos lances anteriormente inseridos no sistema, observado o incremento previsto. Os atos realizados eletronicamente ficam sujeitos ao regular funcionamento do sistema e da internet, ficando o Poder Judiciário e/ ou o Leiloeiro, desde já, isentos de qualquer responsabilidade em caso de mau funcionamento ou instabilidade. **LANCE INICIAL**: Na **Primeira Praça** o*(s)* bem*(ens)* indicado*(s)* neste edital será*(ão)* ofertado*(s)* a partir do **valor de avaliação***(lance inicial, em primeira praça, indicado no lote).* Na **Segunda Praça** o*(s)* bem*(es)* será*(ão)* ofertado*(s)* a partir do valor equivalente a **50% do valor de avaliação** *(lance inicial, em segunda praça, indicado no lote)*. **LANCE CONSIDERADO VENCEDOR**: Será considerado arrematante o licitante que ofertar o lance de maior valor, observado o lance mínimo previsto em cada leilão e observadas as demais regras previstas neste edital. Deverá ser observado que a partir do momento em que

for ofertado algum lance para pagamento "à vista" *(sendo admitido apenas lance de valor superior aos lances até então existentes para pagamento "a prazo")*, somente serão admitidos novos lances para pagamento "à vista", hipótese em que não serão mais admitidos novos lances para pagamento "a prazo", mesmo que sejam lances de maior valor que o lance antes ofertado para pagamento "à vista". **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PREVISTAS:** Os lotes poderão ser arrematados mediante pagamento "à vista" ou "a prazo", nas condições previstas neste edital. Contudo, **as arrematações em valor inferior a R$ 20.000,00 deverão ser, obrigatoriamente, quitadas "a vista**". ***a)*** **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO À VISTA:** Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo máximo de 03 dias úteis, contados da data da arrematação em leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor integral do valor da arrematação. Na hipótese do arrematante deixar de depositar o valor no prazo fixado, a arrematação restará automaticamente desfeita/resolvida, sendo o bem novamente levado à leilão *(do qual o arrematante ficará impedido de participar)*, ficando o arrematante, em razão da desistência, obrigado a pagar multa equivalente a 25% *(vinte e cinco por cento)* do valor da arrematação, além da comissão do leiloeiro e das despesas para a realização de um novo leilão, dispondo o Sr. Administrador Judicial da respectiva cobrança/execução, que será instruída com a certidão do leiloeiro. Nos pagamentos via guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, devendo o arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital. ***b)*** **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PARCELADO:** Nesta modalidade de pagamento, o arrematante, no prazo de até 03 dias úteis, contados da data do leilão, deverá efetuar, mediante guia judicial, o pagamento do valor mínimo *(sinal)* correspondente a, no mínimo, **25% *(vinte e cinco por cento)*** do valor da arrematação, quitando o valor remanescente: em até **06 *(seis)* parcelas.** As parcelas serão iguais, mensais e sucessivas, vencíveis a cada 30 *(trinta)* dias corridos contados da data da arrematação e atualizadas mensalmente *(pro-rata die)*, pelo IPCA-E e acrescidas de juros remuneratórios (simples) de 0,5% ao mês, tudo computado a partir da data da arrematação em leilão, parcelas estas que deverão ser depositadas em conta-bancária vinculada aos autos a que se refere o presente edital, mediante guia judicial a ser emitida, devendo as guias serem emitidas para "pagamento em continuidade", indicando a mesma conta bancária indicada na primeira guia emitida para pagamento do valor da arrematação. O pagamento, à vista ou parcelado, deverá ser feito em dinheiro *(moeda nacional)*, devendo os valores ser depositados junto a conta bancária *(mediante guia judicial)* vinculada ao processo a que se refere este edital. Deverá o arrematante, no prazo máximo de 05 *(cinco)* dias corridos após o vencimento de cada parcela, comprovar a quitação da mesma mediante juntada do comprovante nos autos do processo a que se refere o presente edital. É de exclusiva responsabilidade do arrematante efetuar o cálculo da atualização do valor das parcelas e emitir a guia judicial para recolhimento do valor devido. A quitação dos valores fica condicionada a compensação de eventual cheque emitido para pagamento. Caso o vencimento de alguma parcela recaia em final de semana ou feriado, o mesmo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subseqüente. O não pagamento de qualquer parcela implicará no automático vencimento antecipado das demais parcelas *(considerando vencido o valor integral do débito na data de vencimento da parcela inadimplida)*, podendo o Sr. Administrador Judicial, de imediato, valer-se da via executiva em face do arrematante *(podendo, ser for o caso, executar a hipoteca gravada sobre o bem arrematado)*, incidindo, sobre o valor devido *(soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas)*, multa de 10% *(dez por cento)*, sem prejuízo das demais sanções cabíveis. Na hipótese do arrematante deixar de quitar o valor do sinal no prazo de 03 dias úteis, contado da data do leilão em que houve a arrematação, restará desfeita/ resolvida a arrematação, sendo imposta ao arrematante multa de 30% sobre o valor da arrematação, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste edital e na legislação em vigor. Nos pagamentos via guia judicial, deverão ser desconsideradas as datas de vencimento indicadas nas guias, devendo o arrematante observar os prazos estabelecidos no presente edital. **Em caso de parcelamento do valor da arrematação de bem móvel, o Exmo. Juiz poderá condicionar a entrega do bem à prestação de caução ou quitação das parcelas. PROPOSTAS**: Tendo em vista a revogação, pela Lei nº 14.112/2020, do art. 142, II da Lei 11.101/05, não serão admitidas vendas por propostas em leilões de bens de Massa Falidas. **EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA**: Nas hipóteses em que houver previsão legal do exercício do direito de preferência, este deverá ser exercido em igualmente de condições com eventuais outros interessados/licitantes, cabendo ao titular do direito acompanhar o leilão e exercer seu direito de preferência, com base no maior lance *(e nas mesmas condições de pagamento)* recebido pelo leiloeiro durante o leilão ou com base no valor do lance inicial *(quando não comparecerem interessados na arrematação do bem)*, até a assinatura do auto de arrematação ou homologação do leilão pelo r. juizo competente, sob pena de preclusão, devendo, para tanto, recolher o preço e a taxa de comissão do leiloeiro *(5%)*. Ficam os interessados cientes que o direito ao exercício de preferência será analisado pelo juízo competente, não cabendo tal análise do leiloeiro. **INFORMAÇÕES:** Com o Administrador Judicial, Dr. Darci Luiz Pessali, pelo telefone (45) 3225-2050 ou, ainda, com o leiloeiro, por intermédio do telefone (41) 3233-1077 e site *www.kronbergleiloes.com.br*. Bens não removidos pelo leiloeiro. **Visita dos bens mediante contato e agendamento prévio com o Sr. Administrador Judicial. Não serão aceitas visitas sem agendamento prévio.TAXA DE COMISSÃO DE LEILÃO:** Será devida, pelo arrematante, taxa de comissão de **5% *(cinco por cento)*** sobre o valor total da arrematação, a ser integralmente paga à vista *(moeda nacional)* no prazo máximo de 03 *(três)* dias úteis, contados da data do leilão em que houver a arrematação, ficando a quitação do valor da comissão condicionada a compensação de eventual cheque emitido para pagamento. O valor da comissão não está incluso no valor da arrematação, devendo ser destacado e pago para o leiloeiro. O pagamento da comissão deverá ser efetuado mediante depósito na conta bancária a ser oportunamente indicada pelo leiloeiro. O pagamento da comissão será sempre considerado à vista, mesmo em caso de emissão de cheque para quitação do valor. O valor integral da comissão será devido mesmo na hipótese de arrematação com créditos, adjudicação ou exercício do direito de preferência, quando previstas tais hipóteses. O valor da comissão do leiloeiro será integralmente devido mesmo em caso de inadimplência ou desistência/arrependimento do arrematante que acarrete no desfazimento/resolução da arrematação, não sendo a obrigação afastada mesmo na hipótese do bem vir a ser arrematado em leilão posteriormente realizado, tendo em vista cada leilão ser considerado um ato independente. A comissão será devida independente da assinatura do auto de arrematação, uma vez que o direito subjetivo do leiloeiro ao recebimento da comissão origina-se da venda em leilão, não ficando condicionado aos atos e formalidades posteriores. Assim, uma vez efetuada a venda, caso o arrematante venha a deixar de assinar o auto de arrematação e/ou venha a deixar de adimplir o valor do lance, ainda assim será devida a taxa de comissão do leiloeiro. Em caso de desfazimento da arrematação e consequente ordem de devolução será aplicada a correção do valor da comissão pelo IPCA-E. **DÍVIDAS E ÔNUS:A arrematação será considerada aquisição originária. Assim, os bens arrematados serão entregues, ao arrematante, livres e desembaraçados de quaisquer ônus e débitos *(até a data da expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega),* inclusive dívidas *propter rem***. Eventuais ônus e débitos mencionados no presente edital devem ser considerados meramente informativos, prestando-se ao cumprimento do previsto no art. 886 do CPC, não acarretando obrigação do arrematante em suportar os mesmos. Eventuais restrições/limitações ao uso do bem arrematado *(a exemplo de restrições construtivas, ambientais, dentre outras)* não se confundem com ônus e, por isso, permanecem mesmo após o leilão. Também devem ser observadas eventuais condições específicas indicadas na descrição de cada lote. Em relação a eventuais créditos tributários, será aplicada a norma prevista no art. 130, §único do CTN, cabendo ao credor habilitar seu crédito junto aos autos do processo a que se refere o presente edital. Contudo, caberá ao arrematante arcar com todos os custos e tributos eventualmente incidentes sobre a arrematação e transferência do bem, inclusive, mas não somente, ICMS, IRPF e/ou IRPJ, taxas de transferência, dentre outros. **CONDIÇÕES GERAIS:Não serão aceitos créditos desta ou de qualquer outra Massa Falida como lance e/ou pagamento *(parcial ou total).*** Fica o leiloeiro autorizado a, querendo, ofertar todos ou parte dos lotes de forma agrupada, tendo como lance mínimo a soma do valor dos lotes individuais, permitindo, assim, a arrematação conjunta de lotes por um único arrematante *(art. 893 do CPC)*. Poderá o leiloeiro atualizar o valor da avaliação. **Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia**, constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes da data do leilão. Não será aceita qualquer reclamação após a realização do leilão, inclusive na hipótese de haver discrepância entre a quantidade, qualidade e descrição contidos neste edital e o verificado no local de guarda, podendo haver diferenças. As fotos existentes no laudo, no site do leiloeiro e/ou no material publicitário devem ser consideradas meramente ilustrativas. Caberá ao arrematante arcar com todos os custos com a retirada e transporte do bem móvel arrematado do local onde o mesmo se encontra, devendo a retirada ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias após a expedição da carta de arrematação ou mandado de entrega, sob pena de perdimento do bem. Caberá ao arrematante arcar com as custas para a expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega, cujos valores deverão ser recolhidos diretamente à Vara onde tramitam os autos a que se referem o presente edital. **INTIMAÇÃO: Ficam, desde já, intimados todos os credores da Massa, eventuais coproprietários, credores hipotecários ou fiduciários, arrendatários rurais, terceiros interessados e, principalmente a empresa falida REIS E SILVA CONFECÇÕES LTDA. *(CNPJ 06.319.562/0001-89)***, bem como seus representantes legais, cientes da realização deste leilão, bem como do dia, hora e local em que se realizará a alienação judicial**. PRAZO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:** Poderão as partes, credores e/ou terceiros interessados, querendo, impugnarem o presente edital no prazo máximo de 05 dias corridos, contados da data da publicação do mesmo no Diário Eletrônico ou no site do leiloeiro *(www.kronbergleiloes.com.br)*, o que ocorrer primeiro, sob pena de preclusão. **IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:** Poderão as partes, credores e/ou terceiros interessados, querendo, impugnarem o presente edital no prazo máximo de 05 dias corridos, contados da data da publicação do mesmo no Diário Eletrônico, sob pena de preclusão. **MANIFESTAÇÃO DO ARREMATANTE OU TERCEIROS**: Para se manifestar nos autos do processo deverá o arrematante e terceiros constituir advogado. Para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e para que ninguém possa alegar ignorância, mandou o Meritíssimo Juiz de Direito que se expedisse o presente edital, o qual deverá ser publicado e afixado na forma da Lei. Terra Roxa, 01 de agosto de 2023.

Lote 01.3: ARARAS DIVERSAS: Integram o presente lote os seguintes bens: 42 Araras de Ferro; 4 Araras. **Observações**: Bens sem garantia. Pode haver bens avariados, desmontados ou faltando peças. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram. Cabe aos interessados, antes do leilão, vistoriarem os bens, observando a quantidade, qualidade e especificação dos mesmos, não sendo aceitas reclamações após o leilão. As quantidades indicadas são estimadas, podendo haver diferença. **Local de Armazenamento**: Bens sob a guarda da Massa Falida, no Município de Terra Roxa. Cabe aos interessados, antes do leilão, consultarem a exata localização dos bens. É de responsabilidade do arrematante, no prazo e condições fixados no edital, retirar os bens do local os mesmos se encontram. **Informações**: Maiores informações, inclusive fotos, no laudo de avaliação juntado no *mov. 694.1* dos autos, laudo este disponibilizado no site do leiloeiro *(www.kronbergleiloes.com.br)*. As fotos constantes no laudo, no site do leiloeiro, no material publicitário, dentre outros, devem ser consideradas meramente ilustrativas, cabendo aos interessados vistoriarem os bens antes do leilão. **Avaliação**: Valor de Avaliação *(mov. 694.1):* R$ 8.800,00. **LANCE INICIAL**:

Lance Inicial na Primeira Praça*(valor de avaliação)*:**R$ 8.800,00**. **Lance Inicial na Segunda Praça***(50% do valor de avaliação)*:**R$ 4.400,00**

Lote 01.5: TECIDO, MALHA, RENDA, FITA, LINHA PARA BORDAR, DENTRE OUTROS (MATÉRIA PRIMA ESTOQUE): Integram o presente lote os seguintes bens: 736 Linha Bordar; 1285 Cone; 928 Cone; 245 Mt Fita; 35 Mt Fita Veludo; 1950 Mt; 100 Mt Cadarço Fino; 27 Mt Fita Gorgurão; 150 Mt Fita Voal; 60 Rolos de Fibra; 119 Kg Plush; 6462 Mt Tecido; 980 Mt Feltro; 1560 Kg Malha; 660 Mt Renda; **Observações**: Bens sem garantia. Pode haver bens avariados. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram. Cabe aos interessados, antes do leilão, vistoriarem os bens, observando a quantidade, qualidade e especificação dos mesmos, não sendo aceitas reclamações após o leilão. As quantidades indicadas são estimadas, podendo haver diferença. **Local de Armazenamento**: Bens sob a guarda da Massa Falida, no Município de Terra Roxa. Cabe aos interessados, antes do leilão, consultarem a exata localização dos bens. É de responsabilidade do arrematante, no prazo e condições fixados no edital, retirar os bens do local os mesmos se encontram. **Informações**: Maiores informações, inclusive fotos, no laudo de avaliação juntado no *mov. 694.1* dos autos, laudo este disponibilizado no site do leiloeiro *(www.kronbergleiloes.com.br)*. As fotos constantes no laudo, no site do leiloeiro, no material publicitário, dentre outros, devem ser consideradas meramente ilustrativas, cabendo aos interessados vistoriarem os bens antes do leilão. **Avaliação**: Valor de Avaliação *(mov. 694.1):* R$ 164.803,40. **LANCE INICIAL**: **Lance Inicial na Primeira Praça***(valor de avaliação)*:**R$ 164.803,40**. **Lance Inicial na Segunda Praça***(50% do valor de avaliação)*:**R$ 82.401,70**

Lote 01.6: MATERIAL DE CONSTRUÇÃO: Integram o presente lote os seguintes bens: 120 Metros de Lage. **Observações**: Bens sem garantia. Pode haver bens avariados. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram. Cabe aos interessados, antes do leilão, vistoriarem os bens, observando a quantidade, qualidade e especificação dos mesmos, não sendo aceitas reclamações após o leilão. As quantidades indicadas são estimadas, podendo haver diferença. **Local de Armazenamento**: Bens sob a guarda da Massa Falida, no Município de Terra Roxa. Cabe aos interessados, antes do leilão, consultarem a exata localização dos bens. É de responsabilidade do arrematante, no prazo e condições fixados no edital, retirar os bens do local os mesmos se encontram. **Informações**: Maiores informações, inclusive fotos, no laudo de avaliação juntado no *mov. 694.1* dos autos, laudo este disponibilizado no site do leiloeiro *(www.kronbergleiloes.com.br)*. As fotos constantes no laudo, no site do leiloeiro, no material publicitário, dentre outros, devem ser consideradas meramente ilustrativas, cabendo aos interessados vistoriarem os bens antes do leilão. **Avaliação**: Valor de Avaliação *(mov. 694.1):* R$ 3.600,00. **LANCE INICIAL**: **Lance Inicial na Primeira Praça***(valor de avaliação)*:**R$ 3.600,00**. **Lance Inicial na Segunda Praça***(50% do valor de avaliação)*:**R$ 1.800,00**

Lote 01.7: **MESAS, CADEIRAS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MÓVEIS EM GERAL**: Integram o presente lote os seguintes bens: 1 Mesa - 2,00 X 1,00 Mt; 1 Mesa - 2,40 X 1,20 Mt; 1 Mesa - 2,75 X 1,00 Mt; 1 Mesa - 1,00 X 0,80 Mt; 1 Mesa - 1,10 X 0,84 Mt; 1 Mesa- 1,84 X 1,35 Mt; 1 Mesa - 1,52 X 0,70 Mt; 2 Mesas - 1,15 X 0,80 Mt; 1 Mesa - 1,35 X 0,90 Mt; 1 Mesa - 2,00 X 0,85 Mt;79 Mesa madeira- Auxiliar Costura; 1 Mesa; 1 Balcão em L madeira 1,80 X1,20; 80 Cadeiras; 9 Cadeiras de Madeira; 1 Banca; 1 Máq. Corte 06 i; 3 Ferro de Passar Simples; 3 Ar 1200 BTUS; 4 Ventiladores; 3 Computadores; 3 Monitores; 3 Teclados; 3 Mouse; 1 Impressora Matricial; 1 Impressora Jato de Tinta; 1 Exaustor Comp 50,00 50,00. **Observações**: Bens usados e sem garantia. Pode haver bens avariados, desmontados ou faltando peças. Os bens serão entregues nas condições em que se encontram. Cabe aos interessados, antes do leilão, vistoriarem os bens, observando a quantidade, qualidade e especificação dos mesmos, não sendo aceitas reclamações após o leilão. As quantidades indicadas são estimadas, podendo haver diferença. **Local de Armazenamento**: Bens sob a guarda da Massa Falida, no Município de Terra Roxa. Cabe aos interessados, antes do leilão, consultarem a exata localização dos bens. É de responsabilidade do arrematante, no prazo e condições fixados no edital, retirar os bens do local os mesmos se encontram. **Informações**: Maiores informações, inclusive fotos, no laudo de avaliação juntado no *mov. 694.1* dos autos, laudo este disponibilizado no site do leiloeiro *(www.kronbergleiloes.com.br)*. As fotos constantes no laudo, no site do leiloeiro, no material publicitário, dentre outros, devem ser consideradas meramente ilustrativas, cabendo aos interessados vistoriarem os bens antes do leilão. **Avaliação**: Valor de Avaliação *(mov. 694.1):* R$ 9.895,00. **LANCE INICIAL**: **Lance Inicial na Primeira Praça***(valor de avaliação)*:**R$ 9.895,00**. **Lance Inicial na Segunda Praça***(50% do valor de avaliação)*:**R$ 4.947,50**

TOLEDO

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Intimação

EDITAL DE INTERDIÇÃO
O DOUTOR MARCELO MARCOS CARDOSO - JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TOLEDO, ESTADO DO PARANÁ.
F A Z S A B E R aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este cartório tramitam os autos de Interdição sob nº 0010035-27.2010.8.16.0170 e por sentença deste Juízo, transitada em julgado em 25.07.2023, foi deferida a substituição de Curadora da Sra. ROSAVILA ALVES TEIXEIRA, brasileira, viúva, portadora da Cédula de Identidade nº 4.160.023-3 SSP/PR, inscrita no CPF sob nº 334.055.659-87, residente e domiciliada à Rua José do Patrocínio, 410, Vila Pedrini, nesta cidade e Comarca de Toledo - Paraná, por ser portadora de deficiência mental de caráter permanente, declarada absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e sendo considerados nulos de nenhum efeito, todos os atos, avenças e convenções que celebrar, sem a assistência da Curadora nomeada Sra. LUZINETE ALVES TEIXEIRA, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade nº 7106922 SESP/SC, inscrita no CPF sob nº 007148839-13, residente e domiciliada à Rua Mate Laranjeira, 28528, nesta cidade e Comarca de Toledo - Paraná.
E para que a notícia chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente edital, que terá validade de 30 (trinta) dias e será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Toledo, Estado do Paraná, aos vinte e cinco dias, do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três. Eu Dirce Konzen Pandini (analista judiciária), o fiz digitar.
Marcelo Marcos Cardoso
Juiz de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO
O DOUTOR MARCELO MARCOS CARDOSO - JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TOLEDO, ESTADO DO PARANÁ.
F A Z S A B E R aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este cartório tramitam os autos de Interdição sob nº 836-29.2020.8.16.0170 e por sentença deste Juízo, transitada em julgado em 24.02.2023, foi decretada a INTERDIÇÃO de VOMIR PAVON PEREIRA, brasileiro, solteiro, desempregado, portador da Cédula de Identidade nº 13.074.016-2 SSP/PR, inscrito no CPF nº 093.220.389-26, residente e domiciliado Rua Willy Tesch, nº 539, Jardim Panorama, nesta cidade e comarca de Toledo - Paraná, por ser portador de deficiência mental de caráter permanente, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e sendo considerados nulos de nenhum efeito, todos os atos, avenças e convenções que celebrar, sem a assistência da Curadora nomeada Sra. MARIA DILMA PEREIRA BONFANTI, brasileira, casada, auxiliar de produção, portadora do RG nº 8.973.561-0 SSP/PR, inscrita no CPF nº 082.557.249-58, residente e domiciliada na Rua Willy Tesch, nº 539, Jardim Panorama, nesta cidade e comarca de Toledo - Paraná.
E para que a notícia chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente edital, que terá validade de 30 (trinta) dias e será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Toledo, Estado do Paraná, aos vinte e um dias, do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três. Eu Dirce Konzen Pandini (analista judiciária), o fiz digitar.
Marcelo Marcos Cardoso
Juiz de Direito

EDITAL DE INTERDIÇÃO
O DOUTOR MARCELO MARCOS CARDOSO - JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TOLEDO, ESTADO DO PARANÁ.
F A Z S A B E R aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este cartório tramitam os autos de Interdição sob nº 11024-47.2021.8.16.0170 e por sentença deste Juízo, transitada em julgado em 21.07.2023, foi decretada a INTERDIÇÃO de VANUSA DE LIMA POTRATZ, brasileira, casada, do lar, portadora da Cédula de Identidade nº 5.919.239-6 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob o nº 787.431.849-87 residente e domiciliada à Rua Rio Branco, 950, centro, no Município de Ouro Verde do Oeste, nesta Comarca de Toledo - Paraná, por ser portadora de deficiência mental de caráter permanente, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e sendo considerados nulos de nenhum efeito, todos os atos, avenças e convenções que celebrar, sem a assistência da Curador nomeado Sr. LUIZ POTRATZ, brasileiro, casado, aposentado, portador da Cédula de Identidade n°5.304.736-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n° 663.012.039-68, residente e domiciliado à Rua Rio Branco, 950, centro, no município de Ouro Verde do Oeste, nesta comarca de Toledo - Paraná.
E para que a notícia chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente edital, que terá validade de 30 (trinta) dias e será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Toledo, Estado do Paraná, ao primeiro dia, do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três. Eu Dirce Konzen Pandini (analista judiciária), o fiz digitar. Marcelo Marcos Cardoso - Juiz de Direito.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
O DOUTOR MARCELO MARCOS CARDOSO, MM. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TOLEDO, ESTADO DO PARANÁ.
F A Z S A B E R aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este cartório tramitam os autos de Pedido de Homologação de Termo de Tomada de
Decisão Apoiada sob nº 2914-93.2020.8.16.0170 e, por sentença deste Juízo, transitada
em julgado em 21.07.2023, que homologou a Tomada de Decisão Apoiada de WILLIAN ALVES DA SILVA, brasileiro, solteiro, nascido em 23/01/1992, filho de Onias Simeão da Silva e Ozeni Alves Cardoso da Silva, portador da Cédula de Identidade nº 12.404.941-5/SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 080.304.849-17, residente e
domiciliado à Rua Itacolomi, 59, fundos, Vila Operária, nesta cidade e comarca de Toledo - Paraná, por ser portador de "esquizofrenia paranoide", sendo-lhe nomeadas suas apoiadoras pelo prazo de 08 (oito anos), as Sras. OZENI ALVES CARDOSO DA SILVA, brasileira, casada, atendente de provador, portadora da Cédula de Identidade nº
5.684.089-7/SSP/PR, inscrita no CPF sob nº. 168.525.708- 94 e, OZELI ALVES CARDOSO, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade nº 28.648.362-2 SSP/SP, inscrita no CPF sob 180.639.258-58, ambas residentes e domiciliadas à Rua
Itacolomi, 59, fundos, Vila Operária, nesta cidade e Comarca de Toledo - Paraná.
E para que a notícia chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente edital, que
será afixado no local de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Toledo, Estado do Paraná, aos vinte e seis dias do mês de julho, do
ano de dois mil e três. Eu, (Dirce Konzen Pandini), auxiliar juramentada, o digitei.
Marcelo Marcos Cardoso
Juiz de Direito

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): UESLEI DAVID DO NASCIMENTO
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Figueiredo Monteiro Neto, da Vara Plenário do Tribunal do Júri de Toledo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal de Competência do Júri, assunto Homicídio Qualificado, sob nº 0005306-11.2017.8.16.0170, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) WILLIAN GABRIEL FELIX DUTRA, ALEXSANDRO GARCIA DA PAIXÃO, UESLEI DAVID DO NASCIMENTO, e vítima TIAGO DIAS DOS SANTOS DE OLIVEIRA, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido UESLEI DAVID DO NASCIMENTO, portador(a) do RG 134786175 SSP/PR e CPF 091.426.319-63, nascido(a) em 04/02/1996, natural de TOLEDO, filho(a) de IZABEL SONIA NASCIMENTO**, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias devem ser requeridas e retiradas pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Flávio Pereira Leite, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Toledo, 06 de setembro de 2023.
Figueiredo Monteiro Neto
Juiz de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): MAYCON DOS SANTOS
PRAZO DE 15 (quinze) DIAS
O(A) Juiz(íza) de Direito Vanessa D'Arcângelo Ruiz Paracchini, da 2ª Vara Criminal de Toledo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Crimes de Trânsito, sob nº 0004245-08.2023.8.16.0170, em que é(são) autor(es) réu(s) MAYCON DOS SANTOS, e vítima ESTADO DO PARANÁ, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido MAYCON DOS SANTOS, portador(a) do RG 105497377 SSP/PR e CPF 067.242.369-32, nascido(a) em 14/11/1986, natural de CASCAVEL, filho(a) de DELCI MARIA FABIAN e JONAS MANOEL DOS SANTOS,** motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **CITAÇÃO** para tomar ciência de que houve **oferecimento de denúncia** em seu desfavor, ART 306 - CONDUZIR VEÍCULO AUTOMOTOR COM CAPACIDADE PSICOMOTORA ALTERADA EM RAZAO DA INFLUÊNCIA DE ÁLCOOL OU DE OUTRA SUBSTÂNCIA PSICOATIVA QUE DETERMINE DEPENDÊNCIA, Detenção: 6 meses a 3 anos E Multa ART 309 - DIRIGIR VEICULO SEM CNH, Detenção: 6 meses a 1 ano oferecida em 23/06/2023 e recebida em 15/08/2023, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " No dia 22 de abril de 2023, por volta das 23h00min, em via pública, na Rua dos Pioneiros e na Rua do Herval cruzamento com a Av Primeiro de Maio, nº 287, Vila Pioneiro, nesta Cidade e Comarca de Toledo-PR, o denunciado MAYCON DOS SANTOS, com consciência e vontade, ciente da ilicitude e reprovabilidade de sua conduta, conduziu o veículo automotor VW/Gol 1.0, de placas AMP-9524, cor preta, com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool, conforme resultado do teste de etilômetro, que concluiu pela concentração de 1,01 mg/l (um miligrama e uma micrograma de álcool por litro) de ar alveolar ";" Nas mesmas circunstâncias de data, horário e local do fato anterior, o denunciado MAYCON DOS SANTOS, com consciência e vontade, ciente da ilicitude reprovabilidade de sua conduta, dirigiu, em via pública o veículo automotor VW/Gol 1.0, de placas AMP-9524, cor preta, sem a devida habilitação para dirigir, gerando perigo de dano, haja vista que conduziu a veículo com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool, em zigue-zague, circulando por cima de calçadas e por diversas vezes, quase colidindo com transeuntes e veículos da via tanto que na Rua dos Pioneiros, n° 917, colidiu o veículo com duas motocicletas, causando danos", e à sua **INTIMAÇÃO** para, no **prazo de 10 (dez) dias**, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído(a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.
Eu, Eleonora Paulini, Técnico Judiciário, conferi e digitei.
Toledo, 05 de setembro de 2023.
Vanessa D'Arcângelo Ruiz Paracchini
Juíza de Direito
OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃODESTINATÁRIO(A)(S): ADELIR LEONARDO ROSA DOS SANTOS
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIASO(A) Juiz(íza) de Direito Vanessa D'Arcângelo Ruiz Paracchini, da 2ª Vara Criminal de Toledo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Roubo , sob nº 0008560-94.2014.8.16.0170, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) LEANDRO CAVALHEIRO DA LUZ, ADELIR LEONARDO ROSA DOS SANTOS, MARIANA BACKES e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) **Promovido ADELIR LEONARDO ROSA DOS SANTOS, portador(a) do RG 130126936 SSP/PR e CPF 011.805.359-01, nascido(a) em 27/02/1992, natural de TOLEDO/PR, filho(a) de FRANCISCA**

DA SILVA PAULINIO e REGINALDO ROSA DOS SANTOS, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua **INTIMAÇÃO** para **PAGAR as custas processuais e a multa a que foi condenado(a)**, no **prazo de 10 (dez) dias**, a contar da data de emissão da guia/boleto pela Secretaria. Para tanto, deverá **SOLICITAR à Secretaria do Juízo a emissão das respectivas guias e boleto**, em cumprimento ao disposto nos arts. 875 e seguintes do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022). As guias e boletos devem ser requeridos e retirados pelo(a) intimado(a) junto à Secretaria do Juízo no prazo informado acima, inclusive por meio de apresentação de endereço eletrônico (e-mail) ou número de aplicativo de recebimento de mensagens instantâneas (*WhatsApp*) para encaminhamento de boletos/guias de pagamento. Fica cientificado(a) de que poderá requerer o pagamento parcelado, que dependerá de autorização do(a) Juiz(íza), ficando o processo suspenso até a efetiva quitação, salvo se outras diligências restarem pendentes. Ocorrendo a inadimplência de 2 (duas) parcelas de custas, haverá o vencimento antecipado das parcelas vincendas e o envio para protesto. Ocorrendo a inadimplência de 3 (três) parcelas da pena de multa, o Sistema do Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen) automaticamente suspenderá o parcelamento e gerará a Certidão Vencida do Fupen. Adverte-se de que: **a)** a não solicitação das guias e boleto para pagamento ensejará sua emissão pela própria secretaria para decurso do prazo e consequente seguimento do feito com as implicações do inadimplemento; **b)** o inadimplemento das custas ocasionará a emissão de Certidão de Crédito Judicial (CCJ), o protesto do valor devido e o lançamento em dívida ativa, sem prejuízo da inclusão do nome do(a) devedor(a) nos órgãos de proteção ao crédito; **c)** após o envio da certidão para o protesto, o pagamento dos débitos será efetuado pelo(a) devedor(a) somente no tabelionato competente, sendo vedado à secretaria a reemissão de guia atualizada para pagamento; **d)** realizado o protesto da certidão, o pagamento das custas deverá ser feito por meio de guia pós-protesto, emitida pelo devedor no portal do TJPR. Após o pagamento desta, o(a) devedor(a) deverá comparecer ao tabelionato para efetivar a baixa do protesto, com pagamento do numerário referente a essa baixa; **e)** a multa não paga poderá ser objeto de execução e consequente expropriação de bens para a garantia do pagamento do débito; **f)** transcorrido o prazo de vencimento do boleto e não havendo pagamento da pena de multa, será extraída Certidão de Pena de Multa Não Paga junto ao Fupen, e o processo remetido ao Ministério Público para ciência e eventual ajuizamento da execução da pena de multa. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Eleonora Paulini, Técnico Judiciário, conferi e digitei.**Toledo, 06 de setembro de 2023.**

Vanessa D'Arcângelo Ruiz Paracchini

Juíza de DireitoOBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

DESTINATÁRIO(A)(S): LEANDRO ADILSON MUCHINSKI COUTINHO

PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS

O(A) Juiz(íza) de Direito Sérgio Laurindo Filho, da 2ª Vara Criminal de Toledo, FAZ SABER a todos que virem o presente

EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Sumário,

assunto Lesão leve, sob nº 0000495-03.2020.8.16.0170, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO

PARANÁ, réu(s) LEANDRO ADILSON MUCHINSKI COUTINHO, e vítima MICHELE VIEIRA DE LIMA, e que não foi possível

, portador(a) do RG 95879918localizar pessoalmente a(s) LEANDRO ADILSON MUCHINSKI COUTINHOparte(s) Promovido

SSP/PR e CPF 072.453.129-74, nascido(a) em 20/01/1990, natural de FOZ DO IGUACU/PR, filho(a) de SILVANA MARA

, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua acerca daMUCHINSKI e JOSE BATISTA COUTINHO OINTIMAÇÃ

sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou , nos termos do art.Extinta a Punibilidade 107, inc. IV do Código

. Intimo também para restituir a fiança no prazo de 15 dias. O presente edital é expedido e publicado para que os autosPenal

cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

Eu, LOURENÇO JEFFERSON BRINGMANN, Técnico Judiciário, conferi e digitei.

Toledo, 06 de setembro de 2023.

Vanessa D. R. Paracchini

Juíza de Direito

: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônicoOBSERVAÇÃO https://portal.tjpr.jus.br

./projudi

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE TOLEDO

2ª VARA CRIMINAL DE TOLEDO - PROJUDI

Rua Almirante Barroso, Nº 3202 - Fórum de Toledo PR - 2º Andar - Jardim Planalto - Toledo/PR - CEP: 85.905-010 -

Fone: (45)3277-4806 - Celular: (45) 3277-4844 - E-mail: tol-5vj-e@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

DESTINATÁRIO: ELIAS BARBOSA DA SILVA

PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS

A Juíza de Direito Vanessa D'Arcângelo Ruiz Paracchini, da 2ª Vara Criminal de Toledo, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento

Sumário, assunto Lesão leve, sob nº 0004879-72.2021.8.16.0170, em que é autor MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu ELIAS BARBOSA DA SILVA, e vítima ANA CLAUDIA SOARES, e que não foi possível localizar pessoalmente a

parte Promovida, Sr. ELIAS BARBOSA DA SILVA, portador do RG 10448578 SSP/PR e CPF 078.423.709-31, nascido em 02/02/1992, natural de TOLEDO/PR, filho de BRANDINA RODRIGUES DA SILVA e CLIMERIO BARBOSA DA SILVA,

motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua INTIMAÇÃO sobre a sentença proferida no feito (art. 392, CPP), na qual restou condenado nas sanções do Art. 329 do Código Penal (crime de Resistência) e do art. 129, §9º, do Código Penal (crime de Lesão Corporal no âmbito da violência doméstica), a pena total de 07 (sete) meses e 15 (quinze) dias de detenção, sem substituição, sendo transcrito sucintamente o conteúdo da sentença: "Posto isto, julgo PROCEDENTE a pretensão executória,

para o fim de condenar o acusado ELIAS BARBOSA DA SILVA pela prática dos crimes previstos no artigo 129, §9º do Código Penal, no contexto da Lei n° 11.340/06 (Lei Maria da Penha) e art. 329 do Código Penal, na forma do artigo 69

do CP.", em conformidade com o art. 810 do Código de Normas do Foro Judicial do TJPR (Provimento nº 316/2022), e de que possui o prazo de 5 (cinco) dias para recorrer (art. 593, CPP), prazo este contado do término do fixado no presente edital. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro.

Eu, Lethycia Bernardo Ferreira, Estagiário, conferi e digitei.

Toledo, 06 de setembro de 2023.

Vanessa D'Arcângelo Ruiz Paracchini

Juíza de Direito

UMUARAMA

1ª VARA CÍVEL E DA FAZENDA PÚBLICA

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO

DESTINATÁRIO(A)(S): Brascom Servicos de Divulgacao Propaganda e Marketing Eireli

PRAZO DE 30 (trinta) diasO(A) Juiz(íza) de Direito Pedro Sergio Martins Junior, da 1ª Vara Cível de Umuarama, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Procedimento Comum Cível, assunto Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes, sob nº 0005071-93.2021.8.16.0173, em que é(são) autor(es) GAZIN INDUSTRIA DE COLCHOES LTDA, e réu(s) Brascom Servicos de Divulgacao Propaganda e Marketing Eireli, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido Brascom Servicos de Divulgacao Propaganda e Marketing Eireli**, portador(a) do CNPJ 35.049.800/0001-81. Desta forma, se procede por meio deste edital sua **CITAÇÃO** para oferecer contestação no **prazo de 15 (quinze) dias**, nos termos do art. 335 do Código de Processo Civil, tudo em conformidade com a resenha da inicial que segue parcialmente transcrita: "*Trata-se de ação de conhecimento que move a parte autora contra a parte ré, ambas nominadas e qualificadas acima, pretendendo a declaração de inexistência de débito, sua exclusão dos cadastros de proteção ao crédito e indenização por danos morais. Aduz em suma a parte autora, que foi induzida a erro ao assinar contrato com a parte ré, visto que se trata de um suposto golpe, que ligam oferecendo um plano de anúncio em listas telefônicas dizendo não ter custo algum, que normalentne fazem isso com funcionário que sequer possuem poder de representação da empresa. Dessa forma, não há nada que justificasse, por inadimplemento ou mora, a sua inclusão nos cadastros de proteção ao crédito, visto que não concordou com o documento assinado, inclusive notificando a ré posteriormente. Em antecipação dos efeitos da tutela, pede a parte autora seja excluída dos cadastros de proteção ao crédito indicados na petição inicial*"]. Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC). Eu, Vanessa Barreto Girotto Nunes, Técnico Judiciário, conferi e digitei.***Umuarama, 05 de setembro de 2023.***

Pedro Sergio Martins Junior

***Juiz de Direito*OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

EDITAL DE CITAÇÃO
DESTINATÁRIO(A)(S): MARCOS ROBERTO CALDERARI
PRAZO DE 30 (trinta) dias
O(A) Juiz(íza) de Direito Pedro Sergio Martins Junior, da 1ª Vara Cível de Umuarama, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou tiverem conhecimento dele que, perante este Juízo, tramitam os autos de Monitória, assunto Pagamento, sob nº 0010441-53.2021.8.16.0173, em que é(são) autor(es) INSTITUTO NOSSA SENHORA APARECIDA, e réu(s) MARCOS ROBERTO CALDERARI, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) **parte(s) Promovido MARCOS ROBERTO CALDERARI**, portador(a) do RG 42063126 SSP/PR e CPF 585.062.769-34. Desta forma, se procede por meio deste edital sua **CITAÇÃO** para, no **prazo de 15 (quinze) dias**, pagar o débito constante na inicial, no valor total de R$ 5.761,60 (cinco mil, setecentos e sessenta e um reais e sessenta centavos), o qual deverá ser atualizado até a data do efetivo pagamento e acrescido de 5% (cinco por cento) do valor da causa a título de honorários advocatícios, ou, no mesmo prazo, oferecer embargos nos próprios autos (art. 702, CPC). A(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** de que o cumprimento do mandado no prazo isenta do pagamento das custas processuais (art. 701, § 1º, CPC). Ainda, fica(m) **CIENTE(S)** que se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos será constituído de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade (art. 701, § 2º, CPC). Por fim, a(s) parte(s) fica(m) **CIENTE(S)** que no prazo para embargos, reconhecendo a dívida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá(ão) requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% (um por cento) ao mês (arts. 701, § 5º, e 916, CPC). Havendo revelia (art. 344, CPC) será nomeado um curador especial (art. 257, inc. IV, CPC).
O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro, nos termos dos arts. 256 e 257 do Código de Processo Civil.O prazo de resposta será contado após o decurso de 30 (trinta) dias da publicação do presente Edital (art. 231, inc. IV, CPC).
Eu, Vanessa Barreto Girotto Nunes, Técnico Judiciário, conferi e digitei.***Umuarama, 05 de setembro de 2023.***
Pedro Sergio Martins Junior
Juiz de Direito**OBSERVAÇÃO**: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, com acesso ao endereço eletrônico **https://portal.tjpr.jus.br/projudi**.

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE UMUARAMA
SECRETARIA DA PRIMEIRA VARA CÍVEL
Rua Des. Antonio F. F. da Costa, nº 3693, Centro Cívico,
CEP: 87.501-200, Umuarama/PR
EDITAL DE INTERDIÇÃO
O Dr. **PEDRO SERGIO MARTINS JUNIOR**, Juiz de Direito, no uso e suas atribuições legais, **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que, nesse Juízo, tramitou a **AÇÃO DE INTERDIÇÃO E CURATELA** registrada sob nº **0006440-88.2022.8.16.0173**, que o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ e SILVIO SILVA** moveram em face de **DIOMIRA FERNANDO DA SILVA,** cujo trâmite se deu nesta 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, na qual foi declarada a interdição de **DIOMIRA FERNANDO DA SILVA,** brasileira, viúva, aposentada, nascida em 16/02 /2020 filha de JOSÉ FERNANDO MIGUEL e JOANA TOMÉ, portadora da cédula de identidade RG nº 1.025.148-6, SESP/PR, inscrita no CPF sob nº 668.407.169-53, residente e domiciliada na Instituição de Longa Permanência denominada Pousada Luz e Vida, situada na Avenida Vitória, nº 5572, Chácara Tayara, nesta cidade e Comarca de Umuarama/PR, CEP: 87.504-180, sendo-lhe nomeado curador o Sr. **SILVIO SILVA,** brasileiro, casado, professor, nascido em 06/12/1965, filho de JOÃO BEZERRA DA SILVA e DEOMIRA FERNANDES DA SILVA, portador da cédula de identidade RG nº 3698345-0, SESP/PR, inscrito no CPF sob nº 555.485.989-53, residente e domiciliado à Rua Jorge Sanwais, nº 1265, apto 102, Centro, na cidade e Comarca de Foz do Iguaçu/PR, CEP: 85.851-150, telefone nº (45) 9.9943-804. **Dados do processo**: sentença proferida em **13/06/2023**, pelo Dr. **PEDRO SERGIO MARTINS JUNIOR**, MM. Juiz de Direito do Foro da Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, tendo transitado em julgado em 04/07/2023**.Outros dados**: a incapacidade da interditada é total e permanente; ao curador competirá exercer a representação da curatelada nos atos de gestão e disposição patrimonial, dentre os quais: **a) representação do curatelado junto a instituições bancárias e movimentações da respectiva conta, através de cartões magnéticos e talonários de cheques, vedada a contratação de empréstimo sem autorização do juízo; b) promoção da locação e arrendamento de bens de raiz pelo valor de mercado e recebimento e quitação de rendimentos de qualquer natureza (proventos, aluguéis, pensões, etc.); c) administração de bens; d) compras, vendas e trocas cotidianas, de valor inexpressivo; e) compras, vendas e trocas de semoventes, colheitas e insumos da atividade agrária; f) compra, venda e troca de bens de raiz, isso, todavia, com autorização do juízo; g) contratação e demissão de empregados; h) representação perante quaisquer órgãos da administração pública; e, i) gerenciamento da saúde do curatelado**; a interditada se encontra internada; e a causa da interdição é: CID F02.
DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, em 7 de agosto de 2023.
(documento assinado digitalmente)
VANESSA BARRETO GIROTTO NUNES
Técnica Judiciária
Por ordem do MM. Juiz de Direito
Portaria nº 002/2018, item 1.3.1.1

1ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE MEDIDA PROTETIVA
Parte: RODRIGO DIAS DOMINGUES
Medida Protetiva de Urgência nº 0000915-91.2023.8.16.0173
Prazo de 15 (quinze) dias
O DOUTOR ADRIANO CEZAR MOREIRA, JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, na forma da Lei, etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, não tendo sido possível intimar pessoalmente, por se encontrar em lugar INCERTO e/ou NÃO SABIDO, com espeque no Enunciado 43 do FONAVID que, a parte RODRIGO DIAS DOMINGUES , portador(a) do RG nº 149316230 SSP/PR, Nome da Mãe: Eliana Correia dos Santos Nome do Pai: Edson Dias Domingues, nascido(a) em 07/12/2000, natural de PALOTINA/PR, fica INTIMADO(A) acerca da decisão judicial prolatada junto aos autos de MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA sob n. 0000915-91.2023.8.16.0173 que PRORROGOU em favor da vítima as seguintes MEDIDAS PROTETIVAS: "PROIBIÇÃO de o REQUERIDO de se aproximar da requerente/ofendida, estabelecendo a distância mínima de 200 (duzentos) metros (art. 22, III, "a" da Lei Maria da Penha), aproximadamente 02 (duas) quadras, da residência e do local de trabalho da requerente/vítima; e a distância mínima de 100 (cem) metros, aproximadamente 01 (uma) quadra, da requerente/ofendida em locais públicos;e, PROIBIÇÃO de o REQUERIDO de manter contato por qualquer meio de comunicação com a requerente(art. 22, III, "b" da Lei Maria da Penha)" . INTIMAR de que, fora estabelecido o prazo inicial de 06 (seis) meses para vigência das medidas protetivas, ciente a vítima de que, se tiver interesse na continuidade, deverá solicitar a prorrogação, por qualquer meio (telefone, WhatsApp da secretaria (44) 3621-8427 / 3621-8403, balcão virtual ou presencialmente), antes do vencimento do prazo de validade. Decorrido o prazo de 06(seis) meses, se não houver novas manifestações da vítima ou do Ministério Público, será expedido contramandado de fiscalização e arquivados, independente de nova deliberação judicial. As medidas perderão a vigência se houver a reconciliação das partes. As demais questões eventualmente pendentes entre as partes deverão ser discutidas no juízo competente, por provocação da parte interessada. INTIMAR de que houve a expedição de MANDADO DE FISCALIZAÇÃO DE MEDIDA PROTETIVA em desfavor do REQUERIDO, cuja consulta poderá ser feita pelas autoridades policiais e poderá acarretar a prisão em flagrante por descumprimento de medidas protetivas, além de configurar a prática de novo crime (art. 24-A da Lei nº 11.340 /2006). INTIMAR acerca da fixação da multa no montante de R$ 300,00 (trezentos reais) para cada ato de descumprimento das determinações acima pelo requerido, sem prejuízo de eventual decretação de sua prisão preventiva (art. 20 da Lei nº 11.340/2006 e art. 313, VI, do Código de Processo Penal). INTIMAR que avítima poderá receber assistência psicológica ou social, buscando a instituição competente: o CREAS-CRAM de Umuarama-PR. Outrossim, faz saber que este Juízo tem sua sede na Rua Desemb. Antônio Franco Ferreira da Costa, 3693, Umuarama - PR - Fone: (44) 3621-8427 - Celular: (44) 3621-8403. Para conhecimento de todos é passado o presente Edital, cuja primeira via ficará afixada no local de costume. DADO e passado nesta cidade e Comarca de Umuarama, 01 de setembro de 2023.
TAYS RAQUEL DE CASTILHO FELTRIN Analista Judiciária Sênior - Chefe de Secretaria [assinatura digital, autorizada pela Portaria 01/2021]

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Intimação

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE UMUARAMA

2ª VARA CRIMINAL DE UMUARAMA - PROJUDI
Rua Desembargador Antônio Ferreira da Costa, 3693 - 2ª Vara Criminal - Zona I - Umuarama/PR - CEP: 87.501-200 - Fone: (44)3621-8404 - Celular: (44) 3621-8428 - E-mail: umu-5vj-s@tjpr.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Réu: EDIVALDO PEDRO TEIXEIRA
Processo Crime n.º 0003401-88.2019.8.16.0173
Prazo de 15 (QUINZE) DIAS
A Doutora Silvane Cardoso Pinto, MM. Juíza de Direito da 2ª Secretaria do Crime da Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, na forma da Lei...
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que não tendo sido possível citar pessoalmente, por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, a pessoa de EDIVALDO PEDRO TEIXEIRA (RG: 87367916 SSP/PR e CPF/CNPJ: 065.411.709-83) Nome do Pai: GERALDO PEDRO TEIXEIRA, Nome da Mãe: THEREZA MARIA DE JESUS TEIXEIRA, dando origem aos autos de Processo Crime n. 0003401-88.2019.8.16.0173 - PROJUDI, em que consta, contra o(a) denunciado(a/s) o(a) SUPRACITADO nas sanções de ART 147: Ameaça vem, pelo presente, INTIMÁ-LO de que este Juízo, em data de 30/08/2022, deferiu o pedido de parcelamento do valor das custas em cinco parcelas, iguais e sucessivas. Destarte, fica intimado a comparecer imediatamente em Juízo e requerer os respectivos boletos, sob pena de protesto. Outrossim, faz saber que este Juízo tem sua sede na Rua Desembargador Antonio Franco Ferreira da Costa, 3693, Centro Cívico, nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná, no Edifício do Fórum. Para conhecimento de todos é passado o presente Edital, cuja 1ª via ficará no local de costume. DADO e passado nesta cidade e Comarca de Umuarama, 05 de setembro de 2023. Do que, para constar, Eu, _____ (Ederson Batista Lopes - Analista Judiciário), que o digitei e subscrevi. Documento expedido e assinado por autorização contida na Portaria n. 01/2023 deste Juízo

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

Adicionar um(a) ConteúdoAutos nº. 0012708-61.2022.8.16.0173
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE: LILIAN BISPO DOS SANTOS
Requerente(s): 1ª Promotoria de Justiça de Umuarama
Requerido(s): HELIO DA CRUZ CARVALHO
LILIAN BISPO DOS SANTOS
PRAZO DE 20 (vinte) dias
A Doutora MARISTELA APARECIDA SIQUEIRA D'AVIZ, Mmª Juíza de Direito Substituto da Vara da
Infância e da Juventude, Família e Anexos da Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, na forma da Lei
etc...
Faz Saber a todos quantos o presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, virem ou dele conhecimento
tiverem, que se acha em tramite neste Juízo com sede à Rua Desembargador Antônio Franco Ferreira da
Costa, 3693, os autos sob nº 15190 - Destituição do Poder Familiar0012708-61.2022.8.16.0173 de ,
sendo parte Exequente e parte Executada acima descritos. E, para que chegue ao conhecimento de todos os
interessados, especialmente LILIAN BISPO DOS SANTOS, que se encontra em lugar ignorado, a fim
de que seja sobre o inteiro teor do(a) r. , cuja transcrição segue abaixo:intimado SENTENÇA
" Ante o exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido, e, de
conseguinte, DECRETO a destituição do poder familiar de LILIAN BISPO DOS SANTOS e HÉLIO DA
CRUZ CARVALHO (genitor apenas de Y) sobre as crianças K. B. D. S. e Y. H. B. D. C., com fulcro
nos artigos 1.637 e 1.638, incisos II, III e IV, do Código Civil, bem como nos artigos 22 e 19, ambos
do Estatuto da Criança e do Adolescente. De conseguinte, confirmo a liminar de aplicação da medida
de proteção de colocação em família substituta.Mantenho, ainda, a suspensão das visitas da família
biológica.Sem custas, conforme dispõe o art. 141, § 2º, do ECA.Ademais, como ressaltado alhures o
recurso, no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente, possui somente efeito devolutivo (art.
199-B do ECA), ao passo que, à vista dos fundamentos fáticos-jurídicos em referência, a instauração
de cumprimento provisório de sentença constitui medida de rigor. Nesses termos, vigendo liminar que
instaurou procedimento para aplicação de medidas de proteção, DETERMINO A SUA CONVERSÃO
EM PROCEDIMENTO DE CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA. Com o trânsito em
julgado, comunique-se ao Cartório de Registro Civil competente (artigo 163, parágrafo único, do ECA).
Cumpram-se as disposições do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça. Dou a presente
por publicada em audiência. Registre-se. Intimem-se: pessoalmente, o Réu Preso (em Guaíra); por
".edital, a Ré em local incerto e não sabido
Dado e passado nesta cidade e Comarca, Umuarama, 05 de setembro de 2023.. Eu,_____(Mauricio
Wilson de Souza), Técnico Judiciário, o digitei.
MARISTELA APARECIDA SIQUEIRA D'AVIZ
Juíza de Direito Substituta

Adicionar um(a) ConteúdoPODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE UMUARAMA
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - SEÇÃO CÍVEL - UMUARAMA - PROJUDI
Rua Des Antonio Ferreira da Costa, nº 3693 - Zona I - Umuarama/PR - CEP: 87.501-200 - Fone: (44) 3621-8412
Autos nº. 0012120-54.2022.8.16.0173
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE: WALTER LUIZ DE SOUZA ROSAS
Autor(s): D.G.F.R. representado(a) por FABÍOLA FREGNE
FABÍOLA FREGNE
Réu(s): Walter Luiz de Souza Rosas
PRAZO DE 20 (vinte) dias
A Doutora MARISTELA APARECIDA SIQUEIRA D'AVIZ, Mmª Juíza de Direito Substituto da Vara da
Infância e da Juventude, Família e Anexos da Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, na forma da Lei
etc...
Faz Saber a todos quantos o presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, virem ou dele conhecimento
tiverem, que se acha em tramite neste Juízo com sede à Rua Desembargador Antônio Franco Ferreira da
Costa, 3693, os autos sob nº 7 - Procedimento Comum Cível0012120-54.2022.8.16.0173 de sendo,
parte Exequente e parte Executada acima descritos. E, para que chegue ao conhecimento de todos os
interessados, especialmente WALTER LUIZ DE SOUZA ROSAS, que se encontra em lugar
ignorado, a fim de que seja sobre o inteiro teor do(a) r. DECISÃO, cuja transcrição segue abaixo:intimado
"Nesses termos, proceda-se à citação do genitor/requerido, Sr. WALTER LUIZ DE SOUZA ROSAS,
via WhatsApp, no intuito de possibilitar o efetivo conhecimento da causa e manifestação sobre os
pedidos elencados na exordial, e, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias.
Conste na mensagem a necessidade de arguição sobre possuir defensor constituído ou se deseja a
habilitação da Defensoria Pública do Estado do Paraná.Infrutíferas as consultas, ou frustrada a
citação pessoal, cite-se via EDITAL.Certificado o decurso do prazo para apresentação de
contestação por parte do requerido, nos termos do artigo 72, inciso II, do Código de Processo Civil,
nomeio a Defensoria Pública do Estado do Paraná, para atuação como curadora especial em seu
favor, para que em 15 em relação ao edital,dias apresente contestação observando-se as
formalidades legais.".
Dado e passado nesta cidade e Comarca, Umuarama, 05 de setembro de 2023.. Eu,_____(Mauricio
Wilson de Souza), Técnico Judiciário, o digitei e subscrevi.
MARISTELA APARECIDA SIQUEIRA D'AVIZ
Juíza de Direito Substituta

Adicionar um(a) ConteúdoAutos nº. 0000343-27.2021.8.16.0070
EDITAL DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO DE: JÉSSICA DUARTE DA SILVA
Polo Ativo(s): ADILSON STOLTZEMBURG
LEONICE MARIA DE ANDRADE
K. F. D. R.
Polo Passivo(s): CLODOALDO MARQUES ROS

JÉSSICA DUARTE DA SILVA
PRAZO DE 20 (vinte) dias
A Doutora MARISTELA APARECIDA SIQUEIRA D'AVIZ, Mmª Juíza de Direito Substituto da Vara da
Infância e da Juventude, Família e Anexos da Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, na forma da Lei
etc...
Faz Saber a todos quantos o presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, virem ou dele conhecimento
tiverem, que se acha em tramite neste Juízo com sede à Rua Desembargador Antônio Franco Ferreira da
Costa, 3693, os autos sob nº 1434 - Execução de Medida de Proteção0000343-27.2021.8.16.0070 de
à Criança e Adolescente sendo parte Exequente e parte Executada acima descritos. E, para que chegue ao,
conhecimento de todos os interessados, especialmente JÉSSICA DUARTE DA SILVA, que se
encontra em lugar ignorado, a fim de que seja sobre o inteiro teor do(a) r. DECISÃO, cujaintimado
transcrição segue abaixo:
"Citem-se os requeridos para que apresentem resposta no prazo de 15 dias, sob pena de revelia,
consoante previsão do artigo 344 do Código de Processo Civil, ressalvadas as hipótese e Infrutíferas
as consultas, ou frustrada a citação pessoal, cite-se via edital, observando-se as formalidades legais.
Acaso decorrido in albis o prazo para apresentação de contestação por parte dos requeridos, nos
termos do artigo 72, inciso II, do CPC, determino seja nomeado curador especial em seu favor, para
que, aceitando o encargo, apresente contestação, prazo de 15 (quinze) dias, indicando desde logo
documentos o rol de testemunhas e as provas a serem produzidas.Ante o exposto, em face da não
localização da genitora/requerida junto aos endereços obtidos por este Juízo e parte requerente, cite-
se via edital, observando-se as formalidades legais. Sem prejuízo, certificado o decurso do prazo
para apresentação de contestação por parte da genitora/requerida, nos termos do artigo 72, inciso II,
do Código de Processo Civil, nomeio a Defensoria Pública do Estado do Paraná para que atue como
curadora especial em seu favor, bem como, no prazo de 15 (quinze) dias apresente contestação.".
Dado e passado nesta cidade e Comarca, Umuarama, 05 de setembro de 2023.. Eu,_____(Mauricio
Wilson de Souza), Técnico Judiciário, o digitei.
MARISTELA APARECIDA SIQUEIRA D'AVIZ
Juíza de Direito Substituta

UNIÃO DA VITÓRIA

2ª VARA CRIMINAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, RÉU **OSMAR DOS SANTOS,** COM O PRAZO DE **QUINZE (15) DIAS**.
O DOUTOR **EMERSON LUCIANO PRADO SPAK,** MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA, ESTADO DO PARANÁ, na forma da lei, etc...
FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, **COM O PRAZO DE QUINZE (15) DIAS,** que não tendo sido possível **CITAR** pessoalmente o réu OSMAR DOS SANTOS, RG 149456775 SSP/PR, CPF 071.675.669-26, Nome do Pai: Ivanir Pereira dos Santos, Nome da Mãe: Terezinha Brito dos Santos, nascido em 23/07/1988, natural de Bituruna, localizável no(a) Rua Waldacy Cusin, 97 - são vicente - BITURUNA/PR - CEP: 84.640-000, residente atualmente em lugar incerto e não sabido, pelo presente **CITE-O e INTIME-O, para que apresente Resposta à Acusação por escrito, noprazo de dez (10) dias, nos termos do artigo 396, do Código de Processo Penal** nos autos de 283 - Ação Penal - Procedimento Ordinário sob nº 0006117-80.2022.8.16.0174, que lhe move a Justiça Pública, como incurso nas penas do **artigo 21 do Decreto-Lei nº 3.688/41, c/c artigo 61, inciso II, alínea "f", do Código Penal, nos termo da lei n° 11.340/06,** ficando pelo presente, citado para e ver processar, até final julgamento, e ciente de que pode ser aplicada a disposição do art. 366 do CPP, com a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, sem prejuízo de que a autoridade judiciária determine a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decrete a prisão preventiva, nos termos do art. 312 CPP. Dado e passado nesta cidade e Comarca de União da Vitória, 06 de setembro de 2023. Eu, Cristiane Oechsler Puchalski, Técnica Judiciária, digitei e conferi.
CERTIFICO ter afixado o presente Edital no Átrio do Fórum, em lugar de Costume. O referido é verdade e dou fé.
Cristiane Oechsler Puchalski
Técnica Judiciária

VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES, INFÂNCIA E JUVENTUDE, ACIDENTES DO TRABALHO, REGISTROS PÚBLICOS E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL

Edital de Citação

EDITAL DE CITAÇÃO/DIVULGAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS
CITAÇÃO DE INTERESSADOS INCERTOS OU DESCONHECIDOS
O Doutor **Carlos Eduardo Mattioli Kockanny**, Juiz de Direito da Vara da Família e Sucessões e Anexos da Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná, na forma da lei e para os devidos fins.
FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tomarem, o qual vai devidamente assinado, que tramita perante este Juízo e Cartório a ação de Classe Processual: **Inventário**, Processo nº **0000544-64.2019.8.16.0207**, proposto por **Renate Ihlenfeld,** em razão do falecimento de **ALICE IHLENFELD,** ficam pelo presente edital **CITADOS/INTIMADOS**, para, querendo, participarem no processo ou manifestarem-se, virtualmente e por meio de advogado, (CPC, arts. 626 e ss.), sobre as primeiras declarações apresentadas pelo Inventariante no ***prazo de 15 (quinze) dias úteis***, sobre as primeiras declarações apresentadas pelo Inventariante, bem como, através desta, ficando devidamente intimadas do conteúdo da respeitável decisão inicialmente proferida e do conteúdo da petição inicial.
E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e principalmente da requerida, expediu-se o presente édito, que será afixado em lugar de costume e publicado na forma da lei.
Aos seis (06) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e vinte e três (2023), nesta cidade e Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná. Eu, Sâmara Ayres Domit, Técnica Judiciária, o digitei e subscrevi.
Sâmara Ayres Domit
Técnica Judiciária
(por ordem do MM. Juiz)

XAMBRÊ

JUÍZO ÚNICO

Edital de Citação - Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO DESTINATÁRIO(A)(S): DAVID ADRIANO CUNHA PRAZO DE 15 dias corridos O(A) Juiz(íza) de Direito Fabio Caldas de Araujo, da Vara Criminal de Xambrê, FAZ SABER a todos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento que, perante este Juízo, tramitam os autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário, assunto Crimes de Trânsito, sob nº 0001514-91.2018.8.16.0177, em que é(são) autor(es) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, réu(s) DAVID ADRIANO CUNHA, e vítima Estado do Paraná, e que não foi possível localizar pessoalmente a(s) parte(s) Promovido DAVID ADRIANO CUNHA, portador(a) do RG 154294260 SSP/PR e CPF 102.132.039-01, nascido(a) em 05/10/1998, natural de ITAPEMA, filho(a) de ANA MARIA FEANCISCO e ADRIANO JOAO CUNHA, motivo pelo qual se procede, por meio deste, à sua CITAÇÃO para tomar ciência de que houve oferecimento de denúncia em seu desfavor, por infração ao artigo 180, "caput", do Código Penal e artigo 306, da lei 9.503/97, oferecida em 15 /10/2018 e recebida em 16/10/2018, conforme descrição do fato transcrito na denúncia: " 1º FATO: No dia 06 de outubro de 2018, por volta das 13h50min, na BR 487, Km 06, no Município de Alto Paraíso, nesta Comarca de Xambrê, Estado do Paraná, os Policiais Rodoviários Federais identificados no rol abaixo abordaram o denunciado DAVID ADRIANO CUNHA e constataram que ele, dolosamente, conduzia o automóvel VW Cross Fox, branco, ostentando placas falsas, o qual sabia ser produto de furto, ocorrido no dia anterior, ou seja, em 05 de outubro de 2018, na cidade de Tijucas do Sul-SC, conforme BO 4808/2018 - unidade policial BIN - SC. Segundo consta dos autos o denunciado ao receber a solicitação de parada no Posto da Polícia Rodoviária Federal, empreendeu

fuga no intuito de subtrairse da ação policial, fazendo inúmeras manobras perigosas, consistentes em ultrapassar em local com marcação viária contínua amarela em razão da existência de pontes e curvas, bem assim passar em alta velocidade pela base de fiscalização de ICMS, pondo em risco as pessoas que ali trabalham, e só foi abordado efetivamente, depois que perdeu o controle da direção do veículo vindo a capotar. Em consulta aos dados do automóvel, os policiais constataram que se tratava do veículo VW Cross Fox, branco, placas MJW-9635, com registro de furto, ocorrido em 05 de outubro de 2018, na cidade de Tijucas do Sul-SC, conforme BO 4808/2018. 2º FATO: No mesmo dia e horário do fato acima mencionado, os policiais rodoviários federais identificados no rol abaixo, depois de conseguirem abordar o denunciado DAVID ADRIANO CUNHA, constataram que ele, dolosamente, conduzia o veículo VW CrossFox, branco, placas MJW-9635, com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência de drogas, o que pode ser aferido pelos sinais característicos dos usuários de tais substâncias (v.g. agitação, olhos vibrantes). Oportuno registrar que foi necessário o auxílio de vários policiais para conter o denunciado, sendo que foi acionada, inclusive, uma equipe do SAMU que se valeu de cintas para segurá-lo, sendo depois conduzido para atendimento em unidade de saúde, na qual foi ministrado medicamentos para que se acalmasse"; Assim, fica o mesmo devidamente INTIMADO para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita à acusação, por intermédio de advogado(a) constituído (a), em conformidade com o disposto nos arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O presente edital é expedido e publicado para que os autos cheguem ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância no futuro. Eu, Fabio Alexandre de Carvalho, Analista Judiciário, conferi e digitei. Xambrê, 25 de agosto de 2023. Fabio Caldas de Araujo Juiz de Direito OBSERVAÇÃO: O mencionado processo tramita exclusivamente pelo sistema Projudi, acessível no endereço eletrônico https://portal.tjpr.jus.br /projud

Editais - Procedimento de Usucapião Extrajudicial

AMPÉRE

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

JOÃO PAULO FINN, Agente Delegado do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Ampére, Estado do Paraná, na forma da lei,
FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou interessar possa, e dele conhecimento tiverem, na forma do art. 216-A, da Lei nº 6.015/1973, que ocorre perante este Serviço de Registro de Imóveis, que funciona na Rua Capanema, nº 459, Sala 02, Centro, nesta Cidade e Comarca de Ampére-PR, no horário de 8:30 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião sob a modalidade Extraordinário que está prescrita no art. 1.238 do Código Civil e está autuado sob o nº 002/2023, em 05 de maio de 2023, com tempo de posse não inferior à 19 (dezenove) anos, formulado por **EVANDRO HENRIQUE NAUJALIS TORRES** e sua esposa **CARLA CRISTINA MARTINI**, ambos brasileiros, casados sob o regime de comunhão parcial de bens, ele vigilante patrimonial, portador da C.I. nº 6.199.041-0-PR e do CPF nº 007.615.609-55, ela psicóloga, portadora da C.I. nº 14.399.512-7-PR e do CPF nº 772.809.890-04, residentes e domiciliados na Rua Maringá, nº 622, centro, na cidade de Ampére-PR, no ato representados por seu advogado Sidinei Roque Cichocki, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PR sob o nº 23.396, com endereço eletrônico: adv.sidinei@gmail.com, residente e domiciliado na Rua Guaíra, nº 1265, centro, na cidade de Ampére-PR, tendo como objeto o imóvel denominado de Lote Urbano nº 12 (doze), da Quadra nº 04 (quatro), do Patrimônio Ampére 1ª Parte, do Núcleo Ampére, da Colônia Missões, do Município de Ampére, Estado do Paraná, com área de 895,40 m² (oitocentos e noventa e cinco vírgula quarenta metros quadrados), devidamente matriculado junto ao Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste-PR, sob nº 1.802, e consta ser de propriedade tabular de João Bialeski, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na cidade de Ampére-PR, sendo confinantes ao nordeste os senhores Antônio Bezerra Torres Neto e Julia Naujalis Torres, brasileiros, casados, ele inscrito no CPF nº 190.644.209-63, ela inscrita no CPF nº 995.001.169-87, proprietários do Lote Urbano nº 11 e 11-A, da Quadra nº 04, conforme matrícula nº 8.586, do livro nº 02, do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Realeza-PR e ao noroeste com os senhores Valdir Antônio Taschim e Maria Odete Castro Taschim, brasileiros, casados, ele inscrito no CPF nº 146.052.609-00, residentes na cidade de Ampére-PR, proprietários do Lote Urbano nº 01, da Quadra 12, conforme matrícula nº 8.450, do livro nº 02, do Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Realeza-PR, sendo que todos os confinantes citados acima manifestaram-se favorável ao pedido.
O requerimento e a documentação completa que o acompanha permanecerão à disposição dos interessados durante o prazo de quinze dias para exame e impugnação, o que, não ocorrendo, será tomado como anuência ao pedido, e ensejará o imediato registro da usucapião, como previsto no art. 216-A, § 6º, da Lei 6.015/1973. E, para que chegue ao conhecimento de todos e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado por 02 (duas) vezes em jornal local de circulação diária e também através do Diário da Justiça Eletrônico (e-DJ), para a ciência de terceiros eventualmente interessados, que poderão se manifestar em 15 (quinze) dias.
Dado e passado neste Município e Comarca de Ampére, Estado do Paraná, pelo Serviço de Registro de Imóveis, ao 06 de setembro de 2023. Eu, João Paulo Finn, Agente Delegado digitei e assino.
João Paulo Finn
Agente Delegado

FORO REGIONAL DE PIRAQUARA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE PIRAQUARA
SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
BEL. PAULO BANHOS DOELL, REGISTRADOR INTERINO
EDITAL DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO DE PEDIDO DE USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, COM PRAZO DE 15 DIAS
FAÇO SABER a todos quantos o presente edital virem, ou interessar possa, e dele conhecimento tiverem, na forma do art. 216-A, da Lei nº 6.015/1973, e em especial a ROGÉRIO DE OLIVEIRA SCHUARTZ, JOÃO CARLOS ROMANUS e PETRA BOSSMANN ROMANUS ou sucessores, bem como a seus cônjuges, se casados forem, que corre perante este Serviço de Registro de Imóveis, que funciona na Avenida Getúlio Vargas, n. 678, sobreloja - Centro, Piraquara-PR, das 8:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião extraordinária, com tempo de posse superior a 15 (quinze) anos, formulado por
ALEXANDRE BOSSMANN ROMANUS e LIGIANA MAFFINI ROMANUS, autuado sob o nº de protocolo 136.906 em 05/08/2022, tendo por objeto o imóvel designado por "Lote 06, da Planta do Espólio de José Henrique Armstrong e Maria Batista Armstrong, Piraquara- PR, com área de 111.827 m²". Referido imóvel é objeto, da Transcrição nº 7.761, do Livro 3-E, do 9º Registro de Imóveis de Curitiba. O requerimento e a documentação completa que o acompanha permanecerão à disposição dos interessados durante o prazo de quinze dias para impugnação, o que, não ocorrendo, ensejará o imediato registro da usucapião, como previsto no art. 216-A, § 6º, da Lei nº 6.015/1973. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado no Diário de Justiça para a ciência de terceiros eventualmente interessados e notificação dos nominados no preâmbulo, que poderão se manifestar em 15 (quinze) dias. Expedido neste Município e Foro Regional de Piraquara, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, pelo Serviço de Registro de Imóveis, aos seis dias de setembro de dois mil e vinte e três. Eu, _____(Bel. Paulo Banhos Doell, Registrador Interino, digitei e assino.
O OFICIAL INTERINO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
PAULO BANHOS DOELL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE PIRAQUARA
SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
BEL. PAULO BANHOS DOELL, REGISTRADOR INTERINO
EDITAL DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO DE PEDIDO DE USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, COM PRAZO DE 15 DIAS
FAÇO SABER a todos quantos o presente edital virem, ou interessar possa, e dele conhecimento tiverem, na forma do art. 216-A, da Lei nº 6.015/1973, e em especial a WERNER ADOLFO DOEHNERT, ALICE DE BARROS DOEHNERT, ALTAIR DE BARROS DOEHNERT, ATHAYDE DE BARROS DOEHNERT, CLARA DOEHNERT ROCHA, VALMIR DOEHNERT ROCHA, VALDIR DOEHNERT ROCHA, ELIANE CRISTINA DOEHNERT ROCHA, ARIANA DOEHNERT ROCHA ou sucessores, bem como a seus cônjuges, se casados forem, que corre perante este Serviço de Registro de Imóveis, que funciona na Avenida Getúlio Vargas, n. 678, sobreloja - Centro, Piraquara-PR, das 8:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião extraordinária, com tempo de posse superior a 15 (quinze) anos, formulado por
ELIAS EL-KHATIB ZEITEL E TARCILA EL-KHATIB ZEITEL, autuado sob o nº de protocolo 132.307 em 01/07/2021, tendo por objeto o imóvel designado por "Área de terra, denominada Lote A, situado no lugar denominado Entremar, zona rural de Piraquara-PR, com área de 110.224,06 m²". Referido imóvel é objeto, da Transcrição nº 37.468, do Livro 3-AK, do 6º Registro de Imóveis de Curitiba. O requerimento e a documentação completa que o acompanha permanecerão à disposição dos interessados durante o prazo de quinze dias para impugnação, o que, não ocorrendo, ensejará o imediato registro da usucapião, como previsto no art. 216-A, § 6º, da Lei nº 6.015/1973. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado no Diário de Justiça para a ciência de terceiros eventualmente interessados e notificação dos nominados no preâmbulo, que poderão se manifestar em 15 (quinze) dias. Expedido neste Município e Foro Regional de Piraquara, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, pelo Serviço de Registro de Imóveis, aos seis dias de setembro de dois mil e vinte e três. Eu, _____(Bel. Paulo Banhos Doell, Registrador Interino, digitei e assino.
O OFICIAL INTERINO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
PAULO BANHOS DOELL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
FORO REGIONAL DE PIRAQUARA
SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
BEL. PAULO BANHOS DOELL, REGISTRADOR INTERINO
EDITAL DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO DE PEDIDO DE USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, COM PRAZO DE 15 DIAS
FAÇO SABER a todos quantos o presente edital virem, ou interessar possa, e dele conhecimento tiverem, na forma do art. 216-A, da Lei nº 6.015/1973, e em especial a WERNER ADOLFO DOEHNERT, ALICE DE BARROS DOEHNERT, ALTAIR DE BARROS DOEHNERT, ATHAYDE DE BARROS DOEHNERT, CLARA DOEHNERT

ROCHA, VALMIR DOEHNERT ROCHA, VALDIR DOEHNERT ROCHA, ELIANE CRISTINA DOEHNERT ROCHA, ARIANA DOEHNERT ROCHA ou sucessores, bem como a seus cônjuges, se casados forem, que corre perante este Serviço de Registro de Imóveis, que funciona na Avenida Getúlio Vargas, n. 678, sobreloja - Centro, Piraquara-PR, das 8:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião extraordinária, com tempo de posse superior a 15 (quinze) anos, formulado por

STELAMARIS EL-KHATIB ZEITEL, ELIAS EL-KHATIB ZEITEL E TARCILA EL-KHATIB ZEITEL, autuado sob o nº de protocolo 132.308 em 01/07/2021, tendo por objeto o imóvel designado por "Área de terra, denominada Lote B, situado no lugar denominado Entremar, zona rural de Piraquara-PR, com área de 26.561,02 m²" e "Área de terra, situado no lugar denominado Campinaiva, zona rural de Piraquara-PR, com área de 111.995,11 m²", os quais unificados ficou com uma área de 137.761,00 m². Referidos imóveis são objetos, da Transcrição nº 37.468, do Livro 3-AK, do 6º Registro de Imóveis de Curitiba. O requerimento e a documentação completa que o acompanha permanecerão à disposição dos interessados durante o prazo de quinze dias para impugnação, o que, não ocorrendo, ensejará o imediato registro da usucapião, como previsto no art. 216-A, § 6º, da Lei nº 6.015/1973. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado no Diário de Justiça para a ciência de terceiros eventualmente interessados e notificação dos nominados no preâmbulo, que poderão se manifestar em 15 (quinze) dias. Expedido neste Município e Foro Regional de Piraquara, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, pelo Serviço de Registro de Imóveis, aos seis dias de setembro de dois mil e vinte e três. Eu, _____(Bel. Paulo Banhos Doell, Registrador Interino, digitei e assino.

O OFICIAL INTERINO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

PAULO BANHOS DOELL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

FORO REGIONAL DE PIRAQUARA

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

BEL. PAULO BANHOS DOELL, REGISTRADOR INTERINO

EDITAL DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO DE PEDIDO DE USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, COM PRAZO DE 15 DIAS

FAÇO SABER a todos quantos o presente edital virem, ou interessar possa, e dele conhecimento tiverem, na forma do art. 216-A, da Lei nº 6.015/1973, e em especial a RENATO DALCOL ou sucessores, bem como a seus cônjuges, se casados forem, que corre perante este Serviço de Registro de Imóveis, que funciona na Avenida Getúlio Vargas, n. 678, sobreloja - Centro, Piraquara-PR, das 8:30 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião extraordinária, com tempo de posse superior a 15 (quinze) anos, formulado por

GIL HAILTON PEREIRA DE MIRANDA e IVETE MARIA RUANO DE MIRANDA, autuado sob o nº de protocolo 141.382 em 22/08/2023, tendo por objeto o imóvel designado por "Lote B-2da Planta Jardim Água Clara, área urbana de Piraquara-PR, com área de 48.400,00 m²". Referido imóvel é objeto da Transcrição nº 9.661, do Livro 3-F, do 9º Registro de Imóveis de Curitiba. O requerimento e a documentação completa que o acompanha permanecerão à disposição dos interessados durante o prazo de quinze dias para impugnação, o que, não ocorrendo, ensejará o imediato registro da usucapião, como previsto no art. 216-A, § 6º, da Lei nº 6.015/1973. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado no Diário de Justiça para a ciência de terceiros eventualmente interessados e notificação dos nominados no preâmbulo, que poderão se manifestar em 15 (quinze) dias. Expedido neste Município e Foro Regional de Piraquara, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, pelo Serviço de Registro de Imóveis, aos seis dias de setembro de dois mil e vinte e três. Eu, _____(Bel. Paulo Banhos Doell, Registrador Interino, digitei e assino.

O OFICIAL INTERINO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

PAULO BANHOS DOELL
